V.10 (2025)

CAOS

CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSICOLOGIA

Tecnologia, Redes Sociais e seus Impactos no desenvolvimento Infanto-Juvenil

ISSN 2595-2110

PSICOLOGIA®

ULBRA PALMAS

ISSN 2595-2110

CAOS 2025
10º Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia

16 a 18 de Outubro de 2025
Palmas – Tocantins

ANAIS
10º CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSICOLOGIA

Realização

Curso de Bacharelado em Psicologia

ISSN 2595-2110

Nota: Os conceitos e a redação contidos nos resumos dos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores, pois os mesmos foram transcritos na íntegra para esta publicação.

CAOS
CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSICOLOGIA
Tecnologia, Redes Sociais e seus impactos no desenvolvimento infanto-juvenil
ISSN 2595-2110

ISSN 2595-2110

ENTIDADE MANTENEDORA

AELBRA Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação S.A.

Diretor Presidente
Carlos Augusto Melke Filho

Diretor Vice-Presidente
Antônio Carlos Romanoski

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Reitor
Marcelo Müller

Diretora Acadêmica
Parcilene Fernandes de Brito

Diretora Acadêmica Adjunta
Diemy Sousa Freitas

Capelão
Pastor Lucas Felliphe Schneider Prando

Assessora da Reitoria
Alda Adriana Lima Gonçalves

Coordenador de Educação Continuada
Luiz Gustavo Santana

Assessor de Comunicação
Karoliny Santiago Barbosa

Secretária Geral
Drieli Drívela Cabral Araújo Varão

CURSO DE PSICOLOGIA

Coordenadora
Irenides Teixeira

Coordenador Adjunto
Luiz Gustavo Santana

Coordenador do Serviço Escola de Psicologia – SEPSI
Wysney Pereira Rocha

Coordenadora do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado aos Discentes – Alteridade
Thais Moura Monteiro

ISSN 2595-2110

COMITÊ ORGANIZADOR

Prof. Me. Douglas Aquino Moreno
Profa. Dra. Irenides Teixeira
Profa. Esp. Isaura de Bortoli Rossato
Prof. Me. Luiz Gustavo Santana
Prof. Me. Sonielson Luciano de Sousa

COMITÊ EDITORIAL

Editora Chefe:
Dra. Irenides Teixeira

Editores Assistentes:
Me. Douglas Aquino Moreno
Me. Luiz Gustavo Santana

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO

Profª. Dra. Ana Magnólia Bezerra Mendes – UNB
Profª. Dra. Analucy Aury Vieira de Oliveira – PUC/GO
Profª. Dra. Alice Chaves de Carvalho Gomes – UNIVASF
Profª. Dra. Cléa Maria Ballão – UNICENTRO
Profª. Dra. Liliam Deisy Ghizoni – UFT
Profª. Dra. Parcilene Fernandes de Brito – CEULP/ULBRA
Profª. Dra. Raquel Castilho Sousa – UFT
Profª. Dra. Rosana Carneiro Tavares – PUC/GO

ARTE

Adriano Marinho Ribeiro

EDITORAÇÃO

Douglas Aquino Moreno
Luiz Gustavo Santana

ISSN 2595-2110

APRESENTAÇÃO

A subversão de conceitos aparentemente fechados é uma das marcas das mentes mais invejáveis de todos os tempos. E pensar de forma subversiva é também quebrar com a linearidade das considerações pré-concebidas. Assim, ressignificar e despir as "verdades" são a tônica de toda a produção científica, de toda a produção de saberes. Caso contrário, não se estaria produzindo ciência, mas, antes, dogmas.

A palavra CAOS, neste contexto, ganha especial sentido, já que remete à possibilidade do princípio da impermanência e da criatividade. A Física diz que é do princípio do CAOS que surge parte dos fenômenos imprevisíveis, cuja beleza se materializa na vida que se desnuda a todo instante.

É neste sentido que, também, para a Psicologia, o CAOS possibilita pensar sobre uma maneira de enxergar o Ser para além de rótulos ou de concepções a priori. Este microcosmo humano que é objeto de escrutínio do profissional de Psicologia guarda uma gama de imprevisibilidade e de originalidade que representam a própria riqueza da existência. Afinal, pelo CAOS pode-se iniciar intensos processos de mudanças, autossuperações e singularidades. É pelo princípio do imprevisível e do radicalmente distinto que se vislumbra a beleza da diferença. Estas são, em súmula, as bandeiras da Psicologia, área da ciência calcada essencialmente no Humanismo, que busca elevar a condição humana em toda a sua excentricidade, sem amarras, sem julgamentos. Esse é o princípio do CAOS, o Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia do Ceulp/Ulbra.

Comissão Organizadora.

ISSN 2595-2110

SUMÁRIO

PALESTRANTES E MEDIADORES..... 9

A AUSÊNCIA DA FIGURA MATERNA OU PATERNA NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A AUTOESTIMA NA VIDA ADULTA.....14

A CAPTURA DO CUIDADO: NEOCONSERVADORISMO, COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL..... 26

ACOLHENDO O INEFÁVEL: O PROCESSO CLÍNICO DE INDIVIDUAÇÃO DE SUJEITOS QUE UTILIZAM PSICODÉLICOS RITUALÍSTICOS FORA DA CLÍNICA..... 44

A DUALIDADE DA MUSCULAÇÃO COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PRESSÃO PELO CORPO PERFEITO.....56

A DUALIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE PAIS E FILHOS ADULTOS QUE COABITAM.....68

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NAS EMOÇÕES E SENTIMENTOS DOS JOVENS.....83

A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE NA FORMAÇÃO DO EGO SEGUNDO A PERSPECTIVA JUNGUIANA..... 94

A METANÓIA E A CRISE DA MEIA-IDADE: EM BUSCA DA INDIVIDUAÇÃO.....109

A MÚSICA NAS ALDEIAS INDÍGENAS HUNI KUIN EM RITUAIS XAMÂNICOS DE AYAHUASCA COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA ANÁLISE JUNGUIANA.....129

COLONIAL OU DECOLONIAL: PERFIL CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA ULBRA PALMAS.....147

CONVERGÊNCIAS ENTRE O INCONSCIENTE E OS PROCESSOS NEURAIS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E DA NEUROCIÊNCIA.....159

DA OBSERVAÇÃO À INTERVENÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO INSTITUCIONALIZADO.....174

DESABAFEI COM O CHATGPT: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO X SOBRE TERAPIA MEDIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....187

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES: A TERCEIRA MARGEM DO RIO.....201

DO VÍNCULO À AUTONOMIA: A CONJUGALIDADE SIMBIÓTICA E O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO FEMININA NA PSICOLOGIA JUNGUIANA.....216

E EU NÃO SOU UMA MULHER? INTERSECCIONANDO DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E ETARISMO NA BUSCA POR AUTONOMIA.....232

ENTRE ARQUÉTIPOS E ESPIRITUALIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E O ESPIRITISMO.....243

ESTADO DA ARTE SOBRE A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR DE PESSOAS COM

ISSN 2595-2110

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (2020–2025)..... 260

IMPACTO DA TRIPLA JORNADA DE TRABALHO SOBRE A SAÚDE DA MULHER.....271

IMPACTOS DAS RELAÇÕES E ESTILOS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....286

LEGADO DE UM PASSADO INSTITUCIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 292

O IMPACTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE DO FILME “PARA SEMPRE ALICE”..... 305

OS FATORES PSICOSSOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS.....317

O TEATRO COMO FERRAMENTA TERAPÊUTICA: APLICAÇÕES DOS IDEAIS DE ARTAUD NA PSICOLOGIA CLÍNICA..... 332

PANORAMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CAPITAIS DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL..... 347

PROCESSOS NEUROFISIOLÓGICOS, PSICOLOGIA E ARTETERAPIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS INTERFACES ENTRE CÉREBRO, MENTE E CRIAÇÃO SIMBÓLICA..... 364

PSICOPATOLOGIAS VIRAIS: AUTODIAGNÓSTICO E DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL. 375

UMA PONTE ENTRE MUNDOS: UMA ANÁLISE DO FILME CODA, NO RITMO DO CORAÇÃO.. 387

VYGOTSKY ALÉM DA SALA DE AULA: O PAPEL DO MEIO SOCIAL NA APRENDIZAGEM... 402

PROGRAMAÇÃO..... 416

ISSN 2595-2110

PALESTRANTES E MEDIADORES

Amanda Cristina Gonçalves Dias

Mestranda em Ensino de ciências e saúde pela Universidade Federal do Tocantins e pós-graduanda em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2020). É especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas e especialista em Psicologia em Saúde Mental pela Universidade Cidade Verde. Foi monitora das disciplinas de Métodos e Técnicas de Avaliação Psicológica II e Estágio IV (ambas disciplinas envolvendo Avaliação Psicológica). Participou do Programa de Iniciação Científica do CEULP/ULBRA com o projeto de pesquisa intitulado "Possibilidades de utilização de tecnologias computacionais no tratamento de fobias". Possui interesse nas áreas de pesquisa que envolvem Direitos Humanos, Direitos Civis e Saúde Mental.

Ana Cecília Mendes Betelli

Psicóloga (CRP 23/765) - Especialista em Neuropsicologia (Instituto NepNeuro) e em Reabilitação Cognitiva (IPOG). Em formação em Terapia Cognitivo-Comportamental (IPOG), possui habilitação em neurofeedback e é membra associada da AABIO. Atua na área clínica com foco em avaliação neuropsicológica infantil, adolescente e adulta, reabilitação neuropsicológica e neurofeedback.

Ana Laura Dutra

Psicóloga (CRP 23/2499) - Especialista em Neuropsicologia (Faculdade GAP/NEPNEURO). Integra o GT de Psicopatologia do Comitê Jovem da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. Atua em avaliação neuropsicológica em diferentes ciclos de vida, é supervisora clínica e professora em cursos de Pós-graduação em Neuropsicologia.

Breno Vasco Pereira Lima

Psicólogo Clínico (CRP 23/2923), Analista em Orientação e Fiscalização no CRP-23. Pós-graduando em Neuropsicologia.

Demetrius Miculis

Acadêmico de Psicologia (Ulbra Palmas), com interesse em Psicologia Sistêmica e nas dinâmicas das Relações Intergeracionais.

Fabiano Fagundes

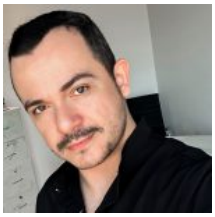
Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) . Também é Bacharel e Licenciado em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (ULBRA Palmas). Possui especialização em Redes de Computadores e Inteligência Artificial pela UFSC, Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação pela ULBRA RS, Psicologia Positiva: Ciência do Bem-Estar e da Autorrealização e Tecnologia para Negócios: AI, Data Science e Big Data, ambas pela PUC-RS, além de Neuropsicopedagogia Clínica pela Unyleya. É Mestre em Ciência da Computação pela UFSC. Atualmente, é professor dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Software na ULBRA Palmas, onde atua há 28 anos.

Gabriel Alves Primo

Psicólogo (CRP 23/2681) - Possui Especialização em Psicologia Clínica pela Anhanguera e Especialização em Ensino Superior pela Unopar, está finalizando a Especialização em Neurociências e Comportamento pela PUC, bem como a Certificação em Saúde Mental e Inteligência Emocional pela PUC-RS. Possui graduação em Psicologia pela ULBRA e Agronomia pela UFT. Atua como Psicólogo Clínico com foco em relações de casal, família e o bem viver. Atuou 10 anos como Gestor Executivo em Multinacionais no Agronegócio e transacionou de carreira em 2020.

Geovanna Gomes de Morais

Psicóloga (CRP 23/1723) - Docente do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Palmas). Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UFT), é psicóloga formada pelo CEULP/ULBRA e especialista em Neuropsicologia pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Neurociências (NepNeuro). Integra o Grupo de Pesquisa Comunicação em Saúde (COESA/CNPq), desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à interface entre psicologia, comunicação e saúde.



Gustavo Vinícius Martins Leal

Psicólogo (CRP 23/1833) - Graduado pela PUC-GO, com experiência em atendimento à população LGBT+ e em questões de gênero. Atuou no Centro de Referência Estadual da Igualdade de Goiás (CREI). Atualmente, é assistente técnico em perícias no TJTO, com foco no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, além de atender como clínico em Gestalt-terapia, integrando abordagens humanistas e centradas na experiência.

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Psicóloga (CRP 23/743). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura (UNB). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT). Especialista em Gestão Pública e Sociedade (UFT), em Logoterapia e Análise Existencial (IPOG). Atua com palestras e formações na área de Educação e Saúde em instituições públicas e privadas. Tem experiência com projetos de pesquisa e de extensão em equipe. Auxiliou na construção do Mapa Social de Palmas em 2017. É psicóloga escolar e educacional há 10 anos e professora universitária há 3 anos. É uma das autoras do aplicativo de saúde mental Mais Um Dia que venceu o prêmio Acessa (2022) da Revista Veja o Conselho Federal de Psicologia, o prêmio Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia (2022) do Conselho Federal de Psicologia e o prêmio Mérito Técnico (2024) da Universidade Federal do Tocantins.

Irenides Teixeira

Psicóloga CRP 23/463) - Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Comunicação e Mercado (FACASPER). Pós-graduada em Teorias da Comunicação (FACASPER), em Psicologia Clínica (CEULP/ULBRA) e em Gestão e Docência no Ensino Superior (ULBRA). Graduada em Psicologia e em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (CEULP/ULBRA). Graduada em Processamento de Dados (UNITINS). Licenciada em Ciências Sociais (ULBRA). Possui Formação em Fotografia (Centro de Comunicação e Artes - SENAC/SP), Formação em Arteterapia (AQUILAE/CE),. Coordenadora do Portal (En)Cena (http://www.encenasaudemental.com). Atualmente é professora e coordenadora do curso de Psicologia do CEULP/ULBRA.

Isaura De Bortoli Rossatto

Psicóloga (CRP 23/1925) - Mestranda em Ensino em Ciências e Saúde (UFT). Especialista em Saúde da Família e Comunidade (Programa de Residência em Saúde da Família e Comunidade - FESP Palmas). Graduada em Psicologia (CEULP/ULBRA). Pesquisadora nas áreas de corporeidade, gordofobia, envelhecimento e cuidado.

Karlla Garcia Ferreira

Psicóloga (CRP 23/1862) - Especialista em Neuropsicologia, com formação em Neurociência e Comportamento. Atualmente, é especializanda em Práticas Baseadas em Evidências: Terapias Cognitivas e Comportamentais, atuando com foco na avaliação psicológica e no desenvolvimento de intervenções fundamentadas cientificamente.

Lauriane dos Santos Moreira

Psicóloga (CRP 23/356) - Mestre em desenvolvimento regional, especialista em saúde pública, em análise comportamental clínica e em preceptoria para o SUS. Professora de psicologia e medicina na Ulbra Palmas. Superintendente de Integração, Governança e Padronização na Saúde pela SEMUS.

Lisandra Maciel de Sá

Psicóloga (CRP 23/1877) - Especialista em Neuropsicologia pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPOG (2021). Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência em Saúde da Família e Comunidade - FESP Palmas (2022). Graduada em Psicologia pelo CEULP/ULBRA (2020).

Luiz Gustavo Santana

Psicólogo (CRP 23/2740). Mestre em Serviço Social (PUC GO). Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior (ULBRA), em Gestão de Programas Sociais (PPG ITE), em Tecnologia Aplicadas a Educação (ULBRA), em Psicologia Social (UNOPAR), em Psicologia Clínica (UNOPAR). Atualmente, no CEULP/ULBRA, é Coordenador e Docente no curso de Psicologia; Coordenador de Educação Continuada; e na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), é docente no curso de Serviço Social.

Magna Souza Alves

Pedagoga (UNITINS), pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Inclusiva, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, Reabilitação Cognitiva (IPOG) e especialista em Libras. Acadêmica de Fonoaudiologia, coordena o Núcleo de Inclusão, Diversidade e Apoio Psicopedagógico do UniCatólica e atua clinicamente no Instituto de Neurociência Palmas, com avaliação e intervenção neuropsicopedagógica e estimulação pedagógica.

Mariana Miranda Borges

Psicóloga (CRP 23/784) - Mestre em Psicologia Clínica e Cultura. Atua na área clínica e escolar. Coordenadora do Instituto Humanitário Esperançar.

Nayara Rezende Azevedo

Psicóloga (CRP 23/2906) - Licenciada em Geografia (UFT), com experiência clínica e docente. É Especialista em Psicologia Clínica e em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Facuminas. Possui formação em Perdas e Luto pelo Instituto Ana Clara Bastos e está em formação em Psicologia Escolar e Educacional pela PUC-RS.

Parcilene Fernandes de Brito

Doutora em Psicologia (PUC/GO), Mestre em Ciência da Computação (UFSC) e Especialista em Educação Transformadora (PUC-RS), em Tecnologias Digitais aplicadas à Educação (ULBRA). Atualmente, é Diretora Acadêmica e Coordenadora dos cursos de Ciência da Computação, Engenharia de Software e Sistemas de Informação da Ulbra Palmas.

Ruth do Prado Cabral

Psicóloga (CRP 23/3050) - professora e pesquisadora. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura (PUC-GO) e mestra em Direitos Humanos e Cidadania (UFG). Especialista em Neuropsicologia e Psicologia Jurídica. Docente da Ulbra Palmas, atua em estágios supervisionados, extensão e orientação de TCCs envolvendo direitos humanos, feminismos, corporeidade e saúde mental.

Sonielson Luciano de Sousa

Psicólogo (CRP 23/1853) - Doutorando em Educação/Estudos Culturais (ULBRA-RS) na linha de Pesquisa sobre Cultura, Currículo e Subjetividade; Mestre em Comunicação e Sociedade (UFT), Bacharel em Comunicação Social (Publicidade - Ceulp/Ulbra); Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

Suyanne Lanusse Reis Arruda

Nascida em Porto Nacional/TO - 53 anos Formada em direito pela Universidade Católica de Goiás em 1998. Analista jurídica no Instituto de criminalística do Tocantins Advogada há 25 anos com especialização em direito do consumidor, direito imobiliário, Direito civil e processo civil Auditoria governamental Direito agrário e trabalhista Fez especialização em terapia de casais e tanatologia Psicanalista e estudante do 3 período de psicologia.

Wysney Pereira Rocha

Psicólogo (CRP 23/2488) - Coordenador do Serviço Escola de Psicologia CEULP/ULBRA. Psicólogo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Saúde da Família e Comunidade. Mestrando em Educação (UFT). Técnico em Administração, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO). Coordenador do Núcleo Miracema-Palmas da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO. Pesquisador bolsista da Fiotec - FIOCRUZ.

ISSN 2595-2110

A AUSÊNCIA DA FIGURA MATERNA OU PATERNA NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A AUTOESTIMA NA VIDA ADULTA

Geovana Gabryela Pereira de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Isaura de Bortoli Rossatto
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as implicações da ausência das figuras materna e paterna na infância e como essas experiências impactam o desenvolvimento da autoestima na adultez. A pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa, foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, reunindo produções científicas, livros e artigos indexados em bases sólidas e confiáveis. A análise de conteúdo permitiu organizar os dados em categorias temáticas, possibilitando uma compreensão aprofundada dos efeitos emocionais da ausência parental. Os resultados indicam que a presença afetiva de pais e mães exerce papel fundamental na formação da identidade e do autovalor desde os primeiros anos de vida. Quando essa presença é fragilizada ou inexistente, os impactos podem se manifestar de forma significativa na regulação emocional, nas relações interpessoais e na formação da autoestima ao longo da vida. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas e práticas clínicas que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares como fator protetivo para a saúde mental.

Palavras-chave: Ausência parental; Autoestima; Infância; Desenvolvimento emocional.

INTRODUÇÃO

Estudos relevantes, como Os bebês e suas mães (1960), de Donald Winnicott, e a Teoria do Apego (1969), de John Bowlby, há anos destacam a importância do núcleo familiar como uma das principais influências no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. Durante a infância e adolescência, a presença e o apoio dos pais desempenham papéis cruciais na construção de uma base sólida para a saúde mental e o bem-estar. Navarrete et al. (2019) destacam que crianças que crescem em ambientes familiares acolhedores, com vínculos afetivos seguros, tendem a desenvolver maior estabilidade emocional e maior capacidade para lidar com frustrações, desafios interpessoais e tomada de decisões ao longo da vida.

Em contrapartida, a ausência da mãe ou do pai, seja ela física, emocional ou simbólica, pode provocar lacunas significativas no desenvolvimento psíquico, afetando sua capacidade em formar relacionamentos saudáveis na vida adulta (Bowlby, 1984). Benczik (2011) aborda que a ausência paterna pode criar um vazio na vida da criança,

ocasionando uma sensação de não ser amada por este genitor. Recorrente a isto, abrem-se portas para sentimento de culpa, onde a criança considera ser responsável pela separação com o pai ou até mesmo em ter nascido, autodesvalorização e sentimento de abandono, tendo como consequência, agressividade, depressão e um desencadeamento de apegos inseguros, como enfatizado na Teoria do Apego de Bowlby (1990).

O argumento principal deste estudo girou em torno dos efeitos da ausência física e emocional dos pais (pai e mãe) durante a infância e adolescência, destacando seu papel insubstituível no desenvolvimento saudável da autoestima. A pesquisa evidenciou que, além de proverem segurança e orientação, a mãe e o pai atuaram como promotores de uma saúde psíquica consolidada, fundamental para a construção de vínculos emocionais saudáveis e para o enfrentamento dos desafios da vida adulta.

Compreender o impacto dessas relações no desenvolvimento infantil revelou-se essencial para explicar padrões disfuncionais de comportamento e dificuldades nos relacionamentos interpessoais ao longo da vida. Segundo a Teoria do Apego de Bowlby (1990), adultos saudáveis e autoconfiantes são frequentemente produtos de lares estáveis, onde a qualidade do tempo e a conexão emocional desempenham um papel crucial.

A justificativa desta pesquisa baseou-se nos crescentes casos de distúrbios associados à autoestima e autoimagem entre jovens e adultos que, em sua maioria, vivenciaram a ausência de figuras parentais estáveis durante a infância. Segundo a Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais (2019), a prevalência de transtornos mentais entre crianças e adolescentes no Brasil varia de 7% a 12,7%, com uma média global de 15,8%, frequentemente associada a configurações familiares disfuncionais, incluindo a ausência de figuras parentais estáveis. Nesse contexto, a presença ou ausência das figuras maternas e paternas durante a infância emergiu como um elemento crucial que pode moldar a autoestima e a saúde psíquica na vida adulta. Desta forma, este estudo residiu na preocupação crescente com os impactos no longo prazo das dinâmicas familiares disfuncionais, especialmente em uma sociedade onde as estruturas familiares tradicionais estão passando por transformações significativas.

Com base nesses pressupostos, este estudo buscou não só ampliar o entendimento sobre a importância da estrutura familiar para o desenvolvimento psicológico saudável, mas compreender quais são os prejuízos ocasionados pela ausência parental na autoestima de pessoas adultas.

A pergunta que norteou a pesquisa é: Como a ausência da figura materna ou paterna na infância pode influenciar na autoestima da pessoa adulta? O objetivo geral consistiu em investigar a relevância e os impactos da ausência materna ou paterna, durante a infância, na autoestima da pessoa adulta. Os objetivos específicos foram: 1) Investigar a relação entre ausência parental (física e/ou emocional) e a saúde psíquica da pessoa adulta. 2) Evidenciar quais são os fatores que contribuem para a baixa autoestima de uma pessoa adulta. 3) Apresentar como a presença paterna e materna, numa relação funcional, podem contribuir para a construção da identidade e uma autoimagem saudável.

A estruturação dessa pesquisa foi realizada através da análise da literatura, contendo revisão bibliográfica do estudo de artigos, livros e periódicos acadêmicos, descrevendo as várias contribuições científicas. Os métodos e técnicas utilizadas incluíram a coleta de dados em fontes secundárias, como literatura acadêmica de autores renomados, estudos empíricos e relatórios disponíveis na internet. A coleta foi

realizada por meio de uma busca ativa e sistemática, garantindo a seleção de materiais consistentes e pertinentes ao tema investigado.

Como resultado, buscou-se evidenciar como a ausência da figura materna ou paterna na infância pode impactar significativamente a formação da autoestima, gerando implicações que se manifestam na vida adulta. Espera-se que os achados reunidos contribuam para o debate acadêmico e incentivam o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o fortalecimento da autoestima em indivíduos que vivenciaram esse contexto.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, de natureza básica, bibliográfica, teve como objetivo ampliar o conhecimento científico sobre a importância das figuras materna e paterna no desenvolvimento da autoestima na infância e adolescência. Tratou-se de um estudo que buscou compreender os fenômenos relacionados ao tema e contribuir para a construção teórica na área, sem a aplicação prática imediata dos resultados.

A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, voltada para a interpretação de dados e a compreensão de significados, o que permitiu explorar a influência das figuras materna e paterna de maneira mais aprofundada. De caráter exploratório, a pesquisa pretendeu explorar e compreender as relações de causa e efeito entre a presença ou ausência das figuras parentais e seus impactos no desenvolvimento psicológico e emocional de crianças e adolescentes. Essa característica tornou o estudo relevante por desvendar os fatores que influenciaram a formação da autoestima nesses indivíduos.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente em fontes secundárias, utilizando-se de escritos clássicos de referência na área, como as obras de John W. Santrock, John Bowlby, Donald Woods Winnicott e Helen Bee, além de artigos científicos publicados em periódicos indexados nas bases de dados do Google Scholar, SciELO e PubMed.

A busca ativa ocorreu entre os meses de [setembro/2024] a [abril/2025], mediante a utilização de descritores controlados e não controlados tais como: “figura materna e a autoestima”, “figura paterna e a autoestima”, “ausência parental na infância” e “família e desenvolvimento emocional”. Foram excluídos estudos duplicados, artigos de opinião, resenhas, entrevistas e aqueles que não apresentaram relação direta com os objetivos da pesquisa.

A escolha dos materiais pretendeu garantir a amplitude, atualidade e relevância científica dos dados analisados, permitindo uma abordagem aprofundada e confiável sobre o tema em questão. Os critérios de inclusão adotados foram: textos disponíveis na íntegra e em língua portuguesa e os estudos que abordassem as relações entre ausência ou presença parental e o desenvolvimento emocional ou autoestima de crianças e adolescentes.

Quanto aos critérios éticos, a pesquisa, por ter sido baseada em fontes secundárias, não envolveu participantes humanos diretamente. Dessa forma, seguiu as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todo o material utilizado foi devidamente referenciado, respeitando os direitos autorais e a propriedade intelectual dos autores, o que assegurou a integridade ética e científica do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO HUMANO E PARENTALIDADE: DA CONCEPÇÃO À ADOLESCÊNCIA

A família possui um papel fundamental no desenvolvimento infantil, considerando-se que esse processo tem início desde a concepção, o que acentua a importância da formação do bebê ainda durante a gestação (Newcombe, 1999). Habilidades sensoriais desenvolvem-se antes do nascimento, como a percepção dos movimentos, experiências visuais (como sensibilidade para a luz) e respostas a alguns sons. (Cole; Lightfoot, 2005).

Também durante a gestação, parte da composição do sistema nervoso desenvolve-se nesse período, como o mesencéfalo e a medula espinhal, responsáveis pouco mais tarde, pela regulação de funções básicas como o sono, a sucção, piscar, respiração, digestão e o movimento da cabeça (Bee, 2003).

Após o nascimento do bebê, a parte que mais se desenvolve é o córtex cerebral, região do cérebro diretamente relacionado com a percepção, o movimento corporal, o raciocínio, o pensamento e a linguagem (Bee, 2003). Os neurônios, células ou unidades básicas de atividades do cérebro, estão presentes no feto desde o sétimo mês de gestação, sendo que após o nascimento ocorre o crescimento das cédulas e a criação das sinapses, que corresponde às conexões dos neurônios (Shonkoff; Phillips, 2000; Cole; Lightfoot, 2005).

Entre os dois e três anos de idade, o número de sinapses aumenta significativamente, assemelhando-se a de um adulto, sendo que aos 3 anos de idade, a produção de sinapse em crianças nesta faixa etária supera a de um cérebro adulto (Bee, 2003). Neste período de pico importantes habilidades cognitivas começam a surgir, entre elas, a memória (Dawson; Ashman; Carver, 2000). Conforme a criança vai crescendo e se desenvolvendo, ocorre o processo de —poda neuralǁ, onde habilidades desnecessárias ou que não são utilizadas vão se perdendo ao passo em que outras vão sendo fortalecidas e instaladas no repertório da criança. Essa poda ocorre até a adolescência, e caracteriza-se não como um processo negativo, mas sim como uma atividade esperada que faz parte da maturação natural do indivíduo (Bee, 2000).

Esse processo de poda é propiciado e favorável quando há um ambiente com experiências estimulantes para a criança, experiências essas geradas principalmente pela família. Por exemplo, uma criança que cresce em um contexto com adequados estímulos retém uma rede mais densa e complexa de sinapses, em comparação àquelas criadas em ambientes pouco estimulantes (Santrock, 2014).

Como mencionado anteriormente, o processo de desenvolvimento infantil ocorre desde o período pré-natal e se divide em 5 períodos até a adolescência, sendo a infância, a primeira infância, a segunda infância, a terceira infância e a adolescência. No período pré-natal, fase do desenvolvimento que ocorre desde a concepção até o nascimento, há um crescimento extraordinário, onde uma única cédula se desenvolve até um organismo completo com cérebro e capacidades comportamentais (Santrock, 2014).

Na primeira infância, período do desenvolvimento que se estende desde o nascimento até 18 ou 24 meses, a criança tem bastante dependência dos adultos. Muitas atividades psicológicas como por exemplo, a linguagem, o pensamento simbólico, a coordenação sensório-motora, o aprendizado social e as relações pais e filhos - iniciam neste período.

Já a segunda infância, é o período que ocorre entre o final da primeira infância até aproximadamente 5 ou 6 anos, por vezes, chamado de anos pré- escolares. No

decorrer desta época, as crianças pequenas aprendem a se tornarem mais autossuficientes e a cuidarem de si. Elas desenvolvem aptidão para a escola e passam horas brincando e interagindo com os amigos (Santrock, 2014).

Quanto à terceira infância, período entre os 6 até os 10 ou 11 anos de idade, as crianças dominam habilidades fundamentais de leitura, escrita, interpretação e aritmética. A aquisição dessas habilidades torna o tema central do desenvolvimento, e a criança aumenta seu autocontrole (Bee, 2003).

Ao final da terceira infância, surge-se o que então chamamos de Adolescência, esse período caracteriza-se pela transição da infância para a idade adulta, marcado por mudanças biológicas, cognitivas e socioemocionais. A adolescência começa aproximadamente entre os 10 e 13 anos e termina por volta dos 19 anos (Santrock, 2014).

Em todos esses períodos, a família desempenha um papel primordial na vida da criança e do adolescente, uma vez que esse núcleo está presente em todo o processo de desenvolvimento infantil e é o principal responsável por prover condições favoráveis a esse desenvolvimento. Pesquisas realizadas indicam que os pais que têm um casamento feliz são mais sensíveis, responsivos, afetuosos e carinhosos com suas crianças e adolescentes (Fosco e Grych, 2010).

Alguns pesquisadores também identificaram que a satisfação conjugal esteve frequentemente relacionada a uma boa parentalidade, sendo a relação conjugal um suporte importante para práticas parentais saudáveis (Cowan; Cowan; Barry, 2011; Parent et al., 2011).

Em síntese, quando os pais relatam maior intimidade e melhor comunicação em seu casamento, eles são mais carinhosos com suas crianças e seus adolescentes (Grych, 2002). Assim, ambientes onde os pais usufruem de uma relação conjugal efetuosa haverá uma maior probabilidade do exercício de uma parentalidade saudável, equilibrada e consequentemente, crianças e adolescentes mais saudáveis e autônomos.

3 O NÚCLEO FAMILIAR FORMADO POR MÃE E PAI E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO NA INFÂNCIA

Como bem afirma Archad (2010), à família é delegada uma função primordial, a de prover cuidado. Este aspecto é validado independente das transformações em diferentes configurações de famílias existentes em distintas sociedades ao longo do tempo. A família também representa um valor particular, uma vez que constitui intensas relações ao abarcar intimidade, afetividade mútua, cuidado recíproco, dependência e pertença. Essas particularidades possuem grande valor e importância para os indivíduos em seu desenvolvimento, não sendo encontradas sem contar com uma afiliação familiar (Macana, 2014).

O cuidado que se inicia na família, constitui o suporte para que as pessoas possam formar suas escolhas e participar apropriadamente da sociedade. A família influencia na formação da personalidade e aquisição de qualidades desde idades precoces. Problemas de cunho socioemocionais e de comportamento estão diretamente relacionados às características dos pais, com interações e relações emocionais, com competências parentais e com o nível de apoio social da família (Shonkoff, Phillips, 2000).

Durante o processo de crescimento infantil, tanto o pai quanto a mãe contribuíram de maneira complementar para o desenvolvimento físico, psíquico e moral dos filhos. À mãe, tradicionalmente, foi atribuído o papel de fornecer afeto,

cuidado e segurança emocional; ao pai, coube a responsabilidade de transmitir limites, valores e referências morais, colaborando para a formação do caráter e da identidade da criança (Amaral Dill; Calderan, 2011; Boff, 2005).

Conforme destaca o artigo da Revista IBDFAM (2021), durante a fase gestacional, o pai exerce papel secundário, pois não participa ativamente, enquanto a mãe, necessariamente, se faz mais presente na vida do filho nessa fase. A mulher inicia o exercício da maternidade já durante a gravidez, nessa fase ela acompanha o desenvolvimento do bebê, sente seus movimentos, observa suas mudanças corporais e vai conhecendo o seu bebê cada vez mais e mais. Durante este período, o pai observa tudo de fora, ainda um pouco confuso em saber como participar mais ativamente desse processo.

A personalidade da criança forma-se por meio da presença e suporte de ambos os pais, como mencionado, em cada fase da vida os papéis podem se alterar. Conforme as crianças crescem, elas continuam a esperar que os pais demonstrem seu amor e cuidado para com elas, pois assim, conseguem compreender melhor esse amor através dos gestos de carinho e cuidado experienciados em casa, o que lhes permitia não apenas receber, mas também oferecer amor (Winnicott, 1999).

A Organização Mundial de Saúde (2001) discorre sobre a relação direta entre pais e filhos, relatando que, o ambiente familiar que dispõe de afeição, cuidado e apoio constante permite que a criança obtenha um maior repertório para o seu desenvolvimento, refletindo deste modo, em sua adultez.

Além disso, John Bowlby (1969) relembra que o cuidado seguro entre pais e filho faz com que a criança se sinta mais confiante, gerando maior conexão emocional entre os membros. Dessa maneira, a qualidade da relação familiar terá impactos significativos nas emoções e nos relacionamentos da criança e em sua fase adulta. Quanto mais interações afetuosas e consistentes com os cuidadores, mais a criança se desenvolverá de forma confiante e capaz de estabelecer relacionamentos positivos na vida adulta (Silva, 2022).

4 OS IMPACTOS DA AUSÊNCIA MATERNA NA INFÂNCIA E OS SEUS PREJUÍZOS

Segundo Winnicott (1988, p. 153), é especialmente no início da concepção que as mães são imprescindíveis, pois carregam a incumbência de proteger a continuidade de serll do bebê. A mãe sensível e capaz em adaptar-se às necessidades do bebê através do contato corporal, do modo de segurar, no olhar atencioso, no movimento e quietude do bebê, é capaz de protegê-lo de inseguranças e imprevistos, proporcionando com isso, segurança e bem-estar, sendo tudo o que um recém-nascido necessita, ter suas necessidades atendidas.

A presença e adaptação às necessidades do bebê advindas da mãe são de extrema importância para o desenvolvimento emocional da criança, principalmente, na fase inicial da vida do bebê. Segundo Winnicott (1987), essa adaptação quase perfeita só se torna viável quando a mãe sabe ocupar-se do seu bebê.

Ainda sobre essa questão, Winnicott diz em sua obra "Os Bebês e Suas Mães" (1987):

> [...] os cuidados maternos com o próprio bebê são inteiramente pessoais, uma tarefa que ninguém mais pode realizar tão bem quanto a própria mãe. Enquanto cientistas dão voltas ao problema, procurando provas como lhes compete fazer antes de acreditar em qualquer coisa, as mães farão bem em insistir em que elas próprias. são necessárias desde o princípio, Esta opinião

ISSN 2595-2110

> não se baseia, devo também acrescentar, não se baseia em ouvir as mães falarem, em palpites ou na intuição pura; é conclusão que fui obrigado a estabelecer após longas pesquisas (ibid, p.98,).

Sobre essa afirmativa:

> A mãe aceita todo o trabalho porque sente (e acho correto que ela sinta) que. se o bebê tiver que se desenvolver bem e com abundância de princípios, é preciso que haja uma assistência materna pessoal desde o começo, se possível pela própria pessoa que concebe e gera o bebê, aquela pessoa que tem um interesse profundamente arraigado em aceitar o ponto de vista do bebê e adora consentir em ser o mundo todo para ele (Winnicott, 1987, p. 98).

Em suma, para Winnicott, o papel da mãe é fundamental, pois ela oferece à criança a sensação de segurança e aceitação necessárias para a construção da confiança em si mesma e nos outros. Em contrapartida, a ausência materna na infância pode ter profundas repercussões no desenvolvimento emocional da criança. Quando essa presença maternal é insuficiente ou ausente, o bebê pode não conseguir formar uma base emocional sólida, resultando em dificuldades no desenvolvimento da identidade, na regulação emocional e, mais tarde, em problemas com a autoestima e com o estabelecimento de vínculos saudáveis. A criança pode se sentir desamparada, o que pode levar a dificuldades em suas relações interpessoais ao longo da vida (Winnicott, 1965).

Segundo Lebovici (1987), quando a relação com a figura materna se mantém saudável, a criança experimenta segurança e satisfação. Contudo, caso essa relação seja ameaçada, sentimentos como ciúmes, ansiedade e raiva emergem. Em situações de ruptura, as consequências emocionais podem ser drásticas, caracterizando-se como dor intensa e depressão. Quando a criança é privada da presença materna, seja por distanciamento físico ou emocional, os efeitos negativos podem se manifestar não apenas no aspecto emocional, mas também no físico, intelectual e social, levando até ao surgimento de doenças mentais e físicas. A ausência Paterna e as Suas Problemáticas na Saúde Mental Infantil e do Indivíduo

É tido como suma importância a presença e o papel do pai no desenvolvimento da criança, sendo a interação entre pai e filho, um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, propiciando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na comunidade (Mahler, 1993). Além disto, a experiência clínica tem evidenciado que, na vida adulta, as representações dessa vivência se revelam nas várias possibilidades de construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais (Gomes; Resende, 2004).

Os autores Eizirik e Bergmann (2004) em um relato de caso afirmaram que a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, assim como influenciar o desenvolvimento de distúrbios de comportamento. Já Montgomery (1998), observou que crianças com pais biológicos ausentes possuem mais probabilidades de repetirem o ano escolar, e que crianças que apresentam comportamentos violentos no ambiente escolar possuem 11 vezes mais chances de não conviverem na presença do pai biológico do que crianças que não apresentam comportamentos violentos. Tornando ainda mais evidente, a presença ativa do pai para um crescimento equilibrado dos filhos e para a prevenção do aumento da delinquência juvenil (Dill; Calderan, 2011).

O papel do pai na dinâmica familiar vai além de sua participação na relação triangular pai-mãe-filho, desempenhando uma função essencial também durante a

transição da infância para a adolescência. Nesse período, o desenvolvimento genital exige que o indivíduo consolide sua compreensão sobre os papéis relacionados à procriação. Segundo Muza (1998), a ausência do pai pode gerar desafios como dificuldades na identificação sexual, no reconhecimento de limites e na internalização de regras sociais. Essa ausência simbólica de uma figura paterna pode comprometer a formação da instância moral, aumentando, em alguns casos, o risco de comportamentos delinquentes.

Paschall et al. (1998) analisaram os efeitos da ausência paterna no comportamento de adolescentes afro-americanos, com foco na saúde psíquica e nas relações sociais. Embora os resultados não tenham demonstrado uma relação direta entre a ausência do pai e comportamentos delinquentes, os autores observaram que, em contextos marcados por vulnerabilidade socioeconômica, a falta da figura paterna potencializou os efeitos negativos desses fatores. A pesquisa evidenciou que a presença paterna exerce um papel moderador importante diante das adversidades do ambiente social, sendo sua ausência um agravante nos desfechos comportamentais e emocionais em determinadas realidades.

Pfiffner *et al.* (19) também analisaram a relação entre a ausência paterna e características antissociais no ambiente familiar. Os resultados demonstraram que famílias com o pai presente apresentaram menos sintomas antissociais tanto nos pais (pai e mãe) quanto nas crianças, em comparação com aquelas em que o pai estava ausente. Além disso, verificou-se que as características antissociais eram mais acentuadas em situações em que o pai não estava disponível para participar do estudo. Os pesquisadores concluíram que o comportamento antissocial de qualquer membro da família é mais provável na ausência de um pai presente ou participativo (Benczik, 2011).

5 CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA FAMILIAR NA AUTOESTIMA DA PESSOA ADULTA

A autoestima representa o aspecto afetivo que alguém possui de si próprio (Well; Markswell, citado por Veiga, 1996). Assim, a autoestima refere-se à avaliação ou ao modo como um indivíduo se sente acerca da sua forma de ser ou da sua imagem (Augusto, Preto, Tão, & Jerónimo, s.d.).

A autoestima, enquanto componente fundamental do autoconceito, reflete-se na capacidade do indivíduo de aceitar-se como é, nutrindo sentimentos de valor pessoal e confiança em si mesmo. Esse aspecto é reconhecido como um dos principais determinantes do bem-estar psicológico e da interação social saudável (Salmivalli et al., 1999), além de ser exclusivamente considerado um indicador relevante de saúde mental (Andrade; Angerami, 2001).

Segundo André e Lelord (2000), a autoestima se estrutura sobre três fundamentos essenciais: a autoconfiança, a percepção da própria imagem e a capacidade de gostar de si mesmo, sendo este último o mais significativo para sua construção e sustentação.

A autoestima é a base sobre a qual tanto a criança quanto o adulto conseguem se adaptar às diferentes etapas da vida. Trata-se do eixo central de suas forças e habilidades, permitindo-lhes enfrentar os desafios e mudanças do desenvolvimento. Na infância, a vinculação se destaca como um elemento essencial, pois desempenha um papel fundamental no desenvolvimento psíquico de todo ser humano, formando o alicerce da autoestima (Duclos, 2006). Esse conceito tem sido amplamente estudado

devido à sua importância para o "ajustamento psicológico e social, bem como para o desenvolvimento saudável durante a adolescência" (Antunes et al., 2006, p. 117).

A autoestima sofre transformações ao longo do desenvolvimento, e diversas pesquisas indicam que as autoavaliações das crianças tendem a ser mais otimistas até a fase da pré-adolescência. Os autores atribuem essa mudança ao aumento da importância da comparação com os pares e da avaliação social, o que leva as crianças a formarem uma visão mais realista sobre suas habilidades. Esse declínio é mais evidente entre os 11 e 13 anos, intensificando-se à medida que as crianças entram na adolescência. No entanto, a autoestima tende a estabilizar durante essa fase e a se manter relativamente constante até a idade adulta (Antunes et al., 2006).

Compreende-se que a autoestima é resultante da avaliação global que cada indivíduo faz de suas próprias qualidades, sendo fundamentalmente afetiva (Hattie, 1992). Esta é facilmente afetada pela opinião de terceiros especialmente quando relacionada a áreas de desempenho consideradas importantes pelo sujeito.

Pessoas com níveis mais elevados de autoestima possuem crenças internas mais consistentes e reforçam seus atributos positivos (Campbell & Lavallee, 1993). Já pessoas com níveis mais baixos de autoestima, em contrapartida, reforçam em sua maioria aspectos e comportamentos que vão à detrimento do seu bem-estar psicológico e possuem em maior escala autoconceitos negativos.

O papel da família como um agente ativo na formação da autoestima não é unânime entre os diversos estudiosos que investigam esse tema (Peixoto, 2004). Embora a influência do grupo de pares seja reconhecida como significativa nesse processo, a qualidade das relações familiares também exerce um impacto considerável, especialmente no que diz respeito ao ajuste acadêmico, à satisfação com a escola, à atitude diante das tarefas e à forma como o adolescente se percebe.

Para Peixoto (2004), o impacto da família na formação da autoestima pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, especialmente nas avaliações que os membros da família fazem sobre a criança ou adolescente, as quais influenciam diretamente as representações que o indivíduo constrói sobre si mesmo (Eccles; Marsh & Craven; Pierrehumbert; Plancherel & Jankech-Carreta, citados por Peixoto, 2004). Além disso, é por meio da dinâmica das relações familiares e do suporte emocional que o adolescente constrói suas representações de identidade. Estudos de Wenz-Gross, Siperstein, Untch e Widaman (citados por Peixoto, 2004) mostram que o apoio social e emocional da família está positivamente relacionado à percepção de competência, à qualidade das relações com os pares e à motivação escolar. Adicionalmente, Lord, Eccles e McCarthy (citados por Peixoto, 2004) apontam que as decisões familiares tomadas de forma democrática estão associadas ao aumento da autoestima. Segundo Peixoto (2004), a qualidade do funcionamento e dos relacionamentos familiares são os fatores que mais favorecem a construção de sentimentos de competência, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma autoestima elevada e adequada.

Em suma, o autoconceito, e consequentemente a autoestima, começa a ser formado desde os primeiros anos de vida, a partir das interações da criança com as pessoas ao seu redor. Nesse processo, os pais funcionam como "espelhos", ajudando-os a desenvolverem sua autoimagem. O afeto desempenha um papel semelhante, pois ao demonstrar carinho por alguém, criamos uma relação mútua onde ambos se refletem, sendo estabelecido um vínculo de amor. A construção da unidade psicológica ocorre dentro dessas relações, especialmente entre mãe e filho, pai e filha, ou qualquer par que sirva como espelho. Esse olhar valorizador e unificador do outro,

considerado um ponto de regulação externa, é essencial para que a criança desenvolva a capacidade de se valorizar e construir sua autoestima, como destaca Matos (2004).

Como dito, o modo como a criança constrói o conceito de si mesma, origina- se das interações com seus pais, e isto é de vital importância para seu futuro. A mãe nesse processo configura-se como uma figura indispensável, uma vez que o filho(a), procura seu olhar seguro, reforçador, acessível e confiante para se estabelecer de modo seguro, confiável e vigoroso no mundo. Caso isso não ocorra, o modelo que a criança tem de si mesma será seguramente prejudicado, manifestando-se de modo inseguro, frágil, instável e desconfiado em função de como percebe e/ou atribui a interação com seus pais, sendo percebida de forma mais hostil, desconfiada, distante ou inacessível (Polaino-Lorente, 2004).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a autoestima é uma forte característica na constituição identitária, conclui-se que a criança que não se desenvolve adequadamente através de uma interação segura e estável com os seus genitores, sofrer prejuízos significativos na forma em que ela se relaciona com outras e consigo mesma, desenvolvendo uma valoração (identidade) não saudável de si mesmo e consequentemente, afetando sua autoestima tanto na infância/adolescência quanto na vida adulta.

Sendo assim, a presença da figura materna e/ou paterna, configuram-se como um fator primordial para saúde psíquica, para formação de identidade e para construção da autoestima, uma vez que o acolhimento, a validação e a segurança (cuidados) proporcionado na infância, possibilita a esses indivíduos os recursos necessários para desenvolverem autoconfiança, uma visão ajustada e positiva de si e do outro além de, modelos saudáveis de relação.

Como dito anteriormente, é evidente que os afetos e vivências experienciados pelos cuidadores e assistido pela criança, permite que os valores da família sejam transpassados a esse indivíduo, que desenvolve além de vários comportamentos, formas de autorregulação emocional, refletindo na consolidação saudável e equilibrada da autoestima na adultez.

Tendo em vista que o indivíduo é na vida adulta o produto de suas interações com o meio na infância e das experiências vivenciadas nas fases anteriores à adultez, compreende-se a relevância e o impacto desse vínculo para a autoestima da criança desde a primeira infância até a fase adulta. Frente a isso, sugere-se que políticas públicas de conscientização ministradas por profissionais capacitados sejam apresentadas para os genitores e futuros genitores, discorrendo sobre a importância da participação ativa (física e emocional) dos pais na infância dos filhos, bem como, acolhimento e validação emocional.

Orientações e treinamentos parentais voltadas ao ensino de técnicas de acolhimento e validação infantil constituem meios eficazes para construção de uma autoestima positiva e equilibrada desde a infância, com impactos significativos também na vida adulta.

REFERÊNCIAS

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 85, p. 11, 2011.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007. Acesso em: 9 dez. 2024.

BOFF, Leonardo. **São José**: a personificação do pai. Campinas: Véus, 2005.

BOWLBY, John. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279463&pid=S0103-848620110001000070024&lng=pt.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Regulamenta as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. **A importância do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos e a responsabilidade civil pelo abandono**. Instituto Brasileiro de Direito da Família, v. 1, 2011. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/703/A+import%C3%A2ncia+do+papel+dos+pais+no+desenvolvimento+dos+filhos+e+a+responsabilidade+civil+por+abandono#. Acesso em: 9 dez. 2024.

EIZIRIK, Moacyr; BERGMANN, David Stafano. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 26, n. 3, p. 330-336, 2004.

GOMES, Ana Júlia; RESENDE, Vanessa Regina. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279422&pid=S0103-848620110001000070003&lng=pt. Acesso em: 9 dez. 2024.

MARCARIO, Marta Raquel Matos Lopes. **Autoestima e ausência paterna**. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, v. 17, 2008. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4132. Acesso em: 9 dez. 2024.

MONTGOMERY, M. Breves comentários. In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 113-118. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279446&pid=S0103-848620110001000070015&lng=pt.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 143-150. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279436&pid=S0103-848620110001000070010&lng=pt.

NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. **As crianças aprendem o que vivenciam**. Tradução de Maria Luiza Newlands Silveira. 6. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 98.

PASCHALL, Michael J.; RINGWALT, Christopher L.; FLEWELLING, Robert L. Effects of parenting, father absence, and affiliation with delinquent peers on delinquent behavior among African-American male adolescents. **Adolescence**, v. 38, n. 149, p. 15-34, 2003.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279452&pid=S0103-84862011000100000700018&lng=pt. Acesso em: 9 dez. 2024.

PFIFFNER, Linda J.; McBURNETT, Keith; RATHOUZ, Paul J. Father absence and familial antisocial characteristics. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 29, n. 5, p. 357-367, 2001. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4279454&pid=S0103-84862011000100000700019&lng=pt. Acesso em: 9 dez. 2024.

SILVA, A. C.; LIMA, B. R.; OLIVEIRA, C. D. Prevalência de transtornos mentais entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 4, p. 290–299, out./dez.2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/L3j6bTTtvSK4W9Npd7KQJNB/. Acesso em: 21 maio 2025.SANTROCK, John W. Adolescência. 14. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

SILVA, Cássia. **A ausência da figura paterna e seus reflexos na vida da criança**. 2022. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli, Brasília, 2022.

SOPEZKI, Daniela da Silva. **Relacionamento primário com a figura materna e autoestima em mulheres com transtornos alimentares**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 58, 2007. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4976/1/000389421-Texto%2BCompleto-0.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

TARDELLI, Denise D'Aurea. Identidade e adolescência: expectativas e valores do projeto de vida. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 2, n. 3, p. 60–74, jan./jun. 2010.

VIANA, Nildo. **Juventude e sociedade**: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostri, 2015.

WINNICOTT, Donald W. **Os bebês e suas mães**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 80.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Geovana Gabryela Pereira de Sousa**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Isaura de Bortoli Rossatto**, Psicóloga, Especialista, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

A CAPTURA DO CUIDADO: NEOCONSERVADORISMO, COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

Laureana Barbosa Carvalho
Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O estudo analisa o impacto do neoconservadorismo nas políticas de saúde mental no Brasil, com ênfase na expansão das Comunidades Terapêuticas (CTs). De abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, a pesquisa examina como a agenda neoconservadora influencia a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à saúde mental e às drogas. Os resultados apontam o enfraquecimento das políticas antimanicomiais e a mercantilização do cuidado, evidenciando a substituição de práticas terapêuticas emancipatórias por abordagens punitivas e moralistas, reforçando a necessidade de reavaliar o papel das CTs à luz dos princípios da Reforma Psiquiátrica.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Saúde mental; Comunidades terapêuticas.

INTRODUÇÃO

Impulsionadas pela Reforma Psiquiátrica e pela luta antimanicomial, que visavam superar o modelo hospitalocêntrico e promover a inclusão social das pessoas com transtornos mentais, a saúde mental no Brasil foi palco de muitas transformações nas últimas décadas. De igual forma, no cenário atual, marcado pelo avanço do neoconservadorismo, a saúde mental apresenta desafios para a consolidação de um modelo de atenção psicossocial que garanta direitos e acesso a cuidado em liberdade.

Nessa perspectiva, o problema central da pesquisa que se apresenta reside em analisar como a agenda neoconservadora influencia a formulação e a implementação de políticas de saúde mental no Brasil, especialmente em relação ao crescimento e à influência exercida pelas comunidades terapêuticas.

Ao discutir a agenda neoconservadora e suas repercussões na política de saúde mental brasileira, com foco no espraiamento das comunidades terapêuticas, o estudo objetiva analisar como esse fenômeno se manifesta na formulação e implementação das políticas públicas, impactando a organização dos serviços, o acesso ao cuidado e os direitos das pessoas com transtornos mentais. A pesquisa se propõe ainda, de maneira secundária, caracterizar a agenda neoconservadora no campo das políticas públicas e sociais brasileiras, descrever as características e abordagens das comunidades terapêuticas no Brasil, destacando sua relação com o neoconservadorismo e compreender os impactos das práticas das comunidades terapêuticas, influenciadas pelo neoconservadorismo, na efetividade e acesso aos serviços de saúde mental.

ISSN 2595-2110

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o neoconservadorismo, L. Netto (2013) nos guia de volta ao conservadorismo clássico, nascido em oposição à Revolução Francesa e ao Iluminismo, que ameaçavam a ordem social vigente. É importante compreender que o conservadorismo não é, então, um movimento a-histórico; por outro lado, é fruto do momento histórico de seu surgimento (L. Netto, 2013).

Neste sentido, o conservadorismo, portanto, é moldado pelas grandes transformações da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI. Naquele momento,

> [...] emerge uma cultura cujos principais vetores guardavam um enorme potencial de contradições com a ordem feudal [...] porquanto a sua composição social se vê alterada pela emergência dos mercadores e pela construção de uma nova forma de riqueza, a riqueza mobiliária (L. Netto, 2013, p. 40).

Na mesma direção, o Feudalismo é suplantado pela produção de manufatura, esta não é por si só o seu próprio fim e, sim, a industrialização. Acerca desse contexto, L. Netto (2013, p. 42) aponta que "A chamada Revolução Industrial não é mais que a face evidente da ascensão burguesa", sendo o processo em que a burguesia não só conquista a hegemonia econômica, mas também a social, ainda que nos quadros da sociedade feudal.

Edmund Burke, crítico da Revolução Francesa, defendia um capitalismo sem modernidade, buscando restaurar a ordem do Antigo Regime. Com a vitória do capitalismo, a burguesia, antes revolucionária, usa as ferramentas de controle social para manter sua posição de poder. O conservadorismo se adapta, abandonando a ideia de restauração e buscando regulação das crises com tímidas reformas. Para isso, o conservadorismo contemporâneo muda de face e já não se apresenta como conservador, dificultando a sua identificação e o seu combate (L. Netto, 2013).

L. Netto (2013, p. 49) percebe uma diferença entre a primeira leva de conservadores e o formato que a burguesia assume:

> Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa [...] nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução [...].

Em meados da década de 1950, o neoconservadorismo surge como resposta à crise do capitalismo, apoiado em uma sociedade hipermecantilizada e na crise do keynesianismo. Nos anos 1980, o toyotismo e a revolução microeletrônica transformam a produção industrial, gerando desemprego estrutural e reestruturação do mercado de trabalho.

Em contraponto com o taylorismo/fordismo, esse modo de organização da produção industrial, também chamado de flexível, é horizontalizado/descentralizado. Dessa forma, “cria-se a possibilidade de automatizar a produção em pequena escala, quebrando ainda mais o saber/poder do trabalhador na operação das máquinas [...]" (Behring, 2008, p. 35).

Durante o taylorismo/fordismo, inúmeros trabalhadores produziam em massa para estimular, consequentemente, o consumo em massa. As novas mudanças mudam completamente este cenário ao priorizar pequenos grupos de trabalhadores

multifuncionais que trabalham de forma intensificada operando as ilhas de máquinas automatizadas que produzem para suprir a demanda, com estoque mínimo (Behring, 2008).

O movimento na sociedade que vem com essas mudanças é de aprofundamento do desemprego estrutural e radical reestruturação do mercado de trabalho. Segundo Behring (2008, p. 36-37),

> Estes processos abalam as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e vêm desencadeando mudanças de sua organização política. Presencia-se a queda dos índices de sindicalização, bem como a dificuldade de organizar politicamente o subproletariado moderno. [...] Neste contexto, impõem-se tendências neocorporativistas e individualistas.

O neoconservadorismo, aliado ao neoliberalismo, apresenta-se como solução para o descrédito do Estado, culpando as políticas sociais pelas crises e defendendo uma sociedade individualista baseada em valores morais tradicionais (Dalio, 2021; Lacerda, 2018).

Em suma, Lacerda (2018, p. 71) sintetiza o que é o ideário neoconservador:

> O eixo da linguagem neoconservadora é a ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal. A peculiaridade do ideário neoconservador reside no foco que tem em relação às questões sexuais e reprodutivas. A defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferece laços sociais sólidos que visam a compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais. O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero seria necessário, também, para que as pessoas não dependessem de políticas públicas. Além da família, outro tratamento dado à pobreza, na linguagem neoliberal e neoconservadora, seria o rigor penal.

Neste sentido, em sua obra, Marx e Engels (2018, p. 66) discorrem que "A cultura, cuja perda o burguês lamenta, para a imensa maioria não passa de um adestramento para atuar como máquina". A ascensão do neoliberalismo se vale da "psicologização da economia" (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2022), empregando termos como "política de austeridade" para justificar medidas impopulares e criar uma falsa identificação entre o corpo social e a família, naturalizando a sujeição e a "identificação com o agressor".

O avanço do neoconservadorismo no Brasil tem se manifestado de maneira crescente nas últimas décadas, especialmente a partir do início do século XXI. Este fenômeno é caracterizado pela promoção de valores conservadores e políticas que se alinham com princípios neoconservadores, muitas vezes inspirados por tendências observadas em outros contextos, como os Estados Unidos.

Segundo Dalio (2021), este movimento histórico não foi inédito na política brasileira, a qual costuma viver períodos conservadores seguidos de intervalos progressistas em um verdadeiro ciclo de alternância até os momentos atuais. Simultaneamente ao surgimento do neoconservadorismo mundial, despontava no Brasil tardiamente a produção em massa de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos, a qual se tornou ainda mais forte na ditadura militar (Behring; Boschetti, 2011).

Os segmentos médios e trabalhadores viviam momentos de expansão do consumo e maior cobertura da política social, mesmo que de forma conservadora,

visto a restrição dos direitos civis e políticos enfrentada naquele momento. Em contraponto, uma das grandes heranças deixadas pela ditadura militar foi a valorização do acesso privado aos direitos básicos em contraste ao acesso público. Neste sentido, Behring e Boschetti (2011, p. 137) apontam que

> [...] no mesmo passo em que se impulsionam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar.

Em meados dos anos 1970, o projeto militar começa a apresentar sinais de esgotamento fomentado pela sua própria insustentabilidade, mas também pelo processo de crise do capital internacional. É neste contexto que o Brasil vivencia sua redemocratização, ao mesmo tempo, em que adere tardiamente ao neoliberalismo, na chamada década perdida, os anos 1980.

> Assim, a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos [...] Mas manteve fortes traços conservadores [...] (Behring; Boschetti, 2011, p. 141-142).

Na prática, subordinada ainda mais fortemente à política econômica, a política social tende a transferir a sua carga fiscal para o trabalho, ainda mais flexibilizado, enquanto reduz os gastos com programas universais. Sob a ética capitalista "ergue-se a compreensão do trabalho assalariado como única forma de acessar direitos, bens e serviços" (Zgiet, 2021, p. 91).

Behring (2008, p. 59) nos lembra que "as políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam [...] marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade". Neste sentido, o Estado se torna garantidor dessas condições para que o capitalismo neoliberal se desenvolva.

O Estado, antes garantidor de direitos, serve agora ao mercado, criando um ambiente atrativo para empresas com custos reduzidos, infraestrutura e incentivos fiscais, pagos pela população com a perda de direitos (Behring, 2008).

> As políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado [...] (J. Netto, 1993, apud Behring, 2008, p. 64).

As políticas sociais são desresponsabilizadas e desfinanciadas, substituídas pelo particularismo social e a mercantilização, com a valorização do terceiro setor (Pereira, 2011). Em síntese, os direitos sociais conquistados pela Constituição Cidadã em 1988 já não são a referência para a execução das políticas. Em seu lugar, há uma obsessão pelo mérito individual e pela igualdade de oportunidades, ainda que os resultados obtidos não sejam os mesmos. Neste processo, Pereira (2011, p. 198) nota dois fatores:

ISSN 2595-2110

> Um é a disseminação progressiva da ideologia liberal de que os direitos sociais não são direitos genuínos porque a sua efetivação depende de condições materiais e financeiras difíceis de serem, hoje em dia, bancadas pelo Estado. [...] O outro é a efetiva prática dessa ideologia caracterizada pela abdicação do Estado de sua função de garantidor de direitos sociais [...].

Por outro lado, este mesmo Estado que abdica de sua função de garantidor de direitos sociais é o mesmo que tem em vista atender aos interesses do mercado e intervém sempre que necessário em busca destes interesses. J. Netto e Braz (2012, p. 239) são enfáticos ao dizer que

> É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a "diminuição" do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um "Estado mínimo", o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

A reforma trabalhista de 2017 e a previdenciária de 2019 ilustram essa tendência, com a flexibilização dos direitos e o aumento das dificuldades para a aposentadoria. Como resultado, a população tem cada vez mais apresentado traços de individualismo e descrença com a política social. Dalio (2020, p. 17) afirma que

> Quanto ao grosso das camadas populares, prevê-se, em terceiro lugar, uma concomitante reversão de suas expectativas quanto aos direitos sociais e às prerrogativas de uma cidadania ativa e participativa. Para tanto, deve-se reafirmar, ao lado da pregação mercadológica, as virtudes e os valores tradicionais da religião e da família, exímias justificativas piedosas e estóicas para enfrentar os inevitáveis reveses da implantação da agenda neoliberal.

O período seguinte, de 2019 a 2022, é o de vigência do governo de Jair Bolsonaro, considerado um governo de manifestação do neofascismo, sendo caracterizado por uma combinação de ideologias conservadoras e reacionárias. Ele mobilizou apoio entre as classes médias e a pequena e média burguesia, alinhando-se aos interesses do grande capital, especialmente do agronegócio, e promovendo políticas de austeridade e uma agenda neoliberal. Durante seu mandato, Bolsonaro incentivou a violência estatal e ficou marcado por minimizar a gravidade da pandemia de COVID-19, resultando em um elevado número de mortes. Essa abordagem, que criminaliza a pobreza e defende a armamentização da população, revela uma relação com lógicas fascistas históricas (Mattos, 2022).

Apesar de todos os conflitos éticos e morais de seu mandato, ele ainda possui grande aprovação popular. Nas últimas eleições presidenciais do país, Bolsonaro obteve mais de 58 milhões dos votos válidos, perdendo a eleição, porém obtendo o voto de 49,10% dos eleitores (G1, 2022).

O conservadorismo se encontra em perpétua transformação, aprimorando-se e criando novas estratégias de controle social em conjunto com as políticas neoliberais. Assim, as políticas sociais no Brasil têm se orientado pela "necessidade" de implementar reformas econômicas que incentivem a liberalização do mercado, a diminuição do papel do Estado e a privatização de áreas estatais.

Além disso, sob uma ótica social e cultural, nota-se uma forte valorização de princípios tradicionais e conservadores em relação a aspectos sociais e culturais, como

a defesa de um modelo clássico de família, a resistência ao relativismo moral e cultural, e o incentivo a políticas que sustentem uma moralidade pública de viés conservador.

Mundialmente, as políticas de saúde mental experienciaram uma revolução de suas práticas a partir da década de 1950, sob a influência do pós-guerra. Naquele momento, houve um reconhecimento que as condições nos hospitais psiquiátricos eram precárias, repletas de diversas formas de abuso e práticas desumanas (Gomes, 2017).

Este movimento impulsionou políticas de desinstitucionalização por todo o mundo que propunham, a partir de novas abordagens terapêuticas, a valorização dos direitos humanos e individuais. Outro fator que possibilitou esse movimento foram os investimentos na indústria de fármacos que evoluíram consideravelmente neste período. Além do momento político de implementação das Políticas de Bem Estar Social. Com esta junção, abriram-se portas para a desinstitucionalização dos pacientes promovendo o cuidado em liberdade (Vasconcelos, 2008; Warner, 1985 apud Gomes, 2017).

No Brasil, a revolução nas políticas de saúde mental também teve um impacto significativo a partir da década de 1950, com mudanças notáveis ao longo das décadas seguintes. Vasconcelos (2017) destaca as limitações estruturais do país, que só começou a projetar políticas sociais universais no final da década de 1980, já sob a sombra do neoliberalismo.

Durante grande parte do século XX, o Brasil tinha um sistema de saúde mental baseado na internação em hospitais psiquiátricos, com instituições como o Hospital Pedro II no Rio de Janeiro e o Hospital de Caxias em São Paulo, que muitas vezes estavam superlotadas e eram criticadas por suas condições inadequadas (Amarante, 2007).

A partir destas fragilidades, como a falta de reintegração social e o intenso isolamento dos pacientes, na década de 1980 surge o movimento que tratou de substituir o modelo tradicional de tratamento psiquiátrico baseado em hospitais psiquiátricos por um modelo mais inclusivo e comunitário. Este movimento viria ser chamado de Reforma Psiquiátrica, o qual apesar de ter começado na década de 80, conquistou seus maiores marcos nas duas décadas seguintes (Amarante, 2007).

A Reforma Psiquiátrica brasileira, inspirada na italiana de Basaglia, buscava a desinstitucionalização e a promoção da cidadania. Contudo, a reforma italiana ocorreu em um contexto de Estado de Bem-Estar Social, diferente do Brasil, que iniciava a reforma sob o avanço do neoliberalismo (Vasconcelos, 2017).

O momento político em que o Brasil viveu sua Reforma Psiquiátrica foi crucial para o formato de sua implementação. Gomes (2017, p. 55) lembra que

> [...] a reforma psiquiátrica tal qual se projetou em países como Itália e Brasil é dependente do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social e das políticas sociais de caráter universal [...] só é possível realizar plenamente os objetivos da reforma psiquiátrica em contextos nos quais as demais políticas sociais (especialmente as de saúde e de assistência) estejam desenvolvidas e não vivenciem processos de precarização.

Vasconcelos (2008) divide a reforma brasileira em três fases. A primeira, iniciada em 1978, com o amadurecimento da crítica à manicomialização e a mobilização social, tem como marco a criação do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo, em 1987 (Heidrich, 2017). A segunda fase, a partir de 1992, incorpora as diretrizes da reforma, com o fortalecimento da Luta Antimanicomial, mas também com o avanço

do neoliberalismo. A terceira fase, iniciada em 2001, foca na reforma da rede de saúde mental e ampliação da agenda, com a divisão do movimento antimanicomial e o impacto das limitações neoliberais.

No âmbito legislativo, logo após a promulgação da Constituição Cidadã, o deputado federal Paulo Delgado propôs o Projeto de Lei nº 3.657/89 que tratava das principais diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira. Prevendo a proibição da construção de novos hospitais psiquiátricos e contratação de novos leitos por parte do poder público, o projeto em questão foi discutido por anos.

Só em 2000, o Ministério da Saúde publicou a Portaria GM/Ms nº 106/00 criando os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental (SRTs). As SRTs expressavam o movimento de desmanicomialização ao planejar espaços para o acolhimento e cuidados dos egressos de internações psiquiátricas de longa permanência sem suporte familiar ou social e, ainda assim, em liberdade.

Já o Projeto de Lei nº 3.657/89 só foi sancionado por meio da Lei nº 10.216 já em 2001, de forma bastante fragmentada e sem romper com o modelo manicomial. Para Heidrich (2017, p. 72), a legislação "(...) deixou a brecha para a existência do manicômio quando afirma que as pessoas com transtorno mental devem "preferencialmente" ser atendidas em serviços comunitários de saúde mental".

Ainda assim, a Lei nº 10.216/01 é até hoje considerada um marco na Reforma Psiquiátrica do Brasil, trata sobre tratamento em serviços comunitários, atendimento mais humanizado e cuidado em liberdade. É a partir dela que se norteiam todas as outras legislações que tratam sobre a temática.

Em 2001, também aconteceu, em Brasília, a III Conferência Nacional de Saúde Mental com um relatório final ainda mais denso do que os das conferências anteriores, demonstrando o quanto a discussão sobre saúde mental havia ganhado peso no país. Como resultado da Conferência, no ano de 2002 houve a regulamentação dos CAPS por meio da Portaria GM/Ms nº 336/2002 (Heidrich, 2017).

Ainda neste período, foi publicada a Portaria GM/Ms nº 816/2002 que expandia a rede e promovia o programa permanente de capacitação de recursos humanos que atuariam nessa temática. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.708/03 que previa o auxílio-reabilitação psicossocial para todos os egressos dos hospitais psiquiátricos para viabilizar a ressocialização destes.

Já a Rede de Atenção Psicossocial foi instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088, em 2011, em que foram redistribuídas as modalidades dos CAPS, acrescentando o CAPS AD, CAPS AD III e CAPS i e incluída as Comunidades Terapêuticas (CTs) como Serviços de Atenção em Regime Residencial para adultos usuários de crack, álcool e outras drogas.

> [...] no Brasil, as CTs podem ser caracterizadas, em relação à sua natureza jurídica, como instituições de natureza privada, sem fins lucrativos, em grande parte de matriz religiosa, com predomínio da denominação evangélica. Um número significativo destas instituições encontra-se localizado, preferencialmente, em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista do financiamento, desde 2011, as CTs podem receber recursos públicos do governo federal (Lima; Gomes, 2020, p. 75).

Neste ponto, é preciso situar o contexto em que o país vivia em relação às políticas sobre drogas, pois o avanço da legislação sobre a saúde mental coincide com o ápice da difusão do crack no Brasil. Além disso, por mais que haja a discussão sobre saúde mental no país desde o final da década de 70, "a saúde entrou muito tardiamente

na área de álcool e drogas. O marco é a 3ª Conferência, em 2001, e [...] o financiamento e a emergência dos primeiros CAPS-AD [Álcool e Drogas] se deu a partir de 2003" (Vasconcelos, 2016, p. 220).

Apesar da Política do Ministério da Saúde de 2003 criticar as CTs por falta de regulamentação, a década seguinte testemunhou uma gradual mudança de postura. A Portaria GM/MS n° 2.197/04, que instituiu o Programa de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, e a Lei n° 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), ainda não mencionavam as CTs, priorizando a redução de danos. No entanto, a partir da Portaria GM/MS n° 1.190/09, surgem as primeiras iniciativas de articulação com CTs e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Essa mudança se consolida na década de 2010, marcada por retrocessos na saúde mental e pelo avanço das CTs, impulsionado pelo Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas que tinha como ação imediata a "ampliação do número de leitos para tratamento de usuários de crack e outras drogas" (Brasil, 2010, p. 3), e pela Resolução RDC 29/11 da Anvisa, que, apesar de não mencionar as CTs explicitamente, acabou por regulamentar o funcionamento de instituições que se enquadravam nesse modelo.

Em 2012, a Portaria GM/MS n° 130 redefiniu o CAPS AD III, mas a oferta do serviço em pequenos municípios continuou sendo um desafio. Esta especificidade provoca "[...] uma real desassistência em um grande número dos municípios, na nossa rede de atenção psicossocial, particularmente em termos de serviços com acolhimento noturno e integral, durante toda a semana" (Vasconcelos, 2016, p. 220).

Paralelamente, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), em 2015, contrariando a Lei Paulo Delgado, regulamentou as CTs, incluindo o tempo de internação (Resolução 01/2015). Essa tendência se intensificou no governo Temer, com a Portaria GM/MS n° 3.588/2017, que promoveu retrocessos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e fortaleceu as internações em hospitais psiquiátricos.

Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018) refletiram que a partir da Portaria GM/MS n° 3.588/2017, atualmente revogada pela Portaria GM/MS n° 757/2023, foram engendradas mudanças na RAPS. Segundo as autoras, houve "[...] o fortalecimento das internações em hospitais psiquiátricos e criação de leitos em hospitais gerais e serviços ambulatoriais, por meio de ampliação de recursos para tais fins" (Bravo; Pelaez; Pinheiro; 2018, p. 16).

O governo Bolsonaro consolidou o apoio às CTs, incluindo-as na Lei n° 13.840/2019 e no Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (2022-2027), além de reforçar a abstinência como objetivo central do tratamento. O plano também tratou sobre as CTs, sendo uma das orientações gerais ao Eixo Tratamento "estimular e apoiar, inclusive financeiramente, o aprimoramento, o desenvolvimento e a estruturação física e funcional das Comunidades Terapêuticas" (Brasil, 2022, p. 39).

Em suma, as Comunidades Terapêuticas despontam como um dos maiores símbolos de tratamento contra álcool e outras drogas do país. Neste sentido, Vasconcelos (2016, p. 220) reflete que

> Temos que reconhecer que, por exemplo, nas favelas e comunidades pobres do Rio, quem efetivamente oferece alguma forma de cuidado e suporte social para boa parte da população que vive lá, com pouquíssimos serviços de saúde, são as igrejas. Muitas famílias não evangélicas acabam procurando essas igrejas como uma estratégia de tentar a recuperação de algum de seus membros que usa drogas.

ISSN 2595-2110

Por outro lado, em 2017, foi realizada a Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas e a partir dela construído um relatório que apresenta a realidade encontrada nesta instituições ao longo do país. O diagnóstico aponta a presença das seguintes violações entre as 28 CTs: isolamento ou restrição do convívio social, internamento forçado, práticas de castigo e punição, imposição de rotina de orações, desrespeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, práticas de trabalho forçado e em condições degradantes, violações aos direitos trabalhistas e internação de adolescentes (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA et al., 2018).

Sob o contexto neoliberalista e neoconservador vigente, é possível perceber que todas essas contrarreformas são contemporâneas a diversas outras contrarreformas de políticas sociais. Zgiet (2021, p. 175) aponta que

> Não se pode supor que esse movimento reacionário e retrógrado de diminuição da pessoa com transtorno mental esteja dissociado da condução das políticas sociais diante da ética capitalista do trabalho, uma vez que essa "nova velha política de saúde mental" é uma de suas manifestações mais óbvias. Ela compõe um pacote de modificações dos direitos da população [...] Trata-se de uma abordagem que afeta primordialmente a população pobre, dependente do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outros serviços públicos.

Em síntese, a trajetória da política de saúde mental no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. A Reforma Psiquiátrica, iniciada na década de 1980, visou superar o modelo manicomial e promover a inclusão social das pessoas com transtornos mentais. No entanto, o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo impôs limites à efetivação da reforma, com a desresponsabilização do Estado e a precarização dos serviços públicos. As Comunidades Terapêuticas, apesar de questionadas por violações de direitos humanos, ganham espaço como alternativa para o tratamento de usuários de álcool e outras drogas, evidenciando a complexidade da política de saúde mental no contexto brasileiro atual.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como de finalidade básica (Andrade, 2017; Marconi; Lakatos, 1994), de natureza ou abordagem qualitativa (Silva; Menezes, 2001), de objetivo explicativo (Silva; Menezes, 2001), com procedimentos de pesquisa bibliográfica (Gonçalves, 2005).

Ao adotar a revisão bibliográfica como diretriz, a presente pesquisa intencionou promover uma análise sistemática e crítica da literatura existente sobre o tema em questão. Essa abordagem foi escolhida por/para proporcionar uma compreensão abrangente do estado atual do conhecimento, identificar lacunas na pesquisa e fundamentar teoricamente as discussões e interpretações apresentadas.

Assim, a revisão foi conduzida em várias etapas. A partir da Plataforma Sucupira, foi realizada uma busca à procura de periódicos publicados na área mãe "Serviço Social" e de origem brasileira. Para isso, foram utilizados os filtros "Classificações de Periódicos Quadriênio 2017-2020", em Evento de Classificação, "Serviço Social", em Área de Avaliação e "A1", em Classificação.

A partir destes filtros, foram encontrados sete periódicos, os quais tiveram analisadas suas publicações realizadas nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 até o período de setembro/2024. A partir deste filtro foram encontrados cinquenta e quatro

publicações e os artigos presentes nessas publicações foram submetidos a uma nova filtragem, a partir da presença dos descritores "comunidades terapêuticas" e "conservador" em seus resumos. Enfim, foram obtidos a partir deste último filtro, quatro artigos, os quais foram utilizados para a produção da revisão bibliográfica, presente especialmente na quarta seção deste trabalho.

Importante destacar que os artigos selecionados foram analisados quanto a sua relevância, metodologia e resultados. A análise foi realizada em três etapas principais: (i) leitura exploratória, com a leitura inicial dos resumos e conclusões para identificar estudos que contribuíssem diretamente para a temática proposta; (ii) leitura detalhada, oportunidade na qual os textos completos selecionados foram lidos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das metodologias aplicadas e dos achados; e, (iii) síntese da informação, momento em que os dados foram organizados em categorias temáticas, facilitando a comparação entre diferentes estudos e a identificação de tendências e divergências na literatura.

Para a construção deste trabalho, a pesquisa se apoia em autores como Leila Escorsim Netto (2013), Elaine Rosseti Behring (2008, 2011) e Eduardo Mourão Vasconcelos (2008, 2016, 2017). A obra de L. Netto (2013) foi fundamental para a compreensão do neoconservadorismo a partir de uma perspectiva crítica e marxista. Behring (2008, 2011), assistente social e autora de obras ricas sobre política social, trouxe reflexões importantes sobre como o neoconservadorismo e neoliberalismo afetam as políticas brasileiras. Por fim, a obra de Vasconcelos (2008, 2016, 2017), importante pesquisador, autor e assistente social, através de suas produções norteou o trabalho quanto à saúde mental, políticas sobre drogas e o papel das comunidades terapêuticas no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil vive um momento de ameaças aos remanescentes direitos da população e a Reforma Psiquiátrica não esteve imune a isso. A convergência da política sobre as drogas com a de saúde pendeu à lógica proibicionista em lugar do cuidado em liberdade, proposto pela luta antimanicomial. Esta tendência resulta na abertura de espaços para que instituições privadas representantes dos interesses do capital, como as próprias Comunidades Terapêuticas (CTs), religiosas e conservadoras, se apropriem desta esfera e performem conforme a sua lógica (Gomes, 2007; Lima; Gomes, 2020; Vasconcelos, 2017).

Passos, Gomes e Espírito Santo (2022) discutem sobre o caráter que a droga assume com o avanço do capitalismo. Eles apontam que o seu consumo é inerente à existência humana, porém só atinge o patamar de problema social à medida que seu comércio se torna relevante. Fernandes e Oliveira (2024, p. 107) apontam que

> Neste sentido, com o acirramento das medidas neoliberais e neoconservadoras, retoma-se uma visão da droga como representação do mal e do usuário como aquele que possui uma conduta errada; sendo assim, reforçam uma política proibicionista e para uma estigmatização e opressão desses sujeitos.

Constrói-se um aparato repressor às drogas no intuito de diminuir não só sua produção, como também o transporte, a comercialização e o consumo. Passos, Gomes e Espírito Santo (2022, p. 206) contextualizam, ainda, o surgimento desta lógica no país:

ISSN 2595-2110

> O modelo proibicionista se fortaleceu no Brasil na segunda metade do século XX, num contexto de ordenamento social em função das particularidades de inserção periférica no capitalismo internacionalizado e dos interesses das burguesias locais, e sua regulamentação ocorreu com a promulgação da Lei n 6.368/76, no contexto da ditadura militar.

Analisando a realidade brasileira, há uma tendência moral-punitiva que se mantém desde a formação social-histórica do país e se fortalece com o avanço do neoconservadorismo. Neste sentido, a medida que o capitalismo tende a agudizar as expressões da questão social no Brasil, "a produção de respostas a estas expressões tem se destinado à garantia da reprodução da classe trabalhadora nos limites em que este movimento não afete os interesses de reprodução ampliada do capital" (Passos; Gomes; Espírito Santo, 2022, p. 208).

A partir desta lógica, a redução de investimentos em políticas sociais ocasiona o avanço do privatismo no campo da saúde mental e de drogas, estimulando as práticas que servem ao seu interesse e desmantelando os serviços públicos, passíveis de controle social. Passos, Gomes e Espírito Santo (2022, p. 207) apontam que a tomada desta rota vem

> alimentando argumentos do campo conservador que forjam uma análise des-historicizada e presentista ao indicar que o projeto de reforma psiquiátrica promoveu desassistência e desamparo, além de não demonstrar ser capaz de acompanhar integralmente os usuários.

Estas análises tornam compreensível o processo de fortalecimento das CTs neste cenário. Passos, Gomes e Espírito Santo (2022, p. 208) sugerem uma "relação indissociável entre a agudização da crise estrutural do capital, [...] o avanço conservador em sua faceta hodierna [...] e o avanço da vertente evangélica neopentecostal na América Latina". O Brasil é parte da América Latina, e, como lembram Magalhães e Santos (2022), mesmo em seus melhores períodos econômicos e sociais vive processos de exclusão que só se agudizam atualmente. As fragilidades do Estado frente a estas novas necessidades, cada vez mais urgentes, alimentam o movimento de práticas conservadoras e, principalmente, religiosas como respostas.

Em relação à religião, o neoconservadorismo tem ligação direta com as vertentes do fundamentalismo religioso. Magalhães e Santos (2022, p. 226) apontam que "no Brasil, o fundamentalismo teve maior capilaridade em segmentos do protestantismo e do catolicismo que são mais proselitistas (neopentecostais e carismáticos)", segmentos estes que o autores caracterizam como estruturados

> [...] em dogmas rígidos e desistoricizados, os quais estabelecem alvos a serem demonizados (LGBTQ+, cultura negra, drogas etc.) numa verdadeira abordagem de batalha espiritual, legitima a inegociabilidade do tratamento das drogas baseado na abstinência. Isso, em última instância, relaciona-se a uma proibição moral do uso de álcool e outras drogas em tais comunidades religiosas (Magalhães; Santos, 2022, p. 226).

Neste sentido, é possível constatar que "a interferência da religião e da moral cristã na política de drogas reforça estigmas e preconceitos que impedem um cuidado humanizado" (Fernandes; Oliveira, 2024, p. 105). Porém, a contradição da expansão das práticas religiosas nas políticas públicas no Brasil, país constitucionalmente laico, se explica a partir da escolha da imparcialidade como principal aspecto de sua laicidade.

Sendo assim, na busca de não limitar a liberdade de nenhuma religião, o país legitima que algumas religiões promovam a violação de direitos humanos em suas instituições (Magalhães; Santos, 2022). Assim, as comunidades terapêuticas têm tido liberdade de realizar seus tratamentos mesmo que desafiem as normas da Reforma Psiquiátrica.

A existência das CTs por si só é uma afronta aos preceitos antimanicomiais que compõem a Política de Saúde Mental do país, porém a realidade atual vai além dos questionamentos sobre a sua existência, visto o seu financiamento público como Política de Estado. Passos, Gomes e Espiríto Santo (2022, p. 210) tratam deste processo como "[...] uma transição das CTs, que passam de instituições filantrópicas para instituições com respaldo do Estado e com financiamento garantido pelo plano plurianual".

Costa e Mendes (2023), ao analisar a influência do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) sobre o financiamento de políticas em saúde mental, álcool e outras drogas, notam que as Comunidades Terapêuticas se destacam com facilidade. Eles também lembram que o fundo em questão foi criado como Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, ainda em 1986. A mudança em sua nomenclatura, com a Lei de Drogas de 2006, reflete o enrijecimento no tratamento da temática, "cuja adjetivação antidrogas representa uma inflexão política frente à normativa de vinte anos antes" (Costa; Mendes, 2023, p. 157, grifo do autor).

O governo de Jair Bolsonaro teve importante influência no avanço das CTs no Brasil via políticas e mudanças legislativas que ampliaram o financiamento dessas instituições. Com a Lei nº 13.886 de 2019, parte dos recursos do FUNAD passou a ser direcionada a CTs, principalmente fora do sistema de saúde, pelo Ministério da Cidadania e pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), em vez do Ministério da Saúde, cujo departamento de Saúde Mental foi extinto durante o governo Bolsonaro.

Além disso, a gestão da FUNAD foi destinada à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), influenciando diretamente nos investimentos que tendem a favorecer medidas proibicionistas em contraposição àquelas que visam a autonomia e redução de danos (Costa; Mendes, 2023).

Em relação à arrecadação, o FUNAD, ao mesmo tempo, em que vivenciou um aumento de mais de 500% de recolhimento no período de 2017 a 2022, teve a transparência sobre a sua destinação cada vez mais imprecisa visto a discrepância entre os dados e também a ausência de algumas informações. Ainda assim, é possível constatar que boa parte é destinada às iniciativas de redução de oferta (Costa; Mendes, 2023).

Além do financiamento, o governo promoveu mudanças no CONAD, excluindo a participação de representantes da sociedade civil, tornando-o um órgão do governo que favorecia diretamente as CTs. Isso consolidou um controle social exercido pelo Estado, em vez de garantir um controle social legítimo sobre as políticas públicas, estabelecendo "[...] um controle social [...] em prol do controle das pessoas com problemas atrelados ao consumo de drogas: um controle social às avessas" (Costa; Mendes, 2023, p. 165).

Essas mudanças, somadas à falta de transparência nas despesas do FUNAD, evidenciam o caráter privatista e coercitivo das políticas de saúde mental durante o governo Bolsonaro. As CTs se tornaram um pilar no ataque à Reforma Psiquiátrica e no enfraquecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), contribuindo para um retrocesso significativo na saúde mental pública no Brasil (Costa; Mendes, 2023).

A destinação de recursos é um ponto crucial dos projetos políticos, quando grande parte de um orçamento é destinado a uma pauta, outras pautas são desfavorecidas. Um estudo do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania constata que o Estado de São Paulo já despendeu 4,2 bilhões de reais para a redução da oferta de drogas (Costa; Mendes, 2023 apud Lemgruber et al., 2021).

Constata-se também que grande parte da destinação às ações de redução de demandas são omitidas pelo FUNAD e de que as Comunidades Terapêuticas se aproveitam destas lacunas (Costa; Mendes, 2023). Ainda no sentido do projeto político neoconservador, é possível notar que a valorização das Comunidades Terapêuticas está acompanhada do desmantelamento dos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Costa e Mendes (2023) ainda apontam que o financiamento federal das CTs se dá em grande parte via editais de chamamento, que somaram em 2019 cerca de R$ 292 milhões destinados às CTs. Enquanto os CAPS AD e demais dispositivos de saúde da RAPS tiveram uma queda em seu orçamento.

O intrigante é que mesmo sendo destino de grandes fatias da arrecadação do fundo, há uma grande deficiência no planejamento, controle e avaliação das mesmas. Além de ser recorrente as denúncias acerca de práticas de trabalho escravo e violência física e psicológica contra seus internos. Neste sentido, questiona-se "[...] o papel, procedência, conteúdo e efetividade de tais iniciativas – que [...] continuam e se recrudescem" (Costa; Mendes, 2023, p. 162).

Em um contexto de produção de pânico social, provocada por uma suposta "epidemia do uso de crack", o campo do álcool e outras drogas se torna uma grande brecha para a contrarreforma psiquiátrica em curso no país. "[...] as CTs são percebidas como amálgama sofisticadora de quatro instituições sociais fundamentais em nossa formação social de gênese e via de desenvolvimento colonial e capitalismo dependente: igrejas, prisões, manicômios e senzalas" (Costa; Mendes, 2023, p. 164 apud Costa; Mendes, 2022), sendo assim, seu financiamento explicita como a manicomialização se atrela à mercantilização e privatização da Saúde Mental (Costa; Mendes, 2023).

O avanço dos investimentos públicos nas CTs é a materialização da mudança na concepção do Estado sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas. É a transformação de um, até então, serviço de atenção em regime residencial da Rede de Atenção Psicossocial em uma prática que pauta a própria rede. Um exemplo disso é a Proposta de Lei nº 565/2019 no Estado do Rio de Janeiro. A Proposta de Lei prevê às CTs "o papel de coordenadora, supervisora e formadora da rede" (Passos; Gomes; Espiríto Santo, 2022, p. 214).

É possível citar como propulsores deste processo os interesses de setores privados empresariais, filantrópicos e religiosos que provêm recursos financeiros, políticos e legais a este tipo de intervenção. Por este apoio, as CTs têm até se articulado para galgar espaço na área da assistência social, por se tratarem como uma espécie de "reinserção social" e em um movimento contrário às prerrogativas legais da proteção social (Fernandes; Oliveira, 2024).

Em contrapartida, a realidade é de nenhum tipo de comprovação científica quanto à sua eficiência, pelo contrário, existe um emaranhado de dilemas éticos e morais quanto às suas práticas. Em relação à diversidade religiosa, fere o Estado laico ao limitar a autonomia do indivíduo. A realidade é que

> [...] não existem subsídios para a compreensão de como estas intervenções serão realizadas de modo que contemple as múltiplas

> expressões da religiosidade e da fé, nem uma justificativa científica para a sua inserção como instrumentos para o cuidado realizado junto aos usuários de substâncias (Passos; Gomes; Espiríto Santo, 2022, p. 215).

Ainda no âmbito da religiosidade, as práticas das CTs funcionam em um formato de alienação à medida que permite apenas uma forma de ser. Goffman (2008, apud Fernandes; Oliveira, 2024, p. 104) trata disso no sentido de instituições totais quando "[...] o indivíduo chega à instituição com uma concepção de si mesmo e, ao longo do tempo, é doutrinado a despir-se disso e readequar o seu eu àquilo que é considerado certo pela instituição".

A "cura" da dependência da substância psicoativa é associada à fé e ao trabalho exercido por aquele indivíduo, é claro, sob os moldes da instituição. A verdade é que esta forma de tratamento tem duas consequências nefastas às políticas de saúde sobre álcool e outras drogas: "[...] prejudicar o debate científico sobre o tema e propagar um entendimento do uso de drogas como uma problemática de cunho espiritual" (Fernandes; Oliveira, 2024, p. 105).

Além disso, há de se questionar o movimento de financiamento público de instituições que não seguem os preceitos das próprias legislações que norteiam os cuidados em saúde sobre álcool e outras drogas. É comum que familiares e próprios usuários dos serviços tratem daquele período como uma internação, remetendo a um processo que seria de tratamento da saúde. Porém, essa terminologia só expressa a fragilidade da natureza das CTs (Fernandes; Oliveira, 2024).

Ainda no âmbito da família, é comum que mesmo inseguros sobre o tratamento, ela procure por estas instituições entendendo-as como a melhor e até, por vezes, a única forma de lidar com aquela situação. É notável que para a maioria a comunhão contínua de pessoas sobre uma mesma intenção é um ponto mais forte do que a própria religião e as igrejas se aproveitam disso, por ser algo que elas conseguem propiciar com facilidade. A verdade é que ali "busca-se a assistência e o bem-estar que o Estado não foi capaz de garantir. Dar relevância à religiosidade no contexto da atenção em saúde e saúde mental é considerá-la um traço nuclear da cultura das classes populares" (Magalhães; Santos, 2022, p. 232).

Em síntese, o avanço das CTs no campo da saúde mental reflete uma tendência alinhada com o neoconservadorismo, que valoriza a repressão e o controle social em detrimento do cuidado em liberdade preconizado pela Reforma Psiquiátrica. O apoio financeiro e político às CTs, especialmente após mudanças legislativas e políticas do governo Bolsonaro, consolidou uma rede de instituições que se distanciam dos princípios de direitos humanos e saúde integral, promovendo práticas marcadas pela moralidade religiosa e pela abstinência forçada. Este cenário indica um retrocesso nas políticas públicas de saúde mental, que se afastam da laicidade e da proteção social, enquanto relegam os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) a um lugar secundário e subfinanciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho buscaram analisar o impacto do neoconservadorismo nas políticas de saúde mental, com foco na expansão das Comunidades Terapêuticas (CTs). A partir da análise do contexto histórico e político foi possível compreender como essas instituições, muitas vezes associadas a práticas religiosas e a uma abordagem conservadora, têm ganhado espaço e influência no

cenário das políticas públicas de saúde no Brasil, em detrimento de práticas que promovam a inclusão e o cuidado em liberdade.

O problema central da pesquisa, que questionou como a agenda neoconservadora influencia a formulação e implementação das políticas de saúde mental no país, foi abordado com o objetivo de trazer a luz as reais repercussões dessas mudanças para os serviços de saúde mental e os direitos das pessoas em tratamento no âmbito do álcool e outras drogas. A pesquisa mostrou que, enquanto a reforma psiquiátrica buscou superar o modelo manicomial e promover o cuidado em liberdade, o avanço do neoconservadorismo e das comunidades terapêuticas atuou de forma contrária, como um retrocesso em relação às conquistas dos movimentos antimanicomiais.

A pesquisa aponta que é comum que as pessoas que realizam tratamento em CTs tenham diversos direitos infligidos, sendo submetidos a trabalho forçado e privados da sua liberdade física, sexual e religiosa. Porém, a teia que sustenta a existência e expansão destas comunidades também as protegem das formas de interferência externa. As ferramentas de controle social, por exemplo, são coibidas por manobras políticas que associam as CTs às normas da Justiça em detrimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Em linhas gerais, as CTs têm todo o status de serviços de saúde pública, porém não se sujeitam às normas que a regem. Ainda assim, são financiadas com orçamento público e compõe diversas legislações e portarias que tratam sobre dependência psicoativa.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 165 p., il.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD) 2022-2027**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022. Aprovado pela Resolução nº 13, de 4 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/planad_set_2022.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/664/5/DEC_2010_7179.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

BRAVO, Maria Ines Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 6–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i1.19139. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19139. Acesso em: 21 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**. Brasília-DF: CFP, 2018. 172 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. O Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e a contrarreforma psiquiátrica. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 156–170, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i3.39919. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39919. Acesso em: 21 set. 2024.

DALIO, Danilo José. Neoconservadorismo, política e crise: Ideias-força e estratégias de ação. **Pensata**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/download/11046/8334/. Acesso em: 01 jun. 2024.

FERNANDES, Marianna Nascimento; OLIVEIRA, Andréia de. Comunidades Terapêuticas: incongruências na implementação de uma política de Estado. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, pp. 99-110, jan/abr, 2024. DOI: 10.12957/rep.2024.80308. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/80308. Acesso em: 21 set. 2024.

GOMES, Tathiana Meyre da Silva. Reflexões Sobre o Processo de Implementação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no Brasil Neoliberal. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva (Orgs). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 51-66.

G1. **Apuração Eleições 2022**: Presidente. G1, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml. Acesso em: 22 out. 2024.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

HEIDRICH, Andréa Valente. Balanço da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial Brasileira. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva (Orgs). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 67-78.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lacerda.pdf. Acesso em: 1 jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. 249 p., il.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. Neoliberalismo e a Ascensão do Fundamentalismo Religioso na América Latina: O Caso das Comunidades Terapêuticas. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do serviço social. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020. p. 55-89.

MAGALHÃES, Vinicius Pinheiro de.; SANTOS, Vera Núbia. Religião, comunidades terapêuticas e projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, p. 221-236, 2022. DOI: 10.12957/rep.2022.63447. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63447. Acesso em: 21 set. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Antonio Carlos Braga. 1. ed. São Paulo: Lafonte, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 73, p. 25-39, mar. 2022. DOI: 10.23906/ri2022.73a03. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992022000100025&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2024.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2013. E-book. ISBN 9788524921025. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524921025/. Acesso em: 26 mai. 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva; ESPÍRITO SANTO, Tiago Braga do. O avanço do conservadorismo no campo da saúde mental e drogas e as Comunidades Terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise do PL 565/2019. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, 2022. DOI: 10.12957/rep.2022.63529. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63529. Acesso em: 21 set. 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas. In: _____. **Política social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 191-202.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p., il.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Abordagens psicossociais**: Vol. II: Reforma psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Contribuições recíprocas entre o serviço social brasileiro e o campo da saúde mental, e a análise crítica da reforma psiquiátrica no contexto neoliberal. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva (Orgs). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 29-50.

_____. Reforma psiquiátrica, tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o serviço social. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2016.

ZGIET, Jamila. **Saúde mental e moral capitalista do trabalho**: a dialética das alienações.1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Laureana Barbosa Carvalho**, Assistente Social, Especialista, Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).
2. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

ACOLHENDO O INEFÁVEL: O PROCESSO CLÍNICO DE INDIVIDUAÇÃO DE SUJEITOS QUE UTILIZAM PSICODÉLICOS RITUALÍSTICOS FORA DA CLÍNICA

Alex Rocha Ribeiro
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Caio César Brum
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Esta pesquisa realiza uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de investigar as possibilidades de diálogo entre a Psicologia Analítica de Carl Jung e as experiências psicodélicas de uso ritualístico, com ênfase na ayahuasca. O estudo parte do pressuposto de que indivíduos que vivenciam tais experiências frequentemente chegam ao setting terapêutico relatando conteúdos complexos e inefáveis como emoções intensas, insights espirituais, emergência de arquétipos e a resolução de psicopatologias que demandam um acolhimento especializado. O objetivo central é explorar como as técnicas da clínica junguiana, como a escuta ativa e a imaginação ativa, mandalas terapêuticas e diário dos sonhos, podem oferecer um espaço seguro e ético para elaborar essas vivências transpessoais, facilitando o processo de individuação. A pesquisa buscou, especificamente, compreender como o terapeuta pode atuar para acolher o que não é facilmente comunicável, contribuindo para o autoconhecimento, a ressignificação e a promoção de saúde mental. Conclui-se que a integração entre esses campos representa uma fronteira emergente e relevante para a prática psicológica contemporânea, oferecendo novos caminhos para estimular a individuação.

Palavras-chave: Psicologia Junguiana; Psicodélicos ritualísticos; Ayahuasca; Individuação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca realizar uma revisão sistemática da literatura de produções em psicologia analítica e psicodelia, que se utilizam de técnicas junguianas como associação livre, escuta ativa, dialética, imaginação guiada e amplificação, para com indivíduos que utilizam de psicodélicos em seus cotidianos como recurso terapêutico e religioso e chegam ao setting relatando suas experiências inefáveis[1] como as emoções, curas psicopatológicas (Depressão, Ansiedade e TEPT), espiritualidade, resgates recalcados no inconsciente, expressões de imagens arquetípicas, símbolos, etc. A psicologia junguiana vem ganhando espaço nos estudos de estados alterados de consciência, a partir de manejos que envolvem meditação e imaginação ativa, por exemplo. No entanto, ainda são escassos os estudos nesta temática, sobretudo aqueles

com o uso de psicodélicos como Ayahuasca, enfatizando muitas vezes as buscas científicas nos contextos de dependência química de álcool e outras drogas.

Objetiva-se então que a psicologia analítica se alinhe ao desenvolvimento individual de cada um, através de suas técnicas, criando um espaço terapêutico seguro e de acolhimento para quem deseja elaborar suas experiências reais e transpessoais e, possibilitar sua individuação alcançando autoconhecimento, bem-estar, saúde e ressignificação. Portanto, a pergunta que norteia a pesquisa é: Como é possível acolher o que não é comunicável nas experiências psicodélicas em contextos ritualísticos e quais caminhos o terapeuta pode seguir para atuação na clínica junguiana? Este estudo tem como objetivos específicos evidenciar a formação histórica dos psicodélicos ritualísticos, com ênfase na Ayahuasca; investigar as possibilidades de inserção das técnicas da clínica junguiana no processo de individuação em pacientes com uso de psicodélicos; e discutir a ética do psicólogo no contexto terapêutico, especialmente no acolhimento de experiências que não são facilmente comunicáveis.

Este trabalho se faz relevante porque aborda uma fronteira emergente entre práticas terapêuticas dos povos originários e o trabalho do psicólogo junguiano com os sujeitos que utilizam psicodélicos ritualísticos. A individuação, um conceito central na psicologia analítica de Carl Jung, é um processo de tensionamento do ego, que reposiciona a sua centralidade e o seu narcisismo primário, reconhecendo que há uma instância superior que impacta na nossa vida cotidiana, é um processo de desenvolvimento e integração do Self (Psicologia Analítica Clássica) e de Politeísmo Psíquico na abordagem Arquetípica, que pode ser profundamente impactado por experiências místicas ou transformadoras. Ao focar no uso ritualístico de substâncias psicodélicas fora do ambiente clínico, este artigo busca investigar como esses indivíduos podem estar vivendo e processando experiências que, muitas vezes, desafiam a verbalização e a compreensão tradicional. A pesquisa oferece uma visão contemporânea e multidisciplinar, potencializando o entendimento das complexas interações entre a psicologia analítica, a espiritualidade e os ritos culturais, bem como, sua contribuição para o crescimento pessoal e saúde mental.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Psicodélicos ritualísticos no Brasil: um olhar central na Ayahuasca

Na contemporaneidade, as ciências cognitivas compõem um campo vasto de investigação aos processos relativos à mente (Matlin 2004 apud Jatobá, 2022) pois a busca por estudos e vivências psicodélicas tem crescido em larga escala, seja pelo conhecimento através de estudos científicos ou do autoconhecimento gerado por elas. Para que compreenda-se acerca dos efeitos dos psicodélicos, antes é importante mensurar do que se trata a palavra 'psicodélico':

> Trata-se de um neologismo, resultante da junção de psique (mente, espírito, alma, self, psiquismo) e delos (manifestação, revelação, visão). O termo psicodelia sintetiza a ideia de manifestação da mente, ou revelação do espírito, e psicodélico é o que torna visível a alma, o self ou o psiquismo. A noção de psicodelia, no sentido que particularmente interessa à clínica, refere-se a experiências de transformação por redução de controle egóico e expansão da consciência (Rodrigues, 2019, p. 4-5).

ISSN 2595-2110

Os psicodélicos são substâncias serotoninérgicas, isto é, compostos químicos que se ligam aos receptores de serotonina presentes no sistema nervoso central (Viol et al, 2021, p. 5), perfazendo então os efeitos neuroquímicos na região cerebral. As implicações neurofisiológicas do sistema serotoninérgico em várias patologias do comportamento, como a depressão, compulsões, dependências químicas, ansiedade e esquizofrenia têm sido estudadas intensamente nos últimos anos (Labigalini 1998 apud Leonard, 1996).

Com isso, compreende-se que através da psicodelia, há possibilidades de contato com o self e a manifestação do eu, permeando o processo de individuação dos sujeitos. Compreendendo as nuances que os psicodélicos podem emergir, neste estudo rememora-se o kambô, o rapé, a psilocibina e se faz importante destacar a planta sagrada Ayahuasca e o processo de formação das religiões que utilizam-a. "Entre caboclos da região brasileira, é também conhecido como 'cipó', 'vegetal', 'daime' e corruptelas da palavra 'ayahuasca' como: 'aoasca', 'huasca', 'uasca', 'hoasca' e 'oasca'" (Moreira; Macrae, 2011, p. 87).

Ao longo da década de 30, no interior do Acre, Raimundo Irineu Serra, que em breve seria conhecido como Mestre Irineu, natural do estado do Maranhão, começou sua jornada espiritual com o uso da bebida milenar denominada Ayahuasca, formando então o Centro de Iluminação Cristã Luz Universal – (CICLU) Alto Santo, em Rio Branco, Acre. "Na mesma cidade, Frei Daniel Pereira de Mattos ("Mestre Daniel") funda a Barquinha em 1945. Em 1961, José Gabriel da Costa ("Mestre Gabriel"), funda a União do Vegetal (UDV) em Porto Velho, Rondônia" (Maia, 2020, p. 2023), desse modo, líderes espirituais iniciam a jornada de expansão do uso ritualístico da ayahuasca, em seus rituais.

> Essas instituições em geral propagam princípios morais e éticos com fundamentação cristã, incentivam o cultivo de hábitos que propiciem uma melhor convivência entre os indivíduos na sociedade e preconizam a busca pelo autoconhecimento e aperfeiçoamento através da concentração mental num processo de interiorização profunda (Tavares, 2005, p. 28).

Destarte, em algumas décadas depois da institucionalização das doutrinas ayahuasqueiras, "em 6 de novembro 2006, o Conselho Nacional Antidrogas aprovou um relatório propondo a regulamentação oficial do uso religioso da ayahuasca no contexto de rituais das religiões Santo Daime, União do Vegetal e Barquinha" (Moreira; Macrae, 2011, p. 64) , segmentadas por líderes religiosos que formaram comunidades que se reúnem para consagrar a ayahuasca, louvando também a seres divinos, trabalhando valores éticos e morais, o espiritual e salientando a preservação ao meio ambiente.

De acordo com Araújo e Tatmatsu (2020, p. 117) "em meados do século XX, foi observada a utilidade de drogas psicodélicas no auxílio da prática psicoterápica, porém, nas décadas de 60 e 70, essas substâncias foram proibidas e banidas da pesquisa científica, impossibilitando o estudo acerca do seu valor terapêutico." A proibição desses psicodélicos inibiam o progresso científico e de individuação de sujeitos que utilizavam em processo de cura e busca do si-mesmo.

Atualmente, a Ayahuasca é regulamentada, em solo brasileiro, para fins religiosos através da Resolução - 01, de 25 de janeiro de 2010, por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD. Sendo assim, para explicar quimicamente os efeitos psicoativos desta bebida é mencionado que:

ISSN 2595-2110

> A ayahuasca é tecnicamente uma decocção realizada com plantas originárias da Amazônia. No caso das religiões ayahuasqueira do Brasil – em que o uso ritual é regulamentado – ela é feita com caules macerados do cipó Banisteriopsis caapi (conhecido mais comumente como jagube ou mariri) em combinação com folhas do arbusto Psychotria viridis (mais frequentemente denominada popularmente como chacrona ou rainha) (Simão, 2018, p. 13).

Essa mistura citada anteriormente, mensura que a ayahuasca não é achada in natura, pronta para o consumo, na floresta, perfazendo então uma ciência matemática e espiritual para sua feitura unindo cipó e folha. Uma característica importante dos efeitos psicodélicos diz respeito à influência significativa que o estado psicológico geral do indivíduo e o contexto onde ocorre a experiência exercem sobre os efeitos da substância em si (Maia, 2020, p. 28). Sendo assim, os efeitos psicodélicos são altamente contextuais e subjetivos, sendo a experiência moldada não só pela substância química, mas também pela mente do usuário e pelo ambiente em que ele está inserido.

Quando se fala em psicodélicos é expressivo mencionar que a ayahuasca deve ser considerada um enteógeno pois conforme Chaibub (2015, p. 15) o termo "enteógeno" é de raiz grega e refere-se a plantas de poder que induz a um estado espiritual elevado e conexão com o divino dentro de si. Dessa forma, salienta-se que os efeitos bioquímicos da ayahuasca se expressam de modo com que o adepto utilize a bebida e conecte-se consigo mesmo, alcançando o autoconhecimento.

> A palavra "alucinógeno" vem sendo reiteradamente rejeitada pelos pesquisadores ocidentais que se consagram ao estudo dos psicodélicos, sob a alegação de que o seu emprego é apelativo e inapropriado, já que tais agentes não induzem ninguém a ter "alucinações" no sentido de percepções ilusórias, e portanto irreais (Metzner, 2002, p. 26).

A rejeição do termo "alucinógeno" marca uma mudança de paradigma: do estigma e da patologização para uma abordagem mais respeitosa e científica sobre os efeitos e os usos dos psicodélicos. Os estudos com psicodélicos têm sido particularmente importantes para a psicologia do inconsciente, pois trata-se de uma forma de recriar experiências similares aos sonhos em estado de vigília e observar seus efeitos em um ambiente controlado (Gonçalves, 2022, p. 6). Segundo Maia (2020) "No campo da fenomenologia dos efeitos psicológicos da ayahuasca, não é simples descrever com precisão a ampla gama de efeitos subjetivos que podem ser produzidos pela bebida". Portanto, os psicodélicos funcionam como uma oportunidade de estudar os processos simbólicos, emocionais e arquetípicos da mente humana com mais clareza e contexto.

Conforme Labigalini (1998 apud Geertz, 1973) a cultura pode ser melhor compreendida se a vemos como um contexto, um sistema simbólico coerente e generalizado de símbolos e significados que os indivíduos criam e recriam para si próprios no processo de interação social. Esses mecanismos fomentam a percepção e sensibilização do indivíduo acerca dos processos cotidianos que permeiam os seres humanos, corroborando a individuação e integração de aspectos inerentes aos sujeitos.

1.2 Caminhos para atuação na integração entre psicologia analítica e psicodélicos

Certamente, os efeitos da ayahuasca no âmbito psicológico e psiquiátrico são os efeitos mais bem investigados entre os estudos sobre potenciais terapêuticos dessa

substância (Maia, 2020, p. 130). Desse modo, para que se possa compreender a atuação na integração entre psicologia analítica e psicodélicos, pontuando os desafios e caminhos possíveis, faz-se necessário entender que Segundo Maia (2020, p. 132) "quando falamos em 'uso ritual da ayahuasca' ou 'experiência (ritual) com ayahuasca' estamos considerando a interação complexa entre o contexto ritual (setting) e os efeitos psíquicos/psicofarmacológicos das substâncias contidas na bebida."

Dentre as críticas, destacamos a generalização de substâncias de natureza completamente distintas, carência (e posteriormente o impedimento) de estudos científicos sobre a natureza e consumo dessas substâncias, e a marginalização de culturas tradicionais. (Viol et al 2021, p. 6). Segundo Costa (2022, p. 55) "impasses e medidas autoritárias atrasam pesquisas, políticas de redução de danos e possíveis auxílios para pessoas em situações de traumas que geram consequências mentais." Esses obstáculos costumam surgir em contextos políticos onde há pouca abertura para o diálogo, resistência à ciência e um controle centralizado e inflexível.

A questão do custo-benefício do uso terapêutico de psicodélicos também merece atenção, pois os estudos clínicos com essas substâncias revelam a necessidade de uma infraestrutura cuidadosa (BUENO, 2025). Dessa forma, os investimentos, formação de equipes e estudos técnicos relacionados ao temos, por vezes, são negligenciados, superficializando a eficácia do uso de psicodélicos.

Isso afeta diretamente a capacidade de desenvolver e implementar políticas públicas baseadas em evidências, especialmente nas áreas mais sensíveis, como saúde mental, uso de substâncias e apoio a populações vulneráveis. Fazendo adendo às dificuldades que compõem a integração entre psicologia e psicodélicos:

> Na antiga medicina grega, as substâncias não eram consideradas exclusivamente boas ou más em si, diferente do que ocorre hoje, quando se associa a imagem do veneno apenas ao termo droga – e este ao ilícito, proscrito (mal) – e a imagem do remédio ao termo fármaco – e este ao lícito, prescrito (o bem). Esta divisão entre remédios considerados somente benéficos e drogas tidas por somente maléficas é jurídico-moral, fruto da proibição arbitrária de algumas substâncias e da demonização das mesmas e, sobretudo, de seus usuários, produtores, pesquisadores e comerciantes (Rodrigues; Passos, 2017, p. 15).

Dessa forma, os obstáculos para inserção e complementação entre as ciências, apresentam desafios desde as décadas passadas, advindo de guerras sócio-políticas e capitalistas. A guerra contra às drogas lícitas e ilícitas percorrem um caminho estreito e, para enfatizar acerca dos psicodélicos, é importante mensurar que seus efeitos e processos psicofarmacológicos não são considerados drogas, conforme apresenta Rodrigues (2017, p. 8) "apenas pra elencar alguns exemplos: em geral, não são drogas de abuso, já que seus efeitos são longos e tendem a criar uma rápida tolerância; suas histórias estão associadas a indivíduos, grupos e movimentos que prezam pelo caminho do autoconhecimento e da evolução da consciência global", grupos estes como os povos indígenas e religiões ayahuasqueiras institucionalizadas.

A perspectiva de incorporar atividades terapêuticas em indivíduos que passam pela experiência com psicodélicos é nomeada como integração (Grof, 2001; Majic et al., 2015; Pahnke et al., 1970 apud Simão, 2018).

> Uma população e um estado ultraconservadores atravessados por lógicas proibicionistas certamente temerão a emergência de uma droga que promove alucinações e mudanças radicais de comportamento e perspectiva. Além

> disso, uma substância que promete a possibilidade de curar ou melhorar a qualidade de vida de pacientes, a partir da administração de apenas uma dose, simples e barata, propõe uma ameaça não só para a indústria farmacêutica, mas ao próprio complexo médico-industrial-financeiro de doença/tratamento/cura, um sistema permeado pelo proibicionismo e a guerra às drogas, em que é tecida a compreensão que existem drogas "boas"(lícitas, aplicadas à medicina) e "ruins" (ilícitas, usadas recreativamente) e que emprega o paradigma da abstinência como único modelo de saúde viável (Bueno, 2025 apud Passos & Souza, 2011).

Cohen defende que a psicoterapia junguiana pode ser muito útil para indivíduos que passam pela experiência com o chá ou experiências semelhantes aos estados alterados de consciência (Simão, 2018, p. 24). Um trabalho pioneiro que realizou uma leitura baseada na psicologia analítica sobre os rituais com ayahuasca é a tese do autor supracitado (Cohen, 2017 apud Simão, 2018). A discussão do autor perpassa por alguns conceitos junguianos como o processo de individuação em que o ego aprende a se comunicar com o self estabelecendo uma harmonia entre consciente e inconsciente (Simão, 2018, p. 23). Os trabalhos científicos em psicoterapia aliados ao uso de psicodélicos ritualísticos permeiam a história desde quando:

> Da década de 40 até meados dos anos 70, houve um crescimento na área de estudos sobre o uso de psicodélicos em psicoterapias. Dentre os modelos que ganharam força nessa área, estava a chamada psicoterapia psicolítica, que ganhou a cena na Europa e tinha o objetivo de aliar a psicologia analítica de Jung ao uso da psicoterapia com LSD (Simão, 2018, p. 23).

É importante mensurar como a experiência numinosa pode ser disruptiva se o ego não estiver preparado. "Uma experiência do inconsciente induzida artificialmente não está, em geral, de acordo com o desenvolvimento e a maturidade da personalidade" (Rodrigues, 2017), ou seja, essas experiências forçadas não respeitam o ritmo natural e único de crescimento psicológico de cada indivíduo. Elas podem ser destrutivas porque a personalidade consciente (o ego) ainda não tem a solidez necessária para assimilar e integrar esses conteúdos poderosos.

1.3 Clínica junguiana no suporte psicoterapêutico de pacientes em uso de psicodélicos

Individuação é um processo de tensionamento do ego, que reposiciona a sua centralidade e o seu narcisismo primário, reconhecendo que há uma instância superior que impacta na nossa vida cotidiana. A Individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por "individualidade" entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si-mesmo (Jung, 2014). Para que o sujeito alcance a individuação, a completude do si-mesmo, Jung formalizou alguns procedimentos técnicos-científicos como associação livre, dialética junguiana, escuta ativa, validação/compaixão e outras mais como arteterapia, personificação, amplificação, imaginação ativa e meditação, essenciais para que fossem utilizados dentro do setting terapêutico, em consonância com os conteúdos que emergem do inconsciente pessoal, conforme o processo psicoterapêutico singular de cada indivíduo.

Ou seja, a psicologia junguiana, ao reconhecer que o processo de individuação envolve a conscientização e integração de conteúdos arquetípicos que transcendem o

ego, pode se aliar ao contexto da psicodelia como uma ferramenta potente para facilitar o encontro com essas forças psíquicas autônomas. Por meio de métodos e técnicas específicas, a clínica junguiana busca oferecer um enquadramento teórico e terapêutico que permita ao sujeito acessar, diferenciar e integrar os conteúdos emergentes do inconsciente pessoal e coletivo, favorecendo assim o avanço no processo de individuação.

O processo de individuação para Jung (Oliveira apud Jung 2000) corresponde à segunda metade do desenvolvimento pessoal, quando o trabalho do ego em adaptar-se ao meio já estaria finalizado, percorrendo a partir dessa fase uma busca de individualidade.

> Para Jung, não integrar este material poderia atrair os perigos de uma inflação ou possessão do ego, na pior das hipóteses; ou, na melhor, gerar um mero desperdício, já que quando não integrado à consciência, o material simbólico pode apenas retornar à inconsciência tornando inúteis os esforços empenhados em revelar aquele conteúdo (Valente, 2023, p. 55).

O verdadeiro perigo, alertado por Jung, não está em experienciar o inconsciente, mas em falhar em relacionar-se com ele. A revelação do conteúdo simbólico é apenas o início do trabalho, nunca o seu fim. A integração dos conteúdos revelados através das experiências numinosas sob substâncias psicodélicas pode ser um caminho ou alternativa tomado por indivíduos que estão cansados da vivência unilateral imposta pela sociedade ocidental (Mello; Cardozo; Soares, 2025). Conforme Marie Louise Von Franz (1964), a sombra não é todo o inconsciente, mas sim os traços desconhecidos pelo ego. Esses traços são principalmente de origem pessoal, mas também podem incluir elementos coletivos vindos de fora da história individual.

Um momento de cuidado e escuta após o ritual pode contribuir positivamente, ajudando a elaborar as experiências, percepções e emoções despertadas pelo chá. Neste sentido, a integração poderia vir como este suporte durante e logo após o ritual (Simão, 2018, p. 65). A jornada do indivíduo é uma analogia perfeita para a jornada do herói. O ritual é o "chamado para a aventura", e a experiência psicodélica é o momento de enfrentar os "dragões" internos (medos, traumas, a sombra). O psicólogo junguiano atua como o Sábio ou Guia, auxiliando o indivíduo a interpretar os símbolos e a integrar a experiência de forma positiva.

Conforme Maia (2018) “a imaginação ativa, sendo produtora de símbolos para a clarificação de conteúdos difíceis de serem acessados, conseguiria, em alguns casos, colocar significado em questões provenientes de sonhos”. As imagens criadas pela imaginação ativa, ou seja, pela atividade consciente de imaginar, não devem substituir o ego. “Ela será utilizada, mais ou menos conscientemente, tanto para resolver problemas cotidianos, como para inventar outro mundo que nos pareça, em determinado momento, mais satisfatório que este em que vivemos” (Kast, 1998, p. 23).

Segundo a autora supracitada (1998), a imaginação ativa permite vivenciar um diálogo vivo entre a consciência (o ego) e o inconsciente. Nesse encontro, ambos os lados se transformam mutuamente, e essa evolução contínua se revela através dos símbolos que surgem, que se modificam e dão lugar a novas imagens. Destarte, para além da imaginação ativa, recurso de grande valia na integração de conteúdos emergentes, técnicas como diário dos sonhos e mandalas terapêuticas, são mecanismos de mergulhos interiores ao que não foi projetado, auxiliando na auto-observação e criatividade.

Outra técnica de suma importância para contatar os conteúdos imersivos é a arteterapia, pois, é um processo terapêutico que utiliza expressões artísticas, como pintura, escultura e dramatização, para promover o autoconhecimento. O arteterapeuta acompanha o cliente nessa jornada entre o imaginário e o real (FIORINDO, 2014). Destarte, no processo, o psicoterapeuta e terapeutizando entram em contato com os conteúdos que emergem através do uso de psicodélicos e, dessa forma, expressam-se através da arteterapia, utilizando dos mais diversos recursos manuais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa de natureza básica, que conforme Marconi e Lakatos (2021, p. 14), busca "procurar o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-los na prática. É uma pesquisa formal, que tem em vista generalizações, princípios, leis. Tem por meta o conhecimento pelo conhecimento." Neste estudo, a importância desta pesquisa se dá por ela fornecer a base para inovações e avanços futuros, estimulando a criatividade e a compreensão profunda de fenômenos. Apesar de seu caráter abstrato, é essencial para o progresso gradual da ciência e tecnologia, principalmente por se tratar de psicodélicos ritualísticos e psicologia.

Para melhor efeito dos resultados desse estudo, a abordagem da pesquisa é através do método qualitativo, pois Segundo Gil (2021, p. 54) "O que se busca com a pesquisa qualitativa é, mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo." Ou seja, tratar informações para compor esse trabalho e mensurar os resultados acerca dos objetivos da pesquisa.

São finalidades de uma pesquisa básica, qualitativa, com procedimento via revisão sistemática, "métodos voltados à minimização de vieses, de maneira a se produzir achados mais confiáveis que possam ser usados para informar a tomada de decisão" (Garcia, 2014)

A coleta de dados será feita por meio de uma revisão sistemática de estudos qualitativos sobre as experiências incomunicáveis desses usuários, especialmente no que se refere ao autoconhecimento e ao crescimento espiritual. A análise buscou identificar os benefícios terapêuticos dos psicodélicos utilizados em rituais, como maior conexão consigo mesmo e insights profundos. O tratamento dos dados visa compreender a eficácia dos psicodélicos ritualísticos na promoção da saúde mental e no processo de individuação, oferecendo uma nova perspectiva sobre terapias psicológicas e meios espirituais, utilizando-se de procedimentos analíticos como amplificação junguiana, imaginação ativa pós-ritual, sandplay, mandalas e diário dos sonhos para interpretar símbolos.

As bases de dados que foram utilizadas são Scielo e Associação Psicodélica do Brasil, utilizando-se dos termos de busca: Ayahuasca, Individuação, Jung, Psicodélicos ritualísticos, assim como os livros Eu venho de Longe: Mestre Irineu e seus companheiros; O eu e o inconsciente; O homem e seus símbolos. A partir desses instrumentos, a seleção dos termos de busca —"Ayahuasca", "Individuação", "Jung" e "Psicodélicos ritualísticos"— é fundamental para delimitar o escopo da investigação. Eles permitem conectar diretamente o objeto de estudo (as substâncias psicodélicas, com foco na Ayahuasca) ao referencial teórico central (a Psicologia Analítica de Jung), especificamente ao processo de individuação, que é o eixo da pesquisa.

O termo "psicodélicos ritualísticos" garante que a busca se restrinja aos contextos cerimoniais e tradicionais, alinhando-se à perspectiva de que a experiência vai além do efeito bioquímico. As bases de dados escolhidas —SciELO e o site da Associação Psicodélica do Brasil (APB)— são fontes prioritárias. A SciELO assegura o acesso à produção científica nacional revisada por pares, conferindo rigor acadêmico ao trabalho. Já a APB fornece informações atualizadas, contextos de pesquisa de ponta e a perspectiva das principais instituições que estudam a regulamentação e a aplicação terapêutica de psicodélicos no Brasil. Por fim, a bibliografia selecionada ("Eu venho de Longe", "O Eu e o Inconsciente", "O Homem e seus Símbolos") oferece o alicerce teórico e histórico necessário. As obras de Jung fundamentam os conceitos de inconsciente, símbolo e individuação, enquanto o livro sobre Mestre Irineu documenta a origem e o contexto ritualístico da Ayahuasca no Brasil, criando uma ponte essencial entre a teoria junguiana e o fenômeno cultural e religioso específico em análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta revisão corroboram a investigação sobre as experiências psicodélicas em contextos ritualísticos, com ênfase naquilo que se mostra inefável, ou seja, que não pode ser plenamente comunicado por meio da linguagem convencional. A partir da pergunta norteadora: Como é possível acolher o que não é comunicável nas experiências psicodélicas em contextos ritualísticos e quais caminhos o terapeuta pode seguir para atuação na clínica junguiana? Buscou compreender os modos pelos quais esses conteúdos emergem na psique, sua forma simbólica, e como o terapeuta junguiano pode criar um espaço clínico que favoreça o acolhimento dessas vivências. A análise é guiada por fundamentos da psicologia analítica, considerando a importância do símbolo, da escuta e manejo e, da individuação, como pontes possíveis entre o inefável e o mundo psíquico acessível à consciência.

Conforme Barreto (2021), no artigo O Xamanismo da Psicologia, nas últimas décadas, a meditação e as técnicas de respiração têm sido progressivamente incorporadas a práticas psicoterapêuticas de diferentes abordagens psicológicas. Essas ferramentas vêm se consolidando como parte do conjunto de recursos utilizados pela psicologia no cuidado e tratamento de uma variedade de transtornos mentais. Isso faz mensurar, como as práticas terapêuticas xamânicas influenciaram e continuarão a influenciar o desenvolvimento de métodos psicoterapêuticos voltados à evolução e ampliação da consciência, integrando corpo, mente e espírito no processo de individuação.

NOTAS

[1]Inefável: “uma experiência que não pode ser adequadamente expressa em palavras ou símbolos, uma vez que remete a uma vivência tão profunda e única que ultrapassa a capacidade de representação”. (PACINI e PROSDOCIMI, 2025, p. 7).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sofia Azevêdo de; TATMATSU, Daniely Ildegardes Brito. Pesquisas com Ayahuasca na psicologia: revisão de literatura sobre o potencial terapêutico. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 116–121, jul./dez. 2020. DOI: 10.36517/revpsiufc.11.2.2020.12. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53184/1/2020_art_saaraujodibtatmatsu.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

BUENO, Rômulo Silva. **Do ritual à terapia**: a evolução do uso de psicodélicos no mundo ocidental. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

COSTA, Aline Florentino da. **Eficácia simbólica e sentido de cura**: um tema entre o ensino de química e os saberes originários. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Química) – Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CHAIBUB, Thiago Falleiros Wirth. **Visões interiores**: a arte e a experiência visionária. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Plásticas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FRANCA BARRETO, A. O Xamanismo da Psicologia. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 496–506, 2021. DOI 10.17267/2317-3394rpds.v10i3.3827. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=1257434c-9559-3b82-a81d-baf2ecc9d3ce. Acesso em: 9 out. 2025.

GARCIA, Leila Posenato. Revisão sistemática da literatura e integridade na pesquisa. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, 23, número 01-02, jan-mar, 2014.

JATOBÁ, Joice Cruz. **Efeitos da Ayahuasca sobre a cognição**: uma revisão sistemática de estudos em humanos. 2022. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35800/1/EfeitosAyahuascaSobre.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e Seus Símbolos**. RJ: Nova Fronteira, 1964.

Labigalini, E. (1998). **O uso de ayahuasca em um contexto religioso por ex-dependentes de álcool** - um estudo qualitativo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 12 ago. 2025.

MAIA, Lucas de Oliveira. **Uso ritual da ayahuasca durante o tratamento de doenças físicas graves**: um estudo qualitativo. 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Ciências – Saúde Mental) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 19 fev. 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638669. Acesso em: 27 jun. 2025.

METZNER, R. Introdução: o cipó amazônico das visões. In: METZNER, R. (org.). **Ayahuasca**: consciência e o espírito da natureza. Rio de Janeiro: Gryphus, 2020.

MELLO, O. B.; CARDOZO, J. C. P.; SOARES, T. C. Psicodélicos e o Encontro com o Numinoso: uma Cartografia Bibliográfica Junguiana. **Revista de Gestão e Secretariado**,

[S. l.], v. 16, n. 5, p. e4926, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i5.4926. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4926. Acesso em: 16 set. 2025.

MOREIRA, Paulo; MACRAE, Edward. **Eu venho de longe**: Mestre Irineu e seus companheiros. Salvador: EDUFBA, 2011.

RODRIGUES, Sandro. **Introdução ao uso de psicodélicos em psicoterapia**: (apostila do minicurso da Associação Psicodélica do Brasil). Rio de Janeiro: APB, 2019.

RODRIGUES, Sandro; PASSOS, Eduardo. A linguagem do fora: a interface entre drogas lícitas e ilícitas em saúde mental. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 1, p. 57–75, jun. 2017. DOI: 10.22481/estudosdalinguagem.v15i1.2417.

RODRIGUES, Iago. **Psicologia junguiana e experiência psicodélica**: re-visionando drogas. Monografia. IJBA, Salvador, BA, 2017.

SIMÃO, Ana Carolina. **O chá e os settings**: a experiência de estar em psicoterapia e fazer uso ritual da ayahuasca. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

GONÇALVES, Guilherme Silva. O uso de psicodélicos como acesso à consciência primária e sua relação com a teoria dos arquétipos. Self - **Revista do Instituto Junguiano de São Paulo**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e04, 2022. DOI: 10.21901/2448-3060/self-2022.vol07.0004. Disponível em: https://self.ijusp.org.br/self/article/view/155. Acesso em: 30 jun. 2025.

TAVARES, Zélia Regina Corrêa. **A Ayahuasca como um veículo para a expansão da consciência**: uma experiência na busca da transformação pessoal. 2005. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, jun. 2005. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/3036. Acesso em: 26 jun. 2025.

KAST, Verena. **A Imaginação como Espaço de Liberdade**: Diálogos entre o Ego e o Inconsciente. São Paulo: Loyola, 1998.

VALENTE, Sergio Mafei. **A experiência terapêutica com psicodélicos**: uma leitura simbólica. Trabalho de conclusão de curso. PUC-SP. São Paulo, SP. 2023.

VIOL, A.; FELIPPE JUNIOR, H.; PALHANO-FONTES, Fernanda; ONIAS, Heloisa; ARAUJO, Draulio B. de; VISWANATHAN, G. M.. Física estatística aplicada à neurociência de estados alterados: o cérebro sob influência de psicodélicos. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 1-12, 2021. http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2020-0440. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-11172021000500208&script=sci_arttext. Acesso em: 18 ago. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Alex Rocha Ribeiro**, Acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano Sousa**, Psicólogo, Mestre, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

3. **Caio César Brum**, Psicólogo, Especialista, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, *docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

A DUALIDADE DA MUSCULAÇÃO COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PRESSÃO PELO CORPO PERFEITO

Lucas do Nascimento da Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo discute a dualidade da musculação como prática de promoção da saúde e, ao mesmo tempo, espaço de pressão estética. A pesquisa bibliográfica demonstra que, embora traga benefícios físicos e mentais, a musculação tem sido influenciada pela cultura do corpo perfeito e pelas redes sociais, o que gera insatisfação e distorção da imagem corporal. Conclui-se que é necessário ressignificar essa prática, priorizando o bem-estar e a saúde integral em detrimento dos padrões estéticos.

Palavras-chave: Musculação; Saúde; Corpo Ideal; Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

A prática de exercício físico é bem compreendida como um hábito benéfico para a saúde de seu praticante, não é atoa que a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) reforça que exercícios físicos trazem benefícios significativos para saúde do coração e mente do sujeito, promovendo o bem estar integral. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) também apresenta que os exercícios físicos são aliados no processo terapêutico, especialmente no tratamento de pessoas diagnosticadas com ansiedade e depressão. No entanto, quase metade da população de adultos, 19 a 47 anos, tem apresentado sedentarismo no seu estilo de vida, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia. A musculação, por sua vez, vai além de ser apenas uma prática física, envolvendo também mudanças no estilo de vida, como a adoção de uma alimentação saudável e a regulação do sono. Ademais a American College of Sports Medicine (2000) destaca que dos indivíduos em processo de sedentarismo que iniciam a atividade física, apenas 5% conseguem mantê-la.

A população brasileira apresenta índices elevados de sedentarismo. De acordo com dados do IBGE (2017), cerca de 123 milhões de pessoas não praticam, sendo que 91,3 milhões de pessoas nunca praticaram esportes na vida. Não obstante ao supracitado, a Organização mundial da saúde (OMS, 2024) esclarece que houve inatividade física crescente no período de 2010 a 2022 sendo a taxa de inatividade da

américa superior ao cenário mundial. IBGE (2017) também pontua que entre aqueles que praticam alguma atividade esportiva, o futebol é uma modalidade predominante, com aproximadamente 40% dos praticantes. Almeida *et al.* (2013) destacar o impacto que o futebol tem a nível mundial, todavia, é um esporte marcado por lesões e não recomendado para todas as faixas etárias. Todavia, American College of Sports Medicine (2000) ressalta o impacto positivo que a musculação tem para a saúde podendo acolher diversas faixa etárias e servindo como prática de promoção à saúde, sendo relevante para cenários preventivos e interventivos.

Mediante ao supracitado, faz se necessário compreender quais fatores têm levado as pessoas a abandonarem a prática regular de atividades físicas. Liz e Andrade (2015) conduziram um estudo no qual identificaram os principais fatores responsáveis pela baixa adesão à prática da musculação. Entre esses fatores, destacam-se a demora na percepção de resultados, a distância até as instalações, a falta de tempo e o atendimento inadequado. Ademais, Liz e Andrade (2015) observaram que os praticantes são atraídos por essa modalidade esportiva em virtude dos benefícios estéticos que ela proporciona.

Tais fatores dialogam com as reflexões de Iriart, Chaves e Orléans (2009), ao evidenciarem que a busca por resultados rápidos e benefícios estéticos está profundamente relacionada à influência da sociedade contemporânea, a qual valoriza o corpo como objeto de consumo. Nesse contexto, a musculação deixa de ser apenas uma atividade voltada à promoção da saúde e passa a ser associada à construção de uma imagem corporal idealizada. Esse fenômeno, por vezes, leva os praticantes a negligenciar os aspectos de bem-estar e saúde em prol de um padrão estético que demanda esforços extremos, muitas vezes prejudiciais.

Assim, observa-se um desejo genuíno e significativo entre os praticantes na busca pelo "corpo ideal". Embora os benefícios estéticos contribuam positivamente para a manutenção da autoestima, parece que esses critérios têm desviado os indivíduos da adesão à atividade física, afastando-os das demais vantagens proporcionadas pela prática da atividade a saúde desses indivíduos.

1 COMPREENDENDO A MUSCULAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE DO INDIVÍDUO

Antes de adentrar aos benefícios da musculação para a saúde mental de indivíduos adultos, é necessário compreender a terminologia utilizada para distinguir atividade física e exercício. A American College of Sports Medicine (2000) caracteriza atividade física como o movimento realizado pelas estruturas físicas do indivíduo. Ou seja, um conceito geral sobre o ato de mover do corpo humano, enquanto o exercício consiste em uma subcategoria da atividade física objetivando o desenvolvimento muscular ou aptidão física (Dasso, 2018).

Lima e Pinto (2007) descrevem a musculação como a seleção dos exercícios executados em equipamentos ou com pesos livres é, em princípio, baseada na análise detalhada do(s) movimento(s) articular(es) e da musculatura envolvida. Ela também é retratada como treinamento de força e usa do metabolismo anaeróbico para manter o seu desempenho. Trazendo essa relação de musculação com exercício físico, onde ambas têm como principal interesse proporcionar ao praticante uma melhor condição física.

Ao compreender a distinção entre atividade física e exercício, reconhece-se a musculação como uma prática estruturada e intencional, capaz de potencializar

impactos positivos na saúde. Além dos benefícios físicos amplamente consolidados — como a redução da mortalidade (Marino *et al*., 2022), o aumento da autoestima e do bem-estar psicológico, a melhora do humor e a promoção de uma sensação de competência, bem como a redução de pensamentos negativos característicos dos sintomas da depressão maior (Pinto *et al*., 2024; Daniele et al., 2015), e o controle do diabetes tipo 2 (Montenegro, 2015) —, destacam-se também os efeitos no âmbito psicológico. A prática regular de exercícios está associada a uma menor incidência de sintomas depressivos e ansiosos (Montenegro, 2023).

Nesse sentido, evidencia-se a profunda relação entre corpo e mente, demonstrando que os benefícios da musculação transcendem a dimensão física e influenciam diretamente o bem-estar psicológico. Essa correlação torna-se ainda mais evidente quando se analisa a percepção de qualidade de vida entre os praticantes. De acordo com Abreu e Dias (2017), indivíduos que se engajam em exercícios físicos tendem a relatar maior satisfação pessoal, abrangendo aspectos como saúde física, equilíbrio emocional, relações sociais e ambiente. Tal evidência reforça a ideia de que cuidar do corpo é também cuidar da mente, especialmente entre adultos, para os quais a prática regular de musculação pode atuar como fator protetivo contra distúrbios mentais. Dessa forma, a musculação consolida-se não apenas como estratégia de condicionamento físico, mas como um pilar essencial para a saúde.

A musculação tem se consolidado como uma importante ferramenta terapêutica no tratamento de transtornos mentais, especialmente a depressão. Estudos científicos recentes demonstram sua eficácia clínica de forma consistente. O estudo de Aguiar *et al* (2024), um ensaio clínico controlado com 200 pacientes diagnosticados com depressão, mostrou resultados expressivos, 75% dos participantes apresentaram uma redução média de 10 pontos na escala Beck Depression Inventory (BDI). Diante desses resultados, observa-se que a prática da musculação demonstra ter contribuição significativa para ser incorporada como intervenção complementar na promoção da saúde mental e física.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, que busca compreender em profundidade os fenômenos sociais a partir de perspectivas e experiências dos indivíduos, e não por meio de quantificações estatísticas. Esse tipo de abordagem permite a investigação de nuances, motivações e significados complexos que não seriam capturados por métodos quantitativos, focando na riqueza dos dados e na interpretação (FLICK, 2009; Minayo, 2010).

Fundamentada nesse paradigma, a pesquisa utilizou-se da revisão bibliográfica como método principal. A revisão bibliográfica consiste no levantamento, análise e interpretação de produções científicas já existentes sobre um determinado tema (GIL, 2017). Ela permite aprofundar o conhecimento sobre o assunto, identificar lacunas, tendências e controvérsias na literatura, além de fornecer um embasamento teórico sólido para a discussão dos resultados (CRESWELL, 2014).

O referencial teórico foi construído por meio de uma pesquisa sistemática em diversas bases de dados científicas, incluindo SciELO, EBSCO, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES. A seleção dos artigos priorizou publicações a partir do ano de 2020, em língua portuguesa, por sua relevância e atualização no contexto da pesquisa. Contudo, estudos anteriores a esse recorte temporal foram incluídos quando

demonstraram contribuição significativa e fundamental para a sustentação teórica do estudo.

Inicialmente, a ferramenta Consensus AI foi empregada para uma seleção preliminar de artigos científicos, utilizando a frase: "Promoção da Saúde e Pressão pelo Corpo Perfeito" para a busca, otimizando a identificação de publicações pertinentes. A qualidade dos periódicos foi avaliada utilizando a extensão Rapid Journal Quality Check, que verifica a classificação dos periódicos no sistema Scimago Journal Rank (SJR). Artigos publicados em periódicos classificados no estrato Q1 foram priorizados. Artigos cuja classificação não pôde ser verificada pela ferramenta, seja por limitações técnicas ou ausência de indexação no SJR, foram submetidos a uma análise rigorosa de sua coerência teórica, contribuição metodológica, frequência de citação e pertinência ao tema central do estudo. Publicações que não atenderam a esses critérios foram excluídas da análise.

3 FATORES QUE INTERFEREM NA MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS NA ACADEMIA

Apesar dos benefícios evidentes da musculação para a saúde mental, como citado anteriormente o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) destaca a prevalência do sedentarismo entre adultos jovens no Brasil, sendo um fator que contribui para o adoecimento psíquico. Nesse contexto, torna-se crucial investigar os fatores que influenciam a adesão à prática de exercícios físicos em academias.

Estudos como o de Liz e Andrade (2015) nos ajudam a compreender o conjunto de fatores que interferem na prática esportiva.

> Considerando a análise da literatura, os resultados e as interpretações do presente estudo, pode-se afirmar que os motivos relacionados à prática de musculação em academias são a percepção de bem-estar que a prática promove, busca pela melhoria da saúde e estética corporal, bem como a socialização que o ambiente da academia proporciona.[..] A desistência da prática da musculação é atribuída aos motivos da falta de tempo, atendimento profissional desqualificado, poucos aparelhos para a prática, cansaço, ocorrência de lesões, não promoção da socialização entre os praticantes da academia e a monotonia. No que tange ao ambiente de prática da musculação, verificou-se que a academia deve oferecer bom acompanhamento profissional, ser próxima da casa ou do trabalho, oferecer boa quantidade e qualidade de aparelhos e os praticantes devem se sentir satisfeitos com o ambiente da academia (LIZ E ANDRADE, 2015, pg. 7).

Dentre os fatores elencados, percebe-se que componentes relacionados ao meio social como a falta de promoção de socialização entre os praticantes da academia, baixa qualidade no atendimento profissional e pressão estética são fatores importantes na manutenção da motivação desses participantes.

Estudos recentes, como o de Schreiber e Tiggemann (2021), doutores no ramo da educação física, revelam uma correlação significativa entre o Índice de Massa Corporal (IMC) elevado e a taxa de desistência em academias. Observou-se que indivíduos com IMC alto, 25 kg/m2, apresentam maior propensão a abandonar os programas de exercícios, aproximadamente 60% dos desistentes buscavam o emagrecimento como objetivo principal. Além disso, a pesquisa aponta para uma maior prevalência de desistência entre o público feminino e a insatisfação com a redução de gordura corporal como principal motivo para a não adesão.

Em complemento ao supracitado, é interessante avaliar como esses fatores interferem na adesão e prática de ambos os gêneros a fim de mitigar os efeitos dessa prática. A análise dos dados de Caputo, Medeiros e Domingues (2017) mostra uma relação com os estudos de Schreiber e Tiggemann (2021) e apontam uma complexidade na motivação estética e satisfação corporal em mulheres praticantes de exercício físico. Embora 67,3% das participantes apontem a estética como principal motivador para a atividade física, um percentual relativamente baixo (21,4%) expressa insatisfação com o próprio corpo. Essa informação levanta a hipótese de que a desistência de algumas mulheres das academias possa estar relacionada a uma insatisfação corporal subjacente. A motivação estética, embora predominante, pode não ser suficiente para garantir a adesão contínua ao exercício físico, especialmente se houver uma discrepância entre as expectativas de resultados estéticos e a percepção da própria imagem corporal.

Os achados de Schreiber e Tiggemann (2021) dialogam com a pesquisa realizada por Rocha (2017), evidenciando que a insatisfação corporal apresenta maior prevalência no público feminino. Contudo, percebe-se uma progressiva ascensão da insatisfação com a imagem corporal também no público masculino. É fundamental ressaltar que tal insatisfação representa um potencial fator de risco para o desenvolvimento de distúrbios alimentares e a dependência do exercício físico. Percebesse que indivíduos do sexo masculino engajados na musculação demonstram elevados níveis de insatisfação corporal, buscando na prática de exercícios um corpo mais sarado por meio do aumento da massa muscular. Dessa forma, diferenciando de outro público masculino que pratica outras práticas desportivas, buscam por meio dessas atividades benefícios para a sua saúde (ROCHA, 2017).

Não só fatores que afetam a estética do indivíduo foram destacados contribuem para o abandono da prática desportiva, mas também, por meio da pesquisa de Melo et al. (2018) elucidam alguns obstáculos à adesão contínua em academias, destacando a falta de tempo como fator predominante, afetando 39% dos participantes. A distância entre a academia e a residência ou local de trabalho surge como o segundo maior impedimento, impactando 22% dos indivíduos, enquanto a falta de motivação, um componente intrínseco à persistência na atividade física, responde por 12% das desistências. O fator de ordem estética ou social não foi um ponto alvo de sua pesquisa. Buscando por meio dos estudos ver quais questões logísticas mais prejudicam a adesão dos participantes de academias. Vale ressaltar que esses obstáculos citados por Melo et al. (2018) foram pontos levantados por Liz e Andrade (2015) e também pelo Schreiber e Tiggemann (2021). Porém, não apresentaram tanto impacto quanto aos fatores de ordem social.

Apesar de serem amplamente reconhecidos os inúmeros benefícios da prática de exercícios físicos em academias, muitos praticantes ainda demonstram desconhecimento ou não atribuem a devida importância a esses efeitos positivos. Esse cenário é especialmente preocupante diante dos dados divulgados pela Secretaria Nacional de Saúde (2022), que alertam para o aumento significativo dos diagnósticos de depressão entre os anos de 2013 e 2019. Em 2019, 10,2% das pessoas com 18 anos ou mais afirmaram ter recebido diagnóstico de depressão, o que representa aproximadamente 16,3 milhões de indivíduos. Esse percentual apresentou um crescimento de 34% em comparação a 2013, quando o índice era de 7,6%. Diante desse quadro, questiona-se: os números permaneceram tão alarmantes caso houvesse maior conscientização sobre os benefícios da musculação para a saúde mental dessa população?

Mediante ao exposto, é perceptível dados que identificam a academia como um espaço provedor de saúde e bem estar, mas componentes de ordem social acabam afetando a adesão desse público, ou, motivando-os a aderir a praticar. É um fator de ordem social que se mostra presente e recorrente nos estudos realizados por Liz e Andrade (2015), Schreiber e Tiggemann (2021) e Caputo, Medeiros e Domingues (2017) é a busca pelo corpo ideal. Não só isso, mas também Abreu e Dias (2017) afirma que o indivíduo não se envolve na prática do exercício físico pelo prazer, mas sim porque é um meio para obter determinados objetivos por si valorizados. Certamente esse dado fornece elucidação para a falta de motivação por parte dos estudos de Melo et al. (2018). Com isso em mente é válido investigar o quanto a pressão pelo corpo perfeito influencia e afeta o indivíduo imerso nessa cultura.

4 A PRESSÃO PELO CORPO PERFEITO NUM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE

De acordo com estudos realizados por Liz e Andrade (2015), Schreiber e Tiggemann (2021) e Caputo, Medeiros e Domingues (2017), é notório o interesse dos praticantes de musculação na busca pelo corpo ideal imposto pela sociedade contemporânea. Essa busca, muitas vezes influenciada por padrões estéticos irreais divulgados nas mídias sociais e pela cultura fitness, pode levar a uma relação obsessiva com o treinamento e a alimentação, resultando em comportamentos disfuncionais, como o excesso de exercícios e dietas restritivas (ROCHA, 2017). Além disso, Liz e Andrade (2015), Schreiber e Tiggemann (2021) e Caputo, Medeiros e Domingues (2017) pontua que existe uma correlação direta entre essa cultura de idealização corporal e a frequente desistência de alguns participantes, que, ao não alcançarem os resultados esperados em um curto período, desenvolvem frustração e desmotivação. Tendo isso em vista, é importante avaliar os impactos negativos que a cultura do corpo perfeito pode causar nos indivíduos que buscam um estilo de vida mais saudável, como a baixa autoestima, transtornos alimentares e até mesmo o abandono precoce da prática esportiva. Portanto, torna-se essencial promover uma abordagem mais equilibrada e realista sobre os objetivos fitness, priorizando a saúde e o bem-estar em vez da mera estética.

Em consonância com o que foi anteriormente exposto, Bom (2024) afirma que a construção corporal está diretamente relacionada à aceitação das exigências sociais, inserida em uma dinâmica de poder que determina padrões físicos e utiliza a mídia como um vetor de influência sobre o imaginário coletivo. Ressalta-se que tais padrões oscilam entre a magreza extrema e a musculatura acentuada, comumente representadas por dançarinas e atrizes de novela, sendo constantemente moldados pelas transformações da sociedade em que o indivíduo está inserido. No mesmo sentido, Agrícola (2024) argumenta que as exigências da sociedade capitalista e consumista, reforçadas pelos meios de comunicação, exercem forte pressão para que os jovens se adequem aos padrões estéticos impostos pela mídia.

Brito, Thimoteo e Brum (2020) evidenciam os malefícios gerados pela influência das redes sociais. Com ênfase no cenário da pandemia, período marcado pelo afastamento das relações presenciais e pela intensa imersão nos meios digitais. O crescente consumo dessas plataformas contribuiu para o aumento da cobrança em relação ao corpo idealizado, gerando maior insatisfação corporal, adoção de comportamentos autodestrutivos, distorção da autoimagem, baixa autoestima e aumento da ansiedade. Caputo, Medeiros e Domingues (2017) reforçam esse panorama ao apontar que as redes sociais impactam significativamente os alunos de academias,

levando-os à busca por padrões estéticos irreais. Como consequência, é comum o surgimento de insatisfação com o próprio corpo e até mesmo a desistência da prática de atividade física. Rocha (2017) acrescenta que a busca pelo corpo idealizado também está relacionada ao desenvolvimento de quadros depressivos e outros transtornos mentais. A obsessão por um corpo perfeito pode resultar em dietas extremas e no afastamento do convívio social, agravando sintomas previamente existentes. Esse panorama contrasta com o que é proposto por Aguiar et al. (2024), que consideram a musculação uma ferramenta eficaz no tratamento da depressão e de outras comorbidades, como a ansiedade. O objetivo do estudo de Rocha (2017) não é minimizar a importância da musculação para indivíduos em sofrimento psíquico, mas sim problematizar como a cultura do corpo perfeito, inserida no ambiente das academias, pode comprometer os benefícios terapêuticos dessa prática.

Além disso, autores como Damasceno et al. (2020) discute como essa busca incessante pelo ideal corporal pode levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares, dismorfia corporal e outras consequências psicológicas. Segundo esses pesquisadores, a internalização desses padrões é especialmente prejudicial entre adolescentes e jovens adultos, grupo mais vulnerável à influência da mídia. Rodrigues e Souza (2021) complementam que a prática de exercícios físicos, que deveria estar associada à promoção da saúde e do bem-estar, muitas vezes se torna um meio de validação social, transformando o corpo em um produto a ser exibido.

Por fim, Costa e Silva (2019) enfatizam a necessidade de desconstruir esses ideais promovendo uma educação crítica que aborda os impactos negativos dos padrões estéticos impostos pela cultura e intensificado através da mídia. Segundo Medeiros, Caputo e Domingues (2017) alerta sobre esse ser um tema atual e crescente e reforça a importância de orientações por meio de profissionais da área da saúde e destaca ainda mais o papel do professor de educação física. Pois a academia, por vezes, deixa de ser um espaço de promoção à saúde e se torna um espaço para alcançar o corpo desejável.

5 A ESPETACULARIZAÇÃO DO CORPO FITNESS NA PANDEMIA: REDES SOCIAIS, INSATISFAÇÃO CORPORAL E MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE

A pandemia intensificou um fenômeno já preocupante: a imersão de jovens estudantes nas redes sociais. Esse processo evidenciou a ascensão de corpos espetacularizados como novos referenciais de excelência física. Plataformas como o Instagram transformaram-se em vitrines globais da cibercultura fitness, nas quais musas e influenciadores não apenas exibem corpos esculpidos, mas os convertem em mercadorias midiáticas, associando-os à obtenção de felicidade, saúde e sucesso, uma dinâmica que ecoa as discussões de Bom (2024) sobre a estética corporal no espaço academia.

Essa cultura do corpo perfeito opera por meio de estratégias de visibilidade que incluem rotinas de treino hiperdisciplinadas, alimentação restritiva e uso de suplementos, todos apresentados como requisitos para alcançar o status de corpo ideal. No entanto, essa exposição constante gerou um paradoxo: enquanto promovia um estilo de vida supostamente saudável, a comparação social mediada por algoritmos elevou drasticamente índices de insatisfação corporal, ansiedade e comportamentos autodestrutivos entre adolescentes. Rocha (2017), em sua pesquisa sobre a procura por um corpo musculado em homens, já apontava para a relação entre essa busca e comportamentos alimentares disfuncionais, evidenciando as distorções da autoimagem

e as práticas extremas. Somam-se a isso as análises de Damasceno, Oliveira e Moreira (2020) sobre transtornos alimentares e dismorfia corporal em jovens, que reforçam os severos impactos sociais e psicológicos dessa pressão por um ideal de corpo.

A pandemia agravou essa dinâmica ao trazer um cenário no qual a população a nível mundial ficou mais propensa e imersa aos meios digitais, incluindo as redes sociais. Com o isolamento social, a busca por corpos popularmente conhecidos como "fitness" ou "magros" tornou-se um objetivo a ser conquistado. Jovens passaram a consumir conteúdos que vinculam a autoestima a padrões inatingíveis, muitas vezes construídos por edições de imagem e filtros, levando a distorções da autoimagem e a práticas como dietas extremas ou exercícios compulsivos, um cenário já vislumbrado pela pesquisa de Rocha (2017).

O neoliberalismo desempenha um papel fundamental na construção da imagem e da subjetividade do indivíduo, convertendo-o em um "empreendedor de si mesmo" e moldando sua existência em conformidade com a lógica do mercado. As redes sociais, nesse contexto, acabam se tornando um palanque para a propagação de pensamentos hegemônicos, refletindo a validação social pela prática de exercícios físicos como um meio de se inserir nessa lógica, como discutem Rodrigues e Souza (2021). Dentro disso, percebe-se uma influência do atual modelo econômico para a propagação da cultura do corpo perfeito.

Além disso, a lógica do hiperconsumo digital, tema que dialoga com as investigações de Medeiros, Caputo e Domingues (2017) sobre a insatisfação corporal em frequentadores de academia, transformou o próprio corpo em um projeto de aprimoramento contínuo. As musas fitness, ao adotarem o seu corpo como ferramenta para divulgação de produtos e empresas, reforçam essa cadeia produtiva. Seus corpos tornam-se, ao mesmo tempo, produto e propaganda; alimentando um ciclo de comparação e frustração.

Os impactos desse cenário são profundos. Estudos como os de Damasceno, Oliveira e Moreira (2020) associam o consumo passivo dessas narrativas a transtornos alimentares, quadros depressivos e abandono precoce de atividades físicas. É um paradoxo, pois a musculação, por exemplo, poderia ser uma aliada na saúde mental, com Daniele et al. (2015) destacando seus benefícios na reversão de alterações neuroquímicas cerebrais, Monteiro et al. (2023) apontando para seus efeitos no tratamento da depressão e ansiedade, e a Pan American Health Organization (2024) enfatizando os benefícios gerais da atividade física para a saúde mental. Marino, Vishnubala e Oja (2022) também sublinham a importância das atividades de fortalecimento muscular para a melhoria dos resultados de saúde. A solução, como apontam os pesquisadores, não está na demonização das redes sociais, mas na promoção da alfabetização midiática crítica. Urge desnaturalizar a ideia de que corpos são mercadorias e estimular uma relação mais autônoma com a imagem corporal, baseada em parâmetros de saúde, não em likes.

Percebemos então que a crescente imersão dos jovens nas redes sociais, intensificada pela pandemia, moldou um cenário onde a busca por um corpo "perfeito" se tornou um objetivo impulsionado pela cibercultura fitness e pela lógica neoliberal do "empreendedor de si mesmo". Essa dinâmica, que se reflete em discussões sobre insatisfação corporal e comportamentos de risco, como apontado por Rocha (2017) e Damasceno, Oliveira e Moreira (2020), transforma o corpo em mercadoria e fonte de frustração, apesar dos benefícios da atividade física para a saúde mental, conforme ressaltado por Daniele et al. (2015) e a Pan American Health Organization (2024). Portanto, a resposta não reside na demonização da internet, mas na promoção de uma

alfabetização midiática crítica que capacite os jovens a desenvolverem uma relação mais saudável e autônoma com sua imagem corporal, pautada na saúde e no bem-estar, e não em validações digitais.

6 A NECESSIDADE DE NOVOS PARADIGMAS: ENTRE A CONSCIENTIZAÇÃO E A RESIGNIFICAÇÃO DOS IDEAIS CORPORAIS

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar a relação entre redes sociais, imagem corporal e saúde mental. Se, por um lado, a mídia digital potencializou a disseminação de padrões estéticos irreais, por outro, também pode ser um espaço que promove saúde e corpos diversos. Esse formato tem ganhado força em plataformas como Instagram e TikTok, desafiando a hegemonia do corpo fitness esculpido (Liz; Andrade 2015). No entanto, como alertam Schreiber e Tiggemann (2021), mesmo esses movimentos podem ser aliados pela lógica do consumo, transformando-se em meras pautas sociais sem impactar efetivamente a autoimagem dos jovens.

Nesse sentido, é fundamental que escolas, famílias e profissionais de saúde atuem em conjunto para promover uma educação digital crítica, capaz de desconstruir os mitos vendidos pelos influencers e musas fitness. Como sugere Rocha (2017), discutir abertamente os processos de edição de imagens, os interesses comerciais por trás dos perfis fitness e os riscos das comparações sociais pode reduzir a internalização desses ideais.

Além disso, é preciso reforçar que a prática de atividades físicas, incluindo a musculação, deve estar vinculada a parâmetros de bem-estar integral, e não a métricas estéticas. Afinal, como demonstram Aguiar et al. (2024), os benefícios psicológicos do exercício físico são anulados quando a motivação deixa de ser a saúde e passa a ser a aprovação social.

Essa discussão evidencia a urgência de ressignificar as práticas corporais contemporâneas, transcendendo a mera estética para alcançar uma concepção integral de saúde. A musculação, quando desvinculada da dos padrões estéticos e reconectada com parâmetros de bem-estar geral, revela seu potencial terapêutico, não apenas no desenvolvimento físico, mas como ferramenta de empoderamento e autoconhecimento corporal. Contudo, como demonstra Aguiar et al. (2024), esse potencial é sistematicamente sabotado quando a motivação principal deixa de ser o autocuidado para transformar-se em busca obsessiva por validação social e digital. A pesquisa revela um dado alarmante: os mesmos exercícios que poderiam reduzir sintomas depressivos e ansiosos tornam-se fontes de sofrimento psíquico quando praticados sob a lógica da performance espetacularizada típica das redes sociais.

Esse paradoxo explicita como a cultura fitness digitalizada opera uma perversa inversão de valores, transformando o que deveria ser instrumento de libertação em mais um mecanismo de opressão corporal. Diante desse cenário, torna-se importante não apenas conscientizar sobre os malefícios da comparação social digital, mas estruturar intervenções concretas: desde a educação midiática nas escolas até a formação de profissionais de educação física capacitados para desconstruir mitos estéticos e promover uma relação saudável com o corpo. A verdadeira revolução na cultura fitness contemporânea só ocorrerá quando conseguirmos substituir a ditadura da imagem pela ética do cuidado, onde o valor de um corpo se mede não por seus contornos musculares, mas por sua capacidade de viver com plenitude e autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado evidencia-se que a musculação apresenta inúmeros benefícios para a saúde global do indivíduo, abrangendo todos os componentes que integram todas as esferas biopsicossociais, principalmente, aspectos relacionados à saúde mental do praticante. Desde a promoção da saúde até o tratamento para indivíduos com depressão, ansiedade e insônia.

Contudo, o impacto dos benefícios parece irrisório perante ao impacto que a cultura do corpo idealizado imprime ao indivíduo, transformando o espaço da academia em um ambiente para atender a demanda dessa cultura. Essa transformação acaba por tirar das academias a visão de um espaço de promoção à saúde, fazendo com que os participantes que atendam a essa cultura permaneçam nos espaços e aqueles que não atendem acabam abandonando a prática.

Um fator que tem contribuído para a intensa propagação dessa cultura é a intersecção entre o avanço tecnológico e o atual modelo econômico, que, por sua natureza hegemônica, frequentemente veicula ideologias autoritárias e restringe a diversidade de pensamentos. Consequentemente, isso favorece a cultura do 'corpo perfeito' em detrimento do exercício físico enquanto ferramenta eficaz para o cuidado da saúde. Essa dinâmica mergulha os indivíduos ainda mais na necessidade de moldar seus corpos de acordo com o conteúdo difundido nas redes sociais.

Um caminho para lidar com esse cenário seria intensificar as pautas que questionam o modelo econômico vigente, utilizando as redes sociais como uma ferramenta poderosa para divulgar os malefícios que essas cobranças estéticas podem trazer para o indivíduo, além de apresentar fatores motivacionais mais congruentes e adaptativos para a população que necessita realizar atividade física.

Dessa forma, compreende-se que a musculação cumpra seu verdadeiro potencial como promotora de saúde, é necessário reavaliar a interseção entre tecnologia, economia e padrões estéticos. O desafio reside em desconstruir a cultura do corpo idealizado por meio da conscientização, principalmente no ambiente digital, e da oferta de motivações baseadas na saúde e qualidade de vida. Dessa forma é possível transformar as academias em espaços inclusivos, respeitando a diversidade corporal e os objetivos individuais de cada praticante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTES, Mariana; ALMEIDA, Silvio. **Neoliberalismo autoritário no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, v. 34, e021020, p. 1-25, 2021.

ALMEIDA, P. S. M. de et al. Incidência de lesão musculoesquelética em jogadores de futebol. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 112-115, mar./abr. 2013.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

DANIELE, Thiago Medeiros da; LOPES, Jaqueline Pereira; SILVA, Francisco Girleudo Coutinho da; BRUIN, Pedro Felipe Carvalhedo de; BRUIN. Exercício físico reverte alterações neuroquímicas cerebrais e comportamentais induzidas pela privação do sono. **Sleep Science**, v. 8, n. 4, p. 219-225, dez. 2015.

DAMASCENO, F. P.; OLIVEIRA, G. S.; MOREIRA, L. M.Transtornos alimentares e dismorfia corporal em jovens: uma análise dos impactos sociais. **Revista de Saúde Pública**, Brasília, v. 54, n. 3, p. 123-135, 2020.

DASSO, N. **How is exercise different from physical activity?** A concept analysis. Nursing Forum, v. 54, p. 45-52, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/nuf.12296.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Falta de tempo e de interesse são os principais motivos para não se praticar esportes no Brasil. 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15128-falta-de-tempo-e-de-interesse-sao-os-principais-motivos-para-nao-se-praticar-esportes-no-brasil. Acesso em: 6 dez. 2024.

LIMA, Claudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. Cinesiologia e musculação. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

LIZ, Carla Maria de; ANDRADE, Alexandro. **Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias.** Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, 2014. Recebido em: 17 jan. 2013; aceito em: 22 fev. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352340914000050. Acesso em: 6 dez. 2024.

LOPES, Claudia de Souza. **Como está a saúde mental dos brasileiros?** A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema Editorial (Escolha das Editoras). 2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Atividade física**. 2024. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/atividade-fisica#:~:text=A%20atividade%20f%C3%ADsica%20tem%20benef%C3%ADcios,sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20e%20ansiedade. Acesso em: 6 dez. 2024.

RODRIGUES, P.; SOUZA, A. B. **Corpo e sociedade:** a validação social pela prática de exercícios físicos. Revista de Ciências Humanas, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 78-92, 2021.

UNESC. **A estética corporal no espaço academia:** discussão e reflexão. In: BOM, Francine Costa de. Arte, cultura e educação: identidade e memória. 2024. Disponível em: https://www.unesc.net/portal/resources/files/595/A%20ESTeTICA%20CORPORAL%20NO%20ESPAcO%20ACADEMIA%20DISCUSSaO%20E%20REFLEXaO.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

MARINO, K.; VISHNUBALA, D.; OJA, P. Muscle-strengthening activities to improve health outcomes: what the evidence supports. **British Journal of Sports Medicine**, v. 56, p. 831-832, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bjsports-2022-105481.

MEDEIROS, Tanísia Hipólito; CAPUTO, Eduardo Lucia; DOMINGUES, Marlos Rodrigues.

MONTENEGRO, L. DE P. Musculação para a qualidade de vida relacionada à saúde de Hipertensos e Diabéticos Tipo 2. RBPFEX - **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 9, n. 51, p. 105-109, 11 maio 2015.

MONTEIRO, Cleislia De Jesus Ferreira *et al*. BENEFÍCIOS DA MUSCULAÇÃO NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E ANSIEDADE. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS**–UNIVERSO BELO HORIZONTE, v. 1, n. 9, 2023.

SCHREIBER, H. F., & TIGGEMANN, C. L. (2021). COMPARAÇÃO DO PERFIL DE DESISTENTES E PERMANECENTES PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO EM UMA ACADEMIA DE FARROUPILHA-RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, 13(3). https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v13i3a2021.2971

MELO, C. C. C. de, BOLETINI, T. L., Mares, D. P., & NOCE, F. (2018). Fatores que influenciam a evasão de clientes em uma academia: estudo de caso. **Revista Brasileira de Psicologia Do Esporte**, 7(2). https://doi.org/10.31501/rbpe.v7i2.8337

ROCHA, Daniela de Fátima Rodrigues da. **A procura de um corpo musculado nos homens:** Relação com comportamentos alimentares disfuncionais e experiências emocionais. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Universidade do Minho, 2017.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Lucas do Nascimento da Silva**, *acadêmico de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

A DUALIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE PAIS E FILHOS ADULTOS QUE COABITAM

Jorama Leobas de Castro Antunes
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Inicia-se o estudo acadêmico com a pesquisa bibliográfica, que traz à tona os aspectos primordiais do estudo interdisciplinar e transdisciplinar da temática proposta sobre a dualidade das relações familiares entre pais e filhos adultos que coabitam, envolvendo a seara familiar na perspectiva dos seguintes autores: Zweig (2001), Abrahms (2001), Kast (2022), Féres-Carneiro; Magalhães, (2006), Giddens (1993), Bauman (2003), Dodson (2022), Jung (2014), dentre outros. Haja vista a dualidade das relações familiares existentes, que precisam ser discutidas no âmbito acadêmico com o foco no olhar psicológico de pais e filhos adultos que coabitam, bem como o fenômeno do prolongamento da convivência entre pais e filhos, a dependência socioeconômica dos filhos, a acomodação por estarem no mesmo teto dos pais sob os aspectos emocionais e financeiros; ao sair de casa, os filhos causam nos pais a "Síndrome do ninho vazio", que consiste no período de mudanças no ciclo de vida familiar, já que os filhos se retiram da casa dos pais e os deixam sozinhos. Metodologicamente, a utilização dos pressupostos reforça a constatação da pesquisa bibliográfica por meio dos autores citados acima de que pais e filhos adultos coabitantes são determinantes para a construção equilibrada da psique dos filhos que estejam sob o mesmo teto dos pais, impactando diretamente na "inteligência emocional" a "ruptura abrupta", no que se refere à convivência sob o mesmo teto. Em síntese, os impactos emocionais da coabitação dos filhos adultos com os pais são evidentes no âmbito da Psicologia Clínica sob o prisma junguiano.

Palavras-chave: Psicologia Clínica; Síndrome do Ninho Vazio; Qualiquantitativo; Inteligência Emocional; Jung.

INTRODUÇÃO

A coabitação prolongada entre pais e filhos adultos constitui uma realidade na sociedade contemporânea originada a partir de aspectos econômicos, sociais, culturais, emocionais e psicológicos, os quais, em não raras situações, implicam mudanças nos papéis familiares, comprometimento da liberdade e da autonomia, dentre outros. Tudo isso é permeado por uma ligação simbiótica e de (inter)dependência.

ISSN 2595-2110

Ao mencionar o aspecto que se direciona para as relações entre pais e filhos como apresentado, há que se considerar a existência de uma "sombra"[1] na dualidade das relações familiares que se revela como um "sistema imunológico psíquico", com convívio permeado pelo cuidado, zelo, mas também, pela violência, raiva, agressividade e silêncio.

Nesse cenário, o contexto familiar se revela intrinsecamente complexo e dual, marcado pela tensão entre o anseio dos filhos adultos por autonomia emocional e financeira e a persistência da coabitação com os pais. Essa dinâmica, que transcende a mera convivência, frequentemente expõe e intensifica aspectos inconscientes da psique, notadamente a Sombra e os complexos parentais. Tais elementos, quando não reconhecidos e integrados, podem gerar um ambiente de ambivalência psíquica, onde o apoio material e afetivo dos pais, embora ofereça conforto aos filhos, pode paradoxalmente inibir o desenvolvimento de sua individuação. Para os pais, essa situação pode manifestar-se como uma sobrecarga emocional e existencial, enquanto para os filhos, o benefício do suporte parental pode mascarar uma estagnação no amadurecimento, revelando um custo oculto para ambos os lados. Compreender essa intrincada teia de interdependências e suas manifestações inconscientes é crucial para desvendar os desafios e potenciais de crescimento inerentes a essa configuração familiar.

No contexto dos tempos atuais, com a modernidade líquida, trazida por Bauman[2] (2007), deixa-se de formar relações entre pais e filhos com mais intimidade, seguras e sólidas. A sobrecarga de atividades dos pais e as demandas da sociedade digital podem criar desafios pela falta de tempo, o que compromete a interação e, por consequência, a estruturação familiar. Neste momento de modernidade líquida, as configurações familiares tradicionais encontram-se em mutação, com aumento de divórcios, famílias reconstituídas e relacionamentos instáveis, o que reflete a natureza fluida das relações na sociedade contemporânea (Bauman, 2003).

À luz da Psicologia Junguiana, é oportuno o conceito de complexidade, o qual, conforme explicitado por Kast (2022, p. 33), no livro "Filhos de Pai, filhos de mãe", consta:

> O desligamento adequado à idade, complexos e memória de episódios, o complexo materno originalmente positivo do homem, o complexo materno originalmente positivo em mulheres, o elemento típico nos complexos maternos originalmente positivos, o complexo paterno originalmente positivo do homem, o complexo paterno originalmente positivo nas mulheres, o complexo materno originalmente negativo nas mulheres, complexo materno originalmente negativo nos homens, o complexo paterno originalmente negativo na mulher, já que pais e filhos adultos coabitam em relações monoparentais, famílias tradicionais, famílias multiparentais, bem como em todo tipo de configuração familiar.

No cenário delineado, cumpre registrar que o cerne do problema orientador do presente estudo reside na busca para compreender como a dualidade entre o desejo por autonomia e a manutenção saudável de laços afetivos e de família se manifesta nas relações entre pais e filhos adultos que coabitam.

Consequentemente, infere-se que, invariavelmente, as relações são permeadas por ambivalência de sentimentos e, por consequência, divergência e conflitos de diferentes ordens, dentre os quais afetivos e materiais, com retroalimentação.

Ciente da impostergável necessidade de independência dos filhos que desejam vivenciar as próprias escolhas e buscar a manutenção da relação de afeto,

cumplicidade e do suporte familiar, em especial no contexto de incertezas, desafios e dificuldades de diferentes ordens, a pergunta norteadora da presente pesquisa cinge-se a seguinte: Quais são os motivos determinantes para que os filhos adultos permaneçam nas casas dos pais?

Mostra-se fundamental reconhecer que a realidade do trabalho profissional desempenha um papel crucial na reconfiguração das dinâmicas familiares contemporâneas. A instabilidade do mercado, a precarização dos vínculos laborais e a sobrecarga de demandas têm impulsionado a permanência de filhos adultos na casa dos pais.

Nesse contexto, a crescente competitividade e a dificuldade de acesso a empregos ideais e satisfatórios levam muitos jovens a buscar no ambiente familiar não apenas o suporte financeiro, mas também um apoio emocional crucial diante das incertezas inerentes a esse cenário. Corroborando essa tendência, dados do IBGE indicaram que cerca de 34,8% dos jovens adultos residiam com os pais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, p. 1). Essa dependência prolongada, embora também justificada por fatores socioeconômicos, estabelece complexas interações psíquicas que merecem aprofundamento, influenciando diretamente a autonomia e o processo de individuação de todos os membros da família.

Nesse sentido, torna-se imperativo reconhecer que as complexas questões do cenário laboral contemporâneo reverberam profundamente nas dinâmicas familiares. Essa influência se manifesta na moldagem de decisões cruciais e no impacto direto sobre a autonomia e o planejamento de vida dos indivíduos, com implicações significativas para o desenvolvimento psíquico e o processo de individuação de cada membro da família.

A análise de Zygmunt Bauman (2003, p. 74) descreve a contemporaneidade como um "mundo cheio de oportunidades, cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, [...] preparando o terreno para a mudança da próxima". Essa fluidez da modernidade líquida impõem desafios psicológicos que exige do indivíduo ampla competência, notadamente a emocional, cuja validação, inclusive do próprio valor pessoal, é frequentemente buscada no reconhecimento externo, como os efêmeros e superficiais 'likes'. Essa dependência de métricas externas, que molda a construção de uma persona socialmente aceitável, gera uma superficialidade insustentável, uma vez que ao respaldar-se na imagem exterior, o sujeito negligencia a complexidade de seu mundo interno, mascarando a própria fragilidade emocional e o confronto necessário com sua Sombra.

Tal desconsideração dos aspectos inconscientes e não desenvolvidos perpetua um ciclo de insegurança existencial, inibindo o processo de individuação, o que confirma a intrínseca fragilidade de uma existência pautada na validação externa, bem como a urgente necessidade de um retorno à profundidade do Self. No contexto familiar, essa dinâmica se reflete em relações interpessoais tensas e na dificuldade de exercer papéis, perpetuando a coabitação não como escolha autônoma, mas como refúgio para a insegurança, impactando o desenvolvimento saudável de todos os membros.

Diante das considerações, as hipóteses orientadoras deste trabalho são: a saúde da convivência prolongada entre pais e filhos adultos decorre de fatores emocionais e/ou financeiros, sendo marcada pela existência de tensões nas dinâmicas familiares; além disso, suas relações são influenciadas por fatores externos, como os de ordem cultural, social e econômica, bem como fatores internos, tais como laços familiares, vínculos emocionais e dependência financeira, dentre outros.

A relevância, seja individual ou familiar, é de suma importância para a compreensão da coabitação entre pais e filhos adultos é imprescindível. O presente estudo, ao integrar a Teoria Junguiana e as Ciências Sociais, propõe-se a desvendar os complexos padrões e comportamentos que emergem no seio familiar. Essa abordagem interdisciplinar é crucial para analisar as intrincadas dinâmicas, tanto inconscientes quanto sociais, que influenciam a permanência dos filhos no lar parental e suas implicações para o desenvolvimento psíquico de todos os envolvidos.

Em consonância com o que foi delineado, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar os contextos familiares e as dinâmicas relacionais que caracterizam a coabitação entre pais e filhos adultos. Busca-se aprofundar a compreensão dos múltiplos fatores que contribuem para a prolongada permanência dos descendentes no lar parental e, consequentemente, investigar as complexas implicações dessa realidade para a autonomia e o desenvolvimento psíquico de todos os membros da família.

Considerando que a gestão da relação pais e filhos constitui um desafio para todos, e a liderança dentro da família precisa permanecer sob o domínio dos pais, conservando a verticalidade nas relações familiares. No entando, relativizar essa verticalidade, ampliando a negociação e a flexibilidade das regras e dos contratos familiares mostra-se necessário. A separação e a autonomia configuram-se como processos salutares dessa etapa, tanto para os filhos como para os pais, equilibrando as exigências do sistema familiar e os desejos e objetivos pessoais de cada membro. (Kalaitzaki; Birtchnell, 2014).

Neste caso, estabelecem-se como objetivos específicos os aspectos que fomentam a coabitação entre pais e filhos adultos, com ênfase na análise dos efeitos emocionais da coabitação; a compreensão dos diversos fatores sociais, econômicos e culturais que podem influenciar na decisão tomada por filhos adultos de permanecerem no lar dos pais; entender a dinâmica das relações familiares contemporâneas relacionadas à coabitação de filhos adultos com os pais e explorar possíveis implicações decorrentes dessa coabitação para a sociedade e políticas públicas.

Esta é uma pesquisa de natureza/finalidade básica que utiliza uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório dos motivos determinantes à coabitação de filhos adultos com os pais. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico referente aos anos de 2001 - 2004 nas bases de dados como Scielo, Google Scholar, PubMed e JSTOR, no qual incluiu livros, artigos, teses e dissertações que contribuíram de forma significativa para a construção do referencial teórico.

Os métodos e técnicas da presente pesquisa consistirão no diálogo entre autores na perspectiva da Psicologia Analítica. Essa abordagem permitirá a análise das experiências e percepções documentadas por pesquisadores sobre o fenômeno, além de identificar as principais teorias e conceitos que permeiam as dinâmicas familiares contemporâneas. A revisão incluiu a análise de obras de autores citados neste estudo científico, tais como livros, artigos, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados elencadas acima, com o intuito de identificar as nuances e variáveis que influenciam a permanência dos filhos adultos na casa dos pais.

ISSN 2595-2110

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Ajustes entre pais e filhos coabitantes: limites e violações

A pesquisa alicerça-se nos estudiosos da Psicologia Analítica com foco também na Sociologia, tais como Kast (2022), Féres-Carneiro e Magalhães (2006), Giddens (1993), Bauman (2003) etc., com o objetivo de apresentar um modelo de trabalho que exponha as características de pais e filhos que coabitam, em suas diversas nuances, com foco nas famílias monoparentais, homoparentais, reconstituídas e extensas.

Segundo Giddens (1993), o relacionamento entre pais e filhos adultos é caracterizado como uma relação pura, mantida pela satisfação mútua das partes; no entanto, a ocorrência de dependência emocional pode gerar desigualdades que se desdobra na hierarquia familiar, embora tenha se flexibilizado, sua compreensão é fundamental para analisar e entender a dinâmica familiar.

A fundamentação teórica deste trabalho está estruturada em três eixos principais, abordando a dualidade da coabitação: os ajustes entre pais e filhos adultos, a perspectiva psicológica sobre o fenômeno do 'ninho vazio' e as transformações no ciclo de vida familiar.

Bauman (2003, p. 10) analisa o contexto da modernidade, destacando as transformações sociais e econômicas e a emergência de uma 'engenharia social", conforme ilustrado em sua obra:

> No entanto, os poderes modernos perceberam o alto custo da torre de vigília, de manter os dominantes e os dominados, administradores e administrados sob o mesmo teto. A segunda fase da jornada moderna foi tentar reenraizar a antiga comunidade sob nova roupagem, através do novo planejamento urbano, de novas visões sobre como administrar as pessoas. Começa-se um momento de engajamento mútuo dos indivíduos no trabalho, na família e na sociedade como um todo. A modernidade torna-se então uma engenharia social.

Essa perspectiva de Bauman assinala a complexidade das interações sociais e familiares na contemporaneidade, mas quais busca por novas formas de organização social impacta diretamente as relações interpessoais.

Féres-Carneiro e Ponciano (2003) ampliam a compreensão da família, destacando-a como um espaço de formação da identidade humana. Segundo as referidas autoras, essa formação ocorre por meio da filiação e da transmissão intergeracional, pautada no sentimento de amor e na realização pessoal advinda da convivência com o outro significativo.

As autoras também observam que, apesar do questionamento do modelo nuclear, a família não foi substituída por outro grupo ou instituição social. No momento atual, percebe-se a convergência para a formação de famílias igualitárias, caracterizadas pela igualdade na divisão de tarefas domésticas e maior participação da mulher no mercado de trabalho, tornando-se grandes líderes nos segmentos profissionais em que atuam (Pratta; Santos, 2007).

As transformações sociais influenciaram os papéis parentais e a dinâmica familiar, levando ao reconhecimento de diversas formas de constituição familiar. Isso representa uma superação do modelo nuclear patriarcal e heteroparental, abrindo espaço para novas configurações.

Nesse contexto, indicadores demográficos sinalizam a crescente pluralização das configurações familiares, evidenciada pela existência de diferentes configurações, como “famílias recasadas, extensas, casais sem filhos, famílias homoafetivas, entre outras” (Benatti et al., 2021, p. 2).

Portanto, a adoção de uma abordagem que verse sobre a diversidade das configurações familiares é essencial. Nesse sentido, Souza (2008) destaca a origem do termo 'monoparental', que, embora não seja recente, designava núcleos familiares onde apenas um dos genitores assumia a responsabilidade pelos filhos, seja por falecimento do cônjuge, abandono ou parentalidade solo.

Diante dessa pluralidade de configurações familiares, o reconhecimento das particularidades de cada estrutura torna-se imprescindível para a atuação do psicólogo e, em particular, a Psicologia Junguiana oferece uma lente que aprofunda e permite que, por meio de suas técnicas terapêuticas, sejam acessadas as dinâmicas inconscientes e arquetípicas que moldam o seio familiar. Essa compreensão aprofundada possibilita definir estratégias terapêuticas precisamente alinhadas à respectiva dinâmica familiar, favorecendo a pertinente intervenção e promovendo o bem-estar dos indivíduos e do sistema familiar.

Complementando a análise das dinâmicas familiares, o termo 'estilos parentais' descreve o modo pelo qual os pais lidam com “poder, hierarquia e apoio emocional na relação com os filhos”. Essa abordagem evidencia os limites estabelecidos e as respostas às transgressões. Os pais possuem valores que buscam transmitir aos filhos, mesmo adultos, e esses valores invariavelmente influenciam a formação e a educação. “As práticas educativas parentais, por sua vez, correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos”, empregados para orientar ou intervir em condutas consideradas inadequadas (Böing; CREPALDI, 2016, p. 17).

Assim, “o estilo e a prática educativa estão normalmente associados, uma vez que o conjunto de práticas educativas utilizadas pelos pais na interação com os filhos” (Böing; Crepaldi, 2016, p. 19) constitui o estilo parental, resultando em diversas abordagens parentais quando combinadas de diferentes formas. Os estilos parentais representam, portanto, o contexto primário no qual os pais influenciam seus filhos por meio de suas práticas, alinhadas às suas crenças e valores (Alvarenga; Piccinini, 2001).

É crucial destacar que o estilo parental é a manifestação das práticas educativas na interação entre pais e filhos, refletindo as crenças e valores que orientam essas práticas. Por conseguinte, a variação desses estilos é determinada pela forma como as práticas educativas são combinadas e aplicadas no contexto da convivência familiar.

Em suma, a análise dos ajustes, limites e violações nas relações de coabitação entre pais e filhos adultos revela uma complexidade multifacetada, enraizada tanto nas transformações sociais e econômicas da modernidade líquida quanto nas dinâmicas interpessoais e intrapsíquicas. A compreensão da pluralidade das configurações familiares e dos estilos parentais, enriquecida pela lente da Psicologia Junguiana, é crucial para desvendar como esses elementos se entrelaçam, moldando a experiência individual e coletiva. Essa fundamentação teórica é, portanto, indispensável para aprofundar a investigação de fenômenos específicos, como a Síndrome do Ninho Vazio, que será abordada a seguir.

1.2 O olhar da Psicologia para o fenômeno do Ninho Vazio

Esta subseção busca aprofundar a compreensão do fenômeno do 'ninho vazio' sob a perspectiva psicológica, com um enfoque particular na abordagem da Psicologia

Junguiana. Examinaremos como a saída dos filhos adultos do lar impacta a dinâmica familiar, considerando-a como um momento de transição arquetípica que pode catalisar processos de individuação nos pais. Serão analisados os aspectos que facilitam, dificultam ou comprometem a convivência familiar nesse contexto de mudança, bem como as percepções dos pais e filhos acerca dessa experiência e suas consequências para o sistema familiar, incluindo a emergência de conteúdos inconscientes e a necessidade de redefinição do self.

A expressão 'ninho vazio', conforme Carter e McGoldrick (1995), refere-se a uma etapa evolutiva familiar, caracterizada pelo processo de independência do jovem adulto em relação à sua família de origem, culminando com sua saída de casa. As autoras destacam que o encerramento saudável dessa fase implica a separação sem o rompimento de laços, evitando refúgios emocionais reativos. Para algumas famílias, esse período pode ser de renovação e exploração de novos papéis, enquanto para outras, pode levar a sentimentos de vazio, perda, depressão e até desintegração, exigindo uma reestruturação do relacionamento conjugal.

Em consonância, Carbone e Coelho (1997) argumentam que o ciclo de desenvolvimento familiar pressupõe a preparação do filho adulto jovem para buscar sua independência e constituir uma nova família. Paralelamente, os pais também vivenciam uma fase de transição, na qual se espera que estejam preparados para essa saída. O egresso do último filho, ao promover uma redução estrutural da família, redireciona os investimentos emocionais e gera um novo foco sobre o relacionamento conjugal.

Observa-se que as mulheres, em particular, podem vivenciar essa fase com maior dificuldade, dada a possível perda do papel materno associada ao 'ninho vazio'. A saída dos filhos de casa é, portanto, sentida pelos pais não apenas como uma perda numérica, mas, sobretudo, como uma significativa perda emocional.

Olds, Papalia e Feldman (2006) salientam que, a partir dessa fase, os pais podem prosseguir seus próprios objetivos, ao mesmo tempo em que desfrutam das realizações dos filhos adultos. Contudo, o 'ninho vazio' representa um desafio, especialmente para as mulheres que não se prepararam adequadamente para essa nova conformação. Isso pode se manifestar tanto em questões práticas, como a dimensão da casa, quanto em aspectos emocionais, gerando sentimento de perda, vazio, depressão e, por vezes, crises conjugais ou pessoais.

É fundamental assinalar que a síndrome do ninho vazio, que se manifesta com maior intensidade nas mães após a saída dos filhos, pode ser compreendida sob a ótica da Psicologia Analítica como um momento arquetípico de confronto com a sombra. Nesse contexto, a sombra, conforme Jung, abarca os aspectos do self reprimidos ou não reconhecidos ao longo da vida consciente.

Zweig e Abrams (1995) destacam que, quando os pais deixam de exercer o papel central de cuidador, entram em contato com sentimentos como inutilidade, vazio, medo ou ressentimento, conteúdos que haviam sido negados ou projetados durante a fase ativa da parentalidade. Esse contato com a sombra pode gerar sofrimento, mas também configura uma oportunidade para o processo de individuação, conforme proposto por Jung, ao permitir a integração desses aspectos reprimidos e a construção de uma identidade mais autêntica e ampliada.

Diante disso, o 'ninho vazio' transcende a dimensão de um mero marco emocional ou social, configurando-se como um evento psicológico significativo. Ele sinaliza a necessidade de reconexão com partes esquecidas do self, revelando-se como uma fase propícia à transformação interior.

ISSN 2595-2110

1.3 As mudanças no ciclo de vida familiar

As dinâmicas familiares são intrinsecamente marcadas por constantes transformações ao longo do ciclo de vida, e o fenômeno do 'ninho vazio', abordado na seção anterior, é um exemplo paradigmático dessas transições. A compreensão dessas mudanças exige uma análise que abranja tanto o âmbito intrafamiliar, que se refere às interações e problemáticas entre os membros diretos da família (pais e filhos), quanto o âmbito interfamiliar, que se manifesta nas relações entre diferentes núcleos familiares. Embora conceitualmente distintas, essas esferas estão interconectadas e contribuem para a complexidade das transições familiares.

A compreensão dessas mudanças no ciclo de vida familiar, conforme Fávero (2007), é intrinsecamente ligada à Psicologia do Desenvolvimento, que, como a autora destaca:

> Na Psicologia do Desenvolvimento, o adulto certamente é o objeto mais recente. O desenvolvimento do adulto permaneceu muito tempo como um espaço vazio entre o desenvolvimento do adolescente e o do idoso. Os estudos sobre o envelhecimento trouxeram num primeiro tempo para a Psicologia, dois modelos teóricos para o estudo do adulto, ambos preocupados particularmente com a cognição. O primeiro modelo defendia a estabilidade cognitiva na fase adulta, enquanto o segundo defendia o decrescimento irreversível (ou com compensação) das capacidades cognitivas do adulto. [...] (Fávero, 2007, p. 625-626).

A partir do que foi exposto sobre o desenvolvimento do adulto, reafirma-se a relevância das dinâmicas familiares para a sociedade sob o prisma da Psicologia do Desenvolvimento. É no seio familiar que o indivíduo estabelece seus primeiros vínculos e interações cruciais, local onde, na perspectiva junguiana, se estabelece o ponto de contato inicial com o "Inconsciente Coletivo". Essa compreensão é fundamental para o presente estudo, pois permite a investigação dos fatores que influenciam diretamente a coabitação entre pais e filhos adultos.

Ademais, é no contexto familiar, atravessado por conflitos, limites e transgressões, que ocorre a gênese da "formação da Sombra", um dos temas centrais da Psicologia Analítica, sinalizando a relevância da família como pilar na edificação psíquica do indivíduo e como suporte emocional, especialmente nos momentos de ruptura, tais como a saída dos filhos do lar, os quais marcam o ciclo de vida familiar.

As mudanças no ciclo de vida familiar têm se mostrado significativas ao longo da história. No passado, entendia-se como estrutura familiar ideal aquela composta por casal e filhos, a mulher era responsável pela criação/educação dos filhos e cuidados da casa e, por sua vez, o homem ocupava a figura do provedor, essa era a família tradicional.

Transcorrido o tempo, o modelo da família tradicional restou superado, dando lugar a diferentes tipos de configurações familiares "como a monoparental (constituída pela figura de um dos genitores)", a homoparental (formada por casais homoafetivos), a adotiva (relativa à adoção), a sem filhos (composta apenas pelo casal), entre outros modelos tradicionais, como a "família nuclear, anfitriã, de origem e extensa" (Rodriguez, 2022, apud Santos; Alves; Sousa, 2022, p. 109 – 110).

O comportamento moderno reflete uma nova divisão das responsabilidades familiares e dos encargos domésticos e parentais. Assim, tornam-se comuns situações

em que a mulher trabalha fora e o marido assume as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Gradualmente, os padrões mais tradicionais de convívio familiar são modificados, adequando-se às estratégias de vida individuais. Nesse sentido, as famílias brasileiras buscam novas alternativas de relação e organização familiar para se adaptarem às transformações da sociedade contemporânea (Sousa, 2008).

Segundo Silva (2017 apud Santos; Alves; Sousa, 2022, p. 110), ressalta-se que:

> Com o passar do tempo, mudanças ocorreram em todas as áreas sociais, e, com a família, tal situação não foi diferente. Na sociedade antiga já havia relatos de famílias monoparentais, mesmo que não fossem denominadas, eram os casos de famílias constituídas pela presença de somente um dos genitores em decorrência do falecimento do outro. Atualmente, no entanto, as famílias monoparentais podem ser identificadas como aquela consistente na presença de somente um dos genitores, seja por escolha deste, abandono por parte do(a) companheiro(a), não significando necessariamente sua morte.

Nesse contexto, a família de origem refere-se ao núcleo familiar no qual o indivíduo nasceu e foi criado. A família monoparental, por sua vez, é aquela constituída por apenas um dos genitores. Já a família extensa, como o nome sugere, representa a totalidade de consanguíneos que integram a família possui, sendo considerada, em termos da legislação civil, até a quarta geração de parentesco. A família nuclear, em sua concepção mais comum, é compreendida como o grupo formado por um casal e seus filhos, distinguindo-se das demais configurações familiares (Rodriguez, 2022; Fávero, 2007).

Silva (2008 apud Santos; Alves; Sousa, 2022, p. 110) destaca que:

> [...] é válido reconhecer que cada família possui sua dinâmica particular, seja pelas crenças religiosas, opiniões políticas e sociais, funções desenvolvidas pelos detentores do Poder Familiar. Além disso, influenciam diretamente na dinâmica familiar a presença, ou não, de distúrbios, transtornos, abusos, contendas e outras situações que estão intrinsecamente ligadas ao ser humano moderno, bem como situações de crises econômicas nacionais ou globais.
>
> É de conhecimento geral que a sociedade moderna tem se apresentado fragilizada, até mesmo depressiva em uma perspectiva geral. Como Han (2015) já apontou, vivemos em um período de crise neuronal, com o crescimento avassalador de doenças neurais como Depressão, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL). Em parte, a razão para o estado atual da vida coletiva pode ser facilmente encontrada quando se observa a dinâmica familiar de um indivíduo problemático por ser aquele que é depositário dos problemas da família (Han, 2015 apud Santos; Alves; Sousa, 2022, p. 110; Silva apud Santos; Alves; Sousa, 2022, p. 110).

Em síntese, a análise das transformações no ciclo de vida familiar, sob a perspectiva da Psicologia Junguiana, revela que o contexto doméstico, com seus inerentes conflitos, limites e transgressões, é o terreno fértil para a gênese e a manifestação da Sombra individual e familiar. Essa compreensão é crucial, pois a 'Sombra', que abarca aspectos reprimidos e não reconhecidos da psique, muitas vezes expressos por meio de projeções, influencia diretamente o comportamento e a formação de vínculos.

A evolução dos modelos familiares, da estrutura tradicional à diversidade contemporânea (monoparental, homoparental, extensa), demonstra uma constante redefinição de papéis e responsabilidades. Tais dinâmicas, influenciadas por fatores sociais e econômicos, como as crises neuronais e a fragilização da sociedade, impactam diretamente a formação e a manutenção dos vínculos familiares.

Nesse sentido, a abordagem junguiana oferece subsídios valiosos para desvendar as implicações emocionais e comportamentais da coabitação entre pais e filhos adultos, reforçando a importância desse estudo para a Psicologia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo apresenta-se como uma revisão bibliográfica baseada em teóricos junguianos e em autores das ciências sociais que revelam a importância da dualidade das relações familiares entre pais e filhos adultos que coabitam. É imprescindível a contextualização da dualidade entre a busca por autonomia e a manutenção saudável de laços afetivos familiares, deixando claro que este estudo precisa ser validado academicamente, para que o devido prosseguimento à construção científica em face da transformação das configurações familiares.

Para tanto, realizou-se a busca de estudos publicados entre 2021 e 2024 nas bases de dados online IndexPsi, Lilacs, Scielo e PePSIC, Google Scholar e JSTOR, visando a realização de uma busca avançada por parte dos pesquisadores. Utilizando como descritores os termos "heteroparentalidade", "monoparentalidade", "uniparentalidade", "mãe ou pai solteira(o)", "guarda unilateral", "inteligência emocional", "Jung", "Síndrome do Ninho Vazio", "Psicologia Clínica".

Os artigos que foram pesquisados abrangem apenas o contexto de pais e filhos adultos que coabitam na perspectiva junguiana compreendendo os anos de 2021-2024, pesquisando em teses, dissertações, bases de dados, tais como Scielo, Google Scholar, Lilacs, etc., bem como em pesquisas científicas sobre orfandade, abandono e maus-tratos.

A seleção dos artigos científicos foi baseada pautada na leitura técnica dos resumos em língua portuguesa, bem como na análise de livros, de vários tipos de configurações familiares, tendo em vista as transformações sociais.

"Após o levantamento das produções científicas, os resumos encontrados passaram por" criterioso exame, com a exclusão dos "que não atendiam aos critérios estabelecidos para esta revisão". Como parâmetro de inclusão, os estudos deveriam apresentar resultados e discussões que incluíssem especificamente a temática" da dualidade das relações familiares entre pais e filhos que coabitavam, enfatizando também as múltiplas configurações familiares existentes (Benatti et al., 2021, p. 3).

"Do ponto de vista metodológico, é importante analisar as particularidades dessa relação para assegurar que um conhecimento científico seja produzido" (Penna, 2009, p. 94), ao passo que servisse de insumo para novas pesquisas e demais aprofundamentos científicos. No contexto da pesquisa científica, o pesquisador e o pesquisado "formam um par de opostos complementares, sendo que a distinção entre as duas entidades é sempre indispensável. O outro é algo ou alguém (objeto do conhecimento) que não sou eu ou nós (pesquisador) sujeito do conhecimento" (Papadopoulos, 2002 apud Penna, 2009, p. 94), o que reforça a necessidade de primar pela imparcialidade científica.

Assim,

ISSN 2595-2110

> [...] o pesquisador participa ativamente do processo de pesquisa interagindo com os aspectos conscientes e inconscientes do fenômeno pesquisado. Assim, os elementos conscientes e inconscientes do próprio pesquisador têm papel importante durante todo o processo", [uma vez que o conhecimento e o autoconhecimento são indissociáveis] (Penna, 2009, p. 146).

Ademais, pode-se supor, como parte integrante da pesquisa, a participação da personalidade do pesquisador em "todas as etapas do processo, o que, sem dúvida, exige, por parte dele, uma atitude compatível com a proposta epistemológica e metodológica do paradigma junguiano" (Penna, 2009, p. 146), visando a condução da pesquisa de modo apropriado e resultando na produção de conhecimento científico, centrado na neutralidade, imparcialidade e sustentação em teóricos clássicos, vanguardistas e contemporâneos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A concepção de família e suas dinâmicas internas têm passado por transformações significativas, impulsionadas por fatores sociais, culturais, econômicos e pessoais, que impactam diretamente a trajetória dos responsáveis pela criação e convivência com os filhos. Diante desse cenário, este estudo buscou mapear a produção teórica sobre as múltiplas configurações familiares, com ênfase na dualidade das relações entre pais e filhos adultos que coabitavam. O objetivo central foi sistematizar e caracterizar o conhecimento existente sobre essas conformações, especialmente no que se refere às implicações psicológicas da permanência prolongada dos filhos no lar dos pais.

A relevância do tema para a Psicologia é incontestável, especialmente na compreensão dos diferentes contextos e significados atribuídos a essa convivência intergeracional. Como destaca Zanoni (2011), a presença da figura materna e paterna contribui para a construção de vínculos afetivos seguros, que reforçam a autonomia, a capacidade de interação social e a tomada de decisões por parte dos filhos adultos.

Contudo, a coabitação entre pais e filhos adultos pode gerar reflexos ambivalentes. Por um lado, possibilita o fortalecimento de vínculos afetivos e o apoio mútuo; por outro, pode intensificar conflitos relacionados às diferenças geracionais, aos valores culturais e às necessidades individuais, especialmente quando associada à dependência econômica ou emocional. A análise dos dados converge, assim, para a importância de processos como a adaptação mútua, a comunicação efetiva e o desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos, fundamentais para a manutenção de relações familiares salutares.

Nesse contexto, a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung contribui com uma leitura simbólica e profunda dessas relações, destacando a relevância da integração das polaridades psíquicas conhecidas, respectivamente, como Anima e Animus. Segundo Jung, a integração desses aspectos inconscientes é essencial para o equilíbrio psicológico e o desenvolvimento da totalidade do self. Conforme apresentado por Zweig e Abrams (1995), o reconhecimento desses conteúdos ocultos, parte da chamada sombra, permite ao indivíduo uma existência mais autêntica, consciente e integrada, favorecendo relações mais maduras e significativas.

Independentemente da configuração familiar, algumas funções se mantêm centrais: a função biológica, relacionada à proteção e sobrevivência física, e a função social, responsável pela transmissão de normas, valores e padrões culturais (Zanoni, 2011). Assim, a família continua a ser compreendida como a primeira "célula social"

(Silva, 2008), com estrutura e limites próprios que regulam os vínculos entre seus membros.

Na perspectiva de Bauman (2003), em uma sociedade marcada pela modernidade líquida, as relações tornam-se mais frágeis, fluidas e individualistas. A dependência econômica entre pais e filhos adultos que coabitam não se reduz à esfera financeira, mas reflete tensões mais profundas relacionadas à autonomia, ao desejo de liberdade individual e ao confronto entre expectativas de diferentes gerações. Enquanto os pais projetam valores tradicionais, como casamento e estabilidade, os filhos, invariavelmente, podem buscar caminhos mais flexíveis e instáveis, muitas vezes percebendo tais expectativas como imposições.

Além disso, a saída do filho adulto do lar é, frequentemente, vivida como um processo de luto por parte dos pais. Essa transição, quando não adequadamente reconhecida e elaborada, pode desencadear sentimentos de perda, solidão e até mesmo quadros depressivos. A experiência do "ninho vazio", nesse sentido, envolve o enfrentamento da sombra, como coloca Jung: o confronto com o vazio, a ausência de função parental e aspectos reprimidos da identidade pessoal. Zweig e Abrams (1995) afirmam que esse encontro com a sombra, embora doloroso, pode abrir caminho para a reconstrução do self e para o florescimento de potencialidades esquecidas.

Em síntese, a coabitação entre pais e filhos adultos insere-se em um contexto de complexidade social e emocional crescente. A busca dos filhos por autonomia frequentemente conflita com os anseios dos pais, resultando em tensões que exigem negociações contínuas e ressignificações dos papéis familiares. A Psicologia, especialmente sob o viés junguiano, oferece recursos teóricos potentes para compreender essas dinâmicas e auxiliar na construção de relações mais equilibradas e conscientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo científico problematiza e sistematiza a apresentação das diferentes configurações familiares sob a perspectiva da dualidade nas relações entre pais e filhos adultos em coabitação. Assim, considera-se que o conhecimento na área é revelado neste trabalho, a partir de perspectivas que abordam o fenômeno da coabitação com os pais durante a fase adulta, buscando compreendê-lo em sua complexidade contribuindo para subsidiar práticas de pesquisadores e profissionais da Psicologia, bem como fornecer diretrizes para futuras pesquisas na área, e de profissionais da Psicologia que preconizam as terapias para essas famílias.

Este estudo científico visa explorar e organizar a diversidade das configurações familiares, focando nas relações complexas entre pais e filhos que coabitam. A pesquisa explora a dualidade dessas relações, reconhecendo a importância do fenômeno da coabitação, especialmente na fase adulta. O objetivo é contribuir para pesquisas, para as práticas de psicoterapia e para o entendimento dos profissionais que atuam com famílias.

"Observou-se também a preocupação com a "Síndrome do Ninho Vazio", fenômeno que descreve o sentimento de solidão e tristeza que muitos pais experimentam quando seus filhos saem de casa para começar suas próprias vidas, o que afeta, principalmente, a saúde mental das mães.

Por fim, este estudo aprofunda a compreensão das complexas relações familiares, com foco na coabitação entre pais e filhos adultos. Sob a ótica da Psicologia Analítica junguiana, destaca-se que o enfrentamento dessa realidade por pais e filhos,

por meio da integração da sombra e da busca pela totalidade do self, é crucial para o desenvolvimento de práticas e pesquisas que promovam o bem-estar e a autenticidade dessas famílias.

NOTAS

[1]A ideia tem origem na psicologia analítica desenvolvida pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961). A sombra é tudo o que foi negado, reprimido ou ainda permanece desconhecido pelo indivíduo e está recalcado, ou seja, reprimido, em seu inconsciente, o que também torna sua definição ligada aos estudos do psicanalista austríaco Sigmund Freud (1856-1939).
[2]O livro Modernidade Líquida, escrito por Zygmund Bauman retrata a mudança da sociedade sólida para a líquida. Sua liquidez faz com que ela seja mais bem adaptada aos meios, preencha um ambiente, que com a mesma facilidade se esvai deste local, para assim tomar outra forma. Ao contrário da solidez, que não consegue preencher um ambiente que não seja de sua forma.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, P.; PICCININI, C. A. O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas no desenvolvimento dos problemas de externalização e da competência social. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 20, p. 314-323, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/WXkZyZGbMjqpfDzvg7Xzpgz/. Acesso em: 7 jun. 2025.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: https://archive.org/details/bauman-modernidade-liquida/page/n35/mode/2up?q=%22mundo+cheio+de+oportunidades%22. Acesso em: 28 maio 2025.

BENATTI, Ana Paula et al.. Famílias Monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia:** Ciência e Profissão, [S.L.], v. 41, n. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003209634. Acesso em: 5 jun. 2025.

BÖING, Elisangela; CREPALDI, Maria Aparecida. Relação pais e filhos: compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 59, p. 17-33, mar. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.44615. Acesso em: 28 maio 2025.

CARBONE, A.; COELHO, M. R. M. A família em sua fase madura. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (orgs.). **Família e Ciclo Vital:** nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FÁVERO, M. H. Paradigme personnel et champ conceptuel: implications pour les situations didactiques. In: MERRI, M. (Org.). **Activité Humaine et Conceptualisation**: questions à Gérard Vergnaud. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007. p. 625-634.

FÉRES-CARNEIRO, T.; PONCIANO, E. L. T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-80, jul./dez. 2003. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/5-PONCIANOI-Edna-L%C3%BAcia-Tinoco-CARNEIRO-Terezinha-F%C3%A9res.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. (Original publicado em 1999).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características gerais dos moradores 2020-2021**: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. ISBN 978-65-87201-99-3. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

KALAITZAKI, A.; BIRTCHNELL, J. The impact of early parenting bonding on young adults' internet addiction, through the mediation effects of negative relating to others and sadness. **Addictive Behaviors**, v. 39, n. 3, p. 733-736, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2013.12.002. Acesso em: 2 maio 2025.

KAST, V. **Filhos de pai, filhos de mãe**: complexos de pai e mãe, caminhos para a identidade própria. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

OLDS, S. W.; PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PENNA, E. M. D. **Processamento simbólico arquetípico:** uma proposta de método de pesquisa em psicologia analítica. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/15817/1/Eloisa%20Marques%20Damasco%20Penna.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

PENNA, E. M. D. **Um estudo sobre o método de investigação da psique na obra de C.G. Jung**. Orientador: Denise Gimenez Ramos. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15789. Acesso em: 5 jun. 2025.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005. Acesso em: 4 jun. 2025.

RODRIGUEZ, A. **Psicologia social**. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2022.

SANTOS, J. M. A. S.; ALVES, M. A. de A. C.; SOUSA, S. L. de. As dinâmicas familiares e suas configurações na atualidade pelo olhar da Psicologia Analítica. In: CONGRESSO ACADÊCMICO DE SABERES EM PSICOLOGIOA: SAUDE MENTAL NO TRABALHO - CAOS, 2022. **Anais** [...]. Palmas, TO: ULBRA, 2022. ISSN 2595-2110. Disponível em: https://fswceulp.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/caos/2022/anais/Anais-cais-2022-versao-completa.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, N. C. B. et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v16n2/v16n2a06.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

SOUZA, A. P. de. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas**: A influência do genitor no desenvolvimento familiar. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98515. Acesso em: 20 abr. 2025.

ZANONI, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200006. Acesso em: 23 jan. 2025.

ZWEIG, C.; ABRAMS, J. (Orgs.). **Ao encontro da sombra:** o potencial oculto do lado escuro da natureza humana. Tradução de Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 1995.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Jorama Leobas de Castro Antunes**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto**, Graduado em Filosofia, Doutor, docente, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NAS EMOÇÕES E SENTIMENTOS DOS JOVENS

Gabriel Borges Cintra
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O artigo busca analisar, por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, como a música influencia as emoções e sentimentos dos jovens. A metodologia adotada consistiu na seleção e análise de livros, artigos científicos e estudos acadêmicos disponíveis nas plataformas SciELO e Periódicos CAPES, que abordam a relação entre música, juventude e aspectos emocionais. Foram considerados materiais publicados nos últimos anos, com relevância teórica e metodológica para o tema, priorizando produções que dialogam com a psicologia, a sociologia e a educação. Os resultados apontam que a música exerce um papel central na vida dos jovens, atuando como ferramenta de expressão emocional, construção de identidade e regulação afetiva. Conclui-se, portanto, que diferentes gêneros musicais e formas de consumo estão diretamente relacionados à maneira como os jovens experimentam e elaboram suas emoções, reforçando a importância da música como mediadora de experiências subjetivas e sociais.

Palavras-chave: Música; Emoções; Juventude; Identidade; Revisão Bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Ser jovem é uma experiência multifacetada que envolve aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais. Nesta fase, os jovens experimentam uma gama intensa de emoções e estão em processo de formação de identidade. Eles enfrentam desafios como a busca pela independência e autonomia, a definição de valores e crenças, e a construção de autoconfiança. É um período de descoberta pessoal, de busca de propósito e de construção de relacionamentos significativos. Diante disso, segundo Leite e Ramalho (2015) "entendemos a juventude como sendo integrante de uma sequência temporal que possui especificidades relacionadas a aspectos biológicos e sociais".

No livro Modernidade Líquida, Bauman (2001) argumenta que se vive em uma sociedade onde as estruturas fixas do passado foram substituídas por uma realidade em constante transformação. Antes, a identidade e o futuro eram mais previsíveis, havia um caminho relativamente estável a seguir na vida profissional, social e pessoal, por outro lado, ainda havia pouco espaço para mudar de rota, que de fato impactou os

jovens da época. Hoje, no entanto, os jovens enfrentam um mundo onde as certezas desmoronam rapidamente, e a busca por um "eu" autêntico se torna desgastante. Essa instabilidade gera um sentimento de ansiedade constante, pois as escolhas parecem infinitas, mas, ao mesmo tempo, nenhuma delas oferece segurança real, sendo perceptível que em todos esses anos, nunca houve uma estabilidade, apenas os desafios foram se diversificando.

Em síntese, as relações contemporâneas no contexto pós-moderno são marcadas pela pluralidade, pela fluidez e pela busca constante de significado em um mundo de incertezas. Diante disso, a juventude não pode ser reduzida a um simples período de transição entre a infância e a vida adulta. Em vez disso, deve ser compreendida como um espaço de experimentação, inserção social e construção identitária. Segundo Dayrell (2016), a juventude não deve ser vista como uma preparação para a fase adulta, mas sim como uma etapa significativa da vida em si mesma, marcada por descobertas, desafios e possibilidades.

Pode-se observar ainda, que essa juventude é percebida e vivenciada, tem sido moldada por fatores culturais, sociais e econômicos. Antes do século XX, por exemplo, a transição para a vida adulta ocorria de forma mais direta, sem a existência de um período claramente definido como juventude. Com o avanço das sociedades industrializadas e o aumento da escolarização, a juventude passou a ser prolongada, tornando-se um espaço de socialização e experimentação identitária (Papalia et al., 2010).

A identidade como processo dinâmico, Sawaia (1995) contrapondo a visão de identidade como algo fixo, propõe que a identidade deve ser vista como um "devir", um processo contínuo de identificação e confrontos entre igualdade e alteridade. Isso significa que a identidade está sempre em formação e transformação. Vygotsky (2009), sugere que os processos psicológicos adquirem um valor qualitativo durante a transição da infância para a juventude. Esse período é marcado por uma tomada de autoconsciência única e não experimentada anteriormente.

Além disso, a juventude é um momento em que o indivíduo se vê diante de diversas possibilidades de atuação no mundo. A cultura, a sexualidade, o trabalho e as relações sociais são elementos centrais nessa construção. O conceito de juventude, portanto, não pode ser definido de forma universal, pois assume contornos distintos dependendo do contexto histórico e social em que se insere, conforme Dayrell (2016).

Segundo Teixeira (2014), o que se observa é a existência de múltiplas juventudes, que se expressam de formas diversas a depender de fatores como classe social, gênero, etnia, grupo cultural, entre outros. Cada grupo juvenil carrega suas próprias vivências, desafios, oportunidades e modos de se relacionar com o mundo, o que torna a juventude uma categoria social e culturalmente construída. A juventude, nesse cenário, é uma construção social e simbólica, carregada de significados, expectativas e tensões. O jovem de hoje vive em uma realidade marcada pela fluidez e pela constante transformação.

A arte e a música desempenham um papel essencial nesse processo, funcionando como meios de expressão e resistência. Através da música, os jovens constroem suas identidades, criam laços sociais e encontram formas de lidar com suas emoções. A juventude é vista como um fenômeno crucial para a sociedade atual, influenciando não apenas seus próprios grupos, mas também deixando um legado de transformação e novas concepções para as gerações futuras. Os jovens determinam conceitos culturais, que influenciam seus sucessores no contexto social, promovendo mudanças e novas ideias.

A cultura jovem não pode ser vista apenas como reflexo de processos sociais maiores, mas como um espaço de agência, no qual os jovens criam e ressignificam suas realidades. As narrativas musicais, por exemplo, possibilitam que eles expressem suas vivências, dando visibilidade às suas experiências e promovendo novas formas de pertencimento. Através desses movimentos culturais, muitos jovens constroem sua subjetividade e desafiam estereótipos que frequentemente os associam à marginalidade (Silva & Fonseca, 2019).

A juventude brasileira é marcada por uma diversidade de experiências, influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e políticos. Com base na pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, apresentada na obra Retratos da Juventude Brasileira (Abramo, 2005), observa-se que os jovens do país não constituem um grupo homogêneo, mas revelam diferenças significativas em suas vivências e perspectivas, a depender do contexto social, econômico e cultural em que estão inseridos. A pesquisa analisou aspectos como escolarização, trabalho, participação política e valores culturais, evidenciando que a condição juvenil é profundamente afetada por desigualdades sociais, o que impacta o acesso a oportunidades educacionais, ao mercado de trabalho e às formas de inserção e participação na sociedade.

Nos discursos voltados para pais e educadores, é comum a presença de concepções que naturalizam a adolescência como uma fase problemática ou de crise. No entanto, pesquisas sugerem que essas interpretações muitas vezes reforçam estereótipos, e reduzem as múltiplas experiências juvenis a uma visão homogênea. A forma como a sociedade enxerga os jovens influencia não apenas as relações familiares e educacionais, mas também políticas públicas voltadas para essa parcela da população, de acordo com Castro & Abramowicz (2020).

Complementando o estudo de Abramo na obra Retratos da Juventude Brasileira, revela que os jovens possuem uma relação complexa com a cultura e o lazer. Enquanto alguns veem a cultura como um meio de expressão e pertencimento, outros enfrentam dificuldades de acesso a espaços culturais devido a barreiras econômicas e sociais. A música, por exemplo, desempenha um papel central na identidade juvenil, funcionando como uma ferramenta de socialização e ressignificação das experiências cotidianas. Além disso, os jovens brasileiros demonstram um interesse crescente por temas relacionados à cidadania e participação política, ainda que essa atuação ocorra, muitas vezes, fora dos modelos institucionais tradicionais (Abramo, 2005).

Outro ponto relevante, conforme o autor na análise da juventude brasileira, é a transição para a vida adulta. Diferente do que ocorre em outros países, essa passagem é muitas vezes prolongada, principalmente devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho e à permanência prolongada na casa dos pais. É perceptível que reflete tanto mudanças culturais, quanto desafios estruturais, que impactam diretamente a autonomia dos jovens e sua capacidade de planejamento de futuro.

A juventude é um período de intensa construção identitária, no qual os jovens buscam formas de se expressar e reivindicar espaços dentro da sociedade. Para além das definições tradicionais, a identidade juvenil é fortemente influenciada por experiências culturais, como a música e o convívio em grupos sociais. No contexto das camadas populares, essa construção ocorre por meio de práticas culturais específicas, como o rap e o funk, que servem tanto como forma de lazer quanto de resistência às desigualdades sociais (Silva & Fonseca, 2019).

A incerteza profissional e econômica leva muitos a postergar decisões importantes como o casamento, a constituição de uma família ou mesmo a saída do lar

familiar, caracterizando o que alguns autores denominam como a "suspensão da vida adulta". Esse adiamento, entretanto, não se limita ao campo das escolhas materiais. Birman (2001), ao refletir sobre os processos de subjetivação na contemporaneidade, aponta que esse prolongamento da juventude pode também ser entendido como um modo de resistência psíquica diante das exigências do mundo adulto. Em seu estudo sobre o desamparo juvenil, o autor argumenta que o sujeito jovem hoje se vê atravessado por uma fragilidade emocional que dificulta sua inscrição em posições de responsabilidade e estabilidade, exacerbando sentimentos de insegurança e inadequação.

De acordo com estudos recentes “Representações Sociais da Juventude”, indicam que a adolescência e a juventude não são períodos universalmente definidos, mas sim categorias moldadas por contextos históricos e culturais específicos. As expectativas e valores associados a essa fase, variam conforme as sociedades influenciam diretamente o modo como os jovens são percebidos e orientados (Castro & Abramowicz, 2020).

Além disso, a juventude deve ser compreendida como um grupo social ativo, que busca participar e intervir no cenário em que está inserida. Diferente da visão tradicional que retrata o jovem como um futuro cidadão, as experiências juvenis demonstram que ele já exerce um papel social relevante no presente. Esse reconhecimento é essencial para a formulação de políticas públicas, que valorizem a diversidade de experiências e ampliem as oportunidades de participação para os jovens, especialmente aqueles de contextos periféricos (Silva & Fonseca, 2019).

É possível compreender, que a juventude não é um conceito fixo, mas sim uma construção social em constante transformação. O reconhecimento de sua complexidade e diversidade, é essencial para promover políticas e práticas que respeitem as diferentes formas de ser jovem, garantindo espaços de expressão, desenvolvimento e pertencimento.

A cultura, em especial a música, emerge como uma das principais formas de expressão, reconhecimento e pertencimento juvenil. Através dela, os jovens não apenas comunicam suas experiências, mas também constroem sentido para sua existência, ressignificando emoções e estabelecendo vínculos coletivos. Assim, é possível perceber que a música não atua apenas como entretenimento, mas como linguagem privilegiada no processo de subjetivação e organização das emoções juvenis.

1 O PAPEL DA MÚSICA NA VIDA DOS JOVENS

A música é uma forma de arte que utiliza sons organizados no tempo para expressar ideias e emoções. É uma linguagem universal presente em todas as culturas e desempenha um papel fundamental na vida humana. Sua importância se dá pelas diversas funções que desempenha: expressar sentimentos, evocar emoções, transmitir mensagens e contar histórias. Além disso, a música é uma fonte de diversão e relaxamento, pode unir pessoas e é frequentemente utilizada em contextos sociais para promover interações com o meio. Muitas culturas também a incorporam em cerimônias religiosas, rituais e eventos significativos. Segundo Licursi et al. (2020), a música atua como um fenômeno social dinâmico, capaz de gerar repercussões mentais e afetivas, envolvendo emoções, memória, linguagem e movimento, o que reforça seu papel integrador e transformador nas experiências humanas.

O universo cultural se apresenta como um espaço privilegiado, onde os jovens encontram formas de expressão por meio de práticas, símbolos e rituais que ajudam na construção de sua identidade. Distantes da supervisão de pais, professores ou empregadores, eles assumem um papel ativo, influenciando o ambiente ao seu redor e desenvolvendo uma visão própria sobre si mesmos e sobre o mundo. Nesse cenário, a música se destaca como a atividade que mais desperta seu interesse e engajamento. Schläbitz (1996) destaca que as mídias e tecnologias emergentes, têm desempenhado um papel fundamental na comunicação cotidiana, funcionando como ferramentas que promovem a criatividade no campo musical.

A concepção da juventude, como um grupo diverso, tem influenciado a maneira como as práticas musicais são analisadas, considerando suas relações com instituições como a educação, a religião, a família e o trabalho. Dentre os vários estudos que exploram essas interações entre música e juventude, destaca-se uma pesquisa cujos aprofundamentos realizados pelas psicólogas sociais, (Menandro, Trindade e Almeida, 2010) possibilitaram o mapeamento e a compreensão dos diferentes significados, atribuídos à categoria juventude/adolescência no Brasil ao longo de várias décadas.

Segundo as psicólogas sociais, apesar de que a música não tenha sido o foco principal dessa pesquisa, ela surge como um elemento com grande relevância relacionado à categoria juventude. Ou seja, entre as representações atribuídas aos jovens, especialmente no segundo período da análise, surgem dois significados principais, um relacionado à "adolescência: necessidade de proteção", no qual se destacam as preocupações com criação, prevenção, educação e o futuro; e o outro ligado à "adolescência e ruptura" que envolve os contextos de busca por prazer, vulnerabilidade e violência.

Entre as várias representações associadas aos jovens, como moda, sucesso, vestuário e pertencimento a diferentes "tribos", a música se destaca nesse cenário de busca pelo prazer, demonstrando uma forte relação, conforme apontado por Menandro, Trindade e Almeida (2010), já que os jovens "encontram na música uma de suas maiores fontes de diversão", sendo também "um meio através do qual" expressam "seu modo de pensar".

Diante disso, a música possui características únicas que a distinguem de outras formas de arte e tem um impacto profundo tanto na mente quanto no corpo humano. De acordo com Bontempo (1992), “É incontestável a enorme influência da música e dos sons sobre os seres humanos, os animais e as plantas”. A música é uma ferramenta poderosa, que pode conectar as pessoas com suas emoções internas, revelar nuances sutis de experiência e aumentar o potencial criativo. Logo, conforme Bush (1995), a música não apenas nos ajuda a explorar e entender nossos próprios sentimentos, mas também amplia nossa capacidade de resolver problemas de maneira criativa. Este entendimento sublinha a importância da música em diversas áreas da vida, desde a terapia, até a educação e o ambiente de trabalho.

Considerando Schafer (2012), os jovens utilizam uma variedade de elementos culturais, incluindo figurinos, penteados, linguagem e bens musicais para construir e expressar suas identidades. Esses elementos não apenas permitem que os jovens se conectem com certas comunidades culturais, mas também ajudam a moldar sua compreensão e experiência do mundo. A música, em particular, desempenha um papel central nesse processo, funcionando como uma ferramenta poderosa de identificação e diferenciação.

Não obstante, a música desempenha um papel valioso no nosso cérebro, onde no livro "A Música no Seu Cérebro" de Daniel J. Levitin, intitulado "A Música e a Máquina

Mental", o autor explora como a música interage com diversas partes do cérebro, revelando o impacto profundo e multifacetado que ela tem em nossas funções cognitivas e emocionais. Levitin discute como a música não apenas ativa os centros emocionais do cérebro, mas também envolve outras regiões, como o córtex pré-frontal, o lobo temporal e o cerebelo, que trabalham juntos para processar os elementos musicais como ritmo, melodia e harmonia. Esse processamento coordenado, fortalece as conexões neurais e melhora o funcionamento geral do cérebro, resultando em benefícios cognitivos significativos. Por exemplo, crianças que recebem treinamento musical tendem a obter melhores resultados em áreas acadêmicas, como matemática e línguas, devido ao envolvimento de múltiplas áreas cerebrais durante o aprendizado musical.

Além de melhorar a cognição, a música também possui efeitos terapêuticos. Levitin menciona que a musicoterapia, é usada para ajudar pacientes com distúrbios neurológicos, como Parkinson, Alzheimer e aqueles que sofreram derrames, ajudando-os a recuperar habilidades motoras e melhorar a fala, além de reduzir ansiedade e depressão. A música tem a capacidade de contornar áreas danificadas do cérebro e estimular outras regiões, facilitando a recuperação e proporcionando benefícios emocionais e físicos.

2 AS EMOÇÕES E SENTIMENTOS NA ESSÊNCIA E EXPERIÊNCIA DOS JOVENS

A emoção é compreendida como uma resposta complexa do organismo a estímulos internos ou externos, que envolve componentes fisiológicos, comportamentais e cognitivos. As emoções são uma parte fundamental da experiência humana, desempenhando papéis cruciais na motivação, tomada de decisão e interação social. Lazarus argumenta que as emoções são multidimensionais, envolvendo componentes fisiológicos, cognitivos e comportamentais. Ele destaca que essa complexidade permite que as emoções sejam adaptativas, ajustando a resposta do indivíduo às demandas específicas de diferentes situações (Lazarus, 1991).

Os sentimentos são as interpretações conscientes e subjetivas das emoções. Eles são mais duradouros e menos intensos que as emoções, e envolvem a reflexão sobre essas respostas emocionais. Sentimentos são moldados por experiências pessoais, crenças e memórias, e são frequentemente mais complexos e variados. Segundo Damasio (1994), os sentimentos são a interpretação consciente das emoções, que são respostas automáticas e inconscientes a estímulos. As emoções são desencadeadas por eventos específicos, enquanto os sentimentos resultam da reflexão consciente sobre essas emoções.

Ekman (1992) argumenta que as emoções básicas têm um papel adaptativo, ajudando os indivíduos a responder rapidamente a eventos importantes para a sobrevivência. Ele sugere que essas emoções são fundamentais para a comunicação social e para a coordenação das interações humanas. Além disso, destaca que, na vida cotidiana, as emoções básicas desempenham um papel crucial na regulação do comportamento e na interação social, facilitando a comunicação e o entendimento mútuo entre as pessoas.

Segundo Lazarus (1991), as emoções ajudam os indivíduos a se ajustarem às mudanças do entorno, possibilitando respostas rápidas e apropriadas às demandas do contexto. Ele sugere que as emoções são fundamentais para a sobrevivência, pois orientam comportamentos que promovem o bem-estar. Lazarus propõe que as emoções são mediadas por avaliações cognitivas, ou seja, a maneira como uma pessoa

interpreta e avalia uma situação determina a emoção que ela experimenta. Ele enfatiza que essa avaliação é central para a compreensão das respostas emocionais.

Sob a ótica da psicologia histórico-cultural, proposta por Vygotsky, as emoções não são apenas estados internos espontâneos, mas fenômenos socialmente mediados, adquirindo significado por meio da experiência vivida, e das interações com o meio (Vygotsky, 2001). Esse entendimento, permite relacionar o impacto da música com o desenvolvimento emocional e social dos jovens, visto que a experiência musical não ocorre de forma isolada, mas dentro de um contexto cultural que dá sentido às emoções evocadas.

O autor complementa que as emoções não são apenas respostas biológicas inatas, mas também fenômenos socialmente construídos, como proposto em sua obra "Teoria das Emoções" (Vygotsky, 2001). O mesmo critica a visão dualista que separa razão e emoção, argumentando que ambas fazem parte de um processo integrado no desenvolvimento humano. Esse entendimento, permite explorar como a música influencia as emoções dos jovens, não apenas como um estímulo sensorial, mas como uma experiência social e culturalmente mediada.

Além disso, a perspectiva histórico-cultural das emoções sugere que a experiência musical não ocorre de forma isolada, mas dentro de um contexto social que influencia sua interpretação. Quando um jovem se identifica com uma canção, ele não apenas reconhece seu estado emocional, mas também encontra um meio de comunicar e compartilhar esse sentimento com os outros. Como aponta o estudo analisado, as emoções são historicamente determinadas e evoluem conforme as interações sociais e culturais do indivíduo (Silva & Souza, 2017).

Outro ponto relevante que é comunicado pelo autor, é a relação entre a música e a constituição social do sujeito. A vivência musical coletiva, como em bandas, corais ou eventos, possibilita a construção de laços sociais e a experiência de pertencimento. O artigo ressalta que as emoções não são apenas individuais, mas são também compartilhadas, formando uma base para a interação humana. Esse aspecto, reforça a ideia de que a música não apenas influencia a esfera emocional, mas também fortalece habilidades sociais nos jovens, auxiliando no desenvolvimento da empatia e da comunicação.

A música, assim como a arte em geral, desempenha um papel essencial na formação emocional, pois permite a expressão e a ressignificação dos sentimentos. Segundo Vygotsky (2001), a arte tem a capacidade de transformar emoções, organizando-as em um processo dialético de significação. Isso explica por que os jovens utilizam a música para lidar com suas emoções, seja para expressar alegria, tristeza ou superar desafios emocionais.

Ademais, o autor aponta a relação entre música e ética, no qual é um aspecto que enfatiza ao analisar a arte. A experiência musical não apenas impacta o indivíduo emocionalmente, mas também pode influenciar seus valores e comportamentos. A forma como a música é utilizada na sociedade, seja em movimentos sociais, manifestações culturais ou momentos de lazer, demonstra seu poder de moldar subjetividades e reforçar laços sociais.

A música, como linguagem simbólica, pode atuar na organização psíquica e na construção do sujeito social. De acordo com o artigo "Significados e sentidos da música", as emoções não são apenas reações fisiológicas, mas processos que adquirem significado ao serem expressos e compreendidos no contexto da vivência de cada indivíduo (Silva & Souza, 2015). Essa perspectiva, pode ser aplicada ao impacto da

música nos jovens, como eles interpretam e sentem determinadas melodias está ligada às suas histórias, valores e interações sociais.

Além disso, o autor completa que o conceito de catarse, discutido no artigo, revela como as emoções podem ser ressignificadas e transformadas por meio de atividades artísticas. Na música, esse processo pode ser observado quando os jovens utilizam canções para lidar com sentimentos intensos, como tristeza, alegria ou angústia. Ao se identificarem com letras ou melodias, eles podem reorganizar suas emoções e encontrar novas formas de expressá-las.

Diante disso, o impacto da música nas emoções e sentimentos dos jovens, pode ser compreendido dentro de uma perspectiva histórico-cultural, onde as experiências musicais são mediadas socialmente e contribuem tanto para a organização psíquica quanto para a integração social dos indivíduos. Logo, compreender as emoções dentro da perspectiva vigotskiana, permite uma análise mais profunda do impacto da música nos jovens. Ela não apenas reflete os estados emocionais, mas também possibilita sua transformação, contribuindo para o desenvolvimento social e psicológico dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, sobre uma ótica sócio-histórica, permitiu compreender a complexidade e o impacto das relações entre a música, juventude e emoções. A análise dos diferentes autores revelou que a música exerce um papel significativo na vida dos jovens, funcionando como ferramenta de expressão, de construção identitária e de regulação emocional. Através dela, os jovens encontram meios de manifestar suas subjetividades, enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, além de estabelecer conexões sociais.

Observou-se que, apesar de influenciar diretamente o estado emocional, a música também contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e ético dos indivíduos, conforme apontado por estudos neurocientíficos e psicológicos. As diferentes formas de consumo musical, refletem a diversidade das experiências juvenis marcadas por fatores sociais, culturais e históricos.

Dessa forma, reforça-se a importância de considerar a música não apenas como entretenimento, mas como um recurso potente para compreender e intervir nas dimensões emocionais e sociais da juventude, valorizando suas múltiplas formas de expressão e resistência. Logo, recomenda-se a ampliação de estudos empíricos que investiguem, por meio de métodos qualitativos e quantitativos, os efeitos de diferentes gêneros musicais sobre os estados emocionais dos jovens em contextos variados, como escolas, comunidades periféricas e ambientes digitais.

A musicoterapia pode ser uma alternativa potente no tratamento de distúrbios emocionais, transtornos de ansiedade e dificuldades de comunicação, especialmente em contextos de vulnerabilidade psicossocial. Além disso, a valorização da música como ferramenta terapêutica também se mostra essencial, incentivando seu uso em programas de saúde mental voltados ao público jovem, com foco na promoção do bem-estar, da autoestima e da autorregulação emocional.

Por fim, sugere-se que escolas e instituições educacionais reconheçam o papel da música não apenas como expressão artística, mas como um recurso pedagógico capaz de estimular o engajamento, a empatia e a autorregulação emocional dos alunos. Programas interdisciplinares que associam música, psicologia e educação emocional podem ser implementados como estratégias preventivas em saúde mental.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005 (Reimpressão 2008). p. 37–72.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Liquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CAMPOS, S. R.; GOTO, T. A. Os conflitos e valores na juventude: transição para a maturidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 23, n. 3, p. 350–361, 1 dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000300011. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

CASTRO, M. A.; ABRAMOWICZ, A. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude, na Folha de S.Paulo. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 40, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/qmBXqXt6nVrygGhMPwwZTHJ/?lang=pt. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

CÉSAR, N.; GUARESCHI, P. A. Emoções: uma dimensão distorcida do ser humano. **Cadernos de Neuropsicologia/Pan American Journal of Neuropsychology**, vol. 10, n. 3, 2016. Disponível em: https://www.cnps.cl/index.php/cnps/article/view/264/281. Acesso em: 12 de set. de 2024.

CONCEIÇÃO, B. L. et al. A música e as suas repercussões nas ordens sociais e mentais. In: Proceedings INNODOCT/20. International Conference on Innovation, **Documentation and Education**, 11 nov. 2020. Disponível em: https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/45317341/11805_33251_1_PB_1_.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2024.

COSTA, Áurea Júlia de Abreu; PASCUAL, Jesus Garcia. Análise sobre as emoções no livro Teoría de las emociones (Vygotsky). **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, v. 24, n. 3, p. 548-556, 2012. DOI: 10.1590/S0102-71822012000300016.

DAYRELL, J. (Org.). **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 mar. de 2025.

DE LA BARRE, J.; DA SILVA MATOS, E. C. Do que falamos quando falamos de música? Relatos de uma oficina de escuta. **El oído pensante**, v. 8, n. 2, 6 ago. 2020. Disponível em: http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/oidopensante/article/view/8074/7512. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

ENÉAS, A. et al. **Juventudes:** desafios contemporâneos conceituais / Youths: conceptual contemporary challenges. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

ESTEVES, C.; GIL; ABRAMOVAY, M. **Juventude, juventudes:** pelos outros e por elas mesmas. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

FIORIN, J. L. Paixões, afetos, emoções e sentimentos. **CASA:** Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 5, n. 2, 4 mar. 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/541/462. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

FONSECA, Alvaro. **A influência da música na mente e no corpo**. Brasil Escola. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/arte-cultura/a-influencia-da-musica-na-mente-e-no-corpo.htm. Acesso em: 28 de abr. de 2024.

MENANDRO, Maria Cristina S.; TRINDADE, Zeidi; ALMEIDA, Angela M. Oliveira. **Gente jovem reunida:** representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória: UFES/GM Gráfica e Editora, 2010.

MUSZKAT, M. Música e Neurodesenvolvimento: em busca de uma poética musical inclusiva. **Literartes**, v. 1, n. 10, p. 233–243, 1 nov. 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/163338/157319. Acesso em: 28 de abr. de 2024.

NUNES-SILVA, M. et al. Avaliação de Músicas Compostas para Indução de Relaxamento e de seus Efeitos Psicológicos. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 36, p. 709–725, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/8kPBP9Vd4WBtvCFNbs5Xxkc/?lang=pt. Acesso em: 12 de maio de 2024.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. Tradução: Carla Filomena Marques. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

REISDORFER, T. Juventude na contemporaneidade. **Revista NUPEM**, v. 4, n. 6, p. 219–222, 15 fev. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

RESENDE, J. W. R.; ESPÍNDULA, D. H. P. Juventude em Foco: Representações Sociais da Juventude na Folha de S.Paulo. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 40, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/qmBXqXt6nVrygGhMPwwZTHJ/?lang=pt. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

ROCHA, V. C. da; BOGGIO, P. S. **Música sob uma perspectiva neurocientífica**. Para Musi, n. 27, p. 132–140, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pm/a/4MYkTmWFfsG4P9jfRMdmh4G/?lang=pt. Acesso em: 12 de maio de 2024.

SCHLÄBITZ, Norbert. **Der diskrete Charme der neuen Medien:** Digitale Musik im medientheoretischen Context und deren musikpädagogisch Wertung. Augsburg: Bernd Wisner, 1996.

SILVA, José Eduardo Costa; SOUZA, Regina Maria de. Significados e sentidos da música: uma breve "composição" a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 223–230, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/W4WkFgKY8ZzqYrBbG4b3CYw. Acesso em: 20 maio 2024.

SOUZA, Regina Maria de; BAHIA, Ligia Márcia Martins. A significação das emoções no processo de organização dramática do psiquismo e de constituição social do sujeito. **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, v. 26, n. spe2, p. 53-62, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000600006.

TEIXEIRA, Irenides. **Fotografias pessoais no Facebook:** corpos e subjetividades em narrativas visuais compartilhadas. 2014. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Gabriel Borges Cintra**, *acadêmico de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE NA FORMAÇÃO DO EGO SEGUNDO A PERSPECTIVA JUNGUIANA

Valéria De Oliveira Santos Martins
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Caio César Brum
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Piettro Ribeiro Lamonier
Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax

RESUMO

Esta pesquisa investiga a influência da parentalidade na formação do Ego, sob a perspectiva da Psicologia Analítica. O objetivo foi analisar como as interações parentais afetam o desenvolvimento emocional e psicológico dos filhos, considerando a tensão gerada pelos complexos materno e paterno e os arquétipos de pai e mãe. Através de uma revisão bibliográfica qualitativa exploratória, analisou-se materiais de autores clássicos e contemporâneos da Psicologia Analítica. A análise da literatura revelou que a parentalidade exerce uma influência profunda e multifacetada na formação do ego, moldando a personalidade e impactando o processo de individuação. Concluiu-se que a influência dos pais vai além do consciente, com dinâmicas inconscientes impactando fortemente a formação da personalidade, e que a autenticidade na relação pais-filhos é fundamental.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Parentalidade; Infância; Complexos Parentais.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva da Psicologia Analítica, a infância representa o alvorecer da consciência e a gênese do ego, um período de suma importância para a estruturação da psique individual. O desenvolvimento da personalidade se inicia na infância, e os primeiros anos são decisivos para a formação do caráter. Nesse contexto, as interações do indivíduo com o meio externo, especialmente as relações parentais, exercem um papel preponderante na moldagem da personalidade durante a fase infanto-juvenil e que, a mente da criança é extremamente influenciável e dependente, funcionando completamente dentro da complexa psique dos pais. Ou seja, a mente da criança não é um sistema isolado, mas sim altamente suscetível às influências do ambiente familiar, especialmente à dinâmica psíquica dos pais.

Nesse sentido, a parentalidade tem um papel fundamental na formação da personalidade, sendo importante a investigação dessa interação que pode fornecer uma visão ampla e se possível um maior direcionamento relacionado ao tema, bem como possibilidades na constituição de indivíduos a partir da perspectiva de que na

infância se tem maior absorção de fatores externos na construção do caráter do indivíduo (Jung, 2013a).

Já Neumann (1980), traz que o Ego surge da psique inconsciente e ganha forma gradualmente à medida que a pessoa ganha consciência de si mesma. No entanto, essa estrutura psíquica não existe de maneira isolada, pois está constantemente influenciada pelo inconsciente pessoal e pelo inconsciente coletivo. Ao longo da vida, o Ego passa por transformações significativas, muitas vezes impulsionadas por crises existenciais e experiências simbólicas que fazem parte da jornada de individuação. Portanto, a infância se configura como um período crítico para a formação da consciência e do ego, influenciada pelas interações com o meio externo e, em particular, pelas dinâmicas parentais. Essas experiências primordiais deixam marcas profundas na psique infantil, moldando a personalidade e influenciando o desenvolvimento psicológico ao longo da vida.

Partindo dessas ideias, o artigo busca entender essa influência da parentalidade na formação do Ego sob a perspectiva da psicologia analítica, explorando como as interações entre pais e filhos, especialmente durante a infância, moldam o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. A partir disso, se torna evidente que a parentalidade tem um papel fundamental na formação de personalidade, sendo importante a investigação dessa interação que pode fornecer uma visão ampla e se possível um maior direcionamento relacionado ao tema, bem como possibilidades na constituição de indivíduos a partir da perspectiva de que na infância se tem maior absorção de fatores externos na construção de caráter do indivíduo.

A pergunta que norteia a pesquisa é: De que forma a relação com os pais exerce influência na formação do Ego do indivíduo? Portanto, o objetivo geral é: Identificar a influência dos diferentes tipos de parentalidade na formação do "ego" do indivíduo de acordo com a Psicologia Analítica.

Sendo assim os objetivos específicos para tal são: Analisar a influência da parentalidade na formação do Ego infantil; investigar a construção dos arquétipos de mãe e pai na psique da criança; avaliar o impacto da parentalidade no desenvolvimento da autonomia e confiança dos filhos; examinar as marcas duradouras da relação entre pais e filhos na infância e sua influência na personalidade e comportamento ao longo da vida; explorar como os complexos materno e paterno afetam o desenvolvimento do Ego e; investigar o impacto da transmissão psicológica transgeracional de conflitos emocionais dos pais para os filhos na formação da personalidade e na adaptação social e emocional.

Falar de psicologia e infância se mostra um tema de grande interesse acadêmico, porém dentre as diversas abordagens psicológicas, é notável a escassez de estudos que aprofundem a relação entre a psicologia analítica e a influência parental na construção da consciência e do ego durante a infância, um tema de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento da personalidade, sendo essa uma das justificativas para realização do artigo que busca preencher tais lacunas na literatura. A pesquisa também se propõe a aprofundar a compreensão de conceitos junguianos como arquétipos, complexos e individuação, aplicando-os ao contexto específico da parentalidade e da formação do Ego. Ademais, ao elucidar a influência da parentalidade na formação do Ego, o estudo pode fornecer informações valiosas para pais e educadores, auxiliando na criação de ambientes familiares mais saudáveis e na prevenção do sofrimento psíquico em crianças e adolescentes.

Tal estudo pode também estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a Psicologia Analítica e outras áreas do conhecimento, como a psicologia do

desenvolvimento, a neurociência e a antropologia, enriquecendo a compreensão do desenvolvimento humano, bem como explorar a transmissão transgeracional de padrões emocionais e comportamentais, investigando como os conflitos não resolvidos dos pais podem afetar a formação do Ego dos filhos ao longo das gerações.

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico na biblioteca Pearson, Minha Biblioteca e na biblioteca pessoal da autora utilizando os termos de busca: parentalidade, personalidade, ego, infância e Psicologia Analítica, para levantamento especificamente de livros que contribuíram na construção do referencial teórico. As obras utilizadas derivam de autores diversos no campo da Psicologia e principalmente na abordagem analítica, abrangendo publicações de edições que vão de 1980 a 2023.

Esta é uma pesquisa de natureza básica que utiliza uma abordagem qualitativa, cujo objetivo é investigar através da revisão bibliográfica, quais contribuições a Psicologia Analítica fez para entender de que forma a interação dos filhos com os pais pode afetar no desenvolvimento do indivíduo. O tratamento dos dados se dá através da interpretação e síntese das informações encontradas nas fontes bibliográficas, buscando identificar padrões, relações e implicações para a compreensão do tema central da pesquisa. Não havendo uso de métodos estatísticos ou análise quantitativa.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho conta com a metodologia de revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002) se utiliza de material já disponível como livros publicados na internet, aqui foram buscados livros disponíveis em bases de dados como Pearson, Minha Biblioteca e biblioteca pessoal da autora abrangendo publicações de edições que vão de 1980 a 2023. A natureza da pesquisa é básica, sendo segundo Schwartzman (1979, p.01) "aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente". Ao passo que a abordagem é qualitativa do conteúdo dos materiais bibliográficos, buscando identificar e interpretar os conceitos junguianos relevantes para a compreensão da influência parental na formação do Ego. Isso inclui a análise de arquétipos, complexos (materno, paterno e de édipo), inconsciente pessoal e coletivo, e o processo de individuação, sendo esta uma abordagem de caráter exploratório que busca entender a profundidade dos fenômenos, explorando as experiências, percepções e significados que as pessoas atribuem a esses fenômenos. Não se concentrando apenas em números e dados estatísticos (Poupart et al., 2008).

A pesquisa abrange obras de autores clássicos da Psicologia Analítica como Carl Gustav Jung e Marie-Luise Von Franz, e de autores contemporâneos que exploram e aplicam seus conceitos, como Edward F. Edinger, Verena Kast, Murray Stein e outros, que abordam o tema da pesquisa nas bases citadas acima, buscando compreender tanto as bases teóricas originais quanto as interpretações e desenvolvimentos mais recentes da teoria junguiana. O processamento dos dados se concretiza por meio da interpretação e da síntese das informações colhidas nas fontes bibliográficas. Esse procedimento visa a identificação de padrões recorrentes, a elucidação das relações existentes entre os conceitos e a avaliação das implicações desses achados para a compreensão do tema central da pesquisa.

ISSN 2595-2110

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Influência dos Pais na Formação do Ego

A influência da parentalidade na formação do Ego transcende a mera transmissão de palavras e conceitos; ela se manifesta, sobretudo, através do exemplo vivo dos pais. Conforme observou Jung (2013b), a criança, embora suscetível à influência verbal, é fundamentalmente moldada pelas ações e vivências de seus progenitores. Essa dinâmica não implica, necessariamente, uma correspondência direta entre os tipos psicológicos de pais e filhos. Para compreender esse processo de formação do Ego, é importante considerar também os movimentos psíquicos que estruturam sua dinâmica interna. O desenvolvimento do Ego não ocorre apenas a partir dos conteúdos internos da psique, mas também em constante interação com o mundo externo. Nesse sentido o autor propôs os conceitos de 'Progressão' e 'Regressão' como movimentos fundamentais da energia psíquica (libido) no processo de amadurecimento da personalidade. A Progressão refere-se ao direcionamento da libido para fora, em busca de adaptação, realização no mundo e fortalecimento do Ego por meio da confrontação com a realidade externa. Já a Regressão ocorre quando essa energia recua em direção ao inconsciente, frequentemente como resposta a frustrações, impasses ou crises existenciais. Longe de representar apenas uma falha psíquica, a regressão pode ter uma função compensatória e restauradora, pois permite o contato com imagens arquetípicas e conteúdos profundos que foram excluídos da consciência.

Von Franz e Hillman (2016), trazem que a teoria dos tipos psicológicos elaborada por Carl Gustav Jung visa compreender as diferentes formas de percepção e reação dos indivíduos diante do mundo. Essa teoria se baseia em duas atitudes opostas a introversão e a extroversão, bem como quatro funções psíquicas sendo elas: pensamento, sentimento, sensação e intuição. A combinação entre uma dessas atitudes e uma função dominante dá origem a diferentes tipos psicológicos, todos com suas qualidades e limitação.

A tipologia é apresentada como um recurso importante para o autoconhecimento e para a compreensão das diferenças entre pessoas, favorecendo o desenvolvimento pessoal e os relacionamentos interpessoais. Um pai introvertido, por exemplo, pode ter um filho extrovertido, pois a preponderância de introversão ou extroversão define o tipo psicológico, e não a ausência do mecanismo oposto. Sendo assim, a exemplo de como a tipologia dos pais pode influenciar nos traços de personalidade dos filhos como expressão transgeracional, Von Franz e Hillman (2016 p. 14), pontuam:

> É tendência natural adiar ou transferir para outras pessoas as coisas nas quais não nos sentimos superiores. Em decorrência desse comportamento natural, a unilateralidade vai sempre aumentando. Surge então a atitude familiar: o garoto muito inteligente deve prosseguir os estudos e a criança que apresenta aptidão para as matérias práticas deve tornar-se engenheiro. O ambiente reforça as tendências unilaterais existentes, as chamadas "aptidões", e há, portanto, um aumento no desenvolvimento da função superior e uma lenta degeneração do outro lado da personalidade. Este é um processo inevitável que até apresenta grandes vantagens. Muitas pessoas se enquadram nesse padrão, podendo-se definir imediatamente o seu tipo; já outras podem ser muito difíceis de definir. Algumas pessoas têm problemas para descobrir o próprio tipo, o que se deve, muito frequentemente, ao fato de serem tipos distorcidos. Isso não é muito comum, mas acontece nos casos em que

> alguém, que originalmente seria um tipo sentimental ou um intuitivo, foi forçado pelo meio ambiente a desenvolver outra função. Suponha-se que um garoto tenha nascido um tipo sentimental numa família intelectualmente ambiciosa. Seu ambiente exercerá pressão para que ele se torne um intelectual e a sua predisposição natural como tipo sentimental será frustrada ou desprezada. Geralmente, em casos como esses, a pessoa é incapaz de tornar-se um tipo pensativo porque o passo seria grande demais. Porém, ela pode muito bem desenvolver a percepção ou a intuição, uma das funções auxiliares, a fim de adaptar-se melhor ao ambiente: a sua função principal está simplesmente "deslocada" do meio em que ela cresce.

Portanto, o ambiente familiar exerce uma influência inegável no modo como pais e filhos interagem e se relacionam, como no exemplo acima, um garoto do tipo sentimental em uma família intelectual pode vir a desenvolver outras funções auxiliares como meio de adaptação.

Nesse contexto da formação do Ego, a relação entre pais e filhos desempenha um papel fundamental na manifestação e integração dos arquétipos. Segundo Jung (2011) os arquétipos são padrões universais de experiência que possuem imagens e fazem parte da estrutura psíquica de todo ser humano e sua integração ocorre quando o Ego reconhece seus conteúdos inconscientes, entra em relação com eles e o incorpora de forma equilibrada à personalidade.

As interações parentais, desde a mais tenra infância, influenciam a forma como a criança internaliza e expressa os aspectos masculinos e femininos de sua psique. Um ambiente familiar que promove a expressão saudável de ambos os arquétipos contribui para o desenvolvimento de um Ego equilibrado e integrado, enquanto um ambiente que reprime ou distorce esses aspectos, o que pode levar a conflitos internos e dificuldades no processo de individuação (Neumann, 1980).

A expressão de um arquétipo ocorre quando um conteúdo arquetípico do inconsciente se manifesta na consciência, seja por meio de comportamentos, emoções, sonhos, fantasias, símbolos ou atitudes. Uma expressão “saudável” de um arquétipo é aquela que promove a integração, a assimilação de conteúdos inconscientes, o autoconhecimento, a ampliação da consciência e a busca da individuação. Também é possível que haja a distorção da expressão desse arquétipo, quando ocorre a possessão arquetípica, que significa permitir que esse conteúdo inconsciente se manifeste de forma desproporcional, inconsciente ou desvinculada da realidade individual, gerando comportamentos rígidos, destrutivos ou alienados (Jung, 2018).

Diante das interações entre pais e filhos, surgem os complexos parentais, chamados de complexo materno e paterno. Estes complexos podem ser positivos, quando há uma relação de afeto, atenção, acolhimento e carinho com as figuras maternas e paternas. Caso a relação seja permeada de confrontos dolorosos, geram-se os complexos maternos e/ou paternos negativos. Os complexos paterno e materno são formados desde a primeira infância, e surgem através da projeção que fazemos nos pais de qualidades que vão além das reais, através da identificação com eles de características, valores e comportamentos, identificações estas que podem ser conscientes ou inconscientes, também podem ser através de experiências emocionais que temos e que deixam marcas ao longo da vida, assim como através dos arquétipos universais de mãe e pai que são inatos aos indivíduos (Kast, 2022).

Esses complexos parentais, são fundamentais na construção do Ego, que emerge da psique inconsciente e se desenvolve gradualmente com a autoconsciência. Na visão de Edinger (2020), o Ego surge da psique inconsciente e ganha forma gradualmente à medida que a pessoa ganha consciência de si mesma. No entanto, essa estrutura

psíquica, não existe de maneira isolada, pois está constantemente influenciada pelo inconsciente pessoal e pelo inconsciente coletivo. Ao longo da vida, o Ego passa por transformações significativas, muitas vezes impulsionadas por crises existenciais e experiências simbólicas que fazem parte da jornada de individuação. O crescimento do Ego é frequentemente acompanhado por momentos simbólicos de "morte e renascimento" que podem ser vistos como uma consequência das crises e transformações induzidas pelos complexos parentais. Esse simbolismo é recorrente em mitos, religiões e sonhos que frequentemente retratam heróis em suas jornadas de provação, antes de alcançar um nível mais elevado de consciência. Para o autor a perda do simbolismo religioso na sociedade moderna, enfraquece o desenvolvimento psicológico, pois deixa os indivíduos sem referência simbólica para guiar sua jornada interna.

Ao conectar as ideias de Edinger (2020) com o que este artigo discute sobre a influência dos pais na formação do Ego, percebe-se forte sintonia. O que Edinger coloca em seu trecho sobre o funcionamento do Ego dentro da Psicologia de Jung se encaixa com o que exploramos aqui sobre como a parentalidade age nesse processo, ao aprofundar em como as trocas entre pais e filhos, marcadas por complexos psicológicos e pela força dos arquétipos, realmente constroem e transformam o Ego durante a infância, que é uma fase crucial para a jornada de se tornar um indivíduo completo. Assim, a forma como os pais se relacionam com os filhos pode tornar mais fácil ou mais difícil aqueles momentos de crise e mudança ("morte e renascimento") que são essenciais para o Ego crescer e a pessoa buscar uma maior consciência de si.

A expressão saudável dos arquétipos parentais, conforme explorado por Jung (2011) e Neumann (1980), desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil. A manifestação positiva do arquétipo materno envolve a provisão de segurança emocional, acolhimento e nutrição, fatores que contribuem para o desenvolvimento da confiança básica na criança. De forma análoga, a expressão saudável do arquétipo paterno está associada à oferta de orientação, estabelecimento de limites e estímulo à autonomia, auxiliando a criança na construção de sua identidade e capacidade de enfrentar o mundo. Embora relacionada ao conceito de criação saudável, a expressão arquetípica saudável se distingue ao enfatizar os padrões universais e inconscientes que influenciam a dinâmica pais-filhos, indo além das práticas parentais conscientes. A compreensão desses arquétipos permite uma análise mais profunda das influências parentais no desenvolvimento da personalidade e na formação do Ego.

2.2 Arquétipos e Inconsciente

Os complexos derivam do inconsciente individual e os arquétipos derivam do inconsciente coletivo. Jung conceitua os arquétipos como tendências inatas a formar determinadas imagens e ideias, presentes no inconsciente coletivo. Essas tendências não são estáticas, mas se manifestam de forma singular em cada indivíduo e cultura, moldando nossos pensamentos, sentimentos e comportamentos. As imagens arquetípicas podem ser observadas em diferentes manifestações, como nas mitologias, obras de arte, crenças religiosas, sonhos e até mesmo comportamentos cotidianos. Jung mostrou que as definições de arquétipo são antigas e que esse conceito é experimentado de forma semelhante por diversas culturas. Por exemplo, o arquétipo materno surge do simbolismo maternal de diversas formas, que podem ser pessoas ou coisas, como uma mãe, avó, madrasta, figuras familiares, conceitos abstratos como a divindade e a natureza, o Céu, a Terra e a Lua. A figura materna se manifesta em

símbolos diversos, incluindo lugares de origem, objetos de cuidado e até animais, refletindo sua profunda influência na psique humana. Os símbolos deste arquétipo podem ser positivos ou negativos. Os negativos podem ser a bruxa, o dragão (ou qualquer animal devorador e que se enrosca como um peixe grande ou uma serpente), o túmulo, o sarcófago, a profundidade da água, a morte, o pesadelo e o pavor infantil (tipo Empusa, Lilith, etc.). A imagem da mãe, presente em diversas culturas, sofre transformações significativas, analisando sob a ótica individual (Jung, 2018).

Em "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade", Freud (2016) aborda a sexualidade infantil e o desenvolvimento das fantasias desde os primeiros anos de vida. Ele explica que, durante a infância, as fantasias relacionadas à figura materna são muitas vezes a chave para o desenvolvimento psíquico. A criança, ainda sem uma diferenciação clara entre o mundo real e o mundo psíquico, pode criar representações mentais da mãe que, em muitos casos, não são diretamente refletidas pela realidade. Essas representações fantasiosas, ou seja, as projeções da criança sobre a mãe, têm um impacto significativo no desenvolvimento das neuroses. A mãe, para Freud, não é apenas a cuidadora que atende às necessidades físicas da criança, mas também figura central nos desejos infantis inconscientes. Assim, as relações com a mãe podem ser interpretadas, muitas vezes, como um reflexo das fantasias da criança sobre o amor, o cuidado, o medo e, mais tarde, o desejo sexual. Essas fantasias, de acordo com Freud, não são simplesmente desejos inocentes, mas podem ter uma dimensão de trauma, especialmente quando estão em desacordo com a realidade.

Em contraposição à ênfase dada por Freud à mãe pessoal na formação da psique infantil, a perspectiva Junguiana conforme articulada por Jung (2018) desloca o foco para o arquétipo materno, ou seja, a importância da mãe reside menos em sua pessoa e mais no arquétipo materno que projetamos sobre ela. Esse arquétipo, carregado de simbolismo e poder, confere à mãe uma autoridade quase divina, moldando profundamente a experiência infantil. Portanto, é fundamental analisar cada caso individualmente para identificar a origem dessas fantasias, que podem se manifestar através dos sonhos, medos e projeções na figura do terapeuta. O arquétipo da mãe é frequentemente a base do complexo materno. A questão de saber se esse complexo pode se desenvolver sem a influência da mãe real ainda é tema de debate. Para ele, a mãe, em sua interação com a criança, desempenha um papel crucial na origem de perturbações psicológicas, especialmente nas neuroses infantis. A perturbação da esfera instintiva da criança evoca arquétipos que se interpõem entre ela e a mãe, criando uma dinâmica conflituosa e gerando angústia. Sonhos em que a mãe aparece como figura ameaçadora, comuns em crianças de mães superprotetoras, ilustram como esses arquétipos podem causar uma cisão na psique infantil e predispor ao desenvolvimento de neuroses.

Diante de tais afirmações, vale ressaltar um arquétipo coletivo que foi abordado por Neumann (2021) conhecido pelo nome de A grande Mãe, o qual foi caracterizado por ele principalmente por sua natureza dual, manifestando-se tanto como a “Mãe boa” nutridora e protetora quanto como a “Mãe terrível” associada à destruição. Essa dualidade arquetípica permeia a experiência humana e a dinâmica mãe-filho, influenciando a percepção do feminino e os ciclos da vida. Outra característica essencial é sua natureza transformadora, simbolizando os processos de criação, morte e renascimento, e sua ubiquidade e autonomia, transcendendo as representações individuais da maternidade e moldando a experiência humana através de diversas culturas e épocas.

Embora a influência da mãe seja inegável, muitas vezes as fantasias infantis assumem um caráter arquetípico, com elementos mitológicos e simbólicos que vão além da experiência pessoal. Sobre esse ir além, cabe aqui ressaltar que, antes do surgimento da psicologia analítica, uma das definições de inconsciente mais explorada no final do século XIX e primórdios do século XX, se dava através da Psicanálise na qual Freud trazia que esse inconsciente seria formado por conteúdos reprimidos ou esquecidos pelo indivíduo, algo formado completamente por atuação pessoal de cada um. Jung não discordava de tal definição, mas afirmou que este inconsciente pessoal repousa sobre uma camada ainda mais profunda, algo inato de todos os seres humanos, chamado de inconsciente coletivo. A psicologia analítica postula que a consciência emerge do inconsciente, uma esfera psíquica presente desde o nascimento e subdividida em inconsciente pessoal e coletivo. Na infância, a psique está particularmente influenciada pelo inconsciente coletivo, absorvendo influências arquetípicas e padrões universais que se manifestam em sonhos, temores e comportamentos (Jacobi, 2013).

2.3 Anima e Animus

De acordo com a teoria junguiana, imersos na profundidade do inconsciente coletivo, encontram-se os arquétipos da Anima e do Animus, elementos fundamentais na constituição psíquica de todo indivíduo, independentemente do sexo biológico. Esses arquétipos exercem uma influência significativa sobre a perspectiva individual do mundo. A Anima representa a dimensão do feminino presente na psique masculina, enquanto o Animus personifica a dimensão do masculino na psique feminina. Longe de serem apenas símbolos, eles atuam como forças dinâmicas que impactam diretamente os aspectos racionais, emocionais e comportamentais de cada pessoa. Para um desenvolvimento pleno da personalidade, torna-se essencial que tanto homens quanto mulheres estabeleçam uma relação consciente com os aspectos arquetípicos presentes em seus complexos relacionados à Anima e ao Animus. No homem, essa relação consciente com os aspectos arquetípicos de seu complexo da Anima pode manifestar qualidades como criatividade, intuição e empatia. A ausência dessa relação pode levar a uma idealização excessiva do feminino ou a uma instabilidade emocional considerável. De modo análogo, na mulher, uma relação consciente com os aspectos arquetípicos de seu complexo do Animus fortalece características como racionalidade, independência e autodeterminação. A falta dessa relação, por outro lado, pode resultar em rigidez no pensamento e em posturas dogmáticas (Stein, 2004). Portanto, a presença e a relação consciente com os aspectos arquetípicos da Anima e do Animus são cruciais para a integração da personalidade em ambos os sexos.

Neumann (1980) destaca a importância dos arquétipos materno e paterno no desenvolvimento infantil. Quando a função materna é bem exercida, ela oferece segurança e cuidado, influencia a formação de um ego saudável. Experiências negativas podem levar à insegurança e dificuldades em relacionamentos. O arquétipo paterno, que introduz a criança ao mundo exterior, influencia o senso de identidade e propósito. Experiências negativas podem gerar raiva e dificuldades em estabelecer limites. O equilíbrio entre esses arquétipos é crucial para um desenvolvimento saudável, pois desequilíbrios podem causar problemas psicológicos. Os pais desempenham um papel fundamental na construção do ego e na jornada de individuação da criança. Nesse contexto, a relação entre pais e filhos emerge como um fator determinante na manifestação e integração dos arquétipos de Animus e Anima, elementos centrais na

estruturação da psique individual. As interações parentais, desde a mais tenra infância, modulam a forma como a criança internaliza e expressa os aspectos masculinos e femininos de sua psique. Um ambiente familiar que cultiva a expressão saudável de ambos os arquétipos propicia o desenvolvimento de um Ego equilibrado e integrado, ao passo que um ambiente que reprime ou distorce tais aspectos pode desencadear conflitos internos e entraves no processo de individuação.

2.4 Complexos Parentais e Seus impactos

Para Verena Kast (2022), os complexos são centros emocionais da personalidade que emergem quando um indivíduo se depara com uma situação ou ambiente que supera suas capacidades de resposta. Essa formação se inicia nas interações primárias do bebê e da criança com figuras significativas, sendo a primeira infância um período de particular sensibilidade. No entanto, eles podem surgir ao longo da vida, conforme enfrentamos novos desafios e experiências, pois consistem em agrupamentos específicos de memórias, vivências e fantasias, convergindo para um tema central, frequentemente associado a uma emoção intensa. Diante das interações entre pais e filhos, surgem os complexos parentais, como o materno e paterno, que estão intrinsecamente ligados à influência da parentalidade nos filhos, relacionados a sentimentos ou memórias das figuras de mãe ou pai, reais ou idealizadas, e podem influenciar o trabalho, relacionamentos amorosos e autoimagem. Os complexos paterno e materno se formam desde a primeira infância, através da projeção de qualidades nos pais, identificação com características, valores e comportamentos (conscientes ou inconscientes), experiências emocionais marcantes e arquétipos universais de mãe e pai. Eles podem ser positivos, quando há afeto, atenção, acolhimento e carinho, porém, com espaço para incentivo a autonomia da criança, ou negativos, se a relação for permeada por confrontos dolorosos.

A compreensão dos complexos parentais, ou seja, padrões inconscientes de pensamentos, emoções e comportamentos que moldam nossa percepção da realidade, é essencial para o autoconhecimento. Segundo Schwartz (2023), esses complexos não são apenas obstáculos, mas também potenciais caminhos de crescimento interior, pois, embora possam distorcer a realidade, oferecem importantes pistas sobre conteúdos profundos da psique. Um exemplo marcante é o complexo paterno negativo, estrutura psíquica inconsciente formada a partir da ausência, rejeição ou negligência paterna. Ele se manifesta como um conjunto de emoções não elaboradas, como abandono, insegurança e desvalorização, que influenciam profundamente nas filhas. Esses padrões comportamentais e afetivos, tendem a se repetir ao longo da vida e, quando não reconhecidos e trabalhados, perpetuam-se de forma inconsciente por meio de um processo de transgeracionalidade, sendo passados de pais para filhos, muitas vezes de maneira silenciosa e não verbal. A autora destaca ainda, que esses legados emocionais continuam atuando no sistema familiar até que sejam trazidos à consciência, compreendidos em sua origem e transformados, permitindo que a energia antes presa em padrões disfuncionais seja convertida em desenvolvimento pessoal e autenticidade.

Além do complexo paterno, o complexo de édipo, um conceito central na psicanálise, exerce bastante influencia no desenvolvimento infantil. Este complexo descreve uma fase em que a criança experimenta desejos pelo genitor do sexo oposto, ecoando o mito de Édipo. Embora Jung discordasse da terminologia freudiana, ele reconhecia a universalidade dessa fantasia, presente em ambos os sexos devido à libido sexual indiferenciada na infância. A superação desse conflito edipiano infantil é

crucial para um desenvolvimento saudável, prevenindo conflitos neuróticos na vida adulta. Para Freud (2016), a superação do complexo de Édipo envolve a renúncia de desejos e a identificação com o genitor do mesmo sexo. Esse processo é impulsionado pelo medo da castração no menino e pela inveja do pênis na menina. Ao reprimir seus desejos e se identificar com o genitor do mesmo sexo, a criança internaliza os valores e normas parentais, formando o superego e resolvendo o conflito edipiano. Esses "desejos" no Complexo de Édipo representam um conjunto complexo de sentimentos de amor, posse, rivalidade e medo que a criança experimenta em relação aos seus pais. Ele também interpretava o complexo de édipo como um fenômeno reprimido pela moral, mas ativo no inconsciente, exercendo influência sobre o desenvolvimento psíquico.

Os complexos, portanto, demonstram como questões inconscientes podem afetar a vida de uma pessoa, e para Jung, a compreensão da vida mental exige o acesso aos pensamentos e sentimentos mais profundos, evidenciando o inconsciente através de ideias, emoções e memórias que influenciam o comportamento sem que tenhamos consciência. Esses comportamentos manifestam-se tanto em experiências pessoais, como medos, traumas e desejos, quanto em padrões universais através dos arquétipos, que moldam pensamentos e sentimentos compartilhados por toda a humanidade (Jung, 2018).

2.5 Puer Aeternus e Puella Aeterna

O conceito de Puer Aeternus é introduzido como uma expressão da mitologia clássica, especificamente das metamorfoses de Ovídio, onde se refere ao deus-criança laco nos mistérios eleusianos. Essa figura divina, associada a Dionísio, Eros e outras divindades da juventude e renovação, simboliza a juventude e o potencial de redenção. Para a Psicologia analítica, o termo Puer Aeternus é utilizado para descrever um tipo de indivíduo, geralmente homem, que permanece psicologicamente imaturo, preso a um estado de adolescência prolongada. Esse padrão é caracterizado por uma forte ligação com a mãe, frequentemente buscando nela uma figura de cuidado e proteção (Von Franz, 1992).

Já a Puella Aeterna segundo Leonard (1997), se trata da representação de uma mulher cuja relação deficitária com o pai na infância resultou em uma “ferida” em sua autoconfiança. Essa ferida, pode levá-la a adotar uma postura de submissão passiva, buscando inconscientemente o cuidado e a aprovação paterna em seus relacionamentos adultos, evitando as responsabilidades da vida adulta, com reflexos negativos em suas esferas emocional, intelectual, sexual, profissional e social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados e da literatura revisada revelou insights significativos sobre a influência da parentalidade na formação do Ego, conforme descrito pela Psicologia Analítica. Em particular, os resultados indicam que a interação entre pais e filhos exerce um impacto profundo e multifacetado na psique infantil, afetando o desenvolvimento da personalidade e da identidade ao longo da vida.

A relação com os pais, como apontado por Jung (2013a) e Neumann (1980), é essencial para a formação do Ego, que surge e se estrutura a partir das primeiras interações e experiências. Durante a infância, a psique da criança está extremamente receptiva, absorvendo não apenas comportamentos explícitos, mas também os

arquétipos universais representados pelas figuras materna e paterna. Esses arquétipos atuam como moldes fundamentais para a formação da identidade e da consciência, influenciando tanto as atitudes emocionais quanto comportamentais do indivíduo. O papel dos pais, portanto, não se limita a uma transmissão direta de valores ou normas, mas inclui a internalização de modelos arquetípicos, como o de proteção (mãe) e a inserção no mundo exterior (pai).

Os achados também evidenciam que um ambiente familiar que oferece um equilíbrio saudável entre os arquétipos materno e paterno favorece um desenvolvimento psicológico mais harmonioso. Um equilíbrio saudável entre os arquétipos materno e paterno, conforme discutido por Jung (2018) e Neumann (1980), é fundamental para o desenvolvimento psicológico da criança. O arquétipo materno, representando cuidado e segurança emocional, deve ser complementado pelo arquétipo paterno, que simboliza orientação e estímulo à autonomia. Essa combinação permite que a criança desenvolva tanto um senso de segurança quanto a capacidade de se tornar independente. A ausência de equilíbrio entre esses arquétipos pode levar a desequilíbrios de personalidade. Por outro lado, ambientes que distorcem ou reprimem esses arquétipos podem gerar distúrbios no desenvolvimento do Ego, levando à formação de complexos emocionais que afetam o comportamento e a psique ao longo da vida.

Os complexos parentais, tanto maternos quanto paternos, foram identificados como fatores fundamentais na formação do Ego, conforme discutido por Kast (2022). A pesquisa revelou que a infância, período crítico de formação da psique, é a fase em que esses complexos começam a se manifestar. A relação positiva com os pais, caracterizada por afeto, acolhimento e segurança, leva ao desenvolvimento de um Ego forte e saudável. No entanto, a presença de relações conflituosas ou negligentes pode dar origem a complexos negativos que, conforme Edinger (2020), se tornam obstáculos no processo de individuação. Tais complexos podem gerar sentimentos de raiva, ressentimento e insegurança, com impactos significativos na autoestima e nas relações interpessoais.

Além disso, os complexos materno e paterno podem influenciar a capacidade de estabelecer limites, desenvolver confiança e autonomia, e regular as emoções ao longo da vida adulta. Em casos mais graves, os complexos não resolvidos podem manifestar-se como distúrbios de comportamento, ansiedade e dificuldades nos relacionamentos interpessoais, como discutido por Neumann (1980) e Kast (2022). A construção e resolução desses complexos, portanto, são fundamentais para o bem-estar psicológico e a individuação.

Neste estudo, também foi apresentado os complexos de Puer Aeternus e Puella Aeterna apresentados por Von Franz (1992) e Leonard (1997). A comparação entre estes dois conceitos destaca como diferentes configurações familiares na infância podem moldar padrões de imaturidade distintos em homens e mulheres. Enquanto o Puer Aeternus busca refúgio em uma relação simbiótica com a figura materna, a Puella anseia pela validação e apoio de uma figura paterna ausente e inadequada. Ambos os padrões, contudo, demonstram uma dificuldade fundamental em internalizar figuras parentais seguras e em desenvolver autonomia psíquica que permita o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis e a plena integração da vida adulta. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para identificar e abordar as raízes das dificuldades relacionais e promover um desenvolvimento psicológico mais completo e responsável.

Outro resultado importante foi a análise do papel dos arquétipos e do inconsciente coletivo na formação do Ego infantil. Como destacado por Jung (2018), os arquétipos não são apenas padrões psíquicos individuais, mas representações universais presentes em todas as culturas e que influenciam o comportamento humano. Na infância, a psique está particularmente conectada ao inconsciente coletivo, absorvendo padrões arquetípicos que moldam as experiências e percepções da criança sobre o mundo e os outros. Esses arquétipos, quando bem integrados, promovem uma maior compreensão e equilíbrio da psique, enquanto que sua repressão ou distorção pode gerar desequilíbrios emocionais e psicológicos, conforme demonstrado pela relação entre a mãe e o complexo materno, e entre o pai e o complexo paterno.

O estudo confirmou que os arquétipos materno e paterno, como elementos universais, desempenham papéis cruciais no desenvolvimento da personalidade e da consciência do indivíduo através da análise da literatura teórica da psicologia analítica, onde os arquétipos materno e paterno são compreendidos como imagens primordiais do inconsciente coletivo. A partir da revisão bibliográfica, foi possível identificar que o arquétipo materno se manifesta em figuras que nutrem, acolhem e proporcionam segurança, funções que são essenciais na primeira infância, quando o Ego ainda está em formação. Já o arquétipo paterno representa a função orientadora, estruturante e promotora de autonomia do indivíduo. Ambos, em equilíbrio, influenciam diretamente no desenvolvimento da personalidade ao oferecerem ao sujeito experiências simbólicas fundamentais para a construção da identidade, da moralidade e da capacidade de integração psíquica. Sua manifestação positiva ou negativa, dependendo da qualidade das interações parentais, tem implicações significativas na forma como a criança desenvolve seu senso de identidade, sua relação com o mundo e sua capacidade de estabelecer conexões emocionais saudáveis ao longo da vida. Assim, o estudo demonstrou que esses arquétipos, como elementos universais, moldam profundamente a maneira como a criança se relaciona consigo mesma, com o outro e com o mundo, repercutindo em sua vida adulta.

A teoria Junguiana, ao introduzir os conceitos de arquétipos e complexos, aprofunda a compreensão da influência parental no desenvolvimento infantil, oferecendo uma perspectiva que transcende a noção de que um bom acompanhamento parental é simplesmente benéfico. Os arquétipos revelam como as figuras parentais encarnam forças universais presentes no inconsciente coletivo, moldando a Psique da criança em níveis profundos e muitas vezes inconscientes, influenciando expectativas, comportamentos e padrões familiares e a transmissão transgeracional de traços de personalidade como citado por Von Franz e Hillman (2016). Ao mesmo tempo, os complexos demonstram como experiências emocionais específicas na infância, especialmente aquelas associadas às figuras parentais, podem se organizar em torno de núcleos de sentimentos e memórias, criando “nós” psíquicos que exercem uma influência autônoma sobre o comportamento e os relacionamentos ao longo da vida.

A teoria dos complexos destaca que mesmo ambientes familiares aparentemente saudáveis, podem surgir dinâmicas sutis que levam à formação de complexos negativos, com efeitos prejudiciais no desenvolvimento do Ego e na capacidade de individuação. Dessa forma, a Psicologia Analítica oferece uma compreensão mais ampla e rica das interações pais-filhos, integrando tanto as dimensões universais da experiência humana (arquétipos) quanto as particularidades da história individual (complexos) para explicar o impacto duradouro da parentalidade na formação da psique.

Os resultados também indicam que a qualidade das interações parentais tem um papel central no desenvolvimento da autonomia e da confiança da criança. De acordo com as teorias junguianas, a criança, ao ser adequadamente acolhida e guiada por seus pais, aprende a confiar em suas próprias capacidades, desenvolvendo uma base sólida de autoestima e segurança. Quando os pais são fontes de apoio e segurança emocional, a criança se sente empoderada para explorar o mundo e enfrentar desafios com autoconfiança.

Porém, quando as figuras parentais falham em prover esse suporte emocional necessário, surgem dificuldades no desenvolvimento da autonomia, o que pode se traduzir em dependência excessiva, insegurança e dificuldades em lidar com frustrações e conflitos. Esses aspectos do desenvolvimento psicológico são fundamentais para a construção de uma personalidade equilibrada, conforme discutido por Jung (2013b) e Kast (2022), e podem afetar a capacidade do indivíduo de lidar com a realidade de maneira saudável ao longo de sua vida.

Por fim, um achado relevante da pesquisa foi a identificação da transmissão transgeracional de conflitos emocionais e psicológicos dos pais para os filhos, tema central na Psicologia Analítica. A investigação sugere que os conflitos não resolvidos dos pais podem ser passados de geração em geração, afetando a formação do Ego dos filhos. Isso ocorre, em parte, devido à projeção de traumas e padrões comportamentais não resolvidos, que influenciam as dinâmicas parentais e, por conseguinte, a psique das crianças. Como discutido por Schwartz (2023), reconhecer e tratar esses padrões emocionais transgeracionais é essencial para promover a cura psicológica e o desenvolvimento saudável do Ego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a influência da parentalidade na formação do Ego, sob a ótica da Psicologia Analítica, evidenciou a importância das primeiras interações parentais no desenvolvimento da psique infantil. A partir da teoria de Carl Gustav Jung e outros autores que abordam os conceitos junguianos, como os arquétipos materno e paterno, os complexos parentais e o processo de individuação, foi possível perceber que a criança, ao interagir com seus pais, internaliza modelos que irão influenciar sua personalidade e comportamento ao longo de sua vida.

Os complexos materno e paterno, formados desde a infância, têm papel central na constituição do Ego. Quando esses complexos são positivos, favorecem a formação de um Ego equilibrado e saudável, enquanto que, quando negativos, podem gerar disfunções emocionais e psicológicas que reverberam na vida adulta. A parentalidade, por meio do ambiente familiar, das vivências emocionais e das projeções arquetípicas, exerce um impacto duradouro na criança, moldando não só suas reações frente aos desafios da vida, mas também seu senso de identidade e autoestima.

Além disso, a pesquisa demonstrou a relevância do conceito de inconsciente coletivo de Jung, que compartilha padrões e arquétipos universais, afetando os indivíduos de forma única e pessoal. O estudo também abordou como a transmissão transgeracional de padrões emocionais e comportamentais pode influenciar a formação do Ego a partir de estudos acerca da tipologia desenvolvida por Jung que a depender do tipo psicológicos dos pais pode influenciar nesse processo, o que pode levar à perpetuação de conflitos pessoais não resolvidos ao longo das gerações.

Em suma, a investigação destacou a necessidade de uma compreensão mais profunda da dinâmica entre pais e filhos e sua influência na constituição do Ego,

abrindo caminho para futuras pesquisas que possam integrar a Psicologia Analítica com outras áreas do conhecimento, como a neurociência, a psicologia do desenvolvimento e a antropologia. Além disso, as descobertas podem ser valiosas para pais, educadores e profissionais de saúde mental, ao proporcionar insights para a criação de ambientes mais saudáveis e promotores do bem-estar psíquico infantil, prevenindo traumas e contribuindo para a formação de indivíduos mais autônomos e equilibrados.

REFERÊNCIAS

EDINGER, Edward F. **Ego e arquétipo:** uma síntese fascinante dos conceitos psicológicos fundamentais de Jung. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2020.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901–1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.isctem.ac.mz/bitstream/123456789/734/1/%5BAntonio-Carlos-Gil%5D-Como-elaborar-projetos-de-pes%28z-lib.org%29.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2024.

JACOBI, Jolande. **A psicologia de C.G. Jung:** uma introdução às obras completas. Petrópolis: Vozes, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Editora Vozes Limitada, 2011.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. Petrópolis: Vozes, 2013a.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2013b.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Vol. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2018.

KAST, Verena. **Filhas de pai, filhos de mãe**: complexos de pai e mãe e caminhos para a identidade própria. Petrópolis: Vozes, 2022.

LEONARD, Linda S. **A mulher ferida:** em busca de um relacionamento responsável entre homens e mulheres. São Paulo: Summus, 1997.

NEUMANN, Erich. **A criança:** estrutura e dinâmica da personalidade em desenvolvimento desde o início de sua formação. São Paulo: Cultrix, 1980.

NEUMANN, Erich. **A grande mãe:** Um estudo histórico sobre os arquétipos, simbolismos e as manifestações femininas do inconsciente. Editora Cultrix, 2021.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHWARTZ, S. E. **O efeito da ausência do pai nas filhas:** desejo paterno, ferida paterna. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 out. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas**. Termos de referência de pesquisa, não publicado, jan. 1979. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm>. Acesso em: 06 dez. 2024.

STEIN, Murray. **Jung:** o mapa da alma. São Paulo: Cultrix, 2004.

VON FRANZ, Marie-Louise. **Puer Aeternus:** a luta do adulto contra o paraíso da infância. São Paulo: Paulus, 1992.

VON FRANZ, M.; HILLMAN, J. **A Tipologia de Jung**-Ensaios sobre Psicologia Analítica. 2016.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Valéria De Oliveira Santos Martins**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Caio César Brum**, Psicólogo, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Piettro Ribeiro Lamonier**, Psicólogo, Especialista, Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax.

ISSN 2595-2110

A METANÓIA E A CRISE DA MEIA-IDADE: EM BUSCA DA INDIVIDUAÇÃO

Glaucilene Lopes de Santana Santos
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Tássio de Oliveira Soares
Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).

RESUMO

O presente estudo busca compreender, a partir da literatura atual, a dinâmica do processo de individuação proposta pela Psicologia Analítica de Carl Jung e suas implicações a partir da metanóia na meia-idade. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é exploratório sobre o tema em análise; optou-se pelo uso do Estado da arte como metodologia que se propõe a fazer um mapeamento das produções acadêmicas e científicas dentro desse campo de conhecimento. O referencial teórico fundamenta-se nas concepções de Jung e de estudiosos junguianos que abordam a metanóia na meia-idade como uma fase marcada por transições, reflexões existenciais, perdas, ganhos e redescoberta do propósito de vida. Discute-se também o conceito de individuação enquanto processo de diferenciação e integração, visando à construção de uma identidade autêntica com inteireza. A pesquisa foi realizada em cinco bases de dados (SciELO, EBSCO, Periódicos Capes, Revista Self – Revista do IJUSP, e Revista Junguiana da SBPA). Inicialmente foram selecionados 149 artigos, que após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram reduzidos a 144 e selecionados 14 para análise pela aproximação da temática. Os resultados obtidos revelam que são pequenas as investigações, em nosso país, sobre a relação dos termos metanóia, meia-idade e individuação, quando buscados de forma exata, mas a partir de novos termos e combinações a temática aparece apresentando não apenas a relação existente e sua relevância teórica como também novas tendências, envolvendo a espiritualidade e os relacionamentos como caminhos favoráveis ao processo de individuação.

Palavras-chave: Metanóia; Crise Meia-idade; Individuação; Psicologia Analítica.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia da Covid-19, o mundo inteiro foi convidado a um recolhimento global. Nesse cenário eu recebi um convite não somente para um recolhimento em casa, mas para ir para dentro de mim mesma. E foi assim que iniciei uma jornada de autodescobrimento, que transcende a simples identificação do ego, mas instigou a necessidade de revisitar conceitos e crenças morais arraigadas, levando a uma exploração interna que revelou a existência de uma dimensão subjacente à

consciência, antes desconhecida por mim. Essa vivência foi o ponto de partida para a compreensão do processo de profunda reorientação psíquica que ocorre durante a meia-idade, e a partir daí, entrei em contato com alguns temas da Psicologia Analítica, iniciando a compreensão do papel do ego, da existência dos elementos sombrios e do número de personas criadas para moldar nossas interações sociais.

A vivência dessa jornada, embora desafiadora e muito desconfortável, culminou em uma significativa transformação, comparável a um processo alquímico. Essa experiência pessoal motivou a escolha da realização do curso de Psicologia, aos cinquenta e dois anos de idade, e agora, na fase final da graduação, me impulsionou para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso sobre a metanóia na crise da meia-idade, entendendo-a como um período crítico que exigirá mudanças de foco e reorientação da psique, provocando o retorno para as questões internas do indivíduo e por ser considerada um período chave para a vivência do processo de individuação.

Nessa perspectiva, o presente estudo abordará a temática da metanóia na meia-idade como caminho de busca pela individuação e usará como suporte teórico da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e seus sucessores. A questão em análise neste estudo é investigar como a literatura atual da Psicologia Analítica, relaciona a metanóia na meia-idade com o processo de individuação, e de que forma essa crise pode ser ressignificada sob a ótica da individuação junguiana?

A hipótese levantada é que a metanóia e a crise da meia-idade, é um momento crucial na vida adulta, forçando o indivíduo a se voltar para o seu mundo interior e quando abordada através da perspectiva junguiana, pode ser compreendida como um período crítico com potencial de aprofundamento do processo de individuação.

Portanto, o objetivo central é compreender, a partir da literatura atual, a dinâmica do processo de individuação proposta pela Psicologia Analítica de Carl Jung e suas implicações na transformação do ser a partir da metanóia na meia-idade. Especificamente, este estudo propõe-se investigar como a literatura junguiana e autores contemporâneos complementa e aprofunda o entendimento sobre a metanóia como um caminho para a individuação, identificando os desafios e crises psicológicas que podem surgir durante a metanóia na meia-idade; explorar alguns conceitos teóricos envolvidos no processo da individuação, conforme proposto pela Psicologia Analítica Clássica e alguns apontamentos dos Pós-junguianos; Buscar-se-á, explorar como o trabalho com o arquétipo da sombra pode colaborar para a individuação na metanóia. Este estudo visa ainda, identificar lacunas e contribuições recentes na literatura sobre essa temática.

O trabalho apresentará três seções temáticas. Primeiramente será abordado sobre a metanóia na meia-idade: crise, renascimento e novos significados. Em seguida, será abordado sobre o processo da Individuação na Psicologia Analítica de forma ampliada, envolvendo outros autores além de Jung. E por último examinam-se o processo alquímico da individuação: integrando sombra e persona.

Esta pesquisa se justifica pela sua relevância teórica em propor uma revisão de literatura para explorar um conceito central de Jung que é a individuação e sua articulação com a metanóia na meia-idade, contribuindo dessa forma para aprofundar o conhecimento sobre o papel da metanóia como um catalisador para a integração de aspectos conscientes e inconscientes da psique. Além disso, esse estudo possui uma relevância social e prática, uma vez que se torna crucial compreender a crise da meia-idade como oportunidade de integração psíquica, considerando a sociedade atual, marcada pela busca por sentido, propósito e pela crescente expectativa de vida. Em particular, este trabalho se justifica não apenas pela sua relevância teórica, mas,

sobretudo, por sua profunda conexão com a minha própria jornada. A elaboração deste estudo está carregada de uma busca pessoal por sentido, que agora se traduz em um esforço para compreender, à luz da Psicologia Analítica, a importância da transformação pessoal e do autoconhecimento para o desenvolvimento humano na contemporaneidade.

O caminho escolhido para desenvolver o presente trabalho foi a pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é exploratório sobre o tema em análise; optou-se pelo uso do Estado da arte como metodologia que busca fazer um panorama das tendências de produção textual nessa área do conhecimento.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A metanóia na meia-idade: crise, renascimento e novos significados

Cada fase do desenvolvimento humano apresenta particularidades, refletindo-se em diferentes implicações ao longo da vida das pessoas. Ao abordar sobre as fases do desenvolvimento, a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung não seguiu na mesma linha de Freud, distanciando-se da teoria freudiana dos estágios de desenvolvimento psicossexual. Jung, (2014) ao referir sobre as etapas da vida, compreende o desenvolvimento humano como um processo contínuo e vitalício, intrinsecamente ligado à emergência gradual e à expansão da consciência a partir do inconsciente pessoal e também do inconsciente coletivo. Vale destacar que pode haver crise em várias fases do desenvolvimento humano, sendo possível regressão da libido entre jovens, no entanto, neste trabalho o foco será a crise da meia-idade que, à época do Jung ocorria mais cedo, tendo em vista que a expectativa de vida era mais baixa.

Nesta perspectiva, Jung (2014) propõe o delineamento das fases do desenvolvimento da seguinte forma: na infância a consciência é quase inexistente e a psique da criança está fundida com a dos pais, depois inicia-se uma diferenciação, mas ainda permanece influenciável pelas condições ambientais; na adolescência ocorre uma luta pela autonomia e busca pela psique individual e conquista-se uma independência relativa; na fase adulta, denominada de primeira metade da vida o foco principal é a adaptação ao mundo externo e a expansão da esfera pessoal, e por fim, a partir da meia-idade em diante, ou seja, na segunda metade da vida, há uma transformação onde ocorre a regressão da libido, como um movimento natural da energia psíquica que retorna para o interior e para o inconsciente e para se tornar verdadeiramente si mesmo e esse se torna o período ideal para o processo de individuação, que implica confrontar e integrar os aspectos inconscientes da personalidade. Portanto, para Jung (2014, p. 224), "a personalidade já existe em germe na criança, mas só se desenvolverá aos poucos por meio da vida e no decurso da vida. Sem determinação, inteireza e maturidade não há personalidade".

Em outra perspectiva Jung (2000), considerou que as fases da vida humana assemelha-se ao ciclo diário do sol, uma metáfora para o fluxo da energia psíquica, onde a infância é semelhante a manhã, quando a consciência começa a se formar e a criança se volta para o mundo externo; a adolescência e a juventude correspondem ao meio-dia, o auge da energia, ambição e busca por conquistas exteriores; já a meia-idade é o entardecer, onde o sol recolhe seus raios, começa a declinar e volta-se para o seu interior e para o autoconhecimento, tornando um período de reflexão e crise de significado e por fim, a velhice é o anoitecer, quando a sabedoria interior se sobrepõe à busca externa, culminando na aceitação e na integração do eu verdadeiro.

E ao fazer essa alusão, Jung assevera que, “não podemos viver a tarde de nossas vidas segundo o programa da manhã”. (Jung, 2000 § 785)

Neste sentido, Jung (2000) complementa que a transição da meia-idade ocorre no período a partir de 35 e 40 anos, não se restringindo a uma idade cronológica específica, mas um momento onde existe a transição de uma vida orientada pelo ego para uma vida orientada pelo si-mesmo. Nessa segunda metade da vida ocorre um campo de batalha entre forças opostas, análogas às sizígias ou polaridades psíquicas que atuam dentro da psique e coexistem (inconsciente e ego consciente, animus e anima, racional e irracional), gerando uma crise denominada como metanóia. Originária do grego "metanoien", o termo metanóia foi usado por Jung para designar "mudar de mente" ou "mudar a maneira de pensar", ou seja, sair da inconsciência e da ignorância pela mudança na maneira de pensar (Jung, 2015a, p 309).

De acordo com a Psicologia Simbólica Junguiana de Carlos Byington[1], a metanóia é compreendida como a superação de um padrão arquetípico e de um estado de consciência para a implantação de outro. O autor identifica cinco metanóias importantes ao longo das sete fases arquetípicas da vida, enquanto a metanóia originalmente descrita por Jung é situada como a quarta.

Com base nesta descrição de Byington, as cinco metanóias representam transformações psicológicas cruciais ao longo da vida. A primeira ocorre na infância (0-12 anos), marcada pela transição do mundo pré-verbal para o verbal e social. A segunda acontece na adolescência (12-20 anos), caracterizada pela separação do núcleo familiar e a inserção na cultura. A terceira abrange a vida adulta (21-40 anos), focada na construção de um lar e no desenvolvimento profissional. A quarta metanóia, na maturidade (40-60 anos), é um período de crise e busca por uma identidade única, com a ativação de arquétipos como anima e animus. Por fim, a quinta metanóia na terceira idade (após 60 anos) é a fase de desapego e busca pela totalidade, onde o ego se encontra com o infinito, simbolizando a aceitação da finitude e a busca por um sentido mais profundo.

Já a Psicologia Arquetípica de Hillman tem uma visão da meia-idade como um período arquetípico crucial de virada de alma, que não deve ser visto como um problema, nem como uma crua racional ou iluminação moral, mas como um chamado para a metanóia. Hillman (1997) considera que as insatisfações, as frustrações e as perdas dessa fase são base onde a alma busca nova direção, como um retorno à sua essência arquetípica.

Uma outra perspectiva é apresentada pela Escola Desenvolvimentista de autores os pós-junguianos que não utilizam muito o termo metanóia, mas veem a meia-idade ligada ao desenvolvimento do ego e a superação de falhas na infância. Neste sentido, a meia-idade seria um período para revisitar e integrar as partes do Self que foram dissociadas ou não puderam desenvolver plenamente gerando a crise da meia-idade e essas falhas no desenvolvimento do self precisam ser trabalhadas e reparadas na análise (Jacoby, 2023; Fordham, 1985). Samuels (2010) defende uma visão mais pluralista da psicologia analítica ao incluir a abordagem desenvolvimentista. Para ele, a meia-idade pode ser um momento de lidar com as múltiplas vozes internas e os conflitos que se originaram nas primeiras relações.

Para Pandini (2014) a metanóia na meia-idade constitui um processo psicológico profundo que afeta significativamente o desenvolvimento e a adaptação pessoal, caracterizado por intensos fluxos de energia do inconsciente em direção à consciência, envolvendo uma mudança de direção da libido e, consequentemente, do foco do ego que busca se voltar mais para o mundo interno, implicando num diálogo do ego com o

inconsciente. Para a autora, a metanóia reaproxima conteúdos inconscientes, promovendo um confronto na forma de ver o mundo e o autoconceito, desencadeando ainda o encontro com temas que remete ao envelhecimento corporal, doenças, perdas e a finitude, gerando angústias e neuroses, mas também representando a vivência do nascimento de uma nova identidade, forçando a pessoa a um novo nível de consciência e um modo de vida mais significativo.

Na mesma direção, Stein (2007) e Hollis (1995) consideram que a meia-idade pode ser compreendida como o "meio da vida" ou "passagem do meio", fase marcada por uma espécie de crise psicológica, na qual ocorre uma desestabilização da identidade e as certezas anteriores se desfazem, gerando uma loucura silenciosa, com alterações emocionais, ansiedade e um profundo senso de perda, e com essa crise emerge o descompasso entre a identidade construída e as novas demandas do si-mesmo, intensificando a consciência da finitude. Os autores convergem para a ideia de que essa crise se constitui um rito de passagem marcado por resistências em aceitar tais transformações. Nesse sentido, a metanóia na meia-idade se configura como uma fase que precisa ser acolhida, escutada e validada, sem a ânsia de forçar uma adaptação do indivíduo.

Alves et al, (2024), por sua vez, consideram a metanóia como um caminho para a individuação e chama a atenção sobre a influência dos elementos sombrios na segunda metade da vida, onde neste momento ocorre um convite para o indivíduo reexaminar a vida, reconhecendo os aspectos sombrios e os complexos que habitam sua psique, impondo que é preciso ressignificar os papéis para criar uma nova consciência de si, integrando-se e transformando-se.

Independentemente dos termos e dos conceitos que denominam essa fase intermediária da vida humana, Jung (2000) aponta que o período da meia-idade ou segunda metade da vida não é uma transição suave, não sendo possível passar por esse processo sem sofrimentos, principalmente quando há recusa em aceitar essa mudança de direção, levando o sujeito a vivenciar neuroses e nostalgia do passado, desejo regressivo de reviver a juventude e por uma busca desesperada pela vitalidade perdida.

Dessa forma, a segunda metade da vida constitui um período crucial para o autoconhecimento e a integração de questões não resolvidas, mas não é algo desejado pela maioria das pessoas, uma vez que consome um alto grau de energia. No entanto, é uma fase de busca por transformação pessoal e reconciliação entre ego e si-mesmo, levando a compreensão do próprio sentido da existência, culminando no processo de individuação.

1.2 A individuação na Psicologia Analítica: um olhar ampliado

A Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung é descrita como uma corrente da Psicologia que se dedica aos fenômenos psíquicos complexos. Jung (2000) defende-a como uma Psicologia que reconhece a alma humana, incluindo seus aspectos inconscientes, tanto pessoais como coletivos, e sua proposta é uma reação contra a racionalização e o reducionismo materialista que produz uma "psicologia sem alma".

Segundo a perspectiva da Psicologia Junguiana clássica, o processo de individuação, constitui um tema central e seu trabalho consiste em descobrir a essência do indivíduo, ir ao encontro de uma autenticidade, buscar uma totalidade, integrando elementos inconscientes e também diferenciando e dissociando-se de identificações inconscientes para desenvolver uma consciência mais autónoma e individualizada.

Nesse sentido, “individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por ‘individualidade’ entendemos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si-mesmo” (Jung, 2008, p. 60).

O termo individuação tem origem muito antiga, desde o latim Individuum que significa o que não pode ser dividido, indivisível e também tem origem na filosofia medieval que usavam o termo principium individuationis como princípio de individuação para um ser com uma singularidade específica. Jung como um erudito com vasto conhecimento de filosofia, alquimia e teologia, importou o termo da filosofia e ressignificou esse conceito transplantando-o para a psicologia, por encontrar nesse termo uma linguagem simbólica para o processo de desenvolvimento da psique humana (Samuels, 2003). A individuação, portanto, “é o processo de formação e particularização do ser individual e, em especial, é o desenvolvimento do indivíduo psicológico como ser distinto do conjunto, da psicologia coletiva.” (Jung, 2015b, p 591)

O conceito de individuação desempenha um importante papel na Psicologia Analítica clássica de Carl Gustav Jung e está presente em toda a sua obra, como também está presente em diversas obras de autores junguianos e Pós-junguianos que abordam esse termo sobre diferentes aspectos.

A individuação, segundo Stein (2020), envolve dois movimentos principais: o primeiro, chamado de movimento analítico (separatio), é um processo de "purificação da psique", onde busca-se a desidentificação de elementos inconscientes, como a persona construída para adaptação social, as figuras de anima/animus e as imagens arquetípicas que podem causar inflação psicológica, com o objetivo é criar distinção e separação para que o indivíduo se torne ele mesmo; o segundo movimento é denominado sintético (coniunctio), foca na integração, ocorrendo a assimilação de elementos rejeitados, como a sombra (aspectos tanto negativos quanto positivos do caráter), a integração de imagens arquetípicas e a libertação de repetições do passado. O autor acrescenta que esse processo culmina na criação da "função transcendente", que harmoniza as polaridades e une os níveis somático, psicológico e espiritual do ser.

A busca pela individuação não se apresenta como algo linear nem isento de obstáculos, pois se trata de um processo complexo, marcado por conflitos e possível alienação, exigindo o confronto com aspectos internos muitas vezes negados ou reprimidos. Algumas pessoas resistem, ignoram ou tentam evitar a individuação por medo de parecerem diferentes e detém-se na persona socialmente agradável e cortês (Viana, 2017; Stein, 2020) Complementando essa visão, Kast (2016), destacar dois aspectos fundamentais desse processo: por um lado, há uma busca por saber quem é o indivíduo, encontrando aquilo que condiz com sua identidade e, por outro lado, entender que há contradição entre essa identidade pessoal e aquilo que a sociedade exige como demanda. E ainda aponta que essa dualidade revela que o processo de individuação é um movimento para que os indivíduos se tornem cada vez mais singulares, únicos e cada vez mais autênticos, mas também envolve o reconhecimento das tensões entre essa autenticidade e as demandas sociais.

Para Jung (2008), o ponto central do processo de individuação é o encontro com o Si-mesmo, o arquétipo da totalidade. Ele assevera que em vez de projetá-lo em figuras externas, como salvadores ou messias, propõe-se que o Si-mesmo, que engloba tanto o consciente (ego) quanto o inconsciente, seja o centro da vida psíquica. Para o autor essa ideia é radical porque move a fonte de salvação e sentido do exterior para o interior do indivíduo, onde o Si-mesmo se torna a fonte que harmoniza as forças opostas da psique e permite uma religiosidade viva e simbólica, baseada na experiência pessoal. O processo de individuação, portanto, é o caminho para aqueles

que perderam a fé em dogmas externos, oferecendo um encontro com o sagrado não fora, mas emergindo de dentro, no próprio processo de se tornar quem realmente se é.

A Psicologia Arquetípica do pós-junguiano James Hillman tem uma visão diferente do processo de individuação em comparação com a Psicologia Junguiana clássica. Enquanto Jung via a individuação como um caminho para a totalidade e a integração do ego com o Self, para Hillman, (1997) a individuação não é um processo de alcançar a perfeição ou a totalidade, mas sim um processo de aprofundamento da nossa alma. Para o autor não se trata de unificar todas as partes da psique em um todo harmonioso liderado pelo Self, mas de habitar plenamente a diversidade e as contradições da psique. Na visão do autor, a individuação, é a constante negociação com as diversas figuras arquetípicas que habitam a alma.

Outra visão diferente do processo de individuação é abordada pela Escola Desenvolvimentista, uma das principais correntes entre os pós-junguianos, a qual defende que a individuação é um processo de diferenciação do ego a partir do Self (o centro ordenador da psique) que ocorre desde o nascimento, ou seja, a individuação é vista como um processo contínuo que começa na primeira infância, e não apenas na meia-idade. Nesse sentido, os desafios e conflitos da infância são vistos como oportunidades para o desenvolvimento da individualidade, e não apenas para a formação de complexos ou sintomas. A Escola Desenvolvimentista também ressalta que a individuação não é um processo puramente interno, mas é profundamente influenciada pelo ambiente e pelas relações precoces. A forma como o ego se desenvolve é moldada, principalmente, pelas interações com os pais ou cuidadores. Assim, um relacionamento saudável e empático é crucial para que a criança possa se diferenciar e construir um senso de Self seguro. (Fordham, 1985; Samuels, 2010; Jacoby, 2023).

Seguindo a visão da Psicologia Analítica Clássica, objeto desse estudo, o conceito de individuação proposto por Jung é frequentemente mal interpretado como individualismo. No entanto, como abordado por Sant'ana (2019) e Kast (2019), a jornada da individuação é, na verdade, um processo de se tornar completo e integrado, unindo consciente e inconsciente em uma profunda conexão com o coletivo (Jung, 2008). Os autores acrescentam que, longe de buscar a separação, a individuação promove uma relação mais equilibrada com o outro, reconhecendo que a singularidade do indivíduo não se opõe às normas coletivas, mas se torna uma fonte de potencial interações criativas e uma melhoria nos relacionamentos humanos. Como destaca Kast (2019, p. 52), trata-se de "ter autonomia dentro do relacionamento, de entender-se e perceber-se como um ser humano em meio a outros", reconhecendo que a identidade individual também se constrói na relação com os demais.

Dessa forma, o processo de individuação, segundo a perspectiva da Psicologia Analítica, representa uma jornada contínua de autoconhecimento e integração na qual o indivíduo se aproxima de sua totalidade psíquica sem perder a conexão com o coletivo. Mais do que um destino final, trata-se de um caminho dinâmico a ser percorrido, marcado por descobertas e transformações, que convida cada pessoa a se tornar quem verdadeiramente é.

1.3 O processo alquímico da individuação: integrando sombra e persona

A jornada de individuação, conforme já explicitado, constitui um processo psicológico contínuo e vitalício que se intensifica na meia-idade com a experiência da metanóia. Essa fase, análoga a um processo alquímico, representa um período de

transformação, exigindo um percurso de autoconhecimento profundo. Nesse contexto, a análise clínica assume um papel crucial, ajudando o indivíduo a integrar os aspectos inconscientes e enfrentando as camadas da psique, como sombra e persona.

Dentro do movimento de integração dos elementos inconscientes, o arquétipo da sombra é central na compreensão do processo da individuação. Diversos autores abordam a temática da sombra, entendendo-a como o lado da personalidade que a consciência rejeita ou não deseja revelar; aquilo que se nega; ou ainda aquela parte da psique inconsciente, protegida, oculta onde contém as características pessoais que são contrárias aos costumes e convenções morais da sociedade, ou seja, a sombra é tudo aquilo que a pessoa não quer que apareça, mas que compõe a natureza humana que é constituída não apenas de luz, mas também de escuridão (Jung, 2008; Zweig e Abrams (org), 1994; Stein, 2006; Samuels, 2003; e Kast, 2019)

É necessário o confronto e integração da sombra como parte do processo de individuação, e isso não constitui um ideal mágico ou redentor. É também imprescindível que o indivíduo encare e trabalhe os conteúdos sombrios, compreendendo-os e integrando-os à realidade, de forma a expandir a consciência e gerar lucidez (Alves, et al, 2024). A individuação exige que se caminhe em direção à luz sem esquecer da sombra que ela inevitavelmente projeta (Jung, 2013). Para o autor, quando os conteúdos sombrios não são integrados, projetam-se sobre os outros, criando desconfiança, ódio e conflitos sociais. A civilização moderna precisa recuperar os símbolos que integrem a totalidade humana e não apenas a metade "aceitável" de si mesma.

Cedo ou tarde todos vivenciam o encontro com a sombra. Zweig e Abrams (1994) nos lembram de que na meia-idade é comum ocorrer o encontro com a sombra e a vivência de uma grande necessidade de rever valores e velhos hábitos e até talentos adormecidos, exigindo de cada um ficar atento para não permanecer inconscientes ao chamado por mudanças que a meia-idade tem a ensinar.

Na tentativa defensiva de evitar confrontos com o inconsciente, o indivíduo recorre a personas, que nos dizeres de Stein, (2006) refere-se a uma estrutura da psique junguiana, idêntica a uma máscara social que, embora necessária para que o indivíduo seja aceito na sociedade, pode distanciar a pessoa da sua personalidade real, onde essas adaptações sociais e os papéis que o indivíduo desempenha são atitudes que promovem o afastamento de si mesmo. Com isso, Jung (2008, p. 61) ressalta que "a meta da individuação não é outra senão a de despojar o si-mesmo dos invólucros falsos da persona".

Neste contexto, compete ao processo de individuação levar os indivíduos à conscientização e a integração dessas figuras dinâmicas do inconsciente, acolhendo as polaridades psíquicas e lançando luz sobre a escuridão da vida psicológica (Stein, 2020). Kast, (2019) vai além e pontua que a individuação é um processo de auto-observação, de afastamento e autodescoberta, não significando uma busca por perfeição, mas sim a totalidade resultante dessa integração de polaridades que constitui a psique humana, permitindo uma existência mais plena e coerente.

Por sua vez, Hollis, (1995) aponta como paradoxo da individuação a ideia de que a pessoa ao se tornar independente e completo de si mesmo, poderá ter relacionamentos mais saudáveis, uma vez que quanto mais a pessoa se sentir realizada e completa, melhor será sua conexão com o outro. O autor argumenta ainda que ao buscar a individuação, tornando-se quem se é, com todas as particularidades, a pessoa deixa de usar os outros para preencher suas próprias lacunas emocionais e

psicológicas, promovendo assim, relações sociais mais genuínas, oferecendo sua individualidade em vez de sugar a dos outros.

Dessa forma, enfatizando o processo de transformação que decorre da individuação, Pandini (2014), argumenta que na metanóia o ponto central da individuação refere-se ao encontro com o arquétipo do Self (si-mesmo), o centro superior da personalidade, onde o ego cede lugar ao Self, abandonando identificações rígidas. Para a autora, observa-se nesse período uma reorientação do eixo ego-self, a partir de uma mudança fundamental da psique que vai desviando do foco do ego e das questões exteriores e busca-se uma conexão mais profunda com o self, possibilitando assim, a vivência de aspectos transcendentes do ser, colaborando com a expansão da consciência, o contato com a espiritualidade e o altruísmo, levando, portanto, ao desenvolvimento de uma maturidade psicológica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, qualitativa, com tratamento dos dados a partir do Estado da Arte. Dantas e Amorim (2023) destacam que a pesquisa qualitativa é marcada por seu caráter humanista e interacional, alicerçada em um conjunto de sentidos, valores, crenças e comportamentos sociais, nem sempre quantificáveis. Quanto aos objetivos, essa pesquisa será de cunho exploratório. Segundo Gil (2002), uma pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema em análise, tornando-o mais explícito.

Como metodologia propõe-se realizar uma pesquisa bibliográfica com uso do Estado da arte. Para Teixeira (2023), as pesquisas com uso do Estado da arte são definidas de caráter bibliográfico e se constituem como trabalhos que propõem a uma análise ampla e diversificada com vista a identificar, mapear, descrever e analisar outras pesquisas desenvolvidas em materiais bibliográficos, sobretudo dissertações, teses, livros e artigos publicados em periódicos, sobre uma área de conhecimento escolhida, visando investigar a perspectiva evolutiva, conforme um recorte temporal definido. O autor acrescenta que as pesquisas de Estado da arte "intencionam examinar e sistematizar dados a respeito da produção acadêmica/científica em determinada área de investigação".

Para contextualizar o Estado da arte sobre o tema, será conduzido um levantamento bibliográfico exploratório de artigos publicados em bases de dados científicas. A busca será realizada nas seguintes plataformas: SciELO, Revista Self (IJUSP), Revista Junguiana (SBPA) Periódicos Capes e Ebsco. A estratégia de busca empregará as palavras-chaves principais: "Metanóia", "Meia-idade", "Individuação" e "Psicologia analítica". Caso a busca inicial não seja satisfatória, serão testadas combinações alternativas de descritores.

Serão incluídos na análise, artigos abertos publicados dentro do recorte temporal dos últimos dez anos (2016 - 2025). Como critérios de inclusão, serão priorizadas produções nacionais, cuja temática perpassa pelos conceitos-chave envolvidos no estudo. Serão priorizadas pesquisas com fundamentação teórica da Psicologia Analítica clássica de Jung e pós-junguianos, que discutem a metanóia, a crise da meia-idade e o processo de individuação, incluindo também estudos que exploram temas relacionados como: "Individuação junguiana", "Crise Meia-idade", " Arquétipos" "Persona" e "Sombra".

Os critérios de exclusão serão aplicados em etapas. Inicialmente serão descartados trabalhos fora do recorte temporal e do escopo temático, a partir da leitura flutuante dos títulos e resumos e em seguida, leitura dos resultados e considerações finais. Serão excluídos artigos de opinião, relatórios acadêmicos, blogs e materiais sem validação científica. A análise do material selecionado será qualitativa e descritiva, buscando identificar padrões, tendências, divergências e lacunas na literatura, além de estabelecer um diálogo entre os autores e suas ideias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de mapear o Estado da Arte recente acerca da metanóia na meia-idade e sua relação com a busca pela individuação, sob a perspectiva da Psicologia Analítica, realizou-se uma busca sistematizada em diversas bases de dados científicos, para tal utilizou-se as palavras-chaves do estudo em conjunto com os operadores booleanos AND e OR. A pesquisa bibliográfica configura-se como etapa fundamental para a construção do marco teórico e delimitação do problema, uma vez que permite identificar lacunas no conhecimento já estabelecido e contribui para embasar teoricamente a investigação em curso (Lakatos; Marconi, 2003, p. 183).

Inicialmente foi realizada a estratégia de busca para os termos: "meia-idade" AND "individuação" AND "metanóia" AND “psicologia analítica” e obteve-se zero resultado em todas as bases de dados consultadas. Alterando os termos para: "individuação" AND "crise meia-idade" AND “psicologia analítica” OR “Jung” ou apenas "individuação" AND "metanóia", obteve-se também zero resultado em todas as bases. Para alcançar os resultados esperados, foram efetuadas modificações nas combinações dos descritores utilizados na estratégia de busca, mantendo a aderência ao escopo da pesquisa.

As buscas foram realizadas em 13 de setembro de 2025 nas bases de dados EBSCO, SciELO, Portal de periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Revista SELF do Instituto Junguiano de São Paulo (IJUSP) e Revista Junguiana da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), apresentando os seguintes resultados:

Na base EBSCO com a estratégia de busca: "individuação" AND "meia-idade" AND "Psicologia Analítica" surgiu 08 artigos, aplicando o recorte temporal dos últimos 10 anos, recuperou 04 artigos. Na SciELO usando essa mesma estratégia não obteve resultado. Optou-se pela busca: ("individuação" OR "meia-idade") AND ("Psicologia analítica") e apareceu 07 artigos, ao aplicar o recorte temporal, caiu para 03 artigos. Já na Revista Junguiana usando a mesma estratégia de busca da SciELO, apareceram 32 artigos, já com uso do recorte temporal (2016-2025) e na Revista Self, utilizando "individuação" OR "crise meia-idade" AND "Psicologia Analítica" recuperou 76 artigos. No portal de periódicos da Capes usando os critérios de busca "meia-idade" OR "individuação" AND "Psicologia", obteve 136 artigos, mas ao usar como filtros os artigos com acesso aberto, produção nacional, dentro do recorte temporal estabelecido, ficou 34 artigos.

Na tabela 1, mostra-se a sistematização dos resultados evidenciando a heterogeneidade das bases de dados consultadas, tanto em volume quanto em especificidade temática, o que contribui para a construção de um corpus de pesquisa diversificado. As Revistas Self e Junguiana se destacaram pelo foco estritamente junguiano, reunindo 108 artigos de alta relevância conceitual, sendo, portanto, relevante para a análise aprofundada dos constructos teóricos. Já a base de Periódicos da Capes,

com seu rigor metodológico, contribuiu com 34 artigos, garantindo a inclusão de pesquisas de alta qualidade e com diferentes abordagens. A base EBSCO, ainda que com menor expressividade numérica (4 artigos), contribuiu com produções indexadas em periódicos especializados em Psicologia. A base SciELO com seus 03 artigos vinculados ao tema, complementou o levantamento enriquecendo o estudo com perspectivas mais amplas. As buscas adicionais com combinações envolvendo a relação "individuação" AND "metanóia" não retornaram resultados, indicando lacunas importantes na literatura. Assim, o corpus final consolidado perfaz 149 artigos, compondo um panorama robusto e diversificado para fundamentar teoricamente a investigação proposta.

Tabela 1 – Resultados consolidados das estratégias de busca

Base / Periódico	Estratégia de Busca	Filtros Aplicados	Resultados Obtidos
Revista Self (IJUSP)	individuação" OR "crise meia-idade" AND "Psicologia Analítica"	Intervalo 2016–2025;	76
Revista Junguiana	("individuação" OR "meia-idade") AND ("Psicologia analítica")	Intervalo 2016–2025;	32
Periódicos Capes	meia-idade" OR "individuação" AND "Psicologia"	Artigos com acesso aberto, produção nacional, dentro do recorte temporal	34
EBSCO	"individuação" AND "meia-idade" AND "Psicologia Analítica"	Intervalo 2016–2025	04
SciELO	("individuação" OR "meia-idade") AND ("Psicologia analítica")	Intervalo 2016–2025	03
TOTAL CONSOLIDADO			149 artigos

Fonte: Os autores

Esse processo de busca estruturada permitiu a construção de uma amostra bibliográfica significativa e atualizada, alinhada com os critérios de seleção de fontes primárias e secundárias definidos na literatura metodológica. Conforme destaca Severino (2016), o levantamento bibliográfico constitui um instrumento essencial de localização e apropriação do conhecimento acumulado sobre um determinado tema, permitindo ao pesquisador fundamentar e legitimar sua proposta de investigação.

3.1 Análise Dos Dados

Do universo de 149 artigos inicialmente encontrados, verificou-se a repetição de 5 trabalhos, sendo retirados da base de periódicos da Capes, ficando 144 artigos. Este estudo se aprofundou na análise de 14 trabalhos, que de forma consistente, ora abordaram a intersecção entre metanóia, meia-idade e individuação, ora apresentaram tendências e divergências de discussões envolvendo o processo de individuação. Os artigos excluídos não se adequaram aos critérios de seleção porque não tratavam dos temas da pesquisa. A Tabela 2 sintetiza esse panorama, mostrando a riqueza de perspectiva e a complexidade com que a literatura contemporânea da Psicologia Analítica tem explorado o tema na última década.

ISSN 2595-2110

Tabela 2- Principais artigos selecionados para análise e discussão

Título	Autor/ano	Metodologia	Instituição/ Periódico
Escolha profissional na meia-idade: psicologia e individuação.	Silva e Neves, 2017	Pesquisa qualitativa fenomenológica	Revista Junguiana SBPA
Individuação como filosofia prática: a clínica da "meia-idade" de C. G. Jung e a doutrina indiana dos Puruṣārthas	Loundo, 2019	Estudo conceitual	Voluntas: Revista Internacional de Filosofia (UFSM)
O envelhecimento sob a perspectiva da Umbanda: o Arquétipo do velho representado por Orixás e Entidades	Karat, *et al* 2019	Paper	Revista Kairós-Gerontologia (PUC/SP)
Lazer, entretenimento e a crise da meia-idade: uma perspectiva à partir da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung	Rezende, 2023	Estudo teórico-bibliográfico	TCC Psicologia - UFU
A importância da Espiritualidade como construtora do processo de individuação.	Alencar, *et al*, 2021	Pesquisa Bibliográfica	Revista Pró-UniverSUS.
Expressões das experiências místicas: natureza e intensidade	Ferreira, 2019	Paper	Revista Horizonte – Puc Minas
C. G. Jung e a religião	Miranda, 2019	Revisão de literatura	Revista Self
Perspectivas da psicologia junguiana acerca da religião	Silveira e Bonfatti, 2019	Revisão conceitual	Revista Horizonte – Puc Minas
A vida compartilhada: um estudo sobre a terapia de casal e a descoberta de si	Tobias; Miguel e Rocha, 2020	Revisão de literatura	TCC - Universidade Paranaense – Unipar
O casamento e a família como caminho para individuação	Vargas, 2024	Artigo de revisão	Revista Junguiana - SBPA
A experiência amorosa como rito de passagem dentro do processo de individuação feminino	Cirineu, 2020	Revisão de literatura	Self – Rev Inst Junguiano SP
Anima e animus – amizade e individuação	Torres, 2023	Discussão temática	Revista Junguiana - SBPA
O matrimônio sagrado yin-yang: anima e animus no processo de individuação	Gonçalves e Lopes, 2018	Estudo bibliográfico, qualitativo	Self – Rev Inst Junguiano SP

A Sombra e o Mal. O paradoxo do Arquétipo Central. Um estudo da ética pela Psicologia Simbólica Junguiana	Byington, 2019	Estudo teórico e conceitual	Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA)

Fonte: Os autores

Para discorrer a análise e discussão da apuração dos artigos, foram identificadas a predominância das seguintes categorias:

3.1.1 A Crise da Meia-idade e o Processo de Individuação

A análise da literatura sobre a Psicologia Analítica de Jung revela uma visão unificada e multifacetada sobre metanóia na meia-idade e o processo de individuação. Em vez de ser vista como um período de declínio, a meia-idade é conceituada como uma fase de profunda transformação, um catalisador para o desenvolvimento do indivíduo, corroborando com a hipótese levantada neste estudo.

Silva e Neves (2017) conduziram uma pesquisa qualitativa fenomenológica focada na escolha profissional de indivíduos na meia-idade que optam pela Psicologia. Seus resultados indicam uma forte correlação entre a motivação para a nova carreira e o processo de individuação. As autoras, com base na psicologia junguiana, descrevem a meia-idade (40-65 anos) como um período de profunda reorientação psíquica, marcado por uma 'metanóia' que impulsiona o indivíduo a uma reavaliação de vida e, em alguns casos, a uma mudança de carreira. Esse estudo é particularmente relevante para esta pesquisa, pois apresenta um aporte teórico semelhante, ao abordar a meia-idade não como uma fase de declínio, mas como um momento crucial para o desenvolvimento do Self, onde o processo de individuação se manifesta de forma proeminente, influenciando escolhas significativas de vida.

3.1.2 A metanóia na meia-idade como ponto de virada existencial

Loundo (2019), Rezende (2023), Silva e Neves (2017), Karat et al (2019) destacam a crise da meia-idade, ou metanóia, não como uma patologia, mas como uma oportunidade existencial para a busca de um sentido de vida mais profundo. A metanóia, termo grego para a transformação da identidade, como vista por Jung como a segunda metade da vida, refere-se a um momento em que a energia psíquica se reorienta do mundo externo para o mundo interno. Nessa fase, o indivíduo busca evolução e desenvolvimento ao redirecionar sua consciência para o mundo interno.

O estudo de Loundo (2019) denomina a clínica da meia-idade ou clínica da individuação como medicina da imortalidade e reafirma que a crise da meia-idade, portanto, não é uma patologia a ser tratada, mas uma condição existencial que oferece a oportunidade para essa transformação. Ela é um convite para o indivíduo olhar para dentro, questionar suas escolhas e iniciar a jornada de retorno à sua totalidade psíquica. Essa visão é compartilhada por Rezende (2023), que também vê a crise como uma chance de integrar a "sombra" — os aspectos reprimidos do indivíduo — e ressignificar a existência.

3.1.3 A individuação como jornada de autoconhecimento

O processo de individuação emerge como o fio condutor na maioria dos estudos encontrados neste Estado da arte. Trata-se de um impulso inato e universal, que se intensifica na meia-idade, mas constitui-se como um processo contínuo e "heroico" de autoconhecimento, que busca a totalidade da personalidade. A individuação depende da consolidação das experiências da primeira metade da vida e exige uma "desconstrução do ego", um conceito que Loundo (2019) compara a uma hermenêutica filosófica.

O estudo de Silva e Neves (2017), vem de encontro com o corpo teórico deste estudo, ao abordar a reavaliação de carreira como um aspecto do processo de individuação. As autoras investigam a escolha profissional de indivíduos na meia-idade que buscam o curso de Psicologia, apontando que essa reorientação de carreira está ligada ao processo de individuação, uma tendência natural do desenvolvimento psíquico, representando uma experiência arquetípica de morte e renascimento.

Karat, et al (2019) aborda a individuação correlacionando-a com o processo de envelhecimento e o Arquétipo do Velho, como descrito no desenvolvimento da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung onde o Arquétipo do Velho (e o Arquétipo Puer-Senex) representa um elemento fundamental para a constituição do sujeito no seu processo de individuação. Os autores apresentam a Umbanda com o objetivo de propiciar o desenvolvimento do autoconhecimento, a ampliação da consciência e, consequentemente, a transformação interna de cada um, o que pode ser relacionado indiretamente ao processo de individuação.

Rezende (2023) por sua vez, vê a individuação como um processo contínuo de autodescoberta e integração da totalidade psíquica, que se intensifica e se torna decisiva na crise da meia-idade. Envolve o reconhecimento e a superação das demandas externas em favor das internas, a união do consciente e do inconsciente, a reintegração da "sombra" e a reorientação do Ego em relação ao Si-mesmo, buscando um sentido mais profundo e harmonioso para a existência. O autor enfatiza o papel do lazer, do brincar e do entretenimento na superação da crise da meia-idade, aponta ainda que, diferentemente da cultura predominante que os restringe à infância, essas atividades são essenciais para o adulto, pois permitem a reconexão com a "criança interior", a liberação da criatividade, a ressignificação de experiências reprimidas e a integração dos conteúdos conscientes e inconscientes.

Essas categorias acima apresentadas e seus respectivos autores encontram-se em consonância com os objetivos desse trabalho que fazem uma relação entre os temas metanóia, meia idade e individuação em Jung. Mas a pesquisa apontou também algumas tendências com relação à discussão do processo de individuação e serão abordadas a seguir, revelando que a jornada de individuação é profundamente influenciada por três pilares essenciais: a espiritualidade, os relacionamentos e a integração da Sombra.

3.1.4 Espiritualidade e símbolos no processo de individuação

O resultado da pesquisa demonstrou uma estreita ligação entre a individuação e a espiritualidade. Segundo Alencar et al. (2021) e Rezende (2023), vai além da religião institucional, mas como a busca pessoal de sentido, o "religare" (religar) com dimensões mais profundas da personalidade, o Self. Essa jornada é impulsionada pela experiência do "numinoso" que transforma o indivíduo. A religião, com seus símbolos, pode ser um caminho para essa busca, ajudando a reorganizar a psique. A espiritualidade conforme Jung constitui uma força motriz e um fundamento essencial para a individuação e o

desenvolvimento psicológico pleno de um indivíduo, sendo a via religiosa como essencial para a evolução espiritual humana e para a cura de males psicológicos (Karat et al., 2019; Miranda, 2019). No entanto, Silveira e Bonfatti (2019) alertam que a psicologia de Jung não defende dogmas, reconhecendo que a religião pode se tornar patológica se o ego for invadido por experiências arquetípicas de forma excessiva. Loundo (2019) complementa essa visão ao comparar a jornada de individuação à transição do dharma para o mokṣa, sugerindo que a plenitude do Self só é alcançada após a vivência das obrigações da primeira metade da vida.

Loundo (2019) acrescenta que a Psicologia Analítica de Jung não apenas como uma ciência, mas como uma filosofia prática e soteriológica — ou seja, uma abordagem que visa a salvação ou a plenitude do indivíduo. Para aprofundar a compreensão da jornada de individuação, o autor utiliza a doutrina indiana dos Puruṣārthas como um espelho conceitual.

Por fim, Silveira e Bonfatti (2019) expressam que apesar de muitas vezes ser vista como uma teoria unilateralmente a favor da religião, a psicologia de Carl Jung não defende dogmas religiosos de forma absoluta. Segundo os autores, para Jung, a religião é uma das possíveis formas de expressão psicológica dos arquétipos, e não a única e ela passa a ser patológica, considerando que ela pode se tornar prejudicial e imatura quando a experiência arquetípica invade o ego de forma excessiva, impedindo o desenvolvimento e a individuação do indivíduo.

3.1.5 Relacionamentos e o papel dos arquétipos anima/animus na jornada da individuação

Chamou a atenção nessa pesquisa como os relacionamentos em suas diversas formas, foram apresentados como um terreno fértil para a individuação. Vargas (2024) e Tobias et al. (2020) mostram que a dinâmica de casal e familiar é crucial para o desenvolvimento do Self. Eles explicam que a interação com o outro facilita a humanização dos arquétipos e o confronto com a sombra. Os artigos de Torres (2023) e Cirineu (2020), Tobias, et al (2020), Gonçalves e Lopes (2018), enfatizam o papel dos arquétipos anima e animus na individuação, seja na amizade ou na experiência amorosa.

Por sua vez, Vargas (2024), destaca sua experiência com terapia de casais e família e defende a ideia de que essas duas instituições são tão frequentemente escolhidas como maneira de vida pela grande maioria das pessoas justamente por oferecer, para essa maioria, condições estimuladoras para a individuação. Enquanto Cirineu (2020) investigou a experiência amorosa feminina como um rito de passagem iniciático crucial para o processo de individuação da mulher. Seu trabalho contrasta o desenvolvimento psíquico feminino com o masculino, argumentando que, para as mulheres, o amor funciona como um portal para a autodescoberta e a consciência. Através da análise do mito de Eros e Psiquê, a autora explora como o sofrimento inerente a essas experiências é essencial para o encontro com o animus e a subsequente libertação e autonomia feminina.

Por fim, a integração da Sombra é crucial. Nesse quesito, a pesquisa encontrou um ponto de divergência entre a Psicologia clássica de Jung e a Psicologia Simbólica de Byington. Enquanto Jung a via de forma mais ambígua, Byington (2025) aprofunda o conceito, definindo-a como a origem do mal e um repositório de conteúdo vitais fixados que precisam ser resgatados para a humanização e a individuação. A Sombra, portanto, não é apenas um aspecto a ser confrontado, mas uma fonte de símbolos e

funções essenciais para o desenvolvimento da consciência e para a busca pela totalidade do ser.

Em síntese, a literatura analisada converge para uma visão da meia-idade como um período-chave na jornada de individuação. A crise dessa fase não é um problema, mas uma oportunidade para o amadurecimento e a plenitude existencial, facilitada pela exploração da espiritualidade, do simbolismo e pela complexa dinâmica dos relacionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar na conclusão final deste estudo sobre a metanóia na meia-idade como expressão da individuação, verificou-se que o problema da pesquisa foi respondido e a hipótese confirmada, uma vez que a análise dos artigos selecionados revelou que a literatura contemporânea da Psicologia Analítica, apesar de um pequeno escopo teórico e linhas de pesquisa diferentes, apontam estudos que abordam a crise da meia-idade com o processo de individuação, compreendendo que essa crise pode ser ressignificada sob a ótica da individuação, transformando-se em um catalisador para a reorientação da energia psíquica do mundo externo para o interno.

A pesquisa bibliográfica, conduzida em bases de dados relevantes, demonstrou uma dificuldade em encontrar trabalhos usando a combinação exata dos termos "metanóia", "meia-idade" e "individuação", mas com uso de estratégias alternativas de busca, o tema é amplamente abordado, sendo possível a construção de um panorama significativo e atualizado. Isso indica que, embora a terminologia exata possa variar, a temática é uma área de interesse na Psicologia Analítica.

Além disso, a pesquisa evidenciou outras tendências na literatura que dialogam diretamente com a jornada de individuação, destacando o papel da espiritualidade e o simbolismo; os relacionamentos e os arquétipos: anima/animus, e uma divergência sobre a Sombra, os quais serviram para aprofundar o entendimento do tema.

Em suma, apesar do pequeno número de artigos que combinam diretamente todos os termos da pesquisa inicial, isso sugere uma lacuna a ser explorada. Futuros estudos poderiam se beneficiar de pesquisas de campo qualitativas, como estudos de caso ou fenomenológicos, que investiguem de forma mais direta as experiências subjetivas de indivíduos na meia-idade em relação à metanóia e ao processo de individuação. Dessa forma, essa abordagem pode oferecer novas contribuições para os estudos da Psicologia Analítica.

NOTAS

[1]Criatividade e transformação: as cinco metanóias. Um estudo da psicologia simbólica junguiana de Carlos Byington. Palestra apresentada no VII Congresso Latino Americano de Psicologia Junguiana. Buenos Aires, jun. 2015.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lucileide Leila Tavares Vale; JESUÍNO, Felipe Menezes.; SILVA, Arnislane Nogueira; SANTOS, Michelle Steiner. A importância da Espiritualidade como construtora do processo de individuação. **Revista Pró-UniverSUS**. [S. l.], vol. 12, n. 1, p. 94-99, 2021.

ALVES, Hélio; SANTOS, João; SOUZA, Pedro. Elementos sombrios e metanóia. **Leopoldianum** - Revista estudos e comunicações da universidade católica de Santos. V. 50 n. 142, 2024. Disponível em https://doi.org/10.58422/releo2024.e1475 Acesso em 11 de ago. 2025.

BYINGTON, Carlos Amadeu B. **A Sombra e o Mal**. O paradoxo do Arquétipo Central. Um estudo da ética pela Psicologia Simbólica Junguiana. Junguiana, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 221–230, 2025. Disponível em: https://junguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/205. Acesso em: 15 set. 2025.

CIRINEU, Ana Lucia. A experiência amorosa como rito de passagem dentro do processo de individuação feminino. **Self** – Revista Instituto Junguiano de São Paulo, [S. l.], v. 5, p. 1–19, 2020. DOI: 10.21901/2448-3060/self-2020.vol05.0011. Disponível em: https://self.ijusp.org.br/self/article/view/117. Acesso em: 22 set. 2025.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira; AMORIM, Karla Patrícia Cardoso Aspectos teórico-metodológicos em pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Ciência e saúde coletiva**, v. 28, n. 5, maio 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.15862022. Acesso em: 6 fev. 2025.

FERREIRA, Soraya Cristina Dias. Expressões das experiências místicas: natureza e intensidade. **Horizonte** – Revista de estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, V. 17, n.53, p.1283-1293, maio/ago. 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/19906. Acesso em: 15 set. 2025.

FORDHAM, Michael. **Explorations into the Self**. Library of Analytical Psychology, Volume 7. Ed Karnac Books, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.

GONÇALVES, Grazieli Aparecida; LOPES, Adriana Goreti de Oliveira. O matrimônio sagrado yin-yang: anima e animus no processo de individuação. **Self** - Revista do Instituto Junguiano de São Paulo, v. 3, 2018. Disponível em: https://self.ijusp.org.br/self/article/view/31. Acesso em: 15 set. 2025.

HILLMAN, James. **O Código do Ser:** Uma busca do caráter e da vocação pessoal. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HOLLIS, James. **A passagem do meio:** da miséria ao significado da meia-idade. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Paulus, 1995.

JACOBY, Mario. **Individuação e narcisismo:** a psicologia do si-mesmo em Jung e Kohut. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Vozes, 2023.

JUNG, C. G. **Aion:** Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Tradução de Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, 2015a. (Obras Completas de C. G. Jung, v. 9/2)

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. Vozes, Petrópolis. 2000. (Obras completas de C. G. Jung, v. 8/2).

JUNG, Carl Gustav. **Civilização em transição**. Tradução de lúcia Mathilde Endlich Orth. Revisão técnica de Jette Bonaventure. Petrópolis: Vozes, 2013. (Obras Completas de C. G. Jung, v. 10/3)

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. Tradução de Frei Valdemar do Amaral; Revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. – Petrópolis: Vozes, 2014. (Obras completas de C. G. Jung, v. 17)

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. 21. ed. Tradução Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2008. (Obras completas de C. G. Jung, v. 7/2).

JUNG, Carl Gustav. **Tipos Psicológicos**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2015b. (Obras completas de C. G. Jung, v. 8/2).

KARAT, Flora Ricciopo; NOBRE, Isadora Di Natale; CONCONE, Maria Helena Villas Bôas; LOPES, Ruth Gelehrter Costa. O envelhecimento sob a perspectiva da Umbanda: o Arquétipo do velho representado por Orixás e Entidades. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. 1, p. 421–435, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/45023. Acesso em: 15 set. 2025.

KAST, Verena. J**ung e a psicologia profunda**: um guia de orientação prática. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Cultrix, 2019.

KAST, Verena. **O caminho para si mesmo**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis-RJ: Vozes. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOUNDO, Dilip. Individuação como filosofia prática: a clínica da "meia-idade" de C. G. Jung e a doutrina indiana dos Puruṣārthas. **Voluntas:** Revista Internacional de Filosofia, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 21–33, 2019. DOI: 10.5902/2179378639088. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39088. Acesso em: 15 set. 2025.

MIRANDA, Punita. C. G. Jung e a religião. **Self** - Revista do Instituto Junguiano de São Paulo, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: https://self.ijusp.org.br/self/article/view/35. Acesso em: 15 set. 2025.

PANDINI, Ana Lucia Ramos. **Metanoia:** caminho para o desenvolvimento no meio da vida. Tese (doutorado);176 f. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

REZENDE, Guilherme Goulart. **Lazer, entretenimento e a crise da meia idade:** uma perspectiva à partir da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. Trabalho de Conclusão de Curso: Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023.

SAMUELS, Andrew. **A psique plural:** Personalidade, moralidade e o pai. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SAMUELS, Andrew. **Dicionário crítico de análise Junguiana**. Rubedo, 2003.

SANT'ANNA, Paulo Afrânio. Arquétipo, individuação e intersubjetividade: a dimensão psicossocial do sofrimento humano. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 4, p. 1–12, 2019. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3353. Acesso em: 1 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 2016.

SILVA, Marcia Aparecida Lopes Amorim; NEVES, Simone Rodrigues. Escolha profissional na meia-idade: Psicologia e individuação. **Junguiana**, v. 35, n. 2, p. 23–36, 2017. Disponível em: https://junguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/251. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVEIRA, Luiz Henrique Lemos; BONFATTI, Paulo Ferreira. Perspectivas da psicologia junguiana acerca da religião. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 832-857, maio/ago. 2019. DOI –10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p832. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/20002. Acesso em 15 set. 2025.

STEIN, Murray. **Jung e o caminho da individuação:** uma introdução concisa. Tradução Euclides Luiz Calloni. - São Paulo: Cultrix, 2020.

STEIN, Murray. **Jung:** o mapa da alma – uma introdução. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

STEIN, Murray. **No meio da vida:** uma perspectiva junguiana. Tradução de Paula Maria Dip. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Amor e Psique)

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, e23034, 2023. Disponível em https://doi.org/10.1590/1516-731320230034 Acesso em 02 ago. 2025

TOBIAS, Thaisa; MIGUEL, Raquel de Aguiar; ROCHA, Mauro Sérgio da. A vida compartilhada: um estudo sobre a terapia de casal e a descoberta de si. **Self** - Revista do Instituto Junguiano de São Paulo, v. 5, p. 1–18, 2020. Disponível em: https://self.emnuvens.com.br/self/article/view/104. Acesso em: 15 set. 2025.

TORRES, Renata Ferraz. Anima e animus – amizade e individuação. **Junguiana**, v. 41, n. 1, p. 103–114, 2023. Disponível em: https://junguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/22. Acesso em: 15 set. 2025.

VARGAS, Nairo de Souza. O casamento e a família como caminho de individuação. **Junguiana**, v. 42, p. 1–11, 2024. Disponível em: https://junguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/119. Acesso em: 15 set. 2025.

VIANA, Nildo. Jung e a individuação. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 4, p. 486-494, out./dez. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18224/frag.v27i4.5706. Acesso em: 25 mai. 2025.

ZWEIG, Connie; ABRAMS, Jeremiah (Orgs.) **Ao encontro da sombra:** O potencial oculto do lado escuro da natureza humana. Tradução: Merle Scoss. São Paulo: Cultrix, 1994.

ISSN 2595-2110

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Glaucilene Lopes de Santana Santos**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Tássio de Oliveira Soares**, Psicólogo, Especialista. Docente de Psicologia, Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).

ISSN 2595-2110

A MÚSICA NAS ALDEIAS INDÍGENAS HUNI KUIN EM RITUAIS XAMÂNICOS DE AYAHUASCA COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA ANÁLISE JUNGUIANA

Álvaro Márcio Kojo Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Piettro Ribeiro Lamonier
Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax

RESUMO

Esta pesquisa aborda a música ritualística dos povos indígenas Huni Kuin durante as cerimônias xamânicas de Ayahuasca, analisando-a como uma expressão simbólica do inconsciente coletivo sob a ótica da Psicologia Analítica. O objetivo geral do estudo é compreender como essa música expressa conteúdos do inconsciente e de que forma podem ser elaborados à luz da teoria de Carl Gustav Jung. A metodologia utilizada foi a de uma pesquisa bibliográfica com formato de revisão sistemática, partindo da hipótese de que as manifestações musicais indígenas contêm elementos arquetípicos. A análise evidencia que a música Huni Kuin é um patrimônio cultural vivo, essencial para a transmissão de saberes ancestrais e para a coesão social. Nos rituais com Ayahuasca, os cantos atuam como mediadores psíquicos, permitindo a emergência de conteúdos do inconsciente e guiando as experiências visionárias, ou "mirações". Essa prática musical, ao integrar corpo, mente e espírito, funciona como uma tecnologia espiritual que articula patrimônio cultural, resistência simbólica e saúde mental, manifestando concretamente conceitos junguianos como o rebaixamento da consciência e a imaginação ativa em um contexto coletivo.

Palavras-chave: Cultura Indígena; Inconsciente Coletivo; Música ritualística; Arquétipos; Ayahuasca.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a importância da música ritualística nas aldeias indígenas dos povos Huni Kuin também conhecidos como Kaxinawá a partir da compreensão dos ritos musicais como uma expressão simbólica do inconsciente em uma visão da Psicologia Analítica, bem como um elemento de preservação cultural, sendo um meio de entender mais a cultura dos povos indígenas do Brasil.

A música é vista como elemento fundamental para a maioria das comunidades indígenas, desempenhando um papel significativo para a preservação das memórias e tradições nas aldeias brasileiras tornando-se uma ponte para o contato com a alma indígena, possibilitando o compartilhamento dos conhecimentos ancestrais da cultura,

visto na psicologia analítica como uma forma de conexão com os conteúdos simbólicos do inconsciente.

Portanto, a Psicologia Analítica, diferentemente de abordagens que limitavam a compreensão da psique ao âmbito individual ou estritamente clínico trouxe a perspectiva, através de seu fundador Carl Gustav Jung, da mente humana como algo inseparável do contexto cultural. Em sua época, Jung apresentou os conceitos de inconsciente coletivo e arquétipos, desenvolvidos a partir de suas investigações sobre mitologia, religião e etnografia, que serviram como base para compreender padrões simbólicos presentes em diferentes culturas. Através dessa busca, ele interpretou que símbolos e narrativas de diferentes culturas, expressavam padrões universais da psique, esses padrões universais, ou arquetípicos, se manifestam como papéis inconscientes que encenamos ao longo da vida, muitas vezes sem perceber, no contexto dos rituais Huni Kuin, o chá atua como mediador simbólico, favorecendo a manifestação de imagens e narrativas arquetípicas que revelam ao indivíduo os papéis que estão sendo vividos. Dessa forma, torna-se possível reconhecer e manejar tais conteúdos, ampliando a consciência sobre a própria experiência psíquica.

Essa postura interdisciplinar, que dialoga com a antropologia e as tradições culturais, possibilitou uma compreensão ampliada da experiência psicológica, na qual os mitos e os ritos não são meros elementos folclóricos, mas expressões estruturais da mente humana e que são influenciadas pela cultura. Ao valorizar os saberes tradicionais e registros etnográficos, Jung abriu caminho para que a psicologia se tornasse também um instrumento de interpretação simbólica e coletiva da mente, aproximando o estudo da psique da riqueza cultural que a molda. Nesse movimento, ele ofereceu uma alternativa às práticas psicológicas que tendem a reduzir a experiência humana a padrões meramente comportamentais ou a explicações de ordem neurobioquímica, ao propor uma leitura da psique que se apoia na espiritualidade que está enraizada na psique humana, como a mitologia e as experiências religiosas. Assim, sua contribuição amplia o horizonte da psicologia, permitindo que a dimensão simbólica e espiritual seja reconhecida como parte essencial da vida psíquica.

A partir dos pressupostos, as perguntas que norteiam a pesquisa são: (1) como a música ritualística nas aldeias dos povos Huni Kuin ajuda a acessar conteúdos do inconsciente? e (2) como, ao acessar estes conteúdos, podem ser trabalhados à luz da Psicologia Junguiana? Sendo assim o objetivo geral é: Compreender de que modo a música ritualística nos rituais de Ayahuasca do povo Huni Kuin expressa conteúdos do inconsciente coletivo e como esses conteúdos podem ser elaborados à luz da Psicologia Analítica de Jung.

Dessa forma, os objetivos específicos são: buscar explorar e compreender a música ritualística indígena brasileira, analisando sua relação com o inconsciente coletivo e com os arquétipos propostos pela Psicologia Analítica; investigar a função simbólica da música no contexto espiritual e cultural do povo Huni Kuin; compreender como os arquétipos se manifestam durante os rituais musicais e como estes se articulam com o coletivo; e, por fim, analisar a importância da música para a preservação e valorização da cultura indígena brasileira.

ISSN 2595-2110

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A música ritualística como patrimônio cultural indígena

O que se entende como Patrimônio Cultural, transcorre pelo exercício da cidadania e o reconhecimento do caráter permanente e insubstituível dos diferentes conhecimentos tradicionais organizadores de sistemas culturais. Além disso, os conhecimentos, práticas inovadoras orientadas por tradições estão fortemente relacionadas à existência de um povo que faz parte de suas próprias experiências culturais, sendo assim, inalienáveis e irrenunciáveis (Oliveira, 2004).

A música é de grande importância para os povos ancestrais brasileiros, ela tem sido desenvolvida entre várias tribos e famílias, fazendo parte em todo seu contexto cultural, do início ao fim da vida e sendo de grande importância na socialização entre os integrantes e comunidades diversas. A música se tornou parte das culturas dos povos tradicionais indígenas a ponto de se misturar na cultura de tal modo, que ela se tornou uma ferramenta muito importante para diferentes cerimônias, assim como nas atividades de lavoura e caça (Fundação Nacional dos Povos Indígenas [Funai], 2022).

A música ritualística nas aldeias indígenas vai além de ser tocada apenas em festas de entretenimento, ela é crucial para a identidade cultural e preservação das tradições, ela está nos ritos de passagens, seguindo a cultura por toda a vida. Os cantos nos rituais indígenas reforçam a conexão entre os membros do grupo e família, desempenham um papel crucial na transmissão de saberes ancestrais, curam e constroem pessoas, permitem viagens além do nosso próprio pensamento pessoal; Nela há uma única cultura coextensiva aos "seres naturais", por isso, ao ouvirmos "gritos" e "grunhidos", deveríamos ouvir música, para entender o que cantam, pensam e fazem, deve-se ouvir os "grunhidos" dos animais como cantos e compreender a relação íntima que os indígenas têm com a natureza (Tugny; Queiroz, 2006).

Além disso, a musicalidade ritualística é associada com frequência a práticas espirituais e xamânicas, nas quais a música atua como um canal de comunicação com entidades sobrenaturais e forças da natureza. Dessa forma, ao considerar a música como patrimônio cultural, reconhece-se sua importância na manutenção da diversidade cultural e no fortalecimento das identidades étnicas (Nogueira, 2024).

Uma observação importante é que, parte da riqueza da música indígena relaciona-se com a diversidade dos instrumentos que, por vezes, marcam o ritmo da dança, dos movimentos e demonstram que tais objetos possuem um contexto dentro de cada sociedade. O indígena os improvisa, os talha e nessas atividades vão-se repetindo fatos e estabelecendo coincidências que vêm favorecer o estudo comparativo. As surpresas surgem a cada passo devido ao material empregado à conformação dada às peças e a maneira de utilizá-las. Neste ponto pode-se afirmar que os instrumentos repetem as mesmas impressões provocadas pela música vocal: sempre modificados de grupo para grupo (Camêu, 1977).

O reconhecimento da música ritualística indígena como patrimônio cultural passa por desafios relacionados à sua preservação diante do avanço da globalização e da influência de culturas externas. No entanto, esforços institucionais e acadêmicos têm buscado documentar e valorizar esses registros sonoros, tanto por meio de projetos de salvaguarda quanto pelo reconhecimento de direitos culturais específicos para comunidades indígenas. Assim, a preservação da música ritualística não apenas contribui para a manutenção das tradições indígenas, mas também enriquece o patrimônio cultural da humanidade como um todo (Coelho, 2004).

O diálogo interdisciplinar sobre a música como patrimônio cultural indígena, apresenta uma reflexão na forma que o conhecimento tradicional dos processos musicais é transmitido, permitindo o reconhecimento da forma que esses grupos marginalizados se expressam e sendo um ponto fundamental para a valorização desse conhecimento histórico e identitário.

A Etnomusicologia, segundo Giraldi e Portéro (2020) é a área que estuda a relação entre e a música e a cultura tendo profundo interesse na diversidade sociocultural, sendo de grande importância para o entendimento da música para os povos originários, a fim de promover e preservar a cultura ancestral de forma a passá-la para as próximas gerações. No Brasil segundo Lühning e De Tugny (2016) ela se confrontou ao longo do tempo com a expropriação, incorporando em seus procedimentos um vínculo com as políticas públicas, com a mobilização social e com a proteção de territórios e saberes através da urgência que marca a sobrevivência de alguns povos.

Nesse cenário, a institucionalização da Etnomusicologia no Brasil representa não apenas o fortalecimento acadêmico de uma disciplina dedicada à relação entre música e cultura, mas também a ampliação de seu papel social e político. Como aponta Travassos (2003), a área tem se distanciado de paradigmas nacionalistas e buscado compreender as práticas musicais em sua complexidade, articulando valores, rituais e identidades com os contextos sociais contemporâneos.

Essa perspectiva converge com o diálogo interdisciplinar sobre a música como patrimônio cultural indígena, pois ambos enfatizam a importância de preservar e transmitir conhecimentos tradicionais sem isolá-los de seus processos vivos, reconhecendo a música como expressão dinâmica de grupos historicamente marginalizados e como instrumento de afirmação cultural e resistência. Portanto, para que possamos realmente dar respostas mais consistentes e apuradas para nosso entendimento, é fundamental realizar investigações na psicologia analítica mais aprofundadas em áreas que dialogam com a etnomusicologia, principalmente quando tratamos da riqueza da diversidade cultural musical presente nas comunidades ancestrais brasileiras.

Não se trata apenas de estudar sons e ritmos, mas de compreender os sentidos e significados que essas expressões carregam, o papel que ocupam dentro da comunidade, suas origens, simbolismos e transformações ao longo do tempo. É nesse movimento de escuta sensível e pesquisa comprometida que conseguimos contribuir para o resgate e a valorização da identidade local, algo que, muitas vezes, foi silenciado ou desvalorizado pela imposição de modelos culturais externos. Investir nessas pesquisas é também um ato de respeito e reconexão com as raízes que sustentam a complexa tapeçaria cultural do nosso país (Giraldi; Portéro, 2020).

1.2 A presença de rituais musicais durante as cerimônias com Ayahuasca na cultura indígena Huni Kuin

A musicalidade nos rituais xamânicos integra uma cosmologia que une natureza, espiritualidade e cura. O canto e os instrumentos como o maracá e o violão não se limitam à função estética, mas atuam como ferramentas de mediação entre o mundo material e o espiritual, conduzindo os participantes a estados ampliados de consciência e possibilitando experiências visionárias. O xamã, figura central nesse processo, é aquele que detém, dentro de seu grupo social, a capacidade de se comunicar com seres do mundo espiritual, curar doenças e neutralizar feitiços. Inseridos em contextos

em que o meio ambiente é preservado e percebido como habitado por forças espirituais poderosas, os rituais xamânicos mobilizam a música como elemento essencial para estabelecer essa comunicação e para potencializar a ação das plantas de poder. Entre elas, a ayahuasca ocupa lugar de destaque, sendo frequentemente associada à recepção de cantos e melodias que orientam as experiências visionárias e reforçam a compreensão de que o ser humano é parte indissociável da natureza e das forças que a sustentam (Villena, 2021).

Para os Huni Kuin, a música e as plantas de poder funcionam como pontes para o mundo espiritual, uma visão que se aproxima das ideias de Jung. Na perspectiva da psicologia analítica, a música ritualística pode ser compreendida como uma forma de linguagem e expressão do inconsciente coletivo, que abriga os arquétipos que a humanidade compartilha, os cantos, os ritmos e as melodias vão além de simples expressões artísticas: eles atuam como portas de acesso às camadas mais profundas da psique, compartilhadas por toda a humanidade. Nesse sentido, a experiência visionária proporcionada pela Ayahuasca, acompanhada pelos cantos, pode ser vista como um mergulho nesse universo de imagens primordiais, permitindo que o indivíduo se conecte com símbolos e saberes ancestrais (Jung, 2014).

Essa conexão com saberes ancestrais se manifesta de forma vibrante nos povos Huni Kuin, seus cantos ritualísticos, ou huni meka, estão intimamente ligados às "mirações", experiências visionárias que são vistas após o uso do chá, que só podem ser compreendidas sob seu efeito. Nessas experiências, os participantes vivenciam percepções sobre passado, presente e futuro, contatos com seres animais e espirituais da cosmologia Huni Kuin, insights e processos de cura. As "mirações" frequentemente incluem padrões visuais complexos, como fractais, mandalas e espirais, e se expressam também através dos kenes: grafismos sagrados (kene kuin, "desenho verdadeiro") presentes em pinturas corporais, cerâmicas, tecelagens e vestimentas cerimoniais, evidenciando a dimensão simbólica e cultural dos cantos e rituais (Bomfim, 2025).

A Ayahuasca se mostra importante em várias culturas indígenas brasileiras, estando presente em momentos fundamentais na vida como a caça, agricultura, cuidados com a saúde e em rituais. Para o povo Huni Kuin o Ayahuasca tem propriedades de cura, eles o chamam de Nixi Pae que pode significar cipó forte. Ele é mais que uma substância psicoativa, é um guia espiritual, medicina sagrada usada em rituais de cura. É consumido nos rituais praticados com cantos sagrados, para chamar forças da floresta e astrais. Tais ritos costumam durar a noite inteira onde os participantes se unem em volta da fogueira (Costa, 2009).

Como observa Rabelo (2013), nenhum outro alucinógeno do novo mundo transforma a consciência de forma tão profunda. Para os indígenas, a bebida não é apenas uma substância, mas um elemento vital para o desenvolvimento da espiritualidade e para o contato com os conhecimentos ancestrais. A Ayahuasca, também conhecida no Brasil como Santo Daime, é fruto de um conhecimento medicinal ancestral, etnobotânico indígena, sendo, portanto, uma medicina sofisticada e tecnológica, que requer um grande conhecimento da natureza, ela envolve a combinação de duas plantas, o cipó Banisteriopsis Caapi e a rubiácea Psychotria Viridis, que ao serem fervidas juntas, ativam compostos psicoativos por meio de uma ação sinérgica. A substância psicoativa nelas presentes é a DMT (dimetiltriptamina), que fica no cipó, e é normalmente inativa quando consumida, mas as substâncias Harmina, Harmalia e a Tetrahidoharmina age como um inibidor da monoamina oxidase, permitindo que seu efeito psicoativo se manifeste (Carneiro, 2003).

ISSN 2595-2110

Do ponto de vista da psicologia analítica, a Ayahuasca transcende a definição de apenas uma mera substância com efeitos psicoativos, ela promove uma profunda transformação da consciência que pode ser interpretada como um portal de acesso direto ao inconsciente coletivo. Nessa perspectiva, os "conhecimentos ancestrais" acessados pelos povos indígenas são, na verdade, a revelação de arquétipos, padrões universais e primordiais da psique humana. Como Jung (2008) explica, os rituais são as ferramentas necessárias para que a energia psíquica possa se manifestar como símbolos e entrar em contato com o inconsciente. A bebida, ao facilitar essa experiência de conexão com a sabedoria que reside na psique coletiva da humanidade, age como um meio facilitador para alcançar o Si-mesmo, o centro da totalidade da psique.

Outro fato é que o curandeirismo e o xamanismo amazônico sempre estiveram presente nos grupos indígenas da região amazônica, fazendo parte de um conjunto de saberes, incluindo o uso da música e ayahuasca no tratamento de doenças tendo como base o conhecimento espiritual ancestral. O repertório musical nos rituais de cura está diretamente ligado a totalidade da experiência religiosa, caracterizada pelo uso de plantas psicoativas promovendo a experiência religiosa em estados alterados da consciência e pela aplicação de repertórios musicais, utilizando o canto e instrumentos musicais, como instrumentos de poder capazes de atuar sonoramente na natureza trazendo para o universo humano a revelação de ensinamentos divinos, promovendo a cura de enfermidades físicas e espirituais (Ferro, 2012).

A música nas aldeias indígenas brasileiras tem sido uma importante forma de expressão espiritual, emocional, social e cultural. Nesse contexto o autor Daniel Munduruku (2020) diz que:

> Os povos nativos acreditam que a música é a forma como os espíritos se comunicam com os vivos. Muitas vezes, a música vem dos sonhos, como no caso dos Munduruku e dos Xavante. Depois que a música é sonhada, o sonhador apresenta-a à comunidade, que irá aprová-la ou não. Caso a aprove, a música passa a ser cantada por toda a comunidade. Depois de algum tempo, ninguém mais lembra quem foi seu autor (Munduruku, 2020, p. 61).

Segundo Ferro (2012) a música no contexto musical xamânico, atua como uma ponte, ou uma chave, no qual se chega ao transe religioso, sabendo também do uso religioso das chamadas plantas espirituais, sendo dito como fator estruturador da autoconsciência do homem e seu desempenho como agentes curadores ou veículos de expansão da consciência. O xamanismo e todo conhecimento agregado, trata o uso da música e da Ayahuasca como terapia no tratamento de doenças, tendo como base o conhecimento espiritual, é muito importante na construção da identidade local.

Sobre a experiência religiosa e o repertório musical nos rituais de cura, Ferro (2012) vai dizer que o uso da planta é caracterizado como enteógeno promovendo a experiência religiosa em estados alterados da consciência e utilização de instrumentos musicais como o maracá e o canto como ferramentas de poder, capazes de atuar sonoramente na natureza, trazendo para o universo humano a revelação de seres e de ensinamentos divinos, promovendo a cura de enfermidades físicas e espirituais.

Alguns estudos sobre o fenômeno cultural destacam a experiência imaginativa, perceptiva e religiosa como aspectos característicos do conceito xamanismo, estando presente em diversos contextos culturais e ligados a capacidade de curar através da imaginação, e que tal fenômeno, na América do Sul, está fortemente relacionado ao uso da ayahuasca como meio de expansão dos estados perceptivos com o uso de cantos,

quase sempre acompanhados por instrumentos musicais, sobretudo percussivos, tendo como objetivo de usar a música como um rio que conduz a percepção apurada para o lugar de cura através da experiência profunda da consciência (Ferro, 2012).

Kroeker (2022) vai dizer que a musicalidade dos rituais indígenas é uma manifestação direta da função arquetípica da música. O conceito já citado de Munduruku de que a música vem dos sonhos e que ninguém mais lembra quem foi seu autor é um reflexo do inconsciente coletivo. Ele indica que a fonte da música não é a consciência individual, mas um conhecimento primordial e arquetípico que é acessado através de um estado não-racional. Segundo Kroeker (2022), o encontro com os arquétipos é fundamental para o processo de cura, e a música atua como o principal meio para isso. James Hollis, em prefácio à obra de Kroeker (2022, p. 02) argumenta que "toda arte aspira à condição [sem palavras] da música" e que a terapia busca "ressoar com as energias que impulsionam nossas vidas e promove a tarefa de recuperar uma relação com essas sonoridades elementares que ressoam em nosso sangue, em nossas almas e em nossa imaginação". Nesse processo, o transe religioso e a experiência imaginativa são os estados psíquicos necessários para a revelação de seres e de ensinamentos divinos, que para Kroeker são encontros com arquétipos em sua forma pura. Sendo assim, a cura de enfermidades físicas e espirituais é o resultado desse processo de individuação, no qual a música age como um guia que estrutura a autoconsciência do homem e integra os conteúdos do inconsciente, levando à totalidade psíquica.

No entanto, existe uma lacuna no estudo da música indígena sob a ótica da psicologia analítica, especialmente no que se refere à análise dos arquétipos e símbolos presentes nessas manifestações culturais. Portanto, este estudo busca preencher parte dessa lacuna, trazendo uma nova perspectiva sobre como a música ritualística pode ser vista como uma expressão do inconsciente coletivo à luz da psicologia Junguiana.

1.3 Psicologia Analítica e a Expressão Musical Indígena

A Psicologia Analítica, desenvolvida por Carl Gustav Jung, oferece uma perspectiva ampliada da psique humana ao reconhecer a existência de duas camadas inconscientes: o inconsciente pessoal, que armazena experiências individuais, e o inconsciente coletivo, que contém imagens arquetípicas universais compartilhadas por toda a humanidade. Jung ao visitar os indígenas Pueblos do Novo México e povos africanos, encontra fundamentação empírica para validar tais conceitos. Ele percebe que nos mitos desses povos havia características universais que eram comuns em outras culturas estudadas por ele, tais como a relação com o sol, a luta contra a escuridão, dentre outros fenômenos psíquicos, como por exemplo a participation mystique onde há um estado psíquico coletivo no qual o sujeito não se diferencia do todo, é um fenômeno grupal onde todos vivenciam um mesmo estado de consciência, que é muito característico na cultura de povos ditos "primitivos"[1] (Jung, 2014).

Essa compreensão torna possível mensurar as manifestações simbólicas que atravessam diferentes culturas, como mitos, rituais e expressões artísticas. Oliveira (2004) afirma que essa vivência mística cumpre uma função essencial de integração entre passado e presente, indivíduo e comunidade, promovendo uma espiritualidade que valoriza a ancestralidade e o vínculo com a coletividade. Dessa forma, os ritos e músicas tradicionais não apenas preservam a memória cultural dos povos, mas também funcionam como espaços de transformação simbólica, nos quais os participantes podem entrar em contato com conteúdos profundos da psique e

ressignificar sua relação com a vida, a morte e o sagrado. Tais fundamentos podem estar relacionados com a busca pela individuação, conceito mais significativo da abordagem analítica, entendido como um processo contínuo e dinâmico de integração completa do que somos como pessoa, psique, e o amadurecimento interior, o encontro com a totalidade do ser.

Tais elementos únicos e formas musicais podem ser compreendidos como manifestações do inconsciente pessoal, moldados pelas histórias, memórias e contextos específicos de cada povo. Enquanto o coletivo faz jus a esse caráter primário comum, essa fórmula básica universal:

> [...] o inconsciente se divide em duas partes rigorosamente distintas. Uma delas é o chamado inconsciente pessoal, que encerra todos aqueles conteúdos psíquicos esquecidos no decorrer da vida. [...] A outra parte do inconsciente é o que chamo de inconsciente impessoal ou coletivo. Como o próprio nome indica, este inconsciente não inclui nenhum conteúdo pessoal, mas apenas conteúdos coletivos, ou aqueles conteúdos que não pertencem apenas a determinado indivíduo, mas a um grupo de indivíduos e, em geral, a uma nação inteira ou mesmo toda a humanidade (Jung, 2011, p. 287-288).

Portanto, na perspectiva da Psicologia Analítica, a música pode ser compreendida como um veículo de expressão de conteúdo do inconsciente coletivo, assim como os sonhos, ela representa o movimento, o desenvolvimento e a transformação do inconsciente coletivo (Jung, 2008). Essa afirmação demonstra que a musicalidade indígena, quando associada a contextos rituais, atua como símbolo vivo, com capacidade de trazer à tona imagens arquetípicas e mediar processos de individuação.

A música opera como uma via de acesso às camadas profundas da psique, para Kroeker (2022) a psique é inerentemente musical e a música por sua vez é uma linguagem arquetípica, anterior às palavras, portanto, a eficácia da utilização da música em rituais reside na sua capacidade de expressar símbolos, energias e emoções diretamente à psique, sendo assim tal eficácia, para o autor, não reside na estrutura melódica ou lírica convencional. Ainda para o mesmo a música é um "sonho acordado com uma trilha sonora", um meio de contornar o ego consciente para acessar o inconsciente. O que uma cultura chama de "mundo espiritual" ou "ancestral", é descrito por Kroeker como o inconsciente coletivo, um domínio simbólico no qual a música consegue alcançar diretamente.

Contudo, no processo de colonização, a musicalidade indígena foi frequentemente interpretada de forma pejorativa pelos missionários europeus. Para muitos jesuítas, os cantos e rituais indígenas soavam como “harmonias diabólicas” ou mesmo “canzone lascive et diaboliche” (Gambini, 2000), reforçando a crença de que os povos originários estavam sob influência demoníaca. Essa postura revela um fenômeno de projeção psíquica: aquilo que não era reconhecido no inconsciente europeu, o mal, a sombra, os conteúdos reprimidos, foi deslocado e atribuído aos indígenas e a suas expressões simbólicas.

De acordo com Jung (2011), os conteúdos não integrados do inconsciente tendem a ser projetados no outro, o que explica a forma como os espíritos da floresta, como Curupira, Jurupari, Boitatá, Anhangá e Ipupiara, foram transformados pelos colonizadores na figura do diabo cristão. Esse desencontro simbólico demonstra não apenas a negação da função espiritual e integradora da música ritualística, mas também

a tentativa de sobrepor a cosmologia européia às tradições indígenas, esvaziando-as de seu valor arquetípico e coletivo.

A música tradicional Indígena tem então um papel fundamental e indispensável na vida cotidiana dos povos originários, seja para caça, casamento, para celebrar a vida ou a morte, e nos rituais de experiência espiritual, funcionando como uma ponte de transmissão de saberes ancestrais, de fortalecimento do coletivo e mediação com o sagrado. As práticas rituais indígenas, mantêm viva a conexão com a alma do mundo, e são compreendidas como formas de conhecimento simbólico com a integração do corpo, mente e espírito (Lima, 2022). Sob a ótica da Psicologia Analítica, esses elementos podem ser compreendidos como expressões do inconsciente coletivo, de modo que mobilizam símbolos universais ligados aos ciclos de transformação. Deste modo, os cantos e ritmos assumem uma função simbólica ao mediar a relação entre consciente e inconsciente, permitindo o contato com o sagrado e possibilitando a conexão de conteúdos arquetípicos que sustentam a memória coletiva e a coesão cultural dos povos indígenas (Jung, 2011).

Jung (2016), ao falar da sua convivência com os indígenas Pueblos no Novo México, afirma que são pessoas que vivem em conformidade com o que chamam de "ordem do mundo", em um sentido cósmico. Essa percepção alude à função simbólica dos rituais xamânicos, que, sustentam uma simbiose com o universo, dentro dessa cultura, reforçando a conexão com os ciclos naturais e ancestrais preservando uma sabedoria ancestral que orienta suas vidas de acordo com princípios cósmicos e espirituais (Jung, 2016).

Bastos (2007) observa que, nas sociedades indígenas sul-americanas, a música integra uma experiência abrangente, com o corpo, a voz, os gestos, o pensamento, sentimento e espiritualidade, a música também regula os gestos e afeta os estados emocionais do grupo, promovendo transformação e unidade.

Quando inserida em contextos ritualísticos, a música indígena funciona como mediadora psíquica, favorecendo a integração de conteúdos inconscientes e possibilitando o equilíbrio psíquico e emocional. Através do ritmo, da repetição e da intenção simbólica, os cantos podem auxiliar o indivíduo a um processo de transformação interior, em conjunto à noção junguiana de individuação (Jung, 2008).

Por fim, estudos recentes demonstram que a música indígena também atua como instrumento de fortalecimento da identidade e da saúde mental em contextos contemporâneos. Torres (2020), ao pesquisar jovens universitários Tikuna e Baniwa, observou que "a música tradicional representa um elo com suas raízes e fortalece a autoestima e o sentimento de pertencimento, mesmo fora do contexto da aldeia". Essa dimensão subjetiva da música evidencia seu valor terapêutico, simbólico e psicológico, conectando o indivíduo à sua ancestralidade e à sua comunidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é de natureza básica, pois, segundo Cozby (2003), caracteriza-se por ter como ponto central uma pesquisa formal, focada para a busca do conhecimento próprio, sem a preocupação imediata com a aplicação prática. Trata-se de um tipo de investigação que busca responder a questões fundamentais sobre a natureza do comportamento, examinando aspectos teóricos relativos aos fenômenos, com a finalidade de ampliar a compreensão e promover o avanço do conhecimento científico teórico. Nesse sentido, a pesquisa básica se diferencia da pesquisa aplicada, uma vez que não é objetiva, essa natureza de pesquisa resolve problemas específicos, e

constrói referenciais teóricos que futuramente possam servir de fundamento para outras pesquisas ou aplicações práticas.

Dessa forma, a pesquisa básica se diferencia da pesquisa aplicada, uma vez que não tem aplicação prática, mas que busca ampliar o conhecimento acerca de determinado assunto, de modo a difundi-lo na comunidade científica e na comunidade em geral, podendo inclusive servir como base para pesquisas aplicadas que, de acordo com Fleury e Werlang (2017), têm objetivos práticos, em que por meio da investigação pautada na elaboração, identificação e solução de problemas, visa obter e/ou confirmar resultados que gerem impacto.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Cozby (2003), é desenvolvida a partir da leitura e análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, boletins, revistas, monografias, teses, dissertações e outros documentos que abordam o tema. Esse tipo de pesquisa coloca o pesquisador em contato direto com materiais que dissertam e produzem sobre um assunto, visando examinar o tema sob novas perspectivas para assim chegar a conclusões inovadoras (Lakatos; Marconi, 2003).

A pesquisa será no formato de revisão sistemática, pois apresenta pesquisas acadêmicas tendo como objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese de resultados de vários estudos primários, também busca responder uma pergunta formulada utilizando métodos explícitos, para identificar selecionar e avaliar as pesquisas mais relevantes já feitas (Cordeiro; Oliveira; Rentería; Guimarães, 2007), abordando esse tema buscando compreender os significados e símbolos presentes nas manifestações que ocorrem nos rituais dos povos Huni Kuin. Será realizado o levantamento de material teórico e etnográfico a fim de descrever e analisar a música ritualística indígena como expressão simbólica do inconsciente coletivo dos povos Huni Kuin, com base na Psicologia Analítica Junguiana. Assim sendo, a forma de raciocínio adotada é dedutiva, pois parte-se da hipótese teórica de que as manifestações musicais indígenas apresentam elementos simbólicos e arquétipos que podem ser compreendidos como expressões do inconsciente coletivo (Lakatos; Marconi, 2003).

Será feita a análise de artigos científicos, livros, teses e dissertações de 1977 a 2024 que abordam a música ritualística indígena, os aspectos simbólicos das manifestações culturais indígenas, e os fundamentos da Psicologia Analítica. O material será levantado por meio de busca ativa em bases de dados digitais, como SciELO, CAPES Periódicos, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e EBSCO utilizando palavras-chave como: “cultura indígena brasileira”, “música ritualística indígena”, “povos Huni Kuin”, “psicologia analítica”, “inconsciente coletivo”, “arquétipos”, para uma pesquisa mais robusta. O material será organizado de modo a permitir uma sistematização clara das informações, possibilitando uma análise criteriosa da literatura selecionada, com foco na identificação de padrões simbólicos e de sua relação com a transmissão de saberes culturais nas comunidades indígenas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca pelo material teórico e etnográfico foi realizada nas bases de dados digitais SciELO, CAPES Periódicos, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e EBSCO. Foram utilizadas as palavras-chave "cultura indígena brasileira", "música ritualística indígena", "povos Huni Kuin", "psicologia analítica", "inconsciente coletivo" e "arquétipos" para garantir uma pesquisa robusta. A busca inicial resultou em

4 teses e dissertações, 13 livros e 15 artigos, sendo destes, 4 da plataforma SciELO e 1 da plataforma PEPSIC.

A primeira etapa da triagem consistiu na leitura dos títulos e resumos para verificar a pertinência com as perguntas norteadoras da pesquisa: como a música Huni Kuin acessa conteúdos do inconsciente e como estes podem ser trabalhados pela psicologia junguiana. Nessa fase, foram excluídos os artigos que, embora contivessem os descritores, não abordavam a intersecção entre a cultura indígena, a música ritualística e a psicologia analítica.

Após essa triagem inicial, os artigos pré-selecionados foram submetidos a uma leitura completa. Nesta segunda etapa, o critério de exclusão foi mais refinado, sendo descartados os trabalhos que não contribuem diretamente para os objetivos específicos da pesquisa. Diante da escassez de estudos sobre o tema, tornou-se necessário ampliar o recorte temporal para abarcar um número maior de publicações pertinentes. Dessa forma, a seleção final priorizou artigos, teses, dissertações e livros publicados entre 1977 e junho de 2025 que ofereceram uma análise aprofundada da música ritualística indígena como expressão simbólica do inconsciente coletivo, com base na Psicologia Analítica Junguiana, garantindo assim que o material selecionado fosse alinhado ao escopo do estudo.

Tabela 1 – Referências dos materiais utilizados na revisão de literatura.

Nome do trabalho	Autor	Formação do autor	Tipo de publicação	Ano
Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte	BASTOS, Rafael José de Menezes	Músico, mestre em antropologia social, doutor em ciência social	Artigo em revista (Mana)	2007
Cantos xamânicos Huni Kuin: cerimônias de ayahuasca, cosmologias e pontes entre mundos	BOMFIM, Leonardo	Doutor em Música (Etnomusicologia), mestre em Etnomusicologia, licenciado em Música	Artigo em revista científica	2025
Introdução ao estudo da música indígena brasileira	CAMÊU, Helza	Pianista, compositora e musicóloga	Livro	1977
Resenha de: O uso ritual da ayahuasca	CARNEIRO, Henrique Soares	Doutor em História Social, professor de História Moderna	Resenha em periódico	2003
Música indígena no mercado: Sobre demandas, mensagens e ruídos no (des) encontro intermusical	COELHO, Luis Fernando Hering	Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP)	Artigo em periódico	2004
Ayahuasca: uma experiência estética	COSTA, Rafael Barroso Mendonça	Psicólogo, mestre em psicologia	Dissertação	2009
A música nos rituais de cura do Santo Daime	FERRO, Kelem Carla Alves	Mestre em Artes – UFPA (Programa de	Dissertação de Mestrado	2012

		Pós-Graduação em Artes).		
Cultura: a música nas tradições Indígenas	FUNAI	Instituição pública governamental, não há "formação de autor"	Publicação institucional / online	2022
Espelho índio: a formação da alma brasileira	GAMBINI, Roberto	Psicólogo analítico e mestre em ciência sociais	Livro	2000
Valorização da música dos povos ancestrais por meio da etnomusicologia	GIRALDI, Félix Rodrigo Hernández; PORTÉRO, Cristina Schmidt Silva	Pedagogo, pós-graduado em psicopedagogia institucional (Geraldi); Jornalista, doutora em comunicação, analista junguiana (Portério).	Artigo em revista científica (Folkcomunicação)	2020
Encontros artísticos e ayahuasqueiros: reflexões sobre a colaboração entre Ernesto Neto e os Huni Kuin.	GOLDSTEIN, Ilana; LABATE, Beatriz Caiuby	Mestre e Doutora em Antropologia Social (Goldstein; Doutora em Antropologia Social (Labate).	Artigo em revista (Mana)	2017
A natureza da psique	JUNG, Carl Gustav	Psiquiatra e psicoterapeuta suíço, criador da Psicologia Analítica	Livro	2011
Os arquétipos e o inconsciente coletivo	JUNG, Carl Gustav	Psiquiatra / psicologia analítica	Livro	2014
Memórias, sonhos, reflexões	JUNG, Carl Gustav	Psiquiatra e psicoterapeuta suíço, criador da Psicologia Analítica	Livro autobiográfico	2016
O homem e seus símbolos	JUNG, Carl Gustav (org.)	Psiquiatra e psicoterapeuta suíço, criador da Psicologia Analítica	Livro	2008
Quando a Psique Canta: A música na psicoterapia junguiana	KROEKER, Joel	Analista junguiano, musicoterapeuta	Livro	2022
O uso ritual da ayahuasca	LABATE, Beatriz C. & ARAÚJO, Wladimir Sena (orgs.)	Doutora em Antropologia Social (Labate); antropólogo e pesquisador (Araújo)	Livro organizado	2002
Diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e a psicologia analítica	LIMA, Rafael Reis de	Psicólogo, especialista em Teoria Analítica de Carl Gustav Jung	Artigo em periódico	2022
Etnomusicologia no Brasil	LÜHNING, Angela; DE TUGNY, Rosângela Pereira (orgs.)	Musicista, pós-doutorado em música (Lühning); Pianista, doutora em musicologia (De Tuny)	Livro / coletânea	2016

A música ritual no Santo Daime: um estudo etnomusicológico	MACRAE, Edward	Antropólogo, doutor em Ciências Sociais	Tese / livro adaptado	1992
Coisas de índio: versão infantil	MUNDURUKU, Daniel	Filósofo; licenciatura em História e Psicologia; mestre em Antropologia Social; doutor em Educação	Livro infantil	2020
A música como instrumento de dominação e de resistência dos povos indígenas durante a colonização do Brasil	NOGUEIRA, Ricardo Emílio Ferreira Quevedo	Especialista em educação musical, mestre em engenharia mecânica	Artigo em revista (Rev. de Estudos Decoloniais)	2024
Salvaguarda do patrimônio cultural: Bases para constituição de direitos	OLIVEIRA, Ana Gita de	Mestrado e Doutorado em Antropologia	Publicação institucional (IPHAN)	2004
Daime música: Identidades, transformação e eficácia transformação e eficácia na música da doutrina do daime	RABELO, Kátia Benati	Mestrado em Música	Dissertação de mestrado	2013
Psicologia e diálogo intercultural: a música nas narrativas de jovens universitários indígenas	TORRES, Guilherme Vasconcelos	Psicólogo	Dissertação / tese	2020
Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil	TRAVASSOS, Elizabeth	Doutora em Antropologia Social	Artigo (Opus)	2003
Músicas africanas e indígenas no Brasil	TUGNY, Rosângela Pereira de; QUEIROZ, Ruben Caixeta de	Pianista, doutora em musicologia (De Tuny); Doutor em Ciências Sociais e Antropologia (Queiroz)	Livro (UFMG)	2006
Unraveling the depths of the psyche: a review of Carl Jung's analytical psychology	VIBHUTE, Samindar J.; KUMAR, B. Suresh	Mestre em Tecnologia e professor em analítica (Vibhute); Professora na Sanjay Ghodawat University	Artigo de revista científica (IJIP)	2024
Uma visão geral sobre repertórios usados em cerimônias de xamanismo universalista no Brasil	VILLENA, Marcelo Ricardo	Doutor e mestre em música	Artigo em revista (Revista Vórtex)	2021

Fonte: Elaborado por Álvaro Márcio Kojo Sousa (2025).

A análise evidenciou que a música ritualística Huni Kuin vai além de uma função estética ou recreativa, ela é um patrimônio cultural vivo, que estrutura a coletividade e garante a transmissão de saberes ancestrais. Os cantos (huni meka) e os instrumentos musicais, como maracás e violões, estão presentes tanto em cerimônias quanto em atividades cotidianas como caça, agricultura e cuidados comunitários, reforçando a integração entre cultura e vida social (Funai, 2022; Camêu, 1977). Essa dimensão patrimonial mostra que a música indígena é um recurso de continuidade histórica, resistindo aos impactos da colonização, da globalização e da imposição de valores externos (Coelho, 2004).

Mais do que expressão estética, a música, ao ser incorporada na memória coletiva, torna-se ferramenta de fortalecimento identitário, articulando conhecimento, cosmovisão e relações sociais. Jung (2011) descreve esse processo como contágio psíquico, fenômeno em que um grupo, ao compartilhar símbolos e afetos, cria um campo comum de experiências. Nos rituais Huni Kuin, o canto sincroniza os participantes, gerando ressonância coletiva e fortalecendo a coesão comunitária. Assim, a prática musical funciona como um "fio condutor" que transmite saberes de geração em geração e sustenta a sobrevivência cultural diante de desafios externos.

Nos rituais xamânicos com ayahuasca, a música atua como mediadora psíquica, abrindo espaço para que corpo, mente e espírito se entrelaçam em experiência coletiva. O canto, que é acompanhado de instrumentos, ou apenas cantos vocais, não apenas guia a experiência visionária, mas também sustenta um contato mais íntimo da consciência, conceito que o Jung designa como redução da consciência racional, permitindo a emergência de conteúdos do inconsciente (Jung, 2014). Nesse estado ampliado, surgem símbolos universais que conectam o indivíduo ao coletivo.

Durante a ingestão da ayahuasca, os participantes vivenciam mirações caracterizadas por padrões geométricos, espirais, fractais e imagens de seres espirituais, muitas vezes reproduzidas nos kenes (grafismos sagrados) presentes em pinturas corporais e objetos cerimoniais (Bomfim, 2025). A música, nesse contexto, não se limita a acompanhar as visões, mas opera como guia da experiência, desempenhando função semelhante à imaginação ativa descrita por Jung (2011): um processo de diálogo com as imagens simbólicas do inconsciente. Mas entre os Huni Kuin a música conduz a imaginação de forma coletiva, orientando os conteúdos visionários e promovendo sua integração.

Essa dimensão criativa mostra que a musicalidade indígena não é apenas interpretativa, mas reveladora: sons, ritmos e melodias emergem como manifestações coletivas do inconsciente compartilhado. A perspectiva junguiana ilumina essa dinâmica ao mostrar como arquétipos e símbolos se expressam em experiências concretas de cura e conexão espiritual (Kroeker, 2022). Ao mesmo tempo, reconhecer a lógica própria da cosmologia Huni Kuin é essencial, pois a prática não se reduz a categorias psicológicas externas, preservando sua autonomia epistemológica (Munduruku, 2020; Ferro, 2012).

O estudo também evidencia tensões históricas entre interpretações externas e a visão indígena da música ritual. Missionários europeus, ao projetarem seus medos e repressões, classificaram os cantos como manifestações demoníacas ou lascivas, o que Jung interpretaria como expressão da sombra coletiva ocidental (Gambini, 2000). Essa estigmatização obscurece a função integradora e espiritual da música, criando barreiras para seu reconhecimento pleno como saber ancestral. Nesse sentido, o diálogo com a psicologia analítica deve ser entendido não como substituição epistemológica, mas como possibilidade de aproximação simbólica.

A música vai além da dimensão ritual, a música Huni Kuin também possui impacto direto na saúde mental e na construção da identidade individual e coletiva. Pesquisas mostram que a participação em práticas musicais fortalece autoestima, senso de pertencimento e conexão com raízes ancestrais, inclusive em contextos urbanos (Torres, 2020). Do ponto de vista junguiano, essa vivência pode ser compreendida como processo de integração psíquica: os símbolos compartilhados nos cantos e rituais ampliam a consciência e promovem equilíbrio interno, reforçando tanto a dimensão pessoal quanto coletiva da psique.

Portanto, a música Huni Kuin revela-se como prática que articula patrimônio cultural, continuidade histórica e resistência simbólica. Nos rituais, atua como mediadora de cura, promotora de experiências visionárias e organizadora da integração psíquica. Como expressão simbólica, evidencia arquétipos universais e fortalece a coletividade, funcionando simultaneamente como tecnologia espiritual, linguagem simbólica e instrumento de coesão social. Ao integrar corpo, mente, espírito e comunidade, a música ritualística Huni Kuin manifesta concretamente os conceitos junguianos de contágio psíquico, rebaixamento da consciência e imaginação ativa, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia do conhecimento indígena. Essa articulação amplia a compreensão da psicologia analítica sobre a emergência dos símbolos arquetípicos em experiências coletivas e reafirma a centralidade da música na construção de sentido, identidade e bem-estar psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado para evidenciar a importância da música ritualística nos rituais de ayahuasca do povo Huni Kuin e como a música atua como um condutor para acessar os conteúdos do inconsciente e do modo que esses conteúdos podem ser compreendidos à luz da Psicologia Analítica. A análise realizada permite afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, ao demonstrar que os huni meka (Cantos Sagrados) atuam como mediadores simbólicos, capazes de expressar arquétipos universais, promover processos de cura e fortalecer a identidade coletiva. Assim, a música ritualística se revelou como manifestação cultural e também como linguagem simbólica que favorece a integração entre consciente e inconsciente, individual e coletivo, confirmando a hipótese inicial do trabalho.

A principal contribuição desta pesquisa consiste em abrir um diálogo entre a Psicologia Analítica de Jung e a musicalidade ritualística Huni Kuin, um campo ainda pouco explorado academicamente, o que evidenciou a dificuldade de encontrar trabalhos a respeito do tema. Ao colocar em perspectiva conceitos como inconsciente coletivo, arquétipos e imaginação ativa, foi observado que a música indígena opera como tecnologia simbólica, que articula a espiritualidade, conduzindo a corrente coletiva do trabalho espiritual, memória cultural e saúde psíquica, ampliando a compreensão da psique humana para além dos limites da materialidade ocidental.

Entre os desafios encontrados, destaca-se a limitação de se tratar de uma pesquisa bibliográfica, sem o contato direto com a vivência comunitária. Tal aspecto restringe a apreensão da dimensão experiencial e simbólica dos rituais, o que evidencia a necessidade de investigações etnográficas que aprofundem essa relação a partir da escuta dos próprios sujeitos indígenas. Além disso, identificou-se uma lacuna nos estudos que associam música ritualística indígena e Psicologia Junguiana, especialmente no Brasil, o que reforça a relevância e atualidade da temática.

Sendo assim, futuros pesquisadores podem ampliar essa discussão por meio de trabalhos de campo junto às comunidades Huni Kuin ou outras comunidades e suas comparações com outras tradições indígenas e análises aplicadas à clínica psicológica e à educação intercultural. Tais desdobramentos não apenas contribuiriam para o avanço da produção acadêmica, mas também poderiam apoiar práticas de preservação cultural e de promoção da saúde mental em contextos comunitários.

Conclui-se, portanto, que a música ritualística Huni Kuin manifesta-se como patrimônio cultural e como expressão simbólica do inconsciente coletivo, reafirmando sua importância para a construção de identidade, resistência cultural e integração psíquica. Ao valorizar o diálogo entre saberes indígenas e Psicologia Analítica, este trabalho aponta para a necessidade de uma escuta intercultural mais sensível, que reconheça a riqueza dos saberes ancestrais como fundamentais não apenas para as comunidades originárias, mas para toda a humanidade.

NOTAS

[1]Para Jung, o termo "primitivo" não possui sentido pejorativo, mas refere-se a povos não industrializados cuja vida está profundamente integrada ao coletivo e ao simbólico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. **Mana**. v. 3, n. 2, p. 403–441, Rio de Janeiro, 2007.

BOMFIM, Leonardo. Cantos xamânicos Huni Kuin: cerimônias de ayahuasca, cosmologias e pontes entre mundos. **Revista Vórtex**, v. 13, 2025.

CAMÊU, Helza. **Introdução ao estudo da música indígena brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Instituto Nacional de Música, 1977.

CARNEIRO, Henrique Soares. Resenha de: LABATE, Beatriz Caiuby; ARAÚJO, Wladimyr Sena (orgs.). O uso ritual da ayahuasca. **Temáticas**. Campinas – São Paulo. v. 11, n. 21/22, p. 271–276, jan./dez. 2003.

COELHO, Luiz Fernando Hering. Música indígena no mercado: Sobre demandas, mensagens e ruídos no (des) encontro intermusical. **Campos:** Revista de Antropologia Social. Paraná, vol. 5 (1), páginas 151-166. 2004.

CORDEIRO, Alexandre Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Do Colégio Brasileiro De Cirurgiões**. Rio de Janeiro – RJ. Vol. 34(6), páginas 428–431. 2007.

COSTA, Rafael Barroso Mendonça. 2009. **Ayahuasca:** uma experiência estética Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo, Atlas, 2003. CYBIS, Walter de Abreu.

FERRO, Kelem Carla Alves. **A música nos rituais de cura do Santo Daime**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Curso de Ciência da Arte – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: https://www.ppgartes.propesp.ufpa.br/disserta%C3%A7%C3%B5es/2010/KELEM%20CARLA%20ALVES%20FERRO.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa FGV**, São Paulo, p. 10-15, 2016-2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS [FUNAI]. **Cultura:** a música nas tradições Indígenas, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-a-musica-nas-tradicoes-indigenas. Acesso em 07 de abril de 2025.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio:** a formação da alma brasileira. 4. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRALDI, Félix Rodrigo Hernández; PORTÉRO, Cristina Schmidt Silva. Valorização da música dos povos ancestrais por meio da etnomusicologia. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. V. 18. N. 40. 2020 P. 118-128. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19277. Acesso em: 20 junho de 2025.

GOLDSTEIN, Ilana; LABATE, Beatriz Caiuby. **Encontros artísticos e ayahuasqueiros:** reflexões sobre a colaboração entre Ernesto Neto e os Huni Kuin. Mana, v. 23, n. 3, p. 437-471, 2017.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. Editora Vozes Limitada, 2011.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KROEKER, Joel. **Quando a Psique Canta**: A música na psicoterapia junguiana. Paulus Editora, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Rafael Reis de. Diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e a psicologia analítica. **Revista Junguiana**, v. 37, n. 1, 2022.

LÜHNING, Angela; DE TUGNY, Rosângela Pereira (Ed.). **Etnomusicologia no Brasil**. SciELO-EDUFBA, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio:** versão infantil. Callis Editora, 2020.

NOGUEIRA, Ricardo Emílio Ferreira Quevedo. A música como instrumento de dominação e de resistência dos povos indígenas durante a colonização do Brasil. **Revista de Estudos Decoloniais**. Campina Grande -PB, vol. 2. n. 1. Páginas 1 – 21. 2024.

OLIVEIRA, Ana Gita de. **Salvaguarda do patrimônio cultural:** Bases para constituição de direitos. Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Belém- PA. Páginas 1-6. 2004.

RABELO, Kátia Benati. **Daime música:** Identidades, transformação e eficácia na música da doutrina do daime. Dissertação (Mestrado em música e cultura) – Curso de Música – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AAGS-9RUHVR. Acesso em 03 de junho de 2025.

TORRES, Guilherme Vasconcelos. P**sicologia e diálogo intercultural:** a música nas narrativas de jovens universitários indígenas. Universidade Federal do Amazonas, 2020.

TRAVASSOS, Elizabeth. Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil. **Opus**, v. 9, n. 1, p. 73-86, 2003.

TUGNY, Rosângela Pereira de.; QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Músicas africanas e indígenas no Brasil**. Belo Horizonte - MG: UFMG, 2006.

VIBHUTE, Samindar J.; KUMAR, B. Suresh. Unraveling the depths of the psyche: a review of Carl Jung's analytical psychology. **The International Journal of Indian Psychology**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 628–649, jan.–mar. 2024. Disponível em: https://www.ijip.in/articles/unraveling-the-depths-of-the-psyche-a-review-of-carl-jungs-analytical-psychology/. Acesso em: 28 de junho de 2025.

VILLENA, Marcelo Ricardo. Uma visão geral sobre repertórios usados em cerimônias de xamanismo universalista no Brasil. **Revista Vórtex**, v. 9, n. 3, p. 9-9, 2021.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Álvaro Márcio Kojo Sousa**, *acadêmico de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Piettro Ribeiro Lamonier**, Psicólogo, Especialista, Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax.

ISSN 2595-2110

COLONIAL OU DECOLONIAL: PERFIL CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA ULBRA PALMAS

Marildes Martins da Silva Rocha Andrade
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Aldira Guimarães Duarte Domínguez
Universidade de Brasília

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo analisa o currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas, a partir das perspectivas do atlantismo e da descolonização, com foco na representatividade de autores clássicos e decoloniais, bem como em recortes de gênero, nacionalidade e formação acadêmica. A pesquisa utilizou abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva, tendo como amostra 546 referências bibliográficas do ementário curricular, das quais 206 livros foram selecionados após critérios de exclusão. Os resultados indicam a predominância das obras clássicas (58,7%), seguidas pelas híbridas (15,1%) e pelas decoloniais (13,6%). Verificou-se forte presença de autores europeus e norte-americanos na categoria Clássica, enquanto a produção decolonial é majoritariamente brasileira, com destaque para mulheres e intelectuais engajados em críticas sociais. Além disso, constatou-se a relevância de formações interdisciplinares, como Psiquiatria, Filosofia e Sociologia, que ampliam o debate epistemológico. Conclui-se que, embora o cânone clássico ainda predomine, há uma inserção gradual de perspectivas críticas e plurais que tensionam a hegemonia eurocêntrica e apontam para a construção de uma Psicologia mais contextualizada e comprometida com a diversidade sociocultural brasileira, especialmente no Tocantins.

Palavras-chave: Psicologia; Currículo; Decolonialidade; Tocantins.

INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa surge da inquietação em compreender como a Psicologia, no contexto brasileiro e especialmente no Tocantins, dialoga com a diversidade cultural do território. Durante minha formação, percebi que a estrutura curricular frequentemente negligência as realidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Essa lacuna motivou a investigação sobre a presença de perspectivas decoloniais na formação acadêmica, considerando ser fundamental que a ciência psicológica se construa em diálogo com a pluralidade de saberes e práticas.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem uma tradição histórica pautada em referenciais teóricos eurocêntricos, aqui caracterizados como pensamento

atlântico. Esses paradigmas, muitas vezes universalizantes, podem ignorar especificidades socioculturais, resultando em um distanciamento entre o conhecimento acadêmico e as realidades locais. No Tocantins, estado marcado pela significativa presença de comunidades tradicionais, essa dissonância é crítica. Suas formas próprias de compreender a subjetividade, o sofrimento e o cuidado permanecem, em grande medida, invisibilizadas pela Psicologia convencional. Portanto, é premente analisar em que medida o currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas incorpora epistemologias alternativas que contestam a lógica atlântica e favorecem uma perspectiva decolonial.

Os autores clássicos, centrais na tradição psicológica ocidental, são frequentemente criticados por desconsiderarem contextos culturais não europeus. Em contrapartida, os autores decoloniais problematizam essas tradições ao valorizar saberes historicamente marginalizados, reconhecer culturas não ocidentais e formular críticas ao colonialismo, recusando, assim, a universalização dos conhecimentos psicológicos.

Portanto, a pergunta que norteia a pesquisa é: Como se configura o currículo do curso de Psicologia da Ulbra-Palmas em relação ao equilíbrio entre o pensamento atlântico e as perspectivas decoloniais, considerando a representatividade de autores clássicos e do Sul Global, bem como suas identidades de gênero, nacionalidade e formação acadêmica? O objetivo geral é analisar a composição do currículo do curso de Psicologia da Ulbra-Palmas a partir das perspectivas do pensamento atlântico e da descolonização. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em identificar as referências bibliográficas; analisar a representatividade de autores clássicos e decoloniais no currículo de Psicologia da Ulbra-Palmas, considerando recortes de gênero, nacionalidade e formação acadêmica; comparar os resultados obtidos com as diretrizes nacionais para a formação em Psicologia, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as leis 10.639/03 e 11.645/08, que incentivam a inclusão de saberes plurais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Colonialidade e Neocolonialismo: hegemonia ocidental em crise e os novos arranjos globais

A relação entre o Norte e o Sul global ultrapassa a mera desigualdade econômica ou política, configurando-se como um sistema de dominação originado na expansão colonial europeia e atualizado nas estruturas do capitalismo global. Essa herança de exploração não se restringe ao passado, mas mantém-se como um padrão de poder que ainda hoje marginaliza povos, saberes e culturas.

Desde o século XVI, com a chegada dos europeus às Américas e a ascensão do mercantilismo, consolidou-se o poder capitalista mundial na Europa Atlântica. Nesse contexto, instituíram-se a divisão internacional do trabalho e uma hierarquização étnico-racial da população, elementos estruturantes de um novo padrão de dominação (Quijano, 2007). Mesmo após o fim das administrações coloniais e a constituição de Estados-nação periféricos, a lógica centro-periferia permaneceu, revelando a passagem do colonialismo moderno para a colonialidade global (Mignolo, 2002).

O conceito de colonialidade, formulado por Maldonado-Torres (2007), distingue-se do colonialismo por sua maior profundidade e permanência. Enquanto o colonialismo correspondeu a um sistema explícito de dominação política e econômica,

a colonialidade instituiu-se como um padrão estrutural que persiste além do domínio formal das metrópoles. Esse padrão organiza as relações de trabalho, as estruturas de autoridade, os regimes de conhecimento e as dinâmicas intersubjetivas, mediadas pelo mercado capitalista global e fundamentadas na categoria de "raça" (Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

A colonialidade manifesta-se em três dimensões interligadas. A colonialidade do poder, proposta por Quijano (2000), articula a distribuição dos lugares sociais por meio de eixos de capital/trabalho e europeu/não-europeu. Esse modelo naturaliza hierarquias raciais, de gênero, culturais, territoriais e epistêmicas, produzindo subalternização e invisibilizando experiências e saberes dominados (Quijano, 2007). Tal matriz racializada continua presente no sistema-mundo, em que nações majoritariamente não brancas ocupam posições periféricas. A colonialidade do saber refere-se ao privilégio conferido ao conhecimento ocidental, tornado hegemônico e universal, em detrimento dos saberes não ocidentais, frequentemente classificados como inferiores ou folclóricos (Castro-Gómez, 2005). Essa "geopolítica do conhecimento" cria uma diglossia epistêmica que valoriza o pensamento científico ocidental e relega outros saberes ao status de "locais" ou "tradicionais". Já a colonialidade do ser diz respeito à experiência da desumanização do colonizado, reduzido à condição de "não-ser", conforme analisado por Fanon (2008). Essa dimensão evidencia a violência epistêmica e existencial que persiste nas sociedades contemporâneas, sustentando uma necropolítica que regula diferencialmente o direito à vida (Tonial; Maheirie; Garcia JR., 2017).

Apesar de sua persistência, a hegemonia ocidental atravessa um processo de declínio estrutural, marcado por uma crise filosófica e de pensamento que restringe sua capacidade de interpretar as transformações globais (Jabbour; Gabriele, 2021). Nesse cenário, emergem novas potências que desafiam o predomínio histórico do Ocidente, entre as quais a China assume protagonismo. Nas últimas décadas, o país consolidou-se como a segunda maior economia do mundo, alcançando crescimento médio de 9,2% entre 1980 e 2018 e significativa elevação da renda per capita (Jabbour; Dantas, 2021, p. 288). Desde 2013, lidera o comércio internacional, apoiando-se em um modelo próprio, o "socialismo de mercado com características chinesas", que combina planejamento estatal de longo prazo e mecanismos de mercado (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2022). Essa estratégia permitiu avanços em inteligência artificial, 5G e energias renováveis, além da erradicação da pobreza extrema em uma população de 1,4 bilhão de habitantes (Jabbour; Gabriele, 2021).

Paralelamente, ganha relevância o BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, bloco que busca reformar a governança global e reduzir a dependência do dólar por meio de mecanismos como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e iniciativas financeiras inovadoras.

Assim, a ascensão chinesa e o fortalecimento do BRICS configuram sinais de uma ordem multipolar em formação, na qual a centralidade econômica e política desloca-se gradualmente do Ocidente para o Sul Global, reconfigurando os padrões históricos de poder.

1.2 A Descolonização da Psicologia e o diálogo com a Psicologia da Libertação

A Psicologia, desde sua consolidação como ciência, foi marcada por referenciais eurocêntricos que universalizaram experiências específicas, sobretudo do homem branco, europeu, heterossexual e cisgênero, como medida do humano. Essa

universalização, conforme argumenta Maldonado-Torres (2007), é expressão da colonialidade do ser, que desumaniza sujeitos historicamente subalternizados e reduz suas formas de existência à condição de "não-ser". Ao adotar esse parâmetro normativo, a Psicologia tradicional reforça exclusões e violências simbólicas contra povos indígenas, comunidades negras, quilombolas, populações LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Romper com essa lógica é o desafio central da descolonização da Psicologia. Quijano (2000) descreve a colonialidade do poder como a persistência da hierarquia racial, epistêmica e social estruturada desde a expansão colonial europeia, que ainda hoje organiza modos de produção de saber e relações sociais. No campo psicológico, isso se traduz em currículos, práticas e teorias que marginalizam ou silenciam saberes não ocidentais. Grosfoguel (2016) acrescenta que é necessário superar o "fundamentalismo ocidental", que se apresenta como universal, mas na prática invisibiliza epistemologias do Sul.

Esse processo não implica a rejeição completa do legado clássico da disciplina. Inspirado em Fanon (2008), é preciso enfrentar criticamente as estruturas coloniais que moldam subjetividades e produzem alienação. Em Pele negra, máscaras brancas, Fanon mostra como a experiência colonial impacta o inconsciente e promove uma interiorização da inferioridade, denunciando as violências coloniais e apontando caminhos para alternativas emancipatórias. No Brasil, essa discussão é especialmente relevante: o Conselho Federal de Psicologia (2019) alerta que práticas hegemônicas ainda tentam "aniquilar subjetividades" que não se enquadram na norma branca, heterocisnormativa e capacitista. A valorização de epistemologias plurais, como a oralidade indígena, a memória ancestral afro-diaspórica e os modos de cuidado quilombolas, é condição fundamental para práticas de escuta e acolhimento verdadeiras.

A descolonização, portanto, amplia o horizonte da Psicologia ao deslocar o foco de uma universalidade abstrata para a diversidade concreta das experiências humanas. O pensamento precisa considerar a Terra, a Mata, a Comunidade e o Terreiro como sujeitos de conhecimento, legitimando a oralidade como prática epistemológica (Santos (2022, p. 354; Santos; Silva, 2018). Em síntese, a importância da descolonização está em permitir que a Psicologia deixe de reproduzir a lógica de exclusão herdada da modernidade colonial e se reconstrua como ciência plural, crítica e socialmente engajada. A justiça epistêmica torna-se, nesse sentido, também condição de saúde mental.

Nesse cenário, a discussão sobre as psicologias da libertação e as perspectivas decoloniais é central. Embora não haja uma relação direta de causa e efeito entre elas, ambas emergem de forma autônoma, mas convergente: Martín-Baró liderando a psicologia da libertação e o grupo da modernidade/colonialidade desenvolvendo o pensamento decolonial (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017; Watkins; Shulman, 2008). Enquanto a psicologia da libertação oferece metodologias de intervenção comprometidas com a práxis e a transformação social (Martín-Baró, 1994), o pensamento decolonial fornece o arcabouço conceitual para compreender as raízes históricas e estruturais da dominação (Quijano, 2007).

Ignacio Martín-Baró (1994), jesuíta e psicólogo assassinado em El Salvador, é considerado o pioneiro do termo "psicologia da libertação". Para ele, a conscientização era fundamental, pois implicava transformação das relações entre sujeito, ambiente e comunidade (Watkins; Shulman, 2008). A obra de Paulo Freire (1970/1989) também exerceu grande influência neste movimento, ao propor uma pedagogia dialógica e

participativa que denuncia as estruturas opressoras e fomenta ações transformadoras. Augusto Boal (1985–2002), influenciado por Freire e Fanon, desenvolveu o Teatro do Oprimido como forma de descolonização corporal e expressiva, enquanto Alfredo Moffatt (1991) propôs a Psicoterapia do Oprimido, criticando a patologização da pobreza e valorizando práticas terapêuticas populares.

Mais recentemente, perspectivas decoloniais na Psicologia, como o movimento "Reflorestar a Psicologia", buscam diálogos interepistêmicos com povos indígenas e quilombolas (Santos et al., 2024). Pensadores como Ailton Krenak (2019, 2020, 2022), Davi Kopenawa Yanomami (Koénawa; Albert, 2015), João Paulo Barreto Tukano (2022) e Antônio Bispo Santos (2015) tensionam as bases eurocêntricas da Psicologia ao propor uma visão integrada entre ser humano e natureza e ao defender estratégias de contracolonização.

A crítica ao racismo estrutural na psicologia social brasileira se articula a essas perspectivas, denunciando o epistemicídio e o etnogenocídio históricos (Chersoni; Das Chagas; Muniz, 2022; Santos et al., 2024). Isso exige que psicólogos e psicanalistas reflitam sobre sua posicionalidade (raça, etnia, gênero, classe e geografia) e sobre a estrutura histórica em que se inserem (Castro; Mayorga, 2019). Ao se alinhar a esses movimentos, a Psicologia pode assumir um potencial contracolonial, questionando tanto as dinâmicas sociais quanto os próprios fundamentos disciplinares.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo tem caráter básico, com uma abordagem quali-quantitativa, pois combina a análise qualitativa do conteúdo bibliográfico com a quantificação de dados referentes ao perfil dos autores. Trata-se de um estudo de natureza descritiva (Cozby, 2003), cujo objetivo metodológico é identificar, registrar, analisar e interpretar fenômenos (Marconi; Lakatos, 2021). Para tanto, o estudo utiliza um procedimento documental e analítico, tendo como fonte primária as referências bibliográficas do ementário do curso de psicologia da ULBRA/Palmas. Foi utilizado a versão curricular mais recente, implementada em 2023, após três atualizações ocorridas no curso entre 2020 e 2024.

A coleta de dados teve início com a busca do Ementário do curso de Psicologia da ULBRA/Palmas no portal WebAluno. No entanto, algumas disciplinas apresentavam apenas as ementas, e para garantir a completude das informações, foi solicitado o Ementário integral à coordenação do curso, o que permitiu a avaliação completa das ementas e bibliografias.

O universo de pesquisa foi composto pelo conjunto total das referências bibliográficas listadas nas ementas de todas as disciplinas do curso. Critérios de exclusão rigorosos e sistemáticos foram definidos e aplicados em duas etapas para delimitar a análise ao interesse direto da prática clínica. Inicialmente, na exclusão por formato e tipo de documento, foram removidas as referências duplicadas e os seguintes itens: teses de doutorado e dissertações de mestrado, capítulos de livros, documentos oficiais de associações e conselhos (federal e estadual) de psicologia, leis, decretos e demais textos legais, e livros editados por organizadores (compilações de capítulos de diversos autores). Posteriormente, procedeu-se à exclusão por área temática, na qual foram removidas obras cujo conteúdo, embora fundamental para a formação generalista em Psicologia e para a compreensão do contexto social e histórico do indivíduo, não se relaciona diretamente com os fundamentos da prática clínica. Foram excluídos livros das seguintes áreas: Ciências Básicas (biologia,

anatomia), Educação, Epidemiologia, Direito, Filosofia, Fotografia, História, Religião e Sociologia. A seleção e organização do material, foram efetuadas por meio do software NotebookLM.

Os procedimentos de análise e categorização das referências bibliográficas que compuseram a amostra de análise foram categorizados com base em sua tradição epistemológica, sendo divididos em duas principais vertentes: clássica e decolonial.

Para operacionalizar a análise de categorização comparativa dos dados, foi elaborado um prompt (vide Apêndice A) que serve como um guia de análise literária. Ele foi construído para que a ferramenta de linguagem simule o trabalho de um psicólogo-analista literário, usando critérios da teoria crítica e da literatura comparada. Na prática, ele organiza um passo a passo: primeiro pede que o usuário forneça o material (resumo, sinopse ou trechos da obra); depois conduz a leitura atenta do texto, a coleta de informações sobre o autor e o cruzamento com indicadores que diferenciam a literatura clássica (temas universais, narrativa linear, estilo eurocêntrico, forma normativa) e a literatura decolonial (pluralidade de saberes, narrativas não lineares, crítica ao colonialismo, memória histórica). O objetivo é classificar a obra em uma das categorias, clássica, decolonial, híbrida ou outras, sempre com justificativas documentadas. Além disso, o prompt permite uma avaliação numérica opcional, para representar em percentuais a predominância de cada tradição, mas deixa claro que a interpretação crítica é mais importante do que o cálculo. Ele funciona como um protocolo metodológico estruturado para analisar e classificar obras literárias com rigor e transparência.

Para aplicar o *prompt* dentro da *LLM DeepSeek IA*, necessita-se ativar as funcionalidades '*DeepThink*' e '*Search*', onde o *DeepThink* corresponde a um modelo de raciocínio profundo com lógica multiagente, no qual são geradas simultaneamente múltiplas hipóteses e abordagens para um mesmo problema. Esse processo permite explorar diferentes caminhos de análise antes de integrar as ideias mais consistentes, produzindo uma resposta otimizada. Já o *Search* refere-se à funcionalidade de busca na internet, utilizada para complementar a análise com informações externas e atualizadas, necessários para acessar dados das bibliografias na Internet.

O protocolo teve como função guiar sistematicamente o exame das obras, com base nos seguintes indicadores: para obras de orientação clássica: universalismo temático, estrutura linear, eurocentrismo e formalismo normativo. Para obras de orientação decolonial: pluralidade de saberes, crítica ao colonialismo, narrativas não-lineares e enfoque em reparação histórica. Além dos critérios temáticos e formais, o protocolo também orientou a coleta de dados sobre o autor de cada obra, incluindo nacionalidade, gênero e idade à época da publicação, visando enriquecer a contextualização da análise. Realizou-se o cruzamento dos dados obtidos, permitindo uma comparação crítica entre as duas tradições epistemológicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de Psicologia da Universidade Luterana de Palmas (matrizes 043307 - Diurno e 043308 - Noturno) possui uma estrutura organizada em 10 períodos, com disciplinas que abrangem desde fundamentos teóricos a práticas profissionais. O currículo é composto de 43 disciplinas regulares, 14 disciplinas optativas (o aluno escolhe apenas 2, uma em cada período) e 9 estágios (5 básicos + 4 específicos).

Apresenta uma formação ampla, com base teórica sólida (desenvolvimento humano, processos cognitivos, psicopatologia); habilidades práticas (avaliação

psicológica, intervenções terapêuticas, estágios), flexibilidade (optativas permitem direcionamento para áreas de interesse) e preparação para o mercado de trabalho (ênfase em saúde mental, organizacional, educacional e clínica).

Na área de Formação Básica e Teórica, os alunos cursam disciplinas como Psicologia do Desenvolvimento I e II, Processos Psicológicos Básicos, História da Psicologia, Psicologia Social, Neurofisiologia do Comportamento Humano e Bases Biológicas do Comportamento Humano.

As Áreas Aplicadas abrangem Psicopatologia I e II, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Escolar e Práticas de Inclusão, além de Psicologia e Saúde em Diferentes Contextos. Já a seção de Técnicas e Instrumentos inclui disciplinas como Técnicas Projetivas, Técnicas Psicométricas, Fundamentos da Avaliação Psicológica e Neuropsicologia e Reabilitação Cognitiva.

A formação prática é consolidada pelos Estágios Supervisionados, que incluem Estágio Básico em Psicologia: Ciência e Profissão, Estágio Básico em Entrevista Psicológica, Estágio Básico em Saúde Mental, Estágio Básico em Avaliação Psicológica, Estágio Básico em Saúde Mental e Trabalho, Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II, e Estágio Específico em Processos Clínicos e Psicoterapêuticos I e II, Trabalho de Conclusão I, Trabalho de Conclusão II.

O curso oferece diversas disciplinas optativas distribuídas entre o 9° e 10° períodos, abrangendo áreas como Psicologia Jurídica, Psicossomática, Psicologia Hospitalar, Terapia Focada nas Emoções, Fotografia Aplicada à Psicologia, Análise do Comportamento Aplicada às Neurodivergências, Psicologia da Sexualidade Humana, LIBRAS, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Multiculturalismo e Diversidade Cultural, Gestalt-Terapia, Psicologia do Esporte, Orientação Profissional e Inteligência Emocional.

A grade curricular contempla diferentes abordagens terapêuticas, entre elas a Psicanálise, a Psicologia Analítica (Junguiana), a Terapia Cognitivo-Comportamental, a Análise do Comportamento e a Psicologia Sistêmica (disciplinas regulares), além da Terapia Focada nas Emoções e da Gestalt-Terapia (disciplinas optativas).

Do total de 546 referências bibliográficas identificadas no ementário do curso, foram excluídas do estudo 88 duplicatas e itens que, embora relevantes para a formação em Psicologia, não estão diretamente relacionados à prática clínica. Foram excluídos também os seguintes materiais: 01 capítulo de livro, 01 tese de doutorado, 01 dissertação de mestrado, 31 artigos, 32 documentos oficiais de associações e conselhos (federal e estadual), manuais, leis, decretos e 72 livros organizados por organizadores. Além disso, foram excluídas 114 obras sobre temas contextuais, como história, sociologia, educação, filosofia, religião, epidemiologia, fotografia, direito e ciências básicas, que servem como fundamento ou ferramenta para a compreensão da psicologia, mas não à sua aplicação clínica direta.

A amostra analisada foi composta por 206 livros, classificados em três categorias principais: clássicos, decoloniais e híbridos. Os resultados evidenciam a predominância das obras clássicas, que totalizaram 121 exemplares, correspondendo a 58,7% do conjunto. Essa expressiva presença reafirma a centralidade do cânone tradicional no acervo estudado, refletindo sua forte influência histórica e teórica.

Em contrapartida, as produções de caráter decolonial somaram 28 livros, o que representa 13,6% do total. Embora em menor número, esse percentual demonstra a inserção gradual de perspectivas críticas e alternativas que buscam questionar e ampliar os referenciais teóricos estabelecidos. Já as obras de natureza híbrida, que articulam elementos clássicos e decoloniais em diálogo, totalizaram 31 exemplares, equivalente a 15,1% da amostra. Essa categoria revela uma tendência de interseção

entre diferentes tradições, favorecendo a construção de abordagens integradoras e plurais no campo do conhecimento.

Assim, os dados percentuais apontam para uma configuração em que o pensamento clássico ainda ocupa lugar de destaque, mas já se observa um movimento significativo de abertura a novas epistemologias, seja pela presença de textos decoloniais ou por produções híbridas que transitam entre distintas matrizes teóricas.

A categoria de obras Clássica é estruturada por dois grandes pilares geográficos: o europeu e o norte-americano. O Cânone Europeu Antigo: Figuras fundadoras da psicodinâmica e da psiquiatria estão representadas principalmente por autores de origem europeia. Sigmund Freud, austríaco e neurologista, é o autor com maior número de citações, sendo todas suas obras classificadas como Clássicas. Da mesma forma, Carl G. Jung, suíço e psiquiatra, é central no corpus, com obras Clássicas e Híbridas. Obras francesas de grande impacto histórico, como as de Françoise Dolto (psiquiatra) e o historiador Philippe Airés, também reforçam esse pilar clássico.

Autores norte-americanos dominam a segunda maior fatia estrangeira de obras Clássicas, especialmente nas abordagens cognitivo-comportamentais e em áreas de avaliação e personalidade. O psiquiatra Aaron T. Beck e os psicólogos B. F. Skinner e Carl R. Rogers exemplificam essa fundação. No entanto, a contribuição norte-americana também inclui importantes figuras femininas, como as psicólogas Anne Anastasi, Judith S. Beck, Helen Bee, e Susana Urbina, que atuam em áreas como testagem, desenvolvimento e clínica.

Exceções notáveis na categoria clássica incluem autores argentinos como a psiquiatra Arminda Aberastury e o psicólogo José Bleger, e figuras de outras nacionalidades como o psicanalista indiano Salman Akhtar e o sociólogo canadense Gérald Bernard Mailhiot.

Obras classificadas como Decoloniais, são majoritariamente assinadas por psicólogos e outros profissionais brasileiros comprometidos com a realidade social do país. Exemplos incluem a Psicóloga Social Bader Burihan Sawaia, que é uma das principais teóricas da Psicologia Social Crítica no Brasil, e o psicólogo José Carlos Zanelli, com foco na psicologia organizacional e do trabalho. A presença brasileira na crítica Decolonial também se estende a outras formações, como a jornalista Lícia Loltran, que aborda famílias homoafetivas, e o filósofo e jornalista Vladimir Safatte.

É importante notar que, dentro da produção brasileira, há uma alta representação de mulheres, como a psicóloga social Lúcia Helena Garcia Bernardes, Ana Magnólia Mendes, e a pedagoga M. T. E. Mantoan. Essa presença feminina é evidente tanto nas obras Decoloniais quanto nas Clássicas e Híbridas de autores brasileiros.

As obras classificadas como híbridas tendem a ocupar um espaço de mediação, incorporando a base teórica clássica (como o suíço Jung e o francês Canguilhem) com reflexões contemporâneas, frequentemente de autores brasileiros. O Híbrido atesta a vitalidade da produção nacional em integrar e debater o cânone estabelecido com novas formas de subjetivação e clínica, como visto nas obras do psiquiatra brasileiro Joel Birman e dos psicólogos brasileiros Luiz Cláudio Figueiredo e Lúcia Helena Garcia Bernardes.

A análise da amostra bibliográfica, revela padrões distintos na composição do corpo de conhecimento em termos de nacionalidade, sexo e formação acadêmica dos autores. Embora a formação de Psicólogo(a) seja esperadamente a mais comum, ela é complementada por contribuições robustas de áreas adjacentes, reforçando a natureza interdisciplinar do campo.

A Psiquiatria mostrou que é a formação mais comum nas obras Clássicas, especialmente com autores como Jung, Beck, Dolto e Fiórini (Argentino); A Filosofia contribuiu significativamente, com o francês G. Canguilhem em uma obra Híbrida e M. Foucault (Psicólogo/Filósofo francês) em uma obra Clássica; a Medicina está representada por figuras como J. A. Gaiarsa (brasileiro) e o cubano Emílio Mira y López e a Sociologia reflete tanto o eixo Clássico, com o britânico Thomas Burton Bottomore, quanto para o Decolonial, com o brasileiro Ricardo Antunes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do currículo do curso de Psicologia da ULBRA-Palmas evidenciou a predominância de autores clássicos, em sua maioria europeus e norte-americanos, reafirmando a força da tradição atlantista na formação acadêmica brasileira. Apesar disso, a presença de obras híbridas e decoloniais, ainda que minoritária, aponta para uma tendência de abertura a epistemologias críticas, plurais e contextualizadas. Tal inserção, especialmente no âmbito da produção brasileira, revela o potencial de um movimento formativo voltado ao reconhecimento da diversidade cultural e social do país.

Constatou-se também que a interdisciplinaridade desempenha um papel essencial na constituição do campo, com contribuições de áreas como Medicina (psiquiatria, neurologia), Filosofia e Sociologia, ampliando o horizonte epistemológico da Psicologia. Esse cenário confirma que a formação não deve se limitar a um cânone eurocêntrico, mas precisa dialogar com múltiplas tradições de conhecimento, sobretudo em territórios como o Tocantins, onde a presença de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais demanda práticas psicológicas culturalmente sensíveis e socialmente comprometidas.

Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de revisão curricular, de modo a ampliar a presença de autores decoloniais, mulheres, intelectuais do Sul Global e produções brasileiras nas bibliografias. Também se faz imprescindível a formação continuada do corpo docente, permitindo que os professores articulem o cânone clássico a epistemologias críticas e interculturais. Além disso, recomenda-se a incorporação de saberes locais, tanto em bibliografias quanto em práticas de pesquisa e extensão, estabelecendo diálogo efetivo com comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Outro aspecto fundamental refere-se a assegurar a aplicação das políticas de inclusão previstas nas diretrizes nacionais e nas leis 10.639/03 e 11.645/08, garantindo que a diversidade étnico-racial e cultural esteja efetivamente contemplada no processo formativo. A pesquisa acadêmica e a produção científica voltadas à Psicologia decolonial devem ser incentivadas, especialmente por meio de projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão e atividades de extensão que fortaleçam a visibilidade regional em redes nacionais e internacionais.

Por fim, é importante destacar a relevância da criação de espaços permanentes de debate, como seminários, fóruns e grupos de estudos sobre decolonialidade em Psicologia, que possam fomentar reflexões críticas contínuas e consolidar um movimento institucional de transformação. Tais encaminhamentos constituem passos fundamentais para que o curso avance em direção a um currículo mais plural, crítico e comprometido com as realidades socioculturais brasileiras, contribuindo para a construção de uma Psicologia que dialogue de forma efetiva com o Sul Global e com a diversidade presente no Tocantins.

No campo educacional, a descolonização da Psicologia dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que orientam a formação em Psicologia no Brasil, enfatizando o compromisso ético-político com a diversidade e a justiça social. Além disso, a legislação brasileira estabeleceu marcos importantes para a inclusão de epistemologias historicamente marginalizadas.

A Lei nº 10.639/2003 alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir também a História e Cultura Indígena. Essas legislações reconhecem a necessidade de valorizar memórias, tradições e saberes produzidos por povos que foram sistematicamente silenciados pelo colonialismo e pelo racismo estrutural.

No contexto da Psicologia, tais normas reforçam que currículos e práticas profissionais não podem permanecer presos a epistemologias monoculturais. Incorporar a oralidade, a ancestralidade e os modos de cuidado de diferentes comunidades é um passo essencial para romper com a lógica da universalidade abstrata e promover uma ciência comprometida com a pluralidade das experiências humanas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prát. psicossociais** [online]. 2019, v.14, n. 3, p.1-18. ISSN 1809-8908. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n3/11.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

CHERSONI, Felipe de Araujo; CHAGAS, Maria Eduarda Delfino das; MUNIZ, Veyzon Campos. Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 272-282, ago. 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84171. Acesso em: 5 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos indígenas**. Brasília, DF: CFP, 2019.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciência do comportamento**. Curitiba: Atlas, 2003. 454 p. ISBN 85-224-3363-1.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do

longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100003. Acesso em: 15 set. 2025.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a "Nova Economia do Projetamento". **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 287-310, jul. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01. Acesso em: 9 set. 2025.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José. **Sobre la economía de mercado socialista de China y la "nueva economía de proyección"** (I). CEPRID, 18 nov. 2022. Disponível em: https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article2745. Acesso em: 12 set. 2025.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China:** o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021. 314 p.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 240-270, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1994.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-96, 2002.

MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do oprimido**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2-3, p. 168-178, mar. 2007. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/09502380601164353.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista**: volume 1. Brasília, DF: CFP , 2022. ISBN: 978-65-89369-11-0. p. 344-359. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-final.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; SILVA, Viviane Pereira da. A pesquisa no Kitembo – pistas para a construção de uma psicologia aterrada. **Arcos Design**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/44056/30675. Acesso em: 1 set. 2025.

SANTOS, Amanda Barbosa Veiga dos et al.. Práticas formativas em psicologia social: contribuições de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e quilombolas. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 36, p. 1-1, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36278087. Acesso em: 15 set. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI, 2015.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26. 2017. Disponível em: https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/270. Acesso em: 11 jun. 2025.

WATKINS, Mary.; SHULMAN, Helene. **Toward psychologies of liberation**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/60693/1/47%20pdf.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Marildes Martins da Silva Rocha Andrade**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Aldira Guimarães Duarte Domínguez**, Fisioterapeuta, Pós-Doutora, docente, Universidade de Brasília (UNB).
4. **Irenides Teixeira**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

CONVERGÊNCIAS ENTRE O INCONSCIENTE E OS PROCESSOS NEURAIS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E DA NEUROCIÊNCIA

Sandra Maria Rosa de Aguiar
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Gabriel Alves Primo
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Piettro Ribeiro Lamonier
Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax

RESUMO

A concepção junguiana do inconsciente, dividida em inconsciente pessoal e coletivo, suscita reflexões profundas sobre os fundamentos da psique humana. Com os avanços da neurociência, emergem possibilidades de integração entre os processos simbólicos e os mecanismos neurobiológicos. Este estudo teve como objetivo investigar possíveis correlações entre os conceitos da Psicologia Analítica e estruturas cerebrais envolvidas na cognição simbólica e emocional. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, com a seleção de estudos a partir de descritores específicos nas bases PsycINFO, SciELO e PePSIC. Embora a coleta dos dados tenha ocorrido por meio dessa revisão, o tratamento das informações foi conduzido à luz da análise de conteúdo, permitindo uma organização categorial e uma interpretação crítica e sistemática dos achados. Os achados indicam que estruturas como amígdala e hipocampo podem sustentar aspectos do inconsciente coletivo. Conclui-se que essa interlocução oferece subsídios inovadores à saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Neurociência; Inconsciente; Arquétipos; Processos Psíquicos.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Psicologia Analítica, proposta por Carl Gustav Jung, tem sido revisitada à luz dos avanços das neurociências. A possibilidade de que dinâmicas psíquicas descritas por Jung, como o inconsciente e os arquétipos, tenham correspondências neurobiológicas abre novos caminhos de pesquisa.

A neurociência, com seu foco na relação entre comportamento, emoções e memórias, e com o uso de tecnologias de imagem possibilitou um entendimento mais profundo sobre os processos cerebrais, permitindo a correlação entre estados mentais e padrões neurais. Portanto, há potencial para uma avaliação integrada, onde as contribuições da neurociência podem complementar as abordagens junguianas, proporcionando uma visão mais completa dos fenômenos psicológicos.

ISSN 2595-2110

Ao explorar essas convergências, o trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais completa da dinâmica psíquica humana de forma integrada com as bases neurobiológicas. Essa abordagem integrada pode resultar em avanços teóricos e práticos, principalmente na aplicação clínica, permitindo intervenções mais abrangentes e eficazes para o tratamento de distúrbios psicológicos complexos. Neste contexto, surgiu a pergunta: como a neurociência pode se correlacionar com a Psicologia Analítica junguiana no que concerne ao inconsciente?

Diante disso, esta pesquisa busca compreender como os conceitos junguianos do inconsciente podem se correlacionar com os processos cerebrais descritos pela neurociência. O objetivo geral é explorar possíveis conexões entre as dinâmicas do inconsciente (pessoal e coletivo) e as bases neurobiológicas que influenciam o comportamento humano, contribuindo para uma abordagem integrada entre mente e cérebro. Nos objetivos específicos, buscou-se realizar uma revisão de literatura para identificar evidências empíricas que correlacionem os conceitos da Psicologia Analítica junguiana com os circuitos neurais envolvidos, além de explorar as relações entre arquétipos, inconsciente coletivo e a ativação de circuitos neuronais específicos responsáveis pelo controle emocional e comportamento humano.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das possíveis interfaces entre a Psicologia Analítica junguiana e as neurociências, especialmente no que tange à correlação entre arquétipos, inconsciente coletivo e os circuitos neurais envolvidos no controle emocional e no comportamento humano. A proposta visa suprir uma lacuna na literatura ao reunir evidências empíricas que explorem essas conexões. Ao integrar perspectivas simbólicas e neurobiológicas, busca-se ampliar o entendimento dos fundamentos psíquicos e cerebrais da experiência humana. Tal abordagem interdisciplinar contribui para o avanço teórico e prático nas áreas da psicologia e das neurociências.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura foi conduzida através de uma abordagem dialógica entre os conceitos junguianos do inconsciente e os achados da neurociência especialmente os processos neurais ligados à emoção e à cognição inconsciente e interpretados sob a ótica dos arquétipos e das dinâmicas do inconsciente coletivo descritas por Jung.

1.1 Os estudos contemporâneos da neurociência e das relações afetivas e emocionais

A neurociência compreende o estudo do sistema nervoso e suas conexões com a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre o cérebro e o comportamento. Ela também investiga as doenças do sistema nervoso e seus impactos nas funções do indivíduo, buscando métodos de diagnostico, prevenção, tratamento, e as causas e mecanismos dessas doenças (Ventura, 2010). Ao estudar as bases biológicas do comportamento e das emoções, a neurociência oferece um caminho promissor para correlacionar os processos neurais com os aspectos simbólicos e arquetípicos do inconsciente descrito por Jung.

A neurociência, que era conhecida como neurofisiologia até os anos 1990, deu um salto significativo com o avanço das tecnologias de imagem no século XXI, permitindo uma nova compreensão sobre o funcionamento do encéfalo durante diferentes atividades. Desde o século XIX, o encéfalo tem sido investigado, inicialmente

com a Frenologia, que, embora popular, foi refutada por falta de fundamentação científica (Weisz, 2022).

O caminho da investigação científica passou por vários avanços, culminando na descoberta dos neurônios por Camilo Golgi e Santiago Ramón y Cajal, que ganharam o Prêmio Nobel de 1906. Charles Harrington complementou esses estudos com a descoberta das sinapses, que explicam a comunicação entre os neurônios. Nos anos 1950, o nome "neurociências" começou a ser usado, marcando um interesse cada vez maior de várias áreas do conhecimento em entender como o encéfalo influencia pensamentos, emoções e comportamentos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana (Weisz, 2022).

No Brasil, a partir das décadas de 1940 e 1950, a neurociência ganhou impulso com figuras a exemplo de Aristides Pacheco Leão, Hiss Martins Ferreira, Carlos Ribeiro Diniz, e Miguel Covian.Na década de 1970, novos estudiosos surgiram: Carlos Eduardo Rocha Miranda, Eduardo Oswaldo Cruz, Cesar Timo-Iaria e Elisaldo Araújo Carlini (Ventura,2010).

A neurociência tem avançado na compreensão dos processos cerebrais relacionados principalmente ao comportamento, às emoções e às memórias. Muitos fenômenos psíquicos podem ser mapeados em regiões específicas do cérebro, como a relação entre o processamento emocional e estruturas como a amígdala e o hipocampo (Damásio, 2010).

Os referidos mapeamentos são fundamentais para a compreensão da interseção entre as emoções, os estados mentais e as estruturas cerebrais. O autor propõe que as emoções são essenciais para a tomada de decisões e que elas estão diretamente ligadas a estruturas neurais, como a amígdala e o córtex pré-frontal, responsáveis pelo processamento emocional. Essa perspectiva abre espaço para que o inconsciente, tal como concebido por Jung, possa ser compreendido em termos neurobiológicos, especialmente no que diz respeito ao processamento de conteúdos emocionais e simbólicos.

Nesse contexto, a neurociência afetiva surge como um campo fundamental para aprofundar a articulação entre os domínios da mente e do cérebro, contribuindo para a compreensão da complexidade envolvida nessa integração. Essa disciplina destaca a interdependência entre cérebro e mente, propondo modelos como a abordagem de "baixo para cima" (BrainMind), que explora a influência das estruturas cerebrais mais primitivas sobre os processos mentais superiores, e a abordagem de "cima para baixo" (MindBrain), que evidência como estados mentais e cognitivos podem modular a atividade neural. Essa visão integradora reforça a ideia de que mente e cérebro constituem um sistema dinâmico e interconectado, aproximando as formulações contemporâneas da neurociência das concepções simbólicas e arquetípicas da Psicologia Analítica, e evidenciando a influência recíproca entre emoções, cognição e substratos neurobiológicos (Gonçalves, 2021).

1.2 A Psicologia Analítica

A Psicologia Analítica se expressa numa abordagem psicológica fundada por Carl Gustav Jung (1875-1961), psiquiatra e psicoterapeuta suíço que inicialmente colaborou com Sigmund Freud até por volta de 1913 e depois seguiu seu próprio caminho teórico. Até o referido período seus trabalhos fundamentaram-se na compreensão causalista dos fenômenos psicopatológicos com uso de métodos quantitativos, experimentais e a investigação redutiva psicanalítica. (Padua e Serbena, 2018).

Com a publicação do livro "Transformações e Símbolos da Libido" apresenta um novo método de investigação dos fenômenos psíquicos: o método associativo-comparativo. Este método se baseia na filogênese (coletiva, arquetípica) dos elementos psicológicos e aponta para a hipótese de um inconsciente coletivo (humanidade em geral). O método comparativo seria a raiz da amplificação simbólica, que mais tarde seria desenvolvido (Padua e Serbena, 2018).

A construção da teoria de C.G. Jung foi, em grande parte, influenciada por suas próprias vivências ao longo da vida, como relatado em sua obra autobiográfica Memórias, Sonhos, Reflexões, na qual são evidenciados aspectos intrínsecos da psique que se manifestam de forma recorrente em diferentes culturas (Jung, 2016). Essas experiências pessoais contribuíram significativamente para a formulação de conceitos fundamentais da Psicologia Analítica, entre eles a noção de dinâmica psíquica. Essa dinâmica refere-se à interação contínua entre o ego e o Self, entendidos como instâncias estruturais da psique. O Self representa a totalidade da mente, abarcando tanto conteúdos conscientes quanto inconscientes, enquanto o ego, ou "eu", constitui o centro da consciência, sendo responsável pelas ações e percepções conscientes do indivíduo (Jung, 2013). A relação entre essas instâncias é essencial para o processo de individuação, em que o sujeito busca integrar os diversos aspectos da psique em direção a uma totalidade mais equilibrada.

Pela teoria junguiana, o inconsciente se manifesta por meio de símbolos, sonhos e imagens arquetípicas. No caminho da individuação, o indivíduo explora esses elementos para acessar e integrar aspectos profundos de sua psique. Os arquétipos, entendidos como padrões universais comuns a todas as culturas, têm um papel essencial nesse processo, conectando a psique individual ao inconsciente coletivo da humanidade (Karas e Moreira, 2023).

O processo de individuação pode impactar de forma significativa a vida do indivíduo. À medida que a pessoa progride nesse percurso, ela se torna mais ciente de suas motivações, desejos, medos e capacidades. Esse desenvolvimento não apenas reforça a autenticidade e a confiança em si mesma, mas também promove uma visão mais aprofundada sobre seus relacionamentos, valores, espiritualidade e metas pessoais. (Karas e Moreira, 2023)

A Psicologia Analítica destaca a importância dos símbolos e sua relação com o processo de individuação, que integra elementos conscientes e inconscientes e face complexidade dos estímulos simbólicos a abordagem junguiana fornece ferramentas valiosas para interpretar o significado desses símbolos em nossas experiências. (Karas e Moreira, 2023)

O inconsciente pessoal é a parte mais profunda e inacessível da mente individual onde há conteúdos que estão fora da consciência imediata a exemplo de memórias, experiências reprimidas, emoções não processadas e complexos que são padrões emocionais carregados de energia, ligados a eventos passados, que podem influenciar o comportamento e os sentimentos atuais do indivíduo (Jung, 2014).

Acerca do inconsciente coletivo, Jung argumentou que é um nível mais profundo da psique que é compartilhado por toda a humanidade e que o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo estão interconectados e influenciam-se. As imagens e os símbolos que surgem do inconsciente pessoal muitas vezes estão enraizados em arquétipos do inconsciente coletivo (Jung, 2014).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Ferramentas Metodológicas

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo metodológico exploratório. Conforme Arnaut de Toledo e Gonzaga (2011) "a pesquisa se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade". O procedimento metodológico adotado foi a revisão narrativa da literatura, por se tratar de uma abordagem adequada para investigações que visam integrar, contextualizar e discutir diferentes perspectivas teóricas sobre um determinado tema. Essa modalidade de revisão permitiu um levantamento abrangente e reflexivo de produções científicas relevantes, priorizando a profundidade interpretativa sobre a rigidez sistemática. Para o tratamento dos dados extraídos, optou-se pela análise de conteúdo, que possibilitou uma organização categorial e a identificação de padrões conceituais recorrentes nos textos selecionados. A combinação dessas duas estratégias metodológicas justifica-se pela natureza exploratória e interpretativa do estudo, cujo objetivo é articular diferentes campos do saber de forma crítica e integrativa. (Rother, 2007).

A revisão permite uma abordagem ampla, crítica e reflexiva sobre o estado atual do conhecimento em uma determinada área, favorecendo a integração de informações teóricas e empíricas dispersas. Segundo Green, Johnson e Adams (2006), esse tipo de revisão é ideal para investigações em que a síntese do conhecimento existente precisa ser articulada de forma interpretativa e contextualizada, especialmente quando o objetivo é propor novas conexões ou perspectivas. No presente estudo, essa metodologia foi especialmente útil para compreender as interações entre a Psicologia Analítica junguiana e os avanços da neurociência moderna.

Ferrari (2015) enfatiza que a revisão narrativa é uma ferramenta metodológica essencial para a construção de argumentos complexos em áreas ainda em desenvolvimento ou com múltiplas abordagens teóricas. Isso se aplica à presente pesquisa, que visa investigar a interseção entre Psicologia Analítica e neurociência — campos que, apesar de distintos, apresentam pontos de convergência teórica e prática ainda pouco explorados.

Destaca-se a contribuição de Rother (2007) ao enfatizar a flexibilidade da revisão narrativa, que permite uma abordagem interpretativa baseada em critérios subjetivos de relevância e profundidade conceitual. Essa flexibilidade foi essencial para explorar a natureza simbólica dos fenômenos psíquicos descritos por Jung, correlacionando-os com achados das neurociências.

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão foram estabelecidos com o objetivo de selecionar materiais pertinentes, atuais e cientificamente relevantes para a fundamentação da interseção entre Psicologia Analítica e neurociência. Foram incluídos artigos científicos, livros e capítulos de obras acadêmicas publicados nos últimos 15 anos, com ênfase em estudos interdisciplinares que apresentassem rigor metodológico, clareza conceitual e relação direta com os temas centrais da pesquisa: inconsciente, arquétipos, simbolismo, cognição e regulação emocional.

As obras fundamentais de Carl Gustav Jung, como O Homem e Seus Símbolos e Memórias, Sonhos e Reflexões, foram incluídas como pilares teóricos da Psicologia

Analítica. Além disso, foram priorizados trabalhos disponíveis nas bases de dados PsycINFO, SciELO e PePSIC que atendessem aos descritores selecionados e demonstrassem, de maneira explícita, a correlação entre fenômenos psíquicos junguianos e mecanismos neurocientíficos.

Foram excluídos materiais que não tratassem da inter-relação entre Psicologia Analítica e neurociência, publicações de cunho exclusivamente clínico ou terapêutico sem respaldo teórico, ensaios opinativos sem revisão por pares, estudos com metodologia inadequada ou com baixa relevância científica, além de documentos fora do recorte temporal estabelecido. Essa filtragem vou garantir a consistência e a profundidade conceitual do corpus da pesquisa.

2.3 Procedimentos de Busca e Seleção

Os procedimentos de busca e seleção foram organizados em cinco etapas principais, a fim de garantir um levantamento sistematizado e criterioso da literatura relevante:

1. Escolha das bases de dados: foram selecionadas as plataformas PsycINFO, SciELO, PePSIC e PubMed por abrangerem ampla gama de publicações científicas nas áreas da psicologia, neurociência e ciências humanas.
2. Definição dos descritores e operadores booleanos: foram utilizados os seguintes descritores: Psicologia Analítica, Neurociência, Inconsciente Coletivo, Arquétipos, Simbologia, Jung, Processos Psíquicos, Emoções, Cognição e Atividade Neural. As expressões foram combinadas com operadores booleanos (AND, OR, NOT) para refinar as buscas. Exemplos: “Psicologia Analítica AND Neurociência”, “Arquétipos AND Cognição”, “Simbologia AND Atividade Cerebral”.
3. Aplicação de filtros: os filtros aplicados incluíram: data de publicação (últimos 15 anos), idioma (português, inglês e espanhol), tipo de documento (artigos revisados por pares, livros acadêmicos, capítulos de livros e dissertações).
4. Leitura dos títulos e resumos: após a recuperação inicial dos materiais, foi realizada a leitura dos títulos e resumos para identificação preliminar dos documentos potencialmente relevantes. Essa etapa permitiu uma triagem rápida dos estudos mais alinhados com os objetivos da pesquisa.
5. Leitura integral e seleção final: os documentos selecionados na triagem foram lidos integralmente. Após essa leitura, os textos que cumpriam os critérios de inclusão e apresentavam alta qualidade científica foram selecionados para compor o corpus da análise. Ao final do processo, foram selecionados aproximadamente 25 estudos considerados essenciais para a construção do referencial teórico e da discussão analítica da presente pesquisa.

2.4 Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise categorial de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011). Essa técnica visa classificar os dados em categorias que expressem os significados latentes e manifestos das mensagens presentes nos textos analisados, permitindo uma interpretação estruturada e fundamentada.

O processo de análise foi dividido nas seguintes fases:

1. Leitura exploratória: leitura geral de todos os textos selecionados, visando familiarização com os conteúdos e identificação de temas recorrentes.
2. Codificação inicial: seleção e marcação de trechos textuais relacionados aos principais conceitos da Psicologia Analítica (inconsciente coletivo, arquétipos, símbolos, processo de individuação) e da neurociência (atividade cerebral inconsciente, regulação afetiva, padrões neurais, cognição simbólica).
3. Construção de categorias temáticas: agrupamento dos trechos codificados em categorias que refletissem convergências conceituais, como por exemplo:
    a. Inconsciente coletivo e redes neurais inconscientes;
    b. Arquétipos e codificação simbólica no cérebro;
    c. Emoções e regulação neuropsicológica;
    d. Processo de individuação e neuroplasticidade.
4. Análise e interpretação dos dados: cada categoria foi analisada à luz das teorias junguianas e dos achados neurocientíficos, buscando relações conceituais, pontos de interseção e possíveis complementaridades entre os campos.
5. Síntese e organização dos resultados: os achados foram organizados em eixos temáticos interdisciplinares, permitindo uma visão integrada das contribuições teóricas e empíricas dos autores analisados.

Essa abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo, permitiu uma interpretação aprofundada e crítica do material, favorecendo a elaboração de inferências relevantes sobre a inter-relação entre Psicologia Analítica e neurociência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo investigativo evidencia a profunda articulação entre a Psicologia Analítica, especialmente a proposta junguiana, e os avanços contemporâneos da Neurociência. Embora oriundas de campos epistemológicos distintos — um de base simbólica e fenomenológica, outro de caráter empírico e funcional — ambas as áreas convergem na tentativa de compreender a constituição subjetiva, os mecanismos psíquicos e a busca humana por sentido. O diálogo entre essas disciplinas não apenas amplia a compreensão da psique, mas também oferece um campo fértil para abordagens terapêuticas mais integrativas (Cozolino 2007).

As pesquisas atuais em Neurociência permitem observar que diversas funções cerebrais relacionadas à emoção, memória e identidade apresentam conexões conceituais com estruturas psíquicas junguianas, como os arquétipos, o inconsciente coletivo e o processo de individuação. Tais correspondências, longe de invalidarem a natureza simbólica da psicologia junguiana, demonstram que os conceitos formulados por Jung podem ser compreendidos como representações arcaicas e intuições profundas que se manifestam também em substratos neurais. A articulação entre esses campos permite vislumbrar um modelo mais abrangente de ser humano — um ser que é simultaneamente biológico, psicológico, simbólico e social (Padua e Serbena, 2018).

3.1 Inconsciente coletivo e Atividade subcortical

O conceito de inconsciente coletivo, introduzido por Jung (2011), representa uma das principais contribuições da Psicologia Analítica (Karas e Moreira, 2023). Diferente do inconsciente pessoal freudiano, o inconsciente coletivo refere-se a uma camada profunda da psique, composta por conteúdos universais e herdados — os arquétipos. Essas estruturas inatas funcionariam como matrizes que moldam a experiência

humana, independentemente da cultura ou do contexto individual. Embora esse conceito tenha sido inicialmente desenvolvido no campo simbólico e mitopoético, evidências da neurociência moderna têm oferecido novos ângulos para compreendê-lo.

A atividade das regiões subcorticais do cérebro, como a amígdala e o hipocampo, tem sido associada a processos automáticos de resposta emocional e à formação de memórias implícitas. Segundo Damásio (2010), essas estruturas participam da codificação de experiências afetivas de modo não consciente, modulando reações que frequentemente não passam pelo crivo da racionalidade. Gonçalves (2021) também aponta que tais regiões desempenham papel essencial na memória emocional, elemento fundamental na estruturação de padrões psíquicos repetitivos. Essa constância no modo de resposta a determinados estímulos pode ser considerada uma manifestação neurofisiológica de conteúdos arquetípicos. Nesse sentido, é possível considerar que o inconsciente coletivo não seja apenas uma construção simbólica, mas um reflexo de sistemas cerebrais primitivos responsáveis por manter a espécie em estado de vigilância e adaptação. A amígdala, por exemplo, tem papel decisivo na identificação de ameaças e na produção de reações automáticas como o medo. Essa função adaptativa pode estar na base de padrões emocionais universais compartilhados entre culturas, como o arquétipo do herói diante do perigo ou o da mãe protetora diante da ameaça (Cozolino, 2010).

As pesquisas de Phelps e LeDoux (2005) sugerem que essas estruturas cerebrais, em especial a amígdala, não apenas respondem a estímulos, mas participam ativamente da construção de significados emocionais a partir de memórias arcaicas. Assim, o que Jung concebia como manifestações de um inconsciente coletivo pode ser ressignificado como padrões neuroemocionais herdados, profundamente gravados no funcionamento subcortical e atualizados em experiências relacionais e simbólicas (Cozolino, 2017).

A psicóloga Aurea Caetano (2018) complementa essa visão ao indicar que, na prática clínica junguiana, o passado é reconstruído no encontro com o outro, especialmente na relação terapêutica. Essa reconstrução está em consonância com a plasticidade neural, já que o cérebro é capaz de reorganizar padrões emocionais mesmo em idade adulta, quando imerso em contextos relacionais seguros. A ação terapêutica, nesse sentido, também atua sobre estruturas subcorticais, facilitando a ressignificação de conteúdos emocionais inconscientes.

Portanto, o inconsciente coletivo pode ser concebido não apenas como uma herança psíquica universal, mas como um campo de ressonância neuroafetiva, no qual experiências ancestrais e memórias emocionais se entrelaçam, moldando o comportamento humano em níveis profundos e invisíveis. Esse entendimento promove uma interface fecunda entre simbologia junguiana e biologia cerebral, superando visões reducionistas (Ventura, 2010).

Observa-se que o reconhecimento de padrões emocionais herdados amplia a compreensão da subjetividade humana. O inconsciente coletivo não é apenas um repositório de imagens mitológicas, mas um campo de potencialidades afetivas compartilhadas, sustentadas por estruturas cerebrais que favorecem a repetição de experiências universais em contextos culturais diversos. O diálogo com a neurociência permite, assim, atualizar e enriquecer esse conceito sem diluir sua complexidade simbólica (Weisz, 2022).

3.2 Arquétipos e Padrões neurais

Os arquétipos, segundo Jung (2011), são formas estruturantes da psique humana, representações simbólicas universais que organizam a experiência e orientam comportamentos e emoções. São expressos por imagens e motivos recorrentes em mitos, sonhos, religiões e narrativas culturais. Na perspectiva junguiana, essas formas não são adquiridas por aprendizado, mas herdadas, compondo o núcleo do inconsciente coletivo. A universalidade e a previsibilidade dessas imagens indicam sua ligação com estruturas cognitivas e afetivas profundas (Gonçalves, 2020).

A neurociência contemporânea tem identificado padrões neurais que se repetem diante de estímulos afetivos, sensoriais e simbólicos, sugerindo a existência de "modelos internos" de resposta. Gonçalves (2021) aponta que redes neurais envolvendo o córtex pré-frontal e o sistema límbico são responsáveis por moldar reações emocionais que transcendem a experiência individual. Essas redes operam como estruturas organizadoras da experiência, permitindo que o cérebro reaja de maneira coerente a contextos semelhantes, em uma espécie de “moldura simbólica” (Gonçalves, 2022).

Damásio (2010) propõe que os sentimentos são representações neurais de estados corporais, construídas com base na experiência, mas ancoradas em disposições inatas. A partir dessa perspectiva, os arquétipos poderiam ser compreendidos como formas arcaicas internalizadas, que emergem quando determinadas redes neurais são ativadas por símbolos ou situações que evocam significados profundos e universais. Isso explicaria, por exemplo, por que narrativas mitológicas distintas evocam emoções similares em pessoas de diferentes culturas.

Pesquisas com neuroimagem funcional indicam que certos padrões cerebrais se repetem durante a exposição a símbolos religiosos, imagens maternas ou figuras heroicas, ativando áreas relacionadas à empatia, recompensa e tomada de decisão. Essas descobertas sugerem que os arquétipos têm correspondentes neurofisiológicos que ajudam a explicar sua força afetiva e sua persistência ao longo da história humana. Não se trata, portanto, de negar seu caráter simbólico, mas de reconhecer que a simbologia psíquica é sustentada por circuitos cerebrais específicos.

O trabalho de Cozolino (2010) reforça essa articulação ao defender que o cérebro é moldado por experiências relacionais e simbólicas, e que a repetição de padrões emocionais fortalece conexões neurais duradouras. Isso implica que os arquétipos não apenas emergem de uma herança biológica, mas também são reforçados e atualizados pelo ambiente sociocultural e pelos vínculos interpessoais. A plasticidade sináptica permite que essas estruturas simbólicas evoluam, mesmo sendo enraizadas em predisposições universais (Gonçalves, 2020).

O conceito de “representações internas” discutido por autores como LeDoux também aponta para a possibilidade de o cérebro formar esquemas emocionais que se repetem e moldam o comportamento. Esses esquemas, quando analisados à luz da Psicologia Analítica, podem ser lidos como expressões arquetípicas — modos ancestrais de interpretar e reagir ao mundo.

A associação entre arquétipos e padrões neurais oferece, portanto, uma via integrativa para compreender a formação da subjetividade. Ela supera o dualismo entre natureza e cultura, reconhecendo que os símbolos arquetípicos são, ao mesmo tempo, biologicamente condicionados e culturalmente elaborados. Essa interseção amplia a aplicabilidade dos conceitos junguianos no campo clínico e educacional.

Afirma-se que a abordagem junguiana, ao propor a existência de estruturas psíquicas universais, antecipou hipóteses que hoje são exploradas pela neurociência de maneira empírica. A convergência entre essas áreas legitima uma compreensão mais ampla do funcionamento mental, que leva em consideração tanto os aspectos simbólicos quanto os fisiológicos da existência humana.

3.3 Símbolos, mitos e processamento de memória

Na perspectiva da Psicologia Analítica, os símbolos ocupam papel central na constituição da psique e na mediação entre o consciente e o inconsciente. Para Jung (2011), o símbolo é a melhor expressão possível de um conteúdo psíquico desconhecido, sendo, portanto, uma ponte para o autoconhecimento. Os mitos, por sua vez, são narrativas simbólicas coletivas que traduzem experiências universais por meio de imagens arquetípicas. Ambos têm a função de integrar conteúdos inconscientes à consciência, promovendo equilíbrio psíquico e desenvolvimento interior.

Do ponto de vista da neurociência, a memória simbólica pode ser compreendida como a forma pela qual o cérebro organiza experiências significativas, atribuindo-lhes valor emocional e associando-as a imagens ou narrativas que facilitam sua evocação. Pesquisas de Cozolino (2010) demonstram que o cérebro humano é projetado para contar histórias: a organização narrativa dos fatos facilita tanto o armazenamento quanto a recuperação de memórias. Essa capacidade simbólica está intimamente relacionada às funções do hipocampo e do córtex pré-frontal, áreas envolvidas na integração entre emoção, linguagem e memória.

A experiência simbólica, portanto, não se limita ao campo cultural ou mitológico; ela possui bases neurobiológicas que estruturam a cognição e a afetividade. Ao associar uma experiência emocional a uma imagem simbólica — como um animal, um herói ou um objeto sagrado — o cérebro estabelece conexões sinápticas duradouras que facilitam sua consolidação na memória de longo prazo. Essa codificação simbólica permite que a experiência emocional seja processada, ressignificada e reintegrada ao self.

Os mitos, quando analisados sob essa ótica, funcionam como mapas afetivos e cognitivos que auxiliam o sujeito a dar sentido ao caos psíquico. Jung (2011) argumenta que os mitos não são apenas expressões artísticas, mas manifestações vivas do inconsciente coletivo. Ao contar e escutar mitos, o indivíduo ativa imagens arquetípicas que repercutem em sua estrutura emocional e favorecem o enfrentamento de conflitos internos. Na neurociência, esse fenômeno se relaciona à ativação do sistema de recompensa cerebral, que responde positivamente à resolução simbólica de dilemas existenciais.

Damásio (2010) reforça a ideia de que a construção de sentido está diretamente relacionada às emoções que moldam a experiência. A capacidade de encontrar significado simbólico em eventos traumáticos ou dolorosos é um fator protetivo contra o sofrimento psíquico crônico. Isso indica que a função simbólica não é apenas estética ou intelectual, mas profundamente terapêutica — facilitando a regulação emocional e a resiliência neural. Nesse ponto, a interface entre mito e neurociência mostra-se particularmente relevante para a psicoterapia.

Aurea Caetano (2018) acrescenta que o símbolo tem a capacidade de organizar a narrativa do self. Em contextos clínicos, quando o paciente é convidado a representar seus conflitos por meio de imagens simbólicas — seja através de desenhos, sonhos ou

associações — ocorre uma reorganização da experiência psíquica. Tal processo implica não apenas mudanças cognitivas, mas também alterações neurofuncionais, à medida que novas conexões são estabelecidas entre as redes cerebrais responsáveis por emoção, linguagem e identidade.

Além disso, o papel dos símbolos na mediação entre trauma e cura também vem sendo investigado por estudos de neuroplasticidade. Experiências simbólicas que envolvem rituais, arte ou espiritualidade ativam áreas cerebrais associadas à integração e ao bem-estar, promovendo reorganização funcional e alívio do sofrimento. Isso reforça a ideia de que os símbolos atuam como operadores psiconeurais que transformam estados de fragmentação em estados de coesão subjetiva.

Portanto, os símbolos e mitos, longe de serem apenas vestígios culturais, representam ferramentas de reorganização emocional e neural. A presença na história humana é apoiada pela teoria junguiana e pela neurociência, mostrando que a busca por sentido é um imperativo biológico e psíquico manifestado na linguagem simbólica.

3.4 Individuação e Regulação Cognitivo-Emocional

O processo de individuação, na Psicologia Analítica, representa a trajetória de desenvolvimento psíquico em direção à totalidade e à autorrealização. Segundo Jung (2011), individuar-se significa tornar-se aquilo que se é em potencial, integrando os aspectos conscientes e inconscientes da personalidade. Esse processo busca autenticidade e equilíbrio entre razão e emoção, anima e animus, persona e sombra.

A neurociência contemporânea, especialmente em estudos sobre autorregulação emocional e consciência de si, oferece contribuições importantes para compreender a individuação em termos biológicos. Gonçalves (2021) discute a importância das funções executivas do córtex pré-frontal na capacidade de refletir sobre si, planejar ações, inibir impulsos e avaliar consequências — competências essenciais para o amadurecimento psicológico. Tais funções são fundamentais no processo de individuação, pois permitem que o sujeito se distancie de padrões automáticos e passe a atuar de modo mais consciente e integrado.

O desenvolvimento da autorregulação emocional também é facilitado pela integração entre o sistema límbico e as regiões corticais superiores. Damásio (2010) argumenta que o equilíbrio emocional depende da comunicação eficaz entre o "cérebro racional" e o "cérebro emocional". Essa integração favorece a construção de uma identidade coesa, capaz de suportar tensões internas sem colapsar. Tal capacidade corresponde, na teoria junguiana, à progressiva integração dos complexos inconscientes e à ampliação da consciência.

O processo de individuação é, portanto, também um processo neurobiológico de reorganização das conexões cerebrais em direção ao autocontrole, à empatia e à capacidade simbólica. A neuroplasticidade, conceito-chave da neurociência, evidencia que o cérebro é capaz de se remodelar continuamente, especialmente em resposta a experiências emocionais significativas e a práticas reflexivas, como a meditação, a psicoterapia ou a expressão artística — todas comumente utilizadas na abordagem junguiana.

Aurea Caetano (2018) observa que a escuta analítica, ao promover um ambiente de confiança e espelhamento simbólico, favorece o surgimento de novas narrativas de si, mais coerentes e integradoras. Esse processo, além de psíquico, é também cerebral: estudos indicam que a nomeação das emoções e a reflexão sobre experiências passadas ativam o córtex pré-frontal medial, promovendo maior autorregulação e

diminuição da reatividade emocional. Tal reorganização cerebral é um reflexo do avanço no processo de individuação.

Cozolino (2010) destaca que o cérebro social é profundamente moldado pelas relações. O self não se constrói no isolamento, mas no encontro com o outro. A individuação, portanto, não é um movimento de separação, mas de diferenciação relacional. Isso está em consonância com a ideia junguiana de que o encontro com os arquétipos e com a alteridade simbólica é essencial para a constituição do self. A relação terapêutica, nesse contexto, é um campo de ressonância entre cérebros e psiques que favorece a transformação.

Outro ponto importante é que a individuação exige tolerância à ambiguidade, ao paradoxo e ao desconhecido — competências associadas à maturidade emocional e ao funcionamento integrado de múltiplas regiões cerebrais. A habilidade de sustentar opostos sem colapsar em um deles é tanto uma conquista analítica quanto neurofuncional. Estudos de neuroimagem sugerem que sujeitos mais resilientes apresentam maior conectividade entre as redes de modo padrão e de controle executivo, indicando maior flexibilidade mental e capacidade de introspecção.

Esse conteúdo pode ser organizado no seguinte quadro seguinte.

Quadro 1 - Correspondências entre Psicologia Analítica e Neurociência

Conceito da Psicologia Analítica	Descrição	Correspondência na Neurociência	Neuroanatomia funcional
Inconsciente Coletivo	Camada profunda da psique composta por arquétipos universais herdados (Jung, 2011).	Processamento automático do cérebro em áreas responsáveis por padrões emocionais herdados (Damásio, 2010). Detecção e avaliação de estímulos emocionais, modulando respostas como medo e ansiedade (Phelps; Ledoux, 2005).	**Amígdala e Hipocampo** - Regulação emocional e armazenamento de memórias inconscientes.
Arquétipos	Padrões universais de comportamento e imagens simbólicas que estruturam a psique humana (Jung, 2013).	Redes neurais responsáveis por respostas emocionais e padrões de cognição recorrentes (Gonçalves, 2021).	**Sistema Límbico e Córtex Pré-frontal** - Processamento emocional e tomada de decisões baseadas em padrões inconscientes.
Simbologia e Mitos	Expressões do inconsciente coletivo que influenciam o desenvolvimento psicológico e cultural (Jung, 2014).	O córtex temporal e o hipocampo associam emoções a memórias e narrativas estruturadas, permitindo a criação e ressignificação de mitos e símbolos (Damásio, 2010).	**Córtex Temporal e Hipocampo** - Codificação e evocação de memórias simbólicas e emocionais.
Individuação	Processo de integração do inconsciente com a consciência para o desenvolvimento do	O córtex pré-frontal desempenha papel central na regulação emocional, tomada de decisões e construção da	**Córtex Pré-frontal** - Controle executivo, autorregulação emocional e

ISSN 2595-2110

	self e realização pessoal (Jung, 2013).	identidade pessoal (Gonçalves, 2021).	desenvolvimento da identidade.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a Psicologia Analítica e a Neurociência, embora fundamentadas em paradigmas distintos — simbólico e biológico —, apresentam pontos de convergência relevantes na compreensão da mente humana. A perspectiva junguiana, ao destacar o papel do inconsciente, dos arquétipos e dos símbolos, complementa os achados neurocientíficos que evidenciam a importância das emoções, da memória e da autorregulação na constituição do self. Observou-se que estruturas cerebrais envolvidas no processamento emocional e mnemônico podem oferecer sustentação biológica a conceitos clássicos da Psicologia Analítica, como o inconsciente coletivo. O diálogo entre essas áreas, portanto, contribui para uma compreensão ampliada e integrada da psique, articulando dimensões subjetivas e objetivas, simbólicas e neurofisiológicas.

Do ponto de vista clínico e científico, essa integração abre novas possibilidades terapêuticas, ao permitir abordagens mais abrangentes que considerem tanto os conteúdos internos e simbólicos do paciente quanto os processos neurais que lhes dão suporte. Além disso, fortalece a legitimidade de práticas introspectivas, ao demonstrar que essas experiências têm correlações mensuráveis no funcionamento cerebral. Conclui-se, assim, que a aproximação entre Psicologia Analítica e Neurociência não implica uma unificação teórica, mas sim uma complementaridade frutífera, capaz de enriquecer o entendimento da complexidade humana em suas múltiplas dimensões — biológica, psíquica, emocional e simbólica.

Entretanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível identificar algumas limitações, especialmente a escassez de estudos que abordem diretamente a interface entre conceitos junguianos e evidências neurocientíficas atuais. Essa lacuna exigiu um esforço interpretativo considerável, bem como a construção de pontes conceituais fundamentadas em diferentes fontes teóricas. Nesse sentido, recomenda-se que futuras investigações avancem na realização de estudos empíricos — tanto de natureza qualitativa quanto experimental — que explorem mais profundamente as correlações entre vivências simbólicas, estados subjetivos e padrões de ativação neural. Tais estudos poderão consolidar ainda mais o diálogo interdisciplinar entre essas duas áreas do conhecimento e ampliar suas aplicações teóricas e clínicas.

REFERÊNCIAS

ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; GONZAGA, M. T. C. (Orgs.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011. 277 p. ISBN 978-85-7628-374-4.

CAETANO, Aurea Afonso M. O erro na Psicologia Analítica: sombra ou luz? Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica – **Junguiana**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 39–46, 2º sem. 2018. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252018000200003. Acesso em: 2 abr. 2025.

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, out. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

CAETANO, Luciana. Neurociência e afetividade na escola: como construir competências socioemocionais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan. 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/1/neurociencia-e-afetividade-na-escola-como-construir-competencias-socioemocionais. Acesso em: 20 dez. 2024.

COZOLINO, Louis. **A neurociência da psicoterapia:** construção e reconstrução do cérebro social. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

COZOLINO, Louis. N**eurociência e psicoterapia:** como o cérebro cria a mente. 2. ed. São Paulo: WAK Editora, 2010.

COZOLINO, Louis. **O cérebro social:** como as relações moldam o nosso cérebro e influenciam nosso comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes:** emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAMÁSIO, António. **O mistério da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 230–235, 2015. DOI: 10.1179/2047480615Z.000000000329.

GONÇALVES, Guilherme Silva. Emoção e neurociência: uma ponte com a psicologia junguiana. **Revista Junguiana**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 45-60, 2020.

GONÇALVES, Guilherme Silva. Imaginário, arquétipos e neurociência: possíveis diálogos. **Revista Estudos Junguianos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 35-50, 2022.

GONÇALVES, Guilherme Silva. Os instintos nas neurociências afetivas e na Psicologia Analítica. **Junguiana**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 117-130, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252021000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2024.

GREEN, B. N.; JOHNSON, C. D.; ADAMS, A. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 101–117, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0899-3467(07)60142-6. Acesso em: 4 abr. 2025.

JUNG, Carl Gustav. **Aion:** estudos sobre o si mesmo. Obras Completas, v. 9/2. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **A psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Obras Completas, v. 7/2. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KARAS, L.; MOREIRA, T. Vida e obra de Jung: sobre Psicologia Analítica e contemporaneidade. **Cadernos de Psicologias**, n. 4, 2023. Disponível em: https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/a-vida-e-obra-de-jung-sobre-a-psicologia-analitica-contemporaneidade/. Acesso em: 24 jan. 2025.

PADUA, Elisângela Sousa Pimenta de; SERBENA, Carlos Augusto. Reflexões teóricas sobre a Psicologia Analítica. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 123-130, jan. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2025.

PHELPS, Elizabeth A.; LEDOUX, Joseph E. Contributions of the amygdala to emotion processing: from animal models to human behavior. **Neuron**, v. 48, n. 2, p. 175–187, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.neuron.2005.09.025. Acesso em: 4 abr. 2025.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001. Acesso em: 4 abr. 2025.

VENTURA, Dora Fix. Um retrato da área de neurociência e comportamento no Brasil. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 26, especial, p. 123-129, 2010.

WEISZ, Isabel Cristina. Do surgimento das neurociências às bases da neuropedagogia: uma trajetória. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 13, 12 abr. 2022. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/13/do-surgimento-das-neurociencias-as-bases-da-neuropedagogia-uma-trajetoria. Acesso em: 24 jan. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Sandra Maria Rosa de Aguiar**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Gabriel Alves Primo**, Psicólogo, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Piettro Ribeiro Lamonier**, Psicólogo, Especialista, Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax.

ISSN 2595-2110

DA OBSERVAÇÃO À INTERVENÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO INSTITUCIONALIZADO

Lusmara da Silva França
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este trabalho apresenta as experiências acadêmicas desenvolvidas na disciplina de Intervenção Psicossocial, do curso de Psicologia da CEULP-ULBRA, em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada em Palmas/TO. O objetivo foi realizar três intervenções psicossociais com os residentes, visando promover bem-estar, fortalecer vínculos e valorizar suas histórias de vida. A metodologia incluiu visitas diagnósticas, diálogos com gestores e residentes, além de uma pesquisa de clima organizacional com a equipe da instituição. Os resultados evidenciam a relevância dessas ações, reforçando a necessidade de práticas humanizadas e da colaboração entre instituições, profissionais e políticas públicas para assegurar os direitos dos idosos em instituições de longa permanência.

Palavras-chave: Intervenção psicossocial; ILPI; Envelhecimento; Idosos.

INTRODUÇÃO

Envelhecer faz parte do processo natural do existir, mas hábitos culturais e sociais influenciam significativamente a forma como esse envelhecimento se manifesta. Nas sociedades contemporâneas, o aumento da população com mais de 60 anos é apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2009) como um dos maiores desafios do século XXI. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) evidenciam esse crescimento constante, indicando a necessidade de uma rede de atenção ao idoso mais ampla, integrada e humanizada.

Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) surgem como alternativa essencial, oferecendo acolhimento a indivíduos que, por diversas razões, não dispõem de uma rede familiar de apoio adequada. Historicamente, segundo Araújo, Faro e Souza (2010), essas instituições foram concebidas com caráter assistencialista, voltadas à segurança física e social dos residentes. Contudo, diante das novas demandas do envelhecimento contemporâneo, é necessário que transcendam esse papel inicial, incorporando práticas que promovam autonomia, participação social e valorização das particularidades de cada indivíduo.

De acordo com Corrêa et al. (2002), é fundamental incentivar a participação social, a autonomia e o fortalecimento das capacidades cognitivas e emocionais dos idosos, promovendo um envelhecimento ativo. Nesse sentido, a intervenção psicossocial nas ILPIs deve ir além do assistencialismo, contemplando ações que promovam bem-estar, dignidade e autonomia dos residentes.

O presente artigo relata uma intervenção psicossocial realizada em uma ILPI de Palmas, Tocantins, como parte das atividades da disciplina de Intervenção Psicossocial

ISSN 2595-2110

do curso de Psicologia da CEULP-ULBRA. O estudo teve como objetivos compreender o funcionamento da instituição, identificar necessidades psicossociais e desenvolver ações capazes de fortalecer vínculos interpessoais, valorizar a trajetória de vida e promover o bem-estar biopsicossocial dos residentes.

A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, incluindo observação participante, escuta ativa e dinâmicas de grupo. Fundamentada nos preceitos da Psicologia Social e na ética do cuidado humanizado, a intervenção buscou ampliar a expressão da subjetividade dos idosos e criar um ambiente afetivo e participativo, sustentando a ideia de que um envelhecimento digno depende da integração entre instituições, profissionais e políticas públicas comprometidas com a valorização da vida e da história de cada idoso.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Envelhecer não se resume apenas aos aspectos biológicos, ao adoecimento do corpo e às limitações físicas, mas também abrange fatores psicológicos e cognitivos, bem como mudanças sociais e culturais. Em consonância com essa ideia, Escorsim (2017, p. 53) declara que "o processo de envelhecimento extrapola a condição de mero ciclo biológico, sendo um fenômeno humano e social, multifacetado por expressões sociais e significações culturais construídas na sociedade." Isso significa que é fundamental entender a velhice sob os ângulos histórico, político, econômico e cultural, uma vez que esses fatores influenciam diretamente a percepção e o tratamento da pessoa velha.

O envelhecimento populacional, nas últimas décadas, se tornou um dos fenômenos sociais mais importantes da contemporaneidade, exigindo, portanto, transformações estruturais nas políticas públicas e nas práticas de cuidado voltadas à pessoa idosa. Segundo a Organização das Nações Unidas (2009), o aumento da população com mais de 60 anos é uma das mais significativas transformações demográficas do século XXI. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), esse crescimento é constante e evidencia a necessidade de uma rede de atenção que seja humanizada e que proporcione dignidade e qualidade de vida.

O cuidado da pessoa idosa não é uma questão opcional, pelo contrário é um direito garantido constitucionalmente, no artigo 230 da Constituição Federal de 1988, que determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à pessoa idosa a proteção integral, com respeito, dignidade e participação na comunidade (Brasil, 1988). Reforçando esse direito o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reafirma esse compromisso ao garantir direitos essenciais e ao orientar as políticas públicas de acolhimento e proteção. E é nesse sentido, que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) se figuram como necessárias, pois recebem aqueles que não têm, por diversas razões, uma rede familiar que seja capaz de oferecer o cuidado diário que necessitam.

Fagundes (2017, apud Sousa Filho et al., 2022, p. 4) define ILPI como:

> [...]um estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público-alvo é pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes nas atividades de vida diária, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Pode-se definir ILPI também como uma instituição governamental ou não, que apresenta caráter residencial e visa o domicílio coletivo de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, com

ISSN 2595-2110

> ou sem suporte familiar, promovendo condições de liberdade, dignidade e cidadania.

Essa definição evidencia que as ILPIs têm como objetivo oferecer um ambiente seguro e estruturado para idosos que não dispõem de suporte familiar ou condições para permanecer em seu domicílio. Além disso, ressalta-se que essas instituições devem ir além do cuidado básico, promovendo a autonomia, a dignidade e a cidadania dos residentes.

A institucionalização de idosos no Brasil permanece relativamente restrita em termos populacionais, embora revele desigualdades significativas entre as regiões do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2024), aproximadamente 160.784 pessoas residiam em instituições de longa permanência para idosos, representando apenas 0,5% da população com mais de 60 anos. Observa-se, entretanto, que essa realidade não é uniforme: no Sudeste, residem 57,5% das pessoas em asilos, enquanto a região Sul concentra 24,8%. Essas diferenças refletem, sobretudo, a estrutura familiar, o grau de urbanização e o acesso às instituições, evidenciando que fatores socioeconômicos e demográficos influenciam diretamente a decisão pela institucionalização.

Essa realidade é reforçada pela análise de Christophe (2009, apud Carvalho, 2012, p. 83), que evidencia a cobertura insuficiente das ILPIs nos municípios brasileiros. No Nordeste, menos de 10% das cidades possuem instituições de longa permanência, enquanto no Sul esse percentual não ultrapassa 25%. Em ambas as regiões, a faixa etária de 80 anos ou mais representa a maior proporção de residentes, predominando mulheres, o que indica a necessidade de políticas direcionadas à população idosa mais longeva e vulnerável.

No contexto da região Norte, o município de Palmas, capital do Tocantins, exemplifica as lacunas existentes. Com uma população superior a 323 mil habitantes (IBGE, 2024, online), a cidade não dispõe atualmente de ILPIs públicas, contrariando as diretrizes legais. Essa ausência motivou recomendação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac), exigindo a implementação imediata de instituições de acolhimento para idosos (DPE-TO, 2023). Para o defensor público Neuton Jardim, a falta desse serviço caracteriza descumprimento da Constituição Federal, que assegura proteção e direitos básicos à pessoa idosa, bem como a Lei Municipal nº 1.888/2012 que estabelece que "o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal competente, desenvolverá políticas de atendimento e amparo ao idoso, em colaboração com entidades beneficentes e assistenciais" (Palmas, 2012, art. 1º).

No Brasil, segundo Born (1996 apud Alcântara, 2003, p. 25):

> A partir da década de 1960, quando se inicia a organização da Sociedade de Geriatria, mais tarde transformada em Geriatria a Gerontologia, começam a surgir as primeiras clínicas geriátricas e casas de repouso, não filantrópicas. A institucionalização da velhice deixa de ser apenas uma prática filantrópica e passa a se transformar também em fonte de renda, considerando o aumento desta população à mercê de cuidados especiais, acompanhado da impossibilidade da família em arcar com este aparato. A crescente procura pelo internamento tem motivado a criação de instituições de longa permanência, sobretudo, com fins lucrativos.

Esses dados evidenciam que a velhice no Brasil não foi institucionalizada somente por motivos assistenciais, mas também por razões econômicas e sociais. Esse

contexto ajuda a entender os obstáculos que as ILPIs enfrentam para oferecer um cuidado que seja tanto humanizado quanto apropriado às necessidades dos idosos.

Passos e Guedes (2018, p. 70), ao problematizar o fenômeno e oferecer uma perspectiva histórica, ressaltam que, nas últimas décadas, a dinâmica do cuidado familiar sofreu mudanças significativas, especialmente em razão da maior participação da mulher no mercado de trabalho. Esta mudança histórica diminuiu a oferta de cuidados privados não remunerados, que eram majoritariamente prestados por familiares, especialmente, as mulheres. O aumento da população idosa fez crescer consideravelmente a necessidade de cuidado, o que tornou evidente que era preciso contar com instituições que atendessem a essas necessidades, proporcionando aos idosos não apenas cuidado físico, mas também social e emocional.

Alcântara (2003, p. 31) destaca, porém, que:

> A prioridade é que o velho permaneça com a família e junto à comunidade. Daí a necessidade de se fomentar serviços voltados para a modalidade não asilar, ou seja, centros de convivência, centros de cuidados diurnos, atendimento domiciliar, enfim, outras formas de atenção que promovam a integração do segmento idoso na família e na sociedade.

Neste sentido, entende-se que a institucionalização não pode ser vista como a única opção de cuidado para a pessoa idosa. É essencial garantir que o idoso permaneça com sua família e na comunidade, mantendo seus laços afetivos e sua função social. Essa proposta pode ser aprimorada com políticas públicas que foquem na criação e na manutenção de serviços destinados à população idosa, como centros de convivência, atendimentos domiciliares e cuidados diurnos, que favorecem a integração social, a valorização da autonomia e a qualidade de vida.

No entanto, em diversas situações, a institucionalização ainda é essencial, conforme destaca Born (2000, apud Alcântara, 2003), "nem todas as famílias, em face das condições psicossociais e econômicas, estão preparadas para manter seus velhos e, diante desta impossibilidade, uma das opções encontrada é o internamento asilar."

Essa decisão, porém, de acordo com Lima (1988, apud Alcântara 2003) pode gerar sentimento de culpa, remorso e medo de julgamento, tanto para os familiares quanto para os próprios idosos, que frequentemente interpretam a medida como abandono. Nesse contexto, Alcântara (2003) ressalta que, mesmo quando a institucionalização se torna inevitável, é essencial conduzir o processo de forma sensível, garantindo a preservação da história de vida do idoso e fortalecendo os vínculos afetivos com a família.

Segundo Pereira (1996, apud Alcântara, 2003) o afastamento familiar e o sentimento de abandono são fatores determinantes para a saúde emocional e física de idosos que residem em uma instituição. É sabido que a solidão e a depressão geradas pelo internamento podem, inclusive, provocar a morte antes da hora, ou seja, o paciente pode morrer mais rapidamente em decorrência do afastamento da família.

Corroborando com esse pensamento Borges et al., (2015, apud SILVA et al., 2020, p.8) afirma que:

> Apesar da independência de alguns idosos, quando os mesmos são institucionalizados tendem a se tornarem dependentes devido a não aceitação da nova moradia, a não adaptação do ambiente que de fato é diferente da sua rotina de onde morava, e o próprio afastamento de seus entes queridos. Nesse sentido, é importante prestar uma assistência especial individualizada a cada um desses idosos institucionalizados, a fim de prevenir a incapacidade

ISSN 2595-2110

> funcional dos mesmos, deste modo necessita que a equipe multiprofissional trabalhe em conjunto, conhecendo as características individuais, de forma que se possa planejar os cuidados a cada caso analisado.

De acordo com Perlini e Leite (2010, apud Corrêa et al., 2012, p. 129), "o asilo é geralmente visto pela sociedade de forma preconceituosa, o que resulta em uma conotação negativa em relação às atividades e à rotina dos internos." De fato, existem instituições que reforçam essa percepção, ao não oferecerem condições adequadas de acolhimento e cuidado. No entanto, há também aquelas que cumprem seu papel social, simbolizando abrigo, segurança e assistência à pessoa idosa que necessita desse tipo de suporte. Assim, ainda que muitas vezes carreguem um estigma, as instituições de longa permanência podem representar a única alternativa viável para idosos que não dispõem de apoio familiar suficiente.

Entendendo que sua existência se faz necessária, também se torna imprescindível a efetiva execução das políticas públicas de fiscalização e vigilância por parte do Estado, garantindo que tais instituições, quer sejam de ordem pública ou privada, atuem em conformidade com as normativas legais e éticas, de modo a oferecer um serviço que assegure a dignidade e o bem-estar dos residentes. Nesse sentido, iniciativas como o Manual de Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (MMFDH/UNESCO, 2021) reforçam que o cuidado institucional deve ser seguro, humanizado e pautado no respeito aos direitos da pessoa idosa.

Sobre as práticas realizadas em ILPIs, Alcântara (2003, p. 26) destaca que "não se pode negar a viabilidade do atendimento asilar frente ao contexto em que o País se encontra, porém há que se qualificar esse serviço, uma vez que se trata de uma população que demanda cuidados mais complexos." Para tanto, devem ser previstos cuidados assistenciais, mas também incluindo ações que promovam o bem-estar total, por meio de atividades físicas, cognitivas, culturais e sociais. Entre os vários aspectos essenciais para que a qualidade dos serviços prestados nessas Instituições seja garantido, está a presença do(a) profissional psicólogo(a) na equipe multiprofissional, justificando-se pela principal função de proporcionar ao idoso asilado a possibilidade de ressignificar suas vivências e enfrentar a velhice sob o aspecto psíquico, através, principalmente, de atividades grupais como recurso terapêutico que favoreça a criação de vínculos sociais e afetivos.

Além disso, a Resolução RDC nº 502/2021 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2021) estabelece que as ILPIs devem disponibilizar um ambiente coletivo que garanta liberdade, cidadania e dignidade, levando em conta as necessidades e expectativas dos residentes. Esse modelo de cuidado se fundamenta em uma abordagem que coloca a pessoa idosa no centro das atenções, considerando-a um agente ativo em sua própria trajetória e uma figura central nas escolhas que dizem respeito à sua rotina e aos seus cuidados. Apesar de não ser obrigatório que haja psicólogos(as) nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), conforme a Resolução, sua presença é muito recomendada, pois o trabalho do(a) psicólogo(a) é crucial para monitorar o bem-estar emocional dos idosos, auxiliar na adaptação à vida institucional e promover a saúde mental. De acordo com Fajardo e Melo (2025), a atuação dos profissionais da Psicologia nas ILPIs deve ter uma atuação comunitária, elaborando atividades que escutem e respeitem os idosos como protagonistas de suas histórias. De maneira análoga, Côrrea (2012) destaca que a

atuação psicológica fortalece a autoestima, a autonomia e a independência dos moradores, oferecendo um cuidado integral e humanizado.

Por isso, ter psicólogos(as) nas ILPIs vai além de um requisito profissional, é garantir ao idoso um lugar onde sua história de vida é respeitada, onde ele é acolhido em suas fragilidades e incentivado a manter relacionamentos afetivos e sociais. Isso permite que se garanta não apenas a segurança física, mas também o bem-estar emocional e a qualidade de vida das pessoas, tornando a instituição um ambiente de fato humano.

Dessa forma, as intervenções mantiveram o foco em propiciar um ambiente mais significativo e acolhedor aos idosos residentes, priorizando metodologias que favorecessem o diálogo, a expressão cultural e a socialização. Para tanto, foi considerado que cada idoso residente é um sujeito único, valorizando suas narrativas pessoais, considerando que as vivências e as interações sociais são estratégias fundamentais para a saúde mental e o bem-estar.

Assim, a proposta foi além da assistência, integrando conhecimentos psicológicos de cunho teórico e prático para a inclusão social e a defesa dos direitos humanos, reforçando o papel das ILPIs como locais de cuidado de qualidade, cidadania e pertencimento. Ainda que haja muitas nuances dentro da prática institucional, entende-se que é a partir dessa perspectiva ética e humanizada que as instituições de longa permanência para idosos devem conduzir seu fazer profissional, garantindo a cada um dos idosos atendidos respeito e dignidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, conforme Godoy (1995, p. 62), para quem "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental". Essa abordagem possibilita uma exploração aprofundada dos fenômenos estudados, valorizando o contexto, a observação direta, os registros em diário de campo e o diálogo com os idosos institucionalizados.

O estudo também se fundamentou nos pressupostos teóricos de Neiva et al. (2010, p. 16), que definem a intervenção psicossocial como uma forma de pesquisa-ação voltada a "facilitar o bem-estar psicossocial de indivíduos, grupos, instituições, organizações e/ou comunidades". Assim, o pesquisador-interventor envolve-se ativamente com a realidade institucional, considerando tanto os aspectos objetivos, como estrutura e funcionamento, quanto os subjetivos, relacionados às dinâmicas grupais, resistências internas e relações interpessoais.

A etapa diagnóstica foi desenvolvida por meio de observação direta, registros em diário de campo, entrevistas com gestores, pesquisa sobre o clima organizacional junto aos colaboradores e diálogos informais com os idosos residentes. Essa fase teve como propósito compreender o contexto institucional, identificar necessidades psicossociais e mapear padrões de interação. Foram realizadas cinco visitas presenciais entre março e maio de 2025, respeitando a rotina da instituição e priorizando a construção de vínculos de confiança.

Em 14 de março de 2025, realizou-se uma reunião inicial com a gestora da instituição, na qual foi apresentada a proposta da disciplina Intervenção Psicossocial e o cronograma de execução das atividades, conforme descrito na carta de apresentação entregue à gestão. Nessa ocasião, também foi formalizada a autorização institucional

para a presença das pesquisadoras-interventoras e o desenvolvimento das ações propostas.

Nos dias 23 e 30 de março, ocorreram visitas voltadas à continuidade da etapa diagnóstica, incluindo entrevista com a coordenadora da instituição. Essa coleta de informações buscou caracterizar a estrutura física, a composição da equipe, o número de residentes e a existência de documentos institucionais, como missão, visão e organograma.

Na visita de 11 de abril de 2025, promoveu-se um momento de convivência e lanche com os idosos, favorecendo a aproximação e a observação das interações. Foi aplicada uma dinâmica com cartões coloridos para que os participantes expressassem suas percepções sobre o ambiente institucional: cartão amarelo ("O que me faz feliz morando aqui?"), vermelho ("Se eu pudesse mudar algo, o que seria?") e verde ("Como me sinto neste momento?"). As respostas foram majoritariamente positivas, destacando o bom tratamento das cuidadoras e a convivência com os colegas, embora tenham surgido menções pontuais a atrasos nas refeições, especialmente no café da manhã. Esses relatos contribuíram para identificar pontos fortes e aspectos a serem aprimorados na rotina da instituição.

Com base nos dados da fase diagnóstica, elaborou-se o plano de intervenção psicossocial, implementado entre maio e junho de 2025. Foram realizadas três intervenções diretas com os idosos, utilizando dinâmicas centradas na valorização das histórias de vida, rodas de conversa e jogos interativos em dispositivo digital, empregados como recursos lúdicos e de estimulação cognitiva. Essa abordagem favoreceu a troca de experiências, o fortalecimento de vínculos, a cooperação entre os participantes e o contato com novas vivências sensoriais e emocionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à amostra, participaram da intervenção psicossocial 17 residentes da instituição, com idades que variavam entre 60 e 80 anos, sendo 7 do sexo masculino (41,2%) e 10 do sexo feminino (58,8%). O diagnóstico apontou que alguns residentes tinham mobilidade reduzida e outros, comprometimento cognitivo, o que evidencia a necessidade de adequamento das atividades às capacidades de cada um, sempre priorizando a segurança e a inclusão. Com base nas conversas com os idosos e nas observações, foram identificados sentimentos de insatisfação e dificuldades para se adaptar à vida na instituição, o que está em linha com o que a literatura aponta sobre o impacto emocional da falta de convívio familiar (Sousa et al., 2023).

O diagnóstico psicossocial revelou aspectos importantes que impactam diretamente o bem-estar dos residentes, sendo notável a falta de um(a) psicólogo(a) na equipe multiprofissional. Conforme Alcântara (2003), o(a) psicólogo(a) tem a função primordial de possibilitar aos idosos asilados a busca de um sentido para suas experiências de vida e o enfrentamento da velhice sob a ótica psíquica. Esse dado reforça o quanto é necessário que o profissional de Psicologia atue em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), pois é por meio desse cuidado emocional e do fortalecimento de laços que se cria um ambiente mais acolhedor e humanizado.

Assim, entre os meses de maio e junho de 2025, foram realizadas três intervenções psicossociais com os idosos residentes da ILPI, com foco nas demandas psicossociais levantadas e em consonância com a linha de atuação esperada dos(as) psicólogos(as) nas ILPIs, ou seja, com uma perspectiva grupal, buscando fortalecer a autoestima, os vínculos afetivos, a socialização e a valorização das memórias afetivas

dos residentes. Cada atividade foi planejada para estimular a participação ativa de todos, respeitando suas limitações físicas e cognitivas, promovendo cooperação, engajamento e compartilhamento de experiências, de modo a criar um ambiente acolhedor e favorecer o bem-estar biopsicossocial dos idosos.

Na primeira intervenção, "Histórias da Caixa", participaram 14 residentes, correspondendo a 82,4% do total de 17, foram utilizados objetos simbólicos — como espelhos, linhas, cintos e pequenos brinquedos — para evocar memórias autobiográficas e fomentar o compartilhamento de experiências pessoais. Esse foi um momento que viabilizou o resgate de histórias de vida dos idosos, bem como, a partilha de sentimentos e o fortalecimento da identidade de cada um, além de aproximá-los uns dos outros, uma vez que em muitos momentos as histórias se repetiam, o que gerava risos, tudo isso dentro de um ambiente de escuta sensível e respeito mútuo.

Na segunda intervenção, 16 dos residentes, ou seja, 94,1% do total, participaram da atividade "Caixa das Qualidades", que consistiu em utilizar uma caixa colorida com frases positivas na tampa fixadas na tampa, como "Você tem muito amor para dar! Agora passe para quem gosta de ajudar." e "Você é muito divertido! Agora passe para quem cuida dos outros.". Cada idoso era convidado a ler a frase em voz alta e, em seguida, escolher um(a) colega que, em sua percepção, apresentasse a qualidade destacada, passando a caixa para ele(a).

Durante a atividade, os idosos demonstraram-se envolvidos e motivados a participar, com interesse em realizar a leitura das frases de forma autônoma e entusiasmo ao escolher seus colegas para receber a caixa. Durante toda a atividade, os idosos foram acompanhados de perto pelas pesquisadoras-interventoras, recebendo auxílio para repassar e segurar a caixa, bem como na escolha dos objetos. Também foi possível observar momentos significativos de reconhecimento e valorização, como quando uma residente foi reconhecida por ajudar nas tarefas de recolher as roupas do varal, ou outra que sorriu ao receber a caixa com a frase "pessoa sincera", confirmando espontaneamente sua preferência por falar a verdade. Alguns participantes apresentaram dificuldades para expressar verbalmente sua escolha devido a limitações cognitivas. Nesses casos, as pesquisadoras-interventoras, com o apoio dos demais idosos, ajudaram a interpretar as preferências, garantindo que todos participassem de forma inclusiva e respeitosa.

Um ponto importante da intervenção foi a participação ativa de um idoso que, até então, vinha se recusando a integrar as atividades, neste encontro, ele aceitou sentar-se no círculo e contribuiu para o grupo, mostrando significativa evolução em seu engajamento. Isso possibilitou uma valorização mútua e uma socialização, além de destacar a participação de alguns residentes que eram mais reservados e se mostraram mais engajados, evidenciando aumento na autoestima e do sentimento de pertencimento ao grupo.

A terceira e última intervenção, "Festa da Alegria", contou com a participação total dos 17 residentes, representando 100% do grupo, e teve duração de 1h30. As atividades foram planejadas objetivando proporcionar um momento de interação entre os idosos em um ambiente festivo e agradável. Foram reproduzidas músicas e servidas comidas típicas de festa junina, como cachorro-quente, bolo de milho e paçoca, e realizadas atividades recreativas, entre elas o bingo e a dinâmica da "batata quente", incentivando a mobilidade, a expressão emocional e o fortalecimento de vínculos afetivos entre os participantes.

A primeira dinâmica da intervenção foi a brincadeira da "Batata Quente", adaptada com recursos tecnológicos para tornar o momento mais interativo. Através

de um iPad, foi utilizada uma roleta virtual com perguntas diversas. Enquanto um coração de pelúcia (representando a "batata") era passado de mão em mão ao som de uma música típica junina, o participante que estivesse com o objeto no momento da parada era convidado a tocar no ipad e rolar a roleta, respondendo a pergunta que saísse em sua vez, tais como: “Qual lugar você gostaria de conhecer um dia?”, “Qual novela você gostava de assistir?” ou “Qual o nome do seu melhor amigo de infância?”, entre outras. A atividade gerou muitas risadas e despertou lembranças afetivas, promovendo um ambiente leve, alegre e acolhedor.

Em seguida, foi realizado o “Bingo Junino”, utilizando cartelas ilustradas com imagens de elementos típicos das festas juninas — como milho, espantalho, fogos de artifício, panela de cuscuz, sanfona, entre outros. O primeiro a completar a cartela foi incentivado a gritar “BINGO!” e recebeu como premiação uma cesta com doce típico, sendo, em seguida, estimulado a compartilhar, em momento futuro, com os colegas, promovendo interação e partilha entre os residentes. A atividade foi adaptada de forma a respeitar o declínio cognitivo de alguns participantes, garantindo que todos pudessem participar de maneira acessível e inclusiva. Cada idoso recebeu uma cartela personalizada e, à medida que os desenhos eram anunciados, marcava os itens com um “X”. A dinâmica estimulou a atenção, o raciocínio e o espírito de competição saudável entre os residentes, além de reforçar os vínculos sociais e afetivos, mantendo o grupo engajado e integrado até o fim da atividade.

Apesar das limitações motoras e cognitivas apresentadas por alguns idosos, todos receberam o suporte necessário durante as atividades e foram acolhidos com empatia e sensibilidade. Isso contribuiu para a criação de um ambiente de convivência respeitosa, escuta atenta e trocas significativas. Os idosos mostraram entusiasmo ao participar, destacando a importância das manifestações culturais para a mobilidade, para a expressão emocional e para o fortalecimento de laços afetivos.

Ao final da intervenção, cada idoso recebeu uma “paçoquinha” acompanhada de um bilhete de agradecimento, como lembrança simbólica do momento vivido e em reconhecimento à participação e receptividade ao longo de todo o processo de intervenção.

Ao longo das três intervenções, notou-se um aumento no envolvimento dos idosos, de modo que todos os residentes estiveram presentes na última atividade, o que pode ser atribuído ao fortalecimento dos laços com os interventores-pesquisadores, à ambientação e ao ajuste gradual às novas dinâmicas. Nesse sentido, foi imprescindível que idosos com mobilidade reduzida e comprometimento cognitivo fossem incluídos, o que foi possível graças aos recursos lúdicos empregados, que permitiram uma participação adaptada. Além de entreter e alegrar, essas atividades também promoveram interação social, reminiscência e reconhecimento das narrativas de vida de cada residente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como propósito compreender as demandas psicossociais dos residentes de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e desenvolver ações interventivas que promovessem o bem-estar emocional, a socialização e o fortalecimento da autoestima. Os resultados alcançados demonstraram que os objetivos propostos foram plenamente atendidos, uma vez que as intervenções possibilitaram a ampliação dos vínculos interpessoais, o resgate de memórias afetivas e o fortalecimento da identidade pessoal dos idosos.

A experiência evidenciou que o acolhimento, o diálogo e a criação de espaços de convivência significativa podem gerar transformações importantes no cotidiano institucional, favorecendo a integração e a qualidade das relações. Além disso, observou-se que a inserção de práticas psicológicas, mesmo quando conduzidas por acadêmicos sob supervisão, contribui para um ambiente mais humanizado e sensível às necessidades emocionais dos residentes. Constatou-se, ainda, que ações dessa natureza favorecem positivamente a autoestima, a coesão social e a adaptação à vida institucional. Tais resultados corroboram a literatura existente, que destaca a relevância do trabalho do(a) psicólogo(a) nas equipes multiprofissionais e a imprescindível atenção integral, humanizada e centrada na pessoa idosa como fator essencial à promoção da saúde mental e da qualidade de vida em ILPIs (Sousa Filho et al., 2022).

Por fim, considera-se que o trabalho realizado reforça a importância da presença constante de ações psicossociais em instituições de longa permanência, bem como da atuação do profissional de Psicologia como elemento essencial para a promoção de uma velhice mais participativa, saudável e dotada de sentido. Recomenda-se que novas pesquisas ampliem o escopo deste estudo, aprofundando a compreensão sobre os impactos de intervenções continuadas nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família**: entre abafos e desabafos. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2003. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/290100. Acesso em: 10 out. 2025.

ARAÚJO, C. L. de O.; FARO, A. C. M.; SOUZA, L. A. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **História da Enfermagem:** Revista Eletrônica (HERE), v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002151469. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 502, de 27 de maio de 2021**. Dispõe sobre o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 100, p. 112–114, 28 maio 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo 2022:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias do IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2024**: Palmas (TO). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/palmas.html. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; UNESCO. **Manual de Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)**. Brasília: MMFDH / UNESCO, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-fiscalizacao-das-ilpis.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Idosos e família no Brasil**. Brasília, DF: Observatório Nacional da Família, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

CARVALHO, Francisca Rosemary Ferreira de. **Representação da Imagem Pela Velhice:** a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em institutos de longa permanência - Asilo de Mendicidade de São Luís - MA. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/35/1/Francisca%20Carvalho.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

CORRÊA, Jimilly Caputo et al. Percepção de idosos sobre o papel do psicólogo em instituições de longa permanência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 203–213, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/wwRGpXHrfJmR9sTHwN44v4g. Acesso em: 25 maio 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS – DPE-TO. **Defensoria recomenda implantação de ILPI pública em Palmas**. Palmas, 2023. Disponível em: https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-requer-do-municipio-de-palmas-implementacao-do-servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas. Acesso em: 13 abr. 2025.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, set./dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.258. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM. **Cresce número de indivíduos em instituições de acolhimento no Brasil**. Brasília, 2025. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/12207. Acesso em: 10 out. 2025.

FAJARDO, Júlia Xavier; MELO, Denise Mendonça de. A atuação do psicólogo em instituições de longa permanência para pessoas idosas. **Cadernos de Psicologia**, v. 7, n. 12, 2025. Disponível em:

https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/4497. Acesso em: 10 out. 2025.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, mar./abr. 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183/36927. Acesso em: 10 out. 2025.

NEIVA, Kátia Maria Costa; et al. **Intervenção psicossocial**: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora, 2010.

OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de; ASSIS, Carolina Morro de. A atuação do psicólogo em instituições de longa permanência para idosos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, ed. 5, v. 13, p. 139–156, maio 2021. ISSN 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/longa-permanencia. Acesso em: 26 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Envelhecimento**. UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Disponível em: https://unric.org/pt/envelhecimento/. Acesso em: 23 mar. 2025.

PALMAS. **Lei Ordinária nº 1.888, de 31 de maio de 2012**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento e amparo ao idoso. Disponível em: LEI Nº 1.888 - Politica de atendimento ao Idoso. Acesso em: 13 abr. 2025.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Revista PPP**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Celiane Jesus da; GARCIA, Samira Michel; SANTOS, Thais Martins dos; HALL, Joselaine Souto. Perfil dos idosos institucionalizados e a relação com a qualidade de vida: uma revisão bibliográfica. **Revista Científica Integrada**, v. 4, n. 4, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-4/3733-rci-idososqualidadedevida-072020/file. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, A. de L. et al. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): contribuições da Psicologia do Envelhecimento. In: Congresso Internacional Envelhecimento Humano, 2017, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/34507. Acesso em: 26 maio 2025.

SOUSA FILHO, Aloísio Evangelista de et al. Instituições de longa permanência para idosos: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e531111537573, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37573. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37573. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUSA, Johnatan Martins et al. Prática do acolhimento na atenção psicossocial para o cuidado centrado na pessoa. **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 28, e92034, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.92034. Acesso em: 4 maio 2025.

ISSN 2595-2110

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Lusmara da Silva França**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

DESABAFEI COM O CHATGPT: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO X SOBRE TERAPIA MEDIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Gabriel Mascarenhas Pereira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Jorge Leon Rodrigues Martins
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Douglas Aquino Moreno
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo investigou as narrativas de usuários da plataforma X (antigo Twitter) sobre experiências de "terapia" mediada por Inteligência Artificial, com foco no uso do ChatGPT. A pesquisa adotou abordagem qualitativa de inspiração netnográfica, analisando 49 tweets coletados entre agosto e setembro de 2025. As interações foram interpretadas a partir da Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers, utilizando-se o Índice Rogeriano (IR), desenvolvido pelos autores para mensurar a presença de Empatia, Aceitação Incondicional e Congruência nas falas. Os resultados revelaram que a maioria das postagens apresentou baixo alinhamento rogeriano, indicando ausência de condições relacionais essenciais a uma prática terapêutica autêntica. Apenas uma parcela minoritária atribuiu ao ChatGPT características de acolhimento, ausência de julgamentos ou até vínculos afetivos simbólicos. A análise evidenciou ainda três padrões narrativos principais: uso instrumental, valorização afetiva e estigmatização. Conclui-se que, embora a IA possa oferecer suporte acessível e simbólico de acolhimento, ela não substitui o vínculo humano genuíno proposto pela abordagem rogeriana, devendo ser compreendida como recurso complementar e não substitutivo no campo da Saúde Mental.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Terapia Digital; Netnografia; Saúde Mental; Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

O humanismo presente na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), proposta por Carl Rogers, entende que a transformação psicológica ocorre a partir do encontro autêntico entre duas pessoas, sustentado por alguns princípios, dentre eles a empatia, aceitação incondicional e congruência (Rogers, 1951; Greski dos Reis; Gasparin, 2024). Esses princípios configuram alguns elementos da base da relação terapêutica, pois favorecem um ambiente de confiança e crescimento, no qual a pessoa pode se sentir acolhida e genuinamente compreendida. Diante desse horizonte humanista, torna-se pertinente questionar como novas tecnologias aplicadas à Saúde Mental, especialmente a Inteligência Artificial (IA), podem dialogar ou entrar em tensão com tais pressupostos.

A incorporação da IA, especialmente por meio de Grandes Modelos de Linguagem (LLMs), tem ganhado relevância crescente no campo da Saúde Mental. Diversos estudos apontam que essas ferramentas apresentam potencial para ampliar o acesso a intervenções psicológicas, reduzir barreiras de custo e oferecer suporte

imediato em situações de sofrimento psíquico (Chung; Dyer; Brocki, 2023; Matarazzo; Torloni, 2025). Além disso, sua aplicação em triagem de sintomas, personalização de atendimentos e apoio contínuo em contextos de escassez de profissionais (Lawrence et al., 2024).

Entretanto, apesar de seu caráter inovador, as IAs dependem de dados e algoritmos, o que pode introduzir vieses quando os dados são pouco representativos ou quando os modelos apresentam falhas, comprometendo a eficácia das ferramentas terapêuticas. Outro limite relevante é a ausência de empatia autêntica, aspecto essencial para relações terapêuticas fundamentadas em confiança e vínculo emocional. Embora possam simular respostas empáticas, essas tecnologias não compreendem nem experimentam, de fato, as emoções humanas (Wagstaff; Fernandes, 2024).

Além disso, LLMs de última geração ainda expressam estigmas em relação a pessoas com transtornos mentais e, em situações críticas, podem responder de forma inadequada, como ao reforçar delírios ou falhar em reconhecer ideação suicida (Moore et al., 2025). Ademais, há riscos adicionais relacionados à privacidade de dados sensíveis, à ausência de validação científica robusta e à falta de regulamentação específica, o que pode fragilizar a segurança dos usuários e a própria relação terapêutica (Chung; Dyer; Brocki, 2023).

Nesse sentido, a literatura converge para a compreensão de que os LLMs não devem ser encarados como substitutos da prática profissional em Saúde Mental, mas sim como recursos complementares, capazes de apoiar intervenções e ampliar o alcance dos cuidados psicológicos. Para tanto, é indispensável a implementação de diretrizes éticas, transparência nos algoritmos e supervisão constante de profissionais qualificados (Lawrence et al., 2024).

Em plataformas digitais como o X (antigo Twitter), debates sobre Saúde Mental e tecnologia ganham grande visibilidade, pois esse ambiente constitui hoje um dos principais espaços de circulação de narrativas pessoais, críticas e tendências culturais, funcionando como arena pública onde experiências individuais são compartilhadas e ressignificadas coletivamente (Lerman et al., 2024; Stupinski, 2021). Nesse contexto, é comum encontrar relatos, críticas e até humor sobre a prática de "fazer terapia com IA".

Estudos recentes indicam que muitos recorrem a chatbots pela combinação de menor custo, garantia de anonimato e disponibilidade constante (Dolci, 2025; Garcia, 2025). Por outro lado, especialistas chamam atenção para os riscos éticos e para as limitações dessas ferramentas no acompanhamento emocional (Contaifer, 2025). Estudar essas interações é relevante porque o X reflete percepções sociais e atua como um meio de disseminação acelerada de informações, opiniões e estigmas, influenciando tanto o imaginário coletivo quanto a forma como práticas emergentes como a terapia mediada por IA são compreendidas e avaliadas (Lerman et al., 2024; Stupinski, 2021).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo investigar o que usuários do X narram sobre a experiência de realizar terapia mediada por IA. Para isso, adota-se a adaptação do processo netnográfico como método, por permitir a compreensão das interações, sentidos e debates construídos nesse contexto, além da interpretação dos dados a partir da perspectiva humanista de Rogers (1957), tendo em vista as suas premissas de que a transformação terapêutica se dá por meio de uma relação entre duas pessoas.

ISSN 2595-2110

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Relação Terapêutica e Princípios da Psicologia Humanista de Rogers

A Psicologia Humanista surgiu como um movimento que valoriza a experiência subjetiva, a autorrealização e a capacidade orgânica de crescimento do ser humano, contrapondo-se às abordagens psicodinâmicas e behavioristas que enfatizavam déficits e técnicas diretoras (Fitaroni et al., 2022). A formulação rogeriana situa-se no centro desse movimento ao propor uma concepção de clínica pautada na confiança nas potencialidades do indivíduo e na criação de um clima relacional que favoreça o seu desenvolvimento (Castro, 2022).

Para Rogers, a tendência atualizante é um princípio organizador da vida psíquica em que todo organismo carrega em si um movimento em direção à realização de suas potencialidades, e o papel do profissional é propiciar condições interpessoais que permitam o restabelecimento ou o fluxo dessa tendência (Rogers, 1957/1997). Nessa perspectiva, a eficácia terapêutica não se apoia apenas em técnicas específicas, mas no encontro relacional que facilita a autoexploração e o insight do cliente.

No artigo clássico "condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica na personalidade" Rogers (1957) estabeleceu seis condições interdependentes centrais atribuídas ao terapeuta, das quais optou-se nesse trabalho em trabalhar três delas, sendo: (a) congruência (autenticidade); (b) aceitação incondicional (consideração positiva incondicional); e (c) empatia (compreensão empática). Essas atitudes formam o núcleo relacional que, segundo a teoria, cria o ambiente propício ao crescimento da pessoa.

A **Empatia** é entendida por Rogers (1957) como o coração da terapia, consistindo em o terapeuta esforçar-se por perceber o mundo da pessoa como se fosse o seu, sem perder a qualidade do "como se", e em comunicar essa compreensão da pessoa de modo que este a reconheça. Essa compreensão envolve simpatia, identificação emocional e sobretudo uma apreensão fenomenológica precisa do esquema de referência do outro, comunicada a pessoa de forma que favoreça reestruturações internas e insight (Fontgalland; Moreira, 2012).

A **Aceitação Incondicional** implica aceitar o outro sem julgamentos, com calor e respeito, possibilitando que o cliente se sinta livre para expressar toda a sua experiência sem temer censura ou desvalorização. Essa atitude possibilita o acolhimento e reduz defesas que impedem o acesso à experiência orgânica do sujeito. A **Congruência** refere-se à presença autêntica do terapeuta, isto é, sua disponibilidade interna e expressão genuína na relação, na medida em que isso não perturbe o processo da pessoa. Este princípio favorece um campo de confiança em que a pessoa pode explorar conteúdos antes negados ou impercebidas (Rogers, 1980/1983).

O desenvolvimento das atitudes facilitadoras exige treino clínico e supervisão reflexiva, fator amparado por pesquisas sobre a formação de estagiários, que indicaram dificuldades iniciais de julgamentos, conceitos prévios e inseguranças que só são mitigados com prática, supervisão e suporte teórico, o que confirma a natureza formativa e relacional do treinamento rogeriano (Fitaroni et al., 2022). Assim, além da compreensão teórica, a aptidão para esses princípios depende de trabalho pessoal do terapeuta e de condições institucionais que permitam práticas clínicas contínuas e supervisionadas.

Desse modo, a proposta rogeriana desloca o foco da técnica para a qualidade da relação terapêutica considerando que a ação transformadora ocorre quando a pessoa

encontra no outro um ambiente relacional marcado por congruência, aceitação incondicional e compreensão empática que, articuladas, facilitam o processo de autorrealisação e atualização das potencialidades. Essas ideias fundamentam o aporte teórico utilizado neste estudo para avaliar, nas narrativas do X, se e como as interações mediadas por IA conseguem (ou não) reproduzir minimamente tais condições relacionais percebidas pelos usuários.

1.2 IA e Saúde Mental

A emergência de sistemas de IA, especialmente LLMs, tem transformado rapidamente as possibilidades e práticas relacionadas à Saúde Mental. A literatura identifica dois vetores centrais: (a) o potencial de ampliar o acesso à informação, à triagem e a intervenções de baixo custo e em larga escala por exemplo, educação em saúde, triagem inicial de sintomas e suporte pontual; e (b) os riscos clínicos, éticos e sociais associados ao uso de modelos que carecem de compreensão, consciência ou julgamento moral, podendo reproduzir vieses, fornecer respostas imprecisas em situações de risco e comprometer a privacidade de dados sensíveis. Lawrence et al. (2024) sintetizam a literatura sobre as oportunidades e os desafios dos LLMs em Saúde Mental, ressaltando que, embora esses modelos possam apoiar processos de educação e triagem, é essencial implementar salvaguardas para prevenir danos clínicos e enviesamentos algorítmicos.

Jin et al. (2025) e Wang et al. (2025) mostram que revisões e estudos empíricos do período 2024 a 2025 mostram resultados mistos sobre eficácia e segurança. Revisões escopo apontam aplicações promissoras p.ex. classificação de linguagem associada a depressão, suporte informativo e intervenções baseadas em guias sintéticos, mas também documentam falhas relevantes: respostas inadequadas a crises suicidas, simplificações equivocadas de achados científicos e dispensas incorretas de recomendações clínicas complexas. Em síntese, a evidência indica que LLMs podem ser ferramentas auxiliares valiosas, porém não comprovam que esses modelos, sozinhos, substituam o julgamento clínico humano.

Entre os riscos práticos mais citados na literatura recente estão: (1) respostas inadequadas em situações de alto risco (por ex., ideação suicida ou episódios psicóticos), em que um algoritmo pode não reconhecer sinais sutis e produzir orientações perigosas; (2) reprodução e amplificação de vieses presentes nos dados de treinamento (afetando raça, gênero, classe social); (3) falsa sensação de autoridade, usuários podem confiar excessivamente em respostas aparentemente "objetivas"; (4) problemas de privacidade e governança de dados sensíveis, especialmente quando plataformas terceirizadas processam informações clínicas; e (5) dependência emocional/uso substitutivo, com usuários preferindo interações automatizadas por custo ou disponibilidade, em detrimento do acesso a cuidado humano qualificado. Essas preocupações são evidenciadas por estudos e reportagens que documentam incidentes e avaliações clínicas de segurança entre 2024–2025 (Stanford, 2025; Moore et al., 2025).

Por outro lado, a literatura técnica ressalta possibilidades concretas de uso responsável: automação de tarefas administrativas (agendamento, transcrição), auxílio na triagem inicial com encaminhamento humano posterior, suporte à decisão clínica sob supervisão profissional e ferramentas educacionais para psicoeducação em larga escala. A integração responsável exige validação empírica específica, transparência

sobre limites do modelo (explainability), mecanismos claros de supervisão humana e conformidade com marcos legais (Lawrence et al., 2024; Jin et al, 2025).

1.2.1 Manifestações do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025) tem se manifestado publicamente sobre os impactos da IA no exercício profissional da Psicologia, divulgando uma nota de posicionamento em 3 de julho de 2025 e emitindo, em setembro de 2025, comunicação adicional que alerta para riscos de projetos que pretendam automatizar funções clínicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como propostas de "e-Saúde Mental". Em suas publicações institucionais o Conselho enfatiza que: (a) a IA não possui compreensão ou julgamento ético; (b) atividades complexas como diagnóstico, manejo de crises e estabelecimento de vínculo terapêutico exigem supervisão e responsabilidade do psicólogo; (c) o uso de IA exige análise crítica de vieses e proteção de dados, com observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Brasil, 2018); (d) a tecnologia não pode substituir investimentos em pessoal qualificado no SUS; e (e) é necessária construção coletiva de diretrizes e regulação setorial. Essas orientações explicam que a posição do CFP não é de negação da tecnologia, mas de exigência de integração responsável, com critérios éticos e técnicos claros.

O CFP também listou recomendações práticas para psicólogas/os e instituições, no intuito de promover formação e atualização sobre IA nos cursos e espaços formativos, assegurar supervisão humana e definição clara de responsabilidades, participar da construção de políticas públicas e marcos regulatórios, priorizar investimentos em profissionais para o SUS em vez de tratar a IA como solução imediata ao déficit de pessoal e incentivar o desenvolvimento de tecnologias sensíveis às singularidades culturais e sociais do país. Essas orientações colocam a entidade como ator regulador e técnico, interessado tanto no uso crítico da tecnologia quanto na proteção dos direitos dos usuários.

1.3 Plataforma X

O X, assim como outras redes sociais, possui bilhões de usuários e tornou-se uma fonte rica de dados públicos e justamente por permitirem compartilhamento rápido entre redes amplas (Tamura; Tsugawa; Watabe, 2025) Na prática, qualquer usuário pode emitir relatos pessoais, opiniões ou notícias, as quais podem se espalhar em cascata via retweets e menções. Essa facilidade de circulação acelera tanto as conversas efêmeras quanto a formação de redes de difusão: conteúdos de interesse (jornalísticos, humorísticos, críticos etc.) ganham grande visibilidade em pouco tempo. Contudo, essa viralidade tem duplo efeito: "a facilidade de disseminação inerente às mídias sociais também leva à proliferação de notícias falsas, representando desafios significativos" para o conhecimento confiável. Assim, o X configura-se como espaço público digital onde narrativas se amplificam velozmente, o que explica ser um objeto de estudo relevante para compreender dinâmicas informacionais (Tamura; Tsugawa; Watabe, 2025).

O mecanismo de retweet, em particular, funciona como ferramenta de curadoria coletiva, que ao repostar uma mensagem, o usuário amplia seu alcance, quase como se endossasse publicamente aquele conteúdo. Estudos sobre difusão de informação em redes sociais mostram que nem sempre os tweets seguem apenas ligações diretas de

seguidor: muitas vezes usuários repassam publicações sem conexão de follow explícita, criando caminhos de difusão não triviais (Tamura; Tsugawa; Watabe, 2025). Isso significa que um tweet pode circular em grupos distintos, por exemplo, viralizar fora da bolha de seguidores originais, formando vastas cascatas de circulação. Essas cadeias de difusão depende tanto de atores influentes quanto de usuários comuns, e reforçam-se mutuamente.

Nesse sentido, amplificadores como jornalistas, blogueiros ou figuras públicas podem converter tweets isolados em debates mais amplos, conferindo legitimidade social ao conteúdo. Essa curadoria simbólica do retweet justifica que mensagens sobre Saúde Mental recebam rápida atenção pública, mas também alerta para a potencial distorção algorítmica ou manual na amplificação de certos temas.

Observa-se ainda que participantes influentes, especialmente profissionais de saúde desempenham papeis relevantes, uma vez médicos lideraram muitas das postagens mais engajantes e figuram entre os principais influenciadores de debates em Saúde Mental (Afaq et al, 2025). Assim, tweets podem orientar conversas sobre Saúde Mental, reunir comunidades de apoio e viralizar tendências terapêuticas ou desinformativas. A capacidade de mapear esses padrões faz do X um campo fértil para pesquisas que visam entender narrativas e mobilizações em torno de temas da saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada no procedimento netnográfico, adaptado de Morais, Santos e Gonçalves (2020), para analisar como usuários do X narram e problematizam a experiência de realizar terapia mediada por inteligência artificial. O método envolve a definição do tema, a escolha do ambiente de pesquisa, a seleção de palavras-chave, a coleta e organização dos dados e, por fim, a análise temática de comentários identificados (Alves; Puggian; Ferreira, 2024). Considerando que nesta adaptação não houve interação direta com a comunidade investigada, a coleta concentrou-se em postagens públicas, reconhecidas pela literatura como fontes legítimas para esse tipo de análise. O procedimento metodológico foi estruturado em seis etapas, descritas a seguir.

Na Etapa 1 (Escolha do Ambiente Netnográfico), foi determinado o ambiente digital onde a pesquisa seria conduzida, optando-se pela plataforma X (antigo Twitter), reconhecida por abrigar discussões públicas, relatos pessoais e interações rápidas entre usuários.

Na Etapa 2 (Definição das Palavras-Chave), foram escolhidos os termos e expressões que nortearam a coleta de conteúdo. As palavras-chave selecionadas foram: “fiz terapia com ChatGPT” e “desabafei com o ChatGPT” além dessas duas palavras-chaves, selecionamos outro arranjos informais como: “conversando com ChatGPT”, “desabafando pro ChatGPT”“ e “desabafar com o ChatGPT”, escolhidas por sua relevância na captura de relatos diretos sobre experiências terapêuticas com IA.

Na Etapa 3 (Coleta de dados), realizou-se a busca ativa e o registro do material disponível na plataforma, incluindo postagens, respostas, comentários e outras formas de interação pertinentes à pesquisa. Para isso, utilizou-se a linguagem de programação Python, permitindo a coleta e anonimização dos dados, bem como a utilização de uma conta de desenvolvedor e geração de token de acesso.

Na Etapa 4 (Análise dos Dados), os comentários foram examinados pela lente da ACP de Carl Rogers, considerando que a mudança terapêutica se dá no encontro entre pessoas mediado por empatia, aceitação incondicional e congruência (Rogers, 1957;

Greski; Gasparin, 2024). Cada comentário foi codificado nessas três dimensões em escala de 0 a 2, e a soma das notas resultou no Índice Rogeriano, desenvolvido pelos autores para esta pesquisa, a fim de quantificar o grau de rogerianidade percebido. A codificação foi realizada de forma independente pelos três autores, que discutiram divergências até consenso, reduzindo vieses. Essa estratégia articulou análise temática e mensuração, permitindo compreender como a terapia com IA é vivenciada e interpretada socialmente a partir dos elementos relacionais centrais à ACP.

Na Etapa 5 (Apresentação dos Resultados), os achados foram sistematizados e apresentados em formatos textual e visual, de modo a comunicar de maneira clara as interpretações e conclusões da pesquisa, destacando contribuições, tendências observadas e possíveis implicações para estudos futuros.

2.1 Estratégias de Busca e Coleta de Dados

Foram coletadas publicações da plataforma X (antigo Twitter), incluindo tweets, respostas e comentários que mencionassem, de forma direta ou indireta, a prática de realizar terapias mediadas por Inteligência Artificial, com destaque para interações envolvendo o ChatGPT. Para a construção da estratégia de busca, foram utilizadas expressões recorrentes no cotidiano digital, adotadas a partir de uma análise exploratória prévia, sendo elas: "fiz terapia com ChatGPT" e "desabafei com o ChatGPT" além dessas duas palavras-chaves, selecionamos outro arranjos informais como: "conversando com ChatGPT", "desabafando pro ChatGPT"" e "desabafar com o ChatGPT"". A escolha desses termos decorreu de sua relevância para captar narrativas espontâneas sobre experiências de aconselhamento, desabafo e interação com a ferramenta.

A extração foi realizada com o apoio da linguagem de programação Python, utilizando credenciais de desenvolvedor da própria plataforma, o que possibilitou a automação da coleta e a anonimização de dados sensíveis, garantindo o respeito a princípios éticos de pesquisa em ambientes digitais. No total, foram coletados 100 tweets. Em seguida, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão:

- **Critérios de Inclusão**: tweets públicos em língua portuguesa; publicados entre agosto e setembro de 2025; relacionados diretamente ao uso do ChatGPT em contextos descritos como terapêuticos, de desabafo ou aconselhamento emocional.
- **Critérios de Exclusão**: publicações duplicadas, contas protegidas ou privadas e conteúdos que mencionassem o ChatGPT sem relação com experiências terapêuticas (ex.: usos estritamente humorísticos ou técnicos).

Após a aplicação desses critérios, obteve-se um conjunto de 49 tweets válidos para análise qualitativa. Os dados selecionados foram organizados em planilha, contendo informações como: data de publicação, texto original, interações (curtidas, respostas) e observações analíticas iniciais. Esse procedimento garantiu rastreabilidade, transparência e consistência no processo metodológico, fortalecendo a confiabilidade da análise subsequente.

2.2 Análise dos Dados

A análise dos dados foi norteada pela ACP de Carl Rogers, que considera a mudança terapêutica como resultado do encontro relacional entre duas pessoas, sustentado pelas condições de Empatia, Aceitação Incondicional e Congruência

(Rogers, 1957; Greski; Gasparin, 2024). Com base nessa orientação teórica, os comentários coletados no X foram examinados qualitativamente (identificação de narrativas e padrões) e operacionalizados quantitativamente por meio de uma codificação nas três dimensões rogerianas (Empatia; Aceitação Incondicional e Congruência) usando a escala 0/1/2.

A soma dessas notas é transformada no Índice Rogeriano (IR), que varia de 0 a 1 e foi desenvolvido pelos autores especificamente para esta pesquisa como estratégia para quantificar o "grau de humanismo" percebido nas falas dos usuários. Para reduzir vieses, os três autores atribuíram escores de forma independente e discutiram eventuais discordâncias até consenso; procedeu-se ainda ao cálculo de coeficiente de concordância para avaliar a confiabilidade da codificação. Esta opção metodológica articula leitura temática e mensuração, permitindo compreender não só o conteúdo informacional sobre terapia mediada por IA, mas também a presença (ou ausência) dos elementos relacionais centrais à ACP.

A análise parte da premissa rogeriana de que a transformação psicológica se dá na relação entre pessoas e que empatia, aceitação incondicional e congruência são condições necessárias para que essa relação facilite crescimento e autorrealização (Rogers, 1957; Greski; Gasparin, 2024). Assim, as categorias analíticas e os critérios de pontuação foram definidas a partir dos descritores teóricos desses três princípios, adaptados para a leitura de enunciados em práticas comunicacionais digitais.

2.2.1 Regra de Codificação, Critérios de Indicadores e Cálculo do Índice Rogeriano

Cada comentário foi considerado como uma unidade de análise e recebeu três notas referentes às dimensões Empatia, Aceitação Incondicional e Congruência, sendo que cada uma delas poderia variar entre 0, 1 e 2 pontos. A pontuação "2" indicava a presença clara e inequívoca do princípio avaliado, a pontuação "1" representava uma presença parcial, ambígua ou incipiente, enquanto a pontuação "0" correspondia à ausência do princípio ou à manifestação contrária a ele, como no caso de julgamentos em lugar de aceitação. Para garantir maior consistência, foram definidos critérios linguísticos e pragmáticos que justificavam cada atribuição de nota.

No que diz respeito à Empatia, atribuiu-se pontuação máxima (2) quando o comentário apresentava expressões de compreensão ou de restituição afetiva, nomeação explícita de emoções alheias e sensação clara de ter sido compreendido, com confirmações do sentimento do outro, como nas falas "ele entendeu exatamente como me sinto" ou "captou minha tristeza". A pontuação intermediária (1) foi utilizada quando havia reconhecimento do conteúdo, mas sem marca afetiva profunda, geralmente expressa em menções à escuta ou atenção sem retomada emocional, como em "ouviu o que eu disse" ou "prestou atenção". Já a pontuação (0) indicava ausência de empatia, como nos relatos de incompreensão, interpretações equivocadas ou negação da experiência do outro, por exemplo: "não me entendeu" ou "interpretou tudo errado".

A Aceitação Incondicional foi pontuada com (2) quando os relatos expressavam acolhimento sem julgamento, liberdade para falar e ausência de censura, como em "me senti aceito do jeito que sou" ou "não fui julgado". A pontuação (1) correspondia a indícios de acolhimento, mas acompanhados de ressalvas ou dúvidas, como "não senti tanto julgamento, mas também não me senti totalmente livre". Já a pontuação (0) representava situações em que os usuários relataram crítica, censura ou sensação de julgamento, exemplificadas em "me criticou" ou "fui julgado".

A Congruência foi avaliada como (2) quando havia percepção de autenticidade, espontaneidade e sinceridade no agente, expressa em falas como "soou humano/verdadeiro" ou "parecia sinceramente interessado". A pontuação (1) foi atribuída a respostas plausíveis, mas que deixavam transparecer roteirização ou falta de verossimilhança total, como em "parecia padrão, mas não totalmente falso". A pontuação (0), por outro lado, indicava ausência de congruência, isto é, quando as respostas eram percebidas como artificiais ou mecânicas, exemplificadas em expressões como "parecia um script" ou "muito robótico". Essas formulações foram operacionalizadas pelos autores para garantir a replicabilidade da análise nas falas coletadas no X.

O cálculo do Índice Rogeriano (IR) seguiu a fórmula: IR = (Empatia + AI + Congruência) ÷ 6, em que 6 representa o escore máximo possível (3 dimensões × 2 pontos). Assim, o IR varia de 0,00, indicando ausência total dos elementos rogerianos, até 1,00, representando a presença clara e simultânea dos três princípios. Para fins interpretativos, foram estabelecidas faixas de análise: valores entre 0,00 e 0,33 representam baixo alinhamento rogeriano; valores entre 0,34 e 0,66 indicam alinhamento moderado; e valores entre 0,67 e 1,00 expressam alto alinhamento rogeriano. Importa destacar que esse índice foi desenvolvido especificamente para este estudo, tendo como objetivo complementar a análise qualitativa, sem a pretensão de substituí-la.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise por meio do processo netnográfico resultou em um corpus de 49 tweets publicados no X entre agosto e setembro de 2025, todos relacionados à prática de realizar 'terapia' ou 'desabafos' com o ChatGPT. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, as postagens foram codificadas segundo os três princípios rogerianos (Empatia, Aceitação Incondicional e Congruência) e, em seguida, submetidas ao cálculo do Índice Rogeriano (IR). O Quadro 1 apresenta os termos e o número de vezes que apareceram nos tweets selecionados.

Quadro 01 - Distribuição das ocorrências por palavras-chave

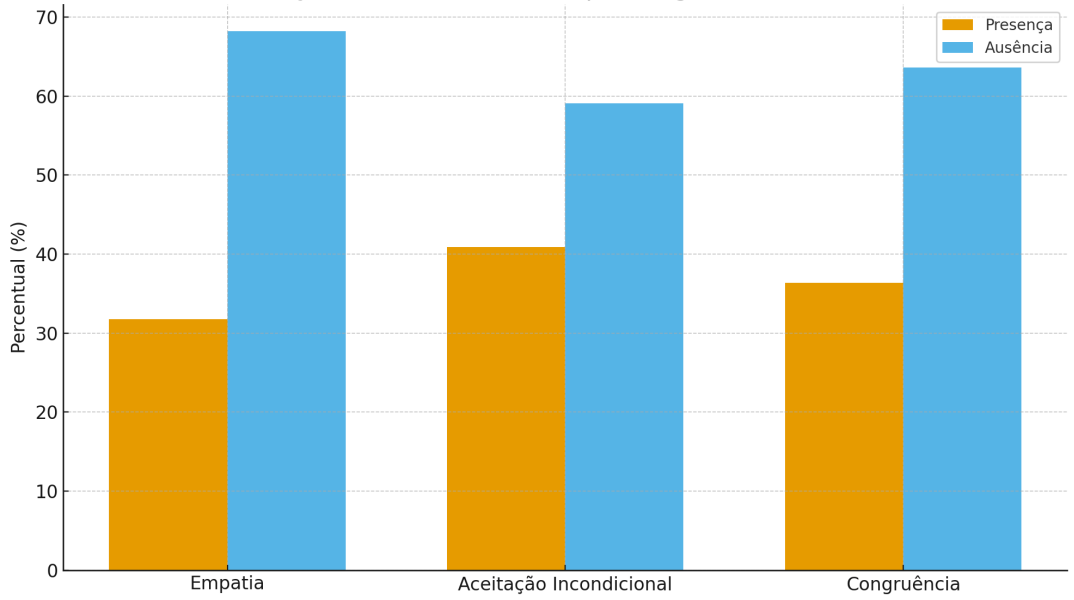
Palavra Chave	Resultados
Terapia com o ChatGPT	17
Desabafando com o ChatGPT	12
Desabafar com o ChatGPT	10
Conversando com o ChatGPT	3
Desabafando pro ChatGPT	3
Desabafar pro ChatGPT	2
Desabafei com o ChatGPT	1
Amigo do ChatGPT	1
Total	49

Fonte: os autores.

Os resultados indicaram que a maior parte dos comentários apresentou baixo alinhamento rogeriano. Aproximadamente 59% dos tweets obtiveram IR = 0,00, revelando ausência completa das condições de Empatia, Aceitação Incondicional e Congruência. Em contrapartida, 31% situaram-se na faixa intermediária (0,34–0,66), sugerindo a presença parcial ou ambígua desses elementos, geralmente vinculada a relatos em que os usuários reconheceram uma escuta mínima ou validação pontual de suas falas. Apenas 10% dos comentários alcançaram IR máximo (1,00), descrevendo experiências nas quais o ChatGPT foi percebido como acolhedor, compreensivo e até dotado de características afetivas humanas.

A análise individual de cada princípio rogeriano revelou diferenças relevantes na forma como os usuários percebem sua interação com o ChatGPT. A aceitação incondicional foi a condição mais frequentemente identificada, presente em 40,9% dos tweets, sugerindo que parte dos participantes percebeu ausência de julgamento ou uma escuta que acolhe sem críticas. A congruência apareceu em 36,4% dos relatos, associada a uma percepção de consistência e clareza na resposta do modelo, embora ainda distante de uma manifestação autêntica. Já a empatia foi a dimensão menos reconhecida, presente em apenas 31,8%, revelando a dificuldade da IA em expressar compreensão experiencial da vivência do outro.

Figura 1 – Presença e Ausência dos princípios de Rogers nos tweets



Fonte: os autores.

Os dados foram reunidos em um único gráfico de barras agrupadas na Figura 1, contrastando presença e ausência em cada dimensão. Observa-se que a aceitação incondicional é a condição mais frequentemente percebida (40,9%), seguida pela congruência (36,4%) e pela empatia (31,8%). Apesar das variações, em todos os casos predomina a ausência das condições rogerianas, evidenciando que a interação com o ChatGPT é majoritariamente percebida como insuficiente para configurar uma relação terapêutica genuína. Quando observadas as médias das notas atribuídas a cada

princípio (escala de 0 a 2), nota-se que a aceitação incondicional obteve o valor mais alto (M = 0,75), seguida pela congruência (M = 0,64) e pela empatia (M = 0,57).

Esses dados revelam uma discrepância entre expectativa e experiência relatada: embora alguns usuários atribuam ao ChatGPT papéis simbólicos de apoio emocional ("é um pai pra mim" ou "como se ele fosse meu best"), a predominância de baixos índices sugere que a experiência relacional mediada pela IA carece da profundidade necessária para reproduzir as condições terapêuticas rogerianas. Tal achado corrobora a literatura que questiona a autenticidade da "empatia algorítmica" e aponta os limites da simulação de afetos por sistemas que não possuem vivência emocional (Wagstaff; Fernandes, 2024).

Outro aspecto relevante foi a identificação de três padrões narrativos principais:

- Relatos de uso instrumental: tweets em que o ChatGPT é descrito como ferramenta de escuta ou aconselhamento prático, geralmente associados a IR intermediário (0,33–0,66).
- Valorização afetiva: publicações que atribuem ao modelo qualidades humanas, de cuidado ou vínculo, situando-se no IR máximo (1,00).
- Humor, crítica ou estigmatização: comentários que ridicularizam a prática ou a associam a fraqueza pessoal, frequentemente com IR = 0,00.

A coexistência desses três padrões sugere que o fenômeno "terapia com IA" não é homogêneo: ele circula socialmente tanto como estratégia de enfrentamento emocional, quanto como objeto de estigmatização pública. Esse resultado converge com estudos sobre a dinâmica informacional nas redes sociais, que destacam o caráter ambivalente das narrativas digitais ao mesmo tempo espaço de apoio e arena de ridicularização (Lerman et al., 2024; Stupinski et al., 2022).

No que se refere ao diálogo com a Abordagem Centrada na Pessoa, os resultados reforçam a tese de que os elementos facilitadores da relação terapêutica, não podem ser plenamente reproduzidos por sistemas artificiais. Ainda que a IA ofereça simulações de empatia ou acolhimento, estas não derivam de uma vivência autêntica de compreensão do outro, mas de processos estatísticos de linguagem. Isso evidencia a distância entre o vínculo interpessoal proposto pela ACP e a interação algorítmica.

Por fim, a análise dos tweets em IR máximo merece atenção, pois ao reconhecer no ChatGPT um espaço de aceitação e compreensão, alguns usuários revelam carência de vínculos humanos confiáveis ou barreiras de acesso à terapia profissional. Esse dado dialoga com pesquisas que apontam a procura por chatbots devido à acessibilidade, anonimato e disponibilidade contínua (Dolci, 2025; Garcia, 2025), mas também expõe o risco de substituição inadequada do cuidado psicológico humano, aspecto criticado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como usuários do X narram suas experiências de "terapia" ou desabafos mediados pela IA, analisados a partir da lente da Abordagem Centrada na Pessoa. Os resultados demonstraram que, embora alguns relatos atribuam ao ChatGPT características de acolhimento, ausência de julgamento e até vínculos afetivos, a maioria das postagens evidenciou baixo alinhamento com os princípios rogerianos de empatia, aceitação incondicional e congruência. Isso reforça a noção de que a IA, apesar de acessível e disponível, não reproduz de forma autêntica a profundidade relacional necessária para uma prática terapêutica genuína.

Esses achados corroboram críticas da literatura e posicionamentos institucionais, como os do Conselho Federal de Psicologia, ao destacarem que a IA pode atuar como recurso complementar, mas não substitutivo, do encontro humano em Saúde Mental. Também revelam que a procura por chatbots reflete tanto barreiras de acesso a serviços psicológicos quanto a busca por espaços simbólicos de escuta e validação, ainda que limitados.

Como contribuições, a pesquisa oferece uma leitura pioneira das narrativas sociais sobre a prática de "fazer terapia com IA", propondo o Índice Rogeriano como ferramenta metodológica inovadora para mensurar a percepção de humanismo nessas interações. Tal proposta pode ser expandida e testada em outros contextos digitais e em diferentes línguas ou culturas.

Para trabalhos futuros, recomenda-se ampliar a amostra e diversificar as plataformas analisadas, contemplando não apenas o X, mas também outras redes sociais e fóruns de apoio online; realizar estudos longitudinais que acompanhem como as percepções sociais sobre a terapia mediada por IA se transformam ao longo do tempo; explorar a perspectiva de profissionais de Saúde Mental acerca do uso desses recursos, considerando seus impactos éticos, técnicos e clínicos; e, por fim, desenvolver metodologias mistas que articulem a análise netnográfica com entrevistas qualitativas, aprofundando a compreensão da experiência subjetiva dos usuários.

Em síntese, conclui-se que a IA, embora configure um espaço simbólico de acolhimento para alguns indivíduos, não substitui o vínculo humano autêntico que sustenta a prática terapêutica. O desafio que se coloca, portanto, é construir formas responsáveis e éticas de integração tecnológica, em que a inovação não obscureça, mas complemente, a centralidade da relação interpessoal no cuidado psicológico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Walcéa Barreto; PUGGIAN, Cleonice; FERREIRA, Juliana Rebelo. Pesquisando a rede, na rede e com a rede: articulações e perspectivas da Netnografia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 29–44, 2024. DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n2.2024.29.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF. 2018

CASTRO, Rodrigo Caprio Leite de. Os fundamentos da Abordagem Centrada na Pessoa na obra de Carl Ransom Rogers e a relevância deles para a prática clínica da Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 3170, 2022.

CHUNG, Neo Christopher; DYER, George; BROCKI, Lennart. **Challenges of large language models for mental health counseling**. arXiv preprint arXiv:2311.13857, 2023.

CONTAIFER, Juliana. **Terapia por IA?** Os riscos de pedir ajuda psicológica para o ChatGPT: cada vez mais comum, principalmente entre os jovens, hábito de pedir aconselhamento psicológico para IA preocupa especialistas. Metrópoles, 22 jun. 2025.

DOLCI, Renato. **O divã de silício:** por que tanta gente recorre ao ChatGPT para desabafar. InfoMoney, 27 abr. 2025.

FITARONI, Juliana Batista; COZZOLINO, Alba Daura Elias; SOUZA, Elionete Ferreira de; GUERRA, Kevilyn Bruna; BAPTISTA, Sayonara Lorenzatto; COSTA, Silvana Barbosa. **Psicoterapia centrada na pessoa:** o desenvolvimento das atitudes facilitadoras por terapeutas iniciantes. Repositório Digital UNIVAG, 19 dez. 2022.

FONTGALLAND, Rogério César; MOREIRA, Valéria. Da empatia à compreensão empática: evolução do conceito no pensamento de Carl Rogers. **Memorandum**, n. 23, out. 2012.

GRESKI DOS REIS, K.; GASPARIN, A. M. S. **A Abordagem Centrada na Pessoa na contemporaneidade**: o impacto ainda presente das atitudes facilitadoras. 2024.

GARCIA, Rafael. Terapia por IA tem riscos, mas pode ser benéfica se usada sob controle, dizem psicólogos. **O Globo**, 22 jun. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2025/06/22/terapia-por-ia-tem-riscos-mas-pode-ser-benefica-se-usada-sob-controle-dizem-psicologos.ghtml. Acesso em: 3 out. 2025.

ROGERS, C. R. Condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica na personalidade. In: WOOD, J. K.; DOXSEY, J. R.; ASSUMPÇÃO, L. M. et al. (org.). **A abordagem centrada na pessoa**. 5. ed. Vitória: EDUFES, 2010. (Artigo original: 1957).

ROGERS, C. R. **Terapia Centrada no Cliente.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. ROGERS, C. R. Tornar-se Pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROGERS, Carl R. **A way of being**. Boston: Houghton Mifflin, 1980.

ROGERS, Carl R. **A way of being**. Nova York: Houghton Mifflin, 1983.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **CFP divulga posicionamento sobre Inteligência Artificial no contexto da prática psicológica**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 03 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota de posicionamento em defesa da Psicologia e do SUS diante da IA em Saúde Mental**. SEI/CFP — Nota n. 5/2025, processo nº 576600003.000200/2025-70, 2025.

LAWRENCE, Hannah R.; SCHNEIDER, Renee A.; RUBIN, Susan B.; MATARIĆ, Maja J.; McDUFF, Daniel J.; JONES BELL, Megan. The Opportunities and Risks of Large Language Models in Mental Health: a review. **JMIR Mental Health**, v. 11, 2024; e59479. DOI: 10.2196/59479.

LERMAN, Kristina; CHU, Minh Duc; BICKHAM, Charles; LUCERI, Luca; FERRARA, Emilio. **Safe spaces or toxic places?** Content moderation and social dynamics of online eating disorder communities. arXiv preprint arXiv:2412.15721, 2024

MATARAZZO, Andrea; TORLONE, Riccardo. **A Survey on Large Language Models with some Insights on their Capabilities and Limitations**. arXiv preprint arXiv:2501.04040, 2025.

MOORE, Jared; GRABB, Declan; AGNEW, William; KLYMAN, Kevin; CHANCELLOR, Stevie; ONG, Desmond C.; HABER, Nick. **Expressing stigma and inappropriate responses**

prevents LLMs from safely replacing mental health providers. arXiv preprint arXiv:2504.18412, 2025.

MORAIS, Greiciele M.; SANTOS, Valdeci F.; GONÇALVES, Carlos A. Netnografia: origens, fundamentos, evolução e desenvolvimentos axiológicos e metodológicos. **The Qualitative Report**, v. 25, n. 2, p. 441–455, 2020. DOI: https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4227.

JIN, Yu; YANG, Jie; LI, Hong; WANG, Xiang; ZHANG, Rui; LI, Ming; CHEN, Qiang; HU, Shuang; LIU, Yan; ZHOU, Yang; WANG, Jun; XU, Tao; ZHOU, Xiang; ZHANG, Ying; LIU, Hui; ZHANG, Hao. The applications of large language models in mental health: scoping review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 27, e69284, 2025.

WANG, Liying; BHANUSHALI, Tanmay; HUANG, Zhuoran; YANG, Jingyi; BADAMI, Sukriti; HIGHTOW-WEIDMAN, Lisa. Evaluating generative AI in mental health: systematic review of capabilities and limitations. **Journal of Medical Internet Research**, v. 12, e70014, 15 maio 2025.

WAGSTAFF, Christopher; FERNANDES, Márcia Astrês. Inteligência artificial e as relações terapêuticas na Saúde Mental: possibilidades e desafios. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 98, n. 2, p. e024342, 19 jun. 2024. DOI: 10.31011/reaid-2024-v.98-n.2-art.2289

STANFORD UNIVERSITY. **New study warns of risks in AI mental health tools**. Stanford News, 11 jun. 2025.

STUPINSKI, Anne Marie. **Quantifying language changes surrounding mental health on Twitter**. 2021. 103 p. Tese (Mestrado em Sistemas Complexos e Ciência de Dados) — Universidade de Vermont, Burlington, 2021.

MOORE, Jared; GRABB, Declan; AGNEW, William; KLYMAN, Kevin; CHANCELLOR, Stevie; ONG, Desmond C.; HABER, Nick. **Expressing stigma and inappropriate responses prevents LLMs from safely replacing mental health providers**. arXiv, 25 abr. 2025.

AFAQ, M.; VASHISHT, K.; AL-DHOON, A.; ABRAHAM, D.; ATANASOV, A. G.; MATIN, M.; ARSHAD, Z.; KASHYAP, R.; NAWAZ, F. A. **Impact of #PCOSweightloss:** a global X hashtag analysis study of weight loss narratives in the PCOS community. Digital Health, v. 11, p. 1-13, 29 jan. 2025. DOI: 10.1177/20552076251314100. PMID: 39886094; PMCID: PMC11780629.

TAMURA, Yuto; TSUGAWA, Sho; WATABE, Kohei. **Revisiting information diffusion beyond explicit social ties:** a study of implicit-link diffusion on Twitter. arXiv, 13 maio 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Gabriel Mascarenhas Pereira**, *acadêmico de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Jorge Leon Rodrigues Martins**, *acadêmico de Engenharia de Software*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Douglas Aquino Moreno**, *Bacharel em Ciência da Computação*, Mestre, Docente, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES: A TERCEIRA MARGEM DO RIO

Raimunda Ribeiro Mascarenhas

Dayse Raquel Sousa da Silva
Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

RESUMO

O capítulo analisa os limites e as possibilidades da inclusão de pessoas neurodivergentes e com deficiência a partir de uma metáfora literária que diferencia presença e pertencimento. O estudo, desenvolvido como ensaio teórico com pesquisa bibliográfica de caráter interpretativo-crítico, discute neuroplasticidade, comunicação alternativa, barreiras escolares e laborais, estigma e métricas de normalidade. Conclui que a presença legal ou terapêutica não garante inclusão e defende a criação de vínculos, revisão de indicadores e transformação das práticas institucionais para promover pertencimento.

Palavras-chave: Inclusão; Neurodivergência; A terceira margem do rio.

INTRODUÇÃO

Há histórias que parecem inventadas só para nos dizer o que não conseguimos enxergar de outro jeito. Foi o que fez João Guimarães Rosa, quando escreveu A terceira margem do rio (1962). Um homem comum, de repente, decide viver sozinho em uma canoa, sem nunca mais voltar para casa. Não atravessa para o outro lado, nem retorna para o lugar de onde saiu. Fica ali, sempre no meio, sempre remando, sempre à vista mas sem nunca pertencer a lugar nenhum. Quem olha da margem sabe que ele existe, mas não sabe como nomeá-lo. É presença e ausência ao mesmo tempo.

Não é assim que acontece com tanta gente entre nós? Pessoas que estão na escola, mas não participam da roda de conversa. Que assinam o ponto na empresa, mas não têm voz nas decisões. Que aparecem nas estatísticas de inclusão, mas continuam sozinhas, isoladas, sem cais. Neurodivergentes, pessoas com deficiência, autistas, pessoas com TDAH. Também quem vive com dislexia, discalculia ou outras dificuldades de aprendizagem (Shaywitz, 2003). Quem enfrenta epilepsia, síndrome de Tourette ou paralisia cerebral. Quem tem síndrome de Down e tantas vezes é tratado como "eterno infantil". Quem traz altas habilidades e superdotação, e por isso carrega o estigma de ser "excêntrico". Quem convive com transtornos de humor, de ansiedade persistentes, de depressão, que mudam a forma de sentir e participar do mundo (Who, 2011). Todos eles navegando no mesmo rio social, mas muitas vezes sem margem que os acolha.

A ciência, por sua vez, parece dar esperanças. Descobriu a neuroplasticidade: a capacidade que o cérebro tem de se reorganizar, de aprender novos percursos, de refazer caminhos (Kolb; Gibb, 2014; Doidge, 2007). As terapias se multiplicaram: da fonoaudiologia à psicologia comportamental, da estimulação precoce à psicoterapia

para regulação emocional. Os relatórios trazem resultados: sintomas diminuem, desempenhos melhoram, estratégias funcionam (Faraone et al., 2021). A legislação também se orgulha: a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) assegura participação plena. Mas a vida mostra outra cena: cérebros mudam, papéis assinam direitos, terapias avançam e, mesmo assim, os sujeitos seguem sem cais. É como se os remos estivessem mais fortes, mas as margens permanecessem inacessíveis.

É nesse desencontro que falamos em inclusão, mas praticamos presença sem pertencimento. Crianças com dislexia ainda são chamadas de preguiçosas mesmo quando estudos, como o de Shaywitz (2003), já mostraram que sua dificuldade é neurológica, não falta de esforço. Estudantes com TDAH continuam vistos como "bagunceiros", estigma apontado em pesquisas (Faraone et al., 2021; Shaw et al., 2014). Jovens autistas são reduzidos à caricatura do "excêntrico" (Barnes; Mercer, 2010; Lord et al., 2021), enquanto pessoas com deficiência intelectual seguem sendo infantilizadas, tratadas como "eternas crianças" (Who, 2011; Sassaki, 2010). Adultos com depressão ou ansiedade, por sua vez, carregam a marca cruel de serem lidos como fracos (Corrigan; Watson, 2002; Gilbert, 2009). Com raríssimas exceções, mesmo estando na sala de aula, continuam isolados; no trabalho, seguem sem carreira; na vida, remam sem porto. E quando a lei garante, a prática desmente (Brasil, 2015; Brasil, 2020). A canoa é lançada ao rio, mas sem um cais para atracar.

Ao olharmos as psicologias, conseguimos vislumbrar diferentes paradigmas, por exemplo, a psicologia das emoções mostra que sentimentos só florescem plenamente quando são validados (Izard, 2007; Gross; Thompson, 2007). A psicologia social e comunitária lembra que pertencimento não é luxo, mas necessidade humana fundamental (Baumeister; Leary, 1995; Prilleltensky, 2001). A psicologia cultural e narrativa insiste: somos feitos de histórias, e quando a narrativa que nos envolve é de estigma, o destino é a exclusão (Bruner, 1990; White; Epston, 1990). Tudo converge para um mesmo ponto: reduzir sintomas não basta; sem vínculos, não há inclusão.

É essa travessia que este capítulo se propõe a fazer. Usando a literatura de Guimarães Rosa como metáfora e a ciência como guia, vamos analisar como diferentes neurodivergências e deficiências continuam habitando essa "terceira margem". Falaremos da promessa e dos limites da neuroplasticidade, da importância da comunicação como ponte, das barreiras na escola e no trabalho, do peso das narrativas culturais, do equívoco das métricas centradas em sintomas e, sobretudo, da urgência do pertencimento. Porque inclusão não é apenas estar presente na margem. Inclusão é desembarcar. É encontrar abraço esperando no cais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A metáfora de Guimarães Rosa como chave hermenêutica da inclusão

Guimarães Rosa não escreveu sobre inclusão, mas escreveu sobre o destino humano em A terceira margem do rio (1962), pois aquele homem que abandona tudo para viver em uma canoa nos obriga a pensar sobre quem existe sem lugar. Ele não partiu, não voltou, não chegou. Apenas ficou, remando. Quem o via, não sabia como nomeá-lo: era pai, mas não era; era vizinho, mas não convivia; era presença, mas não fazia parte. Não é exatamente isso que acontece com tantos que chamamos de diferentes?

Quando olhamos para as pessoas neurodivergentes e com deficiência, percebemos a mesma lógica, elas estão lá: na escola, no trabalho, na comunidade. Mas,

ao mesmo tempo, não estão. A presença não se traduz em participação. É o aluno que assiste à aula, mas não entra no grupo de amigos. O funcionário contratado por cota, mas nunca convidado para a reunião importante. A criança que aparece nos relatórios da política pública, mas que no recreio permanece sozinha. É a terceira margem de Rosa, agora não como ficção, mas como realidade social.

Bruner (1990), ao falar de psicologia cultural, já lembrava que somos feitos de narrativas. E algumas narrativas funcionam como cárcere: transformam sujeitos em rótulos, histórias em estatísticas, vidas em casos de manual. Rosa rompe com isso ao nos mostrar um personagem impossível de reduzir e nos desafia a ver, nos neurodivergentes, mais do que diagnósticos. A ciência confirma: não basta estar presente, é preciso pertencer (Baumeister; Leary, 1995).

O incômodo é inevitável. Porque se Rosa deixou seu homem na canoa como provocação literária, nós estamos deixando milhões de pessoas na mesma situação como prática social. Falamos em inclusão, escrevemos leis, aplicamos protocolos terapêuticos mas mantemos o cais fechado. E, enquanto isso, os sujeitos remam. Remam com esforço, com terapias, com apoio familiar. Mas remar não é desembarcar.

Por isso começamos este artigo com Rosa: porque ele nos oferece um espelho, oferece esse ponto de vista que possibilita ver que o que é absurdo na ficção é comum na vida, e o que deveria ser denúncia virou rotina. Se quisermos de fato falar em inclusão, precisamos aprender a olhar como ele olhou: enxergar a estranheza, nomear o desconforto, sentir o silêncio. Só assim poderemos transformar a terceira margem em porto.

1.2 Neuroplasticidade: possibilidades reais, limites sociais

A ciência adora prometer milagres. E um dos seus termos favoritos, hoje, é neuroplasticidade. A palavra soa quase mágica: o cérebro pode se reorganizar, aprender novos caminhos, refazer funções. Para quem convive com autismo, TDAH, dislexia, deficiência intelectual ou paralisia cerebral, isso é uma boa notícia. Significa que não há sentença final, não existe "cérebro condenado". O neurônio, afinal, é mais artista do que escravo: redesenha, improvisa, cria alternativas (Lent, 2019; Kolb; Gibb, 2021).

Krafte-Jacobs; Costa, (2018) abordam que estudos de neuroimagem mostram que crianças com dislexia, após intervenção fonológica intensiva, apresentam aumento de conectividade em áreas de linguagem . Em TDAH, programas de treino cognitivo mostraram melhora funcional associada a mudanças nas redes de atenção (FARAONE et al., 2021). No Brasil, Lent (2019) lembra que o cérebro não é só substrato biológico, mas território em diálogo constante com o ambiente e é nesse diálogo que a plasticidade acontece ou se atrofia.

Mas, porém, contudo, entretanto, de nada adianta mudar sinapses se as portas da escola continuam fechadas para a diferença, ou se o mercado de trabalho não oferece espaço real de progressão. A criança pode aprender novas estratégias de leitura, mas se for chamada de "preguiçosa" pelos colegas, a conquista se dissolve em dor. O jovem pode treinar a atenção, mas se o professor só enxergar "bagunça", o esforço perde lugar. A plasticidade cerebral existe, sim, mas não basta: como diz Damásio (2021), não há cérebro sem corpo, nem corpo sem cultura.

Eis a contradição: temos cérebros capazes de mudar, mas sociedades incapazes de acolher a mudança. A psicologia das emoções já mostrou que regulação não acontece no vácuo, mas em contextos de validação (Izard, 2007; Damásio 2021). A

psicologia comunitária reforça: saúde não é só ausência de sintomas, mas possibilidade de viver em ambientes justos (Prilleltensky, 2020). Sem esses portos, a neuroplasticidade se torna um presente inútil como entregar remos novos para quem continua proibido de atracar.

É por isso que precisamos deslocar o foco. Celebrar os avanços da neurociência é justo, mas insuficiente. O verdadeiro desafio não é só treinar cérebros, mas transformar margens. O cais não se constrói em laboratório, mas em escolas que reconheçam, em empresas que promovam, em políticas que saiam do papel. Do contrário, ficamos com a versão mais cruel da terceira margem: sujeitos que se reinventam por dentro, mas continuam impedidos de desembarcar por fora.

1.3 A fisioterapia frente às barreiras da inclusão social

Em síntese, a neuroplasticidade é a capacidade do cérebro de mudar, moldar e adaptar-se, em nível funcional e estrutural, ao longo de toda a vida humana (Chaves, 2023). É como se o próprio corpo tivesse guardado em si a sabedoria de se reinventar. Para além da discussão centrada nos sujeitos neurodivergentes, é fundamental reconhecer que as pessoas com deficiência também se inserem em um contexto de diversidade neurológica e funcional. No exemplo da paralisia cerebral, uma lesão no cérebro, não progressiva, as manifestações podem, sim, se modificar com o tempo. A neuroplasticidade, estimulada por terapias como fisioterapia para autonomia, fonoaudiologia, para expressão da alma e terapia ocupacional para viver a vida comum, ordinária, entre outras terapias que aproximam as diversidades cerebrais e os funcionamentos atípicos, torna-se então uma janela aberta, uma promessa de caminhos novos (Brasil, 2014; Pereira et al., 2024).

A fisioterapia, nesse cenário, não é apenas técnica: é um gesto cotidiano que ensina a levantar-se, dar passos, sentar-se, pegar e manusear objetos. Cada exercício, ainda que repetitivo, se converte em metáfora de conquista, onde o músculo que se fortalece, o movimento que se organiza, o corpo que encontra novas formas de habitar o mundo (Leite; Prado, 2004). Estudos recentes mostram que métodos intensivos de fisioterapia ampliam a função motora grossa em maior extensão do que terapias tradicionais (Lampert et al., 2025). E isso não significa apenas melhora clínica: significa poder atravessar a rua, brincar na praça, escrever o próprio nome, participar da vida.

As famílias, que tantas vezes se tornam o primeiro porto de esperança, buscam incansavelmente por terapias. A ciência avança, oferecendo recursos, tecnologias, abordagens inovadoras. Mas, em contrapartida, a sociedade nem sempre acompanha esse passo. É como se o corpo pudesse aprender a dançar, mas a festa permanecesse interditada. O tratamento progride, mas o mundo não abre espaço suficiente para que essas conquistas se tornem pertencimento.

Porque os limites não são apenas motores ou cognitivos: são sociais. As barreiras mais altas não estão no músculo que se recusa a obedecer, mas no olhar que insiste em excluir, na arquitetura que não prevê rampas, na política pública que não chega (Rodrigues et al., 2025). Assim, a reabilitação fisioterapêutica, ainda que eficaz, pode ter seu impacto reduzido se não for acompanhada de ações sociais que promovam inclusão. É como se a canoa avançasse, mas continuasse sem cais para atracar.

A exploração do potencial adaptativo do sistema nervoso só alcança plenitude quando encontra respaldo em uma sociedade que se reconhece diversa. A tríade reabilitação, autonomia e inclusão não pode caminhar separada: precisa estar

sustentada em políticas públicas, em apoio familiar, em comunidades que compreendam que todos têm lugar. O apoio da família, desde a infância, é parte essencial do cuidado integral (Brasil, 2014). Não apenas para estimular funções motoras, mas para construir experiências de pertencimento. Porque, no fim, mais do que andar, correr ou pegar objetos, o que cura é poder ser chamado pelo nome, ser esperado na roda, ser reconhecido no cais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este texto configura-se como ensaio teórico articulado a uma pesquisa bibliográfica. Como forma ensaística, privilegia a reflexão crítica, a experimentação conceitual e a relação entre subjetividade da(s) autor(as) e o objeto, sem obrigatoriedade de procedimentos empíricos padronizados (Meneghetti 2011)

Adota-se uma perspectiva interpretativa-crítica que reconhece a coexistência de múltiplos saberes e a necessidade de diálogo entre eles. O ensaio aqui proposto assume o princípio da não-identidade, a possibilidade de problematizar teorias estabelecidas e reconfigurar sentidos e vê a revisão bibliográfica como material segundo para alimentar reflexões, não como único sustentáculo da verdade definitiva (Meneghetti 2011)

As experiências e observações das autoras são utilizadas como vínculo interpretativo, servindo como ponto de partida para problematizar a literatura e para exemplificar como políticas e práticas se concretizam (ou falham) in loco. Essas experiências não substituem evidências empíricas, mas enriquecem a análise ao oferecerem práxis e casos que dialogam com a teoria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Inclusão incompleta: ainda sem porto

A palavra “inclusão” virou bandeira. Está nas leis, nas campanhas, nos discursos políticos. É repetida como um mantra. Mas basta caminhar pelos corredores de muitas escolas, empresas ou unidades de saúde para perceber o contraste: presença não é o mesmo que pertencimento. O aluno está matriculado, mas não tem amigos. O funcionário foi contratado, mas não participa das decisões. O paciente é atendido, mas não encontra continuidade no cuidado. A canoa foi posta no rio, mas o cais continua interditado.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) assegura igualdade de oportunidades e participação plena. No entanto, relatórios de monitoramento (Brasil, 2020) apontam lacunas gritantes entre a norma e a prática: escolas sem estrutura, falta de formação docente, serviços de saúde mental sobrecarregados, barreiras arquitetônicas e atitudinais persistentes. Sassaki (2010) já denunciava: inclusão não é apenas matricular, é garantir participação efetiva. E essa participação, sabemos, continua sendo exceção.

Mendes e Cia (2019), ao analisarem práticas de inclusão escolar no Brasil, mostram que muitos alunos com deficiência intelectual ou autismo estão fisicamente em sala, mas isolados nas interações sociais. No mundo do trabalho, Barghouti e Nielsen (2021) revelam que as cotas ampliam o acesso, mas não garantem progressão ou reconhecimento profissional. A psicologia comunitária chama isso de inclusão

simbólica: estar presente para cumprir protocolo, mas não ser de fato integrado na vida coletiva (Prilleltensky, 2020).

Emoções só ganham sentido quando encontram ressonância nos outros, no sentido que o aluno que aprende, mas permanece invisível aos colegas, experimenta a dor silenciosa de uma alegria não validada. O trabalhador que melhora sua produtividade, mas nunca é promovido, internaliza a mensagem de que seu esforço não tem valor. A clínica pode mostrar avanços, mas se a sociedade não os reconhece, o sujeito segue exilado na terceira margem.

O desafio, então, é deslocar o olhar: da matrícula para a amizade, do contrato para a carreira, do atendimento pontual para a rede de cuidado. Inclusão não pode ser apenas a foto bonita no relatório de gestão. Ela precisa ser cais real, habitável, onde a canoa finalmente encontra terra firme. Enquanto isso não acontecer, seguimos praticando a forma mais cruel de exclusão: aquela que finge incluir, mas deixa o sujeito sozinho no meio do rio.

3.2 Comunicação como ponte

Se há algo mais cruel do que não ser aceito, é não ser sequer ouvido. A comunicação é o que nos dá chão no mundo: nomeamos, pedimos, contamos histórias e rimos juntos. Quando ela falha ou não encontra espaço, o sujeito é empurrado de volta para a terceira margem. Não porque não queira participar, mas porque sua voz não atravessa o rio. É nesse ponto que a Comunicação Aumentativa e Alternativa (AAC) tem sido celebrada como ponte possível. Quadros de figuras, aplicativos em tablets, recursos de voz sintetizada: tudo isso serve para dizer, finalmente, "eu estou aqui".

Estudos recentes mostram a potência dessa ferramenta. O relatório de Light e McNaughton (2020) aponta que usuários de AAC não apenas melhoram a expressão, mas ampliam participação escolar e social. Soto e Yu (2020), em revisão internacional, confirmam que o acesso à comunicação transforma não só a vida do sujeito, mas também a percepção da comunidade que passa a reconhecê-lo como interlocutor legítimo. No Brasil, autores como Deliberato e colaboradores (2021) têm desenvolvido pesquisas aplicadas em educação especial, mostrando avanços, mas também ressaltando a urgência de ampliar políticas públicas e formação docente.

Mas aqui vem a contradição: ainda que tenhamos tecnologia, muitas vezes falta gente preparada para usá-la. Escolas sem internet, professores sem treinamento, famílias sem suporte. A pesquisa de Silva e Bersch (2020), no Brasil, evidencia esse abismo: os recursos existem, mas permanecem guardados em gavetas por falta de capacitação. É a ironia da inclusão: temos a ponte, mas ninguém aprende a atravessá-la. O resultado é que muitos seguem condenados ao silêncio, mesmo quando a ferramenta para falar está ao alcance das mãos.

Outro ponto crítico é a produção científica brasileira. Enquanto a literatura internacional tem avançado em estudos longitudinais, explorando impacto da AAC em autonomia e qualidade de vida (Binger et al., 2022), no Brasil os trabalhos ainda são pontuais e concentrados em poucos centros acadêmicos. Essa escassez precisa ser registrada: não se trata de ausência de demanda, mas de negligência histórica em investir em pesquisa e tecnologia inclusiva. O silêncio acadêmico, nesse caso, reforça o silêncio social.

Por isso, falar em inclusão sem falar em comunicação é ilusão. Ninguém pode pertencer se não pode dizer, perguntar, reclamar, contar piada. A AAC não é acessório tecnológico, mas condição de cidadania. Precisamos de políticas que garantam acesso,

formação e continuidade. Do contrário, seguiremos praticando a exclusão mais cruel: a que deixa a canoa isolada no rio não por falta de esforço, mas porque a voz nunca foi ouvida.

3.3 Escola inclusiva: presença não é participação

Poucas imagens são tão enganosas quanto a foto da matrícula, ali está o aluno com deficiência, sorrindo na carteira, registrado no censo escolar. E muitos comemoram: "estamos incluindo". Mas inclusão não é fotografia em ata nem presença em lista. Inclusão se mede no recreio, quando a criança é chamada para brincar; no grupo de colegas, quando é lembrada; na roda da hora do lanche, quando sua ausência faz falta. Do contrário, temos apenas presença sem participação. E presença sem participação é só outra forma de exclusão.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) assegura o direito à educação plena. Contudo, relatórios oficiais (Brasil, 2020) mostram que as escolas ainda tropeçam: faltam professores formados, materiais adaptados, práticas de convivência que garantam amizade e vínculo. Mendes e Cia (2020) analisam que, na maior parte das vezes, a inclusão escolar acontece no papel, mas não no coração da sala de aula. O aluno está lá, mas continua na terceira margem: presente no rio, mas sem cais de amizade.

A metáfora rosiana se cumpre nesse silêncio cotidiano. Assim como o homem da canoa é visto mas não chamado de volta, o estudante neurodivergente é percebido mas não convidado. Está ali, mas não pertence. E é nesse ponto que a arte ajuda a enxergar o que os relatórios técnicos não alcançam. Portinari, em Meninos Brincando (1944), pintou crianças correndo na rua, em roda, com braços e pernas entrelaçados. Nenhuma está de fora, todas se reconhecem no jogo. Essa cena simples, de comunidade infantil, é o que a escola deveria garantir: não apenas aprendizagem formal, mas a experiência de brincar junto, de ser parte.

A psicologia das emoções explica essa necessidade com clareza. Izard (2007) mostra que alegria só se consolida quando partilhada; Damásio (2021) reforça que emoção e cognição caminham juntas. Um aluno com dislexia que aprende a ler, mas não encontra reconhecimento nos colegas, experimenta uma vitória amputada. Um jovem com TDAH que consegue se concentrar, mas não é chamado para dividir tarefas, sente sua conquista virar solidão. O cérebro pode ser plástico, mas sem afeto não há aprendizado que se sustente.

O desafio, então, é mudar o critério de sucesso escolar. Não basta contar quantos foram matriculados; é preciso perguntar quantos têm amigos. Não basta medir desempenho em provas; é preciso medir vínculos, convites, presença afetiva. Portinari nos lembra que a escola deveria ser como a rua de sua tela: espaço de roda, de encontro, de todos no jogo. Enquanto não entendermos isso, seguiremos praticando a exclusão travestida de estatística. Canoas cheias de alunos, sim mas sem cais de convivência.

3.4 Trabalho e carreira: o porto interditado

Trabalhar deveria ser parte do desembarque. Mas, para muitas pessoas com deficiência, o emprego formal é antes porto de passagem do que porto firme. Segundo dados de 2024 do eSocial, há cerca de 545.940 pessoas com deficiência inseridas no

mercado formal no Brasil, principalmente em empresas com obrigação legal de cotas. Mas estar lá não significa subir.

Num levantamento da Radar da Inclusão, descobriu-se que 84% das pessoas com deficiência não ocupam cargos de liderança, gerência, coordenação ou supervisão são exceção. E menos de 2% chegaram a diretoria ou presidência. Pesquisa sistemática recente confirma: embora existam leis e políticas públicas, há escassez de oportunidades reais de crescimento profissional para a maioria.

Em Montes Claros-MG, estudo local revela que trabalhadores com deficiência percebem que, embora estejam empregados, muitos não enxergam caminho claro de progressão. A permanência no trabalho muitas vezes se dá em funções repetitivas ou sem possibilidades de evolução. Essa percepção é tão comum que se torna norma, não exceção.

Há também evidências de que desigualdade salarial persiste, de modo que pessoas com deficiência ganham menos, têm menos bônus ou aumentos, e muitos não sabem sequer se há plano de carreira em suas empresas. Pesquisa da Mais Diversidade mostra que grande parte dos funcionários não sabem se existe plano de desenvolvimento para PCDs.

A conclusão é dolorosa: progredir profissionalmente continua sendo privilégio de poucos. Há, sim, inserção; há, sim, presença; mas raramente há percurso visível, ascensão de cargo, reconhecimento estratégico. E isso não se deve à falta de vontade, mas à ausência de políticas de carreira claras, à liderança pouco comprometida e à cultura organizacional que repele singularidade. Canoas cheias de PCDs, sim, mas sem cais de ascensão.

3.5 Narrativas culturais: quando a margem ensina o rio

Guimarães Rosa deixou um homem silencioso no meio do rio e a aldeia tratou de lhe emprestar rótulos. Com as crianças acontece parecido: quando a narrativa da margem decide quem “pertence” e quem “estraga o jogo”, a infância aprende rápido a repetir o enredo. A criança autista vira “excêntrica”, a com dislexia “preguiçosa”, a com deficiência intelectual “eterna criança”. E as outras ditas típicas aprendem a olhar. Aprendem a imitar a margem. É assim que o estigma educa: ensinando a excluir antes de ensinar a conviver. As consequências não são literárias; são mensuráveis. Uma revisão sistemática recente mostra que estudantes com dificuldades específicas de aprendizagem carregam estigmas que corroem autoestima, participação e desempenho (Haft; Hoeft, 2022).

No cotidiano escolar brasileiro, o roteiro é ainda mais explícito: pesquisas apontam maiores taxas de bullying e violência contra estudantes com deficiência, com impactos diretos em socialização e trajetória escolar (Miranda, 2023). Mapeamentos nacionais também falam em desigualdades persistentes no acesso e permanência (IBGE/MDH, 2025). Quando o estigma ocupa a sala, o aprendizado deixa de ser encontro e vira sobrevivência: menos convites no recreio, menos grupos de trabalho, menos chances de praticar a linguagem da amizade — que é, afinal, o alfabeto do pertencimento.

O efeito não atinge só quem é alvo. As crianças típicas também se desenvolvem sob essas histórias. Em sala de aula, ameaças de estereótipo (ser “o que não consegue”, “o que atrapalha”, “o que não é bom em matemática”) aumentam ansiedade e prejudicam desempenho um fenômeno amplamente documentado e que segue sendo medido em contextos escolares (Seo, 2021; Luo et al., 2024). Quando a cultura da

turma normaliza rótulos, as crianças típicas aprendem a naturalizar a distância, perdem oportunidades de empatia e reduzem seu próprio repertório de convivência. Em contraste, intervenções escolares que trabalham consciência sobre deficiência e contato significativo vêm mostrando melhora de atitudes e comportamentos pró-inclusão entre os colegas sem deficiência, ainda que os efeitos de longo prazo precisem de mais estudos rigorosos (Waqas et al., 2020; Crocket et al., 2025; revisão de programas escolares em 2025).

Para as crianças atípicas, o peso é duplo: além do esforço para aprender e se regular, enfrentam a maré das narrativas. Em autismo, por exemplo, revisões de intervenções baseadas na escola mostram ganhos em engajamento com pares, iniciações e reciprocidade quando a equipe é formada e a cultura da turma muda — mas ainda há lacunas em amizade recíproca e nomeações recebidas, sinalizando que a margem resiste (Tsou et al., 2024). Em dificuldades de aprendizagem, o estigma associado à "falta de esforço" continua se relacionando com a baixa autoeficácia e retraimento acadêmico (Haft; Hoeft, 2022). Em deficiência intelectual, a literatura global e relatórios educacionais apontam exclusão social e isolamento como barreiras centrais (Special Olympics, 2021; sínteses brasileiras recentes também registram pertencimento mais baixo e maior exposição a bullying entre grupos de DI em comparação com seus pares de altas habilidades) (Nakano et al., 2024).

A boa notícia é que narrativas podem ser ensinadas de outro jeito. Estudos e meta-análises com crianças e adolescentes mostram que programas de redução de estigma especialmente os que combinam educação e contato significativo com pessoas que vivem aquela condição melhoram atitudes e alguns comportamentos no curto prazo (Waqas et al., 2020; Crocket et al., 2025). Em escolas, intervenções estruturadas voltadas ao autismo vêm aumentando a posição social e número de amigos nomeados pelos próprios estudantes, quando há formação de equipe e ajustes ecológicos consistentes (Tsou et al., 2024). Ainda faltam RCTs de seguimento longo e mais produção brasileira recente centrada em convivência e amizade (Smythe et al., 2020; Tessaro, 2022), mas o vetor está claro: quando a turma muda a história, o rio muda de curso.

Em termos rosianos: se quisermos que a canoa não seja destino, mas travessia, precisamos ensinar a margem a receber. Isso significa currículos que incluam letramento em deficiência, rotinas de contato guiado e mediação por pares, acompanhamento de indicadores de vínculo (não só de notas), além de políticas anti-bullying que enxerguem a deficiência como marcador de vulnerabilidade. A infância típica e atípica aprende com as histórias que contamos e com as que repetimos sem pensar. Quando a escola e a comunidade reescrevem essas histórias, a terceira margem começa a virar cais.

3.6 O equívoco das métricas centradas em sintomas

A aldeia de Rosa não media quantas vezes o homem remava. Apenas o olhava de longe, inventando histórias. Na nossa aldeia moderna, inventamos métricas: quantos alunos com deficiência estão matriculados, quantos autistas recebem laudo, quantas pessoas com deficiência têm carteira assinada. Contamos sintomas, papéis e registros. E confundimos número com inclusão. É o equívoco da estatística que acha que porque a canoa existe, o cais está pronto.

Na saúde e na educação, isso aparece de forma gritante. Crianças são medidas por déficits, pelos erros de leitura, pelos minutos de atenção, pelas crises de ansiedade.

Raramente se mede pertencimento, amizade ou participação comunitária. A crítica é antiga, mas continua atual: em revisão de literatura, Haertl e colegas (2021) destacam como os indicadores de sucesso em inclusão escolar permanecem centrados em desempenho acadêmico e não em vínculos. No Brasil, Tessaro (2022) mostrou que, em estudos sobre bullying contra crianças com deficiência, pouco se avalia a qualidade das interações entre pares, que é, justamente, o coração da inclusão.

Mas reduzir inclusão a sintomas não é só problema da deficiência. É também problema da diversidade mais ampla. Em 2022, o relatório da UNESCO lembrou que políticas de inclusão precisam contemplar raça, gênero, classe, língua, religião e território como dimensões inseparáveis. A exclusão pode acontecer por um laudo, mas também por um sobrenome, um endereço periférico, um sotaque, uma roupa. Dados recentes do IBGE (2023) confirmam que estudantes negros e indígenas, mesmo quando matriculados, enfrentam taxas maiores de evasão e repetência outro tipo de terceira margem, construída não por diagnóstico, mas por cor de pele ou lugar de nascimento.

A psicologia nos conta que os sintomas são efeitos, não causas (Prilleltensky, 2020). Se olhamos apenas para o que falta no indivíduo, não vemos o que falta no contexto. Uma pessoa trans que abandona a escola não o faz por déficit de atenção, mas por hostilidade cotidiana. Um estudante de comunidade quilombola que não consegue acompanhar o ritmo escolar não carece de capacidade, mas de currículo que reconheça sua história. Uma pessoa com deficiência que entra em uma empresa sem chance de promoção não tem ausência de competência, mas ausência de plano de carreira. Enquanto só olharmos para sintomas individuais, perderemos de vista a cultura da margem que continua interditando o cais.

É hora de inverter o jogo das métricas. Não basta saber quantos foram diagnosticados, matriculados ou contratados. Precisamos medir quantos pertencem, quantos participam, quantos encontram reconhecimento e abraço. Inclusão, no sentido amplo, seja por deficiência, raça, gênero, classe, religião, língua ou território, não é só lançar canoas no rio. É garantir cais plurais, onde todas as travessias possam encontrar pouso.

3.7 Psicologia das emoções e o pertencimento: a alma que clama cais

Guimarães Rosa nunca disse que o homem da canoa chorava. Mas nós sabemos que sim. Porque ninguém atravessa o rio em silêncio absoluto. Existe um choro invisível, que não faz barulho mas corrói por dentro: o de quem é visto, mas não é chamado; o de quem está presente, mas não pertence. A psicologia das emoções dá nome a esse choro: solidão, exclusão, vergonha, autoimagem ferida. É a dor de alma que não aparece em laudos nem em estatísticas, mas que marca cada travessia.

Pesquisas recentes confirmam essa ferida. Um estudo multicêntrico mostrou que pessoas com deficiência relatam níveis mais altos de solidão e isolamento social, fatores associados à depressão e ansiedade (Emerson et al., 2021). No Brasil, Cavalcante e colaboradores (2021) registraram que jovens autistas relatam sentir mais impacto da rejeição social do que de suas próprias dificuldades cognitivas. A dor não vem do diagnóstico em si, mas da forma como a margem os olha. A canoa não dói: o que dói é não ter cais.

A vergonha é outra ferida profunda. Corrigan e Kosyluk (2020) mostram que o estigma internalizado mina a autoestima e reduz a busca por oportunidades. Em pesquisa qualitativa, estudantes com dificuldades de aprendizagem descreveram sentir-se “marcados”, “expostos” e “menores” diante dos colegas (Haft; Hoeft, 2022). É a

alma reduzida a um rótulo. A psicologia chama isso de ameaça de estereótipo; mas, para quem vive, é só uma sensação de viver sempre na borda, nunca no centro.

E o pertencimento? A ciência é clara: pertencer não é luxo, é necessidade básica. Baumeister e Leary já haviam afirmado que vínculos são tão fundamentais quanto comida e abrigo. Estudos mais recentes reforçam: jovens com deficiência que relatam amizade e aceitação mostram maior regulação emocional e melhores índices de saúde mental (Tsou et al., 2024). Em contraste, a ausência de pertencimento está ligada a maior risco de depressão, autoagressão e até suicídio (Miranda, 2023). A alma pede cais. Quando não encontra, adoece.

Por isso este artigo insiste: inclusão não pode se limitar a rampas, laudos, cotas ou protocolos. É preciso garantir abraço, roda, convite, partilha. A psicologia das emoções nos lembra que alegria só se consolida quando compartilhada (Izard, 2007); Damásio (2021) reforça que emoção e cognição caminham juntas, e sem vínculo não há aprendizagem nem trabalho que floresça. O clamor do pertencimento é o mesmo de Rosa: não se trata de remar para sempre, mas de poder, um dia, desembarcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guimarães Rosa nos deixou o homem da canoa, condenado a existir sem porto, eternamente entre margens. Nós, em pleno século XXI, seguimos repetindo a cena. Pessoas com deficiência, com neurodivergências, com histórias que escapam ao padrão, continuam atravessando o rio sem desembarque. Não é falta de esforço, nem de neuroplasticidade, nem de terapias: é falta de cais. E cais, como a psicologia nos lembra, não se constrói sozinho: é obra de comunidade, de cultura, de política.

A ciência é clara: pertencimento não é acessório, é vital. Estudos mostram que inclusão social reduz solidão e melhora indicadores de saúde mental (Emerson et al., 2021); que amizades ampliam regulação emocional e autoestima (Tsou et al., 2024); que contextos de acolhimento previnem depressão e risco de suicídio (Miranda, 2023). A psicologia cultural e comunitária insiste: sem vínculos, não há saúde; sem afeto, não há aprendizado; sem reconhecimento, não há carreira (Prilleltensky, 2020).

Mas não basta denunciar: é preciso propor. Os caminhos práticos para construir pertencimento já estão traçados em pesquisas e experiências.

1. Na escola: implementar programas de mediação por pares, currículos que incluam letramento em deficiência, formação docente contínua, monitoramento de vínculos além de notas (Chambers et al., 2021; Mendes; Cia, 2020).
2. No trabalho: revisar planos de carreira, garantir acessibilidade tecnológica e atitudinal, criar mentorias e lideranças inclusivas (Barghouti; Nielsen, 2021; Radar da Inclusão, 2023).
3. Na comunidade: promover campanhas que disputem narrativas, criar espaços de convivência intergeracionais, investir em cultura e esporte como pontes de encontro (UNESCO, 2022).
4. Na política pública: monitorar indicadores de pertencimento, não apenas matrículas ou contratações; avaliar vínculos, amizades, participação em grupos e progressão real.

Pertencer é verbo coletivo. É abraço que espera no cais, roda que se abre para brincar, cargo que se oferece por competência, amizade que chama pelo nome. É a antítese do silêncio da canoa. Precisamos deixar de contar quantas canoas navegam e começar a construir portos seguros para que todas possam atracar.

Se Rosa escreveu a impossibilidade como metáfora, nós não temos esse direito. Nosso compromisso ético e político é o contrário: transformar a travessia em chegada, a terceira margem em cais, o exílio em abraço. Porque inclusão de verdade não é só garantir presença; é garantir pertencimento. E pertencimento, como mostram a ciência e a poesia, é o que nos salva uns aos outros.

REFERÊNCIAS

BARGHOUTI, S.; NIELSEN, K. Neurodiversity at work: Employer and employee perspectives. **Journal of Vocational Behavior**, v. 128, p. 103590, 2021.

BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological Bulletin**, v.117, n.3, p.497–529, 1995.

BARNES, Colin; MERCER, Geof. **Exploring disability**. 2. ed. Cambridge: Polity, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, 30 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRUNER, Jerome. **Acts of meaning**. Cambridge, MA : HarvardUniversity Press, 1990.

CAVALCANTE, L. et al. Narrativas sociais e autismo: percepções de jovens sobre estigma. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 4, p. 763–778, 2021.

CHAMBERS, N. et al. Peer-mediated interventions for children with autism spectrum disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 51, n. 3, p. 765–777, 2021.

CHAVES, José Mário. Neuroplasticidade, memória e aprendizagem: Uma relação atemporal. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 40, n. 121, p. 66-75, abr. 2023 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862023000100007&lng=pt&nrm=iso>. https://doi.org/10.51207/2179-4057.20230006.

CORRIGAN, P.; KOSYLUK, K. Stigma, discrimination, and mental health outcomes. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 16, p. 527–550, 2020.

CORRIGAN, Patrick W.; WATSON, Amy C. Understanding the impact of stigma on people with mental illness. **World Psychiatry**, v.1, n.1, p.16–20, 2002.

CROCKETT, M. A. Interventions to reduce mental health stigma in young people: multivariate meta-analysis of RCTs. **JAMA Network Open**, 2025. (efeitos de curto prazo; necessidade de seguimento longo). JAMA Network+1.

DAMÁSIO, António. **Sentir & saber:** a nova ciência da consciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

PEREIRA, Davi; ARTHUR, Emanuel; JÚLIO, Kelly; RODRIGUES, Vinícius. PARALISIA CEREBRAL E SEUS DESAFIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 6, n. 9, p. 3865–3874, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n9p3865-3874. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/3671.

DOIDGE, Norman. **The brain that changes itself:** stories of personal triumph from the frontiers of brain science. New York: Viking, 2007.

EMERSON, Eric et al. Loneliness, social support, social isolation and wellbeing among working-age adults with and without disability. **Disability and Health Journal**, v. 14, n. 1, 2021.

FARAONE, Stephen V. et al. The World Federation of ADHD international consensus statement: 208 evidence-based conclusions about the disorder. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v.128, p.789–818, 2021. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2021.01.022.

GILBERT, Paul. **The compassionate mind:** a new approach to life's challenges. London: Constable & Robinson, 2009.

GROSS, James J.; THOMPSON, Ross A. Emotion regulation: conceptual foundations. In: GROSS, James J. (Ed.). **Handbook of emotion regulation**. New York: Guilford Press, 2007. p.3–24.

HAERTL, Kristen et al. Inclusive education outcomes: beyond academic performance. **International Journal of Inclusive Education**, v. 25, n. 12, p. 1401–1417, 2021.

HAFT, S.; HOEFT, F. Consequences of stigma and stereotype threat for individuals with specific learning disabilities. **Frontiers in Psychology**, 2022.

HAFT, Stephanie L.; HOEFT, Fumiko. A systematic review of the consequences of stigma and stereotype threat for individuals with specific learning disabilities. **Frontiers in Psychology**, 2022. PMC

IBGE. **Educação 2023:** indicadores de acesso, permanência e desigualdade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE/MDH. **Desigualdades educacionais para pessoas com deficiência** (briefing Censo 2022/2025). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025. Serviços e Informações do Brasil.

IZARD, Carroll E. Basic emotions, natural kinds, emotion schemas, and a new paradigm. **Perspectives on Psychological Science**, v.2, n.3, p.260–280, 2007. DOI: 10.1111/j.1745-6916.2007.00044.x.

KOLB, Bryan; GIBB, Robbin. Searching for the principles of brain plasticity and behaviour. **Cortex**, v.58, p.251–260, 2014. DOI: 10.1016/j.cortex.2013.11.012.

LAMPERT, GR; OBLANCA, JV; MARTINS, DF. **From astronauts to stroke survivors:** how the TheraSuit Method® can boost balance and recovery. Front. Neurol. 2025

LEITE, JMRS, PRADO GF do. Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos. **Rev Neurocienc**. 31º de março de 2004. 12(1):41-5. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8886

LORD, Catherine et al. Lancet Commission on the future of care and clinical research in autism. **The Lancet**, v.399, n.10321, p.271–334, 2022 (publicado online em 7 dez. 2021). DOI: 10.1016/S0140-6736(21)01541-5.

LUO, Y. The impact of math-gender stereotypes on students' achievement: mechanisms and implications. **Frontiers in Psychology**, 2024.

MENDES, E. G.; CIA, F. Inclusão escolar: avanços e desafios no Brasil. **Educar em Revista**, n. 73, p. 101–118, 2020.

MIRANDA, L. L. Violência contra estudantes com deficiência: preconceito e exclusão. **Educação & Sociedade**, 2023.

NAKANO, T. C. et al. Pertencimento escolar, violência e bullying em grupos de AH/SD e DI. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, 2024. Pepsic.

PRILLELTENSKY, Isaac. **Health, Psychology and Social Justice:** Historical and Emerging Issues. Cham: Springer, 2020.

PRILLELTENSKY, Isaac. Value-based praxis in community psychology: moving toward social justice and social action. **American Journal of Community Psychology**, v.29, n.5, p.747–778, 2001.

Radar da Inclusão. **Relatório Talento Incluir** / Instituto Locomotiva, 2023.

RODRIGUES, Adriely Evelly Gabriel; NASCIMENTO, Amanda Natielle da Conceição; LIMA, Larissa Silva; FERNANDES, Leonardo Camisassa. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma revisão sistemática da literatura. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 29, n. 146, 27 maio 2025. DOI: https://doi.org/10.69849/revistaft/cs10202505271612.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SEO, Eunsoo. Stereotype threat in high school classrooms: how it links to motivation and achievement. **Frontiers in Psychology**, 2021.

SHAW, Philip; STRINGARIS, Argyris; NIGG, Joel; LEIBENLUFT, Ellen. Emotion dysregulation in attention deficit hyperactivity disorder. **American Journal of Psychiatry**, v.171, n.3, p.276–293, 2014. DOI: 10.1176/appi.ajp.2013.13070966.

SHAYWITZ, Sally E. **Overcoming dyslexia:** a new and complete science-based program for reading problems at any level. New York: Alfred A. Knopf, 2003.

SMYTHE, T. et al. **Systematic review of interventions for reducing stigma experienced by children with disabilities and families**. IJERPH, 2020.

TESSARO, Maria. Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise da produção. **Revista de Educação Especial**, v. 35, n. 1, p. 1–18, 2022.

TSOU, Y.-T. et al. School-based interventions for increasing autistic pupils' social inclusion. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, 2024.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2022:** Inclusion and Education. Paris: UNESCO, 2022.

WAQAS, A. Interventions to reduce stigma related to mental illnesses in educational institutes: systematic review. **Psychiatry Research**, 2020. PMC

WHITE, Michael; EPSTON, David. **Narrative means to therapeutic ends**. New York: Norton, 1990.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); WORLD BANK. **World report on disability**. Geneva: World Health Organization, 2011.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Raimunda Ribeiro Mascarenhas**, *Pedagoga, Especialista.*
2. **Dayse Raquel Sousa da Silva**, Fisioterapeuta, Especialista, FESP – Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.

ISSN 2595-2110

DO VÍNCULO À AUTONOMIA: A CONJUGALIDADE SIMBIÓTICA E O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO FEMININA NA PSICOLOGIA JUNGUIANA

Caio Cesar Brum
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Gabriela Pessoa Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto
Universidade Federal do Tocantins

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O capítulo analisa os limites e as possibilidades da inclusão de pessoas neurodivergentes e com deficiência a partir de uma metáfora literária que diferencia presença e pertencimento. O estudo, desenvolvido como ensaio teórico com pesquisa bibliográfica de caráter interpretativo-crítico, discute neuroplasticidade, comunicação alternativa, barreiras escolares e laborais, estigma e métricas de normalidade. Conclui que a presença legal ou terapêutica não garante inclusão e defende a criação de vínculos, revisão de indicadores e transformação das práticas institucionais para promover pertencimento.

Palavras-chave: Individuação; Psicologia Junguiana; Orobórico; Identidade Feminina.

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento feminino, a mulher passa por diferentes fases psíquicas que influenciam sua identidade e seu processo de individuação. Inicialmente, na infância, ela está fortemente vinculada à figura materna, o que garante segurança e fortalecimento emocional. Posteriormente, no estágio do oroboro paterno, forças inconscientes emergem e a mulher sente-se atravessada por uma energia masculina impessoal, sem projeção em um homem específico. Na fase patriarcal, essa energia se torna concreta, frequentemente associada a um parceiro, podendo levar à perda de si mesma se houver identificação excessiva com aspectos masculinos. Permanecer fixada em qualquer uma dessas fases compromete a individuação, impedindo a mulher de acessar outras partes da sua identidade, para Neumann (2000).

Para Stein (2004), a integração do animus, um dos polos da psique, é essencial para que a mulher alcance uma identidade mais equilibrada. No entanto, cabe salientar que, a projeção do animus no outro é um processo natural, podendo se tornar prejudicial quando resulta em dependência excessiva e perda de autonomia. Para evitar esse ciclo, é necessário um olhar consciente sobre as projeções, diferenciando o que pertence à própria mulher e o que é do Outro. Esse movimento favorece relações mais

autênticas e equilibradas, fortalecendo sua identidade. No contexto terapêutico, esse processo pode ser facilitado, permitindo a elaboração dessas dinâmicas e promovendo a maior autonomia emocional.

É importante destacar que os fatores que envolvem a mulher não se limitam apenas aspectos psíquicos internos, mas também à cultura em que está inserida. Zanello (2018) aponta que, ao longo da história, comportamentos femininos que desafiavam normas estabelecidas, como a vivência da sexualidade fora do casamento ou a recusa da maternidade, era interpretado como desvio ou até mesmo sinais de transtorno mental. Enquanto os homens eram pressionados a assumir o papel de provedores, às mulheres era imposto um ideal de fragilidade e submissão. A cultura patriarcal consolidou essa distinção, promovendo a independência masculina e a dependência feminina, levando muitas mulheres a internalizarem o silêncio como forma de manter seus relacionamentos. Esse modelo ainda influencia a saúde mental e a autonomia feminina, tornando fundamental uma análise que leve em conta essas estruturas sociais.

Nesse sentido, o mito de Eros e Psiquê oferece uma representação simbólica do desenvolvimento psicológico feminino e da problemática de viver fusionada na conjugalidade. Por meio de metáforas, a narrativa ilustra o percurso da mulher rumo à individuação e à conquista da autonomia para além do vínculo com Eros. Segundo Baptista (2016) e Neumann (2017), ao romper esse ciclo, Psiquê introduz luz e consciência em sua jornada, possibilitando a construção do amor próprio e afastando-se de um estado regido apenas por impulsos inconscientes. Sua trajetória reflete um processo de transformação, no qual cada prova imposta por Afrodite simboliza desafios que, ao serem superados com auxílio externo e esforço pessoal, impulsionam seu amadurecimento. Esses obstáculos não apenas exigem resiliência, mas também despertam sua consciência sobre sua própria força, sendo a descida ao mundo dos mortos a etapa final desse crescimento.

Diante desse contexto, é fundamental abordar a perspectiva junguiana no processo de individuação da mulher, pois compreender os mecanismos que sustentam a dependência psíquica no vínculo conjugal possibilita reflexões sobre o fortalecimento da identidade feminina. Fatores culturais e estruturais historicamente moldaram a experiência das mulheres, dificultando sua autonomia emocional e perpetuando dinâmicas de submissão. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de ampliar o entendimento sobre a identidade feminina e os desafios culturais que atravessam seu desenvolvimento psíquico, contribuindo para práticas terapêuticas mais eficazes e para o fortalecimento da autonomia da mulher perante os vínculos conjugais.

A pergunta central que orienta a pesquisa é: "Como a Psicologia Junguiana pode contribuir para o processo de individuação de mulheres?". O problema principal consiste em compreender de que maneira o vínculo simbiótico com o parceiro conjugal afeta a identidade feminina, partindo da hipótese de que essa dinâmica pode dificultar o processo de individuação. Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar, sob a perspectiva da Psicologia Junguiana, como essa relação impacta o processo de individuação da mulher.

Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos quatro eixos principais: Examinar o conceito de individuação e seu papel na transformação da identidade feminina; Analisar o mito de Eros e Psiquê à luz da Psicologia Junguiana, compreendendo como o vínculo orobórico e sua superação influenciam esse processo; Comparar artigos acadêmicos contemporâneos sobre a relação conjugal e seu impacto na construção da identidade feminina no contexto sociocultural e analisar artigos acadêmicos sobre o

impacto do vínculo simbiótico com o parceiro conjugal na identidade feminina, sob a ótica da Psicologia Junguiana.

Diante de todas essas questões, este estudo objetivou, a partir de uma revisão do estado da arte, mapear e discutir artigos acadêmicos sobre a temática do impacto do vínculo simbiótico com o parceiro conjugal na identidade feminina, no período de 2019 a 2024.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Estágios do Desenvolvimento Psíquico da Mulher: Um Percurso Rumo à Individuação

Antes de atravessar transformações ao longo da vida, a mulher passa pelas etapas do desenvolvimento humano. O primeiro estágio ocorre na vida intrauterina e nos primeiros meses após o nascimento, quando o bebê vive uma fusão total com a cuidadora. Além de nutrir e cuidar, a mãe estabelece um vínculo profundo com a criança por meio de seus pensamentos e sentimentos. Como destaca Winnicott (2022, p. 72), "desde o nascimento o bebê já é um indivíduo que necessita ser reconhecido, e ninguém pode conhecê-lo melhor do que a própria mãe."

Neumann (1995), e Parisi (2009) definem esse estágio inicial como "uroboro matriarcal", em que o ego ainda não está formado e a criança permanece profundamente ligada à mãe, que se torna sua principal referência. As meninas tendem a desenvolver o ego em continuidade com a mãe, enquanto os meninos o constroem em oposição a ela. Com o tempo, essa identificação pode se prolongar, resultando em uma fixação no oroboro matriarcal. Nesses casos, mesmo na vida adulta, a mulher pode manter uma imaturidade em relação ao seu si-mesmo.

Ainda que essa identificação possa se prolongar, é essencial que essa fase seja vivenciada, pois proporciona uma base segura para a construção da identidade. Um vínculo afetivo consistente com a cuidadora e um ego fortalecido contribuem para uma estrutura psíquica sólida, favorecendo relações mais equilibradas e confiantes ao longo da vida. Por outro lado, a falta de contato afetivo e suporte adequado pode comprometer o desenvolvimento emocional, gerando dificuldades pessoais no futuro, conforme apontado por Winnicott (2022).

Hollis (2019) reforça isso abordando que diante da falta de proteção e afeto adequados na infância, a criança pode desenvolver padrões de dependência ou passar a vida buscando incessantemente um vínculo afetivo mais seguro. Assim, uma mulher que vivenciou negligência na infância tende a buscar sucessivamente novos parceiros, mas frequentemente termina os relacionamentos frustrada e desiludida. Isso ocorre, em parte, porque sua necessidade emocional pode afastar os companheiros, como também, porque ela tende, inconscientemente, a se envolver com homens emocionalmente indisponíveis, repetindo a dinâmica vivenciada na infância.

O segundo estágio, oroboro paterno, marca a invasão de forças inconscientes da psique feminina, levando a mulher a confrontar sua identidade sem projetá-la em um homem específico (Neumann, 2000). No mito de Eros e Psiquê, esse estágio é representado pelo rapto da virgem mortal por um deus, simbolizando a escolha entre permanecer inconsciente ou avançar na individuação (Neumann, 2017). Já no estágio patriarcal, o princípio masculino se torna concreto, mas pode levar à perda do Self caso a mulher se identifique excessivamente com aspectos masculinos, distanciando-se de sua essência ao se vinculando de forma importante com essa figura (Lima, 2002, apud Parisi, 2009).

ISSN 2595-2110

De acordo com Zanello (2018), essa dinâmica é bastante presente em casamentos tradicionais patriarcais, onde os papéis de gênero são rigidamente definidos. Essa estrutura pode levar à crença equivocada de que um depende do outro por possuir capacidades que o outro não tem, o que fortalece uma simbiose que sustenta a cultura patriarcal. Acredito que, apreciar esse estágio, pode gerar certa sensação de acolhimento e proteção tanto para o homem quanto para a mulher, entretanto torna-se importante salientar que a fixação excessiva nessa dinâmica pode gerar sofrimento, limitando o crescimento e autonomia de ambos, assim podendo causar agravos à saúde mental.

Esses estágios psicológicos acompanham a mulher à medida que ela atravessa diferentes fases de seu desenvolvimento. Vale destacar que, mesmo na vida adulta, há a possibilidade de revisitar essas dinâmicas psíquicas, o que pode ser um movimento natural para a integração do Self. No entanto, o problema surge quando há a fixação nessas etapas, que pode limitar o crescimento e a busca pela autonomia. Como afirma Hollis (2019, p. 19): "Nossa vida só é trágica à medida que permanecemos inconscientes tanto do papel dos complexos autônomos quanto da crescente divergência entre a nossa natureza e as nossas escolhas."

Nesse sentido, Qualls-Cornett (2002), destaca que a figura arquetípica da prostituta sagrada desempenha um papel essencial no desenvolvimento psicológico da mulher, promovendo a integração entre sexualidade e espiritualidade. Esse arquétipo possibilita a conscientização dos ritmos cíclicos e favorece uma conexão autêntica com a essência feminina e com o universo. A reconexão com a deusa do amor e a mediação entre consciente e inconsciente tornam-se, assim, elementos fundamentais para a busca da plenitude psicológica e do bem-estar, contribuindo para o processo de individuação ao permitir que a mulher transcenda padrões limitantes e encontre um equilíbrio entre suas dimensões psíquicas.

Desse modo, viver fixada em uma das fases supracitadas, impede a mulher de ir ao encontro de estágios mais superiores e profundos do desenvolvimento feminino, impedindo-a de viver o processo de individuação. Segundo Jung (2014), a individuação é o processo de se tornar um ser único, no qual a "individualidade" representa nossa singularidade mais profunda, conduzindo-nos a sermos plenamente quem realmente somos, ou seja, a “tornar-se quem se é”, assim, consequentemente, mais autênticos. É importante destacar que a individuação está intrinsecamente ligada à ideia de processo, pois se trata de uma jornada contínua e não de um objetivo final a ser atingido.

Conforme Parisi (2009), a única meta relevante é a realização do si-mesmo, também conhecido como Self. Ademais, quando a mulher entra na fase de descoberta do Self, o encontro com o masculino agora acontece de forma internalizada, sendo o masculino que está dentro dela, para além dos estágios paternal e do patriarcado citado acima.

Na meia-idade, essa experiência pode se tornar mais latente, pois é nesse momento da vida que pode surgir uma busca mais profunda por significado. Nessa fase, o indivíduo é frequentemente levado a reavaliar suas escolhas, seus valores e sua identidade, tentando preencher os vazios e dar um novo sentido à sua vida. Há, assim, uma necessidade crescente de alinhamento com sua verdadeira essência, promovendo uma maior autenticidade em seu modo de ser. Conforme destacado pela autora:

> Geralmente, neste momento da vida, surgem as questões: quem sou eu? Para que estou aqui? Qual o significado da minha vida? Há uma necessidade de

> busca de significado e de revisão da própria vida. Se na juventude a psique estava orientada para a conquista de um lugar no mundo externo, para forjar um ego capaz de se posicionar, de fazer escolhas, na metade da vida, o olhar se volta para o mundo interior. É comum a sensação de vazio, de insatisfação, de fracasso das expectativas, o que traz a chamada crise da meia-idade (Parisi, 2009, p. 31).

Diante das inúmeras questões que surgem nesse processo, voltar-se para o mundo interior possibilita o contato genuíno com o Self. No entanto, é fundamental ressaltar que o desenvolvimento da personalidade é uma jornada contínua e não linear, estendendo-se ao longo de toda a vida.

1.2 O animus: Conceito e Influências

A integração das polaridades anima e animus, representações arquetípicas da psique, sendo a anima presente no homem e o animus na mulher, constitui um dos caminhos principais para alcançar o si-mesmo. Na perspectiva da Psicologia Junguiana, essa reconciliação dos opostos na psique é fundamental para o processo de individuação. "Anima/animus é, stricto sensu, uma hipótese científica sobre 'algo' que existe mas não pode ser observado diretamente, como uma estrela desconhecida cuja posição e dimensão só são conhecidas a partir de medições da atração gravitacional em sua vizinhança." (Stein, 2004, p. 117).

O animus, por não ser diretamente observável, manifesta-se por meio de projeções nas relações interpessoais, iniciando-se na figura paterna ou em quem exerceu esse papel, podendo depois ser transferido para professoras, amigos ou parceiros conjugais. Esse movimento é natural, mas, quando há uma fixação e transferência total no arquétipo do animus "[...] cria, além da aparente satisfação e perfeição, também uma espécie de ligação forçada com o homem em questão e uma dependência dele que frequentemente chega a ser insuportável." (Jung, 2020, p. 26).

Para que as projeções sejam integradas, evitando o ciclo de acusações de supostas obrigações e a dependência excessiva, é essencial construir um vínculo mais consciente. O primeiro passo nesse processo é identificar e diferenciar o que pertence à mulher e o que é do Outro, permitindo a retirada gradual das projeções excessivas, assim favorecendo relações mais equilibradas e autênticas. "Homens e mulheres não poderão reencontrar sua natureza profunda senão no reconhecimento e no respeito de sua complementaridade" (Franz, 1995, p. 262).

A cultura patriarcal reforçou essa dependência excessiva por meio de revistas, filmes, músicas etc., incentivando a autonomia masculina e a interdependência feminina, Zanello (2018) explica que, por meio do dispositivo amoroso, as mulheres constroem sua subjetividade a partir do olhar masculino. "O amor romântico seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula e pressupõe uma dependência psicológica das mulheres" (Zanello, 2018, p. 84).

Conclui-se que o processo de integração das projeções é fundamental para a construção de vínculos conscientes e equilibrados, torna-se de suma importância que no processo terapêutico a mulher "conversem", através de técnicas projetivas, com as suas partes interiores. Ao identificar e diferenciar o que pertence à mulher e o que é do Outro, torna-se possível reduzir projeções excessivas que alimentam conflitos e dependências. Essa diferenciação não apenas favorece a autenticidade nas relações, mas também promove o fortalecimento da identidade da mulher.

ISSN 2595-2110

Esse processo é amplamente facilitado no contexto terapêutico, onde a mulher encontra um espaço seguro para explorar e compreender suas projeções, bem como para desenvolver ferramentas que possibilitem seu desenvolvimento e elaboração de questões particulares. Segundo Jung (2015), o apoio de outras pessoas pode ser uma ferramenta indispensável nesse caminho, funcionando como uma orientação para ordenar e integrar o animus. Sem essa relação orientadora, o domínio exercido pelo animus pode se tornar um obstáculo difícil de superar. Assim, a integração consciente das projeções, aliada ao suporte do processo terapêutico, é um passo essencial para alcançar o desenvolvimento psíquico. "Só se pode conhecer a realidade da sombra, em face de um outro" (Jung, 2015, p.40).

1.3 Eros e Psiquê: A Jornada da Individuação sob a Perspectiva Junguiana

Segundo Góis, Paula e Figueiredo (2018), mitologia e questões psíquicas estão interligadas desde que a humanidade se tornou pensante, pois os mitos surgem como expressões culturais que refletem aspectos inconscientes da psique humana. Desse modo, tais podem revelar conteúdos profundos e universais presentes na mente dos homens e mulheres. Como Jung (1930 apud Macdonald, 2021, p.7), diz "psique é imagem", assim, para acessá-la é preciso saber falar a língua das imagens, que estão nos mitos, no inconsciente coletivo, na arte, na cultura e não nos complexos pessoais ou traumas. De acordo com MacDonald (2021, p. 7), "As imagens não querem explicação, mas diálogo a partir de imagens. Para isto, precisamos ser politeístas, buscar referências fora de conceituações, fazer alma. Cultivar alma implica cultivar imagens, ficar com elas, pois elas têm muito a nos dizer, mais do que abstrações".

A frase supracitada ratifica que os símbolos imagéticos são valorosos no processo analítico. Entretanto, observa-se que é necessário adotar uma perspectiva que valoriza a pluralidade e a diversidade simbólica, evitando reduzi-las a conceitos fixos e padronizados como também a interpretações únicas. Portanto, "fazer alma" implica um processo de diálogo continuado para com as imagens que vão atravessar os homens e mulheres no processo analítico destes.

De acordo com Parisi (2009),

> O mito de Eros e Psiquê, que representa o modelo arquetípico do relacionamento do amor (eros) com a alma (psique) narra todo o caminho de transformação da jovem e ingênua Psiquê em busca do amado que se afastou após ter sido descoberta sua verdadeira identidade, até então desconhecida por Psiquê. [...] Este mito retrata um percurso heroico feminino em busca do amor que teve que passa pela separação, saindo da inconsciência da fusão inicial do relacionamento para alcançar um estágio mais evoluído de consciência: uma coniunctio superior (Parisi, 2009, p. 47 - 48).

Diante disso, é relevante abordar o mito de Eros e Psiquê, pois ele se relaciona com o desenvolvimento psicológico feminino, utilizando metáforas para explorar o relacionamento amoroso e o caminho de individuação da mulher, neste caso, envolve a retratação do processo de individuação de Psiquê.

Psiquê, a filha mais jovem de um rei de Mileto, destacava-se por sua beleza incomum, despertando a adoração de povos, o que enfurece Afrodite. Tomada pelo ciúme, a deusa ordenou que Erosa fizesse se apaixonar pelo homem mais desprezível. "Oh, filho! Eu rogo-lhe pelo amor que tem à sua mãe [...] que você cumpra vingança a

sua mãe" (Apuleio, 2020, p. 13). No entanto, ao preparar sua flecha, Eros acidentalmente se fere e se apaixona por Psiquê.

Seguindo as instruções do deus, o pai da jovem a abandona no alto de uma montanha, onde, surpreendentemente, é conduzida pelo vento Zéfiro a um palácio magnífico. Lá, Psiquê se casa com um amante misterioso, que lhe impõe uma única condição: jamais ver seu rosto. Com o tempo, sentindo-se solitária, convence-o a permitir que receba a visita das irmãs, que a envenenam com a desconfiança de que seu marido seria um monstro. Influenciada, Psiquê, movida pela curiosidade, decide espiar o amante adormecido.

"Ao erguer a lâmpada e descobrir que dormia com um deus e não com um monstro [...] deixa cair uma gota de óleo e fere Eros no ombro. Abandonada por seu amor, que foge para longe, vinga-se de morte das irmãs"(Baptista, 2016, p.21). Nesse momento, Psiquê percebe a beleza divina de Eros e, acidentalmente, fere-se com uma de suas flechas. Para Neumann (2017), ao enxergar o amado, amplia seu compreensão sobre si mesma e inicia seu caminho de individuação. Antes, Psiquê vivia em um estado orobórico, imersa na escuridão de encantamento de Eros, sem a luz da consciência.

Desse modo, Psiquê expulsa seu amante e a si mesma do escuro que o cônjuge gostaria de alimentar e que o qual somente o beneficiava, mas nota-se que tal ação foi necessária visto que, somente assim ela pode amá-lo genuinamente, a bela jovem mortal, ao vê-lo, se fere com uma das flechas do Cupido e assim, inicia um processo de tomada de consciência. Para Baptista (2016), a partir desse momento, ela dedica-se a uma jornada de desafios impostos por Afrodite, enfrentando várias provas a fim de se encontrar, crescer e se desenvolver, como também reencontrar seu amado.

> A primeira das tarefas foi a separação dos grãos no espaço de uma noite, para a qual Psiquê contou com a ajuda das formigas. A segunda foi apanhar chumaços do tosão de ouro de carneiros enfurecidos e recebeu o conselho de um caniço à beira do rio, onde, novamente, quis se atirar. A terceira tarefa foi recolher, num delicado vaso de cristal, um pouco da água do Estige em sua fonte, tendo sido ajudada pela águia de Zeus. A quarta e última tarefa dizia respeito àquilo que unia a deusa e a mortal: a beleza. Afrodite ordena a Psiquê que vá aos ínferos pedir a Perséfone que lhe conceda uma porção de um dia de beleza, desgastada que ficara por ter cuidado do filho enfermo. Psiquê faz então a sua catábase e, como uma verdadeira heroína, desce à terra dos mortos (Baptista, 2016, p. 21).

Tal processo representa uma jornada de metamorfose vivenciada pela jovem humana. Cada tarefa imposta por Afrodite simboliza um obstáculo que, ao ser superado com as ajudas externas e esforços particulares, marca um avanço de Psiquê no seu processo de amadurecimento. Essas provas não só a desafiam a superar suas limitações, mas também a tomar consciência de sua força. Ao final, a descida ao mundo dos mortos (catábase) representa a etapa final de seu amadurecimento.

De acordo com Franz (2014), na primeira tarefa, as sementes misturadas podem representar o inconsciente coletivo, obrigando tanto uma essência singular quanto inúmeras possibilidades. Os arquétipos, enquanto não são trazidos à consciência, permanecem apenas como potenciais, sem uma existência psicológica concreta até serem experienciados pela psique. Dessa forma, a tarefa de separar os grãos simboliza uma etapa essencial do processo de individuação, na qual a consciência estrutura e assimila os conteúdos do inconsciente.

Perante a segunda tarefa a jovem recebe ajuda do caniço, nesse processo, a jovem apreende, através dos conselhos do velho a aguardar o momento propício,

mostrando que agir de modo impulsivo ou violento pode ser prejudicial, e não traria êxito em sua tarefa.

> Esse caniço murmura-lhe com sua experiência semelhante à de Pã: sê paciente, aguarde o momento adequado. As coisas giram. Chega o tempo, vem o conselho. Nem sempre é dia alto e nem sempre o masculino é mortal. Não se deve usar a violência. Chega a hora em que o sol se põe, a hora em que o calor não é tão forte e destruidor (Neumann, 2017, p. 123).

O trecho indica que, para resolver a tarefa proposta, não é necessário confrontar ou lutar, conforme ocorreria se fosse alimentado o oroboro patriarcal em seu aspecto negativo, mas sim construir uma conexão pacífica e colaborativa entre os aspectos femininos e masculinos, como dito anteriormente, o momento em que o calor não é tão forte e destruidor, representa o momento em que Hélio adentra as profundezas da noite sagrada, retornando ao encontro de sua mãe, esposa e inúmeros filhos, momento em que o princípio masculino se aproxima do feminino.

A terceira tarefa parece impossível, pois a água no rochedo está fora do alcance de Psiquê. No entanto, ao superá-la, ela simboliza a integração de opostos antes considerados irreconciliáveis, permitindo sua reconciliação com o oroboro paternal sem ser consumida por ele. Como aponta Franz (2014, p. 171), "a águia representa um certo pairar nas alturas que acontece tão logo somos acometidos por uma intuição espiritual sublime". Assim, Psiquê, ao agir com coragem, é guiada por essa intuição, que lhe revela um caminho antes inacessível.

> Até o terceiro trabalho, os ajudantes pertenceram aos reinos das plantas e dos animais; desta vez ela será ajudada por uma torre, como símbolo da cultura humana. Como vimos na nossa interpretação, nos três primeiros trabalhos Psiquê lutou com o princípio masculino; neste último, contudo, entrará em conflito direto com o princípio feminino central, com Afrodite-Perséfone (Neumann, 2017, p. 136).

A jovem humana teve de abrir mão do suporte natural para acessar aspectos femininos, que é a sua grande tarefa. "[...] Psiquê não pode se desviar de sua meta primeira, que é chegar à presença de Perséfone (a saber, confrontar-se com o feminino profundo), uma deusa que igualmente fez uma descida aos ínferos e se transformou." (Baptista, 2016, p. 22).

Desse modo, a jornada dela representa um crescimento contínuo e profundo que a leva ao conhecimento de si e do seu amado de forma indireta. A cada tarefa Psiquê fortalece sua segurança e resiliência, tornando-se apta a lidar com o poder divino de Eros, sem ser destruída por sua intensidade. Esse amor consciente, fora do funcionamento oroborico, é essencial à individuação feminina, pois simboliza não apenas o amor pelo outro, mas o amor próprio. Ao atravessar desafios e renascer de suas escolhas, a jovem abandona antigas inseguranças, assumindo riscos e acolhendo o sentido do seu caminho.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

As pesquisas de revisão conhecidas como estado da arte são caracterizadas por seu enfoque bibliográfico e compartilham o propósito de mapear e examinar criticamente a produção acadêmica em distintos campos do saber. Conforme destaca Ferreira (2022, p. 257), esse tipo de investigação propõe-se a discutir as contribuições

acumuladas ao longo do tempo, bem como as condições em que esses conhecimentos foram desenvolvidos. Além disso, tais estudos permitem identificar tendências, lacunas e possibilidades de aprofundamento em áreas ainda pouco exploradas, além de orientar novas abordagens teóricas e práticas.

Dessa forma, a presente revisão de literatura, ancorada na metodologia de estado da arte, teve como objetivo identificar e analisar artigos científicos que discutem o impacto do vínculo simbiótico com o parceiro conjugal na constituição da identidade feminina, sob a perspectiva da Psicologia Junguiana, considerando publicações compreendidas entre os anos de 2019 a 2024.

A coleta de dados foi realizada nas bases Ebsco, PePSIC e Google Acadêmico, por meio dos seguintes descritores com operadores booleanos: "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND conjugalidade", "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND psicologia" e "psicologia AND dependência emocional AND relacionamento amoroso".

Inicialmente, foram selecionadas as produções que atendiam ao recorte temporal e aos critérios definidos pelos descritores. Ao todo, foram identificados 608 artigos: 429 na base Ebsco, 115 na PePSIC e 64 no Google Acadêmico. A partir da leitura dos títulos e resumos, foram excluídos 575 artigos por não estarem alinhados aos critérios de inclusão, restando 32 artigos para leitura na íntegra, Após essa análise completa, 12 artigos foram selecionados, sendo excluídos aqueles que não apresentavam relação direta com o foco da investigação.

Os dados dos artigos que compõem o corpus da pesquisa estão organizados na Tabela 1. O processo de análise ocorreu de forma sistemática, iniciando-se com uma leitura atenta e aprofundada dos textos, com o objetivo de identificar os elementos centrais discutidos pelos autores. Em seguida, foram agrupados temas e padrões recorrentes entre os estudos, de modo a compreender as principais abordagens teóricas, metodológicas e os focos de interesse predominantes na produção científica sobre o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os achados desta revisão corroboram a hipótese central de que os vínculos presentes nas relações conjugais constituem um obstáculo significativo ao processo de individuação feminina. Essa interferência manifesta-se, sobretudo, por meio de: (1) padrões recorrentes de dependência emocional, onde a mulher projeta no parceiro aspectos não integrados do seu animus (JUNG, 2020); e (2) fixação em estágios psíquicos imaturos, especialmente no oroboro patriarcal descrito por Neumann (2000). Como será demonstrado, esses resultados dialogam não apenas com a teoria clássica junguiana, mas também com críticas culturais e feministas contemporâneas sobre a construção social da dependência afetiva.

Tabela 1. Características dos estudos selecionados

Título	Base de dados e descritor	Revista e ano de publicação	Autores	Metodologia
Psicologia Feminina, Imaginário e criação em	EBSCO "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND conjugalidade"	Repertório Salvador - 2023	Luciana Paula Castilho Barone	Pesquisa qualitativa de base teórico-prática, combinando análise simbólica, revisão

Título	Base de dados e descritor	Revista e ano de publicação	Autores	Metodologia
"Isadora: A dança do destino				bibliográfica e processos criativos de encenação teatral.
Inner-outer couple: anima and animus revisited. New perspectives for a clinical approach in transition	EBSCO "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND conjugalidade"	Journal of Analytical Psychology - 2022	Mario E. Saiz and Claudia Grez	Pesquisa qualitativa de base clínico-teórica, integrando analíse simbólica de sonhos, revisão de conceitos e a aplicação prática em casos reais.
Revisão integrativa da literatura feminista sobre família	Google Acadêmico "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND conjugalidade"	Psicologia Revista - 2022	Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa e Rafael de Tilio	Pesquisa qualitativa de base teórico-documental, integrando revisão sistemática de artigos e análise de temática.
A mulher e o feminino na psicologia analítica: uma revisão de escopo	Google Acadêmico "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND conjugalidade"	Construção Psicopedagógica - 2024	Barbara Frigini de Marchi, Kelly Guimarães Tristão e Rafael Moura Altoé	Pesquisa de revisão de escopo com análise temática.
O quarto de Jack: tecendo símbolos da relação primal à luz da teoria de Erich Neumann	PePSIC "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND psicologia"	Sociedade Brasileira de Psicologia Analitica - 2017	Paulo Henrique Nogueira Lima e Thais Cristina Rades	Pesquisa qualitativa baseada em revisão teórica de Psicologia analítica e interpretação de símbolos cinematográficos.
O Racismo como Complexo Cultural Brasileiro: uma revisão a partir do feminismo decolonial	PePSIC "psicologia junguiana OR psicologia analítica AND psicologia"	Sociedade Brasileira de Psicologia Analitica - 2020	Barbara Tancette e Jéssica Harumi Esteves	Revisão crítica transdisciplinar baseada em autores junguianos e feministas.
Dependência emocional em relacionamentos amorosos: uma proposta de intervenção com mulheres	EBSCO "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	Semina: Ciências Sociais e Humanas - 2022	Gabrielle Ribeiro Bottene Nonato, Rafaela do Espírito Santo, Andressa Melina Becker da	Pesquisa é descritiva, com uma meto dologia mista baseada em análise de discurso de um grupo focal.

Título	Base de dados e descritor	Revista e ano de publicação	Autores	Metodologia
			Silva	
A dependência emocional na manutenção de relacionamentos amorosos abusivos: uma perspectiva da teoria cognitivo-comportamental	EBSCO "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	Cadernos de Psicologia - 2022	Manuella Fava Ferreira Moreira e Tatiana da Silveira Madalena	Pesquisa de revisão narrativa baseada em busca aletrônica em bases como Scielo, BVS, Portal Capes e Google Acadêmico.
Trauma Bonding: Os fatores psicossociais ligados aos vínculos amorosos abusivos	EBSCO "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	Psicol Saúde e Debate - 2023	Aline Araújo dos Santos e Júlio César Pinto de Souza	Pesquisa de revisão sistemática da literatura, com abordagem descritiva e bibliográfica, analisando estudos sobre trauma bonding em relacionamentos abusivos.
Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências	Google Acadêmico "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	Psicologia USP - 2024	Thayne de Oliveira Santos e Murilo Reis Camargo	Pesquisa de revisão de literatura do tipo narrativa, em que foram incluídos textos científicos publicados entre os anos de 2006 e 2022.
O que é abusivo: Uma revisão sobre relacionamentos abusivos	Google Acadêmico "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	e-Publicar - 2023	Daniela Zibenberg e Letícia Bandeira de Mello da Fonseca Costa	Pesquisa de revisão de literatura. Foi feita uma busca eletrônica nas bases de dados Google Scholar, SciELO e PePSIC.
Análise do impacto psicológico ocasionado em mulheres vítimas de violência simbólica: Uma revisão de literatura	Google Acadêmico "psicologia" AND dependência emocional AND relacionamento amoroso"	Ciências da Saúde da UNIPAR - 2023	Isabella De Carvalho Miranda e Louise Verônica Costa Lima	Pesquisa de revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa.

Fonte: elaborada pela autora.

A análise dos estudos aponta que o processo de individuação feminina envolve dinâmicas arquetípicas e culturais que ultrapassam a relação conjugal, manifestando-se também na maternidade e na vida profissional. Barone (2023), por meio da encenação

teatral, evidencia como a personagem transita entre arquétipos distintos, revelando que a dependência emocional pode se deslocar para outros vínculos. No âmbito conjugal, Saiz e Grez (2022) destacam que crises no relacionamento frequentemente refletem projeções inconscientes do animus e da anima, mantendo a simbiose e dificultando a diferenciação psíquica. Já Lima e Rades (2017), ao analisarem o filme "O Quarto de Jack", utilizam a metáfora do desligamento do "útero psíquico" materno como representação da formação do ego, imagem que também se aplica à mulher que, ao romper com a fusão simbiótica com o parceiro, abre espaço para o surgimento de uma identidade autônoma.

Corroborando com essa perspectiva, a pesquisa de De Marchi, Tristão e Altoé (2024) e a de Nonato et al. (2022), traz contribuições relevantes ao apontar que a fixação em figuras masculinas, como o pai ausente ou o parceiro idealizado, pode comprometer o processo de individuação feminina. Os autores observam que mulheres que vivenciam o abandono paterno tendem a reproduzir vínculos conjugais marcados pela submissão, projetando no companheiro a expectativa de preencher essa ausência. A superação dessa dinâmica, segundo os pesquisadores, requer um processo de diferenciação psíquica, no qual é necessário retirar as projeções depositadas no outro e integrar os aspectos rejeitados da própria personalidade.

Para além de questões psíquicas, observa-se que fatores sociais exercem um papel significativo na manutenção da dependência emocional feminina, dificultando o avanço no processo de individuação. Conforme argumentam Costa e Tilio (2022), o modelo patriarcal de sociedade tende a naturalizar a submissão da mulher ao associar o amor romântico a valores de renúncia e entrega, legitimando, assim, relações assimétricas de poder. Esse contexto favorece não apenas a normalização da dependência afetiva, mas também a invisibilização de formas sutis de violência simbólica, como o controle travestido de cuidado e a responsabilização da mulher por conflitos conjugais (ZIBENBERG; COSTA, 2023). Tal dinâmica evidencia uma inter-relação entre condicionamentos subjetivos e construções sociais, resultando em ciclos de repetição que dificultam a autonomia emocional. Desse modo, a superação desse padrão requer, além do processo terapêutico de integração psíquica, uma reflexão crítica sobre os valores culturais que sustentam a desigualdade de gênero.

Em tais casos requer intervenções terapêuticas que promovam autonomia, consciência e rompimento de padrões nocivos. Nonato et al. (2022) destacam a eficácia de grupos como o Mulheres que Amam Demais Anônimo (MADA), que oferecem acolhimento e auxiliam na reconstrução da autoimagem. Já em casos de trama bonding, caracterizados por ciclos de violência e afeto, Santos e Souza (2023) defendem uma abordagem ampliada, envolvendo psicoterapia individual, suporte social e orientação jurídica. Tais vínculos não apenas afetam o psiquismo, mas também provocam alterações neurobiológicas e são agravados pela falta de rede de apoio. Assim, o cuidado integral é essencial para favorecer a ruptura com a dependência emocional e viabilizar o fortalecimento.

Corroborando com isso, os estudos analisados apresentam aproximações e distinções ao abordar a dependência emocional, a violência simbólica e sua presença em relações abusivas. Miranda e Lima (2023) enfatizam os efeitos subjetivos da violência simbólica, como ansiedade, isolamento e baixa autoestima, destacando a dificuldade de reconhecimento desses abusos. Santos e Camargo (2023) apontam a dependência emocional como fator central na manutenção de vínculos abusivos, relacionando-a a padrões de apego da infância, conforme a teoria do apego de Bowlby. Ambos os trabalhos identificam o patriarcado como um sistema que reforça a

subjugação feminina e perpetua esses ciclos. Moreira e Madalena (2022) contribuem ao introduzir a Terapia Cognitivo-Comportamental como recurso eficaz na reformulação de crenças disfuncionais, promovendo autonomia emocional. Em conjunto, os artigos destacam que a ruptura com padrões abusivos requer tanto apoio clínico quanto mudanças sociais estruturais.

Enquanto Saiz e Grez (2022) enfatizam a dinâmica do "casal interior" que representa a externalização de projeções inconscientes não elaboradas, Costa e Tilio (2022) chamam atenção para a influência das estruturas patriarcais na sustentação dessas configurações relacionais. Essa perspectiva evidencia que o processo de individuação feminina exige, simultaneamente, um movimento interno de autoconhecimento e a crítica ativa às normas sociais vigentes. Ressalta-se ainda que tais dinâmicas se tornam mais complexas no caso de mulheres negras e oriundas de contextos periféricos, que enfrentam múltiplas camadas de opressão (TANCETTI; ESTEVES, 2020), uma realidade ainda pouco abordada nos estudos da psicologia junguiana, segundo as autoras.

A psicologia junguiana, ao utilizar narrativas míticas como a de Eros e Psiquê, oferece representações simbólicas para a autonomia. Contudo, como destaca Tancetti e Esteves (2020), é fundamental ampliar esse referencial a partir de uma escuta que considere raça, classe e gênero. Em meio às crises atuais, a prática clínica evidencia a urgência de incluir subjetividades historicamente silenciadas. O diálogo com os pensamentos feministas e decoloniais podem permitir o questionamento de arquétipos universais e evidenciar o apagamento de vivências não eurocentradas. Essa articulação enriquece a teoria junguiana e contribui para uma psicologia mais plural e comprometida com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que orientou esta pesquisa — "De que forma a Psicologia Junguiana pode colaborar com o processo de mulheres em relações conjugais marcadas pela simbiose?" — foi parcialmente esclarecida. A revisão realizada aponta que de fato a manutenção de vínculos simbióticos compromete o desenvolvimento da autonomia psíquica da mulher, uma vez que há uma tendência à projeção de conteúdos inconscientes no parceiro conjugal. Por outro lado, ficou evidente que a jornada em direção à individuação é possível quando há conscientização e integração desses conteúdos. A Psicologia Junguiana, portanto, mostra-se uma aliada significativa nesse caminho, embora sua efetividade dependa também de articulação com fatores sociais, culturais e históricos que atravessam a identidade feminina.

Durante o percurso investigativo, alguns desafios se destacaram. Um deles foi a escassez de publicações, nas bases de dados escolhidas, que articulem os conceitos junguianos com abordagens críticas sobre gênero e conjugalidade, como também pesquisas de estudo de caso que envolvesse estudos de caso com essa temática dentro da psicologia junguiana, sendo possível achar somente de outras abordagens teóricas. Outro ponto de atenção foi a falta de múltiplos recortes identitários, como raça, classe social e orientação sexual, para uma compreensão mais profunda das experiências femininas. Por outro lado, foi possível identificar a possibilidade de utilizar mitos como ferramenta terapêutica, o diálogo com outras abordagens psicológicas e a ampliação do olhar clínico para incluir práticas grupais e comunitárias voltadas ao fortalecimento da autonomia emocional.

Para estudiosos e profissionais interessados em aprofundar o tema, recomenda-se investir em caminhos que ampliem o repertório teórico e metodológico. Entre eles, destaca-se a importância de cruzar a Psicologia Junguiana com perspectivas críticas, com os estudos de gênero e o pensamento decolonial, para questionar pressupostos universais e reconhecer subjetividades diversas. Também é válido explorar metodologias qualitativas que deem voz às experiências das mulheres, como entrevistas, grupos de escuta ou narrativas de vida. Outra sugestão é desenvolver intervenções práticas que articulem símbolos, contos e imagens arquetípicas com o cotidiano clínico, testando seus efeitos no fortalecimento da identidade e da autonomia feminina. Assim, espera-se que esta pesquisa inspire novos olhares e contribuições que promovam uma sensível e transformadora.

REFERÊNCIAS

APULEIO, L. **Eros e Psiquê** - Apuleio. Brasil: Lebooks Editora, 2020.

APULEIO, L.; GUIMARÃES, R. **O asno de ouro**. São Paulo: Cultrix, [1963].

BAPTISTA, S. M. S. Me dê uma mão?, ou, quando a ajuda é dizer "não". **Junguiana**, São Paulo, v. 34, n. 2, dez. 2016.

BARONE, L. P. C. Psicologia Feminina, Imaginário e criação em "Isadora: A dança do destino. **Repertório**, Salvador, v. 1, n. 40 (2023): Feminismos e decolonialidades - parte II. DOI: https://doi.org/10.9771/rr.v1i40.50022.

COSTA, L. B. L.; TILIO, R. Revisão integrativa da literatura feminista sobre família. **Psic. Rev.**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 90-113, 2022. DOI: https://doi.org/10.23925/2594-3871.2022v31i1p90-113.

DE MARCHI, B. F.; TRISTÃO, K. G.; ALTOÉ, R. M. A mulher e o feminino na psicologia analítica: uma revisão de escopo. **Construção Psicopedagógica**, v. 34, n. 35, São Paulo, 2024. Epub 24-Jun-2024. Disponível em: https://doi.org/10.37388/cp2024/v34n35a02.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013.

FRANZ, M. L. von. **O asno de ouro:** o romance de Lúcio Apuleio na perspectiva da psicologia analítica junguiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANZ, M. L. von. **O feminino nos contos de fadas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GÓIS, G. A. S.; PAULA, L. de A.; FIGUEIREDO, M. do D. de. O papel da mitologia na psique do homem contemporâneo. **Caderno PAIC**, v. 19, n. 1, p. 527–542, 2018.

HOLLIS, J. **A passagem do meio:** da miséria ao significado na meia-idade. 14. ed. São Paulo: Paulus, 2019. (Coleção Amor e Psique).

JUNG, C. G. **Aion** - estudo sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, E. **Animus e anima**: uma introdução à psicologia analítica sobre os arquétipos do masculino e feminino inconscientes. 2. ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. Ebook. [Minha Biblioteca].

LIMA, P. H. N.; RADES, T. C. O quarto de Jack: tecendo símbolos da relação primal à luz da teoria de Erich Neumann. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, v. 35, n. 2, São Paulo, 2017.

MACDONALD, Y. H. R. Mitologia grega e psicologia arquetípica: fontes para compreensão dos ecos e reflexos. **Self** - Revista do IJUSP, v. 6, n. 1, 2021. DOI: 10.21901/2448-3060/self-2021.vol06.0008.

MIRANDA, I. C.; LIMA, L. V. C. Análise do impacto psicológico ocasionado em mulheres vítimas de violência simbólica: uma revisão de literatura. **Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 5, 2023.

MOREIRA, M. F. F.; MADALENA, T. S. A dependência emocional na manutenção de relacionamentos amorosos abusivos: uma perspectiva da teoria cognitivo-comportamental. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 26-51, jan./jun. 2022. ISSN 2674-9483.

NEUMANN, E. **A criança**. São Paulo: Cultrix, [1995].

NEUMANN, E. **Eros e Psiquê**: amor e individuação no desenvolvimento infantil. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

NEUMANN, E. **O medo do feminino:** e outros ensaios sobre a psicologia feminina. São Paulo: Paulus, 2000.

NONATO, G. R. B.; SANTOS, R. E.; SILVA, A. M. B. Dependência emocional em relacionamentos amorosos: uma proposta de intervenção com mulheres. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, v. 43, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-0383.2022v43n1p55.

PARISI, S. **Separação amorosa e individuação feminina:** uma abordagem em grupo de mulheres no enfoque da psicologia analítica. 2009. Tese (Doutorado em ...) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituição vinculada, São Paulo, 2009.

QUALLS-CORBETT, N. **A prostituta sagrada:** a face eterna do feminino. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, A. A.; SOUZA, J. C. P. Trauma Bonding: os fatores psicossociais ligados aos vínculos amorosos abusivos. **Rev. Psicol. Saúde e Debate**, v. 9, n. 2, p. 909-921, dez. 2023. DOI: 10.22289/2446-922X.V9N2A52.

SANTOS, T. O.; CAMARGO, M. R. Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências. **Psicologia USP**, v. 35, 2024. e220002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6564e220002.

SATZ, M. E.; GREZ, C. Inner-outer couple: anima and animus revisited. New perspectives for a clinical approach in transition. **Journal of Analytical Psychology**, v. 67, n. 2, p. 685-700, 2022. DOI: 10.1111/1468-5922.12789.

STEIN, M. **Jung** - o mapa da alma. São Paulo: Cultrix, 2004.

TANCETTE, B.; ESTEVES, J. H. O racismo como complexo cultural brasileiro: uma revisão a partir do feminismo decolonial. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, v. 38, n. 2, p. 49-62, 2020.

TORRES, L.; SOUZA, R. R. Pornografia e imaginário: reflexões a partir da narrativa de Eros e Psiquê. **Esferas**, ano 12, v. 2, n. 24, maio-agosto de 2022.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZIBENBERG, D.; COSTA, L. B. M. F. **O que é abusivo:** uma revisão sobre relacionamentos

abusivos. e-Publicar. DOI: 10.47402/ed.ep.c2311283289.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Caio Cesar Brum**, Psicólogo, Especialista, Docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Gabriela Pessoa Sousa**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto**, Graduado em Filosofia, Doutor, docente, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG).
4. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, Docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

E EU NÃO SOU UMA MULHER? INTERSECCIONANDO DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E ETARISMO NA BUSCA POR AUTONOMIA

Cleislene Barbosa Dias
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Mayelle Batista da Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este relato de experiência, fundamentado em perspectivas críticas da Psicologia Social e na interseccionalidade, analisa como deficiência, orientação sexual e etarismo se entrelaçam na trajetória de uma mulher tetraplégica. A narrativa em primeira pessoa expõe como o capacitismo, a heteronormatividade e o patriarcado moldaram percepções sociais, limitam escolhas e produzem efeitos perversos de exclusão, especialmente quando múltiplos marcadores de opressão se sobrepõem. O texto discute os impactos dessas intersecções na experiência da maternidade homoafetiva, na disputa por guarda compartilhada e na vivência acadêmica, denunciando a invisibilidade de corpos dissidentes e a dessexualização das pessoas com deficiência. A interseccionalidade é utilizada como ferramenta analítica para desvelar micro e macroviolências institucionais e sociais, ao mesmo tempo em que se evidencia a agência, a resistência e a busca por autonomia. O objetivo é articular vivências autobiográficas com referenciais teóricos das ciências humanas, demonstrando como categorias sociais interdependentes moldam práticas, subjetividades e trajetórias de vida.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Capacitismo; Tetraplegia; Resistência; Maternidade.

INTRODUÇÃO

Meu nome é Cleis e a história que aqui relato começa com planos, pressa e expectativas e se transforma em uma jornada de ressignificação, marcada por uma cadeira de rodas, descobertas afetivas e uma profunda vontade de viver. Sou biomédica, mãe, ex-empresária e, desde 2007, tetraplégica; atualmente sou estudante de Psicologia. Escrevo em primeira pessoa porque reconheço que, para corpos dissidentes como o meu, a própria fala é um ato político e de resistência frente às estruturas históricas que produzem silenciamentos.

Este trabalho tem como objetivo refletir, à luz da Psicologia Social Crítica, sobre como estruturas de poder, como capacitismo, patriarcado, heteronormatividade e etarismo, moldam as formas de percepção e tratamento social dirigidas a pessoas com deficiência, sobretudo quando outros marcadores de identidade se entrelaçam, como orientação sexual, gênero e maternidade. Ao narrar episódios que envolvem minha vivência como mulher lésbica tetraplégica e mãe adotiva, busco desvelar os mecanismos sutis e explícitos que sustentam formas de exclusão e invisibilidade social.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência autobiográfico que articula narrativas pessoais com aportes teóricos da interseccionalidade, entendida aqui como uma ferramenta analítica indispensável para compreender como diferentes formas de opressão se interconectam e se potencializam. Essa abordagem é inspirada

em diversos autores que destacam, entre outros temas, o caráter exponencial da sobreposição de preconceitos quando não enfrentados de forma articulada. O texto estabelece diálogo entre minhas experiências e referências teóricas da Psicologia Social Crítica e dos estudos sobre deficiência, gênero e sexualidade, permitindo uma análise aprofundada de violências simbólicas e estruturais vividas no contexto familiar, jurídico, acadêmico e social.

A escolha por contar minha própria história não é apenas um gesto pessoal, mas político e epistêmico: nomear as violências sofridas, tornar visíveis corpos historicamente apagados e reivindicar a legitimidade de narrativas dissidentes são também formas de resistência e de produção de conhecimento situado.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Contexto familiar e social: formação de uma identidade marcada pelo segredo

Cresci em uma família tradicional, na qual se esperava que as meninas se dedicassem aos estudos e, sobretudo, aprendessem a cuidar da casa, do marido e dos filhos. Minha mãe representava esses papéis era submissa, dependente e oprimida, mas, ao mesmo tempo, uma mãe exemplar, amorosa, transmitindo princípios e determinação. Hoje reconheço que vivi imersa numa cultura patriarcal em que o destino feminino era servir e submeter-se; essa lógica materializou-se na vida da minha mãe. Essa estrutura opressiva aproxima-se das críticas de bell hooks ao patriarcado e às formas de poder que limitam as escolhas das mulheres (hooks, 2021).

Aos quinze anos, em 1992, senti atração por outra menina, uma experiência que, naquele contexto social, parecia impossível. Não havia referências ou informação que refletissem minha vivência. O que via na televisão e no cinema não me espelhava. Imediatamente me senti pecadora, incorreta, anormal. Frequentadora da Igreja Católica, me confessei; o padre apenas sugeriu que eu rezasse e me afastasse por duas semanas, como se carregasse uma doença contagiosa. Minha melhor amiga parecia "normal demais" para entender. Passei, então, a viver desejos em segredo, mascarando-os com namorados esporádicos, pelos quais também sentia alguma atração. No entanto, cultivei uma aversão a permitir prazeres ou toques mais íntimos, temendo "ficar mal vista". Além disso, eu enxergava neles a figura machista que tinha do meu pai: a de que o homem podia tudo, enquanto eu deveria ser a moça puritana e correta exigida pela sociedade. Minha reação foi a manifestação direta da sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault: o castigo simbólico do padre me submeteu a um mecanismo de normalização, forçando-me a buscar um encaixe inatingível (Foucault, 1979).

1.2 A Disciplina Social e os Vieses Cognitivos

A psicologia social mostra como identidade, gênero, sexualidade e papéis são modelados pelas expectativas ambientais; Aronson observa que buscamos conformidade ao grupo para preservar aceitação e evitar rejeição (Aronson, 2011). Crescer num contexto familiar rígido internalizou em mim papéis preestabelecidos; cada desvio era percebido como risco de exclusão. A sensação de ser "pecadora" ao despertar da sexualidade traduz a disciplina social que Foucault descreve: um mecanismo de normalização que nos faz buscar encaixe em padrões excludentes (Foucault, 1979).

ISSN 2595-2110

Não conseguimos manter o relacionamento em segredo por muito tempo e a reação familiar foi dolorosa. Meus pais trocaram acusações: meu pai culpava minha mãe por me "deixar solta"; minha mãe culpava meu pai por proibir namoros. Eles associaram minha orientação com drogas, adultério ou promiscuidade. Sofri violência física, moral e psicológica; sofrimentos que, na época, não reconhecia. Só mais tarde entendi que minha família reagiu como podia: sem conhecimento, presa a regras arcaicas e a um patriarcado dominante. A dificuldade que meus pais tiveram em aceitar a minha sexualidade, buscando explicações fáceis para a atração por mulheres, é um exemplo clássico da atuação dos vieses cognitivos. Para Elliot Aronson, era mais cômodo para eles enquadrar minha identidade como "imoralidade" do que enfrentar a dissonância e a complexidade de uma realidade que desconheciam (Aronson, 2011).

A tentativa de me rotular era uma forma de retomar a coerência interna deles. Por sua vez, a ativista Geni Núñez (2021) problematiza como as normas afetivas são atravessadas por mecanismos de poder, impondo hierarquias e juízos. Minha orientação, ao ser interpretada como "algo a ser consertado" ou "algo que precisa ser aceito", revela esse viés estrutural. A intimidade entre duas mulheres foi frequentemente lida como anomalia social, e isso evidencia que o afeto não é apenas pessoal, é também político.

Por vezes tentei me adaptar: namorei homens por algum tempo, ou por conveniência; ouvi que precisava "decidir", "ser uma coisa ou outra". A bissexualidade era, para muitos, "falta de vergonha". Cheguei à universidade a quase mil quilômetros de casa buscando distância; ainda assim, por quatro anos, pratiquei homofobia internalizada, ocultando minha orientação por medo do tratamento diferenciado. Foucault nos ensina que os discursos normativos regulam desejos; fui forçada ao silêncio, à culpa, ao castigo simbólico (Foucault, 1979).

1.3 A Busca pela "normalidade"

Durante as férias, vivia um relacionamento parcialmente oculto, sem demonstrações públicas de afeto, pois nenhuma das famílias aceitava. Essa relação durou sete anos. Quando o relacionamento findou, senti a esperança dos meus pais e familiares se reacender, na crença de que eu seria, finalmente, 'normal'. Não consegui me adaptar à heteronormatividade: não consegui. Decidi, então, ser sincera com meus pais: não era feliz em uma relação heteronormativa. Falei que respeitaria a decisão deles caso não me aceitassem. Percebi que o essencial era lhes apresentar uma realidade que desconheciam. A partir desse momento, minha mãe passou a falar com orgulho que a filha é casada com outra mulher, não aceita julgamentos e ainda orienta quem não tem conhecimento sobre o assunto. Meu pai, com o tempo, aceitou por amor e aprendeu, dolorosamente, que a sexualidade dos filhos não lhes pertence.

Estabeleci minha vida a distância, construí uma relação estável, investi na profissão, e, após seis anos, adotamos nosso filho. Naquele momento, eu ainda acalentava a ilusão de ter uma família "perfeita", que se enquadrasse nos padrões sociais. Eu, nascida em Cassilândia-MS, tive uma infância e adolescência felizes e jamais imaginei que, aos 29 anos, meu mundo paralisaria, literalmente. Formei-me em Biomedicina em 2000 e, em 2001, mudei-me para Palmas para trabalhar. Em pouco tempo, iniciei um novo relacionamento, movida por uma grande pressa em atingir os objetivos da época. Em 2005, construímos nossa casa, no ano seguinte a área de lazer, e por fim, compramos nosso carro; tudo que eu julgava ser típico para alguém da

minha idade, sem perceber que, o tempo todo, eu estava tentando provar que podia ser “normal”, como se a minha orientação fosse “anormal”.

Em 2007 trabalhava em três turnos, fazia pós-graduação em Gestão Empresarial e decidimos pela adoção. Nosso filho nasceu para nós em março de 2007, com quase três anos, no ápice de sua energia e descobertas. Com uma vida agitada, sem o preparo adequado, recebi uma criança no momento em que ela manifesta o desejo de autonomia. Naquele instante, compreendi a sabedoria dos nove meses de gestação; comigo, porém, tudo fugiu ao convencional!

1.4 Adoção homoafetiva: A patologização da família e o medo da dissidência

O desejo de constituir família culminou na decisão pela adoção, um processo que deveria ser de celebração, mas que foi atravessado por intensos questionamentos sociais e morais, manifestações do preconceito latente que cercava a constituição familiar fora do padrão heteronormativo. As críticas eram variadas, incluindo a alegação de que a criança seria irremediavelmente criada como homossexual, e o pressuposto de que a ausência de uma figura paterna tornaria a criação excessivamente árdua, inviabilizando a transmissão dos princípios familiares sob uma ótica patriarcal.

Esses questionamentos são sintomáticos da pressão pela conformidade social. O receio de que a criança fosse criada com uma orientação sexual dissidente, o "medo de criar um filho gay", reflete o paradigma social que patologiza o não-heterossexual. Elliot Aronson (2011) explica que os seres humanos tendem a se conformar às normas do grupo para garantir aceitação e evitar o isolamento. A projeção de que nosso filho seria "anormal" ou que teria um destino infeliz era a manifestação da dissonância cognitiva experimentada pela sociedade, que achava mais cômodo nos enquadrar como uma ameaça ao status quo do que aceitar a validade do nosso modelo familiar.

Além disso, a crítica sobre a impossibilidade de transmitir "princípios de família" é uma manifestação do patriarcado heteronormativo. Para bell hooks (2021), a família tradicional é o principal lócus onde se aprende a dinâmica da dominação, e a resistência a modelos familiares não convencionais é uma forma de manter essa estrutura de poder. A incerteza se aprofundava na esfera jurídica, com a dúvida sobre a legalidade da "adoção à brasileira", modalidade em que a mãe biológica confere a guarda da criança diretamente, fora do sistema formal, gerando incertezas quanto à consolidação jurídica do nosso vínculo perante a lei.

1.5 O acidente e a transformação do corpo social

Retomando a narrativa: em julho do mesmo ano, levamos nosso filho para conhecer minha família. Após uma semana de alegrias, iniciamos a viagem de volta. Eu dirigia quando, em um sábado de manhã, paramos em um posto de gasolina. Essa foi a última vez que andei. Vinte e cinco quilômetros depois, o pneu estourou, causando o capotamento. Meu primeiro instinto foi olhar para trás e checar meu filho. O “efeito chicote” causou a fratura do meu pescoço. Quando o veículo parou, eu já havia perdido todos os movimentos do pescoço para baixo. A partir daquele momento, tudo se transformou.

Ninguém mais se feriu. Fui levada ao hospital de urgência em Goiânia, onde a ressonância confirmou a fratura do pescoço. Dois dias depois, fui submetida a uma cirurgia de alto risco. Inicialmente, a sensação era de gratidão pela sobrevivência. Fiquei em estado de inércia, reavaliando a vida e tentando superar as dores físicas enquanto o

organismo buscava um novo funcionamento. Não se trata apenas da perda de movimento; essa é, na verdade, a menor das preocupações, já que funções autonômicas como intestino e bexiga também são paralisadas.

Dois meses depois, recebi duas cadeiras de rodas e o diagnóstico de uma lesão permanente. Foi um momento de muita dor e sofrimento para mim e para minha família, pois eu ainda me apegava à crença de que me recuperaria e voltaria para casa como era antes. Um misto de sentimentos me invadiu: gratidão e revolta. Muitos atribuíram o ocorrido à falta de fé ou a um castigo divino. Chegaram a sugerir que eu deveria "devolver" meu filho, como se fosse uma opção aceitável.

1.6 Reabilitação, barreiras e a luta contra a Infantilização

Minhas amigas pessoais, também lésbicas, validaram a traição da minha companheira da época do acidente, argumentando que "ninguém é obrigado a permanecer com uma pessoa que se tornou inválida". A partir disso, passaram a me incentivar a me relacionar com pessoas que não eram consideradas "indicadas" para ninguém, indivíduos que, antes de eu me tornar uma pessoa com deficiência, jamais seriam aceitos em meu convívio por essas mesmas amigas. Após adquirir a deficiência, porém, parecia que eu deveria me contentar com o que ninguém mais queria. Essa invisibilidade enquanto pessoa reverberou em todo o meu convívio social, afetando minhas relações familiares e de amizade.

Ao retornar, me deparei com inúmeras barreiras arquitetônicas: minha casa, construída com tanto zelo, era inadequada à minha nova realidade. Os banheiros eram estreitos, o que me obrigou a instalar um chuveiro elétrico na área de lazer. Meu corpo perdeu a capacidade de termorregulação e transpiração, transformando o banho diário em uma tortura. Durante a reabilitação, descobri a perda de minha profissão, pois os movimentos de pinça e a coordenação motora fina das mãos estavam comprometidos. Tarefas simples, como levar o garfo à boca, pareciam inalcançáveis; por vezes, minha meta diária era apenas conseguir levantar o peso da minha própria mão.

Recebi muito amor e apoio dos meus pais, familiares e amigos. A energia e a autonomia do meu "pequeno salvador", foi decisivo. Agora o fato dele já "nascer" aos 3 anos de idade na minha vida fez todo sentido. Era ele quem se dedicava aos exercícios de equilíbrio de tronco comigo, transformando a reabilitação em brincadeira. Ele lançava a bola para que eu tentasse segurá-la sem cair, mas a sua melhor gargalhada ressoava justamente quando eu me desequilibrava e tombava. Esse riso genuíno e franco tinha o poder de inverter a percepção do instante, convertendo a frustração da queda em um momento de puro divertimento compartilhado. Quando eu treinava a propulsão da cadeira de rodas manual, ele posicionava o triciclo ao lado, oferecendo-me um estímulo constante e querendo apostar corrida, criando um ambiente de incentivo e leveza.

Buscamos tratamento em São Paulo e depois em Brasília (Hospital Sara Kubitschek). Entrei e sai de ciclos de esperança; ao conviver com pessoas de longa data de lesão, percebi que precisava aceitar minha condição de pessoa com deficiência (PcD), compreendê-la e, quando possível, superar limitações práticas. A missão mais árdua era fazer com que aqueles que me amavam compreendessem isso, pois todos mantinham a expectativa: "Depois que você melhorar, a gente vai viajar, vai comprar roupa nova..." Decidi, então, que nada seria "depois". Eu precisava viver, da forma que fosse possível.

ISSN 2595-2110

Simi Linton propõe que a deficiência é tanto condição corporal quanto construção social que impõe estigmas e barreiras (Linton, 1998). As barreiras arquitetônicas, os olhares, as expectativas reduzidas e a insistência na “normalidade” expressam essa estrutura de exclusão. Ao recusar o papel de vítima e reinventar minhas capacidades, afirmei que a deficiência não define meu valor.

A infantilização foi um dos aspectos mais dolorosos da reabilitação. O desejo dos meus pais de “cuidarem” de mim e de me protegerem de depender de estranhos revela o paradigma do Modelo Médico: a PcD como objeto de tratamento, não como sujeito autônomo. Essa visão, criticada por Linton, reduz a independência e autonomia da pessoa e nega-lhe a condição de mãe ou capaz de decisões. Foucault ajuda a ver como estruturas disciplinam o corpo e reconfiguram adultos autônomos em sujeitos de dependência (Foucault, 1979).

1.7 O capacitismo interseccional e a invalidação do afeto

Eu ainda não conhecia o termo capacitismo, mas o sofri em todas as suas manifestações. Minha lesão passou a ser o único foco de familiares e amigos, que enxergavam apenas a "cadeira de rodas", e não a Cleis. Essa redução da pessoa ao seu "defeito" é o cerne do que Simi Linton (1998) critica. O pior foi ouvir que eu deveria agradecer por ter uma companheira, pois isso me encaixava no padrão do "inspiration porn" (Stella Young, 2014). Minha autonomia e meu amor foram transformados em um espetáculo de superação para o conforto de terceiros. Em consequência disso, minha homossexualidade, antes rejeitada, passou a ser vista como “prêmio de consolação”, aceitável porque a deficiência teria tornado a orientação um desvio menor perante outro “defeito” percebido. Essa sobreposição de estigmas configura um exemplo vivo de interseccionalidade e minha história se torna um estudo dessa, no momento em que o acidente ocorre. Antes, a orientação sexual era vista como um erro moral; depois, o fato de eu gostar de mulher se tornou aceitável porque a deficiência era o novo e maior "defeito". Esse fenômeno ilustra o que teóricas como bell hooks (2021) discutem sobre como diferentes formas de opressão se cruzam.

> Assim como a relação entre a interseccionalidade, os estudos críticos sobre deficiência e o trabalho acadêmico sobre pessoas queer de cor continua sendo um lugar de negociação constante, o mesmo ocorre com a relação entre a interseccionalidade e os estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade (Collins; Bilge, 2021, p. 66).

Integrando essa assertiva à minha narrativa, fica claro que a deficiência não é um marcador neutro ou complementar que possa ser simplesmente somado a outras categorias analíticas sem alterar radicalmente os resultados da investigação. No meu relato, a deficiência foi frequentemente mobilizada para redesenhar sentidos, reclassificando afetos, legitimando práticas de infantilização e silenciando demandas por autonomia e independência, efeitos que só se tornam inteligíveis quando a deficiência é tratada como eixo explanatório e não como menção periférica. Assim como Collins e Bilge indicam tensões metodológicas entre estudos sobre deficiência, raça, gênero e sexualidade, minha experiência mostra que a sobreposição desses marcadores produz configurações singulares de poder e subjetivação: a interseccionalidade, quando aplicada de modo superficial, corre o risco de ocultar precisamente as dinâmicas específicas do capacitismo. Em termos práticos e teóricos, essa constatação exige que pesquisas em Psicologia e em Ciências Sociais adotem

procedimentos que: (a) coloquem a deficiência no centro das perguntas investigativas quando pertinente; (b) considerem as especificidades históricas e institucionais do capacitismo; e (c) promovam epistemologias que reconheçam a voz e a agência das pessoas com deficiência, evitando leituras redutoras que as tratem como meros objetos de estudo ou de inspiração.

Após a separação com a mãe do meu filho, o processo de adoção prosseguiu. Apesar do término da relação conjugal, o desejo de ambas pela maternidade permaneceu inabalado, o fim do casamento não extingue o direito de ser mãe. Foi nesse momento que o capacitismo manifestou-se de forma mais brutal, em intersecção com o preconceito contra a família homoafetiva. Conselhos e crenças generalizadas indicavam que eu deveria ceder a guarda total a ela, limitando meu papel a uma "mãe simbólica", relegada a encontros esporádicos de fim de semana. A minha manifestação de morar sozinha com meu filho e pleitear a guarda compartilhada, com o intuito de participar integral e equitativamente de sua educação, era recebida com espanto e descrença, tratado como uma meta inatingível para uma Pessoa com Deficiência (PcD). Eu tinha a clareza de que, se fosse uma mãe biológica, lésbica e sem deficiência, os preconceitos seriam significativamente menores; assim, a interseccionalidade das opressões se escancarava, evidenciando o papel da deficiência como o principal marcador de segregação. O processo de adoção, que perdurou por dez anos, foi finalmente concluído, e hoje nosso filho ostenta os nomes das duas mães em seus documentos com notável orgulho.

A dificuldade em me reconhecerem como mãe plena e apta à guarda compartilhada revela na prática o entrelaçamento sinérgico das opressões que Collins e Bilge analisam: “Os fatores de discriminação não resolvidos, ou quando enfrentados de forma desconexa, se entrelaçam, aumentando a opressão em grandeza exponencial” (Collins; Bilge, 2021). No meu caso, capacitismo e homofobia conjugaram-se com normas de gênero e expectativas institucionais, produzindo uma legitimação social e jurídica que relegou minha capacidade parental a um estatuto simbólico. Essa articulação não é apenas acumulativa; cria barreiras qualitativamente distintas; decisões que consideraram a guarda compartilhada uma meta inatingível para uma Pessoa com Deficiência (PcD) só se tornam compreensíveis quando se adota uma perspectiva interseccional que coloque a deficiência no centro da análise. Assim, o episódio da adoção e da disputa pela guarda evidencia a urgência de procedimentos investigativos e jurídicos sensíveis à materialidade do entrelaçamento de marcadores sociais, sob pena de reproduzirem exclusão estrutural mascarada como neutralidade técnica.

Quando iniciei uma nova relação com uma mulher que me via além da cadeira, a surpresa geral era evidente; as pessoas buscavam uma razão para que ela quisesse estar comigo, pois parecia impossível ser um interesse puramente afetivo, sexual e de afinidade. Depois de alguns anos, veio o término, sofri; percebi que havia me acomodado por medo de recomeçar. Concluí que, mais uma vez, havia sucumbido ao capacitismo e ao preconceito: internalizando a crença de que aquilo era o melhor que eu merecia. Ao me ver solteira, redescobri-me além da deficiência e da cadeira de rodas. Elas não me definem; a cadeira é um auxílio à locomoção e à autonomia, assim como a tecnologia. Minha personalidade e identidade permaneceram intactas. Eu sabia quem eu era e que parceira romântica eu desejaria atrair, ciente da minha capacidade de conquistá-la.

Mesmo contra as expectativas dos amigos mais próximos, pelos quais eu nunca era vista como uma possibilidade de relação para alguém em busca de um par.

Felizmente, nunca dependi de cupido ou de incentivos para conquistar um novo afeto. Hoje, mantenho uma relação estável há 12 anos. Frequentemente, amigos e familiares me consideram uma pessoa "abençoada" ou de "muita sorte" por ter encontrado uma companheira tão excepcional que me "aceita" na condição atual, como se a minha existência fosse reduzida à deficiência. As pessoas a classificam como a "pessoa maravilhosa que faz tudo por mim", desconsiderando minha contribuição para a longevidade e o crescimento mútuo do relacionamento. Cheguei a ouvir que não me cabia reclamar, pois eu deveria simplesmente agradecer.

Muitos presumem que minha parceira deva tomar decisões por mim ou guiar nossa vida cotidiana. Apesar da perda da mobilidade física, minhas capacidades cognitivas, emocionais e sexuais foram preservadas. Recebi perguntas invasivas sobre nossa intimidade de estranhos, como se fosse legítimo sondar a sexualidade alheia. Reconheço que minha parceira é, de fato, excepcional, mas não pelos motivos que a sociedade imagina: nosso vínculo é fruto de reciprocidade, esforços compartilhados e afeto. A sociedade, contudo, tende a nos invisibilizar como um casal amoroso: somos rotuladas como irmãs, amigas ou cuidadores, como se o amor romântico não pudesse existir entre duas mulheres quando uma é PcD.

O capacitismo afetivo se manifesta no mito de que uma PcD é mais um fardo do que parceira. Ao longo desses doze anos de união, sinto a pressão de ser "a sortuda" que deve agradecer. Stella Young critica esse tipo de espetáculo de inspiração: "minha vida não existe para confortar quem observa" (Young, 2014). A invalidação da reciprocidade do afeto é dolorosa; minha parceira é rotulada como cuidadora exclusiva, quando, na verdade, nossa relação é feita de trocas contínuas. O trabalho teórico de Rhaina Cohen (2025) ajuda a entender que o afeto significativo se funda em engajamento mútuo, não apenas em cuidado.

1.8 Sexualidade e dessexualização: uma dupla invisibilidade

A dessexualização de pessoas com deficiência manifesta-se como uma prática cultural e discursiva que lhes retira o estatuto de sujeitos sexuais e, com isso, nega direitos fundamentais à intimidade, ao prazer e à reprodução de laços amorosos. Essa operação simbólica articula-se tanto na invisibilização institucional (ausência de educação sexual inclusiva e inacessibilidade de serviços de saúde sexual) quanto em microações cotidianas, olhares, perguntas invasivas, infantilização e o tratamento da vida afetiva como tema de curiosidade ou piedade. Simi Linton já assinalou que a deficiência é simultaneamente condição corporal e construção social que produz estigma e apagamento; nesse sentido, a dessexualização funciona como mais uma forma de invisibilização que nega a integridade da pessoa (Linton, 1998).

O documentário Assexybilidade (Gonçalves, 2018) ilustra como narrativas midiáticas e sociais consolidam estereótipos que retiram das PcD o acesso à esfera do desejo e do reconhecimento sexual. Por fim, as reflexões de Stella Young sobre o "inspiration porn" tornam evidente que a transformação da pessoa com deficiência em espetáculo impede a atribuição plena de autonomia erótica e afetiva, reduzindo relações íntimas a objetos de consolo para terceiros, e não a vínculos recíprocos entre sujeitos (Young, 2014). Essa constelação discursiva e prática é também compreensível à luz da análise foucaultiana: os regimes de verdade sobre sexualidade regulam quem pode ser sujeito de desejo e quem é delegado à condição de anomalia ou silêncio (Foucault, 1979).

ISSN 2595-2110

1.9 Educação, formação e reinserção acadêmica

Há dois anos, aos 46 anos, retomei os estudos e iniciei o curso de Psicologia. Buscava compreender com mais profundidade vivências diferentes da minha, jovens que atravessaram a pandemia na adolescência, gerações que cresceram imersas em telas sem contato direto com a natureza. Percebi também manifestações de etarismo entre colegas da minha faixa etária; inicialmente considerei um exagero, até que entendi que, mais uma vez, a deficiência também reconfigura esses preconceitos. Mesmo em espaços formativos, percebem-se práticas que invisibilizam pluralidades de sujeitos e testemunham a necessidade de formação inclusiva que considere a interseccionalidade.

Sou frequentemente vista como "missão": alvo de pena, de cuidado excessivo ou da curiosidade benevolente de estudantes que se aproximam para ajudar. Quem poderia praticar etarismo, muitas vezes o reprime ao considerar a deficiência um marcador mais grave; o efeito perverso é que outros traços identitários (idade, cor, gênero, raça) são apagados, me reduzindo a um único marcador, afinal, a deficiência passa a ser o traço dominante da percepção social. Essa dinâmica, em que um eixo de opressão atenua ou silencia outro, ilustra a interseccionalidade. Linton aponta que a deficiência é construção social que produz estigmas e invisibilização (Linton, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar minha trajetória à luz da Psicologia Social Crítica e do conceito de interseccionalidade, reconheço que as violências vividas: capacitismo, homofobia e etarismo, não se configuram como eventos isolados, mas como expressões de estruturas socioculturais que regulam corpos e subjetividades. A interseccionalidade permite compreender que os sistemas de opressão não atuam de forma paralela, mas se entrelaçam e se potencializam, produzindo experiências singulares de exclusão e resistência.

Essa percepção está em consonância com a análise de Collins e Bilge (2021), ao afirmarem que os fatores de discriminação se entrelaçam, aumentando ainda mais a opressão. No contexto da minha vida, essa articulação se manifesta de maneira contundente: ser mulher, lésbica, mãe adotiva e pessoa com deficiência configurou um campo de sobreposições identitárias que intensificaram a segregação e a descrença na minha autonomia. Ao reivindicar o direito de exercer a maternidade plena e a guarda compartilhada, confrontando o imaginário capacitista que insiste em tutelar e deslegitimar PcDs, vivi de forma encarnada a interseccionalidade das opressões e, simultaneamente, a potência da resistência.

Aprender o conceito de capacitismo foi, para mim, mais do que um exercício teórico; foi uma forma de nomear violências sutis e persistentes, naturalizadas na vida cotidiana. Quantas pessoas com deficiência vivem essas mesmas experiências sem sequer perceber como o preconceito as atravessa? Nomear é um ato político e terapêutico, porque transforma o sofrimento difuso em consciência crítica e reivindicação de pertencimento.

A experiência de ser PcD, lésbica e mãe adotiva me permitiu compreender que o reconhecimento e a representatividade são dimensões indispensáveis da dignidade humana. Ensinar e orientar pessoas; inclusive as que, embora instruídas, reproduzem preconceitos, tornou-se parte do meu compromisso ético e político: educar é, também, enfrentar a violência simbólica. Ao transformar minha trajetória em instrumento de

reflexão e diálogo, busco contribuir para práticas profissionais e acadêmicas mais inclusivas, nas quais a diversidade não seja mero discurso, mas fundamento de ação.

No mercado de trabalho, contudo, percebo que o capacitismo ainda se manifesta em novas formas de exclusão: vagas destinadas a pessoas com deficiência que segregam, limitam funções e reforçam estereótipos de inferioridade. A inclusão, quando não acompanhada de uma revisão crítica das estruturas institucionais, perpetua desigualdades sob a aparência de reparação. Assim, a interseccionalidade se mostra não apenas um conceito analítico, mas um imperativo ético-político para repensar práticas de empregabilidade, políticas públicas e relações humanas.

Hoje, ao iniciar uma nova jornada de lutas e aprendizagens, decidi compartilhar minhas dores, frustrações e conquistas. Sei que ao fazê-lo dou voz a muitas outras pessoas diversas: mulheres, PcDs, mães adotivas, pessoas LGBTQIAPN+, profissionais que enfrentam o preconceito cotidiano, que, como eu, compõem essa teia complexa de interseccionalidades de gênero, classe, raça e condição física. Desejo que essas pessoas se reconheçam neste relato, sintam-se representadas e compreendam que cada existência dissidente é também um ato de resistência.

Minha história, portanto, não é apenas sobre perda. É, sobretudo, sobre reconstrução, autonomia e a insistência em viver com plenitude, reivindicando o direito de existir fora das margens impostas. É um convite à escuta, à empatia e à responsabilidade coletiva por uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as formas de ser e de amar tenham lugar legítimo, visível e digno.

Quero que saibam que a minha história não é apenas sobre perda; é sobre resistência, reconstrução e sobre a insistência de viver com plenitude.

REFERÊNCIAS

ARONSON, Elliot. **O animal social**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª edição: Boitempo, 2021.

COHEN, Rhaina. **A vida é melhor com amigos**: o que a ciência e a vida real dizem sobre a família que escolhemos. São Paulo: Grupo Autêntica, 2025.

GONÇALVES, Daniel (dir.). **Assexybilidade**. Documentário. Brasil, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

LINTON, Simi. **Reivindicando a deficiência:** conhecimento e identidade (Claiming Disability: Knowledge and Identity). Nova Iorque: New York University Press, 1998.

NÚÑEZ, Geni. **Afetos coloniais:** do amor romântico ao contrato racial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

YOUNG, Stella. **I'm not your inspiration, thank you very much** (Não sou sua inspiração, muito obrigada). TEDxSydney Talk, 2014. Disponível em: https://www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much. Acesso em: 29 set. 2025.

ISSN 2595-2110

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Cleislene Barbosa Dias**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Mayelle Batista da Silva**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

ENTRE ARQUÉTIPOS E ESPIRITUALIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E O ESPIRITISMO

Adhemar Chufalo Filho
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Janise Mara de Sousa
Centro de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar (CAISPM)

RESUMO

O artigo investiga as interfaces entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo de Allan Kardec, examinando como ambas concebem a espiritualidade como dimensão constitutiva da subjetividade. Apresenta pilares junguianos — inconsciente coletivo, arquétipos, individuação e Si-mesmo — e fundamentos espíritas — espírito imortal, perispírito, reencarnação, lei moral e mediunidade. Discute convergências: sonhos como via de sentido numinoso; sofrimento como motor de transformação; e ética como reforma interior (integração da sombra e prática do bem). Metodologicamente, é estudo bibliográfico, qualitativo e exploratório que analisa obras de Jung, comentadores e textos kardequianos, além de artigos. Os resultados indicam paralelos entre individuação e evolução espiritual, reconhecimento de fenômenos psíquicos/mediúnicos como experiências significativas e centralidade da espiritualidade para o desenvolvimento humano. Conclui que o diálogo Jung–Kardec enriquece a Psicologia contemporânea, oferecendo um modelo integrativo de saúde mental, que integra corpo, psique e espírito e orienta práticas terapêuticas à transcendência.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Espiritismo; Espiritualidade; Individuação; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no campo da Psicologia Analítica e da Espiritualidade, buscando compreender de que modo os fundamentos teóricos de Carl Gustav Jung podem dialogar com o Espiritismo enquanto ciência e filosofia de efeitos morais[1]. Trata-se de um estudo que se volta à dimensão psíquica e espiritual do ser humano, explorando interfaces entre ciência psicológica, filosofia espiritualista e práticas integrativas, de modo a contribuir para uma visão ampliada da saúde mental e do desenvolvimento humano.

A primeira seção do referencial teórico apresenta as contribuições de Carl Gustav Jung, especialmente no que tange à Psicologia Analítica, à noção de inconsciente coletivo, arquétipos e ao processo de individuação, enfatizando ainda a relação intrínseca entre espiritualidade e psique. Aborda-se como Jung concebia o

si-mesmo como instância central de totalidade e transcendência, bem como a relevância da simbologia e dos fenômenos numinosos na constituição da subjetividade.

A segunda seção contempla o Espiritismo, sistematizado por Allan Kardec, destacando sua base filosófica, científica e moral. São apresentadas suas obras fundamentais, princípios centrais e a compreensão do ser humano como espírito imortal em processo evolutivo. Ressalta-se, ainda, a contribuição de autores espirituais como Joanna de Ângelis que em suas obras estabelece diálogo com a Psicologia Analítica, indicando pontos de convergência entre ambas as tradições.

A terceira seção trata da interface entre a Psicologia Analítica e o Espiritismo, evidenciando como essas abordagens, embora de naturezas distintas, reconhecem a dimensão espiritual da existência humana. Serão explorados os paralelos no que se refere à individuação e evolução espiritual, ao papel do sofrimento como processo de transformação, à linguagem simbólica dos sonhos e aos fenômenos psíquicos e mediúnicos. O diálogo entre essas perspectivas permite lançar novas luzes sobre o entendimento do sujeito em sua integralidade.

O objetivo geral da pesquisa é investigar as interfaces teóricas entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo, de modo a analisar de que forma ambas as tradições concebem a espiritualidade como dimensão constitutiva da subjetividade humana. Como objetivos específicos, busca-se: (1) apresentar os conceitos centrais da Psicologia Analítica relativos à espiritualidade; (2) descrever os fundamentos doutrinários do Espiritismo; (3) identificar pontos de convergência entre Jung e o Espiritismo; (4) discutir a relevância dessas interfaces para a Psicologia contemporânea; (5) refletir sobre as implicações para a saúde mental e práticas terapêuticas

A justificativa pessoal deste estudo advém do interesse do pesquisador em compreender de maneira mais ampla a dimensão espiritual na constituição psíquica, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento humano integral. No âmbito social, a pesquisa se justifica por trazer reflexões que podem contribuir para uma visão de saúde mental menos reducionista, considerando aspectos espirituais que frequentemente são negligenciados nas práticas psicológicas. No campo acadêmico, pretende-se contribuir para o diálogo interdisciplinar entre Psicologia e Espiritualidade, ampliando a produção científica nacional sobre o tema.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação pode ser assim formulado: quais são as interfaces entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo, e de que forma ambas as perspectivas concebem a espiritualidade como dimensão constitutiva do ser humano?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Jung , Psicologia Analitica, arquétipos e espiritualidade

Carl Gustav Jung nasceu em Kesswil, Suíça, em 1875. Formou-se em medicina em 1900, na Universidade da Basileia. foi assistente e depois colaborador de Eugen Bleurer na Clínica Psiquiátrica de Zurique. Foi colaborador próximo de Sigmund Freud, de quem afastou-se anos mais tarde, teve uma brilhante carreira intelectual em cujos escritos se revela a grandeza de um dos mais influentes pensadores do Século XX. Jung morreu em 1961, na cidade de Küsnacht, aos 85 anos[2].

Jung era um estudioso da alquimia, religiões e outros temas que envolvem transcendência e imanência, e, ao seu tempo, o termo espiritualidade tinha o significado de religiosidade. Na convicção de Jung (Dorst, 2015, p.16), “as religiões se

acham tão próximas das almas humanas com tudo quanto elas são e exprimem, que a psicologia de maneira alguma pode ignorá-las". Jung entendia que não tinha como separar o sentimento de espiritualidade da vida das pessoas, bem como da psicologia, por estarem intrinsecamente ligadas.

A Psicologia Analítica de Jung estuda e tem como foco a profundidade do ser, seu interior, a conexão com os inconscientes individual e coletivo e a realização da totalidade da individualidade, o si-mesmo, a individuação e, apresenta, ainda, os arquétipos além de outras formulações que teorizou e buscou provar empiricamente suas descobertas formando, assim, de acordo com Stein (2022) o mapa da alma.

Em relação a inconsciente, Jung (2022), indo além do pensamento freudiano, amplia o conceito do pessoal não só por conteúdos esquecidos e reprimidos, mas "de todo material psíquico que subjaz ao limiar da consciência"(Jung, 2024, p. 15) e que os "conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados arquétipos" (Jung. 2022, p. 12).

De acordo com Jung (2022) o termo "arquétipo" não é de sua criação, mas remonta à antiguidade e afirma que

> [...]há um fator apriorístico em todas as atividades humanas, que é a estrutura individual inata da psique, pré-consciente e inconsciente. A psique pré-consciente, como por exemplo a do recém-nascido, não é de modo algum um nada vazio, ao qual, sob circunstâncias favoráveis, tudo pode ser ensinado. Pelo contrário, ela é uma condição prévia tremendamente complicada e rigorosamente determinada para cada indivíduo que só nos parece um nada escuro porque não a podemos ver diretamente [...](Jung, 2022, p. 85).

No mesmo sentido Anaz (2020, p.254) traz que "[...] antes de Jung desenvolver sua tese sobre os arquétipos, a hipótese de que há elementos universais inatos que medeiam o processo cognitivo humano de percepção e compreensão do mundo aparece ao longo da história [...]". Para Pelegrini (2023), a partir de 1912 Jung apresenta a teoria dos arquétipos e, com base empírica de vivências em clínica, em fantasias e expressões artísticas de seus clientes, conclui que (Pelegrini. 2023, p. 60) "[...] continham imagens primordiais que, por sua vez, remetiam a temas típicos na história da humanidade, encontrados universalmente em mitos, lendas e contos de fadas de diferentes períodos e civilizações[...]".

Jung afirma que

> "[...]a psicologia do inconsciente comporta-se da mesma forma que as sagas, lendas,mitos e religiões, com figuras psíquicas que surgem nos sonhos, nas fantasias, nas visões e alucinações. No conjunto desse campo psíquico existem motivos, quer dizer, figuras típicas, cujos rastros pode ser seguidos até a história antiga até mesmo à pré-história, e, por conseguinte, podem ser chamadas de arquetípicas[...]" (Jung, 2023, p. 141)

Dorst (2023) aduz que no encontro terapêutico, em seu início, é apresentado reminiscências que tem origem no consciente da pessoa. Com o decorrer do tempo, conforme Jung (2023, p. 39) "não repousam mais sobre reminiscências pessoais, trata-se da camada mais profunda do inconsciente, onde jazem adormecidas as imagens humanas originárias. Essas imagens ou motivos, denominei-os arquétipos (ou então dominantes".

ISSN 2595-2110

De acordo com Stein (2022), Jung traçava o mapa da alma como um cartógrafo, sempre procurando aprofundar às mais recônditas camadas da psique buscando respostas para os enigmas da da mente, face a isso traçou a teoria do inconsciente coletivo e, ainda, mais profundamente os arquétipos como imagens inatas, históricas, (Stein (2022, p. 82) "[...] a teoria dos arquétipos é o que torna platônico o mapa junguiano da alma; entretanto a diferença entre Jung e Platão é que Jung estudou as Ideias como fatores psicológicos e não como formas eternas e abstrações."

Jung (2022, p. 106) aduz que "[...]são os denominados arquétipos ou dominantes - os dominadores, os deuses, isto é, configurações das leis dominantes, e dos princípios que se repetem com regularidade à medida que se sucedem as figurações as quais são continuamente revividas pela alma."

Assim, os arquétipos são imagens que fazem parte do conteúdo da própria humanidade, inata do indivíduo, imagens estas que não foram aprendidas, mas que fazem parte da psique humana no decorrer da história.

Já, em relação à espiritualidade, Dorst (2015) afirma que não era de uso à época de Jung, porém toda sua obra demonstra, através dos estudos das religiões, da alquimia, das doutrinas orientais uma forte ligação com a essência, com o interior, e a transcendência do ser de forma inata, Jung apresenta como finalidade precípua a busca da individuação do Ego em direção ao Si-Mesmo, podendo-se interpretar como a busca da espiritualidade interior que todos os seres trazem de forma inata, argumenta Stein (2022, p.143) "O si-mesmo, uma entidade não-psicológica transcendente, atua sobre o sistema psíquico para produzir símbolos de integridade, frequentemente como imagens de quaternidade ou mandalas (quadrados e círculos)."

De acordo com Jung

> O que, à primeira vista parece noção abstrata representa, na realidade, algo que existe e pode ser conhecido por experiência, que demonstra espontaneamente sua presença apriorística. A integridade constitui, portanto, um fator objetivo que se defronta com o sujeito independentemente dele. (Stein, 2022, p. 143)

Jung teve, ainda, como fonte de seus estudos as religiões ocidentais com raízes judaíco-cristãs, no cristianismo e, afirma Miranda (2019) que toda a obra de Jung tem por finalidade de apreender o futuro desenvolvimento da religião, entendida como espiritualidade, pois entendia que a religião era essencial para a "evolução espiritual da humanidade"(Miranda, 2019, p. 1), em relação ao gnosticismo, de acordo com Quintana (2009), Jung era um conhecedor do tema e acredita que antes de escrever Sermones o tenha estudado.

Para Miranda (2019, p. 5) "[...]as experiências religiosas tiveram papel crucial na formação de suas ideias[...]", e que Jung, através de pesquisas e estudos buscava não deixar dúvidas científicas ou religiosas a respeito de suas teorias e isso foi trazido para seu pensamento teórico, e, para Rodrigues (2014), embora seu pai fosse pastor protestante, Jung não entendia como as interpretações da bíblia eram literais, e seu senso crítico foi se robustecendo em busca de respostas.

Rodrigues (2014) discorre sobre o materialismo e ateísmo de Freud, e que este considerava (Rodrigues, 2014 p. 65) "a religiosidade como uma neurose obsessiva universal" , o que ia contra o pensamento de Jung que acreditava em algo mais profundo e além das restritas paredes do materialismo, do inconsciente individual, de que o impulso sexual era a origem de todos os transtornos e isso é que demonstra o rompimento da amizade entre ambos.

Embora profundo pesquisador da relação entre a psique e as religiões não tomava como ponto de partida as religiões, mas o religioso, Jung (2024, p. 22) dizia que "[...]não tomava como ponto de partida qualquer credo religioso, mas sim a psicologia do homo religiosus, do homem que considera e observa cuidadosamente certos fatores que agem sobre ele e sobre seu estado geral[...], e Dorst (2023) aduz que, pelo conjunto da obra demonstra-se que Jung teve seu interesse voltado para as experiências espirituais sem, no entanto, se voltar especificamente para as confissões, igrejas, tradições religiosas.

Diante do exposto conclui-se que, para Jung, o ser humano é muito mais do um simples ser vivente sem qualquer objetivo que não comer, dormir e procriar, mas um indivíduo determinado a um fim numinoso, inspirado pelas qualidades inatas a crescer até o limite de suas próprias possibilidades.

1.2 Espiritismo: ciência e filosofia de efeitos morais

O Espiritismo é lançado em 1857 por Allan Kardec, e tem por base 5 obras que são O Livro dos Espíritos (1857), o Livro dos Médiuns (1861), o Evangelho Segundo o Espiritismo (1864), o Céu e Inferno (1865) e a Gênese (1868) seguidas posteriormente por obras subsidiárias como as dos Espíritos Emmanuel, Joanna de Angelis, André Luiz, Manoel Philomeno Miranda entre muitos outros, tendo como dois medianeiros expoentes Francisco Cândido Xavier e Divaldo Pereira Franco.

Psicologicamente, a inspiração pode ser compreendida como expressão do diálogo entre consciente e inconsciente. Nesse processo, símbolos do inconsciente coletivo emergem e se organizam em formas comunicáveis. O médium funciona como canal sensível, traduzindo conteúdos profundos em narrativas significativas. Trata-se de um movimento criativo em que a função transcendente atua, articulando diferentes dimensões da psique. Assim, a obra inspirada revela-se como experiência numinosa que transcende o eu e orienta a transformação interior.

No que se refere ao Espiritismo ser uma ciência e filosofia de efeitos morais, a análise imparcial e sistemática das obras O Livro dos Espíritos e O Evangelho Segundo o Espiritismo evidencia que os processos de transformação moral podem ser compreendidos como movimentos intrínsecos ao desenvolvimento humano. Sob essa perspectiva, a dimensão espiritual é entendida como instância interna de autotranscendência, na qual se articulam conteúdos éticos e relacionais. Atitudes de amor, empatia e compreensão constituem-se como fundamentos essenciais para o aprimoramento da consciência.

A renovação interior, assim, é concebida como etapa necessária do processo evolutivo, tanto em âmbito psíquico quanto espiritual. Tal movimento favorece maior integração do Self e aproxima o indivíduo de uma experiência de sentido vinculada ao sagrado, por isso o Espiritismo é considerado ciência e filosofia de efeitos morais.

O codificador, organizador do Espiritismo foi Allan Kardec, pseudônimo usado por Hippolyte Léon Denizard Rivail, nascido em Lião, França em 1804, estudou no Instituto Yverdon, Suiça, com Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). exerceu o magistério, de acordo com Wantuil e Thiesen (1979) escreveu várias obras no campo da educação entre elas Plano Proposto para a Melhoria da Educação Pública, antes de se voltar para fenômenos aos quais a sociedade à época não via mais que um divertimento, e conforme Kardec (2007) as mesas girantes, e essas chamaram a atenção do professor lionês a partir do momento que começaram a responder perguntas relativas à existência.

ISSN 2595-2110

De acordo com Souto Maior (2013) Kardec, como estudioso do magnetismo[3], sabia que as mesas poderia ser colocadas a girar por uma força magnética, inclusive em relação aos movimentos que faziam, mas quando presenciou que havia algo mais sério além do simples de divertimento [...] "a cabeça de Kardec girou junto[...]"(Souto Maior. 2013, p. 30), então passou a investigar o que havia por trás daquele fenômeno.

Kardec (2007) entendia o Espiritismo como uma ciência que complementa as ciências tradicionais, pois investiga os fenômenos espíritas através da observação e experimentação, buscando compreender as leis que regem o mundo espiritual e suas relações com o mundo material, pois as ciências tradicionais teriam suas limitações ao tentar explicar fenômenos que envolvem a dimensão espiritual.

Souto Maior (2013. p. 31) aduz que "Rivail decidiu buscar respostas, com os devidos cuidados, de acordo com métodos científicos adotados por ele desde os tempos de estudante[...], tentando demonstrar que não se tratava de ilusionismo, mas ciência voltada à investigação do mundo invisível. Denis (2011) afirma que o Espiritismo se dirige aos sentidos e à inteligência, e que, experimental

> [...] estuda os fenômenos que lhe serve de base; racional, quando verifica os ensinamentos que deles derivam, e constitui um instrumento poderoso para a indagação da verdade, pois que pode servir simultaneamente em todos os domínios do conhecimento. As revelações dos Espíritos, dizíamos, são confirmadas pela experiência [...](Denis, 2011, p. 38).

O Espiritismo, para Kardec (2007), ainda, é considerado uma filosofia que busca responder questões fundamentais sobre a vida, a morte, a origem e o destino da alma, bem como a natureza de Deus, e corroborando o Livro dos Espíritos tem como epígrafe "Filosofia Espiritualista". Ele estabelece uma ética e moral baseada na compreensão da lei de causa e efeito, na responsabilidade individual e na busca pelo progresso moral. A filosofia espírita oferece um sistema de pensamento que orienta o ser humano em sua jornada evolutiva, promovendo o desenvolvimento intelectual e moral.

Franco e Ângelis (2014, p.8) aduzem que "[...]a Filosofia, mediante as sua diversas escolas, tem procurado oferecer ao homem caminhos que o felicitem em contínuas tentativas de interpretar a vida e entendê-la[...]", e que o Espiritismo sintetiza diversas correntes psicológicas no sentido de estudar o homem em sua integralidade como espírito imortal, embora as várias existências, auxiliando, assim, na resolução de seus problemas sem qualquer tipo de violência.

Dos livros básicos do Espiritismo, Kardec, (2007), apresenta os princípios que norteiam essa doutrina quais sejam: a Existência de Deus, a sobrevivência e imortalidade do espírito/alma, a comunicabilidade entre o plano corpóreo e incorpóreo, a pluralidade de existências e a pluralidade de mundos habitados. No caso da comunicabilidade entre os dois planos para o intercâmbio ostensivo os espíritos se utilizam de pessoas com um dom especial denominados médiuns, que significa intermediários, e assim entram em contato com o mundo corpóreo através de meios denominados psicografia, psicofonia, vidência e outros tantos que estão descritos em detalhes no Livro dos Médiuns.

Asseveram Pastorino e Franco (2005, p. 207) que "a impermanência é inevitável ocorrência em todas as organizações e estruturas que existem no Universo", no que se refere ao material, ponderável o conjunto das obras de Allan Kardec e as subsidiárias deixam explicitado que tudo o que os olhos veem e as mãos tocam um dia não mais existirão.

ISSN 2595-2110

Entre os autores e as autoras espirituais, Joanna de Ângelis escreveu, por meio da psicografia de Divaldo Pereira Franco, 16 obras para as quais deu à coleção o nome de Série Psicológicas em que utiliza em algumas de suas reflexões termos da Psicologia Analítica acolhendo, assim, algumas das ideias de Jung.

1.3 Interface entre Psicologia Analítica e Espiritismo

A Psicologia Analítica, desenvolvida por Carl Gustav Jung, e o Espiritismo, sistematizado por Allan Kardec, ainda que pertençam a tradições distintas – uma de caráter científico-psicológico e outra de natureza científico-filosófico-religiosa –, apresentam pontos de convergência que permitem um diálogo fecundo e interdisciplinar. Ambas as abordagens reconhecem a dimensão espiritual do ser humano, entendida não apenas como crença religiosa, mas como um princípio estruturante da subjetividade e da existência,

> Se tentarmos definir a estrutura psicológica da experiência religiosa, isto é, da experiência integradora, curadora, salvadora e abrangente, parece que a fórmula mais simples que podemos encontrar é a seguinte: na experiência religiosa, o homem se depara com um outro ser, espiritual, superpoderoso (Jung, 2023, p. 17).

Enquanto Jung buscava uma compreensão científica e simbólica do inconsciente, através do estudo das religiões ocidental e oriental, Kardec organizou uma doutrina que articula moral, espiritualidade e experiência religiosa,

> O Espiritismo vinha, desse modo, na hora psicológica das grandes transformações, alentando o espírito humano para que se não perdesse o fruto sagrado de quantos trabalharam e sofreram no esforço penoso da civilização. Com as provas da sobrevivência, vinha reabilitar o Cristianismo que a Igreja deturpou, semeando, de novo, os eternos ensinamentos do Cristo no coração dos homens (Emmanuel, 1996, p. 205).

A intersecção entre essas duas matrizes oferece um campo promissor de reflexão, tanto para a Psicologia quanto para os estudos da espiritualidade.

1.3.1 Dimensão espiritual da psique

Para Jung, a psique não se limita às funções conscientes do ego, mas inclui o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo, este último povoado por arquétipos, matrizes universais da experiência humana (Jung, 2022). Essa dimensão profunda possui caráter numinoso, isto é, dotado de uma força sagrada e religiosa intrínseca, que se manifesta em símbolos, mitos e experiências místicas

> Em sua visão da psique humana, Jung elaborou sua concepção de individuação como um sentido orientador da energia psíquica, isto é, como um processo contínuo ou um percurso rumo à plenitude, à totalidade, que é percorrido naturalmente pela psique. Em outras palavras, trata-se de um processo constituinte da mente humana. Esta, por sua vez, o promove, desde que não esteja enferma (Barcelos, 2024, p.9).

ISSN 2595-2110

No Espiritismo, o ser humano é concebido como uma tríade composta por corpo, perispírito e espírito, sendo este último imortal e princípio da individualidade (Kardec, (2007), e

> Somente quando estudado na sua plenitude - Espírito, perispírito e matéria -, podem-se resolver todos os questionamentos e desafios que o compõem, alargando-lhe as possibilidades de desenvolvimento do Deus interno, facultando completude, realização plenificadora, estado de nirvana, de samadhi, ou Reino dos Céus que lhe cumpre alcançar[...](Ângelis e Franco, 2024, p. 16).

Dessa forma, tanto Carl Gustav Jung quanto Allan Kardec apresentam um ponto de convergência fundamental, a compreensão de que a espiritualidade não deve ser vista como algo periférico, mas como parte integrante e necessária da existência humana. Na Psicologia Analítica, Jung destaca o Si-mesmo como instância central da totalidade psíquica, cuja dimensão espiritual é constitutiva. Já no Espiritismo, Kardec identifica no espírito imortal a essência da individualidade e da evolução, reforçando sua função essencial na vida.

1.3.2 Evolução e individuação

O processo de individuação, conceito central da Psicologia Analítica, refere-se ao caminho de autorrealização, no qual o sujeito busca integrar aspectos conscientes e inconscientes de sua personalidade, orientando-se em direção ao Si-mesmo, arquétipo da totalidade psíquica. De acordo com Stein (2022, p. 156) "Jung usou o termo individuação para falar sobre o desenvolvimento psicológico, que ele define como o processo de tornar-se uma personalidade unificada, mas também única, um indivíduo, uma pessoa indivisa e integrada[...]".

Já o Espiritismo defende que a evolução do espírito se dá por meio da reencarnação, em que cada existência oferece aprendizados ético-morais que conduzem ao progresso espiritual (Kardec, 2007), e, de acordo com Pastorino e Franco (2005, p. 20)"[...]ciclicamente, os fenômenos ressurgem e se imortalizam no triunfo do Espírito que foi criado simples e ignorante, aformozeando-se, agigantando-se, mediante o esforço e o trabalho edificante, iluminando-se com a sabedoria. Eis definida a necessidade da reencarnação[...]"

Embora partam de referenciais diferentes, ambas as perspectivas concebem o desenvolvimento humano como uma jornada que transcende o imediato e se orienta para a integração e plenitude, seja psíquica ou espiritual.

1.3.3 Fenômenos psíquicos e mediunidade

Os fenômenos mediúnicos, fundamentais na prática espírita, são compreendidos como comunicações entre espíritos encarnados e desencarnados, e, conforme Kardec (2007, p.17) "[...]o pensamento é um atributo do Espírito; a possibilidade, que eles têm, de atuar sobre a matéria, de nos impressionar os sentidos e, por conseguinte, de nos transmitir seus pensamentos, resulta, se assim podemos exprimir, a constituição fisiológica que lhes é própria. Logo, nada há de sobrenatural neste fato, e nem de maravilhoso[...]"

Para que ocorra o intercâmbio entre o mundo corpóreo e o incorpóreo há necessidade de um intermediário que, neste caso, foi denominado de médium, a

ISSN 2595-2110

pessoa deve possuir faculdades especiais ao mister, e Kardec (2007, p. 211) "[...]é de notar-se que essa faculdade não se revela da mesma maneira em todos. Geralmente os médiuns uma aptidão especial para os fenômenos desta ou daquela ordem, donde resulta que formam tantas variedades quantas são as especies de manifestações. [,,,]".

Do ponto de vista da Psicologia Analítica, tais manifestações não são validadas em termos ontológicos, mas interpretadas como expressões simbólicas do inconsciente, materializadas em imagens e conteúdos arquetípicos (Jung, 2022), porém em sua obra Estudos psiquiátricos, Jung (2019, p. 103) aduz que "[...]longe estou de acreditar que com este trabalho tenha conseguido um resultado definitivo ou cientificamente satisfatório.[...]", o que demonstra que, naquele período, ainda não tinha uma certeza se eram confirmaveis ou não.

Frisa-se que Jung (2019) desenvolveu experimentos com pessoas que possuíam dons paranormais, tais como a Srta. E, 40 anos (Jung, 2019, p. 15) "[...]é preciso dizer que a paciente não era supersticiosa e, quando saudável, nunca se interessou muito pelas coisas suprassensíveis. Durante todo o período do tratamento, [...], chamou a atenção a grande indiferença da paciente em relação à doença, e, inclusive, à melhora.[...]".

Em relação a uma senhora de 30 anos (ibid, p. 19); uma jovem de 19 anos (Jung, 2019, p.19) para os quais aduz que "[...]os casos citados são de histerias graves onde a consciência atua em estágios profundos de sonho[...]. Estudou, ainda, os casos de Senhorita S.W em cujo capítulo (Jung, 2019, p. 28) se utiliza do título "Um caso de sonambulismo com carga hereditária (Médium espírita)".

Dessa forma, evidencia-se uma interface metodológica consistente: ainda que as tradições divirjam quanto à explicação da natureza do fenômeno, ambas reconhecem a experiência como legítima no campo da subjetividade, atribuindo-lhe valor constitutivo para a compreensão da dinâmica psíquica e espiritual do ser humano.

1.3.4 Sonhos e linguagem simbólica

Tanto Jung quanto o Espiritismo atribuem aos sonhos um papel fundamental. Para Jung (2019) constituem a via régia de acesso ao inconsciente, trazendo à consciência conteúdos arquetípicos, mensagens compensatórias e orientadoras do processo de individuação. Kast (2019), refere-se à importância dos sonhos para a Psicologia Analítica, em especial nas crises, dificuldades maiores, preocupações exacerbadas, situações que podem levar á lembranças mais claras dessas visões oníricas, e conclui que

> Assim, sonhos muito importantes também ocorrem no início de uma psicoterapia, pois ela pode ser uma fase de transição importante na vida de uma pessoa. Esses sonhos são chamados de iniciais e, para Jung, eram muito significativos, pois neles via não apenas as razões para as dificuldades psíquicas e as indicações do que se perdeu na vida e teria de ser reencontrado, mas também suposições de como o desenvolvimento poderia continuar, "faros para possibilidades (Kast, 2019, cap.sonhos iniciais, p. 3-4, e.book).

Stein (2023) aduz que os conteúdos conscientes do indivíduo diferem nos sonhos, pois neste caso o inconsciente pode apresentar contradições quando em vigília, e (Stein, 2023, p. 73) " os sonhos podem oferecer informações importantes sobre o que está ocorrendo em nosso interior e sobre possíveis desenvolvimentos futuros".

De acordo com Jung (2019), os sonhos não têm uma preocupação com a realidade das coisas, sendo formado por fatos e imagens heterogêneas, e o que parece impossível no mundo real surgem no mundo onírico.

No Espiritismo, os sonhos podem representar recordações de experiências do espírito em estado de desprendimento parcial durante o sono, ou encontros com entidades espirituais em planos sutis, e Kardec (2007, p. 253) traz que "os sonhos não são verdadeiros como o entendem os ledores da buena dicha[...] são verdadeiros no sentido de que apresentam imagens que, para o Espírito têm realidade, porém que, nenhuma relação tem com o que se passa na vida corporal [...]".

De acordo com as obras básicas de Kardec e subsidiárias os sonhos podem ter três formas de se expressão, primeira é pela emancipação do Espírito que, no decorrer do sono, liberta-se e as imagens que traz ao acordar são as impressões dos encontros com outros seres espirituais ou lugares que visitou; segunda podem ocorrer em face das impressões deixadas quando em vigília, imagens, encontros, atividades do dia-a-dia; e a terceira forma coincide com o pensamento de Jung, pois são aqueles imagens que brotam do inconsciente que, para o Espiritismo, em muitos casos são as reminiscências do passado não da presente encarnação.

Assim, tanto na Psicologia Analítica quanto no Espiritismo, o sonho é reconhecido como expressão dotada de sentido transcendente, ultrapassando a sua função meramente fisiológica. Ainda que as interpretações variem conforme os referenciais de cada tradição, ambas convergem na valorização do sonho como via de acesso à essência espiritual do ser humano.

1.3.5 Sofrimento e transformação

A Psicologia Analítica interpreta os sintomas e sofrimentos psíquicos como tentativas de autorregulação da psique, isto é, expressões de conteúdos inconscientes que buscam integração no processo de individuação,

> A ideia por trás da teoria da individuação é que nascemos com um self não desenvolvido que precisa de tempo para se tornar uma personalidade individual única. Esse processo é frequentemente comparado à teoria da bolota do desenvolvimento psicológico, na qual a bolota representa o self não desenvolvido e, ao ser plantada e regada cresce ao longo do tempo[...] (Stein, 2022, p. 13).

A individuação é um processo psicológico contínuo de autorrealização, que visa a integração dos diferentes aspectos da personalidade – conscientes e inconscientes – para se tornar um ser único, completo e indivisível, e não simplesmente individualista. Este processo envolve o confronto com a própria "sombra" e outros conteúdos inconscientes, culminando na formação de um si-mesmo que une a totalidade da psique, levando o indivíduo a viver uma vida mais alinhada com os seus valores e propósito, isso é a transformação o que não deixa de gerar um sofrimento.

Para Jung (2023), no caso da formação da personalidade que passa pelo processo da transformação para a individuação (Jung, 2023, p. 197), "[...]é como um rio que antes se perdesse em braços secundários e pantanosos, repentinamente descobrisse seu verdadeiro leito. Também se poderia comparar com uma pedra colocada sobre uma semente a germinar, tirada a pedra o broto retorna seu crescimento normal."

O Espiritismo, por sua vez, compreende o sofrimento como consequência de desequilíbrios morais e espirituais, muitas vezes vinculados a existências anteriores, atribuindo a ele uma função pedagógica, e, de acordo com Ângelis e Franco (2023, p. 225) "Os seres humanos transitam no seu processo evolutivo, invariavelmente, crucificados aos problemas que elaboraram para eles mesmos, experimentando dores e amarguras graves, de que somente se libertarão quando resolverem pela transformação interior, adotando comportamentos saudáveis[...]".

Abstendo-se da retórica a respeito da distinção entre sofrimento e dor, tomar-se-á como sinônimos ambos os termos. A dor pode se apresentar de duas formas, a física e a psicológica ou moral,

> A dor e o prazer são duas formas extremas da sensação. Para suprimir uma ou outra seria preciso suprimir a sensibilidade. São, pois, inseparáveis em princípio e ambos necessários à educação do ser, que, em sua evolução deve experimentar todas as formas ilimitadas, tanto do prazer como da dor. A dor física produz sensações , o sofrimento produz sentimentos (Denis, 2023, p. 520).

Assim, tanto para Jung quanto para Kardec, o sofrimento não é mero obstáculo, mas uma oportunidade de crescimento, transformação e aprofundamento da experiência humana, embora haja a diferença substancial no sentido de que, para o Espiritismo, tenha apelo pedagógico e, para a Psicologia Analítica, seja uma expressão autêntica e indispensável para a alma se realizar.

1.3.6 Ética e reforma interior

Por fim, ambas as tradições reconhecem a centralidade da dimensão ética na vida humana. Para Jung, a ética não é apenas um conjunto de regras exteriores, mas um imperativo interno que emerge do processo de individuação. Confrontar a sombra significa entrar em contato com conteúdos reprimidos, impulsos e aspectos obscuros da personalidade. Esse enfrentamento não se dá de forma moralista, mas como exigência de responsabilidade consigo mesmo e com o coletivo. A ética, nesse contexto, traduz-se na capacidade de reconhecer as próprias limitações, assumir as consequências dos próprios atos e integrar os opostos da psique em direção a uma vida mais autêntica e equilibrada. Assim, a transformação interior é inseparável do compromisso ético: quanto mais o indivíduo se torna consciente de si, mais é chamado a responder de modo responsável ao mundo.

Já o Espiritismo enfatiza a reforma íntima como caminho essencial para o progresso espiritual. Trata-se de um processo contínuo de autossuperação, em que o sujeito busca refrear vícios, cultivar virtudes e alinhar pensamentos, sentimentos e ações à prática do bem. Essa reforma não se limita ao plano interior, mas se expressa em atitudes concretas de caridade, humildade e responsabilidade moral diante de si e do próximo. A ética, nessa tradição, é compreendida como exercício cotidiano de autotransformação, que ultrapassa o formalismo religioso e se enraíza na vivência prática do Evangelho.

Em ambos os sistemas, portanto, a ética é inseparável da reforma interior: no horizonte junguiano, ela aparece como consequência da integração da sombra e do avanço no processo de individuação; no Espiritismo, como fruto da escolha consciente por valores morais elevados e pela vivência do amor ao próximo. Em comum, revelam

que ética e espiritualidade estão indissociavelmente ligadas, constituindo o núcleo da verdadeira evolução humana — seja psicológica, seja espiritual.

Concluindo, o diálogo entre a Psicologia Analítica e o Espiritismo demonstra que, apesar de suas diferenças epistemológicas e metodológicas, ambas as tradições reconhecem a dimensão espiritual como constitutiva do ser humano, valorizando o processo de autotransformação. Seja pelo caminho da individuação, seja pela evolução espiritual, o sujeito é convidado a transcender a superficialidade da existência e a buscar um sentido mais profundo, integrando sofrimento, ética e espiritualidade em sua trajetória. Essa interface amplia os horizontes da Psicologia ao considerar a transcendência como fator essencial da vida psíquica, ao mesmo tempo em que oferece ao Espiritismo novas possibilidades de diálogo com a ciência psicológica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em pauta tem natureza básica por se tratar de busca em artigos científicos e livros, a fim de verificar se há, em algum ponto, a interface em a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo codificado e organizado por Allan Kardec, e para isso buscou-se na literatura junguiana e kardequiana se há pontos de convergência.

Trata-se de pesquisa com método qualitativo, pois não terá por finalidade dados estatísticos, números ou outro relacionado às ciências exatas, pois, conforme Siena et al (2024. p. 54) "a matéria prima do método qualitativo são os textos, falas, figuras, dados observacionais e filmes em sua forma natural."

O objetivo metodológico da pesquisa é exploratório por, de acordo com Severino (2014, p. 107), " a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto." No caso, levantar-se-á informações a respeito dos pontos convergentes entre Psicologia Analítica e o Espiritismo.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo do tipo estado da arte, fundamentado em pesquisa bibliográfica. O campo investigativo foi constituído por produções vinculadas à Psicologia Analítica e ao Espiritismo, selecionadas a partir de critérios temporais e de relevância teórica.

No campo da Psicologia Analítica, foram contempladas obras junguianas reeditadas no período de 2016 a 2024, assim como publicações de autores de referência, tais como Dorst e Stein, editadas no Brasil entre 2015 e 2022. Além disso, foram analisados artigos científicos publicados entre 2014 e 2025, localizados na base de dados SciELO e em sites institucionais de universidades e centros especializados nos estudos de Jung, como USP, PUC e Self.

No que concerne ao Espiritismo, a análise abrangeu as cinco obras fundamentais de Allan Kardec, em edições reeditadas ou reimpressas nos anos de 2006 e 2007, bem como obras subsidiárias publicadas no período de 1996 a 2024. A seleção deste material visou garantir a representatividade tanto das fontes primárias kardequianas quanto das produções complementares relacionadas ao desenvolvimento da doutrina espírita.

Utilizou dos descritores para o núcleo da Psicologia Analítica: "Psicologia Analítica" AND Jung; Arquétipos junguianos; Inconsciente coletivo AND espiritualidade; Processo de individuação AND religiosidade. Para o núcleo do Espiritismo: Espiritismo AND psicologia; Allan Kardec AND psicologia; Doutrina espírita AND espiritualidade;

Perispírito AND psique. Descritores para os pontos de interseção: Jung AND espiritualidade; Arquétipos AND Espiritismo; Psicologia da religião AND Espiritismo.

Descritores de convergências entre psicologia e espiritualidade; Religião AND saúde mental AND Jung. E, descritores integrados: Psicologia Analítica AND Espiritismo; Jung AND Allan Kardec; Arquétipos AND mediunidade; Espiritualidade AND saúde psicológica; Psicologia profunda AND transcendência, inclusive podem ser combinados em diferentes bases (Scielo, CAPES, Google Scholar, PePSIC, etc.) usando operadores booleanos (AND, OR, " ").

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa, ao investigar as interfaces entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo, evidenciou um conjunto de convergências que reforçam a relevância da dimensão espiritual como constitutiva do ser humano. Embora partam de referenciais epistemológicos distintos, ambas as tradições oferecem aportes que contribuem para uma compreensão mais integral da psique, ao mesmo tempo em que ampliam o horizonte da Psicologia no campo contemporâneo (Jung, 2019; Kardec, 2007).

Os resultados apontam que tanto Jung quanto Kardec concebem a espiritualidade como núcleo essencial da existência humana. Jung, ao propor o Si-mesmo como instância reguladora e transcendente da psique, confere à espiritualidade um caráter inato e estruturante (Jung, 2024). O Espiritismo, por sua vez, compreende o espírito imortal como princípio da individualidade e da evolução (Kardec, 2007). Essa convergência demonstra que, em ambas as abordagens, a espiritualidade não é acessória ou secundária, mas fundamento da subjetividade e do processo de desenvolvimento humano.

A análise evidenciou que o processo de individuação junguiano guarda paralelos significativos com a noção espírita de evolução do espírito. Enquanto Jung descreve a individuação como um movimento de integração entre consciente e inconsciente em direção ao Si-mesmo (Jung, 2024), o Espiritismo entende a evolução espiritual como progresso ético-moral, alcançado por meio das reencarnações sucessivas (Kardec, 2007). Ambas as concepções se encontram na valorização da transformação interior, indicando que o desenvolvimento humano transcende a dimensão meramente biológica e social.

Outro resultado relevante refere-se ao papel do sofrimento. Para Jung, os sintomas psíquicos são expressões compensatórias que apontam para a necessidade de integração de conteúdos inconscientes, configurando oportunidade de crescimento (Jung, 2019). Para o Espiritismo, o sofrimento é compreendido como mecanismo pedagógico, decorrente da lei de causa e efeito, que conduz o espírito à aprendizagem moral e ao progresso interior (Kardec, 2007). Nessa convergência, ambas as perspectivas reconhecem o sofrimento como motor de transformação e não apenas como obstáculo à existência.

Os sonhos e os símbolos foram identificados como ponto de diálogo privilegiado. Na Psicologia Analítica, os sonhos constituem via régia de acesso ao inconsciente e orientam o processo de individuação (Jung, 2024). No Espiritismo, os sonhos podem traduzir tanto impressões psíquicas quanto experiências espirituais do perispírito durante o sono (Kardec, 2007). Embora com explicações diferentes, ambas as abordagens atribuem aos sonhos papel de revelação e orientação, destacando seu caráter numinoso. O mesmo ocorre com os fenômenos mediúnicos: enquanto o

Espiritismo os concebe como comunicação efetiva entre planos da existência (Kardec, 2007), Jung os interpreta como expressões simbólicas do inconsciente (Jung, 2019). Ainda assim, em ambas as perspectivas, tais experiências são reconhecidas como reais e significativas na vida psíquica.

Os resultados também indicam forte convergência em torno da dimensão ética. Jung ressalta a necessidade de integrar a sombra e assumir responsabilidade pelos próprios atos como condição para a individuação (Jung, 2024). O Espiritismo enfatiza a reforma íntima, compreendida como esforço contínuo de autossuperação e prática da caridade (Kardec, 2007). Assim, tanto a ética junguiana quanto a ética espírita situam-se no horizonte da autotransformação, revelando que a saúde psíquica e espiritual não pode ser desvinculada de escolhas morais e de um compromisso ativo com o bem.

Conclui-se que os resultados obtidos sugerem que o diálogo entre Psicologia Analítica e Espiritismo pode oferecer contribuições valiosas para a Psicologia contemporânea. Em tempos marcados por abordagens reducionistas da saúde mental, considerar a dimensão espiritual permite resgatar a integralidade do sujeito e oferecer caminhos terapêuticos mais amplos (Jung, 2019; Kardec, 2007). A integração dessas perspectivas não se dá pela fusão acrítica de conceitos, mas pela abertura interdisciplinar que reconhece a espiritualidade como fator legítimo da vida psíquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as interfaces teóricas entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e o Espiritismo, buscando compreender de que modo ambas as tradições concebem a espiritualidade como dimensão constitutiva da subjetividade humana. O percurso realizado permitiu confirmar a relevância desse diálogo interdisciplinar, revelando pontos de convergência que ampliam as possibilidades de compreensão do ser humano em sua integralidade.

Constatou-se que tanto a Psicologia Analítica quanto o Espiritismo reconhecem a espiritualidade como elemento fundamental do desenvolvimento humano. Jung, ao elaborar conceitos como inconsciente coletivo, arquétipos, individuação e Si-mesmo, atribui caráter central ao aspecto numinoso da psique, ressaltando a dimensão simbólica e transcendental da experiência humana. O Espiritismo, por sua vez, ao compreender o ser humano como espírito imortal em processo de evolução, sustenta que a vida se orienta por leis morais e espirituais, tendo a reforma íntima como caminho essencial para o progresso.

Os resultados também evidenciaram paralelos significativos entre o processo de individuação e o princípio da evolução espiritual. Ambos os referenciais valorizam o sofrimento como motor de transformação, reconhecem o papel orientador dos sonhos e da linguagem simbólica, e situam a ética como dimensão inseparável da autotransformação. Embora partam de bases distintas — científica no caso da Psicologia Analítica, e filosófico-religiosa no caso do Espiritismo —, convergem na valorização da espiritualidade como núcleo estruturante da existência.

No âmbito das implicações pessoais, este trabalho permitiu ao pesquisador aprofundar sua compreensão acerca da presença do sagrado e do espiritual na constituição psíquica, reconhecendo sua relevância no processo de autoconhecimento e individuação. Em termos sociais, o estudo oferece contribuições para uma visão de saúde mental menos reducionista, que inclui a espiritualidade como fator legítimo no cuidado psicológico, possibilitando práticas mais humanas e integrais. Do ponto de

vista acadêmico, a pesquisa amplia o diálogo interdisciplinar entre Psicologia e Espiritualidade, reforçando a importância de novos estudos que explorem interfaces entre ciência e filosofia espiritualista no cenário brasileiro.

Havendo interesse em pesquisar este tema o material referente à Psicologia Analítica encontra-se, primordialmente, nas Obras Completas de Carl Gustav Jung, bem como nas produções de autores de destaque como Murray Stein, Verena Kast, Brigitte Dorst, além de artigos científicos especializados. Já no caso do Espiritismo, as principais fontes de consulta são as cinco obras fundamentais codificadas por Allan Kardec, complementadas por obras subsidiárias de autores espirituais, tais como André Luiz, Emmanuel, Joanna de Ângelis, Manoel Philomeno de Miranda, Pastorino, e, também, Revista Espírita e outros materiais correlatos.

Conclui-se, portanto, que o diálogo entre Jung e Kardec, entre Psicologia Analítica e Espiritismo, não se restringe a um exercício comparativo, mas constitui um campo fecundo de reflexão e prática. Reconhecer a espiritualidade como dimensão essencial da subjetividade humana significa abrir caminho para uma Psicologia contemporânea mais sensível à totalidade do ser, bem como para uma espiritualidade mais dialogada com a ciência. Essa interface representa, assim, uma contribuição significativa tanto para o pensamento psicológico quanto para a vivência espiritual, reafirmando que o desenvolvimento humano pleno exige a integração de corpo, psique e espírito.

NOTAS

[1]À luz de um um estudo imparcial e livre de preconceitos, a análise das obras fundamentais do Espiritismo — notadamente O Livro dos Espíritos e O Evangelho Segundo o Espiritismo — evidencia que as reflexões delas derivadas apontam para a relevância da sensibilização ética e espiritual do indivíduo, destacando-se a necessidade de um processo contínuo de transformação moral.
[2]Editora Vozes, no livro Estudos Psiquiátricos.
[3]O magnetismo depois foi amplamente referendado por teses da física quântica, quando se descobre que a matéria se comporta de forma totalmente inusual, sobretudo em relação ao que se pensava sobre este tema até aquela altura da história, na época de Kardec.

REFERÊNCIAS

ANAZ, S.A.L. Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries. **Revista Significação**, USP. São Paulo.v.17. n. 54. p. 251-270. jul.dez.2020. Disponível em; https://revistas.usp.br/significacao/article/download/159964/161882/419694. Acesso em: 23 ago. 2025.

ANGELIS, J.; FRANCO, D.P. **Jesus e o Evangelho à luz da Psicologia Profunda**. 6 ed. Salvador. Leal Editora. 2023.

ANGELIS, J.; FRANCO, D.P. **O homem integral**. 22ed. Salvador. Alvorada. 2014.

BARCELOS, A.D. Diálogo entre Maslow e Jung: a experiência da espiritualidade e a busca pelo sentido no movimento transpessoal. **Revista Foco**. Curitiba.v.17.n.3. p. 1-19.2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/4651/3314/10450. Acesso em: 31 ago. 2025.

DENIS. L. **O problema do ser, do destino e da dor**. 31ed. 4 reimpr.Rio de Janeiro. FEB. 2011.

DORST, B. Introdução in JUNG, C.G. **Espiritualidade e transcendência**. Seleção e edição de Brigitte Dorst. Petrópolis. Vozes. 2015.

EMMANUEL; XAVIER, F.C. **A caminho da luz:** história da civilização à luz do Espiritismo. 22ed. Rio de Janeiro. FEB. 1996.

JUNG, C.G. **A prática da psicoterapia**. 16ed. 17 reimpr. Petrópolis.Vozes. 2023.

JUNG, C. G. **Aion:** Estudos sobre o Simbolismo do Si-mesmo. 10. ed. 18ª reimpr. Petrópolis: Vozes, 2024.

JUNG, C. G. **Memórias, Sonhos**, Reflexões. 33. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. e.book. Disponível em: https://www.kobo.com/br/en/account/settings. Acesso em: 13 set. 2025.

JUNG, C.G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 11ed. 14ª reimpr. Petrópolis.Vozes. 2022.

JUNG, C.G. **Psicologia e religião**. 11 ed. 20ª reimpr. Petrópolis. Vozes. 2024.

JUNG, C.G. **O desenvolvimento da personalidade**. 14 ed.16ª reimpr. Petrópolis.Vozes. 2023.

JUNG, C.G. **O eu e o inconsciente**. 27e. 15ª reimpr. Petrópolis. Vozes. 2024.

JUNG, C.G. **Símbolos da transformação**. 9 ed. 10ª reimpr. Petrópolis. Vozes. 2019.

JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos**. 3. ed. Petrópolis. Vozes, 2019.

KARDEC, A. **A gênese:** Os milagres e as predições segundo o Espiritismo. 52 ed. Rio de Janeiro. FEB. 2007.

KARDEC, A. **O céu e o inferno:** A justiça divina segundo o Espiritismo. 60 ed. Rio de Janeiro. FEB. 2007.

KARDEC, A. **O Evangelho segundo o Espiritismo**. 126 ed. Rio de Janeiro. FEB. 2007.

KARDEC, A. **O livro dos espíritos:** Princípios da Doutrina Espírita. 90 ed. Rio de Janeiro. FEB. 2007.

KARDEC, A. **O livro dos médiuns:** Guia dos médiuns e dos evocadores. 79 ed. Rio de Janeiro. FEB. 2007.

KAST, V. trad. Karina Jannini. **Jung e a Psicologia Profunda:** um guia de orientação prática. São Paulo. Cultrix. 2019. e.book. Disponível em: https://www.kobo.com/br/en/account/settings. Acesso: 12 set. 2025.

MIRANDA, P. C.G.Jung e a religião. **Self** - Revista do Instituto Junguiano. v. 4. n.8. 2019. São Paulo. Disponível em: https://self.emnuvens.com.br/self/article/view/35 Acesso em: 19 ago. 2025.

PASTORINO, C.T. ; FRANCO, D.P. **Impermanência e imortalidade**. 4ed. Rio de Janeiro. FEB.. 2005.

PELEGRINI, A.A. **Elaboração do conceito de arquétipo na obra de C.G.Jung e as contribuições de pós- junguianos**. Orientadora Profª Dra. Paula Pinheiro Varela Guimarães. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia.Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e Saúde. São Paulo. 2023. Disponível em: https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/36413/1/ALESSANDRA%20ALVES%20PELEGRINI%20-%20TCC.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

QUINTANA, C.B. **Gnose junguiana:** estudo das noções de corpo e mente em jung e suas raízes no gnosticismo. Orientador Prof. Dr. Luiz Felipe Pondé. 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 2009. disponível em:chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/2104/1/Carlos%20Bein%20Quintana.pdf Acesso em: 24 ago. 2023.

RODRIGUES, M.H. Jung e seu relacionamento com a religião. **Revista Sinapse Múltipla**, v. 3. n.1. p. 54-66. jul. 2014. Betim. 2014. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/sinapsemultipla/article/view/4171/6720. Acesso em: 19 ago. 2025.

SOUTO MAIOR M. **Kardec:** a biografia. Rio de Janeiro. Record. 2013.

STEIN, M. **Jung, o mapa da alma:** uma introdução. 5e. 12ª reimpr. São Paulo. Cultrix. 2022.

STEIN, M. **Os quatro pilares da Psicanálise Junguiana:** uma introdução concisa. São Paulo. Cultrix. 2023.

WANTUIL, Z., THIESEN F. **Allan Kardec:** meticulosa pesquisa bibliográfica. Rio de Janeiro. FEB Editora. 1979.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Adhemar Chufalo Filho**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Irenides Teixeira**, Psicólogo, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Janise Mara de Sousa**, Psicóloga, Especialista, Centro de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar (CAISPM).

ISSN 2595-2110

ESTADO DA ARTE SOBRE A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (2020–2025)

Lara Maria Moreira Gomes
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Karlla Garcia Ferreira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Ruth do Prado Cabral
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Geovanna Gomes de Morais
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar como as habilidades comunicativas se desenvolvem, são estimuladas e influenciadas pelas práticas familiares e pelas intervenções terapêuticas em famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foi realizado um Estado da Arte sobre a produção científica dos últimos cinco anos (2020-2025), abordando os principais desafios comunicativos enfrentados no ambiente familiar, as estratégias de apoio utilizadas e o papel da família na mediação da comunicação. Além disso, investiga como as intervenções terapêuticas, especialmente aquelas que envolvem a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) e a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), contribuem para ampliar as possibilidades expressivas e participativas no contexto familiar e social. Os resultados indicam que, embora as práticas familiares contribuam para o desenvolvimento das habilidades comunicativas, a integração de intervenções especializadas sugere avanços tanto na comunicação quanto na participação de pessoas com TEA nas decisões que os envolvem. O estudo também destacou a importância de promover a participação ativa desses indivíduos, fortalecendo sua autonomia e ampliando sua inclusão.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Comunicação familiar; Intervenções terapêuticas; Comunicação Aumentativa e Alternativa; Participação familiar.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social, dificuldades de interação e padrões restritivos e repetitivos de comportamento (American Psychiatric Association, 2023). A heterogeneidade do espectro implica manifestações diversas que afetam profundamente o desenvolvimento emocional, social e educacional dos indivíduos.

Estudos epidemiológicos recentes estimam que entre 1% e 2% da população mundial seja diagnosticada com TEA (IBGE, 2022), reforçando a necessidade de estratégias abrangentes de suporte e intervenção. No Brasil, estima-se que

ISSN 2595-2110

aproximadamente dois milhões de pessoas convivam com o transtorno (IBGE, 2022). Em nível internacional, dados da Rede de Monitoramento do Autismo e Deficiências do Desenvolvimento dos Estados Unidos (CDC, 2025) revelam um aumento na prevalência do TEA, com estimativa de 32,2 casos para cada 1.000 crianças de 8 anos de idade, o equivalente a aproximadamente uma criança diagnosticada em cada 31 [OBJ]. Esse crescimento ressalta a importância do diagnóstico precoce e da

ampliação dos recursos terapêuticos, visando melhorar os prognósticos de desenvolvimento.

Dentre os desafios relatados por familiares e profissionais, a comunicação — seja verbal ou não verbal — destaca-se como uma das maiores dificuldades. Estima-se que entre 25% e 50% das pessoas com TEA não desenvolvem a linguagem funcional (Backes et al., 2017). A comunicação é um dos aspectos centrais para a adaptação e qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias. As famílias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades comunicativas de crianças e jovens autistas, pois são o primeiro ambiente social em que essas interações ocorrem (Togashi; Walter, 2016).

A comunicação dentro do núcleo familiar influencia diretamente o desenvolvimento da criança, sendo um fator essencial para sua inclusão e autonomia. No entanto, os desafios enfrentados nesse contexto podem ser diversos, desde dificuldades na compreensão de sinais sociais até a necessidade de estratégias específicas, como o uso de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) (Pereira et. al., 2020). Estratégias como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) têm sido amplamente utilizadas para ampliar as possibilidades expressivas e interativas dessas crianças (Togashi; Walter, 2016; Pereira et. al., 2020).

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) oferece uma série de benefícios significativos para pessoas com limitações na fala ou na escrita. Um dos principais ganhos é o suporte à comunicação oral e escrita, facilitando tanto a expressão quanto a compreensão da linguagem. Além disso, o uso da CAA tem impacto direto na qualidade de vida dos usuários, ao favorecer a interação social e atender às necessidades básicas, especialmente em ambientes familiares e de cuidado hospitalar. No contexto educacional e social, a CAA promove a inclusão, possibilitando maior participação dos indivíduos em atividades escolares e comunitárias, além de contribuir com processos de avaliação assistida (Manzini, Deliberato, 2006; Cesa, Mota, 2015).

O desenvolvimento da linguagem também é beneficiado, uma vez que os recursos de CAA auxiliam na estruturação da fala e no enriquecimento da expressão linguística, sem interferir negativamente no surgimento da oralidade (Togashi, Walter, 2016). Outro aspecto importante é o fortalecimento dos vínculos familiares, já que o uso da CAA estimula a comunicação no lar e a ampliação de estratégias comunicativas no dia a dia (Cesa, Mota, 2015). Nesse cenário, o papel da família

torna-se central, pois é no ambiente familiar que ocorrem os primeiros vínculos, o desenvolvimento da linguagem e a mediação das expressões emocionais.

Diante desse cenário, a presente pesquisa buscou responder à seguinte questão: como a literatura científica dos últimos cinco anos têm abordado a comunicação no contexto familiar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista? Diante disso, este estudo teve como objetivo geral realizar o Estado da Arte sobre a comunicação no contexto familiar de pessoas com TEA, com foco nas publicações científicas dos últimos cinco anos.

Para tanto, buscou-se mapear a produção científica sobre a comunicação no contexto familiar, investigando os principais temas relacionados à participação de indivíduos autistas nesse processo, bem como identificar estratégias utilizadas para favorecer a comunicação nesse ambiente. Dessa forma, os objetivos específicos deste estudo são: (1) identificar os principais desafios comunicativos descritos na literatura; (2) mapear as estratégias de apoio mais utilizadas no contexto familiar; (3) verificar o papel da família na mediação da comunicação; e (4) verificar o nível de participação do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas decisões que os envolvem.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é configurado como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social, dificuldades nas interações e padrões restritivos e repetitivos de comportamento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023). A heterogeneidade das manifestações clínicas implica variações profundas no desenvolvimento emocional, social e educacional dos indivíduos, o que fundamenta a necessidade de abordagens diversificadas em pesquisa e prática clínica. Estudos epidemiológicos recentes destacam tendência ao aumento da prevalência, com estimativas populacionais que reforçam a relevância do diagnóstico precoce e da ampliação de recursos terapêuticos (IBGE, 2022; CDC, 2025).

A comunicação — verbal e não verbal — constitui um dos domínios mais impactados no TEA e um fator central para a adaptação e qualidade de vida das pessoas afetadas e de suas famílias. Estima-se, segundo estudos referenciados, que uma parcela significativa das pessoas com TEA não desenvolva linguagem funcional, o que eleva as demandas de suporte comunicativo no contexto familiar (BACKES et al., 2017). As dificuldades abarcam desde a expressividade verbal até a interpretação de sinais não verbais (gestos, expressões faciais, manifestações comportamentais), colocando pressões emocionais e práticas sobre os cuidadores e sobre o arranjo familiar (PICCOLI; CHUN, 2024; MORETTO et al., 2020).

Diante das limitações na oralidade, tem-se destacado a aplicação de sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como estratégia central para ampliar possibilidades expressivas e promover participação social. A CAA compreende o uso de pranchas de símbolos, aplicativos e outros recursos tecnológicos que suportam a expressão e a compreensão linguística, integrando-se frequentemente a metodologias terapêuticas como ABA e a treinamentos específicos de habilidades sociais (SILVA; GOMES, 2020; PEREIRA et al., 2020). Evidências dos estudos revisados apontam ganhos em comunicação funcional, inclusão escolar e qualidade de vida quando a CAA é aplicada de forma sistemática e contextualizada (MANZINI; DELIBERATO, 2006; CESA; MOTA, 2015).

A Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) é abordada como um conjunto de estratégias que complementam ou substituem a fala, enfatizando a interação entre sujeito e parceiro comunicativo, a atenção compartilhada e a modelagem de práticas comunicativas (PICCOLI; CHUN, 2024; MONTENEGRO et al., 2024; BARBOSA et al., 2025; BEFI-LOPES; OLIVEIRA; SOARES, 2024). Embora promissora, a CSA aparece com menor frequência na produção analisada, o que evidencia lacuna de investigação sobre sua aplicação e eficácia em diferentes contextos socioculturais.

Entre os métodos citados na literatura recente, sobressaem-se o Método de Desenvolvimento das Habilidades de Comunicação no Autismo (DHACA) e o Picture Exchange Communication System (PECS). O DHACA tem sido relacionado a avanços no

estabelecimento de comunicação funcional, especialmente em crianças não-verbais (BARBOSA et al., 2025), ao passo que protocolos como PECS são referidos por sua eficácia na construção de sequências comunicativas e na sistematização do ensino de trocas simbólicas (TAMANAHA et al., 2023). Estudos também ressaltam a importância de integrar intervenções fonoaudiológicas intensivas quando há comorbidades como apraxia de fala (SOUZA; OLIVEIRA; MOTA, 2023), reforçando a necessidade de avaliação multidisciplinar e personalização das intervenções conforme o perfil clínico.

A família é descrita como o primeiro e o mais importante contexto de socialização e mediação comunicativa. A literatura indica que práticas familiares responsivas, interações qualitativas e treinamentos direcionados a pais e cuidadores favorecem a aquisição e generalização de habilidades comunicativas (SILVA; GOMES, 2020; OLIVEIRA et al., 2022). A capacitação de parceiros comunicativos — por meio de oficinas, orientações domiciliares e treinamentos remotos — tem sido apontada como estratégia eficaz para promover consistência nas práticas e garantir a continuidade dos ganhos (GALEGO; GOYOS, 2023; OLIVEIRA; MOREIRA; BRITTO, 2022). Paralelamente, a literatura alerta para riscos associados à responsabilização excessiva da família, que em ausência de suporte técnico e institucional pode resultar em sobrecarga emocional e limitações na implementação das estratégias (MORETTO et al., 2020; MONTENEGRO et al., 2021).

A efetividade das intervenções comunicativas é condicionada por fatores estruturais e contextuais identificados nos estudos: condições socioeconômicas, nível de escolaridade dos cuidadores, acesso a serviços especializados e suporte institucional. Famílias com menores recursos e menor acesso a formação profissionalização enfrentam maiores dificuldades para implementar e sustentar práticas terapêuticas diárias, o que demanda adaptações metodológicas e políticas públicas que considerem a diversidade sociocultural (GALEGO; GOYOS, 2023; SANTOS; ALMEIDA, 2019).

Um ponto consistente nas lacunas identificadas é a limitada investigação sobre a participação ativa da própria pessoa com TEA nas decisões terapêuticas e cotidianas. A maioria dos trabalhos descreve o indivíduo como receptor da intervenção, com poucos estudos explorando maneiras de reconhecer e incorporar preferências, intenções e formas alternativas de assentimento comunicativo (PICCOLI; CHUN, 2024). Métodos que valorizem a intencionalidade e promovam autonomia — como alguns protocolos do DHACA — são sugeridos como caminhos para transformar práticas centradas apenas no desempenho comunicativo em práticas que respeitem a autodeterminação do sujeito (BARBOSA et al., 2025).

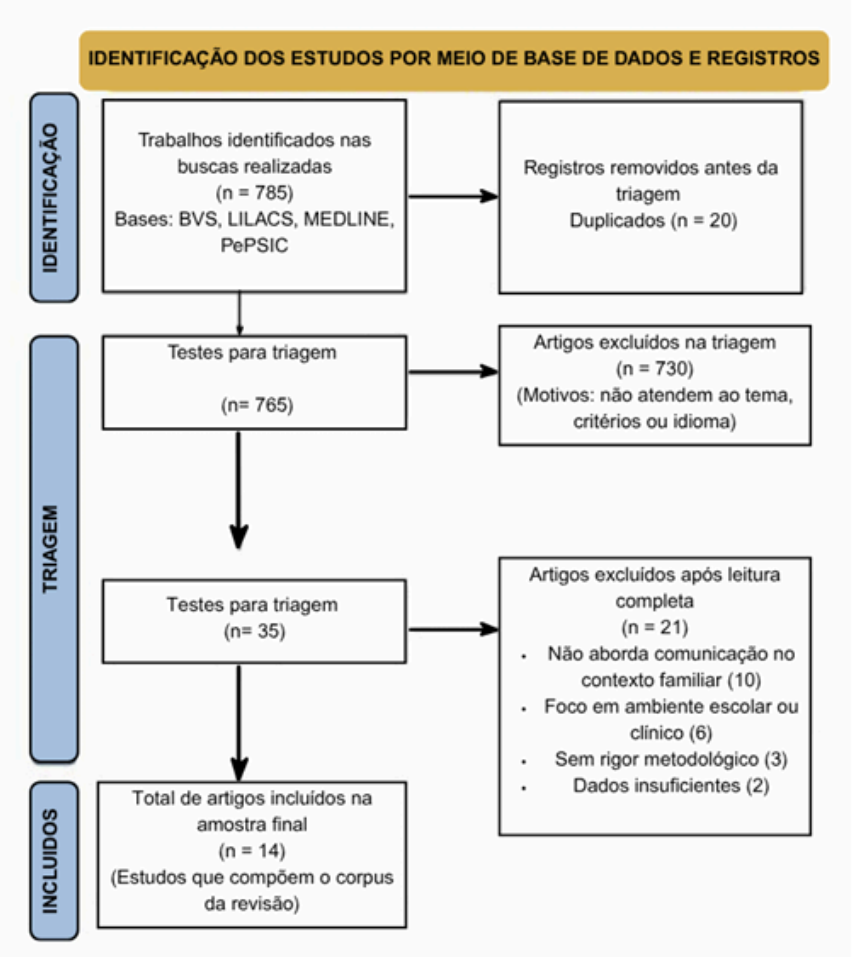
A produção científica nacional recente indica tendência consolidada ao uso da CAA/CSA e ao fortalecimento do papel familiar como mediador das práticas comunicativas. Entretanto, persistem lacunas relevantes: (a) necessidade de estudos que investiguem longitudinalmente os efeitos das intervenções comunicativas da infância à vida adulta; (b) escassez de pesquisas que focalizem a perspectiva e a participação das pessoas com TEA; (c) carência de investigações sobre a aplicabilidade culturalmente sensível de CSA em contextos sub-representados; e (d) demanda por avaliações que integrem desfechos de qualidade de vida, participação social e autonomia (OLIVEIRA et al., 2022; PEREIRA et al., 2020; MONTENEGRO et al., 2021).

ISSN 2595-2110

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo de seleção dos estudos foi conduzido de acordo com as diretrizes PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), amplamente utilizadas para assegurar transparência, rigor metodológico e rastreabilidade nas revisões de literatura. O fluxograma apresentado na Figura 1 descreve, de forma sequencial, as quatro etapas fundamentais do processo: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. Inicialmente, foram encontrados 785 registros na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), dos quais 20 foram excluídos por duplicidade. Após a triagem por títulos e resumos, 730 registros foram descartados por não atenderem aos critérios estabelecidos. A leitura completa de 35 artigos resultou na exclusão de mais 21 registros, por motivos como ausência de foco na comunicação familiar, falta de rigor metodológico ou dados insuficientes. Dessa forma, a amostra final desta revisão foi composta por 14 artigos que atendem plenamente aos critérios de inclusão, possibilitando a construção da análise proposta neste estudo.

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos, conforme protocolo PRISMA 2020, adaptado para esta revisão de literatura



ISSN 2595-2110

Para alcançar os objetivos desta pesquisa utilizou-se de um delineamento metodológico que permitisse analisar tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos presentes nas produções científicas sobre o tema. A seguir, detalha-se o percurso metodológico adotado, apresentando as características da pesquisa, a natureza da abordagem, o método utilizado e a justificativa para sua escolha, a fim de evidenciar como tais decisões contribuíram para a construção dos resultados e a consolidação das análises desenvolvidas.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa básica, de natureza descritiva e abordagem quanti-qualitativa. Segundo Gil (2019), a pesquisa básica tem como finalidade aprofundar os conhecimentos teóricos sobre determinado fenômeno, sem necessariamente buscar aplicações práticas imediatas. Esse tipo de investigação é essencial para a construção e ampliação do conhecimento científico. A abordagem descritiva visa observar, registrar e analisar fenômenos sem interferir neles, conforme destacam Lakatos e Marconi (2017), permitindo uma compreensão das características dos fatos encontrados.

A escolha por uma abordagem quanti-qualitativa refletiu a necessidade de captar, simultaneamente, os aspectos objetivos (frequência de temáticas, categorias recorrentes nos estudos) e subjetivos (interpretação dos significados, compreensões e sentidos atribuídos às práticas comunicativas pelas famílias) da realidade investigada. Segundo Creswell (2010), essa combinação de abordagens permite uma análise mais abrangente e aprofundada dos fenômenos sociais.

Utilizou-se o método de Estado da Arte, entendido como uma estratégia de levantamento, sistematização e análise das produções mais recentes sobre um determinado tema, permitindo identificar avanços, lacunas e tendências na área de investigação (Libâneo, 1985). Essa abordagem metodológica mostrou-se pertinente ao presente estudo, pois possibilita uma compreensão das lacunas existentes sobre o campo da comunicação no contexto familiar de pessoas autistas. Ao reunir e analisar as evidências disponíveis, o Estado da Arte permitiu identificar as práticas familiares, estratégias terapêuticas e dinâmicas comunicativas com base nas contribuições mais recentes da literatura científica.

A escolha pela metodologia de Estado da Arte alinha-se ao objetivo geral da pesquisa, que é mapear estudos sobre a comunicação no contexto familiar de indivíduos com TEA, considerando desafios, intervenções e práticas adotadas. Essa abordagem permitiu sistematizar a produção científica recente, compreendendo como as famílias lidam com a comunicação e quais dificuldades e estratégias são relatadas. Além disso, contribui para mapear práticas comunicativas, identificar estratégias terapêuticas e analisar padrões de interação, possibilitando a identificação de tendências, lacunas e oportunidades de aprofundamento no tema.

2.1 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos na análise artigos publicados nos últimos cinco anos, entre 2020 e 2025, escritos em língua portuguesa, e que estivessem disponíveis nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), incluindo PePSIC, MedLine, PubMed e Revistas Eletrônicas de Psicologia. Os estudos selecionados abordavam diretamente a temática da comunicação familiar no TEA.

Foram excluídos artigos publicados fora do período estipulado, em outros idiomas ou que não abordassem de forma direta a comunicação no contexto familiar de pessoas autistas, como estudos que se concentrasse nos aspectos clínicos ou

individuais do TEA, sem considerar a mediação familiar e trabalhos envolvendo a comunicação em outros transtornos mentais.

2.2 Método de Análise de Conteúdo

A análise dos dados foi realizada utilizando-se o método de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), uma abordagem utilizada para a organização e interpretação de textos e documentos. Este método é particularmente adequado para a análise quantitativa e qualitativa de materiais bibliográficos, permitindo uma compreensão das mensagens contidas nos textos revisados. As etapas do processo de Análise de Conteúdo compreendem: (a) Pré-análise: Esta fase consiste na leitura exploratória das publicações selecionadas, com o intuito de familiarizar-se com o conteúdo dos artigos e identificar os principais temas relacionados à comunicação nas famílias de pessoas com TEA. Essa etapa também envolve a verificação da pertinência dos textos em relação aos critérios estabelecidos na pesquisa; (b) Exploração do material: A etapa de exploração consiste na extração e categorização das informações relevantes, com foco nos temas centrais da pesquisa. Esta categorização permite uma organização sistemática das evidências e facilita a comparação entre os estudos analisados (Santos, 2021); (c) Tratamento dos resultados: A análise das categorias emergentes busca identificar padrões recorrentes, assim como variações entre os estudos revisados; e (d) Interpretação dos resultados: A interpretação dos resultados inclui a discussão das tendências encontradas nos artigos selecionados, bem como das lacunas na literatura existente.

2.3 Busca da População e Amostra

A seleção da população e amostra foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o objetivo de garantir a relevância e qualidade científica dos artigos selecionados. A pesquisa foi realizada em duas datas distintas, utilizando filtros e descritores específicos para refinar os resultados e assegurar que os artigos atendiam aos critérios da pesquisa.

Todas as buscas foram realizadas exclusivamente na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O levantamento bibliográfico ocorreu em três momentos distintos. Nos dias 29 de março e 7 de abril de 2025, foram obtidos 368 resultados em cada uma das buscas. Em ambas, utilizou-se o descritor "autismo", com os filtros de idioma (português) e período de publicação (2020 a 2025), assegurando a consistência metodológica entre os dois momentos. Após a leitura dos títulos e resumos, com base nos critérios de inclusão e exclusão e na adequação aos objetivos do estudo, foram selecionados cinco materiais no primeiro momento e quatro no segundo, compondo parte da amostra.

Em um terceiro momento, no dia 24 de abril de 2025, foi realizada uma nova busca na mesma base de dados (BVS). Utilizou-se o descritor "autismo e comunicação", restringindo a pesquisa às bases indexadas na BVS, especificamente LILACS e MEDLINE, únicas bases que contemplaram estudos sobre o tema. Foram aplicados os filtros de publicações dos últimos cinco anos, idioma português e "assunto principal", selecionando apenas trabalhos que abordassem o Transtorno do Espectro Autista e a Comunicação como temas centrais. Nessa etapa, foram identificados 49 trabalhos; após a análise de títulos e resumos e conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, cinco (5) materiais foram selecionados para compor a amostra final.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão sistemática incluiu 14 artigos publicados entre 2020 e 2025, localizados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir de buscas realizadas em três momentos (29/03/2025, 07/04/2025 e 24/04/2025), com aplicação de filtros de idioma (português), período (2020–2025) e bases LILACS e MEDLINE na última etapa. Dos 466 materiais iniciais (duas buscas de 368 itens cada e uma de 49 itens na terceira etapa), após triagem por título e resumo e aplicação dos critérios de inclusão/exclusão foram selecionados 14 estudos que constituíram a amostra final, concentrando-se principalmente em periódicos das áreas de Fonoaudiologia, Educação Inclusiva e Psicologia do Desenvolvimento (CoDAS, Distúrbios da Comunicação, Revista Brasileira de Educação Especial).

Tematicamente, os trabalhos agruparam-se em categorias que permitiram mapear conceitos centrais: uso de sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), estratégias de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA), intervenções terapêuticas (incluindo DHACA e PECS), treinamento de parceiros comunicativos, promoção da atenção compartilhada e modelagem comunicativa. Do total, 11 estudos discutiram explicitamente estratégias com ênfase na CAA, quatro investigaram CSA e 10 focalizaram o desenvolvimento de habilidades comunicativas em contextos interativos familiares; essas categorias orientaram a análise quanto às práticas mais recorrentes e suas justificativas clínicas (Silva; Gomes, 2020; Tamanaha et al., 2023; Barbosa et al., 2025; Piccoli; Chun, 2024).

Quanto à eficácia e às condições de implementação, os achados mostraram ganhos em comunicação funcional associados ao uso sistemático da CAA e a protocolos como DHACA e PECS — especialmente em crianças com oralidade limitada — porém com variabilidade dependente da adesão familiar e de fatores contextuais. Barbosa et al. (2025) relatam avanços significativos no estabelecimento de comunicação funcional pelo DHACA em crianças não-verbais, enquanto Oliveira et al. (2022) sinalizam que tais ganhos são condicionados à continuidade e fidelidade das práticas familiares, evidenciando uma relação direta entre suporte domiciliar e manutenção de efeitos terapêuticos. Além disso, estudos que correlacionam TEA e apraxia de fala ressaltam a necessidade de articulação entre CAA e intervenções fonoaudiológicas intensivas (Souza; Oliveira; Mota, 2023).

A família emergiu como núcleo mediador das práticas comunicativas: nove estudos destacaram o protagonismo de pais e cuidadores, que por meio de treinamentos, oficinas e orientação domiciliar potencializam a generalização das habilidades comunicativas ao contexto cotidiano (Oliveira; Moreira; Britto, 2022; Piccoli; Chun, 2024). Paralelamente, a literatura aponta dois efeitos contrastantes desse protagonismo — empoderamento e aumento da autonomia familiar quando há suporte adequado (Montenegro et al., 2021; Barbosa et al., 2025), versus sobrecarga emocional e limitação prática quando o apoio técnico e institucional é insuficiente (Moretto et al., 2020). Assim, o envolvimento familiar aparece como condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso sustentado das intervenções.

As barreiras contextuais e implicações socioeconômicas foram consistentemente relatadas: acesso restrito a serviços especializados, níveis variados de escolaridade dos cuidadores e ausência de políticas públicas estruturadas dificultam a implementação e a continuidade das estratégias comunicativas, especialmente em famílias com menos recursos (Galego; Gyos, 2023; Santos; Almeida, 2019). Ademais, a participação ativa da pessoa com TEA nas decisões sobre seu processo terapêutico

mostrou-se escassa — apenas quatro estudos abordaram esse aspecto — embora evidências apontem que mesmo indivíduos com limitações severas de fala podem expressar intencionalidade comunicativa e contribuir para escolhas realizadas no âmbito familiar (Piccoli; Chun, 2024; Barbosa et al., 2025).

Em síntese, os resultados indicam que a CAA/CSA e o treinamento de parceiros comunicativos são as estratégias mais recorrentes e promissoras para promover comunicação funcional no contexto familiar, mas sua efetividade depende fortemente de continuidade, contextualização sociocultural e suporte técnico continuado. Lacunas importantes permanecem — longitudinalidade dos efeitos, participação ativa das pessoas com TEA, estudos sobre CSA em contextos brasileiros diversos e avaliação de desfechos que incorporem qualidade de vida e autonomia — apontando a necessidade de pesquisas multidisciplinares e políticas públicas que fortaleçam a capacitação familiar e o acesso equitativo a intervenções contextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear a produção científica recente (2020–2025) sobre a comunicação no contexto familiar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando desafios, estratégias e o papel da família na mediação dos processos comunicativos. A partir da análise de 14 artigos, observou-se que a comunicação familiar é permeada por dificuldades que envolvem tanto limitações na linguagem oral quanto barreiras na compreensão de sinais não verbais, o que impacta a qualidade das interações afetivas e sociais.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) destacou-se como principal estratégia terapêutica utilizada para ampliar as possibilidades expressivas e promover a autonomia comunicativa, especialmente quando incorporada de forma contínua ao ambiente doméstico. A Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA), embora menos explorada, apresentou resultados promissores e demanda maior investimento em pesquisas que aprofundem sua aplicabilidade e eficácia em diferentes contextos socioculturais.

O envolvimento da família mostrou-se elemento central para o sucesso das intervenções, sendo o engajamento ativo de cuidadores — por meio de capacitação, acompanhamento técnico e suporte emocional — um fator decisivo para o desenvolvimento da linguagem e da autonomia da pessoa com TEA. No entanto, os estudos também evidenciaram entraves como a falta de apoio institucional, desigualdades de acesso e sobrecarga emocional dos familiares, o que reforça a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte contínuo e formação adequada.

As lacunas identificadas apontam para a necessidade de pesquisas que incluam a pessoa com TEA como sujeito ativo no processo terapêutico, valorizando suas intenções comunicativas e sua participação nas decisões que a envolvem. Estudos longitudinais e investigações em regiões menos representadas também são recomendados, a fim de ampliar a compreensão sobre o impacto das estratégias comunicativas ao longo da vida e em diferentes contextos sociais e culturais.

Conclui-se que a efetividade das práticas comunicativas no contexto familiar depende da integração entre abordagens terapêuticas baseadas em evidências, suporte institucional e protagonismo familiar, sempre respeitando as singularidades de cada indivíduo. Investir em estratégias que garantam o direito à comunicação e promovam a autodeterminação da pessoa com TEA é essencial para a construção de práticas

inclusivas, equitativas e humanizadas, capazes de fortalecer vínculos afetivos e ampliar oportunidades de participação social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** – DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BACKES, B.; ZANON, R. B.; BOSA, C. A. Características sintomatológicas de crianças com autismo e regressão da linguagem oral. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 33, n. 1, p. 1–10, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARMO, R. C. C. DO; RAYMONDI, P. S. S. V.; PALLADINO, R. R. R. A comunicação de um adulto diagnosticado no Transtorno do Espectro do Autismo: relato de caso. **Distúrbios da Comunicação**, v. 32, n. 3, p. 445–453, 2020.

CESA, C. C.; MOTA, H. B. Comunicação aumentativa e alternativa: panorama dos periódicos brasileiros. **Revista CEFAC**, v. 17, n. 1, p. 264–269, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-021620150114. Acesso em: 24 abr. 2025.

GALEGO, P. S.; GOYOS, C. Treino remoto parental para aplicação do protocolo de avaliação do ecoico a crianças com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, e0185, p. 399–418, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Uma pergunta que abre portas**: questão sobre autismo no Censo 2022 possibilita avanços para a comunidade TEA. 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2025.

LANDA, R. J.; HOLMAN, K. C.; GARRETT-MAYER, E. Social and communication development in toddlers with early and later diagnosis of autism spectrum disorders. **Archives of General Psychiatry**, v. 64, n. 7, p. 853–864, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos II. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MAZZEGA, A.; TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J. Comunicação social no transtorno do espectro autista: adolescentes no contexto teatral. **CoDAS**, v. 35, n. 3, 2023.

MONTENEGRO, A. C. A. et al. Contribuições da comunicação alternativa no desenvolvimento da comunicação de criança com transtorno do espectro do autismo. **Audiology** – Communication Research, v. 26, e2442, 2021.

MONTENEGRO, A. C. A. et al. Método de Desenvolvimento das Habilidades de Comunicação no Autismo – DHACA: validação da aparência e do conteúdo. **Revista de Fonoaudiologia Clínica e Pesquisa**, v. 1, n. 1, 2024.

NUNES, D. R. P.; BARBOSA, J. P. S.; NUNES, L. R. P. Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0212, 2021.

OLIVEIRA, J. J. R.; MOREIRA, I. A.; BRITTO, D. B. O. E. Benefícios da orientação familiar nas dificuldades comunicativas de crianças com transtornos do espectro do autismo: revisão integrativa da literatura. **Distúrbios da Comunicação**, v. 34, n. 1, e53197, 2022.

PEREIRA, E. T. et al. Comunicação alternativa e aumentativa no transtorno do espectro do autismo: impactos na comunicação. **CoDAS**, v. 32, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019167. Acesso em: 29 mar. 2025.

PEREIRA, J. E. A. et al. Habilidades comunicativas de crianças com autismo. **Distúrbios da Comunicação**, v. 34, n. 2, e54122, 2022.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. n71, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bmj.n71. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, L. F.; GOMES, R. M. Um estudo de habilidades comunicativas em crianças com autismo. **Revista CEFAC**, v. 22, n. 4, p. 456–465, 2020.

SOUZA, R. M.; OLIVEIRA, L. F. Comunicação alternativa e aumentativa no transtorno do espectro do autismo: impactos na comunicação. **Revista CEFAC**, v. 25, n. 1, 2023.

TAMANAHA, A. C. et al. Programa de Implementação do Picture Exchange Communication System (PECS) para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. **CoDAS**, v. 35, n. 4, e20210305, 2023.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. F. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 351–366, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300004.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Lara Maria Moreira Gomes**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Karlla Garcia Ferreira**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Ruth do Prado Cabral**, Psicóloga, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Geovanna Gomes de Morais**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

IMPACTO DA TRIPLA JORNADA DE TRABALHO SOBRE A SAÚDE DA MULHER

Sônia Valéria da Silva Toledo Lellis
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Mayelle Batista Da Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão integrativa exploratória quali-quantitativa da literatura acadêmica brasileira, publicada entre 2015 e 2025. O estudo investiga como as influências sociais, culturais e econômicas históricas, produzidas pelo patriarcado mantidas pelo capitalismo e contemporâneas, acentuadas pelo sistema neoliberal, perpetuam a dupla e tripla jornada de trabalho feminina. O objetivo central é identificar os impactos dessa sobrecarga na saúde das mulheres. A análise de cinco estudos evidenciou que a conciliação do trabalho produtivo (remunerado) e reprodutivo (não remunerado, como cuidado e afazeres domésticos) resulta em sérios prejuízos à saúde física (ex: distúrbios osteomusculares) e mental (com ênfase em ansiedade e depressão), sublinhando como a ideologia neoliberal agrava essa carga ao desvalorizar e individualizar o trabalho de reprodução social.

Palavras-chave: Patriarcado; Feminismo; Gênero e trabalho; Jornada de trabalho; Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe investigar a intrincada relação entre as influências sociais, culturais e econômicas, em suas dimensões históricas e contemporâneas, e a persistência da dupla e tripla jornada de trabalho feminina, com o objetivo central de identificar os impactos dessa sobrecarga na saúde das mulheres. O trabalho contemplará tanto as conquistas dos direitos fundamentais e civis das mulheres em âmbito nacional e internacional quanto, em contraste, os obstáculos impostos pelo sistema capitalista neoliberal que exacerbam as desigualdades já existentes na vida das mulheres.

Para uma compreensão aprofundada dos objetivos delineados, torna-se primordial definir os conceitos centrais. Conforme Nunes (2019), a mulher contemporânea vivencia a dupla jornada ao conciliar sua atuação profissional remunerada fora do lar com a manutenção das responsabilidades domésticas e o cuidado com os filhos. A busca por formação profissional adiciona uma terceira dimensão, configurando a tripla jornada. A sensação de sobrecarga, por sua vez, é definida por Talavera (2020) como o acúmulo de múltiplas responsabilidades, causando cansaço físico e mental, associando-se com a dificuldade de administrar múltiplas tarefas concomitantemente.

Essa sobrecarga, frequentemente naturalizada por uma sociedade que ainda operava sob sólidas estruturas patriarcais, reflete a divisão sexual do trabalho historicamente imposta, na qual se atribui desproporcionalmente às mulheres o ônus

da reprodução social (englobando cuidados, educação e afetividade), em detrimento de sua autonomia e bem-estar individual (Bhering, 2021). Nesse contexto, os conceitos de trabalho produtivo (remunerado) e reprodutivo (não remunerado, como cuidado e afazeres domésticos) nomeados por Bruschini (2007), constituíram o referencial teórico adotado para classificar os tipos de divisão do trabalho nesta pesquisa.

Em um contexto de política neoliberal como a brasileira, essa desigualdade de gênero, no que diz respeito às múltiplas funções da mulher, é intensificada, segundo Saffioti (2004). O discurso da meritocracia, central a essa ideologia, obscurece as barreiras estruturais que as mulheres enfrentam, responsabilizando-as individualmente pela dificuldade em conciliar seus diversos papéis. Essa perspectiva ignora o peso da dupla e tripla jornada e as expectativas sociais desiguais que recaem sobre elas.

A manutenção dessa dupla ou tripla jornada para as mulheres representa uma flagrante violação de direitos humanos. De acordo com Talavera (2020), as consequências são deletérias, afetando sua saúde física e mental, restringindo o acesso ao lazer e perpetuando a desigualdade no ambiente profissional. Soma-se a isso a falta de remuneração pelo trabalho reprodutivo, que é justificado pela perspectiva de que é um mero ato de amor intrínseco à mulher (Beauvoir, 2016).

Apesar da longa história de discriminação e opressão enfrentada pelo feminino, marcada pela invisibilidade de suas contribuições, as mulheres têm sido agentes ativas de transformação, protagonizando importantes conquistas (Nicolodi; Hunziker, 2019). A presente pesquisa reconhece a luta histórica, muitas vezes árdua, pelos direitos fundamentais e civis em âmbitos internacional e nacional, que culminou em avanços como o acesso à educação, ao voto, aos direitos reprodutivos e à inserção no mercado de trabalho.

Contudo, esses inegáveis avanços não significaram o fim das desigualdades, pois a esperada redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas e familiares ainda não se concretizou plenamente. Consequentemente, observa-se uma forte e persistente correlação entre a dupla ou tripla jornada de trabalho enfrentada por muitas mulheres e o aumento da incidência de estresse, ansiedade, depressão e outras condições de saúde, impactando significativamente a qualidade de vida e o bem-estar feminino (Beserra, 2022; Lua et al, 2018; Talavera, 2020; Filho; Vital; Oliveira, 2021).

Este estudo se justifica pela persistente desigualdade de gênero, que impõe sobrecarga de trabalho e impacta a saúde das mulheres, visando fornecer dados para a formulação de políticas públicas e ações que promovam uma divisão equitativa do trabalho e a proteção integral da saúde feminina.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho possui natureza exploratória com abordagem qualitativa utilizando a revisão integrativa de literatura. Foram analisadas produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2025. Em consonância com a metodologia de revisão integrativa de literatura, esta pesquisa analisou resultados de estudos já realizados sobre o tema. Diferente de outras abordagens, a revisão integrativa permite incluir pesquisas com distintas perspectivas metodológicas (qualitativas e quantitativas), bem como estudos teóricos e relatos de experiência (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Essa característica possibilitou uma compreensão mais completa e aprofundada do conhecimento existente, abrangendo o panorama histórico e os dados contemporâneos relacionados às mulheres e suas jornadas de trabalho.

A consulta literária, teórica e empírica foi realizada em artigos científicos, livros, dissertações e teses publicados nos últimos 10 anos, garantindo a atualidade e relevância da investigação, e seus resultados foram apresentados qualitativamente. Para a seleção inicial dos artigos, empregaram-se duas combinações de palavras chave interconectadas aos eixos temáticos da pesquisa: "patriarcado e feminismo" e "trabalho, mulher e gênero". Essa busca resultou em 63 obras.

Para os pressupostos teóricos, foram utilizadas 17 das 63 obras pesquisadas. O critério de inclusão para essas obras foi a apresentação de pressupostos teóricos sobre o patriarcado, o feminismo e a situação da mulher no mercado de trabalho, com ênfase nas suas conquistas. Além disso, documentos e instrumentos jurídicos e oficiais (leis, decretos e dados de pesquisas públicas) foram considerados para enriquecer os pressupostos.

Com o objetivo de investigar especificamente os danos físicos e mentais da dupla ou tripla jornada feminina, a triagem selecionou 05 materiais das 63 pesquisas. Esses materiais abordavam especificamente mulheres que conciliavam trabalho produtivo e reprodutivo, com ou sem formação profissional ou em aperfeiçoamento, e que apresentavam danos à saúde física e mental, ou seja, foram excluídos os que não apresentavam danos à saúde da mulher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a origem da discriminação e violência contra a mulher, historicamente estabelecida pelo patriarcado, como sistema de dominação masculina e perpetuada em diferentes graus pelo capitalismo, é necessário antes discorrer sobre o patriarcado, partindo das análises históricas desenvolvidas pelas ciências sociais.

Conforme Saffioti (2004), uma ideologia patriarcal institui a desigualdade de gênero, organizando uma posição social em que homens e mulheres não dispõem das mesmas oportunidades, direitos e reconhecimento. Essa configuração assimétrica perpetua a subordinação das mulheres, tornando-as mais vulneráveis à exploração, à violência e à invisibilidade social, consolidando um sistema em que seus interesses e necessidades são frequentemente relegados a um segundo plano em relação aos homens.

A discriminação contra as mulheres, enraizada em estruturas sociais e culturais como a descrita acima, motivou o surgimento do movimento feminista no século XIX. A luta feminista nasceu da compreensão de que a opressão não era natural, mas imposta, abrindo caminho para a reivindicação de direitos e o questionamento do patriarcado (Pedro; Guedes, 2010).

Nesse contexto, para compreender a profundidade dessa opressão, é essencial entender como ocorre a distinção de gênero, um aspecto crucial na luta feminista contra a discriminação, com o objetivo de garantir os direitos humanos e a cidadania das mulheres. A precursora nos estudos da vida da mulher, afirma: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir p. 08, 2016).

Beauvoir (2016) detalha que nenhum destino biológico, psíquico ou econômico determina o papel da mulher na sociedade. É o conjunto da civilização que molda esse processo de aprendizado diferenciado entre os sexos, definindo quais atividades devem ser desempenhadas pelas mulheres. Na maioria das culturas ocidentais, bem antes da puberdade, a vocação da mulher tem sido de forma imperativa sugerida e cuidadosamente orientada para funções voltadas apenas para o casamento e a

maternidade, sem a simples liberdade de escolher com quem e quando se casar, priorizando as atividades racionais para os homens.

Durante muitas décadas, as mulheres foram consideradas inferiores, o que restringiu seu acesso ao ensino formal, profissional e universitário. Essa visão limitou as profissões permitidas àquelas estereotipadas como femininas, baseadas em características como sensibilidade, docilidade, fragilidade e cuidado, como professora e enfermeira, excluindo-as de áreas como comunicação, exatas e tecnologia. Portanto, diante dessa lógica excludente, tornou-se natural (aqui expresso no sentido de normalidade) a menor presença feminina em profissões vistas como mais favoráveis aos homens (Nunes, 2019).

Entretanto, muitas restrições contra as mulheres ainda persistem e muitas foram legalmente instituídas. No Brasil, até o Código Civil de 1830, o assassinato de mulheres consideradas adúlteras era legal e isento de penalidades, ao passo que a infidelidade masculina não recebia a mesma punição. Tal cenário corrobora a tese de que o patriarcado se materializou em leis que institucionalizam a desigualdade e a subordinação feminina no Brasil, naturalizando a dominação-exploração do homem sobre a mulher (Saffioti, 2004). Apenas em 1916 o Código Civil permitiu o divórcio em caso de adultério, entretanto estipulava que as mulheres precisavam do consentimento do marido para exercerem suas funções públicas (Pedro; Guedes, 2010).

A emancipação feminina, como apontam Carloto e Damião (2018), ganhou ímpeto significativo apenas nos séculos XIX e XX com a ocorrência de marcos importantes. No Brasil, por exemplo, o movimento sufragista foi fundamental, culminando na conquista do direito ao voto feminino. Inicialmente, o voto veio com restrições em 1932, mas alcançou plena igualdade política em 1965, quando a norma tornou o registro eleitoral obrigatório para as mulheres, assim como já era para os homens.

Globalmente, essa luta por direitos se materializou em documentos e convenções de grande impacto, refletindo um processo histórico impulsionado por eventos e intensa militância. Um marco fundamental foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que estabeleceu as bases para a igualdade. Contudo, eventos trágicos anteriores já evidenciavam a urgência de uma maior conscientização. O incêndio na Companhia Blusas Triangle em 1911, em Nova York, por exemplo, expôs as precárias condições de trabalho femininas, impulsionando a necessidade de mudanças (Carloto; Damião, 2018).

Essa crescente conscientização e a militância feminista global, conforme destacado pelos mesmos autores, levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a tomar uma importante decisão em 1975: instituir o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Essa data se tornou a representação magna da luta pelos direitos das mulheres e por suas condições de existência, colocando as pautas de gênero na agenda pública.

A partir dessa visibilidade e organização, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi criada em 1979. Tanto a CEDAW quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estão entre os principais pilares que estabelecem as bases para a igualdade de gênero em âmbito internacional (Di Pierro et al, 2019).

Paralelamente, nessas décadas, o cenário social era marcado pela explosão do capitalismo industrial, pelo crescimento das cidades e pelo aumento dos custos de vida, testemunhando os primeiros passos das mulheres no mercado de trabalho.

ISSN 2595-2110

Nesse contexto, os movimentos feministas ganharam força mundialmente, o que favoreceu a luta por direitos reivindicados e ignorados por décadas. Como resultado dessa mobilização, foram conquistados o direito ao trabalho, à herança e ao voto, e, sobretudo, o controle reprodutivo (Carloto; Damião, 2018).

Especificamente no Brasil, sob a égide do Código Civil de 1916, a interpretação do dever de vida em comum imposto aos cônjuges levou à equivocada noção de que a mulher tinha a obrigação de atender às demandas sexuais do marido. Contudo, a Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil de 2002 promoveram uma mudança radical nessa perspectiva, priorizando a igualdade e a autonomia individual. Atualmente, a mulher possui plena liberdade para decidir sobre sua vida sexual, não existindo qualquer obrigação legal de manter relações sexuais com o marido contra a sua vontade, sendo essa recusa um exercício legítimo de seus direitos e um reflexo da evolução jurídica e social (Kergoat, 2009 apud Pedro; Guedes 2010).

Apesar de todo esse arcabouço legal, que começou a ser solidificado com a Constituição de 1988 ao estabelecer a igualdade de gênero em direitos e deveres, essa igualdade ainda enfrenta obstáculos para se tornar uma realidade plena, já que ainda persiste um número assustador de violência e homicídios contra a mulher. Um marco fundamental na proteção à mulher remete à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340), sancionada para combater a violência contra a mulher (Brasil, 2006).

A Lei 11.340 não surgiu isoladamente, mas como resposta a um histórico de violência contra a mulher, frequentemente ignorada pelas instituições. Um exemplo emblemático é o caso de Maria da Penha, vítima de violência extrema pelo marido (que a deixou paraplégica após um tiro por arma de fogo) e que buscou justiça internacional na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Cabral, 2021).

Nesse mesmo período em que a violência contra a mulher clamava por atenção, e em consonância com as demandas de casos como o de Maria da Penha, o cenário nacional testemunhou importantes avanços nas políticas públicas voltadas ao reconhecimento e à defesa dos direitos femininos. É o que aponta Cabral (2021), destacando que o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançados em 2004 e 2007, respectivamente, contaram com a ativa participação do consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs) Feministas, em colaboração com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Essa parceria estratégica potencializou a incorporação de conteúdos de instrumentos internacionais de direitos humanos em âmbitos mundial, interamericano e regional que serviram como referencial essencial na estruturação da Lei Maria da Penha.

Apesar da significativa representatividade da Lei Maria da Penha na proteção e no combate à violência contra a mulher, sua implementação isolada não se mostrou suficiente para reduzir os alarmantes índices de agressões e feminicídios no Brasil. Diante das críticas e da urgente necessidade de uma legislação que oferecesse proteção integral, foi promulgada, em 2015, a Lei do Feminicídio Lei nº 13.104 (Brasil, 2015).

Essa lei veio para classificar o feminicídio como homicídio qualificado, aumentando as penas para crimes que envolvem violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação contra a condição feminina. Além disso, a Lei do Feminicídio ou assassinato de mulheres busca fortalecer a luta contra todas as formas de violência contra a mulher, abrangendo as esferas física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, tanto no âmbito doméstico quanto no público, reafirmando o compromisso legal com a erradicação de qualquer discriminação de gênero (Brasil, 2015).

Os avanços e políticas de defesa à mulher têm sido pautas governamentais e políticas importantes. Uma das conquistas mais recentes é a Lei nº 13.718/2018, que passou a considerar o assédio sexual passível de sanções penais, fortalecendo a luta pelos direitos e a punição contra assédios e constrangimentos, especialmente o assédio sexual dentro das organizações (Brasil, 2018).

Embora a legislação mais recente foque no assédio sexual, é crucial reconhecer que outras formas de assédio também impactam a vida e o trabalho das mulheres. Para Moreira (2023), o assédio moral laboral, por exemplo, fere diversos outros direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, à imagem, à vida privada, à igualdade nas relações de emprego, e o direito a um meio ambiente de trabalho seguro e saudável, entre outros.

A mais recente vitória foi alcançada no âmbito laboral pela igualdade salarial entre os gêneros. A Lei 14.611/2023 busca garantir às mulheres a igualdade salarial. Essa lei também estabelece diretrizes para empresas com 100 ou mais funcionários, incluindo a criação e publicação de relatórios semestrais de transparência salarial (Brasil, 2023). A meta é detectar e corrigir disparidades salariais entre gêneros, além de estabelecer penalidades mais severas para empregadores que infringirem as normas.

No entanto, as raízes das desigualdades de gênero são profundas. Segundo Saffioti (2004), as disparidades historicamente manifestadas em diversas esferas reverberam até hoje, restringindo o acesso das mulheres ao emprego digno, à autonomia econômica e à liberdade. Ademais, a divisão sexual desigual do trabalho doméstico e de cuidado perpetua a desigualdade de gênero, posição de vulnerabilidade e dependência, o que, consequentemente, restringe suas escolhas e seu poder de decisão sobre suas próprias vidas.

Em suma, a ação política dos movimentos sociais, as teorias feministas e a história das mulheres têm gerado progressos significativos na conquista de direitos e na ocupação de espaços públicos. A próxima seção analisa o desafio de equilibrar as tarefas produtivas e reprodutivas/domésticas, área historicamente feminina, como um reflexo persistente do patriarcado e reforçada pela ideologia neoliberal.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o acesso mais amplo à educação, as mulheres continuam a superar barreiras significativas na divisão equitativa das responsabilidades laborais e domésticas. Esse cenário perpetua a chamada "dupla e tripla jornada", em que as mulheres, além de trabalharem fora, enquanto estão em busca de formação ou aprimoramento profissional, são também responsáveis por tarefas domésticas e familiares, essas sendo uma atividade de reprodução social desvalorizada pelo capitalismo, como aponta (Beserra 2022).

A inserção da mulher no mercado de trabalho gerou uma multiplicidade de papéis e atribuições – como mãe, esposa, filha, profissional, estudante e empresária, frequentemente exercidos simultaneamente. Em decorrência disso, a conciliação entre maternidade e carreira expõe as mulheres a diversas tarefas e exigências. Esse acúmulo de responsabilidades, por sua vez, associa-se ao estresse e ao sofrimento pela sensação de não estarem plenamente dedicadas a todas as áreas da vida (Beserra, 2022).

Ademais, a ideologia neoliberal impõe a imagem de uma mulher empreendedora de si mesma, eficiente e produtiva, que deve superar obstáculos sem apoio. Essa narrativa individualista negligencia as relações de poder desiguais e invisibiliza o sofrimento emocional gerado pela constante pressão de atender a inúmeras demandas em um sistema que não oferece suporte e valorização necessários

(Silva, 2021). Sob essa mesma ótica, a mídia reforça a figura da *supermulher*, que deve conciliar tarefas tradicionalmente masculinas com suas antigas atribuições femininas, mantendo-se sempre bela, atraente e jovem, além de ser mãe moderna e esposa amorosa (Parisi, 2009, grifo nosso).

Diante desse cenário, a análise de estudos e dados das últimas décadas revela um envolvimento intenso e contínuo das mulheres no trabalho produtivo remunerado e reprodutivo-não-remunerado/doméstico. Essa exigência de grande esforço e múltiplas habilidades frequentemente se traduz em uma sobrecarga de responsabilidades e na manutenção das desigualdades.

3 RESULTADOS

A análise dos estudos sobre a dupla e tripla jornada de trabalho feminina permitiu sistematizar os principais impactos e doenças vivenciadas por essas mulheres. Os resultados foram apresentados no Quadro 1 e serão detalhados individualmente nos parágrafos subsequentes.

Quadro 1 - Resultados dos estudos.

Estudo/ano	Foco da pesquisa	Resultados principais	Impactos na saúde das mulheres
Lua et al, (2018)	A pesquisa foi realizada com 451 trabalhadoras de enfermagem da Atenção Básica do nordeste brasileiro que tinham dupla jornada. O estudo buscou avaliar os fatores associados à autoavaliação negativa da saúde dessas profissionais.	Identificou-se que as participantes estão expostas a média ou alta sobrecarga doméstica, trabalho de alta exigência, baixo apoio de colegas e supervisores, e baixa recompensa salarial, resultando em uma autoavaliação 92% negativa da saúde. 21,6% das entrevistadas afirmaram que trabalhavam mais de 60 horas semanais e (68,9%) estavam com alta sobrecarga doméstica .	Os resultados dessa pesquisa apontaram prejuízo na saúde da mulher, como doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. As principais manifestações incluem dores osteomusculares (tendinite, bursite, síndrome do túnel do carpo, lombalgias) e transtornos mentais comuns (depressão, ansiedade), além de tensão psicológica e estresse.
Talavera, (2020)	O estudo realizado com 18 mulheres em tripla jornada do nordeste brasileiro, buscou contextualizar a discriminação na divisão social do trabalho para compreender as repercussões da sobrecarga de trabalho na vida dessas mulheres.	Os resultados destacam: a desigualdade na divisão de gênero no trabalho reprodutivo, sentimento de culpa, pressão da sociedade, alta pressão ao se dedicar ao trabalho produtivo. Resultando em sentimento de fracasso ao tentar conciliar a tripla jornada, que ocorre entre 10 a 18 horas por dia.	A sobrecarga de trabalho, nesse estudo evidencia a que a mulher está mais suscetível ao estresse, doenças físicas e psíquicas, redução do tempo para se dedicar à educação dos filhos, ausência de tempo para cuidar de si mesma, dentre outras.
Filho et al, (2021)	A pesquisa foi realizada com 142 trabalhadores	Dos 142 trabalhadores da do estudo, revelou-se	A pesquisa revelou um impacto significativo na

	da área da saúde de um hospital psiquiátrico na região norte do Brasil. Desses, 77,5% eram mulheres que cumpriam dupla jornada. O objetivo do estudo foi correlacionar a síndrome de *Burnout* com os índices de ansiedade nesses profissionais.	um perfil de mulheres com mais de 10 anos de experiência (média de 14 anos com pacientes psiquiátricos), atuando sem supervisão e descanso, e com diminuição do tempo de autocuidado e lazer, fatores que se associam à prevalência de *Burnout* e ansiedade.	saúde dos profissionais: 64 dos entrevistados (45,07%) apresentaram Síndrome de *Burnout*. Além disso, 51 (35,9%) estavam em estado grave de ansiedade, com a maioria desses casos (84%) sendo identificada em mulheres.
Beserra, (2022)	A pesquisa foi realizada com 12 trabalhadoras em dupla jornada na região do centro oeste brasileiro. O objetivo do estudo foi compreender as condições de vida e saúde de trabalhadoras do campo e suas relações com o agronegócio.	Os resultados revelaram trabalhadoras em atividades desgastantes nas usinas (cana-de-açúcar) com longas e poucas horas lucrativas de trabalho e permeada por diversas discriminações de gênero Conciliadas com os afazeres domésticos e cuidados, num cenário de vulnerabilidade socioambiental (escassez de recursos hídricos) e a ausência de incentivos públicos.	Os principais impactos relegados pela pesquisa na saúde das mulheres foram: problemas físicos (osteomusculares), transtornos mentais, intoxicações por exposição aos agrotóxicos e infecções. Além da violência doméstica.
Ferreira, (2023)	A Pesquisa foi realizada com 18 mulheres em tripla jornada de distintas áreas profissionais e regiões do Brasil, sobretudo das regiões sudeste (n=8) e nordeste (n=4). A região norte foi a única que não teve representação. O objetivo da pesquisa visou refletir e fortalecer a saúde mental de mães universitárias.	Os resultados apresentam discriminação, falta de apoio, assédio, autocobrança institucional a companhada de diversos sentimentos, tais como tristeza, tensão, medo, culpa, impotência, estresse, baixa autoestima e falta de ânimo.	Os impactos levantados pela pesquisa contém histórico de depressão/ansiedade, Síndrome do pânico, ideação suicida e tentativa de suicídio.

Fonte: Autoria própria, 2025.

A relação da saúde com as condições de trabalho é notadamente reconhecida e possui uma vasta produção acadêmica concentrada na área de estudo da saúde das trabalhadoras (Murakami et al 2024).

A pesquisa de Lua et al, (2018) foi realizada com 451 trabalhadoras de enfermagem da Atenção Básica da Bahia, com características predominantes de idade superior a 40 anos (63,1%), cor da pele não branca (79,1%), com companheiro (52,6%) e filhos (60,9%). Entre os resultados foram encontrados, entre outros prejuízos, dores osteomusculares (17,8%) e Transtornos Mentais Comuns (TMC) (35,2%), associados com a incompatibilidade das atividades desenvolvidas com o cargo, média e alta

sobrecarga doméstica, situação de trabalho ativo (alto controle, alta demanda), e insatisfação com a qualidade de vida.

O estudo de Talavera (2020) investigou 18 mulheres com tripla jornada, selecionadas por critérios que abrangiam exigências de qualificação profissional, diferentes classes sociais e idades, estado civil de casada e/ou chefia familiar, e maternidade de filhos crianças ou adolescentes. Os resultados revelaram que um terço das participantes (33%) relatou ter desenvolvido alguma condição de saúde, incluindo problemas cardíacos, fibromialgia, síndrome do pânico, hipertensão, tuberculose, diverticulose e transtorno de ansiedade. Essa prevalência de problemas de saúde foi associada à negligência do bem-estar físico e mental, motivada pela sobrecarga de responsabilidades na busca por qualificação profissional, ecoando a dinâmica de priorização do trabalho em detrimento da saúde observada em outros contextos de intensa demanda laboral.

Já nos estudos de Filho et al, (2021), foi realizado com 142 profissionais que trabalham em um hospital psiquiátrico da cidade de Natal, Rio Grande do Norte (Brasil). A maioria da amostra era composta por mulheres (77,5%), em torno dos 40 anos (84,4%), não casadas (68%) e (28,8%) eram enfermeiras. A maior parte não tinha hobbie (70,22%), mas tirava férias uma vez ao ano (93,37%). Analisando os resultados, 64 dos entrevistados demonstraram estar com a Síndrome de Burnout (45,07%), 51 (35,9%) pessoas se encontravam em estado grave de ansiedade, sendo a maioria mulheres (84%). A Síndrome de Burnout e os níveis de ansiedade foram relacionados às extensas horas dedicadas ao cuidado de pacientes psiquiátricos, à ausência de supervisão adequada, à falta de tempo para descanso, à baixa remuneração e à inexistência de atividades de lazer.

Na pesquisa de Beserra, (2022) realizada com 12 trabalhadoras rurais, assentadas e de comunidades tradicionais em Nova Olímpia, Mato Grosso. A maioria tinha de 40 a 60 anos de idade, possuía o ensino fundamental incompleto, se declarava negra, era casada e tinha ao menos um de seus filhos morando com ela. Nos resultados, o problema mais relatado pelas mulheres foram os distúrbios osteomusculares, seguido dos transtornos mentais, intoxicações por agrotóxicos e doenças infecciosas. Esses, por sua vez, estão relacionados com as atividades precárias e desgastantes na usina (cana-de-açúcar), com longas e poucas horas lucrativas de trabalho. Conciliam-se a isso os afazeres domésticos e cuidados, além da violência doméstica.

A pesquisa-intervenção de Ferreira, (2023) contou com a participação de 18 mulheres, alunas de cursos de graduação e de pós-graduação de instituições públicas e privadas, na faixa etária entre 30 e 39 anos (n=12) e as demais eram jovens adultas de 23 a 29 anos (n=6). A prevalência maior de mulheres casadas, com filhos pequenos e trabalho remunerado. O resultado da amostra apontou que aproximadamente 80% das participantes relataram ter vivenciado, em suas trajetórias de vida, situações de crise e experiências adversas associadas a transtornos emocionais e psicológicos, como depressão, transtornos de ansiedade, síndrome do pânico, ideação suicida e tentativa de suicídio.

Essa realidade adversa da mulher brasileira é confirmada pelos dados obtidos pelo jornalista Casemiro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS (2025). Segundo as informações da previdência social, das 3,5 milhões de solicitações de licença médica por diversas enfermidades, 472 mil foram atendidas em razão de questões de saúde mental em 2024. Esse número representa um aumento significativo em relação ao ano anterior, quando foram concedidos 283 mil benefícios pela mesma

razão. As mulheres se destacam no número de afastamentos, somando 301 mil licenças, especialmente na faixa etária acima dos 40 anos, que apontaram a vulnerabilidade feminina a distúrbios de saúde mental. Embora homens na mesma faixa etária apresentem um número consideravelmente menor de licenças (170.980), principalmente por ansiedade e depressão persistente, esses dados evidenciam um cenário de preocupação crescente com a saúde mental da população, com um impacto desproporcional e notável nas mulheres.

4 DISCUSSÕES

A pesquisa evidenciou a persistência da dupla e tripla jornada feminina, contexto em que a sobrecarga do trabalho remunerado conjuga-se ao peso das responsabilidades domésticas e familiares, muitas vezes associada à necessidade de desenvolvimento profissional. A expressiva presença de mulheres em profissões como enfermagem e docência ilustra a lógica dos estereótipos de gênero previamente discutidos. Nesse sentido, um ponto crucial revela que os problemas de saúde afetam desproporcionalmente as mulheres, mesmo quando homens também participam dos estudos (Lua et al, 2018).

Os achados referentes ao número de horas despendidas em tarefas reprodutivas-domésticas pelas mulheres envolvidas no estudo estão em concordância com as informações dos pressupostos teóricos, que apontam que a maioria das mulheres envolvidas em atividades produtivas/remuneradas na faixa etária de 25 a 49 anos, com filhos pequenos, representa 54,6% da presença feminina no mercado laboral (IBGE, 2021).

Os estudos analisados evidenciam que as mulheres vivenciam uma pressão constante e um estado de alerta para comprovar sua capacidade no ambiente profissional, simultaneamente ao seu envolvimento com o trabalho reprodutivo – isto é, os cuidados com o lar, com os filhos e com os outros – é naturalizado como responsabilidade feminina, mesmo quando as mulheres exercem atividades laborais remuneradas. Essa construção social não apenas sobrecarrega a mulher com múltiplas jornadas, como também afeta seu direito ao tempo livre, ao descanso e à expressão individual. Ter um hobbie, algo corriqueiro para homens em posições semelhantes, torna-se um luxo para mulheres, que muitas vezes internalizam a ideia de que devem sempre priorizar o outro, anulando-se como sujeito de desejo, prazer e autonomia (Filho et al, 2021).

Por outro lado, mulheres sem formação ou em processo de formação, inseridas em atividades precárias e informais, revelam-se expostas a assédios e constrangimentos no trabalho, sendo que muitas ainda enfrentam violência doméstica e expressam insatisfação com suas atividades e remunerações (Beserra, 2022).

De modo geral, os estudos analisados apontam para prejuízos semelhantes decorrentes da dupla e tripla jornada de trabalho, impactando a saúde física e mental das mulheres. Contudo, as pesquisas de Beserra (2022) e Ferreira (2023) revelam cenários ainda mais graves. Além dos problemas de saúde já identificados nas outras investigações, os participantes destes estudos específicos também enfrentaram intoxicações, infecções e casos de violência doméstica, ideação suicida e tentativa de suicídio.

Os resultados convergentes das pesquisas analisadas revelaram que as mulheres não apenas dedicam mais horas ao trabalho total, com pelo menos metade desse tempo direcionado a atividades reprodutivas e domésticas, como também

adoecem com maior frequência devido à intensificação do trabalho em comparação com os homens. Essa realidade impõe severas limitações ao acesso feminino a bens sociais essenciais, incluindo serviços de saúde, o que, por sua vez, compromete o desempenho profissional e a dedicação ao autocuidado e lazer. Em última análise, esses fatores interconectados sobrecarregam suas vidas e as tornam mais vulneráveis a doenças (Talavera, 2020).

Para alterar essa realidade complexa e profundamente enraizada, é crucial aprimorar as estratégias de luta. Segundo Silva (2021), isso envolve o avanço das abordagens teóricas e coletivas nas batalhas feministas contra as opressões de classe, gênero e raça/etnia, já que as relações patriarcais são sustentadas pela divisão de trabalho entre os gêneros, na desigualdade de poder e na categorização do sexo.

Nesse sentido, os homens precisam ser incluídos nos novos debates. Salienta Beauvoir (2016) que ambos os gêneros são vítimas simultaneamente um do outro e de si mesmos. O ingrato confronto em que se envolvem continuará enquanto homens e mulheres não se reconhecerem como iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribui significativamente para a compreensão das estruturas sociais e de gênero e seu impacto na saúde da mulher, expandindo o conhecimento sobre as conquistas femininas e a crescente diversidade da vivência feminina para novas representações sociais. A análise revelou que as percepções sobre a mulher são uma mistura de aspectos positivos e negativos, com forte ênfase nas experiências de prejuízo de gênero. Essas dificuldades sociais, enraizadas em fatores culturais, institucionais (Estado e família) e sociais, culminam na dupla e tripla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, e impactos significativos a sua saúde.

Assim, é fundamental a continuidade da luta feminista, pois os preconceitos persistem, frequentemente disfarçados sob diversas formas de violência e exclusão. A busca pelos direitos das mulheres segue, especialmente no que diz respeito à desvalorização das tarefas de reprodução não remuneradas. Nesse sentido, é crucial desmistificar a ideologia neoliberal que tende a individualizar o problema, culpabilizando a mulher por qualquer dificuldade em "conciliar" sua vida.

Essa perspectiva, ao inviabilizar o reconhecimento do sofrimento, impede a implementação de soluções coletivas e de políticas que realmente promovam a igualdade de gênero e o bem-estar das mulheres. O objetivo é posicioná-las como protagonistas de suas próprias histórias e garantir a implementação de políticas públicas de apoio à família. Afinal, o cidadão do futuro, que precisa de cuidado e formação, depende da valorização dessa tarefa, que não pode continuar a ser uma responsabilidade exclusiva das mulheres.

Apesar de incluir estudos diversos, esta revisão integrativa possui limitações significativas que apontam para futuras direções de pesquisa. A restrição temporal (2015-2025), por exemplo, pode ter impedido uma compreensão mais aprofundada da evolução histórica das influências sociais, culturais e econômicas na sobrecarga do adoecimento feminino. Além disso, a investigação de fenômenos contemporâneos como o Masculinismo ou Movimento Red Pill, que promovem discursos de ódio contra mulheres (especialmente as negras, pobres e com filhos), emerge como uma lacuna importante para estudos futuros, complementando as análises interseccionais de raça, gênero e classe que são cruciais para entender a persistência dessa sobrecarga.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; [...]. Brasília, DF: Presidente da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006 /lei/l11340.htm. Acesso em : 07 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.104**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.Brasília, DF:Presidente da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 07 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.718**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, [...]. Brasília, DF: Presidente da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 14.611**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios. Brasília, DF: remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Presidente da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br /ccivil_03/_ato 2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 07 dez. 2024

ARTES, A.; RICORDI, A. Mulheres no ensino Superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, **Exaequo**, n. 33,2016. Disponível em: https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/33-mulheres-no-ensino-superior-brasileiro espaco-garantido-e-nov. Acesso em: 12 out. 2024.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 3. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BHERING, W. C. O. **"O meu sonho ninguém mata"**: violência doméstica e escolarização de mulheres na educação de jovens e adultos. 2021. 184 f. Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_031c70be24b1e900dc1e24ba7828c811. Acesso em 12 out. 2024.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.s cielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/. Acesso em: 12 out. 2024

CABRAL, R. P. **Efeitos da Cultura do Machismo sobre Mulheres do Movimento Feminista**. 2021. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, A. D. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, v. 132, maio/ago., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br /j/sssoc/a/vnGNyx7gwTS4QKvdnBRPP3C/. Acesso em: 26 out. 2024.

CASEMIRO, P. Moura, R. **Crise de saúde mental:** Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. G1, São Paulo, Trabalho e carreira, 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/ 2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml?utm_source=whatsapp&utm _medium=share-bar-desktop&utm_campaign=materias. Acesso: 28 mar. 2025.

CONHEÇA o IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca -catalogo?view=detalhes&id=2101551. Acesso em: 7 dez. 2024.

CONHEÇA o IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Retrato dos rendimentos do trabalho** – resultados 3º trimestre, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wpcontent/uploads/2024/12/241206_cc_6 5_nota_19_rendimentos.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

DI PIERO, M.F.; MAIA, A.C.B.; TEIXEIRA, F. et al. **Direitos humanos das mulheres:** a luta contra a violência de gênero. São Carlos, SP: Pedro & João Editora, 2019.

FERREIRA, M. **Ação grupal com mulheres-mães universitárias como estratégia de promoção de saúde mental**, 2023.Tese de mestrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_816c6da6d0abcd3d29f809908b05f089. Acesso: 31 mar. 2025.

FILHO, J.; VITAL, A.; OLIVEIRA, ANA. Síndrome de burnout e ansiedade em trabalhadores em saúde mental: enfrentando uma realidade silenciosa, 2021. **Revista Ciência Plural**. 2021; 7(2):74-87 Disponível em:https://periodicos .ufrn.br/rcp/article/view/24011.Acesso: 31 mar. 2025.

LUA, I.; ALMEIDA, M.; ARAÚJO, T. et al . Autoavaliação negativa da saúde em trabalhadoras de enfermagem da atenção básica. **Revista**: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.301-1.319, set./dez. 2018 Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEFS_eaafdb8c069b90bb198396 38701a8f01. Acesso: 28 mar. 2025.

MOREIRA, L. C. R. **Assédio Moral Contra Mulheres Jornalistas:** os casos de assédio cometidos por Bolsonaro e seus apoiadores nos anos de 2020 E 2021.Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em:https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/31214/Carmanin_Luisa_ 2023_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 20 maio 2025.

MURAKAMI, K. et al. Estresse e Enfrentamento das Dificuldades em Universitários da Área da Saúde. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Ribeirão Preto, SP, v. 44, e258748, p. 1-16, 2024. 2024. Disponívelem:https://www.scielo.br/j/pcp/a/Cxx6K cwWvKmpmFqd55B9jtL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 dez. 2024.

NICOLODI G.; HUNZIKER, B. **O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental**: considerações iniciais, Universidade de São Paulo USP, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/11012 Acesso em: 26 nov. 2024

NUNES, D. V. O. **Narrativas de mulheres-engenheiras sobre formação profissional e mundo do trabalho:** reflexões e contribuições para o curso de Engenharia Civil de um Instituto Federal. Olinda - PE, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IFPE_689a8aea870ce221 8dcc934990e77b64. Acesso em: 26 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, D. E. S. **Crítica à concepção de empoderamento e as implicações nas lutas feministas no contexto neoliberal Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_8e1e0cc6b1 a5e86e4 ddc04e5ddaa559b. Acesso em: 26 nov. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.;CARVALHO, H. C. **Revisão integrativa:** o que é e como fazer. Einstein 102-106. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en Acesso em: 20 maio. 2025.

PARISI, S. **Separação amorosa e individuação feminina** : uma abordagem em grupo de mulheres no enfoque da psicologia analítica .São Paulo : Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_324a7a60d80da203b 1acd38aa8cc4851. Acesso em: 26 nov. 2024.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: https://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/As%20 conquistas%20do%20movimento%20feminista.pdf. Acesso em: 26 nov.2024.

TALAVERA, Vera. **A terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade**, 2020.Tese de doutorado. Universidade Católica do Salvador Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, 2020. Disponível em:https://ri.ucsal.br/items/4f3b6277-4205-4d59-819e-0c3ddf823a4b. Acesso: 28 mar. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Sônia Valéria da Silva Toledo Lellis**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

2. **Mayelle Batista Da Silva**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

IMPACTOS DAS RELAÇÕES E ESTILOS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Fernanda Maciel da Silva Santos
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Cristina D'Ornellas Filipakis
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Isaura de Bortoli Rossatto
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal apresentar o que a literatura dos últimos dez anos traz sobre a correlação comprovada entre as relações parentais na infância (0 a 11 anos) e o desenvolvimento neurocomportamental e socioemocional. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, utilizando o método de Revisão Sistemática da Literatura, delimitando sua busca a estudos nos idiomas português e inglês que abordassem especificamente o desenvolvimento infantil típico, excluindo pesquisas sobre transtornos ou contextos atípicos. A busca foi realizada em bases de dados científicas consolidadas (PubMed, BVS, SciELO e Google Acadêmico), utilizando combinações de palavras-chave como "estilos parentais", "relações parentais", "desenvolvimento infantil", "neurocomportamental" e "socioemocional", conectadas por operadores booleanos (AND). Foram selecionados 6 artigos úteis à pesquisa publicados no período de 2014 a 2024. Os resultados da revisão indicaram que o estilo autoritativo é o mais benéfico para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Fatores socioeconômicos e características individuais da criança moderam os efeitos dos estilos parentais. Práticas parentais negativas estão ligadas a atrasos no desenvolvimento e problemas comportamentais. A relação entre parentalidade e desenvolvimento infantil é complexa e multifatorial, envolvendo interações biológicas, psicológicas e sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Cognitivo; Desenvolvimento Infantil; Desenvolvimento Socioemocional; Estilos Parentais; Neurocomportamento.

INTRODUÇÃO

A parentalidade exerce um papel fundamental no desenvolvimento infantil, influenciando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e neurocomportamentais. Nos primeiros anos de vida (0 a 11 anos), as interações entre pais e filhos são determinantes para a formação da estrutura cerebral, do controle emocional e da capacidade de adaptação a diferentes contextos. Relações parentais positivas promovem segurança, autoconfiança e autonomia, enquanto experiências negativas ou negligentes podem levar a atrasos no desenvolvimento e a problemas comportamentais e emocionais.

Este estudo buscou responder à seguinte pergunta: “Em que nível as relações parentais podem contribuir para o desenvolvimento neurocomportamental e socioemocional na infância, e se essa relação pode, de fato, trazer consequências ao desenvolvimento?”

Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura dos últimos dez anos, com o objetivo principal de investigar a correlação entre as relações parentais e o desenvolvimento infantil típico, excluindo contextos atípicos ou transtornos específicos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria dos estilos parentais, proposta por Diana Baumrind (1966), classifica as práticas educativas em três tipos principais: autoritário, caracterizado por alto controle e baixa afetividade. Os pais valorizam a obediência e a autoridade, com pouca abertura ao diálogo. Crianças criadas nesse estilo tendem a apresentar baixa autoestima, dificuldades sociais e emocionais. O estilo permissivo, no qual os pais são afetuosos, mas não impõem limites. Evitam conflitos e raramente aplicam consequências. Crianças podem desenvolver impulsividade, egocentrismo e problemas de autorregulação. E autoritativo, que traz o equilíbrio entre exigência e afeto. Os pais estabelecem regras claras, são responsivos às necessidades emocionais e incentivam a autonomia. Esse estilo está associado a melhores resultados no desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) acrescentaram dois estilos: o negligente, caracterizado pelo baixo envolvimento emocional e físico. As crianças não têm suas necessidades básicas atendidas e estão mais suscetíveis a riscos psicossociais. o indulgente no qual os pais são afetivos, mas ausentes emocionalmente e sem estabelecer limites. Associado a dificuldades de autorregulação e baixo rendimento escolar.

No período da infância o desenvolvimento se concentra em três áreas: o desenvolvimento físico, que se refere ao crescimento do corpo e do cérebro, e se associa à mudança de padrões, respectivamente às capacidades sensoriais, habilidades motoras e saúde. O domínio cognitivo está relacionado ao desenvolvimento das habilidades mentais, referente à atenção, memória, pensamento, linguagem e criatividade. E, por fim, o desenvolvimento no campo socioemocional, que tem relação com as mudanças das emoções, personalidade e relações interpessoais (Papalia; Olds; Feldman, 2009).

A função cognitiva se desenvolve durante toda a vida, se estabelecendo através de atos biológicos e sócio-ambientais. Características hereditárias são importantes, mas as interações sociais com o meio também trazem consequências a essa evolução. Ainda dentro desse contexto há o desenvolvimento das funções executivas: controle inibitório, memória operacional, e flexibilidade cognitiva. Essas funções são compostas por um conjunto de habilidades que se completam e possibilitam ao sujeito conduzir seus comportamentos para alcançar objetivos, reformular estratégias mal sucedidas por outras mais eficazes, avaliar a adequação e eficiência desses comportamentos, e assim, solucionar problemas, sejam eles imediatos, de médio e de longo prazo (Espozito, 2023).

O ambiente familiar, as interações parentais e fatores socioeconômicos exercem influência direta nesses processos.

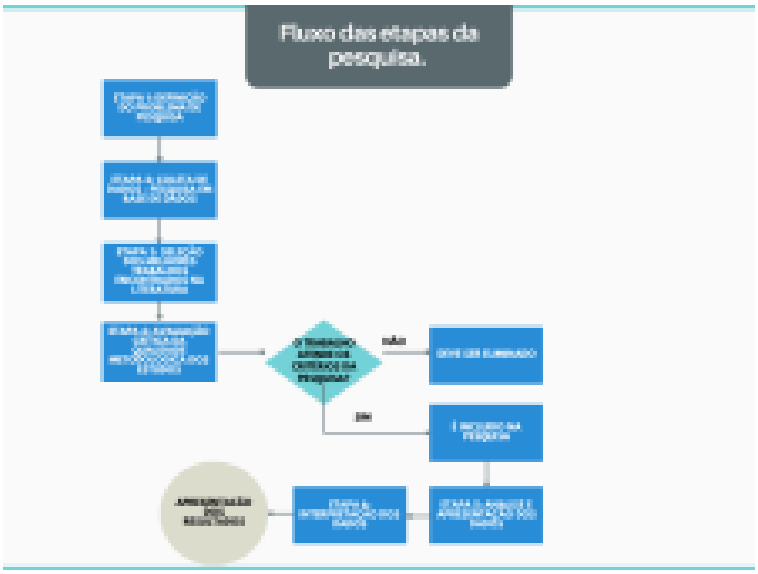
ISSN 2595-2110

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo adotou uma revisão sistemática com abordagem qualitativa e exploratória. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, BVS, SciELO e Google Acadêmico, utilizando combinações de palavras-chave como “estilos parentais”, “desenvolvimento infantil”, “neurocomportamental” e “socioemocional”, conectadas pelo operador booleano AND. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2014 e 2024; nos idiomas português e inglês; com foco no desenvolvimento típico (excluindo transtornos e contextos atípicos).

No processo de seleção inicialmente, foram identificados 1.339, após uma triagem por título e resumo 47 foram pré-selecionados, então após a leitura integral e aplicação dos critérios, 6 artigos foram incluídos na análise final. Os estudos selecionados abordaram temas como empatia, funções executivas, habilidades sociais e desenvolvimento emocional, sempre relacionando-os aos estilos parentais.

Figura 1 – Fluxo das etapas da pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A busca nas bases de dados foi feita do dia 6 de fevereiro ao dia 3 de março de 2025 chegando a um total de 1.339 artigos. Ao utilizar as combinações das palavras-chave: Estilos/Relações parentais X Desenvolvimento infantil, Estilos/Relações parentais X Neurocomportamento, Estilos/Relações parentais X Neurodesenvolvimento, Estilos/Relações parentais X Socioemocional, e Estilos/Relações parentais X Psicossocial, sendo agrupados pelo operador booleano AND, e utilizando os filtros de idioma, apenas textos em português e inglês, pesquisa por Título e Resumo, publicações de 2005 a 2025 e publicacões citáveis, foram encontrados artigos em todas as bases de dados utilizadas: Pubmed, BVS, SciElo e Google Acadêmico.

Após uma seleção dos resultados por título e resumo foram pré-selecionados 47 publicações, baseado nos critérios de inclusão e exclusão dentre estes 47 foram selecionados 20, após uma nova filtragem se baseando novamente nos critérios de

inclusão e exclusão, na disponibilidade do artigo na íntegra e após avaliação dos juízes (A e B), foram, por fim, selecionados 6 (0.51%) artigos úteis à pesquisa. Ressalta-se que as pesquisadoras utilizaram os mesmos critérios de inclusão e exclusão, e análise em comum acordo.

Tabela 2 – Caracterização dos artigos selecionados.

Id	Autores	Título	Ano	Delineamento	Foco da pesquisa
1	JUSTO, Alice Reuwsaat; CARVALHO, Janaína Castro Núñez; KRISTENSEN, Christian Haag.	Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais.	2014	Revisão integrativa	Psicologia
2	LUXO MARTINS, Gabriela Lamarca; RICCARDI LEÓN, Camila Barbosa; SEABRA, Alessandra Gotuzo.	Estilos parentais e desenvolvimento das funções executivas: estudo com crianças de 3 a 6 anos.	2016	Pesquisa qualitativa	Psicologia
3	BARBOZA, Franciely de Melo.	A relação entre estilos e práticas educativas parentais e o desenvolvimento das habilidades sociais na infância.	2021	Estudo qualitativo e bibliográfico	Psicologia
4	ESPOZITO, Michele de Castro.	Estilos parentais no desenvolvimento das funções executivas.	2023	Pesquisa qualitativa	Psicologia
5	SARKIS, Marcela de Aguiar Freire.	A influência dos estilos parentais no desenvolvimento das habilidades sociais infantis.	2023	Revisão integrativa	Saúde, Clínica e Avaliação Psicológica
6	SILVA, Maria Gabriela Ferreira da.	Relação entre estilos parentais e o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes.	2024	Revisão integrativa	Psicologia

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nota-se que existe um foco na investigação da relação entre os estilos parentais e diferentes aspectos do desenvolvimento, como por exemplo nos artigos de Barboza (2021) e Sarkis (2023) que abordam as habilidades sociais, estando estas englobadas no campo socioemocional e útil à construção de relações interpessoais no futuro. Outros temas abordados dentro deste campo foram o desenvolvimento da empatia, por Justo; Carvalho e Kristensen (2014), e questões emocionais, através do estudo de Silva (2024), ligando essas habilidades, também, à elaboração da personalidade.

Um viés importante do desenvolvimento é o domínio cognitivo abordado tanto por Espozito (2023) quanto por Luxo; Riccardi e Seabra (2016), através dos estudos acerca dos estilos parentais e o crescimento das funções executivas, abrangendo o controle inibitório, memória operacional, e a flexibilidade cognitiva.

Os seis artigos analisados reforçam a correlação significativa entre estilos parentais e o desenvolvimento infantil. Sendo os principais resultados: o estilo autoritativo está associado aos melhores resultados no desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Crianças apresentam maior regulação emocional, empatia, habilidades sociais e desempenho nas funções executivas. Os denominados estilos negativos (Autoritário, Negligente, Permissivo), estão ligados a atrasos no desenvolvimento, problemas comportamentais, baixa autoestima e dificuldades escolares. Outro ponto relevante são os fatores moderadores, como: questões socioeconômicas, famílias com menor renda e escolaridade tendem a adotar práticas mais negativas. Características individuais (temperamento e personalidade da criança) influenciam a dinâmica parental. O contexto social como ambientes instáveis ou violentos podem prejudicar o desenvolvimento, embora, paradoxalmente, possam aumentar a flexibilidade cognitiva devido à necessidade de adaptação. Também as práticas parentais positivas, afeto combinado com limites claros promove segurança, exploração e aprendizado. E por fim, práticas parentais negativas: Punição inconsistente, abuso físico e negligência estão relacionados a prejuízos cognitivos e emocionais.

Os estudos também destacaram a escassez de pesquisas sobre o tema no Brasil e a necessidade de investigações longitudinais e intervenções contextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as relações parentais exercem influência significativa no desenvolvimento neurocomportamental e socioemocional na infância. O estilo autoritativo mostrou-se o mais benéfico, enquanto estilos negativos estão associados a diversos prejuízos.

A relação entre parentalidade e desenvolvimento é complexa e multifatorial, envolvendo interações entre aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos. Recomendações para pesquisas futuras: realizar estudos longitudinais para estabelecer causalidade; incluir amostras mais diversificadas (cultura, região, nível socioeconômico); desenvolver intervenções parentais adaptadas a contextos específicos; implementar políticas públicas que promovam práticas parentais positivas e combatam a violência e a negligência. Este trabalho reforça a importância de investir em orientação parental e em ações que apoiem famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade, para garantir um desenvolvimento infantil saudável e integral.

ISSN 2595-2110

REFERÊNCIAS

BAUMRIND, D. (1966). **Effects of authoritative parental control on child behavior**. Child Development, 37, 887-907.

ESPOZITO, Michele de Castro. **Estilos parentais no desenvolvimento das funções executivas**. 2023. 57 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14412. Acesso: 12 mar. 2025.

MACCOBY, E. E., MARTIN, J. A. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), **Handbook of child psychology:** Socialization, personality, and social development (Vol. 4, pp. 1-102). New York: Wiley, 1983.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2009. E-book.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Fernanda Maciel da Silva Santos**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Cristina D'Ornellas Filipakis**, Psicóloga, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan**, Psicóloga, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Isaura de Bortoli Rossatto**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

LEGADO DE UM PASSADO INSTITUCIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Geovana Rodrigues Dias
UNICATÓLICA

Ana Julia Matos
UNICATÓLICA

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a persistência da lógica institucionalizante no acolhimento de crianças e adolescentes, construída a partir dos modelos de cuidado à população infanto juvenil desde a época da colonização, com as Santas Casas de Misericórdia e as rodas de expostos, e até a década de 1980, com os Códigos de Menores de 1927 e 1979, caracterizados pela institucionalização de crianças e adolescentes frente a extrema pobreza, como método de controle social. A partir de uma análise histórica, observa-se que, embora a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tenha representado uma ruptura com a doutrina da situação irregular, ao consolidar a doutrina da proteção integral, ainda persistem incoerências entre a legislação e a realidade do acolhimento de crianças e adolescentes na contemporaneidade. Sendo a maioria dos acolhimentos de crianças e adolescentes em situação de pobreza, e ainda, a escassez de dados atualizados, dificultando o diagnóstico e aprimoramento das políticas públicas e o prolongamento da medida protetiva como principais desafios enfrentados. Portanto, evidencia-se que, práticas e a cultura institucionalizante continuam presentes, revelando a permanência de padrões herdados de um passado marcado por modelos de cuidado historicamente legitimados.

Palavras-chave: Institucionalização; Acolhimento; Infância e Juventude; Proteção integral.

INTRODUÇÃO

A trajetória das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no Brasil revela um percurso permeado por contradições, avanços normativos e permanências históricas. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representar um marco na consolidação da doutrina da proteção integral, o sistema de acolhimento institucional ainda reproduz práticas e concepções herdadas de um passado marcado pela lógica tutelar e pelo controle social dos chamados "menores". Essa herança histórica continua a se manifestar nas formas de gestão e intervenção com crianças e adolescentes acolhidos, evidenciando a dificuldade de efetivar, no plano concreto, os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade da medida de acolhimento.

Os dados mais recentes do Painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA/CNJ) indicam que, dos 35.059 acolhidos no Brasil, apenas 6,6%

estão inseridos na modalidade de Família Acolhedora, demonstrando a predominância do modelo institucional. Tal cenário reflete uma contradição frente ao artigo 34 do ECA, que estabelece a prioridade do acolhimento familiar sobre o institucional. Além disso, a carência de dados nacionais atualizados e precisos sobre o perfil das crianças e adolescentes acolhidos, incluindo informações sobre raça, gênero, escolaridade, renda familiar e motivos do afastamento, compromete o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas a esse público.

Nesse contexto, observa-se que as instituições de acolhimento seguem majoritariamente ocupadas por crianças e adolescentes negros, pobres e oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a persistência de um modelo que, embora amparado por uma legislação inovadora, continua a reproduzir desigualdades estruturais. Assim, a medida de acolhimento, que deveria garantir a proteção e o desenvolvimento integral, frequentemente acaba se convertendo em uma resposta à pobreza, contrariando o disposto no artigo 23 do ECA, segundo o qual a falta de recursos materiais não constitui motivo para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Essa realidade evidencia que, apesar dos avanços legais e discursivos, a prática social ainda se encontra atravessada por uma cultura institucionalizante, centrada mais na contenção da pobreza do que na promoção efetiva de direitos. Tal permanência impõe a necessidade de reflexão crítica sobre o papel dos profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), especialmente da Psicologia e do Serviço Social, cuja atuação é fundamental para a construção de práticas comprometidas com a reintegração familiar, o fortalecimento de vínculos e a superação da lógica asilar.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a persistência da lógica institucionalizante nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, discutindo suas raízes históricas e suas implicações atuais, bem como o papel das políticas públicas e da atuação profissional, especialmente da Psicologia, na efetivação dos direitos previstos pelo ECA. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica crítica, a partir da análise de legislações, artigos científicos e obras de referência sobre a história e os desafios das políticas de cuidado e proteção à infância e à juventude no país.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Entendemos, para esta escrita, como lógica institucionalizante o conjunto de paradigmas, valores e práticas estigmatizantes, assistencialistas e segregadoras que se consolidaram historicamente nas formas de cuidado e proteção voltadas à infância e à adolescência no Brasil. Trata-se de uma lógica que, sob o discurso da proteção, reproduziu mecanismos de exclusão e controle social, sustentados em visões moralistas e tuteladoras sobre a pobreza. Suas raízes remontam ao período colonial, quando o cuidado às crianças desamparadas era exercido pelas Santas Casas de Misericórdia, instituições de inspiração religiosa que associavam a assistência à caridade cristã e à benemerência. Nessa perspectiva, o atendimento às necessidades da população infantil pobre não se configurava como um direito, mas como um ato de piedade e benevolência, reforçando a distinção entre os que assistem e os que são assistidos, e perpetuando a desigualdade social como um dado natural da ordem social.

Essa lógica atravessou séculos e se institucionalizou na estrutura das políticas públicas, sendo reproduzida pelos antigos modelos de proteção do Estado, especialmente durante a vigência dos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Nesses marcos legais, a infância pobre, abandonada ou considerada "em perigo moral" era tratada como objeto de intervenção, sujeita à internação compulsória em instituições de caráter correcional, assistencial ou educativo. O Estado, em vez de promover políticas de inclusão e fortalecimento familiar, passou a exercer um papel tutelar e punitivo, legitimando práticas de confinamento sob a justificativa da proteção e da reeducação. Assim, a lógica institucionalizante consolidou-se como um traço estrutural das políticas de cuidado, traduzindo-se em uma cultura que naturaliza a institucionalização como resposta às expressões da pobreza e da vulnerabilidade social, uma herança histórica que ainda repercute nas práticas contemporâneas de acolhimento.

Conforme será desenvolvido nos parágrafos seguintes, a lógica de proteção que permeou esses períodos se caracteriza pela institucionalização da infância pobre como método de controle social. Ao longo da história, a institucionalização foi naturalizada como resposta imediata à pobreza, à orfandade e à vulnerabilidade, consolidando uma verdadeira cultura de confinamento que ainda hoje influencia os modelos de acolhimento voltados a crianças e adolescentes.

Dessa forma, compreende-se a lógica institucionalizante como um modelo de "proteção" que, diante das expressões da pobreza e da vulnerabilidade social, recorre à institucionalização e à ruptura dos vínculos familiares como resposta imediata às situações de risco. Tal modelo, sustentado historicamente em discursos moralistas e em práticas de controle social, coloca o Estado e suas instituições no papel de guardiões da infância pobre, enquanto as famílias em situação de vulnerabilidade são vistas como incapazes de exercer suas funções de cuidado e proteção. Nesse contexto, a pobreza deixa de ser reconhecida como uma questão social e passa a ser tratada como falha moral ou desvio de conduta, legitimando a retirada de crianças e adolescentes de seus lares sob a justificativa de "proteção".

Essa concepção, ao articular práticas punitivistas e assistencialistas, nega a crianças e adolescentes o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e cidadãos em desenvolvimento, conforme preconizado apenas posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O cuidado institucional, nessa lógica, torna-se instrumento de normalização e disciplinamento, mais do que de emancipação ou inclusão social. Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro tenha avançado com a consolidação da doutrina da proteção integral, os resquícios dessa cultura institucionalizante continuam a se manifestar nas práticas cotidianas de atendimento, na linguagem utilizada por profissionais e até na formulação das políticas públicas. Tal permanência histórica será analisada ao longo deste estudo, a fim de evidenciar como essas práticas, herdadas de um passado excludente, permanecem enraizadas na trajetória social e institucional brasileira.

O cuidado institucional no Brasil tem suas origens vinculadas às Santas Casas de Misericórdia, instituições que, desde o período colonial, desempenhavam funções de assistência à saúde e de amparo social, especialmente voltadas à população pobre e marginalizada. Entre suas práticas, destacava-se o uso das chamadas "rodas dos expostos", mecanismos nos quais recém-nascidos podiam ser deixados anonimamente, com a intenção de serem acolhidos e encaminhados à adoção. Embora essas medidas fossem frequentemente apresentadas como uma alternativa humanitária ao infanticídio ou ao abandono em vias públicas, elas não enfrentavam as

causas estruturais da pobreza, da desigualdade e do desamparo familiar. Ao contrário, reforçavam a lógica da exclusão, legitimando a retirada das crianças de seus contextos familiares sem promover transformações nas condições socioeconômicas que originavam o abandono.

Inspirado na tradição católica e portuguesa, esse modelo consolidou uma cultura assistencialista pautada na caridade, na moralização e na disciplina, na qual a infância pobre e ilegítima era vista como objeto de tutela e não como sujeito de direitos. A assistência, nesse contexto, assumia um caráter de benevolência, em que o ato de cuidar era compreendido como virtude cristã e não como responsabilidade social ou estatal. Essa perspectiva contribuiu para a formação de uma estrutura histórica de desigualdade, em que o amparo institucional substituía a promoção de direitos e a justiça social, perpetuando uma visão hierarquizada entre os que "ajudam" e os que "necessitam de ajuda". Assim, o modelo das Santas Casas de Misericórdia pode ser compreendido como a matriz fundadora da lógica institucionalizante que marcou, por séculos, as políticas de proteção e cuidado de crianças e adolescentes no Brasil (Assis; Farias, 2013).

A primeira legislação específica voltada à infância e juventude foi o Código de Menores de 1927, baseado na chamada doutrina da situação irregular. Esse marco legal institucionalizou a intervenção do Estado, permitindo a internação compulsória de crianças e adolescentes considerados em situação de vulnerabilidade ou desproteção social, por ausência, negligência ou insuficiência dos pais e responsáveis. Sob a mesma doutrina, eram enquadrados também os que apresentavam "desvio de conduta" ou cometiam atos infracionais (Brasil, 1927).

Essa legislação refletia uma visão moral e disciplinar da infância pobre. O Estado se colocava como tutor e agente corretivo, e as instituições (orfanatos, internatos e educandários) tornavam-se espaços de reclusão e reeducação. A profissionalização e a reintegração social eram justificativas para longos períodos de internação, geralmente até a maioridade, sem qualquer perspectiva de reintegração familiar. Assim, o Código de 1927 tratava a infância empobrecida como objeto de intervenção e punição, reforçando o controle social sobre os corpos e comportamentos das classes populares.

Promulgado em um contexto de modernização urbana, o Código de 1927 também dialogava com as políticas higienistas que marcaram o início do século XX. Inspirado na "Belle Époque" francesa, o Estado brasileiro buscava "limpar" as cidades, removendo cortiços e populações pobres das áreas centrais, sem oferecer alternativas de moradia (Farias Filho; Alvim, 2022). Nesse cenário, a institucionalização da infância funcionava como instrumento de ocultação da pobreza; uma estratégia de higienização social que buscava preservar uma aparência de ordem e progresso (Rizzini; Rizzini, 2004).

Décadas depois, o Código de Menores de 1979, promulgado durante o regime militar, manteve a mesma doutrina da situação irregular e a mesma lógica institucionalizante. Embora apresentasse um discurso de modernização e proteção, continuava a tratar crianças e adolescentes em vulnerabilidade como um "problema social", merecedor de vigilância e repressão. A expressão "menor", amplamente utilizada na época, carregava forte conotação estigmatizante, associando pobreza à periculosidade (Rizzini; Rizzini, 2004).

Nesse período, o Estado criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela política de assistência e cuidado, e suas versões estaduais, as Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Tais instituições operavam sob uma lógica correcional e repressiva, voltada à internação

compulsória de crianças e adolescentes considerados em "situação irregular". Na prática, funcionavam de modo semelhante a instituições prisionais, com ênfase em vigilância, disciplina e punição, reforçando o olhar policial sobre a infância pobre (Santos, 2017).

De acordo com Santos (2017), durante a ditadura militar prevaleceu uma lógica higienista e autoritária, na qual o combate à criminalidade infanto-juvenil e à pobreza urbana se confundia. Práticas como a mendicância, o furto e a prostituição eram tratadas como desvios a serem eliminados, e o encarceramento se tornava a principal ferramenta de "limpeza" das cidades. Nessa perspectiva, a proteção da infância não era entendida como um direito, mas como um problema de segurança pública.

As inúmeras denúncias de maus-tratos, torturas, corrupção e abusos nas unidades da FEBEM provocaram intensa mobilização social e política. Movimentos populares, entidades de direitos humanos e profissionais da área infanto-juvenil passaram a denunciar o caráter violento e excludente dessas instituições. Esse contexto de denúncia e contestação foi fundamental para a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que marcou uma profunda ruptura paradigmática.

A criação do ECA representou uma mudança histórica na concepção da infância e juventude no Brasil. Ao substituir a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral, o Estatuto reconheceu crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento e titulares de direitos fundamentais, deslocando o foco da punição para a promoção e garantia de direitos.

No campo da institucionalização, o ECA e, posteriormente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistematizaram o princípio da proteção integral, estabelecendo que o acolhimento institucional deve ser medida excepcional e provisória, priorizando sempre o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O ECA também delimitou as diferenças legais entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (por ato infracional) e aqueles sob medida protetiva de afastamento familiar (devido a violações graves de direitos). Essa distinção representou um avanço significativo, pois rompeu com a generalização punitiva dos Códigos de Menores anteriores (Brasil, 2009).

Para operacionalizar as medidas protetivas, foram criados os Serviços de Acolhimento Institucional (SAIs), integrados à Alta Complexidade do SUAS. Esses serviços atuam segundo os princípios da excepcionalidade e transitoriedade, reconhecendo o convívio familiar como direito fundamental. O ECA determina que a institucionalização deve ocorrer somente após esgotadas todas as alternativas de manutenção na família de origem ou extensa (Brasil, 2009).

Além disso, o Estatuto introduziu a modalidade de Família Acolhedora, considerada um modelo de acolhimento mais humanizado, por oferecer um ambiente doméstico e afetivo em lugar da instituição. Essa proposta representou um importante avanço na direção da desinstitucionalização da infância e da promoção da convivência comunitária.

Outro marco essencial foi a criação do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA), articulando políticas e órgãos públicos das áreas da saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, justiça e segurança, em todos os níveis federativos. O SGDCA constitui uma rede intersetorial de promoção, defesa e controle dos direitos humanos de crianças e adolescentes, envolvendo também a sociedade civil organizada (Brasil, 2006).

ISSN 2595-2110

Fruto de longos debates e mobilizações sociais, o ECA sistematizou princípios e diretrizes que orientam todo o sistema de proteção infantojuvenil. No entanto, persistem desafios estruturais, como a prevalência da institucionalização de crianças em situação de pobreza extrema, a manutenção de termos e práticas estigmatizantes, o prolongamento indevido do afastamento familiar e a falta de dados atualizados sobre os serviços de acolhimento. Esses elementos revelam que, embora os avanços legais sejam inegáveis, a cultura institucionalizante ainda se faz presente na prática cotidiana das políticas públicas brasileiras.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por se tratar de um estudo que busca compreender em profundidade fenômenos sociais complexos, especialmente aqueles relacionados à trajetória das políticas de proteção e cuidado voltadas à infância e à adolescência no Brasil. Esse tipo de abordagem possibilita uma análise mais interpretativa e reflexiva, priorizando o entendimento dos significados, das contradições e das transformações históricas que atravessam as práticas institucionais e as legislações voltadas a esse público (Martins, 2004).

Trata-se, também, de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, uma vez que pretende identificar e descrever os principais marcos legais, históricos e conceituais que estruturaram as políticas de atendimento à infância e à juventude no país. O caráter exploratório (Lösch; Rambo; Ferreira, 2025) permitiu levantar e sistematizar informações sobre a constituição e o desenvolvimento dessas políticas , enquanto a dimensão descritiva (Cordeiro et al, 2023) contribuiu para a exposição detalhada das características e das dinâmicas que compõem esse processo histórico.

O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, tendo como fontes principais livros, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema. Essa opção metodológica se justifica pela relevância de compreender as produções teóricas e normativas que moldaram o entendimento da infância e da adolescência ao longo do tempo, especialmente no que se refere às mudanças de paradigmas entre os antigos Códigos de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A amostragem foi composta por obras de referência reconhecidas pela sua relevância temática e histórica. Entre os materiais analisados, destacam-se as legislações brasileiras, notadamente os Códigos de Menores de 1927 e 1979, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, além de produções acadêmicas que discutem a institucionalização, as políticas públicas e a proteção integral.

A técnica de coleta de dados consistiu na revisão bibliográfica crítica (Cavalcante; Oliveira, 2020), o que implicou não apenas reunir informações, mas analisá-las de forma reflexiva e contextualizada. Essa análise buscou identificar continuidades e rupturas nas concepções e práticas voltadas à infância e à adolescência, relacionando os referenciais teóricos às transformações sociais, políticas e culturais do país.

Por fim, a pesquisa procurou construir uma leitura articulada entre o campo teórico e a realidade concreta, permitindo compreender como os dispositivos legais e institucionais se materializam nas práticas de cuidado e proteção, e de que forma essas práticas ainda refletem heranças históricas de exclusão e controle social. Essa perspectiva crítica possibilita ampliar o debate sobre os desafios contemporâneos do acolhimento e da efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O modelo contemporâneo de cuidado e proteção destinado a crianças e adolescentes acolhidos em instituições, os chamados Serviços de Acolhimento Institucional (SAIs), embora fundamentado em uma legislação inovadora, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), ainda reflete contradições profundas. Apesar de o ECA consolidar a doutrina da proteção integral, a realidade dos serviços demonstra a permanência de uma lógica institucionalizante herdada de um passado marcado por práticas excludentes e tuteladoras, historicamente legitimadas pelas políticas de assistência e controle social da infância pobre.

Conforme o relatório do IPEA (2021), as instituições de acolhimento continuam a receber majoritariamente crianças e adolescentes negros, pobres e vítimas da violência estrutural, o que revela o entrelaçamento entre desigualdade racial, pobreza e institucionalização. Essa configuração social contraria frontalmente o art. 23 do ECA, segundo o qual a falta de recursos materiais não constitui motivo suficiente para o afastamento familiar. Contudo, a vulnerabilidade econômica extrema expõe famílias a múltiplas violações de direitos, transformando o acolhimento institucional em uma alternativa de sobrevivência; e não de proteção. Assim, muitas vezes, as instituições passam a cumprir um papel compensatório, oferecendo acesso a direitos básicos, como alimentação e moradia, em detrimento do convívio familiar (Brasil, 2021).

Essa contradição explicita um problema estrutural: as políticas públicas brasileiras seguem sendo majoritariamente reativas, voltadas à contenção e à mitigação da pobreza, sem atuar em suas causas estruturais. Como destacam Rizzini e Rizzini (2004), a institucionalização reflete um modelo de assistência que ainda opera sob a lógica da tutela e da segregação, reproduzindo desigualdades e reforçando o ciclo de exclusão social que atinge a infância das classes populares.

Além disso, a ausência de dados nacionais atualizados sobre o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, apresentando estatísticas precisas sobre o perfil dos acolhidos, raça/cor, escolaridade, motivo do afastamento familiar, renda familiar e vínculo dos acolhidos com suas famílias de origem, constitui um obstáculo significativo para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a infância e juventude. Embora existam iniciativas como o Censo Suas e o Painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA/CNJ), não apresentam informações fundamentais como as descritas acima, o que resulta em retratos fragmentados e defasados da realidade.

Os dados mais recentes do Painel do SNA/CNJ (2025) indicam que, dos 35.059 acolhidos no Brasil, apenas 6,6% estão inseridos na modalidade de Família Acolhedora, prevista no art. 34 do ECA como prioridade sobre o acolhimento institucional. Essa modalidade, embora reconhecida como mais humanizada por oferecer um ambiente próximo ao da convivência familiar, permanece marginalizada na prática, representando apenas 4,5% dos 8.055 serviços de acolhimento existentes no país. Tal cenário reflete o predomínio histórico do modelo asilar, centrado na institucionalização em detrimento da convivência comunitária.

Além disso, observa-se uma desigualdade expressiva no que diz respeito à faixa etária dos acolhidos. Os adolescentes com mais de 16 anos apresentam os menores índices de reintegração familiar, e, quando não adotados, permanecem institucionalizados por períodos superiores aos 18 meses previstos pelo ECA. A adoção tardia, especialmente de adolescentes, continua sendo um desafio, uma vez que há menor interesse dos pretendentes por essa faixa etária (Brasil, 2009). Assim, a

institucionalização prolongada acaba funcionando como um mecanismo de exclusão silenciosa, culminando no desligamento compulsório desses jovens ao atingirem a maioridade; momento em que, paradoxalmente, se encontram desamparados pelo mesmo sistema que deveria protegê-los.

Apesar dos avanços legais que buscam garantir o direito à convivência familiar, o processo de adoção legal no Brasil é caracterizado pela morosidade e burocracia judicial. Segundo Oliveira e Bueno (2024), os principais desafios enfrentados para garantir a efetividade de tal processo está na insistência do vínculo familiar biológico, mesmo quando esgotadas as possibilidades de reintegração e a extrapolação do período máximo de acolhimento de 18 meses, estabelecido pelo ECA, seletividade dos pretendentes e a burocracia excessiva.

Essa lógica de exclusão tem raízes históricas profundas. O termo "menor", originado nas legislações de 1927 e 1979, carregava uma conotação estigmatizante e criminalizadora, associada à ideia de periculosidade e desvio social (Santos, 2023). Embora o ECA tenha substituído esse paradigma pela noção de criança e adolescente como sujeitos de direitos, o vocabulário e as práticas institucionais ainda revelam resquícios dessa mentalidade tutelar e punitiva, perpetuando representações sociais excludentes e discriminatórias.

Assim, a permanência de práticas institucionalizantes demonstra que, embora o marco legal brasileiro tenha avançado no campo dos direitos humanos e da proteção integral, a cultura institucional e o imaginário social ainda operam sob lógicas assistencialistas e moralizantes, que culpabilizam as famílias pobres e racializadas pela violação de direitos. Como resultado, as instituições de acolhimento acabam reproduzindo desigualdades, ao invés de superá-las.

Portanto, para qualificar a proteção e cuidado às crianças e adolescentes, é imprescindível que as unidades de acolhimento elaborem o Plano Individual de Atendimento (PIA), logo após o seu acolhimento e o mantenha atualizado, conforme previsto no art. 101, § 4o do ECA. Esta atividade permite que o serviço projete o trabalho a ser realizado, traçando atividades, com foco na superação dos motivos que levaram ao afastamento familiar. Trata-se de um importante indicador não apenas do planejamento, mas do comprometimento com o trabalho individualizado e do compromisso com o cumprimento do tempo máximo estipulado de institucionalização (Brasil, 2021).

O relatório do IPEA (2021) aponta que, por mais que o PIA seja elaborado por quase 100% dos SAI's, muitas informações importantes para a sua construção, seguem sendo menos comuns do que o desejado. Conforme ilustrado na Figura 1, a convivência familiar, por exemplo, não é o objeto central dos planos, e informações como o registro dos vínculos comunitários, os relacionamentos intra-familiares, o planejamento da participação da família de origem na construção, o acompanhamento familiar de origem e um plano de ação com a família do acolhido, não são informações centrais na elaboração do PIA. Desta forma, questiona-se sobre os princípios estabelecidos pelo ECA, pois as práticas de acolhimento contrariam o fortalecimento de vínculos e ao retorno do acolhido à convivência familiar e comunitária.

ISSN 2595-2110

Figura 1 – Informações contidas no PIA (2012 e 2014)

Informações	2012	2014
Dados pessoais do acolhido	-	99,2
Motivo do acolhimento	99,1	99,4
Situação escolar	97,5	98,0
Saúde do acolhido	-	97,7
Acolhimentos anteriores	-	90,3
Encaminhamento para assistência social e outras políticas públicas	95,0	94,4
Comunicação com o sistema de justiça	92,5	91,4
Dados socioeconômicos da família de origem	-	87,6
Acompanhamento da família de origem	92,3	86,8
Registro de vínculos comunitários	83,7	80,5
Relacionamentos intrafamiliares	-	88,6
Potencialidades do acolhido	-	69,1
Participação da família de origem durante o acolhimento	-	86,0
Inclusão em práticas esportivas, culturais e de lazer	-	86,5
Plano de ação do acolhido	-	77,2
Plano de ação com a família do acolhido	-	68,5
Reavaliação do PIA	-	75,0

Fonte: IPEA (2021, p. 70).

Ainda sobre a figura 1, é possível observar que as taxas de reavaliação do PIA ainda se apresentam em patamares inferiores ao esperado, evidenciando fragilidades no acompanhamento e gestão dos casos de acolhimento. Conforme estabelece o art. 101, §4, toda criança e adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, deverá ter sua medida reavaliada a cada 3 meses, com vistas à possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta (adoção). Sendo assim, é imprescindível que a reavaliação do PIA seja generalizada para todos os SAI's, de forma que, as atividades desenvolvidas com foco na reintegração familiar se mantenham atualizadas e organizadas, para efetivar o princípio da provisoriedade da medida.

Uma característica essencial dos Serviços de Acolhimento é o princípio da incompletude institucional, que reconhece que nenhuma instituição, isoladamente, é capaz de garantir integralmente a proteção de crianças e adolescentes. Dessa forma, torna-se imprescindível fomentar a articulação intersetorial com os demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), de modo a assegurar os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade do acolhimento. Segundo o relatório do Ipea (2021), as unidades de acolhimento ainda se mostram pouco integradas ao SGDCA, especialmente no que se refere à articulação com o Poder Judiciário. Aspecto que pode ser explicado pelo papel legalmente atribuído a esse órgão, responsável pela tomada de decisões e acompanhamento processual. Como alternativa para fortalecer essa integração, o estudo propõe a elaboração de protocolos interinstitucionais em âmbito nacional, definindo de forma clara as responsabilidades, fluxos de comunicação e competências de cada serviço, garantindo maior efetividade à política de acolhimento.

Nesse contexto, a Psicologia desempenha um papel central no tensionamento e na ressignificação dessa lógica histórica. Diferentemente da atuação higienista e medicalizante que caracterizou o tratamento da infância pobre durante o século XX, a Psicologia contemporânea, quando ancorada em uma perspectiva crítica e comprometida com os direitos humanos, deve contribuir para a desinstitucionalização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Silva; Lopes; Peres, 2015). Sua prática deve orientar-se pela escuta sensível, pelo reconhecimento das condições materiais de existência e pela promoção de processos de subjetivação que valorizem a autonomia e a dignidade das crianças e adolescentes acolhidos.

Além disso, é fundamental que os princípios e diretrizes previstos pelo ECA, bem como documentos nacionais, como as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, sejam seguidos e praticados. Observa-se que teoricamente a lógica institucionalizante vem sendo rompida, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e traçando estratégias legalmente fundamentadas para efetivar a proteção integral. Porém, o que prevalece são barreiras práticas no cotidiano da oferta do serviço para crianças e adolescentes com direitos fundamentais violados.

Por fim, a formação continuada dos profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) constitui condição indispensável para o avanço da proteção integral. A superação da lógica institucionalizante requer a articulação entre diferentes campos de saber; especialmente a Psicologia, o Serviço Social, o Direito e a Educação, de modo a construir práticas interdisciplinares que reconheçam o acolhimento como medida excepcional, temporária e orientada pela reintegração familiar e comunitária. Somente a partir de uma formação ética, crítica e interdisciplinar será possível romper com as práticas asilares e punitivistas, assegurando a centralidade do direito à convivência familiar e comunitária como fundamento das políticas públicas de infância e juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória das políticas de proteção e cuidado voltadas à infância e adolescência no Brasil permite compreender que a lógica institucionalizante é uma herança persistente, construída historicamente a partir de práticas assistencialistas, moralistas e punitivistas. Mesmo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observa-se que o acolhimento institucional ainda é utilizado, muitas vezes, como primeira resposta diante de situações de vulnerabilidade social, em contradição com os princípios da excepcionalidade e da transitoriedade da medida.

Ao longo do tempo, o país avançou significativamente no campo normativo, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e priorizando o convívio familiar e comunitário. Entretanto, a efetivação desses direitos ainda encontra barreiras estruturais e culturais que perpetuam desigualdades. A ausência de dados nacionais precisos, a insuficiência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a carência de equipes técnicas com formação continuada e sensibilidade ética, contribuem para a reprodução de práticas que reforçam o afastamento prolongado e a estigmatização das famílias em situação de pobreza.

Constata-se, assim, que a lógica institucionalizante ultrapassa os limites legais e institucionais, manifestando-se como expressão da questão social. Essa lógica reflete um modelo de sociedade que, historicamente, criminaliza a pobreza e transfere ao

Estado a função de controle e contenção das classes populares, sob o discurso da proteção. Romper com essa herança exige mais do que mudanças normativas: demanda uma profunda revisão ética, política e técnica das práticas profissionais e das formas de organização das políticas públicas.

Nesse sentido, a Psicologia e o Serviço Social desempenham papel essencial no enfrentamento dessas práticas, por meio de uma atuação crítica, reflexiva e comprometida com os princípios da dignidade humana e da justiça social. A formação e o exercício profissional devem estar pautados na defesa da autonomia, do fortalecimento de vínculos e na construção de estratégias que priorizem o cuidado em liberdade, o acolhimento humanizado e a reintegração familiar.

Conclui-se, portanto, que, embora o Brasil disponha de um arcabouço jurídico avançado e de políticas públicas estruturadas em torno da proteção integral, o desafio reside em transformar a cultura institucionalizante em uma cultura de direitos. Essa transição requer investimento contínuo em formação profissional, integração intersetorial das políticas, produção de dados atualizados e, sobretudo, compromisso ético-político com a construção de uma sociedade que reconheça em cada criança e adolescente não um objeto de intervenção, mas um sujeito pleno de direitos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). P**ainel Analytics:** [Painel de Acompanhamento]. [S.l.]: CNJ, [22/09/2025]. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall . Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view . Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 12 out. 1927.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e Implementação de Novas Modalidades** – Família Acolhedora e Repúblicas (2010–2018). Brasília, DF: Ipea, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/210506_ri_web.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16

jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 09 de out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf . Acesso em: 22 set. 2025.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte) vol.26 no.1 Belo Horizonte jan./abr. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 06 out. 2025.

CORDEIRO et al. Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.11670-11681, may./jun., 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60412. Acesso em: 06 out. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958. Acesso em: 6 out. 2025.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 out. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel José Ribas de; BUENO, Mariza Schuster. A morosidade do processo de adoção nacional, diante da Lei n. 12.010/2009. **Acad. Dir**., v. 6, p. 2593–2616, 2024. DOI: https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5021.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 88 p.

SANTOS, Fabiano Rabaneda dos. **Reflexões sobre o uso inadequado do termo "menor" e sua influência na (des)proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes:** uma rápida análise histórica do direito das crianças e dos adolescentes e da necessidade de identificá-los em suas particularidades. 2023. Disponível em: https://l1nq.com/RYBCK. Acesso em: 22 set. 2025.

SANTOS, Marcelo de Oliveira. A Febem, o Código de Menores e a "pedagogia do trabalho" (Pernambuco, 1964-1985). **Revista PUC-SP:** Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 85-106, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25316/19524 . Acesso em: 22 set. 2025.

SILVA, Jussara Maria Rosa da; LOPES, Rosane de Jesus; PERES, Willian. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 309-322, ago./dez. 2015. DOI: 10.5020/23590777.2015.309-322. Disponível em: https://doi.org/10.5020/23590777.2015.309-322. Acesso em: 22 set. 2025.

_____

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Geovana Rodrigues Dias**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).
2. **Ana Julia Matos**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).
3. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

O IMPACTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE DO FILME “PARA SEMPRE ALICE”

Samara Crystian Rodrigues Martins
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Isaura de Bortoli Rossatto
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este artigo investiga os impactos da Doença de Alzheimer nas relações familiares a partir de uma análise crítica do filme Para Sempre Alice. O estudo tem como objetivo compreender as mudanças nos vínculos afetivos, nos papéis familiares e na identidade da pessoa acometida. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, teórico-reflexiva, com base em análise de conteúdo da obra cinematográfica. A narrativa do filme permite observar os desafios emocionais, físicos e sociais enfrentados pelos cuidadores, além das estratégias de adaptação adotadas diante da progressão da doença. A perda da memória é retratada como um processo que compromete a identidade da protagonista, evidenciando o sofrimento associado ao apagamento simbólico de si mesma. A análise destaca que o cuidado pode gerar tanto sobrecarga quanto oportunidades de reconstrução de vínculos. O estudo contribui para a compreensão das dinâmicas familiares em contextos de adoecimento crônico, reforçando a importância do acolhimento psicológico e do fortalecimento das redes de apoio.

Palavras-chave: Alzheimer. Família. Cuidado. Identidade. Memória.

INTRODUÇÃO

A Doença de Alzheimer, descrita pela primeira vez em 1906 pelo psiquiatra alemão Alois Alzheimer, é uma condição neurodegenerativa progressiva que atinge principalmente pessoas idosas, comprometendo gradualmente funções como memória, cognição, emoções e, em estágios mais avançados, a autonomia física (Alzheimer’s Disease International, 2015). Por ser a forma mais comum de demência, sua evolução lenta e silenciosa é frequentemente confundida com o envelhecimento natural. Essa semelhança pode atrasar o diagnóstico e dificultar o início de intervenções adequadas, o que torna o enfrentamento da doença ainda mais desafiador tanto para os pacientes quanto para seus familiares (Alvim et al, 2024).

O diagnóstico da Doença de Alzheimer costuma ser baseado na observação de sintomas iniciais, como falhas de memória e dificuldade na realização de tarefas cotidianas. À medida que a doença avança, surgem alterações comportamentais e físicas, que impactam não apenas o paciente, mas também aqueles que convivem com

ele. Os familiares e cuidadores enfrentam uma série de dificuldades emocionais, financeiras e sociais, o que transforma significativamente a rotina e a dinâmica familiar (Yokoi, 2023).

Com o envelhecimento da população e o consequente aumento dos casos de Alzheimer, torna-se cada vez mais importante entender como a doença afeta os laços familiares. Refletir sobre as mudanças nos papéis dentro da família e reconhecer estratégias que ajudem a lidar com esses desafios pode fazer diferença na qualidade de vida de todos os envolvidos.

Este estudo tem como objetivo analisar de que forma a Doença de Alzheimer impacta as relações familiares, por meio de uma leitura crítica do filme Para Sempre Alice (2014). A proposta é compreender os principais obstáculos enfrentados pelos familiares no cuidado de pessoas com Alzheimer, identificar como esses cuidadores se adaptam às exigências da doença e refletir sobre como a perda de memória interfere na identidade da pessoa significativa.

Lançado em 2014 e baseado no livro de Lisa Genova[1], o filme retrata com sensibilidade a trajetória de Alice Howland, uma professora universitária diagnosticada com Alzheimer precoce. A narrativa destaca os efeitos emocionais e sociais da doença, servindo como ponto de partida para reflexões importantes na área acadêmica.

A relevância deste artigo está na análise das mudanças que ocorrem nas relações familiares diante do avanço da Doença de Alzheimer, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre o tema. A hipótese que orienta a pesquisa é que a progressão da doença provoca transformações profundas nos vínculos familiares, alterando os papéis de cada membro, gerando sobrecarga e exigindo novas formas de cuidado e convivência.

Do ponto de vista epistemológico, este estudo adota majoritariamente a perspectiva da abordagem sistêmica de primeira ordem, compreendendo a família como um sistema interdependente cujos membros se reorganizam frente ao adoecimento de um de seus integrantes. Os conceitos de diferenciação do self (Bowen) e de comunicação relacional (Watzlawick et al., 1967) fundamentam a análise das dinâmicas familiares retratadas no filme.

Como metodologia, foi realizada uma análise crítica do filme Para Sempre Alice (2014), escolhido por abordar com sensibilidade e realismo os desafios enfrentados por pacientes e familiares. A investigação se organizou em torno de três eixos principais: (1) os desafios do cuidado familiar, (2) as estratégias de adaptação frente à evolução da doença e (3) os impactos da perda de memória na construção da identidade da pessoa acometida.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, com base em um estudo de caso fílmico (Marconi e Lakatos, 2023; Lozada e Nunes, 2018). Trata-se de uma análise crítica do filme Para Sempre Alice (2014), utilizado como recurso metodológico para compreender os impactos da Doença de Alzheimer nas relações familiares. A escolha da obra fundamenta-se em sua capacidade de representar, de maneira sensível e realista, os efeitos subjetivos e relacionais da doença, tanto na vida da pessoa acometida quanto no cotidiano de seus familiares e cuidadores.

Para a análise dos dados provenientes do filme Para Sempre Alice (2014), adotou-se a metodologia de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence

Bardin (2016). Esta abordagem metodológica, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas nas ciências humanas e sociais, permite uma exploração sistemática e objetiva do conteúdo manifesto e latente das comunicações, neste caso, a narrativa fílmica. A escolha por esta metodologia justifica-se por sua adequação à análise de material fílmico como fonte de dados para compreender fenômenos psicossociais complexos, como os impactos da Doença de Alzheimer nas relações familiares, alinhando-se à natureza qualitativa e exploratória deste estudo e atendendo à sugestão de aprofundamento metodológico.

A partir da análise temática, foi possível identificar e organizar os elementos centrais da narrativa em três categorias analíticas: (1) os desafios enfrentados pelos familiares no cuidado; (2) as estratégias de adaptação frente à progressão da doença; e (3) os impactos da perda de memória na identidade da pessoa significativa.

O procedimento de análise consistiu na articulação entre as cenas selecionadas do filme e o referencial teórico da Psicologia, dos Estudos sobre Família e Identidade. Essa estratégia buscou promover uma leitura crítica da experiência do Alzheimer no contexto familiar, considerando os aspectos emocionais, relacionais e simbólicos envolvidos.

2 DOENÇA DE ALZHEIMER: CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS, IMPACTOS FUNCIONAIS E O PAPEL DA PSICOLOGIA NO CUIDADO

A Doença de Alzheimer é uma condição neurodegenerativa que provoca a deterioração da memória e da cognição, afetando a capacidade de realizar atividades diárias e gerando sintomas neuropsiquiátricos. Este transtorno se desenvolve devido ao processamento inadequado de proteínas no sistema nervoso central, resultando na toxicidade e perda de neurônios em áreas importantes do cérebro (Brasil, 2025).

Atualmente, a Doença de Alzheimer é considerada a principal responsável por casos de demência neurodegenerativa, especialmente entre os idosos. No Brasil, estima-se que cerca de 1,2 milhão de pessoas vivam com essa condição, embora muitos casos ainda não tenham sido diagnosticados, o que destaca a importância da conscientização e da detecção precoce. A doença é caracterizada pela deterioração progressiva das funções cognitivas, incluindo memória, linguagem, atenção e habilidades visuoespaciais, resultado da morte gradual de células cerebrais. Além disso, a Doença de Alzheimer provoca alterações no comportamento e no estado emocional dos pacientes, impactando profundamente a qualidade de vida deles e de suas famílias (Forlenza; Loreiro; Pais, 2023; Nitrini, 1999).

De acordo com Poirier e Gouthier (2016), embora muitos associam a perda de memória ao envelhecimento natural, a Doença de Alzheimer vai além, comprometendo áreas do cérebro relacionadas ao aprendizado, julgamento, movimento e emoções, em um processo que tende a ser irreversível e de longa duração.

A evolução da Doença de Alzheimer pode ser categorizada em três fases distintas. No estágio inicial, os indivíduos começam a apresentar lapsos de memória recentes e dificuldades para encontrar palavras. À medida que a doença avança para o estágio intermediário, observa-se uma perda significativa de autonomia, além de desafios para realizar tarefas cotidianas. No estágio final, o paciente se torna totalmente dependente, apresentando perda das funções motoras, comunicação severamente limitada e episódios de incontinência, o que impacta não apenas o paciente, mas também seus cuidadores e familiares (Silva et al., 2022).

Matos (2011) complementa que, à medida que a doença progride, não apenas o paciente sofre com a perda de capacidades funcionais, mas a família também vivencia um processo de reestruturação emocional e prática, sendo comum a sensação de luto antecipado e esgotamento entre os cuidadores.

Pesquisadores como Ricardo Nitrini e Orestes Forlenza são fundamentais para o aprofundamento do entendimento sobre a Doença de Alzheimer. Nitrini é amplamente reconhecido por suas análises sobre a prevalência da doença no Brasil, enquanto Forlenza se concentra na investigação dos aspectos clínicos e terapêuticos dessa condição, sublinhando a importância de uma abordagem integrada no cuidado dos pacientes e no apoio às suas famílias.

Embora ainda não exista uma cura para a Doença de Alzheimer, os avanços na medicina têm possibilitado que os pacientes mantenham uma qualidade de vida melhor e aumentem sua expectativa de vida. A detecção precoce e o suporte de uma equipe multidisciplinar são fundamentais para mitigar os efeitos da doença, assegurando o bem-estar tanto dos pacientes quanto de seus cuidadores (Silva et al., 2022; Nitrini, 1999).

Diante da complexidade da Doença de Alzheimer e de seu impacto nas relações familiares, torna-se fundamental o olhar atento da Psicologia. O psicólogo desempenha um papel essencial tanto na escuta e acolhimento dos cuidadores quanto na promoção da saúde mental dos pacientes, contribuindo para a adaptação às perdas cognitivas e emocionais provocadas pela doença. Estudar e compreender os sintomas e as dinâmicas associadas ao Alzheimer permite ao profissional desenvolver estratégias de intervenção e suporte que favoreçam a qualidade de vida do paciente e de seus familiares, fortalecendo os vínculos e minimizando o sofrimento. Assim, o aprofundamento do conhecimento sobre essa condição não é apenas relevante, mas constitui um compromisso ético no exercício da prática psicológica.

3 ADOECIMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES: UMA LEITURA SISTÊMICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER

A doença de Alzheimer não afeta apenas a cognição e as ações do ser humano, mas também traz grandes impactos emocionais, tanto nos pacientes quanto aos parentes e cuidadores. O cuidado diário de pessoas com Alzheimer pode acarretar sobrecarga emocional e física, levando os familiares a apresentarem sentimentos como tristeza, ansiedade, culpa e até depressão" (Kucmanski et al., 2016, p. 1023).

Segundo Silva et al. (2019), os cuidadores apresentam altos níveis de estresse devido à responsabilidade constante, o que pode levar ao esgotamento emocional e físico. A perda gradual das habilidades intelectuais do paciente, somada à dificuldade de comunicação, cria um ambiente de incertezas, em que os cuidadores passam a vivenciar uma sensação crescente de impotência.

No filme Para Sempre Alice (2014), esses desafios são retratados de maneira sensível. À medida que a condição de Alice se agrava, sua família precisa lidar com a transformação da mulher ativa, intelectual e autônoma que sempre conheceram, em uma mulher frágil e dependente. Essa mudança propõe não apenas cuidados práticos, mas também em uma dor, pois os familiares precisam se relacionar com alguém que parece não ser mais a mesma pessoa. A doença traz como consequência a perda da própria identidade, que não é reconhecida nem por si nem pelos outros, sendo esse um processo progressivo e contínuo (Santos et al., 2017).

John, o marido de Alice, inicialmente tenta apoiá-la, mas aos poucos demonstra dificuldade em lidar com o avanço da doença. Sua decisão de aceitar um emprego em outra cidade, mesmo diante da piora da condição de Alice, revela o quanto os familiares podem recorrer a mecanismos de evitação ou fuga como forma de enfrentamento.

Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), "toda comunicação envolve dois níveis: o de conteúdo e o da relação", e dificuldades nesse nível relacional podem resultar em distanciamentos afetivos, especialmente em momentos de vulnerabilidade emocional como o adoecimento de um ente querido. A maneira como John evita o conflito e se afasta emocionalmente pode ser interpretada como uma falha na metacomunicação - a capacidade de conversar sobre a própria comunicação e relação.

Por outro lado, Lydia, filha mais nova, que antes tinha uma relação distante com a mãe, se aproxima e assume um papel mais presente no cuidado, adaptando sua vida pessoal para estar ao lado de Alice. Essa diferença nas relações familiares demonstra como cada membro lida de forma particular com o processo de adoecimento, podendo gerar conflitos, sobrecarga ou fortalecimento dos vínculos. Conforme apontam Luna e Scapini (2019, p. 219), "a metacomunicação [...] possibilita uma melhor gestão dos fatores de estresse", o que evidencia a importância de uma comunicação aberta e afetiva para o fortalecimento dos laços familiares.

Sob a perspectiva da abordagem sistêmica, especialmente segundo a Teoria dos Sistemas Familiares de Murray Bowen, a doença de um membro reverbera em todo o sistema familiar, provocando reações emocionais intensas. A progressão do Alzheimer altera papéis, desafia padrões de funcionamento e exige novas formas de adaptação. Bowen destaca a importância da diferenciação do self — ou seja, da capacidade de cada indivíduo manter sua autonomia emocional sem se desligar dos vínculos familiares. Em contextos como o cuidado de um ente querido com Alzheimer, essa habilidade pode ajudar a reduzir a ansiedade relacional e prevenir sobrecargas (Caixeta, et al. 2012).

A comunicação também é central na abordagem sistêmica. Famílias que conseguem manter o diálogo aberto e acolhedor tendem a lidar melhor com o estresse gerado pela doença. Estratégias como escuta empática, validação emocional e negociação de responsabilidades podem fortalecer os vínculos e facilitar a adaptação ao novo cenário. A terapia familiar, nesse sentido, surge como uma ferramenta importante para favorecer a compreensão mútua, prevenir conflitos e promover o cuidado compartilhado (Aprahamian; Brucki, 2024).

Dessa forma, compreender os impactos emocionais da Doença de Alzheimer à luz da teoria sistêmica permite uma visão ampliada sobre o adoecimento, que vai além do indivíduo e alcança o núcleo familiar como um todo. Investir na comunicação afetiva, no suporte mútuo e em estratégias de enfrentamento conjuntas pode transformar o cuidado em um espaço de reconstrução de laços, de solidariedade e de crescimento emocional para todos os envolvidos (Aprahamian e Brucki, 2024).

Segundo Kucmanski et al. (2016) "os desafios enfrentados pelos cuidadores vão além do desgaste físico: envolvem sentimento de culpa, medo, solidão e dificuldade em compreender a evolução da doença." Muitos relatam insegurança ao lidar com as mudanças de comportamento do familiar e com as tarefas relacionadas à higiene, alimentação, administração de medicamentos e supervisão constante. No filme, essas dificuldades são apresentadas com sensibilidade. Em uma das cenas, Alice se perde dentro da própria casa ao sair do banheiro, mostrando a necessidade de vigilâncias dos familiares. Em outra, ela não reconhece a filha Lydia, questionando se ela é cuidadora,

essa cena demonstra o luto antecipado, a quebra do vínculo familiar. Os episódios de incontinência, a repetição de perguntas constantes e as dificuldades de comunicação revelam a sobrecarga enfrentada pelos cuidadores e familiares, que precisam lidar com as perdas progressivas da pessoa amada, adaptando-se às novas formas de cuidado a cada fase do Alzheimer.

A falta de conhecimento sobre a evolução da doença é outro desafio a ser enfrentado. Muitos familiares relatam insegurança e dificuldade de agir diante das mudanças comportamentais do familiar com Alzheimer (Caixeta, et al. 2012). Essa insegurança é retratada no filme, quando o marido de Alice, sem saber como lidar com o avanço da doença, opta por se afastar, priorizando sua carreira e saindo da cidade. Sua escolha revela não apenas uma estratégia de enfrentamento, mas também a dificuldade em lidar com o avanço progressivo da doença.

O ato de cuidar exige renúncia. Os cuidadores familiares, na maioria das vezes, deixam de viver a vida deles para se dedicar ao outro (Caixeta, et al. 2012; Aprahamian; Brucki, 2024). Essa renúncia fica evidente quando Lydia abre mão das oportunidades pessoais para acompanhar a mãe, demonstrando uma forma de amor em presença, paciência, mesmo diante da ausência simbólica de que a doença impõe.

É possível perceber no decorrer de todo o filme que o cuidado de um familiar com Alzheimer é permeado por perdas, dores, desafios, mas também pode ser um espaço de reconstrução de laços, de demonstração de amor e transformação pessoal.

4 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DIANTE DA PROGRESSÃO DA DOENÇA

O diagnóstico de Alzheimer precoce desencadeia tanto a protagonista Alice como, também, aos seus familiares uma série de desafios que exigem adaptações emocionais, relacionais e comportamentais. Diante da perda progressiva de memória, das limitações cognitivas e da ameaça à autonomia, Alice tenta por um período manter a sua rotina habitual, desenvolvendo estratégias para lidar com a perda de controle de sua própria mente.

Uma das primeiras estratégias adotada por Alice é o uso de tecnologia e organização visual para manter sua funcionalidade: ela utiliza celular para anotar lembretes, repete tarefas para criar memória procedural, faz listas, escreve palavras em quadros para lembrar depois de alguns minutos e grava vídeos para si mesma com instruções futuras. Em uma dessas gravações, deixa orientações para um possível suicídio, caso chegue a um estágio em que não se reconheça mais. Essa atitude demonstra a tentativa de preservar o controle de sua vida, diante de uma doença degenerativa.

Alice sempre insistia em participar de atividades familiares, acadêmicas, como uma forma de resistência ao processo de apagamento social. Uma das cenas que retrata é o discurso que ela faz em uma conferência sobre Alzheimer, onde ela compartilha sua experiência com a doença, emocionando a plateia. Ela transforma sua dor em ação, ao usar sua vulnerabilidade para empoderar outras pessoas. Uma tentativa de manter sua dignidade e humanidade diante da deterioração progressiva de suas funções cognitivas.

A família também precisa se adaptar ao processo. O marido, inicialmente está presente, mas logo começa a demonstrar dificuldade em lidar com a situação, optando por focar em sua carreira. Em contrapartida, a filha Lydia, com quem Alice tinha um vínculo mais distante, assume uma posição de maior presença e cuidado. Essa inversão de papeis é comum no contexto da Doença de Alzheimer e foi observado por Ciampa

(1993), que entende que a identidade, inclusive familiar, está em constante transformação diante das exigências da realidade.

Budson (2018) também acrescenta que os familiares demonstram diferentes formas de enfrentamento: da negação ao acolhimento, do distanciamento à reconstrução de vínculos. Frequentemente, precisa desenvolver estratégias para lidar com os sintomas da doença, reorganizar a rotina, manejar os impactos emocionais do processo de cuidado. Essas estratégias incluem simplificar a linguagem, ajustar o ambiente doméstico e adaptar a comunicação para preservar a conexão com a pessoa com Alzheimer.

As mudanças comportamentais em pessoas com a Doença de Alzheimer impactam emocionalmente e resultam em situações estressantes, prejudicando a qualidade de vida dos cuidadores e familiares. (Marins; Hansel; Silva, 2016). Dessa forma, estratégias como o monitoramento da rotina, planejamento de cuidados, supervisão tornam-se fundamentais.

No filme, Alice usa estratégias de anotações, alarmes e gravações para se orientar, enquanto Lydia aprende a se comunicar de forma mais sensível, presente, respeitando o novo ritmo da mãe. Essa mudança na forma de interagir demonstra a importância das estratégias de adaptação para manter vínculos, preservar a autonomia e o bem-estar da paciente, além de minimizar as frustrações.

Essas características apontadas no filme corroboram o estudo de Budson (2018), quando afirma que a maioria dos pacientes com diagnóstico de demência e/ou Alzheimer continua vivendo em casa, recebendo cuidados principalmente de familiares. É razoável supor que, ao melhorar a funcionalidade do paciente, a qualidade de vida dos familiares e cuidadores também seja beneficiada. Por exemplo, se uma pessoa com leve comprometimento de memória consegue fazer compras ou pagar contas sozinha, não há necessidade de outra pessoa dedicar tempo para ajudá-la nessas tarefas. Além disso, ao melhorar a capacidade do paciente de realizar atividades cotidianas, os cuidadores ganham mais tempo para se dedicar às próprias rotinas.

5 MEMÓRIA E IDENTIDADE: OS IMPACTOS DO ALZHEIMER NO SENTIDO DE SI

"Sempre fui definida pelo meu intelecto, minha forma de falar, minha articulação. E agora, às vezes, posso ver as palavras na minha frente, mas não consigo alcançá-las. Não sei mais quem sou e não sei o que vou perder em seguida" (Para Sempre Alice, Lisa Genova, 2014).

Essa fala da protagonista resume, de maneira delicada e dolorosa, o impacto que o Alzheimer exerce sobre a identidade de quem é diagnosticado. No caso de Alice, uma professora universitária que construiu sua trajetória profissional a partir da linguagem, a perda progressiva da memória e da capacidade de comunicação representa mais do que uma limitação funcional, é uma ameaça à sua essência.

A identidade pessoal é um conceito fundamental na psicologia e está internamente ligada à memória, como bem observa Pollak (1992):

> A memória é um elemento constituinte da identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

No caso da personagem principal, sua identidade está associada ao seu intelecto e a sua capacidade linguística, elementos da sua trajetória pessoal e profissional.

ISSN 2595-2110

Contudo, à medida que a doença avança e ela começa a perder a habilidade de compreender e expressar palavras, sua identidade parece se desintegrar, comprometendo sua percepção de si mesma.

Desde as primeiras cenas do filme, já é possível perceber pequenas falhas na memória de Alice. Durante uma palestra na universidade, ela esquece uma palavra essencial para sua fala, gerando uma tensão. Logo após correr pelo campus, ela se perde em um local que era familiar. Esses episódios mostram como a memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade. Caixeta, et al. (2012) observam que a memória é indispensável para a noção de continuidade da identidade, é ela que mantém os traços permanentes da nossa identidade, apesar das mudanças interiores e exteriores que sofremos.

A perda da identidade de Alice se agrava ao longo do tempo, ao ponto de ela não conseguir reconhecer a filha Lydia, após a sua apresentação na peça teatral. Em outro momento impactante, a personagem diz: "Eu me sinto como se estivesse perdendo partes de mim mesma, e no fim, tudo o que restará é o Alzheimer. E isso é tão injusto. Eu tive uma vida. Eu era amada. Eu tinha um bom emprego. E agora, tudo isso vai desaparecer." Essa fala mostra com intensidade o sofrimento de deixar de ser reconhecida não apenas pelos outros, mas por si mesma.

Na tentativa de preservar a identidade, Alice insiste em continuar suas atividades intelectuais: escreve, dá palestras e grava vídeos para si mesma. Essas ações representam um esforço consciente de manter viva sua narrativa pessoal. Sua luta, nesse contexto, é contra o desaparecimento simbólico de sua história e de sua subjetividade.

> Quando nossa unidade é percebida como ameaçada, quando corremos o risco de não saber quem somos, quando nos sentimos desagregando, temos maus pressentimentos, temos o pressentimento de que vamos enlouquecer (Ciampa, 1993, p. 62).

Essa resistência à perda de si mesma é verbalizada por Alice quando afirma: "Eu não estou sofrendo. Eu estou lutando. Lutando para participar de tudo, para manter tudo funcionando." A personagem empenha-se em permanecer ativa, consciente e presente, mesmo diante do avanço da doença. Sua batalha não é apenas contra os sintomas neurológicos, mas contra o esvaziamento de sua própria identidade. Como destaca Pereira (2021), a Doença de Alzheimer impõe desafios ligados à perda parcial da identidade, das funções sociais e familiares, exigindo da pessoa acometida uma constante reorganização diante da fragilidade de si (Pereira, 2021, p. 9).

Essa resistência torna-se ainda mais evidente em uma das cenas mais marcantes do filme, quando Alice grava um vídeo com instruções para si mesma, prevendo o momento em que já não será capaz de reconhecer informações básicas sobre sua vida. O gesto simboliza o esforço de manter o controle, de afirmar sua presença e sua história, mesmo diante da iminente dissolução da memória.

O filme Para Sempre Alice (2014) evidencia como a Doença de Alzheimer não apaga apenas as lembranças, mas desestrutura tudo aquilo que compõe o sentimento de ser. Sua luta para manter a própria narrativa, mesmo diante do esquecimento, revela que a identidade não se perde de uma vez: ela resiste nas tentativas de continuar existindo. É no intervalo entre lembrar e esquecer que a personagem mostra o impacto mais profundo da doença: a ameaça de desaparecer de si mesma.

ISSN 2595-2110

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica do filme Para Sempre Alice, conforme proposto neste estudo, permitiu aprofundar a compreensão sobre os múltiplos impactos da Doença de Alzheimer nas relações familiares. A narrativa fílmica serviu como um espelho sensível das complexas dinâmicas que emergem quando um membro da família é acometido por uma condição neurodegenerativa, evidenciando como a doença transcende o indivíduo e reconfigura todo o sistema familiar, alterando padrões de comunicação, papéis e a própria homeostase relacional, em consonância com a perspectiva sistêmica abordada.

Os principais obstáculos enfrentados pelos familiares foram claramente delineados, indo além das demandas práticas do cuidado. Uma vez que, foi possível observar que o Alzheimer não apenas altera funções cognitivas, mas desorganiza a percepção de identidade da pessoa acometida e exige dos familiares uma reestruturação de papéis e rotinas. A sobrecarga emocional e física dos cuidadores, exemplificada tanto pela dificuldade de John em lidar com a progressão da doença quanto pela renúncia de Lydia, destaca o desgaste inerente ao processo. O filme expõe a dor do luto antecipado e a complexidade da ambiguous loss (perda ambígua), onde o familiar convive com a presença física e a ausência psicológica progressiva do ente querido. Adicionalmente, a dificuldade de comunicação à medida que a doença avança e a tensão gerada pela necessidade de redefinir papéis e responsabilidades confirmam a hipótese de que a doença provoca transformações profundas e desafiadoras nos vínculos, muitas vezes levando a um isolamento social e financeiro não explicitamente detalhado, mas subjacente à narrativa.

Em paralelo, as estratégias de adaptação adotadas tanto pela paciente quanto pela família foram um ponto central da análise. A luta de Alice para manter sua funcionalidade e autonomia, utilizando anotações, tecnologia e buscando preservar sua participação social, demonstra uma resiliência individual notável e estratégias proativas frente à adversidade. Da mesma forma, a adaptação da família, embora desigual e variável entre seus membros – refletindo possivelmente dinâmicas preexistentes e diferentes níveis de diferenciação do self –, revela um espectro de formas de enfrentamento, desde a negação e o distanciamento (como em John) até a aproximação e a reconstrução de laços (como observado na trajetória de Lydia). Essas estratégias, tanto práticas quanto emocionais, mostram-se cruciais para a manutenção da dinâmica familiar, ainda que em constante e, por vezes, doloroso ajuste.

Sendo assim, se reconhece que o processo de cuidar pode ser um espaço de aprendizado, ressignificação e conexão. O filme ilustra com sensibilidade que, mesmo diante da perda progressiva da memória, ainda é possível estabelecer vínculos baseados no afeto e na presença. A trajetória de Alice e de sua família nos convida a refletir sobre a dignidade humana diante da finitude e a importância de preservar, até onde for possível, a identidade e a subjetividade da pessoa com Alzheimer.

Outrossim, a reflexão sobre como a perda de memória interfere na identidade da pessoa significativa revelou-se um dos aspectos mais pungentes e filosoficamente densos. A fala de Alice sobre sentir-se "perdendo partes de si mesma" e o medo de que "tudo o que restará é o Alzheimer" encapsulam o sofrimento existencial associado ao apagamento progressivo do self e da identidade narrativa. A análise destacou que a memória autobiográfica é fundamental para a continuidade da identidade, e sua perda gera um profundo impacto não só para o paciente, mas também para os familiares, que precisam se relacionar com uma pessoa em constante transformação, lutando contra o

desaparecimento simbólico que o filme tão eficazmente visualiza. A luta de Alice contra esse esvanecimento representa a tentativa de preservar a coerência de sua história de vida.

Assim, este artigo reforça a relevância de compreender o Alzheimer como uma experiência que ultrapassa os limites da biomedicina, alcançando dimensões emocionais, relacionais e simbólicas, exigindo adaptações contínuas e impactando profundamente a identidade do paciente e a dinâmica relacional. A experiência retratada em Para Sempre Alice reforça a necessidade de abordagens de cuidado que considerem a complexidade sistêmica das relações familiares, a importância vital do suporte psicológico e social aos cuidadores, mitigando a sobrecarga e a perda ambígua, e o respeito inalienável à dignidade e subjetividade daqueles que convivem com a doença, mesmo diante da inexorável progressão do esquecimento.

NOTAS

[1]PARA sempre Alice. Direção: Wash Westmoreland; Richard Glatzer. Produção de Marie Savare de Laitre. Estados Unidos: Sony Pictures Classic, 2014.

REFERÊNCIAS

ADI. ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL. **World Alzheimer Report 2015:** the global impact of dementia – an analysis of prevalence, incidence, cost, and trends. London, 2015. Disponível em: https://www.alzint.org/u/WorldAlzheimerReport2015.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

ALVIM, A. L. et al. **Avanços na compreensão patogênica, etiológica, diagnóstica e terapêutica da doença de Alzheimer**: uma revisão abrangente. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 01-12, 2024.

APRAHAMIAN, I.; BRUCKI, S. M. D. **Doença de Alzheimer**: diagnóstico e tratamento. 1. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOWEN, Murray. **Da família ao indivíduo**: a teoria dos sistemas familiares. Porto Alegre: Artmed,1991.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doença de Alzheimer**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/alzheimer?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12 abr. 2025.

BUDSON, Andrew E. **Perda da Memória, Doença de Alzheimer e Demência**: Guia Prático para Clínicos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

CAIXETA, L. et al. **Doença de Alzheimer**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DA SILVA, A.F. et al. Saúde do idoso acamado com Alzheimer durante a pandemia da COVID-19: revisão integrativa. **Brazilian Journal of HealthReview**, Curitiba, v. 5, n. 4,

p.14442-14450, 2022. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/51233. Acesso em: 13 abr. 2025.

FORLENZA, O. V.; LOREIRO, J. C.; PAIS, M. V. **Transtornos mentais no Idoso**: guia prático. Santana de Parnaíba: Manole, 2023.

GENOVA, Lisa (Autora da obra original). GLAZER, Richard; WESTMORELAND, Wash. (Direção). **Para sempre Alice** [filme]. Estados Unidos: Sony Pictures Classics, 2014. 1 DVD (101 min), son., color.

KUCMANSKI, L. S. et al. Alzheimer's disease: challenges faced by family caregivers. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1022–1029, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/9rNYm9FRGdnJxgM5rf3cMWM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2025.

KUCMANSKI, L. S. et al. Doença de Alzheimer: desafios enfrentados pelo cuidador no cotidiano familiar. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 6, p.1022-1029, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/9rNYm9FRGdnJxgM5rf3cMWM/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUNA, I. J.; SCAPINI, A. N. Mudanças na comunicação ao longo da terapia de abordagem sistêmica: um estudo de caso. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 210–225, 2019. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/30616. Acesso em: 18 abr. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MARINS, A. M. F. M.; HANSEL, C. G.; SILVA, J. Mudanças de comportamento em idosos com Doença de Alzheimer e sobrecarga para o cuidador. **Escola Anna Nery**, v. 20, n. 2, p. 352–356, abr. 2016. Disponível em: https://eanjournal.org/article/10.5935/1414-8145.20160048/pdf/ean-20-2-352-trans2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

MATOS, P. C. B. **Vivências das famílias no percurso da Doença de Alzheimer**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: https://www.pesquisa.bvsalud.org/. Acesso em: 12 abr. 2025.

NITRINI, R. Epidemiologia da doença de Alzheimer no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria Clínica**, v. 26, p. 262-267, 1999. Disponível em: www.hcnet.usp.br/ipq/revista. Acesso em: 22 abr. 2025.

PEREIRA, A. S. **Família e doença de Alzheimer:** uma revisão bibliográfica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Faculdade Metropolitana São Carlos, Bom Jesus do Itabapoana, 2021.

POIRIER, J; GAUTHIER, S. **Doença de Alzheimer**: o guia completo. Tradução de Janaína Marco Antônio. São Paulo: MG Editores, 2016. Recurso eletrônico. Disponível em: https://www.mgeditores.com.br. Acesso em: 12 abr. 2025.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-215. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

SANTOS, A. P. R. et al. **A perda da identidade em pacientes com Alzheimer**: qual o impacto para o paciente e a família? Anais V CIEH, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD4_SA2_ID325_16102017110002.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana**: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1967.

YOKOI, T. Alzheimer's Disease is a Disorder of Consciousness. **Gerontology & Geriatric Medicine**, v. 9, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9989409/pdf/10.1177_23337214231159759.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Samara Crystian Rodrigues Martins**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Isaura de Bortoli Rossatto**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Luiz Gustavo Santana**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Irenides Teixeira**, Psicólogo, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

OS FATORES PSICOSSOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS

Bruna Dias de Brito
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Irenides Teixeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Isaura de Bortoli Rossatto
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Caio Cesar Brum
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender os fatores psicossociais que impactam a saúde mental dos policiais penais, a partir de um relato de experiência no estágio realizado no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS). O ambiente prisional apresenta desafios estruturais e emocionais que afetam diretamente a qualidade de vida desses profissionais, exigindo medidas institucionais para minimizar impactos negativos. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, este artigo discute os principais fatores estressores enfrentados pelos policiais penais e propõe estratégias de intervenção para promover a saúde mental no serviço público.

Palavras-chave: Polícia penal; Fatores psicossociais; Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais da segurança pública, em especial dos policiais penais, tem sido um tema relevante devido às constantes pressões enfrentadas no trabalho. Esses servidores lidam diariamente com estresse, exposição a riscos e infraestrutura inadequada, fatores que afetam sua qualidade de vida e bem-estar psicológico (Violanti et al., 2017; Costa et al., 2021). A complexidade das demandas do sistema prisional reforça a necessidade de atenção especial, pois as condições laborais impactam tanto a vida pessoal dos policiais quanto a eficiência dos serviços prestados à sociedade (Liu et al., 2020).

A falta de recursos humanos e materiais, somada à alta demanda e à precariedade do ambiente prisional, favorece o desenvolvimento de ansiedade, depressão e burnout (Garcia et al., 2019; Bastos et al., 2018). A pressão do convívio constante com a população carcerária, o risco de violência e a falta de reconhecimento ampliam o desgaste emocional (Shields; Wilkins, 2009), comprometendo não apenas o indivíduo, mas também a dinâmica institucional e a segurança (Kaitelidou et al., 2012).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os fatores psicossociais que afetam esses profissionais e investigar estratégias de intervenção. O Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), criado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins em 2021, atua com escuta qualificada, acolhimento psicológico e ações preventivas voltadas principalmente aos policiais penais, buscando reduzir o adoecimento psíquico e valorizar o servidor (Governo do Tocantins, 2021).

Assim, este estudo tem como objetivo compreender os impactos dos fatores psicossociais na saúde mental dos policiais penais, com base em um relato de experiência de estágio no CVS. A Polícia Penal, instituída pela Emenda Constitucional nº 104/2019, enfrenta uma rotina marcada por riscos constantes e intensa carga emocional, exigindo suporte institucional contínuo (Brasil, 2019; Melo; Silva, 2020). A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em revisão narrativa da literatura, articula a vivência prática com referenciais teóricos para analisar os principais desafios e estratégias de cuidado.

Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à saúde mental e à valorização profissional, destacando a relevância de práticas preventivas e de suporte como estratégias essenciais para um ambiente prisional mais saudável e sustentável.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O Ambiente Prisional e as Condições de Trabalho dos Servidores Penitenciários: Impactos na Saúde Mental

O sistema prisional brasileiro enfrenta sérios desafios estruturais e operacionais que afetam diretamente o cotidiano dos servidores penitenciários. Desde a época colonial, quando o encarceramento se baseava em castigos físicos, até os dias atuais, o sistema prisional passou por transformações, mas as condições de trabalho dos profissionais continuam comprometidas. Com o Código Penal de 1830 e o Código de Execuções Penais (CEP) de 1984, a ideia de ressocialização dos presos foi estabelecida, mas a realidade das unidades prisionais muitas vezes compromete esse objetivo, colocando os servidores penitenciários em uma situação de constante pressão e estresse (Conselho Nacional de Justiça, 2022).

No contexto das funções dos policiais penais, o papel desses profissionais vai além da simples vigilância dos detentos. Conforme Galvão (2005, p. 78):

> "Os policiais penais desempenham um papel crucial na manutenção da ordem dentro das unidades prisionais, mas essa responsabilidade é acompanhada de grandes desafios emocionais e psicológicos, já que a pressão por segurança e a exposição constante à violência afetam profundamente sua saúde mental."

A superlotação é um dos maiores problemas do sistema prisional brasileiro. Em algumas unidades, especialmente em estados como Rio de Janeiro e Goiás, a superlotação chega a triplicar a capacidade das prisões. Esse cenário amplia as tensões dentro das unidades prisionais, aumenta os riscos de violência e impõe desafios significativos aos servidores penitenciários, que frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, como celas superlotadas, sistemas de ventilação ineficazes e falta de recursos básicos (Bezerra et al., 2021).

Além da precariedade estrutural, a segurança dos servidores é comprometida pela escassez de equipamentos de proteção individual e pela falta de tecnologias

adequadas para monitoramento, tornando o trabalho desses profissionais ainda mais perigoso (Fidalgo & Fidalgo, 2020). A sobrecarga de funções, que envolve vigilância, escolta de presos e gestão de conflitos, intensifica o estresse no ambiente de trabalho e afeta negativamente o desempenho dos servidores, comprometendo a eficiência do sistema prisional (Silva, 2022).

As condições adversas do ambiente prisional não afetam apenas a segurança e a qualidade de vida dos detentos, mas também têm sérios efeitos na saúde mental dos servidores penitenciários. O constante contato com situações de violência, risco e estresse pode resultar em transtornos psicológicos, como a Síndrome de Burnout, caracterizada por exaustão física e emocional devido ao estresse crônico. Além disso, muitos servidores enfrentam dificuldades de sono, depressão e transtornos de ansiedade, sendo essas condições frequentemente agravadas pelo uso excessivo de álcool e outras substâncias como forma de lidar com o estresse (Pereira, 2022).

Uma pesquisa focada em agentes penitenciários de uma unidade penal feminina revelou que níveis moderados de burnout estão associados a uma percepção reduzida da qualidade de vida, especialmente no domínio ambiental (Rodrigues, 2016). Essas evidências reforçam a necessidade de estratégias de apoio e intervenção que promovam a saúde mental e o bem-estar dos profissionais do sistema penitenciário, visando mitigar os efeitos adversos de seu ambiente de trabalho sobre a vida pessoal.

Diversos estudos destacam o impacto psicológico do trabalho penitenciário na vida pessoal dos profissionais, evidenciando como o estresse constante, a sobrecarga de funções e a exposição a situações de risco afetam suas relações familiares e sociais, além de dificultarem o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Uma pesquisa revelou que essas dificuldades envolvem estresse emocional, impacto na convivência familiar, excesso de responsabilidades e falta de suporte adequado, o que compromete sua qualidade de vida e saúde mental (Silva, 2023).

Outro fator que agrava a situação dos servidores penitenciários é a violência institucional. Estudos indicam que as taxas de suicídio entre policiais penais são alarmantes, podendo ser até 4 vezes superiores à média da população geral (Instituto de Pesquisa e Prevenção do Suicídio, 2024). Além disso, cerca de 30% dos profissionais de segurança pública apresentam algum tipo de adoecimento mental, incluindo transtornos de ansiedade e depressão. O estigma em torno das doenças mentais dentro do ambiente de segurança pública dificulta ainda mais a busca por tratamento, com muitos servidores evitando procurar ajuda por medo de serem vistos como vulneráveis (Oliveira,2024).

A superlotação, as condições insalubres e a violência institucional afetam diretamente a saúde mental dos servidores penitenciários. A implementação de políticas públicas que promovam melhorias nas condições de trabalho e ofereçam apoio psicológico contínuo é fundamental para garantir um ambiente mais seguro, tanto para os servidores quanto para os detentos. Investir no bem-estar dos profissionais é investir na eficiência do sistema prisional, com benefícios diretos para a segurança e a ressocialização dos detentos (Marques et al., 2023).

1.2 Papel da Psicologia no Ambiente de Segurança Pública

A Psicologia desempenha um papel fundamental no ambiente de segurança pública, atuando na promoção da saúde mental, no suporte emocional e na qualificação dos profissionais que lidam diariamente com situações de alto estresse e risco. Os agentes de segurança, incluindo policiais militares, civis, bombeiros e policiais

penais, estão constantemente expostos a eventos traumáticos, o que pode impactar significativamente sua saúde psicológica. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece a importância da atuação do psicólogo nesse contexto e estabelece diretrizes para a oferta de suporte psicológico aos profissionais da segurança pública. De acordo com Souza e Costa (2022,p. 87).

> "o trabalho do psicólogo nesse ambiente envolve não apenas o atendimento clínico, mas também estratégias preventivas, como treinamentos para gestão emocional e desenvolvimento de resiliência."

O apoio psicológico na segurança pública contribui significativamente para a redução do absenteísmo decorrente de adoecimentos relacionados à saúde mental, além de promover a melhora do desempenho profissional e a qualidade de vida dos servidores. Profissionais com equilíbrio emocional tendem a manejar o estresse de forma mais eficaz, o que reduz o número de afastamentos por transtornos psicológicos, além de potencializar sua produtividade e capacidade de tomada de decisão. Ademais, o suporte psicológico fortalece a resiliência dos servidores, favorecendo a recuperação após eventos traumáticos e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável (Souza e Costa, 2022).

Além disso, a Psicologia Organizacional e do Trabalho desempenha um papel crucial na segurança pública, auxiliando na construção de ambientes laborais saudáveis. Estudos indicam que a implementação de programas de suporte psicológico nessas instituições contribui para a redução dos índices de adoecimento mental, além de fortalecer as relações interpessoais no ambiente de trabalho (Oliveira & Lima, 2021). Dessa forma, os psicólogos atuam na avaliação de perfil profissional, suporte pós-crise e mediação de conflitos internos, promovendo um ambiente mais equilibrado e produtivo.

Outro aspecto relevante é a atuação da Psicologia na avaliação de candidatos em concursos públicos para cargos na segurança. A análise psicológica tem como objetivo assegurar que os profissionais possuam competências emocionais adequadas para o exercício da função. Esse processo permite identificar traços de personalidade e habilidades emocionais essenciais para lidar com a pressão e os desafios da segurança pública, garantindo maior preparo para as exigências da profissão (Almeida, 2020).

Além disso, programas de prevenção ao suicídio e ao estresse ocupacional têm se tornado cada vez mais necessários, especialmente devido à alta incidência de transtornos psicológicos entre os profissionais da segurança pública. A constante exposição a situações de violência, risco de morte e sofrimento humano pode levar ao desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma condição caracterizada por sintomas como flashbacks, hipervigilância, insônia e dificuldades emocionais que impactam diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional desses agentes (American Psychiatric Association, 2013; Pereira et al., 2021).

Para que a atuação da Psicologia na segurança pública seja efetiva, é fundamental que haja investimentos contínuos em políticas públicas, capacitação profissional e estrutura adequada para o atendimento psicológico. Nesse contexto, a Psicologia deve ser reconhecida como um pilar estratégico para o funcionamento das instituições de segurança, pois contribui diretamente para o bem-estar dos servidores e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

1.3 Políticas Públicas e Legislação

A saúde mental dos servidores públicos tem ganhado cada vez mais relevância no debate sobre condições de trabalho, especialmente para aqueles que atuam na segurança pública. Segundo Souza (2020), a exposição contínua a situações de risco e ao estresse ocupacional pode levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos graves, como ansiedade e depressão. Diante desses desafios, torna-se essencial que haja legislações e políticas públicas eficazes para garantir o bem-estar desses profissionais.

No Brasil, algumas normativas estabelecem diretrizes para a proteção da saúde mental dos servidores. A Lei nº 8.112/1990, que rege o funcionalismo público federal, prevê afastamentos por motivo de saúde, abrangendo também transtornos psicológicos. Já a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto nº 7.602/2011, reforça a necessidade de ambientes laborais saudáveis, incluindo a prevenção de doenças mentais decorrentes do trabalho. Conforme Silva e Pereira (2018, p. 110):

> "A efetivação dessas políticas depende da articulação entre esferas governamentais e instituições de segurança pública, garantindo que o suporte psicossocial seja ofertado de maneira ampla e acessível".

Outro instrumento relevante é a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), onde trata das disposições gerais e do gerenciamento de riscos ocupacionais, que passou por atualização por meio da Portaria MTE nº 1.419, publicada em 27 de agosto de 2024, e terá vigência a partir de 25 de maio de 2025. Dentre as principais mudanças, destaca-se a inclusão dos riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o que amplia a responsabilidade das organizações quanto à saúde mental dos trabalhadores (BRASIL, 2024, p. 1).

> "O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR deve contemplar, de forma integrada, os riscos ocupacionais, incluindo os psicossociais, com o objetivo de prevenir danos à integridade física e mental dos trabalhadores. As medidas preventivas devem considerar a natureza da atividade, o ambiente de trabalho e as características psicossociais da função."

Além disso, a Lei nº 13.675/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), destaca a importância da valorização e proteção dos profissionais da segurança, incluindo medidas de suporte psicossocial. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), a efetividade dessas medidas depende da adesão dos estados e municípios na criação de centros especializados de atendimento psicossocial.

No cenário internacional, países como o Canadá e o Reino Unido adotam modelos mais avançados de suporte psicossocial para trabalhadores da segurança pública, com programas que incluem acompanhamento psicológico preventivo, suporte em grupo e ferramentas tecnológicas para monitoramento do bem-estar mental. Um estudo realizado por Johnson e Carter (2020), o modelo canadense é um dos mais eficientes, pois inclui atendimento psicológico integrado à rotina profissional, reduzindo significativamente os casos de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) entre policiais.

Para fortalecer a proteção da saúde mental dos servidores, é fundamental que haja maior investimento e integração entre as políticas públicas já existentes. Medidas

como a criação de um fundo estadual para programas de saúde mental, a ampliação do acesso ao atendimento psicológico, a capacitação de gestores para lidar com questões emocionais no ambiente de trabalho e a incorporação de tecnologia para facilitar o suporte psicossocial são algumas das estratégias necessárias para garantir um ambiente laboral mais saudável e produtivo para os servidores da segurança pública.

1.4 Projetos Públicos de Assistência à Saúde e Segurança do Servidor

A saúde mental dos servidores do sistema prisional tem sido uma preocupação crescente nas políticas públicas brasileiras. Esses profissionais enfrentam diariamente situações de alto estresse, lidando com riscos constantes, sobrecarga de trabalho e exposição à violência, fatores que impactam diretamente sua saúde psicológica. Nesse contexto, a implementação de ações voltadas à assistência psicossocial é essencial para promover o bem-estar individual, reduzir índices de adoecimento e garantir a segurança e a eficiência no ambiente de trabalho. Programas de saúde mental voltados aos servidores públicos têm se mostrado fundamentais na prevenção de transtornos emocionais, na melhoria das condições laborais e na valorização profissional desses trabalhadores (Governo do Tocantins, 2024).

No Brasil, o reconhecimento da importância da saúde mental dos servidores tem levado à criação de programas voltados ao cuidado psicológico e emocional, especialmente para profissionais que atuam em setores de alta tensão, como a segurança pública e o sistema prisional (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024). Essas iniciativas buscam oferecer suporte contínuo, auxiliando na construção de um ambiente de trabalho mais equilibrado e na promoção da qualidade de vida dos servidores.

Diversos estados brasileiros têm implementado projetos específicos para atender às necessidades emocionais desses profissionais. Em São Paulo, o programa Escuta Susp foi desenvolvido para oferecer suporte psicológico especializado aos profissionais da segurança pública, incluindo policiais penais. Esse programa disponibiliza consultas individuais, grupos de apoio e atividades voltadas à redução do estresse e à promoção do bem-estar. Além disso, o programa busca combater o estigma relacionado à busca por ajuda psicológica, incentivando a participação dos servidores e fortalecendo a cultura organizacional de acolhimento e suporte (BRASIL, 2021).

Outro exemplo relevante é o Programa de Atenção à Saúde Mental para Servidores do Poder Executivo, implementado no Mato Grosso, que se destaca por sua abordagem integral. Ele oferece atendimento psicológico e psiquiátrico, além de ações educativas, como palestras e workshops sobre saúde mental e bem-estar no trabalho. Essa iniciativa reforça a importância de um olhar preventivo, evitando que quadros de adoecimento psicológico avancem para estágios mais graves, comprometendo a saúde dos servidores e a qualidade dos serviços prestados (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024).

As iniciativas voltadas à saúde mental dos servidores públicos têm demonstrado grande eficácia na redução do estigma em relação à busca por apoio psicológico, contribuindo para a construção de uma cultura de cuidado dentro do sistema prisional. Em São Paulo, após a implementação do Escuta Susp, houve uma redução de 30% no absenteísmo, além de um aumento significativo na satisfação e no engajamento dos servidores em suas atividades. Além disso, programas como estes auxiliam na retenção de profissionais experientes, reduzindo a rotatividade e melhorando a qualidade do

serviço prestado. Isso evidencia que investimentos em suporte psicológico impactam positivamente tanto na saúde mental dos profissionais quanto na eficiência e na qualidade do ambiente de trabalho (República, [s.d.]).

Além dos impactos diretos na saúde mental dos servidores, os programas de assistência psicológica também influenciam positivamente a segurança institucional e a eficiência operacional dentro do sistema prisional. Profissionais que recebem suporte adequado tendem a desenvolver maior resiliência emocional, o que contribui para a redução de conflitos no ambiente de trabalho, melhora na tomada de decisões sob pressão e maior capacidade de lidar com situações de risco. A criação de espaços de acolhimento e escuta fortalece a coesão entre os policiais penais, promovendo um ambiente organizacional mais colaborativo e menos suscetível a desgastes emocionais. Investir em saúde mental não apenas beneficia os servidores individualmente, mas também fortalece a estrutura do sistema prisional como um todo, garantindo um serviço público mais eficaz, seguro e humanizado.

1.5 O Papel do Centro de Valorização à Saúde e Segurança do Servidor (CVS)

O Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), criado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, foi inicialmente inaugurado como Centro de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor em 28 de junho de 2021, em parceria com o Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra). Na época, oferecia atendimentos aos servidores da Pasta e aos colaboradores do Ceulp/Ulbra, além de servir como campo de estágio para alunos de psicologia e de outros cursos (Governo do Tocantins, 2021). Em 1º de outubro de 2024, o CVS foi reinaugurado, ampliando suas ações e estrutura para atender de forma ainda mais abrangente os servidores penitenciários.

Com a reinauguração, o CVS recebeu um novo espaço e melhorias estruturais, proporcionando melhores condições para os atendimentos. Além disso, o Governo do Tocantins entregou novos veículos para facilitar a ampliação dos serviços, permitindo que o suporte psicológico e psicossocial chegue a mais servidores em diferentes localidades (Governo do Tocantins, 2024).

A iniciativa tem como foco a implementação de ações preventivas e de apoio psicossocial. O centro oferece serviços que vão desde acolhimento psicológico até atividades de fortalecimento emocional, visando melhorar a saúde mental dos servidores penitenciários e reduzir os impactos negativos da sobrecarga de trabalho e da exposição constante ao estresse (Surgiu, 2024).

O atendimento psicossocial realizado no CVS segue diretrizes alinhadas à Política Nacional de Saúde Mental, atuando com base em um modelo de atenção psicossocial de portas abertas. Isso significa que o acolhimento é feito de forma espontânea, sem necessidade de encaminhamento formal, garantindo o acesso facilitado ao cuidado. O serviço funciona como um ponto de atenção primária em saúde mental dentro do contexto institucional, oferecendo escuta qualificada, intervenções pontuais e, quando necessário, encaminhamentos para serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ambulatórios especializados ou unidades hospitalares.

Além dos atendimentos individuais, o CVS promove ações coletivas de prevenção e promoção da saúde mental, como rodas de conversa, campanhas educativas e atividades voltadas ao autocuidado. Essas ações são planejadas estrategicamente em períodos críticos, como o Setembro Amarelo, e contribuem para

sensibilizar os servidores sobre a importância do cuidado emocional. O acompanhamento dos casos ocorre de forma integrada entre a equipe de Psicologia e o Serviço Social, que atua no fortalecimento do vínculo com a rede externa e no suporte às demandas sociais que atravessam os processos de adoecimento. Essa prática interdisciplinar está fundamentada nos princípios da integralidade, equidade e continuidade do cuidado em saúde mental, conforme preconizado pelo SUS.

A equipe do CVS é composta por profissionais qualificados, os quais trabalham de maneira interdisciplinar para garantir um atendimento humanizado e eficaz, promovendo um acolhimento adequado às necessidades dos servidores. O comprometimento dessa equipe é essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado.

A atuação do CVS é fundamental para a criação de um ambiente de trabalho mais seguro e para o bem-estar dos servidores penitenciários. Ao fornecer atendimento psicológico, o centro contribui para a redução do absenteísmo, melhora a qualidade de vida dos servidores e fortalece a segurança e a disciplina dentro das unidades prisionais.

O trabalho do centro tem um impacto significativo na rotina dos policiais penais, que enfrentam altos níveis de estresse devido à complexidade do ambiente carcerário. O suporte oferecido pelo CVS, auxilia na prevenção de transtornos como síndrome de burnout, ansiedade e depressão. Além disso, o centro oferece ferramentas para o desenvolvimento da resiliência e do bem-estar, garantindo que os policiais penais possam desempenhar suas funções com maior equilíbrio emocional e eficiência.

As iniciativas governamentais voltadas para a saúde mental dos servidores públicos, têm se mostrado fundamentais para garantir o bem-estar desses profissionais e o bom funcionamento das instituições. Programas como o CVS demonstram a importância da assistência psicossocial integrada às políticas públicas, proporcionando suporte emocional e prevenindo o desenvolvimento de transtornos psicológicos graves. O sucesso dessas iniciativas reforça a necessidade de expansão desse modelo para outras unidades prisionais e estados, assegurando que todos os servidores tenham acesso ao cuidado necessário.

1.6 Desafios e Limitações nas Políticas de Saúde Mental para Policiais Penais

A implementação de políticas de saúde mental para policiais penais, como parte das ações do Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), enfrenta diversos desafios e limitações que dificultam a plena eficácia dessas iniciativas. Um dos principais obstáculos à efetivação das políticas de saúde mental no contexto dos policiais penais é o estigma relacionado à busca por apoio psicológico. A cultura organizacional das forças de segurança, em muitos casos, valoriza a resistência emocional e a resiliência, muitas vezes interpretando a solicitação de ajuda psicológica como um sinal de fraqueza. Oliveira (2021, p. 102) afirma:

> "O estigma relacionado à saúde mental dentro das forças de segurança pública impede muitos profissionais de buscar apoio psicológico, o que agrava os efeitos do estresse e da pressão no ambiente de trabalho".

Esse estigma é um fator crítico, pois impede que muitos policiais busquem apoio psicológico, prejudicando sua saúde mental e aumentando a probabilidade de burnout, depressão e outros transtornos psicológicos (Maslach & Leiter, 2016). Além disso, a

resistência à mudança de mentalidade, tanto por parte dos policiais penais quanto das instituições responsáveis, dificulta a implementação de uma abordagem mais aberta e inclusiva em relação ao cuidado psicológico.

Além dos desafios mencionados, a resistência à implementação de programas de saúde mental nas unidades prisionais também pode ser agravada pela ausência de uma cultura organizacional voltada ao bem-estar dos servidores. Em muitas corporações, especialmente aquelas influenciadas pela lógica militar — marcada pela disciplina, rigidez hierárquica e valorização da força —, a saúde emocional ainda não é reconhecida como um componente essencial do cuidado ao profissional. A ideia de que os policiais penais devem ser "fortes" diante de dificuldades emocionais e psicológicas contribui para a manutenção de uma cultura de silêncio, na qual muitos servidores não se sentem seguros para expressar suas vulnerabilidades ou buscar apoio psicológico.

Esse cenário reflete uma estrutura institucional em que demonstrar sofrimento psíquico pode ser interpretado como sinal de fraqueza, o que gera medo de estigmatização e de possíveis impactos negativos na carreira. Para transformar essa realidade, é necessário um esforço conjunto entre as instituições de segurança pública e os profissionais da saúde mental, promovendo ações que desafiem essa cultura e incentivem práticas de escuta, acolhimento e cuidado contínuo. Conforme aponta Goffman (1963), o estigma associado a determinadas condições sociais ou psicológicas pode levar à ocultação do sofrimento, dificultando o acesso ao suporte adequado. Além disso, autores como Soares e Guimarães (2021) destacam que a cultura organizacional das polícias, influenciada por modelos militares, tende a negligenciar a dimensão emocional do trabalho, reforçando barreiras à implementação de políticas de cuidado.

Outro desafio significativo enfrentado pelo CVS e por outras iniciativas de saúde mental no setor público é a escassez de recursos financeiros e humanos. As limitações orçamentárias do setor público frequentemente resultam em equipes de saúde mental reduzidas e sobrecarregadas, incapazes de atender adequadamente a todos os servidores, especialmente em grandes unidades prisionais ou áreas de alto risco. Essa situação é agravada pela falta de legislação que exija a presença de recursos humanos dedicados ao atendimento psicológico dentro das corporações policiais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024):

> "Estados como o Espírito Santo e Santa Catarina possuem psicólogos policiais nas Polícias Civis, enquanto outros, como a Polícia Militar do Distrito Federal, com um efetivo de 10 mil policiais militares, contam com apenas um assistente social e nenhum psicólogo para lidar com as questões de saúde mental dos servidores. Isso evidencia a precariedade e a desigualdade na assistência psicossocial oferecida aos profissionais de segurança pública no Brasil."

Além disso, a infraestrutura de atendimento, como a disponibilização de espaços adequados para a realização de atendimentos psicológicos e a implementação de programas de saúde mental, também é insuficiente em algumas unidades. Essa limitação pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados, dificultando a criação de um ambiente seguro e acolhedor para que os policiais penais se sintam à vontade para compartilhar suas dificuldades emocionais e angústias (Oliveira, 2021).

A falta de tempo disponível, somada à pressão constante para manter a segurança e o funcionamento das unidades prisionais, cria um cenário em que o cuidado psicológico pode ser negligenciado em favor de atividades mais urgentes ou

visíveis. Esse fator limita significativamente o alcance das intervenções do CVS e compromete a manutenção de um acompanhamento psicológico regular e eficaz. Muitos policiais relatam dificuldades em conciliar o atendimento psicológico com suas responsabilidades diárias, como turnos irregulares, sobrecarga de tarefas e situações de alto estresse. Em alguns casos, gestores das unidades prisionais não compreendem plenamente a importância do apoio psicológico contínuo e acabam priorizando outras demandas, o que resulta em uma redução na participação dos policiais em programas de saúde mental (WHO, 2011).

Outro aspecto crucial que limita a eficácia das políticas de saúde mental para policiais penais é a falta de monitoramento e avaliação contínuos dos programas implementados. Muitas vezes, as iniciativas de saúde mental são temporárias ou pontuais, sem o devido acompanhamento ou análise de sua efetividade a longo prazo. A implementação de um sistema de avaliação contínua é fundamental para ajustar as abordagens e identificar as necessidades específicas de cada grupo de servidores. Isso inclui a realização de pesquisas periódicas sobre o bem-estar dos profissionais, além de um sistema de feedback estruturado, onde os policiais penais possam relatar suas experiências e sugerir melhorias nas intervenções. A avaliação contínua e o ajuste das políticas garantirão que as iniciativas sejam mais eficazes e adaptadas às realidades do ambiente prisional, promovendo, assim, a saúde mental e o bem-estar dos servidores de maneira mais eficiente e permanente (Pereira & Souza, 2019).

A efetividade das políticas de saúde mental também depende da conscientização e sensibilização dos gestores responsáveis pela gestão dos policiais penais. Em muitas situações, os gestores não possuem uma formação adequada sobre a importância do cuidado com a saúde mental de seus subordinados (Lévesque, 2015), o que pode resultar em falta de apoio institucional. Portanto, é essencial que a implementação de políticas públicas de saúde mental seja acompanhada de treinamentos específicos para líderes e gestores, para que compreendam as necessidades dos servidores e saiba como proporcionar o apoio necessário.

A superlotação das unidades prisionais e as condições adversas do ambiente estão diretamente relacionadas ao estresse e à saúde mental dos policiais penais. A convivência com situações de violência, a falta de recursos adequados para o desempenho das funções, a exposição constante a ambientes arriscados e a pressão para lidar com uma população carcerária em condições precárias geram elevados níveis de estresse (Tschiedel & Monteiro, 2013). Esses fatores dificultam a implementação eficaz das políticas de saúde mental, já que os profissionais são frequentemente expostos a situações que exacerbam seus problemas emocionais e psicológicos.

Os desafios e limitações nas políticas de saúde mental para policiais penais são multifacetados e complexos. A presença do estigma, a falta de recursos adequados, a sobrecarga laboral, a falta de sensibilização dos gestores e as condições adversas do ambiente prisional contribuem para dificultar a implementação eficaz das intervenções. Para superar esses obstáculos, é essencial adotar uma abordagem holística que envolva tanto os policiais penais quanto os gestores na criação de um ambiente mais saudável e acolhedor. Além disso, fortalecer as políticas públicas com recursos adequados e promover a capacitação dos gestores são passos fundamentais para garantir que as intervenções de saúde mental alcancem todos os servidores, promovendo sua qualidade de vida e a segurança nas unidades prisionais (Santos & Giongo, 2018).

Dentro dessa abordagem holística, é importante também considerar a atenção à família do servidor penitenciário, como ocorre na Polícia Militar, já que os impactos do

estresse ocupacional reverberam não apenas no profissional, mas também em seu núcleo familiar (Violanti & Aron, 1995; McCarty, Zhao & Garland, 2007). O suporte familiar atua como um fator protetivo significativo na manutenção da saúde mental do servidor, contribuindo para sua resiliência frente às demandas do trabalho (Halbesleben & Buckley, 2004). Portanto, políticas institucionais que incluam estratégias de suporte à família podem ampliar o alcance das intervenções, promovendo um cuidado mais integral e eficaz (Carvalho & Pinho, 2018).

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, com base na vivência do Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II realizado no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS). A metodologia adotada seguiu os pressupostos de relato de experiência conforme orientações de autores como Minayo (2012), que consideram esse tipo de abordagem válida para sistematizar reflexões críticas sobre práticas profissionais em contextos específicos.

A construção do trabalho foi sustentada por referências teóricas relevantes, que embasaram as reflexões e observações extraídas da experiência prática no CVS. Foram utilizados livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à saúde mental, fatores psicossociais no trabalho e políticas institucionais de atenção aos policiais penais. Essa revisão teve como função contextualizar e embasar teoricamente as observações e reflexões extraídas da experiência prática no CVS.

As informações foram organizadas em quatro eixos temáticos principais, identificados a partir da literatura e das vivências de estágio: (1) o ambiente prisional e suas complexidades; (2) os fatores psicossociais que afetam a saúde mental dos policiais penais; (3) o suporte institucional voltado à saúde do servidor; e (4) o papel da psicologia nas ações desenvolvidas pelo CVS.

A elaboração do relato de experiência seguiu as seguintes etapas: (1) identificação do campo de estágio e definição do contexto institucional; (2) levantamento das vivências significativas observadas durante o período de estágio; (3) registro sistemático das experiências por meio de diários de campo e supervisões acadêmicas; (4) organização temática das vivências em consonância com os referenciais teóricos; e (5) redação reflexiva, articulando a prática profissional com os aportes da literatura especializada em saúde mental e psicologia institucional.

Por se tratar de um relato de experiência articulado a uma revisão narrativa, é importante reconhecer as limitações metodológicas deste estudo. Ambos os métodos são de natureza qualitativa e descritiva, o que implica que os resultados e análises estão sujeitos à subjetividade do pesquisador e à sua interpretação dos dados e vivências. Portanto, embora o estudo ofereça uma contribuição relevante para a compreensão do tema, não pretende generalizar seus achados, mas sim fomentar reflexões e ampliar o debate sobre a saúde mental dos policiais penais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II foi desenvolvido ao longo de um ano no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), espaço vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins. A vivência permitiu acompanhar de forma próxima o trabalho voltado à promoção da

saúde mental de policiais penais e outros servidores da segurança pública, articulando teoria acadêmica com a prática institucional.

Desde o início, o estágio favoreceu a integração com a equipe multiprofissional de saúde, formada por psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais envolvidos na assistência. Essa interação possibilitou compreender, na prática, a relevância do trabalho interdisciplinar para a atenção integral ao sofrimento psíquico, confirmando análises que apontam o impacto positivo da cooperação entre diferentes áreas na saúde do trabalhador (Santos; Almeida, 2019).

Entre as atividades acompanhadas, destacam-se os acolhimentos psicológicos, que ofereceram um espaço seguro para que servidores compartilhassem suas angústias, medos e desafios. Essa escuta qualificada evidenciou a resistência inicial de muitos policiais penais em buscar apoio psicológico, fruto de uma cultura institucional que associa vulnerabilidade à fraqueza (Melo; Silva, 2020). No entanto, ao longo do processo, observou-se que o fortalecimento do vínculo de confiança foi determinante para que esses profissionais se sentissem legitimados a falar de suas dificuldades, confirmando a importância do vínculo terapêutico como fator essencial para a efetividade das intervenções (Almeida; Lima, 2023).

As atividades grupais, como rodas de conversa e oficinas educativas, também desempenharam papel fundamental. Nessas ocasiões, foram abordados temas relacionados ao manejo do estresse, ao autocuidado e ao fortalecimento das relações interpessoais, o que estimulou a troca de experiências e reduziu o isolamento emocional frequentemente vivenciado no ambiente prisional. A literatura reforça que essas intervenções coletivas ampliam a consciência sobre saúde mental, além de favorecerem a construção de redes de apoio entre colegas de trabalho (Rocha et al., 2021). Muitos servidores relataram que, pela primeira vez, puderam expressar sentimentos em um espaço institucional, o que demonstra o potencial transformador de práticas preventivas como essas.

O estágio também permitiu observar os limites estruturais enfrentados pelo CVS. Entre eles, destacam-se a escassez de profissionais especializados, a sobrecarga da equipe de saúde mental e a falta de ambientes físicos adequados para os atendimentos, fatores que dificultam a continuidade das ações. Essas condições refletem a precarização dos serviços públicos de saúde mental, já apontada em estudos que denunciam o impacto da falta de recursos sobre a adesão e a qualidade do cuidado (Souza; Costa, 2022). Além disso, durante os atendimentos, emergiram relatos de dificuldades financeiras pessoais como fatores adicionais de estresse, o que reforça a relação entre questões socioeconômicas e sofrimento ocupacional (Pereira et al., 2021).

Frente a esse cenário, algumas propostas de aprimoramento surgem como necessárias. Uma delas é a diversificação das atividades em grupo, com a criação de encontros temáticos focados em habilidades sociais, inteligência emocional e educação financeira, de modo a atender demandas específicas da categoria. Outra medida essencial é a capacitação contínua de gestores das unidades prisionais, para que compreendam a relevância da saúde mental e atuem como agentes de promoção de uma cultura organizacional mais saudável. Essas recomendações estão alinhadas com a perspectiva de Moreira (2024), que ressalta a importância da adaptação das intervenções às necessidades do público e da formação de lideranças sensíveis às questões emocionais de suas equipes.

Assim, o estágio no CVS não apenas possibilitou o acompanhamento das ações institucionais, mas também promoveu um aprendizado pessoal e profissional significativo. A experiência mostrou que, em ambientes disciplinares marcados por

resistência à escuta, a presença constante, a empatia e o reconhecimento do sofrimento do outro tornam-se instrumentos tão valiosos quanto às técnicas clínicas. Dessa forma, a prática contribuiu para consolidar a compreensão de que a Psicologia, nesses contextos, deve se colocar como uma ciência comprometida não só com o alívio individual do sofrimento, mas também com a transformação institucional em direção a ambientes mais humanos e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu uma análise aprofundada dos fatores psicossociais que impactam a saúde mental dos policiais penais, destacando os desafios inerentes ao ambiente prisional e suas consequências para o bem-estar desses profissionais. A partir da experiência no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), evidenciou-se que a exposição constante a situações de risco, a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições laborais são fatores determinantes para o desenvolvimento de problemas psicológicos, como estresse, ansiedade e transtornos emocionais.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível a adoção de políticas institucionais que priorizem a saúde mental desses profissionais. Medidas como o fortalecimento do suporte psicológico, a implementação de programas de prevenção e promoção da saúde, além da melhoria das condições de trabalho, são essenciais para mitigar os impactos negativos do cotidiano prisional. Além disso, a valorização profissional e a criação de espaços para o diálogo e a escuta ativa podem contribuir significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida desses servidores.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de mais pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a realidade dos policiais penais e possibilitem a formulação de estratégias eficazes para a promoção da saúde mental no serviço penitenciário. Espera-se que esta investigação contribua para o reconhecimento da importância do tema, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas mais humanizadas e eficientes na garantia do equilíbrio psicológico e emocional desses profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. Avaliação psicológica em concursos públicos para segurança pública. **Revista de Psicologia Aplicada**, v. 36, n. 2, p. 112-119, 2020.

ALMEIDA, R. A.; LIMA, C. F. Fatores externos e saúde mental no ambiente laboral: uma análise integrativa. **Cadernos de Saúde Mental**, v. 10, n. 1, p. 28-35, 2023.

BEZERRA, A. M. S. et al. Condições de trabalho e saúde mental de agentes penitenciários: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, e34, 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa Escuta Susp**. Brasília: MJSP, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema prisional em números**. Brasília: CNJ, 2022.

FIDALGO, A.; FIDALGO, T. Desafios operacionais no sistema prisional brasileiro. **Revista Segurança e Justiça**, v. 12, n. 3, p. 88-97, 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor**. Palmas: Secretaria de Cidadania e Justiça, 2021.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Expansão dos serviços do CVS**. Palmas: Secretaria de Cidadania e Justiça, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E PREVENÇÃO DO SUICÍDIO. **Relatório anual de saúde mental nas forças de segurança**. Brasília: IPPS, 2024.

JOHNSON, M.; CARTER, S. Psychological support models in Canadian policing. **Canadian Journal of Public Safety**, v. 14, n. 1, p. 33-45, 2020.

LÉVESQUE, S. Leadership and well-being in correctional settings. **Journal of Correctional Psychology**, v. 8, n. 2, p. 115-122, 2015.

MARQUES, T. R. et al. Impactos das políticas públicas na saúde mental de servidores. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 15, n. 1, p. 91-102, 2023.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Burnout**: The Cost of Caring. Cambridge, MA: Malor Books, 2016.

MELO, D. R.; SILVA, L. S. O estigma da saúde mental nas instituições prisionais. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 44-51, 2020.

MOREIRA, A. P. Capacitação de gestores em saúde mental organizacional. **Revista Gestão & Saúde**, v. 16, n. 2, p. 47-59, 2024.

OLIVEIRA, B. C. Suporte psicológico nas instituições policiais: desafios e perspectivas. **Revista Segurança e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 100-108, 2021.

OLIVEIRA, B. C. Saúde mental de policiais penais no Brasil: uma abordagem epidemiológica. **Jornal Brasileiro de Psicologia Pública**, v. 9, n. 3, p. 56-64, 2024.

OLIVEIRA, B. C.; LIMA, J. A. Psicologia organizacional na segurança pública. **Revista Brasileira de Psicologia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 78-89, 2021.

PEREIRA, F. N. Transtornos mentais e sofrimento psíquico em ambientes prisionais. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 120-130, 2022.

PEREIRA, R. M. et al. Estresse ocupacional e instabilidade financeira: fatores externos na saúde mental dos servidores públicos. **Revista de Saúde Ocupacional**, v. 29, n. 1, p. 33-41, 2021.

PEREIRA, R. M.; SOUZA, A. M. Avaliação de programas de saúde mental no setor público. **Revista Psicologia e Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, p. 25-36, 2019.

REPÚBLICA. **Saúde mental dos servidores**: experiências exitosas. [S.l.], [s.d.].

RODRIGUES, L. N. **Síndrome de burnout e qualidade de vida entre agentes penitenciários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ROCHA, R. F. et al. Intervenções psicoeducativas em ambientes institucionais. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 17, n. 1, p. 45-54, 2021.

SANTOS, M. A.; ALMEIDA, G. L. Programas de apoio psicológico em organizações públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 857-874, 2019.

SANTOS, M. A.; GIONGO, L. B. Políticas públicas de saúde mental em sistemas prisionais. **Revista Ciências em Debate**, v. 6, n. 2, p. 97-105, 2018.

SILVA, C. A. A. A precariedade do trabalho prisional e os impactos na saúde mental dos servidores. **Revista de Saúde e Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 66-75, 2022.

SILVA, J. C.; OLIVEIRA, M. P. A importância da continuidade nas políticas de saúde mental. **Revista Brasileira de Psicologia Institucional**, v. 7, n. 1, p. 19-29, 2023.

SILVA, P. H. Qualidade de vida dos servidores penitenciários: uma análise dos impactos emocionais. **Revista Brasileira de Estudos Carcerários**, v. 8, n. 1, p. 112-122, 2023.

SILVA, R. F.; PEREIRA, T. L. Políticas públicas e saúde ocupacional no setor de segurança. **Revista de Políticas de Saúde Pública**, v. 10, n. 2, p. 108-115, 2018.

SOUZA, D. C. Transtornos mentais em servidores da segurança pública: revisão narrativa. **Cadernos de Psicologia Pública**, v. 13, n. 1, p. 93-101, 2020.

SOUZA, L. F.; COSTA, R. M. A atuação do psicólogo no ambiente de segurança pública. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 83-92, 2022.

SURGIU. **Governo amplia estrutura do CVS**. Portal Surgiu, 2024. Disponível em: https://surgiu.com.br. Acesso em: abr. 2025.

TSCHIEDEL, R.; MONTEIRO, C. F. Stress no trabalho prisional: estudo qualitativo. **Revista Psicologia em Foco**, v. 15, n. 1, p. 25-33, 2013.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health in the workplace**. Geneva: WHO, 2011.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Bruna Dias de Brito**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Irenides Teixeira**, Psicólogo, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Isaura de Bortoli Rossatto**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Caio Cesar Brum**, Psicólogo, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

O TEATRO COMO FERRAMENTA TERAPÊUTICA: APLICAÇÕES DOS IDEAIS DE ARTAUD NA PSICOLOGIA CLÍNICA

Guilherme Warkentin de Araújo
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Caio Cesar Brum
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Piettro Ribeiro Lamonier
Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax

Sonielson Luciano de Sousa
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O presente artigo discute o uso do teatro como recurso terapêutico na Psicologia Clínica, destacando as contribuições dos ideais de Antonin Artaud e sua proposta do Teatro da Crueldade. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, os autores analisam como a prática teatral pode favorecer a expressão emocional, o autoconhecimento e a reconstrução subjetiva do indivíduo. Artaud concebe o teatro como um espaço de libertação do inconsciente e de reconexão com o corpo e as emoções reprimidas, o que se aproxima dos princípios do Psicodrama de Jacob Levy Moreno. Conclui-se que a integração entre teatro e psicologia amplia as possibilidades de intervenção terapêutica, permitindo ao sujeito vivenciar e ressignificar suas experiências por meio da ação dramática.

Palavras-chave: Psicodrama; Teatro, Psicologia Clínica; Artaud; Teatroterapia.

INTRODUÇÃO

O teatro sempre foi mais do que uma forma de entretenimento e é uma linguagem poderosa capaz de dar voz ao que, muitas vezes, não pode ser dita em palavras. Antonin Artaud enxergava a arte cênica como um meio de acesso às camadas profundas da psique humana, rompendo com a lógica tradicional e estimulando uma experiência visceral. Para ele, a cena deveria provocar impacto, despertar o inconsciente e permitir que emoções reprimidas fossem externalizadas de maneira intensa e autêntica. Essa perspectiva coloca o teatro não apenas como uma representação da vida, mas como uma vivência transformadora.

Na Psicologia, especialmente no Psicodrama de Jacob Levy Moreno[1], encontramos uma abordagem semelhante. O Psicodrama utiliza a dramatização para permitir que o paciente reviva e ressignifique experiências, acessando conteúdos emocionais de forma ativa e corporal. Assim como Artaud defende um teatro que envolve o espectador por completo, o Psicodrama promove uma prática terapêutica

onde o indivíduo se torna protagonista de sua própria história, experimentando novas formas de lidar com conflitos internos. Ambas as perspectivas compreendem o corpo como instrumento essencial para a expressão emocional e a continuidade subjetiva (Moreno, 2013).

Ao analisar as aproximações entre os ideais de Artaud e os princípios do Psicodrama, percebe-se que o teatro pode ser uma ferramenta terapêutica valiosa na clínica psicológica. Ele permite que o indivíduo saia da tensão da fala convencional e experimente outras formas de comunicação e elaboração emocional. Em um contexto onde muitas dores psíquicas são silenciadas pelo medo ou pela racionalização excessiva, o teatro surge como um convite à chegada, à liberação de afetos e à possibilidade de transformação (Pereira, 2021).

A motivação para esta pesquisa é buscar formas alternativas de intervenção terapêutica que transcendam os meios tradicionais. A proposta de um teatro caracterizado pela destruição de padrões estabelecidos e pela oferta de uma experiência catártica revela-se como uma abordagem potente no campo da saúde mental. Essa perspectiva busca levar o indivíduo a confrontar seus próprios limites, promovendo reflexões profundas e potencializando processos terapêuticos (Pereira, 2021).

A experiência estética oferecida pelo teatro é um forte veículo de transformação do pensamento e da sensibilidade humana. Essa visão apoia fortemente Artaud quando ele olha para a atuação teatral como um processo para revelar a verdadeira natureza do ser humano, despojado de suas máscaras sociais. Portanto, esta pesquisa investiga como tal revelação pode ser aplicada no escopo da psicologia clínica, auxiliando os pacientes em seu processo de autodescoberta (Artaud, 2020a)

O estudo visa analisar a aproximação entre os ideais teatrais de Antonin Artaud e os princípios da Psicodrama, destacando suas contribuições para a Psicologia Clínica como estratégia de expressão emocional e transformação subjetiva. Nesse contexto, a relação entre os conceitos do Teatro da Crueldade e o campo terapêutico abre possibilidades para o desenvolvimento de novas práticas externas à promoção do bem-estar emocional. O psicodrama surge como uma abordagem capaz de se integrar a outras práticas artísticas e expressivas, criando um espaço para aprofundamentos significativos e para a livre expressão de sentimentos, alinhando-se aos ideais propostos por Artaud.

Em termos metodológicos, esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa exploratória, analisando a literatura existente sobre os princípios do Teatro da Crueldade e do Psicodrama. Também serão considerados estudos de caso e relatos clínicos que ilustram a aplicação dessas práticas em contextos terapêuticos. Os dados são analisados de forma interpretativa, buscando identificar conexões entre as ideias de Artaud e Moreno e suas contribuições para o bem-estar emocional e a expressão subjetiva dos indivíduos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O teatro, especialmente em sua forma mais intensa e disruptiva, pode ser uma ferramenta poderosa para a transformação pessoal. Assim, ele vai além da verbalização proposta por Artaud e Moreno, oferecendo uma experiência que toca profundamente o emocional do indivíduo, criando um espaço de cura e autoconhecimento.

1.1 Artaud e a Teoria da Crueldade

Antonin Artaud foi uma figura de grande impacto no cenário artístico francês do século XX, cuja vida, marcada por intensas turbulências, influenciou diretamente seu trabalho teatral radical. Nascido em Marselha em 1896, Artaud passou desde cedo por diversas dificuldades mentais e físicas, o que moldou suas ideias sobre o mundo e, consequentemente, suas perspectivas artísticas. Sua trajetória pessoal, repleta de experiências extremas, se entrelaça profundamente com sua produção teórica, sendo essas vivências um motor fundamental para sua busca por um teatro capaz de romper com os limites práticos e explorar novas formas de expressão (Galeno; França; Castro, 2018).

Artaud viveu intensamente o período de efervescência do pós-guerra, em meio a uma vanguarda cultural que questionava os valores tradicionais da sociedade europeia. Inicialmente, uniu-se ao movimento surrealista, mas, com o tempo, se distanciou dele devido a divergências ideológicas. Esse envolvimento inicial, no entanto, foi crucial para o desenvolvimento de sua teoria teatral, pois lhe proporcionou um aprofundamento no entendimento do inconsciente e da linguagem dos sonhos, aspectos que se tornam fundamentais em sua abordagem sobre o teatro e sua reflexão sobre a subjetividade (Galeno; França; Castro, 2018).

Foi por meio dessa abordagem inovadora que Artaud não apenas refletiu suas influências culturais, mas também suas intensas lutas pessoais com a dor e a alienação. Ele descreveu vários transtornos psiquiátricos e passou por diversas internações em instituições psiquiátricas, experiências que moldaram profundamente sua visão artística (Escarião, 2023).

A vivência da marginalidade e do sofrimento psicológico levou Artaud a buscar formas de expressão que romperam com a racionalidade cartesiana, privilegiando a corporeidade e a intensidade emocional. Sua teoria teatral, portanto, vai além de uma proposta estética, configurando-se como um manifesto existencial que clama por uma reintegração entre corpo, mente e espírito na arte, refletindo sua busca por uma subjetividade mais autêntica e visceral (Lourençatto, 2023).

No século XX, o mundo do teatro passou por transformações significativas com a introdução da teoria do Teatro da Crueldade de Antonin Artaud. Sua abordagem artística rompeu com as convenções tradicionais, buscando uma experiência que não se limitava a entreter, mas que provocava profundas mudanças sensoriais e psíquicas. Para Artaud, o teatro está lá para nos fazer experimentar com nossos nervos e nossos corações, destacando seu desejo de criar uma arte que toque profundamente o ser humano em seu núcleo emocional e sensorial (Oliveira, 2021).

No contexto de sua teoria, o termo "crueldade" não se refere a atos de violência física ou brutalidade excessiva. Em vez disso, ele representava uma exposição intensa e implacável da verdade, do homem interior. A crueldade é antes de mais nada lúcida, é uma espécie de direção rígida, submissão à necessidade. Não há crueldade sem consciência, sem uma espécie de consciência aplicada (Artaud, 2020a).

Para Artaud, uma era de “crueldade”, paradoxalmente, é uma expressão de amor pela humanidade. Ele via essa prática como essencial para o teatro, afirmando que sem ela, o espetáculo não poderia existir. Segundo ele, em um mundo em degeneração, seria através da pele que a metafísica conseguiria penetrar nas mentes. Embora esse processo fosse doloroso, Artaud o via como necessário para a metamorfose, a cura e, em uma escala mais ampla, para a transformação social (Silva; Alves, 2019).

E, nessa sua proposta de uma estética do choque, onde a crueldade é vista como uma ferramenta capaz de despertar uma consciência adormecida. O impacto de Artaud no teatro de sua época foi profundo, estendendo-se para outras formas de arte. Seu foco no corpo, a exploração do inconsciente e o rompimento com as tradições de representação abriram novas possibilidades para a performance e a terapia, além de novas formas de entender a psique humana. Na concepção de Artaud o teatro tornou-se um espaço de transformação psíquica, uma ideia que ressoa fortemente nas práticas terapêuticas contemporâneas (Shishido, 2015).

O Teatro da Crueldade buscava ir além da simples observação passiva, almejando uma experiência que colocasse o espectador em confronto direto com seu inconsciente. Artaud desejava criar um espaço ritualístico no qual as máscaras sociais fossem removidas, permitindo que o ser humano enfrentasse a manifestação mais crua e elementar da verdade sobre a existência humana. Esse aspecto é destacado ao observar que o teatro de Artaud propunha uma experiência desorientadora, que aboliria as fronteiras entre o normal e o patológico, entre a razão e a loucura (Dumoulié, 2010).

A contribuição mais significativa de Artaud foi sua ruptura com a primazia do texto no teatro. Ele projetou uma linguagem teatral que priorizava o corpo, o movimento, o som e o gesto, criando uma comunicação fluida e integrada entre esses elementos. Segundo Artaud, o palco é um lugar físico e concreto que pede para ser necessário e para ser feito falar sua linguagem concreta. Essa abordagem multissensorial visa ultrapassar os limites da palavra falada, buscando atingir o subconsciente do espectador de maneira imersiva e visceral (Pavini, 2021).

O Teatro da Crueldade visa provocar uma verdadeira catarse coletiva, um processo de purgação emocional que liberta tanto o ator quanto o espectador das amarras da consciência. É através de um choque sensorial e emocional que a crueldade se transforma em um tratamento terapêutico, capaz de desbloquear o acesso ao inconsciente e facilitar a cura emocional. Esse tipo de experiência busca não apenas despertar, mas também transformar, promovendo um profundo processo de autoconhecimento e liberação das repressões internas. (Pereira, 2024).

Esses são os elementos centrais que materializam a visão de Artaud sobre um teatro que não se limita a refletir a realidade, mas a transforma de maneira profunda, impactando tanto o artista quanto o público. Sua influência se estende para as artes cênicas e práticas terapêuticas, desafiando a forma como entendemos a cura e o autoconhecimento por meio da expressão artística, muitas vezes extrema e visceral. O Teatro da Crueldade, nesse contexto, continua sendo um testemunho poderoso do potencial transformador da arte, especialmente quando apresenta a exploração das verdades mais profundas e perturbadoras sobre a condição humana. Como diz Artaud (2020b, p. 118), "o teatro deve nos dar tudo o que existe no crime, no amor, na guerra ou na loucura, se quiser recuperar sua necessidade".

Essa busca por uma experiência teatral visceral se contrapõe à sociedade moderna, que funciona como uma máquina de alienação, distanciando o ser humano de sua essência mais genuína. Artaud defendeu uma ruptura com os padrões que limitam o corpo e a mente, prendendo-os a práticas normativas que impedem a verdadeira expressão. E Artaud propôs uma nova linguagem teatral, onde o corpo, o movimento, o som e o gesto passariam a ocupar o centro da expressão (Felipe, 2023). E ainda, Artaud acreditava que o palco deveria ser um espaço físico e concreto, que fosse fornecido e que falasse sua própria linguagem. Essa abordagem visava criar uma experiência multissensorial, que transcende a mera articulação das palavras,

conduzindo o espectador diretamente ao seu subconsciente por meio de uma herança visceral, capaz de tocar as camadas mais profundas de sua psique (Caetanos, 2018).

1.2 O encontro fatídico: Artaud e Moreno

A aplicação prática das ideias de Artaud pode ser observada em metodologias terapêuticas contemporâneas, como o psicodrama de Moreno (Barros, 2022). Nesse contexto, o psicodrama oferece ao indivíduo a oportunidade de expressar sentimentos reprimidos por meio da dramatização, facilitando uma reorganização emocional. Nesse processo, a crueldade se traduz como uma forma de coragem, a coragem de confrontar experiências dolorosas e emoções intensas, permitindo assim uma transformação pessoal. A noção de Artaud sobre o poder catártico e transformador do teatro encontra ressonância em abordagens terapêuticas como o psicodrama e a arteterapia, reforçando o potencial da expressão artística para a cura (Gonçalves; Wolff; Almeida, 2023).

Os princípios propostos por Artaud, quando integrados à terapia, colocam o corpo como um veículo essencial para a expressão e comunicação. Para Artaud, o corpo não apenas é executado, mas é o meio pelo qual verdades profundas podem ser transmitidas, muitas vezes de forma mais eficaz do que a linguagem verbal. Ao utilizar a crueldade como uma ferramenta terapêutica, o ambiente criado permite que os indivíduos vivam suas emoções de maneira visceral. Esse processo facilita a busca pelo autoconhecimento e pela cura emocional, tornando-a uma experiência intensa e transformadora (Machado, 2020).

Embora Artaud não tenha conseguido concretizar seus projetos ao longo de sua vida, suas ideias exerceram uma influência imensa e rigorosa no teatro e nas artes cênicas do século XX. Seu trabalho transcende o teatro, impactando diversas expressões artísticas e práticas terapêuticas modernas. O Teatro da Crueldade, em particular, convoca as pessoas a se reconectarem com sua essência mais profunda e autêntica, buscando, por meio da arte, um encontro com sua natureza mais íntima (Holanda, 2024).

À medida que o Teatro da Crueldade de Artaud ganha forma, ele se torna uma expressão profunda do que a arte pode oferecer ao confronto com as verdades mais desconfortáveis da condição humana. Artaud acreditava que o teatro deveria explorar todos os aspectos da experiência humana, como o crime, o amor, a guerra e a loucura, para resgatar sua relevância. A influência de Artaud atingiu artistas e terapeutas, convidando-os a enxergar a arte não apenas como uma forma de expressão, mas como um poderoso veículo de transformação pessoal e social (Pereira, 2024).

No caso de Moreno, em oposição a Artaud, é importante observar o quanto o drama forma a liberdade e a espontaneidade que muitas vezes é abafada por normas sociais e traumas passados. O psicodrama oferece um espaço seguro para experimentar novos comportamentos, explorar padrões de relacionamento e resolver conflitos internos e externos. O teatro, para ele, se tornou um laboratório vivo de interação humana, onde a cura ocorre através da expressão autêntica e da reorganização de experiências (Graça, 2010).

Artaud propôs uma ruptura com a dependência da linguagem verbal. Para ele, a palavra sozinha era incapaz de expressar as profundezas da condição humana e das emoções inconscientes. Ele defendia um teatro que fosse além da verbalização, usando os sentidos como meio de comunicação. Som, luz, movimento e gesto eram integrados em uma linguagem teatral que se dirigia diretamente aos sentidos e ao subconsciente

do público, criando uma experiência imersiva que transcendia as palavras (Gasperi; Vilela, 2020).

Para Artaud, a palavra se tornaria um obstáculo, sufocando formas mais primitivas e genuínas de expressão. Seu objetivo era devolver ao corpo a liberdade de se comunicar de maneiras mais universais e profundas, fora dos contextos sociais e verbais impostos. Ele via o teatro como um espaço para resgatar essa comunicação perdida, permitindo que o corpo se tornasse o veículo principal para revelar verdades ocultas (Tubino; Moschen, 2021).

Por outro lado, Moreno, ao desenvolver o psicodrama, reconheceu as limitações da terapia verbal isolada. Embora a verbalização tenha seu papel, foi na dramatização e na expressão física e emocional direta que ele encontrou o caminho para a verdadeira transformação. No psicodrama, o corpo torna-se o instrumento essencial para acessar e expressar experiências emocionais que muitas vezes estão além das palavras. A ação dramática permite que sentimentos reprimidos ou não verbalizados se manifestem, facilitando a resolução de conflitos internos e traumas (Rojas-Bermúdez, 2016).

Os dois autores convergem ao considerar o poder do teatro na transformação subjetiva e na expressão das emoções reprimidas. Ambos entendem a cena como um meio para acessar camadas profundas da psique, promovendo mudanças internacionais. No entanto, as suas perspectivas tornam-se irreconciliáveis quando analisamos os seus objetivos e métodos. Enquanto Artaud busca a ruptura total com os padrões sociais e aposta na destruição simbólica como forma de liberação, Moreno estrutura um processo terapêutico organizado, baseado na proteção e na busca por um equilíbrio emocional funcional (Guimarães, 2020).

Essa dualidade entre a desconstrução artaudiana e a restrição moreniana abre espaço para reflexões sobre o uso do teatro na psicologia clínica. O presente trabalho propõe-se a analisar as contribuições dos ideais de Artaud para a psicoterapia, explorando suas aplicações na prática clínica e seus diálogos possíveis com abordagens terapêuticas contemporâneas.

1.3 Desconstrução da subjetividade e o corpo sem órgãos

Artaud propõe uma profunda reflexão sobre a libertação do corpo, desafiando as limitações impostas pelas convenções sociais e culturais. Ao introduzir a ideia de "corpo sem órgãos", ele sugere que o corpo deve se despojar das imposições externas e das estruturas que restrinjam sua verdadeira natureza (Barbosa, 2019). Esse conceito busca um rompimento com as normas condicionais, convidando o indivíduo a se reconectar com sua essência mais pura e autêntica, permitindo uma expressão plena e sem barreiras de seu potencial humano (Silva et al (2018).

A proposta de Artaud sobre o corpo como ferramenta terapêutica encontra ressonância no conceito de "corpo sem órgãos", de Deleuze e Guattari, em Anti-Édipo (1976). Este conceito refere-se a um corpo livre de imposições sociais e pessoais, um espaço de pura potencialidade, onde sentimentos e experiências podem ser vividos de forma mais autêntica e sem restrições. Deleuze e Guattari, assim como Artaud, propõem uma liberação das formas preestabelecidas, permitindo que o corpo e a mente se conectem de maneira mais profunda e sincera. No contexto terapêutico, isso sugere que, ao liberar o corpo, podemos proporcionar um espaço de transformação, onde o paciente percebe e interage de uma forma nova, ampliando suas possibilidades de cura e autodescoberta (Stubs, 2019).

Artaud critica a separação tradicional entre corpo e mente, proposta pelo dualismo cartesiano. Ele buscava, na verdade, uma integração entre esses dois aspectos do ser, rejeitando qualquer ideia que criasse uma divisão. Para ele, a verdadeira compreensão do ser humano requer uma visão holística, onde corpo e espírito coexistem de forma integral. Essa abordagem é crucial para entender o conceito de "corpo sem órgãos", que simboliza uma personalidade plena, livre das restrições pelas construções sociais (Lourençatto, 2023).

No pensamento de Artaud, a expressão da subjetividade dissidente está intimamente ligada ao conceito de "corpo sem órgãos", que desafia as normas psicológicas e sociais condicionais. Esse corpo busca desconstruir as subjetividades que foram impostas, permitindo que novos modos de ser e sentir possam surgir. Nesse contexto, o corpo sem órgãos não é apenas uma ideia abstrata, mas sim uma manifestação concreta de uma nova forma de pensar e existir, onde a corporeidade se torna uma expressão direta do pensamento, rompendo com as limitações do corpo moldado pelas convenções sociais e permitindo a emergência de uma investigação mais profunda (Silva et al, 2018).

As ideias de Artaud tiveram um impacto significativo nas práticas terapêuticas, especialmente aquelas que buscam promover uma expressão mais autêntica do indivíduo. Ao desafiar as limitações da subjetividade convencional, essas abordagens terapêuticas se alinham com o conceito do corpo sem órgãos, promovendo a liberação de indivíduos das estruturas pré-estabelecidas. Esse processo visa o acesso às camadas mais profundas da psique, facilitando a cura e o autoconhecimento. Dessa forma, a desconstrução da subjetividade não é apenas uma proposta teórica, mas também um caminho prático para que o ser humano se reconecte com sua essência mais verdadeira e se liberte das amarras impostas pela sociedade (Silveira, 2024b).

As ideias de Antonin Artaud, especialmente sua visão sobre a expressão visceral e autêntica do indivíduo, compartilham um ponto de convergência com a Esquizoanálise que enfatiza a desconstrução das estruturas psíquicas e sociais, permitindo a liberação de fluxos emocionais e criativos. No contexto terapêutico, ela oferece uma abordagem radical para acessar e transformar as camadas mais profundas da psique, alinhando-se à proposta do corpo sem órgãos (Artaud, 2020a).

Artaud antecipava, no teatro e na teatroterapia, conceitos fundamentais que mais tarde foram desenvolvidos pela Esquizoanálise, proposta de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Seu Teatro da Crueldade rompe com as formas tradicionais de representação e busca acesso a estados primitivos da psique, promovendo uma liberação da subjetividade por meio da experiência cênica intensa. Essa abordagem dialoga diretamente com a Esquizoanálise, que critica os modelos normativos da psicanálise tradicional e propõe uma forma de análise que privilegia fluxos de desejo, multiplicidade e transformação contínua (Hur, 2020).

O uso do teatro como ferramenta terapêutica, especialmente no contexto das contribuições de Antonin Artaud, encontra ressonância nas ideias filosóficas e psicanalíticas de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault. Deleuze e Guattari, em O Anti-Édipo (1976), propõem a Esquizoanálise como uma forma de ruptura com as normas sociais e subjetivas, algo que dialoga diretamente com o desejo de Artaud de desconstruir a ordem estabelecida por meio do Teatro da Crueldade. Para os autores, a subjetividade deve ser libertada dos fluxos de controle social e psíquico, permitindo que o sujeito se reconecte com seus poderes criativos e transformadores (Hur, 2020).

Esse movimento de destruição de normas e a busca por novas formas de expressão também é explorado por Foucault, que em História da Loucura (1961) discute como a sociedade controla e normaliza as formas de subjetividade, refletindo sobre a possibilidade de liberdade que o teatro, como prática terapêutica, pode proporcionar ao romper com essas normas. Assim, o teatro, ao explorar as propostas internas do sujeito e externalizar seus conflitos, pode atuar como uma potente ferramenta de transformação, alinhada às teorias de liberação da psique de Artaud e outros pensadores contemporâneos (HADDOCK-LOBO, 2008; Foucault, 2010).

A prática inspirada por Artaud mostra-se extremamente valiosa para a psicologia, pois pode oferecer um espaço onde os sujeitos experimentam novas formas de existência sem a tensão dos rótulos diagnósticos. Diferentes de abordagens que focam na normalização do comportamento, a teatroterapia artaudiana e esquizoanalítica incentiva a expressão autêntica e a desconstrução de identidades fixas. Dessa forma, permite que o indivíduo saia dos papéis sociais e se reconecte com seu próprio desejo, abrindo caminho para um processo terapêutico mais livre e criativo (Hur, 2020).

Além disso, esta prática é especialmente poderosa para o trabalho com pessoas que enfrentam sofrimento psíquico intenso, como indivíduos relatados com transtornos graves, que muitas vezes se sentem aprisionados por discursos médicos e sociais. O teatro, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta de expressão, mas um ato político e existencial de resistência, onde o indivíduo pode se reinventar sem as amarras da patologização. Portanto, ao trazer o poder transformador da Esquizoanálise para a cena teatral, Artaud oferece à psicologia uma abordagem terapêutica que desafia paradigmas e amplia possibilidades de cuidado, permitindo que o sujeito se liberte das estruturas que limitam sua existência e encontre novas formas de ser no mundo (Amorim, 2023).

A conexão entre psicologia, arte e política proposta por Artaud abre novas perspectivas sobre a subjetividade e suas possibilidades de transformação. Ao trazer o conceito de corpo sem órgãos para além do campo artístico, Artaud toca também a psicologia clínica e outras áreas do saber, ampliando nossa compreensão sobre a complexidade do ser humano. A ideia de desconstrução da subjetividade, então, se estende para processos terapêuticos e para a reflexão mais profunda sobre as maneiras pelas quais podemos acessar e transformar as camadas mais íntimas da psique, permitindo uma verdadeira reconfiguração do ser (Borges, 2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão literária, cujo objetivo é apresentar, analisar e interpretar diferentes fontes teóricas e empíricas que abordam o teatro como ferramenta terapêutica, com ênfase nas contribuições dos ideais de Antonin Artaud para a psicologia clínica. A revisão literária permite uma abordagem ampla e reflexiva sobre o tema, sem seguir um protocolo rígido de seleção de fontes, possibilitando uma análise mais interpretativa e exploratória (Cordeiro, 2007).

A metodologia de análise literária foi conduzida de forma sistemática e estruturada, com o objetivo de revisar e interpretar as fontes relevantes sobre o teatro como ferramenta terapêutica, com ênfase nas contribuições dos ideais de Antonin Artaud para a psicologia clínica (Moisés, 1996). O processo segue as etapas a seguir:

1. Definição das Palavras-chave: A primeira etapa consistiu na definição das palavras-chave que guiaram a pesquisa. Foram escolhidas palavras como “Psicodrama”

, “Teatro” , “Psicologia Clínica” , “Artaud” e “Teatroterapia” . Essas palavras foram selecionadas para garantir que os resultados da busca sejam focados nos aspectos terapêuticos do teatro, bem como na influência do pensamento de Antonin Artaud na psicologia.

2. Seleção das Bases de Dados: A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicos renomados. Foram escolhidas as seguintes fontes: SciELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online), Periódicos CAPES e PubMed. Essas bases de dados foram escolhidas por sua relevância e confiabilidade no fornecimento de literatura científica e acadêmica em psicologia e áreas correlatas, como o teatro e as artes cênicas.

3. Realização das Buscas: A busca foi realizada de forma cuidadosa nas bases de dados selecionadas, utilizando as palavras-chave definidas anteriormente. As palavras foram inseridas de maneira isolada e também em codificação, utilizando operadores booleanos (AND , OR , NOT) para refinar os resultados. Essa etapa permitiu ampliar os resultados e, ao mesmo tempo, garantir que os artigos e livros encontrados fossem pertinentes à pesquisa.

A busca foi realizada em materiais predominantemente em língua portuguesa. Durante a busca, o foco foi em artigos científicos, livros, dissertações, teses e outros materiais acadêmicos relacionados à psicologia clínica, à teoria de Artaud e ao teatro como prática terapêutica.

4. Triagem das Fontes: Após realizar as buscas, foi realizada uma triagem das fontes descobertas. Os materiais foram analisados e selecionados com base em sua relevância para o tema central da pesquisa. Foram incluídas fontes que discutiram a relação entre o teatro e a psicologia clínica, abordagens terapêuticas relacionadas ao teatro, e as contribuições específicas de Antonin Artaud para a psicologia. Também foram selecionadas fontes que discutiram a aplicação do teatro na terapia, com ênfase em suas implicações para a transformação subjetiva dos indivíduos. Fontes que se afastaram desses temas centrais, como aquelas que abordam apenas aspectos técnicos do teatro ou discussões teóricas sem relação com a prática terapêutica, foram restauradas.

5. Análise Quantitativa das Fontes: Após a triagem, foi realizada uma análise quantitativa das fontes selecionadas. Durante essa etapa, contabilizou-se o número de artigos, livros e outros materiais encontrados, segmentando-os por tipo de publicação. Além disso, foi realizada uma análise do idioma das fontes, identificando o quanto estavam disponíveis em português, inglês e espanhol. Esse levantamento ajudou a determinar a abrangência da pesquisa e a diversidade de perspectivas sobre o tema em diferentes contextos culturais e acadêmicos.

6. Organização das Fontes em Categorias Temáticas: Após uma triagem e análise quantitativa, as fontes foram agrupadas e organizadas em categorias temáticas . Isso permitiu que o conteúdo das fontes fosse aplicado de forma estruturada e que as diferentes contribuições para o tema fossem claramente destacadas. As categorias temáticas definidas foram:

- Fundamentos Teóricos do Teatro como Ferramenta Terapêutica
- O Teatro da Crueldade de Antonin Artaud e suas Implicações Terapêuticas
- Teatroterapia e Suas Aplicações Clínicas
- Convergências e Divergências entre Artaud e Moreno

Essas categorias ajudaram a organizar a análise de maneira lógica e coerente, permitindo uma compreensão mais profunda das interações entre o teatro e a

psicologia clínica, bem como das propostas terapêuticas emergentes desse campo de estudo.

7. Análise Qualitativa das Fontes: Com as fontes organizadas nas categorias temáticas, foi realizada uma análise qualitativa detalhada de cada uma. O objetivo desta análise foi compreender as relações entre os ideais de Antonin Artaud e as práticas terapêuticas que utilizam o teatro como ferramenta. Foi dada especial atenção às possíveis influências da Teoria do Teatro da Crueldade de Artaud nas abordagens clínicas contemporâneas e como esses conceitos podem ser aplicados no contexto terapêutico.

Durante esta análise qualitativa, foi explorado como o teatro pode ser utilizado para acessar camadas mais profundas da psique, trabalhar com emoções reprimidas e promover a transformação subjetiva. Também foi discutida a relação entre o pensamento artaudiano e as práticas terapêuticas, como o Psicodrama de Jacob Moreno, para identificar pontos de convergência e divergência entre essas duas teorias.

8. Síntese e Reflexão Crítica: Finalmente, com base na análise quantitativa e qualitativa, foi realizada uma síntese dos principais achados da pesquisa. A síntese focou em identificar as contribuições mais relevantes do teatro como ferramenta terapêutica, especialmente com relação às práticas que utilizam o teatro de forma inovadora para promover o bem-estar psicológico. A reflexão crítica buscou ampliar a compreensão das potenciais aplicações do teatro na psicologia clínica, bem como explorar as possibilidades de intervenção clínica com base na expressão cênica (Luna, Xavier, Pena, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os conceitos teatrais de Antonin Artaud trazem contribuições inovadoras para a psicologia clínica, especialmente no que se refere à expressão emocional e corporal no processo terapêutico. Seu Teatro da Crueldade propõe uma experiência intensa e sensorial, na qual o indivíduo rompe com bloqueios internos e acesso a emoções reprimidas. Essa perspectiva encontra ressonância em abordagens como o psicodrama e a bioenergética, que também utilizam o corpo como ferramenta essencial na ressignificação de vivências. Assim, o teatro, por mais que seja apenas uma forma de entretenimento, pode se tornar um espaço terapêutico de instrução subjetiva (Maia, Reis e Cruz, 2023).

Ao explorar a relação entre teatro e terapia, nota-se que a catarse, conceito já apresentado na tragédia grega e aprofundado na psicanálise freudiana, ganha novas nuances sob a ótica de Artaud. Sua visão do teatro como ritual aproxima-se das práticas terapêuticas contemporâneas que enfatizam a expressão simbólica e a performance como formas de elaborar traumas e angústias. Essa abordagem amplia as possibilidades terapêuticas, permitindo que o paciente, ao assumir diferentes papéis e narrativas, encontre novas formas de se compreender e se expressar (Cunha, 2013).

A obra Escritos de Antonin Artaud oferece um mergulho profundo em suas ideias sobre teatro, linguagem e expressão. Seus textos revelam uma visão inquieta e radical sobre a necessidade de um teatro que transcenda a palavra e atinja diretamente o inconsciente. Esta proposta, embora poderosa, desafia a estrutura tradicional da terapia verbal, levando à reflexão sobre como os elementos sensoriais e corporais podem ser integrados ao processo clínico. Da mesma forma, Linguagem e Vida amplia essa discussão ao questionar os limites da comunicação verbal, algo extremamente relevante para a psicologia, que lida constantemente com a dificuldade de expressão

dos pacientes e com a importância dos gestos, sons e silêncios na construção do discurso subjetivo (Artaud, 2020a).

Apesar do potencial terapêutico dos ideais de Artaud, sua aplicação clínica exige cautela. O caráter visceral do seu teatro pode ser desafiador para algumas pessoas, especialmente para aquelas com dificuldades de regulação emocional. Além disso, o teatro da crueldade, ao proporcionar experiências intensas e desconcertantes, exige um olhar atento do terapeuta para garantir que o processo seja seguro e benéfico. Adaptar essas ideias para contextos terapêuticos requer um equilíbrio entre estímulo à expressão e respeito aos limites individuais (Rodas, 2024).

A integração entre corpo e mente na terapia se torna evidente quando exploramos como o teatro, em suas diferentes formas, pode acessar e transformar as profundezas do inconsciente humano. Ambos os métodos terapêuticos, embora com abordagens distintas, reconhecem a importância da dramatização como uma poderosa ferramenta para lidar com emoções, conflitos internos e a renovação pessoal e coletiva (Stein, 2019).

Um dos métodos, o psicodrama, utiliza a dramatização como uma maneira de explorar e reorganizar vivências emocionais de maneira controlada e terapêutica. Ainda permite que os conflitos internos sejam externados, possibilitando uma reorganização emocional e comportamental, favorecendo a transformação pessoal. Nesse processo, o corpo é essencial para dar forma a sentimentos que muitas vezes estão reprimidos ou não são totalmente compreendidos (Guimarães, 2020). O psicodrama cria um "laboratório de vida" onde o indivíduo pode representar suas experiências, testar novas formas de lidar com emoções e melhorar suas relações e ao contrário de um mero descontrole emocional, busca uma viagem sistemática de autodescoberta e renovação, onde o indivíduo é guiado por um processo terapêutico seguro (Khouri, 2024).

Por outro lado, existe uma abordagem mais radical que propõe uma ruptura profunda com as defesas da psique. O teatro, nesse contexto, não se limita a ser um meio de expressão, mas um verdadeiro ritual de confronto com o inconsciente. Ao invés de promover uma abordagem gradual, a proposta busca provocar uma transformação drástica da consciência, forçando o indivíduo a enfrentar aspectos profundamente reprimidos de si mesmo. O objetivo não é apenas liberar emoções reprimidas, mas criar uma experiência visceral que permita uma mudança radical na percepção do eu e do mundo. Essa abordagem é mais intensa e descontrolada, funcionando como um choque para romper as estruturas psíquicas existentes (Vieira, 2021).

Ambas as abordagens têm em comum a crença de que o teatro é um meio único para acessar o inconsciente e provocar uma transformação profunda. O psicodrama oferece uma abordagem mais estruturada e controlada, enquanto a proposta mais intensa busca uma ruptura imediata e radical com as barreiras psíquicas. Contudo, em ambas, o teatro se configura como um espaço onde mente e corpo se encontram, permitindo a expressão simultânea de aspectos físicos e mentais, criando uma unidade psicofísica que facilita a cura e a transformação (Gonçalves; Wolff; Almeida, 2023).

Essas duas formas de utilizar o teatro como ferramenta terapêutica demonstram o potencial transformador da arte dramática. Seja pela exploração controlada das emoções no psicodrama ou pelo confronto visceral proposto em uma abordagem mais radical, o teatro tem o poder de ir além da simples comunicação verbal. Ele pode nos ajudar a explorar aspectos profundos de nossa psique, oferecendo uma nova perspectiva de autodescoberta e renovação, demonstrando que, muitas vezes, o corpo pode comunicar e curar aquilo que as palavras não conseguem alcançar (Pinto, 2017).

Dessa forma, os princípios artaudianos podem enriquecer a prática clínica, desde que utilizados de maneira consciente e adaptados às necessidades de cada paciente. A valorização do corpo, da performance e da experiência sensorial pode abrir caminhos inovadores para a terapia, proporcionando novas formas de contato com o inconsciente e proporcionando transformações profundas. O teatro, sob essa perspectiva, deixa de ser apenas uma encenação e se torna uma ferramenta de cura, um espaço onde emoções reprimidas ganham voz e movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, em conclusão, os conceitos teatrais de Antonin Artaud oferecem uma abordagem inovadora e poderosa para a psicologia clínica, ampliando as possibilidades terapêuticas por meio da valorização do corpo, da expressão emocional e da performance. Ao integrar os princípios de Artaud, como o Teatro da Crueldade, às práticas terapêuticas contemporâneas, é possível criar um espaço de cura onde as emoções reprimidas encontram uma maneira de se manifestar. No entanto, a aplicação desses conceitos exige um cuidado delicado, respeitando os limites e as necessidades individuais de cada paciente.

Dada a relevância e o potencial desse campo de estudo, sugerem-se mais investigações sobre a aplicação do teatro na psicoterapia, particularmente sobre como as práticas artaudanas podem ser adaptadas para diferentes contextos clínicos. A exploração dos limites e das possibilidades do Teatro da Crueldade em ambientes terapêuticos pode enriquecer a compreensão da relação entre expressão corporal, emocional e o processo de cura psicológica. Estudos futuros também podem investigar a eficácia de técnicas teatrais no tratamento de pacientes com diferentes dificuldades emocionais, promovendo uma integração mais profunda entre arte e terapia.

NOTAS

[1]Foi um dramaturgo, poeta, ator e teórico francês, cuja obra influenciou profundamente o teatro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Aparecida et al. **O que pode o esquizodrama inovações em intervenções clínico-institucionais**: trajetórias singulares intensivas, Belo Horizonte, 2023.

ARTAUD, Antonin. **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020a.

ARTAUD, Antonin. **Linguagem e vida**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020b.

BARBOSA, Tamira Mantovani Gomes. **Antonin Artaud e a desconstrução**: do teatro da crueldade ao corpo sem órgãos. 128 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

BARROS, Miriam. **Cenários da mudança terapêutica na Psicoterapia Psicodramática**: um estudo exploratório. Cidade: Editora Dialética, 2022.

BORGES, Hélia. **A clínica contemporânea e o abismo do sentido**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2020.

CAETANOS, Patrícia de Lima. **O corpo intenso nas artes cênicas:** procedimentos para o corpo sem órgãos a partir dos Bartenieff Fundamentals e do Body Mind Centering. 2018. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. **Revisão sistemática**: uma revisão narrativa. Revista do colégio brasileiro de cirurgiões, v. 34, p. 428-431, 2007.

Cunha, FM (2013). **A catarse teatral na formação humana** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1925-1995 D390a. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1 / Gilles Deleuze e Félix Guattari; tradução de Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010. 560 p. (Coleção TRANS).

DUMOULIÉ, Camille. **Antonin Artaud e o teatro da crueldade**. Lettres Françaises, 2010.

ESCARIÃO, Eneuda Ferreira da Silva. **Loucos pela diversidade:** contribuições de Paulo Amarante à luta antimanicomial no Brasil. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

FELIPE, Patrícia Longaretti. **Mídias sociais, tecnologia persuasiva e autonomia do consumidor na sociedade da sedução**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: Na Idade Clássica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010

GALENO, Alex; FRANÇA, Fagner; CASTRO, Gustavo. Antonin Artaud: **Insolências**. Belo Horizonte. Editora Moinhos, 2018.

GASPERI, Marcelo Eduardo Rocco de; VILELA, Glênio Araújo. O Jato de Sangue: Dialética e Anacronismo em Antonin Artaud. **Efêmeras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto , v. 4, pág. 63-83, 2020.

GONÇALVES, Camila Salles; WOLFF, José Roberto; ALMEIDA, Wilson Castello de. **Lições de psicodrama**: introdução ao pensamento de JL Moreno. São Paulo: Editora Agora, 2023.

GRAÇA, Marta Sofia Bernardo da. **Os adolescentes e o teatro na construção coletiva do ser**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro (Portugal).

GUIMARÃES, Sérgio. **Moreno, o mestre:** origem e desenvolvimento do psicodrama como método de mudança psicossocial. São Paulo: Editora Ágora, 2020.

GUIMARÃES, Sérgio. **O psicodrama antes e depois de Moreno**: dos gregos antigos à internet. São Paulo: Editora Ágora, 2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. História da loucura de Michel Foucault como uma "história do outro". **Veritas** (Porto Alegre), v. 53, n. 2, 2008.

HOLANDA, João Paulo Ferreira de. **Artaud-Heliogábalo:** carnaval, crueldade e profanação. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

HUR, Domenico Uhng. A clínica do corpo sem órgãos: esquizoanálise e esquizodrama. Porto Arte: **Revista de Artes Visuais**, v. 25, n. 44, p. 1-17, 2020.

KHOURI, Georges Salim. **Psicodrama interno no tratamento de traumas e mais além**. Editora Ágora, 2024.

LOURENÇATTO, Tatiana Watanuki. **Os exílios de Antonin Artaud**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2023.

LUNA, Carla Silva; XAVIER FILHO, José Anilson; PENA, Andrezza Priscylla Vieira Gomes. O teatro do oprimido como instrumento de intervenção da psicologia social. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco** - REUPE , v. 1, pág. 52-63. Recife, 2019.

MACHADO, Marcos Coimbra. **Voz/Corpo em ação**: uma experiência vocal/corporal a partir da técnica/filosofia dos Viewpoints. 2020. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

MAIA, João Roberto; REIS, José Roberto Franco; CRUZ, Leandra Brasil de. **Pensar a Loucura:** trilhas literárias, culturais, históricas. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2023.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. editora Cultrix, 1996.

MORENO, JL **Psicodrama**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

OLIVEIRA, Felipe Henrique Monteiro. **Antonin Artaud e o Brasil**. Paco e Littera, 2021.

PAVINI, Renan. **As Máscaras de Artaud**. PUCPRess, 2021.

PEREIRA, Adalgiza Luz. **O teatro na saúde mental e suas implicações na expressão dos afetos:** um estudo com usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Católica de Santos, 2021

PEREIRA, Tiago Henrique Pimentel. **Do palco à tela**: experiências teatrais na internet a partir dos tempos pandêmicos. 2024. Doutorado em Estudos Literários - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PINTO, Wilson Luís Farias. **Histórias em cena**: estéticas do oprimido como uma estratégia de cuidado inter-humano. 2017. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará - campus Sobral, Sobral, 2017.

Rodas Ramalho, D. (2024). **O Corpo Hierofânico**: O Teatro Da Crueldade De Antonin Artaud Enquanto Transformação Físico-Espiritual Das Corporeidades. O Mosaico, 18(1).

ROJAS, Viviane Ramos. **Teatro terapia**: um estudo com jovens vulneráveis. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROJAS-BERMÚDEZ, Jaime G. **Introdução ao psicodrama**. São Paulo: Editora Ágora, 2016.

SHISHIDO, Cesar Augusto de Oliveira. **O teatro e seu duplo de Antonin Artaud**: uma outra cena do inconsciente. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, André Ribeiro da; ALVES, Marly Shirley. Literatura Brasileira: modos de usar, de Luís Augusto Fischer. **Revista Desenredos**, Teresina, PI, ano XI, n. 31, 2019.

SILVA, Luciano Ferreira da; RUSSO, Rosária de Fátima; SEGGER, Macri; OLIVEIRA, Paulo Sérgio Gonçalves de. Quantitativa ou qualitativa? Um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e descobertas. **Revista Pretexto** , pág. 30-45, 2018.

SILVEIRA, Nice. **O mundo das imagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2024b.

STEIN, Murray. **Psicanálise junguiana**: trabalhando no espírito de CG Jung. Cidade: Editora Vozes, 2019.

STUBS, Roberta. **Devires de uma experiência corporal**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

TUBINO, Carmela; MOSCHEN, Simone. **Escrituras do grito em Antonin Artaud**. Psicologia USP, v. 32, p. e180132, 2021.

VIEIRA, Urion Braga. **Encenando mitos:** o teatro como limiar entre o sagrado e o profano. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Arte-Teatro) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2021.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Guilherme Warkentin de Araújo**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Caio Cesar Brum**, Psicólogo, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Piettro Ribeiro Lamonier**, Psicólogo, Especialista, Centro Escola de Especialidades Médicas - Unimax.
4. **Sonielson Luciano de Sousa**, Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

PANORAMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CAPITAIS DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL

Gabriel Mascarenhas Pereira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Marluce Vasconcelos Calazans Pilger
Secretaria do Estado da Saúde do Tocantins

RESUMO

Este estudo analisou a existência de varas nominalmente especializadas em crimes contra crianças e adolescentes nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Realizou-se pesquisa documental, entre 31/08 e 15/09 de 2025, nos portais oficiais dos Tribunais de Justiça brasileiros. Constatou-se que 16 capitais (59,3%) possuem varas especializadas para este fim, enquanto 11 (40,7%) não apresentam essa denominação. Observou-se concentração no Sudeste e lacunas no Norte, Nordeste e Sul. Os achados indicam institucionalização parcial, com diversidade terminológica e fragilidades que podem comprometer a efetividade da escuta protegida. Recomenda-se padronização, investimentos e articulação intersetorial.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Varas especializadas; Sistema de justiça; Revitimização.

INTRODUÇÃO

A consolidação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro transformou as expectativas quanto às respostas estatais diante de situações de violência, que agora visam a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, Lei nº 8.069/1990) exigindo procedimentos e estruturas capazes de acolher, proteger e produzir prova sem causar revitimação. Nesse sentido, a Lei nº 13.431/2017 instituiu o sistema de escuta protegida e delineou procedimentos destinados a reduzir a repetição de relatos e a exposição das vítimas, ao passo que a Lei nº 14.344/2022 denominada Lei Henry Borel ampliou o escopo sancionatório e as medidas protetivas de urgência em casos de violência contra sujeitos com menos de 14 anos (Brasil, 2017; Brasil, 2022).

Não obstante esse marco normativo, evidenciam-se lacunas entre a norma e a prática cotidiana, em que relatórios e levantamentos recentes apontam elevado número de notificações de violência contra crianças e adolescentes e condições institucionais que favorecem a revitimização, seja pela necessidade de múltiplas oitiva(s), seja pela ausência de espaços adequados de escuta especializada e de fluxos intersetoriais consolidados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNICEF Brasil; IPEA, 2023; MDHC/UNICEF, 2023). Diante desse panorama, a especialização de varas judiciais, entendida como a existência de unidades com competência, infraestrutura e práticas processuais orientadas para o atendimento de crimes contra crianças e adolescentes, é um elemento para a efetividade da escuta protegida e para a redução

da revitimização institucional. Entretanto, a mera designação de competência sem concomitante investimento em capacitação de profissionais e articulação interinstitucional configura um vazio operativo, em que atribuir competência a uma vara sem as condições técnicas e materiais para cumprir os preceitos da Lei nº 13.431/2017 não assegura a proteção prevista no ECA (Costa, 2008). Ademais, manifestações e estudos sobre a organização judiciária têm registrado resistência de parcela da magistratura em assumir varas de alta carga emocional e complexidade técnico-jurídica, fenômeno que limita a criação e a sustentação dessas unidades especializadas (Migalhas, 2025). Nesse sentido, o presente trabalho parte da seguinte questão: quantas capitais das unidades federativas (UFs) e Distrito Federal (DF) do Brasil possuem varas especializadas para atendimentos de processos de crimes contra crianças e adolescentes.

O objetivo é quantificar, por capitais das 26 unidades federativas e Distrito Federal, a presença de varas com competência dirigida ao atendimento de crimes contra crianças e adolescentes; mapear um panorama nacional das capitais que possuem e as que não possuem varas especializadas; mapear as capitais que não possuem varas especializadas; para tanto, se adotou uma pesquisa documental, explorando-se os portais oficiais do Poder Judiciário de cada UF e no DF.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Histórico legal das crianças e adolescentes

A maneira como nomeamos os sujeitos e fenômenos sociais carrega em si sentidos, valores e ideologias que moldam nossa percepção e, por consequência, nossas práticas, desse modo, ela não é neutra. No caso das crianças e adolescentes, historicamente, foram (e ainda são) designadas por termos que além de silenciar suas subjetividades, reforçam estruturas que as inferiorizam. Um exemplo significativo é a palavra "menor", amplamente utilizada no vocabulário jurídico e institucional brasileiro a partir do final do século XIX, especialmente após o Código de Menores de 1927.

Essa terminologia reduz esses sujeitos a uma condição de carência, perigo ou inadequação, associando-os à marginalidade e esvaziando suas identidades como cidadãos de direitos. Por essa razão, seu uso deve ser evitado, pois reproduz visões discriminatórias e tutelares que contrariam a lógica da proteção integral. De modo semelhante, o termo "infante", derivado do latim infans, significa “aquele que não fala”, também carrega implicações simbólicas pois a sua etimologia revela uma concepção da criança como ser sem voz, sem lugar legítimo na linguagem e, por extensão, na vida pública.

Apesar de aparentemente inofensivos, esses vocábulos reforçam a exclusão simbólica e epistemológica de crianças e adolescentes, negando-lhes participação, escuta e reconhecimento enquanto sujeitos plenos. É importante observar que, principalmente o campo do direito, mesmo sendo responsável pela consagração de avanços importantes em termos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), ainda perpetua, em sua linguagem e práticas cotidianas, expressões herdadas de concepções arcaicas.

O chamado “juridiquês” distancia os profissionais dos sujeitos de direito e contribui para a manutenção de paradigmas que precisam ser superados. Neste texto, portanto, optou-se por referir sempre a crianças e adolescentes, nesses termos, não por formalismo, mas como um posicionamento político, ético e linguístico que se alinha

ao que estabelece o ECA, o reconhecimento desses sujeitos como pessoas em condição de desenvolvimento, merecedoras de respeito, proteção e escuta qualificada.

Ao recusar termos que os diminuem ou silenciam, busca-se afirmar sua dignidade e fomentar uma escuta que seja, de fato, protegida. Durante grande parte da história, crianças e adolescentes foram socialmente negligenciadas, muitas vezes confundidas com a vida adulta e desprovidas de direitos ou cuidados específicos. Somente a partir do século XVII, com mudanças culturais e sociais na Europa, passaram a ser gradualmente percebidas como sujeitos em desenvolvimento, merecedoras de atenção diferenciada. Esse reconhecimento, no entanto, apenas se consolidou ao longo do século XX, com a promulgação de legislações nacionais e internacionais que instituíram a proteção integral como princípio norteador das políticas voltadas às crianças e adolescentes.

A mudança de paradigma na forma como as crianças e adolescentes passaram a ser tratados no sistema de justiça é resultado de uma série de convenções e tratados internacionais, como a Declaração de Genebra (1924), a Declaração dos Direitos da Criança (1959), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e seus protocolos facultativos, especialmente os que tratam da exploração sexual contra crianças e adolescentes e do direito à escuta protegida. Esses marcos construíram a noção da criança como sujeito de direitos, com prioridade absoluta na formulação e execução de políticas públicas e no sistema de justiça (ONU, 1989; Brasil, 1990).

No Brasil, esse movimento culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. A partir daí, a doutrina da proteção integral passou a nortear a atuação estatal e social, assegurando às crianças e adolescentes o direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária e à proteção contra toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1990). Apesar desses avanços normativos, a violência contra crianças e adolescentes segue como uma grave violação de direitos, sendo expressos por violências tipificadas por exemplo, como física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional, negligência, crianças em situações laborais, violência química, entre outras.

Cada uma dessas expressões carrega implicações que podem ser devastadoras para o desenvolvimento biopsicossocial da vítima e exige uma resposta integrada e qualificada da rede de proteção. Dentre essas formas, a violência institucional destaca-se por seu caráter paradoxal que se manifesta no interior das estruturas que deveriam proteger, ocorrendo por práticas que configuram revitimização, como atendimentos sem escuta qualificada, frieza, exposição desnecessária da vítima, repetição de relatos e ausência de encaminhamentos adequados e que acabam por corroer a confiança das pessoas nos serviços públicos e reduzir sua capacidade de romper o ciclo de violências (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC, 2023).

A tipificação legal recente reconhece a gravidade do fenômeno: a Lei n. 14.321/2022 incluiu, na lei de abuso de autoridade, o crime de violência institucional precisamente para coibir procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos que forçam a vítima a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência (Brasil, 2022). Protocolos técnicos de escuta protegida reforçam a necessidade de limitar a exposição e a repetição de depoimentos, estruturando a escuta especializada como conjunto de procedimentos éticos e protocolares destinados a reduzir a revitimização e a proteger a dignidade das pessoas atendidas (Santos; Gonçalves; Alves Júnior, 2020; MDHC, 2023).

A prática institucional dessa natureza revitimizante ocorre desde a primeira escuta até as transições entre órgãos, assumindo formas tanto por omissão (falta de encaminhamento, ausência de acolhimento) quanto por ação (linguagem culpabilizadora, procedimentos invasivos), refletindo rotinas burocráticas e culturas institucionais que naturalizam discriminações (Sanches; Batista, 2024; MPPI, 2024).

Outrossim, a violência institucional é problema de política pública por sua transversalidade, multicausalidade, fatores individuais, relacionais, comunitários e estruturais se entrecruzam, o que exige respostas interprofissionais e intersetoriais articuladas, com fluxos de encaminhamento efetivos, capacitação contínua de profissionais e mecanismos de responsabilização e monitoramento que incorporem indicadores sobre revitimização (MDHC, 2023; MPPI, 2024). Em termos práticos, reduzir a violência institucional exige protocolos centrados na pessoa atendida que diminuam a repetição de relatos, prezando-se pela privacidade e consentimento informado, formação contínua em escuta sensível a traumas, supervisão interprofissional, canais acessíveis de reclamação e indicadores que permitam monitorar qualidade do acolhimento e desfechos, medidas que, juntas, podem restaurar confiança no sistema e romper a cadeia de reprodução institucional da violência (Santos; Gonçalves; Alves Júnior, 2020; Sanches; Batista, 2024).

A legislação brasileira vem tentando corrigir essas falhas por meio de normativas específicas, como a Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, representa um marco fundamental, ao criar um sistema de garantia de direitos voltado à escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Essa lei define dois procedimentos distintos: escuta especializada e depoimento especial, e visa, principalmente, evitar a revitimização secundária no sistema de justiça e na rede de proteção (Brasil, 2017). O reconhecimento da violência institucional como categoria jurídica foi um avanço importante promovido pela Lei da Escuta Protegida, ao estabelecer que práticas ineficazes ou desumanizadas por parte do poder público também são formas de perpetuar a violência contra crianças e adolescentes.

Essa preocupação foi reforçada com a criação da Lei nº 14.344/2022, a chamada Lei Henry Borel, que altera dispositivos do Código Penal, da Lei de Execução Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria Lei da Escuta Protegida. Essa legislação define como crime hediondo o homicídio de menores de 14 anos, estabelece o afastamento do agressor e reforça a responsabilidade das instituições em proteger, e não agravar, a situação da vítima. Além das leis, resoluções e recomendações recentes vêm consolidando práticas como o uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF), lançado em 2020, e a Recomendação nº 157/2024 do CNJ, que orienta a adoção de protocolos para escuta em ações de família que envolvam crianças e adolescentes. Essas normativas visam assegurar o direito à escuta qualificada, ética, respeitosa e alinhada à condição peculiar de desenvolvimento das vítimas.

Silva e Andrade (2019) apontam que, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) represente um marco legal de proteção, práticas punitivas e excludentes continuam sendo reproduzidas em instituições que deveriam garantir direitos. Essa constatação é reforçada por Assis, Pires e Silva (2019), que destacam a dificuldade de efetivação da proteção integral, mesmo diante de avanços normativos conquistados após a Constituição de 1988. Os estudos convergem no diagnóstico de que a violência institucional se manifesta tanto na negligência quanto na revitimização. Koch (2020) problematiza a naturalização dessas práticas e aponta a responsabilidade da Psicologia em não apenas denunciar violações, mas também propor formas de atuação crítica.

Nesse sentido, Oliveira e Mendes (2018) ressaltam que a contradição entre discurso legal e prática institucional revela a fragilidade do Estado em consolidar políticas públicas efetivas, o que perpetua situações de exclusão e sofrimento social. Outro ponto destacado é a revitimização das crianças em processos judiciais. Trennepohl (2022) mostra que a forma tradicional de oitiva gera danos adicionais às vítimas, reforçando a necessidade da implantação do depoimento especial previsto pela Lei nº 13.431/2017.

A ausência de estrutura, de profissionais capacitados e de articulação entre os órgãos competentes agrava os riscos de revitimização e amplia os efeitos da violência institucional. Por sua vez, Souza e Oliveira (2020) evidenciam que o enfrentamento à violência exige mais do que avanços legais; é necessário superar desigualdades estruturais, fortalecer redes de proteção e garantir recursos efetivos para a execução das políticas.

A ausência de integração intersetorial, somada à escassez de mecanismos de monitoramento, fragiliza o processo de responsabilização das instituições, como salientam também Assis, Pires e Silva (2019). Contudo, o desafio não está apenas na existência das leis, mas na efetiva implementação desses instrumentos. A revitimização ainda é uma realidade comum nos atendimentos institucionais, especialmente quando há desconhecimento da legislação, ausência de preparo técnico ou negligência nas práticas institucionais. Como consequência, muitas crianças e adolescentes optam pelo silêncio, pela omissão ou pelo abandono do processo de denúncia, perpetuando ciclos de sofrimento e impunidade. Trata-se, portanto, de uma fragilidade sistêmica na aplicação das normativas e na capacitação técnica dos diversos atores (judiciário, conselho tutelar, serviço social, saúde e educação).

Tal fenômeno configura um entrave direto à criação, manutenção e à expansão das varas especializadas, prejudicando a consolidação de práticas que garantam respostas mais acolhedoras, céleres, interprofissionais e em conformidade com as interseccionalidades que circulam a violência.

Essa resistência estrutural traduz-se em limitações na proteção de crianças e adolescentes, na medida em que reduz a capacidade do sistema de ofertar fluxos integrados de atendimento e decisões que considerem a dimensão humana dos casos. A Lei da Escuta Protegida criou o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência. Nela, dois procedimentos ganham centralidade: o depoimento especial, realizado por profissional capacitado para aplicar o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, em ambiente adequado e com foco na produção de prova judicial; e a escuta especializada, conduzida por profissionais da rede de proteção para fins de acolhimento e encaminhamento.

Ambos visam à não revitimização. A Lei nº 14.344/2022, por sua vez, criminaliza a omissão institucional, desse modo, profissionais que se omitem diante de sinais de abuso, negligenciam denúncias ou deixam de adotar medidas de proteção podem ser responsabilizados criminal, civil e administrativamente, desde advertências e suspensões até perda do cargo ou registro profissional, dependendo da gravidade da omissão.

Ainda assim, o descompasso entre lei e prática é evidente, questão corroborada por dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do UNICEF (2023), que revelam que entre 2021 e 2023, mais de 165 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados no Brasil. Em 2022, 54.490 estupros de crianças e adolescentes foram registrados no SUS. Além disso, 15.371 mortes violentas foram computadas no período, e apesar desses números, muitos profissionais ainda

desconhecem os protocolos da escuta protegida, e o próprio conceito de revitimização segue ausente na formação e no cotidiano de atendimento. Em muitos casos, crianças são obrigadas a repetir seu relato diversas vezes, sem amparo psicológico e em espaços improvisados, e assim as falhas institucionais tornam-se fonte de sofrimento adicional. A revitimização ocorre quando a rede, ao invés de proteger, amplia o dano, seja pela repetição de relatos, pela exposição da vítima ao agressor ou pela ausência de encaminhamentos adequados.

As crianças e adolescentes devem ser compreendidos como sujeitos em desenvolvimento peculiar, possuindo direitos específicos que exigem proteção integral. O ECA (Brasil, 1990) estabelece que a prioridade absoluta deve orientar políticas públicas e práticas institucionais, uma vez que este grupo social encontra-se em processo contínuo de formação física, cognitiva e socioemocional. A literatura ressalta que o desenvolvimento infantil é marcado pela vulnerabilidade, mas também pelo potencial de crescimento quando garantidas condições adequadas de cuidado, proteção e estímulo (Coimbra, 2014; Neubauer; Keitiel; Maciel, 2021). Nesse sentido, a consideração de que crianças e adolescentes não são "adultos em miniatura", mas sujeitos com necessidades próprias, é essencial para construir respostas institucionais capazes de assegurar-lhes dignidade, saúde e segurança.

Uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes representa uma instância estratégica de cuidado jurídico-institucional, ao articular um olhar atento às demandas específicas dessa população com a aplicação efetiva da legislação protetiva. A especialização possibilita maior sensibilidade dos operadores do direito frente às peculiaridades das crianças e dos adolescentes, favorecendo práticas processuais menos revitimizantes e mais alinhadas aos preceitos legais (Neubauer; Keitiel; Maciel, 2021). Dessa forma, o reconhecimento da especificidade dessa categoria etária, aliado à padronização administrativa e à capacitação técnica, tem o potencial de promover maior cuidado e proteção, materializando a prioridade assegurada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Diante desse panorama, torna-se importante analisar se há a existência formal de varas especializadas. A compreensão desse cenário permitirá verificar em que medida os avanços legais se traduzem em práticas institucionais capazes de prevenir a revitimização e assegurar a dignidade de crianças e adolescentes no sistema de justiça. Esse é o ponto de partida para a investigação que se segue, articulando os dados coletados com a análise crítica aqui desenvolvida.

1.2 Varas especializadas

As varas especializadas consistem em unidades judiciais organizadas por competência temática isto é, destinadas a processar e julgar demandas de natureza específica (por exemplo, infância e juventude), com distribuição processual direcionada, juízes e equipes que acumulam experiência na matéria e rotinas cartorárias e protocolares adaptadas à complexidade do tema (CNJ, 2020). A adoção desse modelo visa, de forma pragmática, à maior celeridade, especialização técnica e previsibilidade procedimental, além de possibilitar a incorporação sistemática de apoio multidisciplinar (psicologia, serviço social, perícia médica) que qualifique a tomada de decisão (Costa; documento fornecido; CNJ, 2020). No campo da justiça criminal envolvendo crianças e adolescentes, a especialização assume papel estratégico: permite a implementação coordenada de protocolos de escuta (como o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense PBEF e dos procedimentos previstos na Lei nº

13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida), que distinguem escuta especializada e depoimento especial com o objetivo explícito de reduzir repetições desnecessárias de relatos e limitar a exposição da vítima (Brasil, 2017; PBEF, 2020).

Tal organização é importante para prevenir a revitimização secundária, fenômeno pelo qual a própria atuação institucional, com repetição de entrevistas, linguagem culpabilizadora, exposições públicas, procedimentos invasivos ou falta de encaminhamentos. Tudo isso agrava o dano já sofrido pela criança ou adolescente, porque varas especializadas tendem a estruturar fluxos intersetoriais que evitam a circulação da vítima entre órgãos diferentes e a redundância de depoimentos (Santos; Gonçalves; Alves Júnior, 2020; MDHC, 2023). Além disso, a existência de núcleos de suporte técnico vinculados à vara (psicólogos, assistentes sociais, especialistas forenses) permite que as decisões processuais considerem aspectos do desenvolvimento e da vulnerabilidade, reduzindo a necessidade de confrontos ou de medidas judiciais que exponham a vítima (Oliveira; Mendes, 2018; Trennepohl, 2022).

Não obstante as vantagens, a especialização enfrenta limites práticos: exige recursos estruturais e humanos (ambientes adequados, formação continuada, supervisão interprofissional) e, em muitos locais, topa com resistências institucionais entre elas, a relutância de parte da magistratura em assumir varas com alta carga emocional e complexidade técnica o que dificulta a criação, manutenção e expansão uniformes dessas unidades (CNJ, 2020). Importa também salientar que a mera existência formal de uma vara "especializada" não garante proteção eficaz se não houver protocolos implementados, capacitação permanente e articulação com a rede de proteção; em outras palavras, a especialização é necessária, mas não suficiente, para eliminar a revitimização (Silva; Andrade, 2019; Assis; Pires; Silva, 2019).

Finalmente, avanços legislativos recentes como a tipificação da violência institucional em normas correlatas a partir da Lei Henry Borel (Lei nº 14.321/2022) e recomendações e protocolos técnicos (PBEF, 2020; CNJ, 2020) reforçam a obrigação estatal de estruturar respostas que priorizem a escuta qualificada, o acolhimento e encaminhamentos rápidos e integrados, sendo as varas especializadas um dos instrumentos institucionais mais promissores para materializar essas exigências normativas na prática cotidiana, com impacto direto na redução da revitimização e na efetivação dos direitos consignados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990; Brasil, 2017; Brasil, 2022).

Cabe ressaltar novamente que a existência formal de uma vara especializada não garante a materialização da escuta protegida. Para que a especialização se traduza em proteção real são necessárias salas de escuta, profissionais capacitados, protocolos implementados e articulação intersetorial (Saúde, Assistência Social, Conselhos Tutelares). Sem esses elementos, a designação corre o risco de ser meramente nominal (Silva; Andrade, 2019; Oliveira; Mendes, 2018).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória (Piovesan; Temporini, 1995), de natureza quantitativa e documental (Oliveira, 2011). Realizou-se busca nos portais oficiais dos Tribunais de Justiça das 26 capitais e do Distrito Federal, com o objetivo de identificar a existência de varas com competência nominalmente explícita para crimes contra crianças e adolescentes. Foram incluídas apenas varas localizadas nas capitais e no DF que apresentassem na descrição institucional presente no portal de seu respectivo Tribunal de Justiça, competência específica para a classe de ações em tela.

Para cada capital foram extraídos e registradas as seguintes variáveis: (a) existência de vara especializada (sim/não); (b) nome oficial da vara; (c) ano de implantação (quando disponível); (d) fonte (URL do portal). O levantamento foi realizado entre 31 de agosto e 15 setembro de 2025 e os dados foram armazenados em planilha Excel para possibilitar a tabulação e a elaboração da tabela contendo tais informações. Os dados tabulados foram submetidos a análise descritiva básica de frequências e percentuais, com o objetivo de quantificar a distribuição de varas especializadas entre as capitais e identificar padrões regionais. Ao final, foi elaborado um quadro contendo todas as capitais (incluindo o DF) com os campos descritos e outro quadro com a delimitação por região.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento realizado entre 31/08/2025 e 15/09/2025 identificou a existência de varas nominalmente especializadas em crimes contra crianças e adolescentes em 15 das 27 capitais brasileiras (incluindo o Distrito Federal), correspondendo a 59,3% do total. As demais 11 capitais (40,7%), não apresentaram, em seus portais oficiais, unidades com essa designação específica de competência. Observou-se que algumas capitais concentram mais de uma vara com essa finalidade, como Salvador/BA, Belém/PA e São Paulo/SP, que contam com três ou mais unidades voltadas ao atendimento de processos envolvendo crimes contra crianças e adolescentes. Por outro lado, capitais como Palmas/TO, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC não possuem varas com competência explicitamente especializada para essa demanda.

Na Tabela 1 são apresentados os resultados por unidade federativa, indicando a presença ou ausência de varas especializadas e suas denominações oficiais:

Tabela 01 – Relação da existência ou não de varas nominalmente especializadas em crimes contra crianças e adolescentes nas capitais brasileiras (2025)

UF/capital	Existência de vara especializada	Nome oficial da vara
AC/Rio Branco	Não	--
AL/Maceió	Sim	14ª Vara Criminal da Capital - Crime Contra Menor/Idoso/Deficiente e Vulnerável
AP/Macapá	Não	--
AM/Manaus	Sim	1ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes; 2ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
BA/Salvador	Sim	1ª Vara Especializada Criminal da Infância e Juventude; 2ª Vara Especializada Criminal da

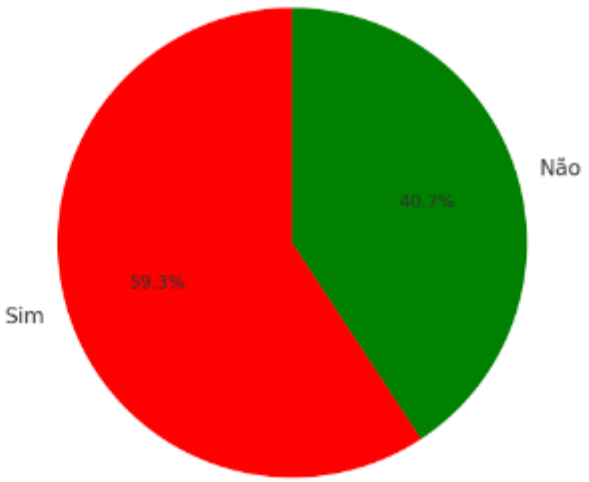
		Infância e Juventude; 1ª Vara dos Feitos Relativos aos Crimes contra a Criança e Adolescente de Salvador
CE/Fortaleza	Sim	Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente da Comarca de Fortaleza
DF/Brasília	Sim	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente
ES/Vitória	Sim	Vara Especializada em Crimes contra a criança e o adolescente (VECA) de Vitória 5ª Vara Criminal (Vara Especializada em Crimes contra a criança e o adolescente) de Vitória
GO/Goiânia	Sim	1ª Vara Criminal dos crimes contra vítimas hipervulneráveis (Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos), crimes de trânsito e crimes contra a ordem tributária; 2ª Vara Criminal dos crimes contra vítimas hipervulneráveis (Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos), crimes de trânsito e crimes contra a ordem tributária.
MA/São Luís	Não	--
MS/Campo Grande	Sim	Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente (VECA)
MT/Cuiabá	Não	--
MG/Belo Horizonte	Sim	1ª Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente
PA/Belém	Sim	1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes
PB/João Pessoa	Não	--
PR/Curitiba	Sim	1ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos

ISSN 2595-2110

		2ª Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos
PE/Recife	Não	--
PI/Teresina	Sim	6ª Vara Criminal (Delitos e Crimes Praticados ou Tentados contra Crianças e Adolescentes)
RJ/Rio de Janeiro	Sim	1ª Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente
RN/Natal	Não	--
RS/Porto Alegre	Não	--
RO/Porto Velho	Sim	Vara De Crimes Contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho/RO
RR/Boa Vista	Sim	Vara de Crimes contra Vulneráveis
SC/Florianópolis	Não	--
SP/São Paulo	Sim	1ª Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes da Capital; 2ª Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes da Capital; 3ª Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes da Capital
SE/Aracaju	Não	--
TO/Palmas	Não	--

Fonte: os autores.

Figura 01 – Proporção de capitais com varas especializadas no Brasil (2025)



Fonte: os autores.

A análise regional evidencia que o Sudeste é a única região com 100% de cobertura, enquanto Norte, Nordeste e Sul apresentam menos da metade de suas capitais com varas especializadas. Essa distribuição pode ser visualizada na Tabela 2. Em nível nacional, observa-se que pouco mais de um terço das capitais ainda não contam com unidades dessa natureza. Esses achados reforçam a heterogeneidade da organização judiciária e a necessidade de investimentos estruturais, especialmente em regiões com menor cobertura.

Tabela 02 - Distribuição de capitais com varas especializadas por região (2025)

Região	Total de capitais	Capitais com varas especializadas	Capitais sem varas especializadas
Norte	7	4 (AM, PA, RO, RR)	3 (AC, AP, TO)
Nordeste	9	4 (AL, BA, CE, PI)	5 (MA, PB, PE, RN, SE)
Centro-Oeste	4	3 (DF, GO, MS)	1 (MT)
Sudeste	4	4 (ES, MG, RJ, SP)	0
Sul	3	1 (PR)	2 (RS, SC)
Brasil	**27**	**15 + DF (total 16)**	**11**

Fonte: os autores.

Esses dados mostram que o Sudeste apresenta cobertura plena nas capitais, ao passo que Norte, Nordeste e Sul concentram as maiores lacunas. Mesmo adotando a contagem alternativa (16/27), o padrão regional de concentração no Sudeste e fragilidade em outras regiões permanece. Capitais como São Paulo, Salvador e Belém apresentam múltiplas varas direcionadas ao atendimento de crimes contra crianças e adolescentes. Essa concentração pode indicar (a) maior demanda processual; (b) prioridades administrativas locais; ou (c) iniciativas de gestão que privilegiaram a especialização. Tal concentração também facilita a articulação de equipes multidisciplinares e a institucionalização de rotinas (CNJ, 2020; PBEF, 2020).

Há também o fator de heterogeneidade terminológica, o que dificulta a padronização de levantamentos e a comparação entre unidades. Essa diversidade terminológica reforça a necessidade de critérios claros para classificar uma vara como "especializada" (CNJ, 2020). Foram observadas as seguintes variações na denominação das varas: Vara Criminal da Capital - Crime Contra Menor/Idoso/Deficiente e Vulnerável; Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes; Vara Especializada Criminal da Infância e Juventude; Vara dos Feitos Relativos aos Crimes contra a Criança e Adolescente; Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente; Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente; Vara Criminal dos crimes contra vítimas hipervulneráveis (Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência, Idosos), crimes de trânsito e crimes contra a ordem tributária; Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes; Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos; Vara Criminal (Delitos e Crimes

Praticados ou Tentados contra Crianças e Adolescentes); Vara de Crimes contra Vulneráveis; Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes.

Em contraste, capitais como Palmas/TO, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC não apresentam denominação explícita de vara especializada. A inexistência formal implica risco de lacunas no atendimento e maior probabilidade de revitimização, na medida em que a Lei nº 13.431/2017 pressupõe estruturas e fluxos específicos para reduzir repetições de oitiva e exposição da vítima (Brasil, 2017; Santos; Gonçalves; Alves Júnior, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho atingiu os objetivos propostos ao quantificar a presença de varas com competência nominalmente dirigida ao atendimento de crimes contra crianças e adolescentes nas capitais das 27 UFs; mapeou, em nível nacional e regional, as capitais que dispõem e as que não dispõem dessa denominação; e identificou padrões relevantes na distribuição e na nomenclatura institucional. Com base no levantamento documental realizado entre 31/08/2025 e 15/09/2025, verificou-se que 16 das 26 capitais e o Distrito Federal (59,3%) apresentam, em seus portais oficiais, varas nominalmente especializadas, enquanto 11 capitais (40,7%) não exibem essa designação.

Os achados indicam um processo de institucionalização parcial no qual a existência formal de varas especializadas não é uniforme e, em muitos casos, a diversidade de denominações revela ausência de padronização administrativa. Essa fragmentação institucional, associada à presença de capitais sem identificação explícita de unidades especializadas, sugere fragilidades que podem comprometer a efetividade da escuta protegida prevista na legislação. Verificou-se, ainda, concentração de múltiplas varas em algumas capitais e ausência formal em outras, padrão que pode afetar a distribuição de recursos e a organização de equipes multidisciplinares.

O levantamento mostrou também a heterogeneidade terminológica nas denominações das varas, o que dificulta a comparação entre unidades e a construção de bases de dados consistentes. Essa variação reforça a necessidade de critérios claros e padronizados para classificar uma vara como "especializada", de modo a facilitar monitoramento e políticas públicas orientadas.

A pesquisa não foi conclusiva quanto à capacidade funcional das varas identificadas, pois a existência formal não permitiu aferir, a partir das fontes consultadas, a presença de salas de escuta, equipes multidisciplinares ou articulação intersetorial operacional. Em razão disso, recomenda-se a realização de estudos complementares de campo para avaliar a estrutura física, os fluxos de atendimento e a efetividade das práticas de escuta protegida nas unidades identificadas.

Em termos práticos, os resultados apontam a necessidade de (i) padronização administrativa das denominações e critérios de especialização; (ii) validação e atualização das informações publicadas nos portais judiciais; e (iii) investimentos em infraestrutura, capacitação e articulação intersetorial, especialmente nas regiões com menor cobertura formal. Tais medidas são importantes para superar a fragmentação observada e para que a proteção legal prevista se traduza em práticas efetivas que reduzam a revitimização.

Além disso, cabe lembrar que crianças e adolescentes são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa condição exige que o sistema de justiça esteja preparado para lidar

com suas demandas específicas, reconhecendo suas vulnerabilidades e assegurando um atendimento diferenciado e humanizado. Nesse sentido, varas especializadas podem desempenhar papel crucial ao aplicar a legislação protetiva e ao promover práticas processuais sensíveis, que não apenas responsabilizem agressores, mas também acolham e protejam vítimas em consonância com a prioridade absoluta prevista em lei.

Em síntese, o levantamento evidencia avanços formais na especialização judicial, mas também limitações claras na sua materialização. Para que a especialização cumpra plenamente o propósito de proteger crianças e adolescentes, faz-se necessário combinar designação institucional com condições materiais, formação técnica e mecanismos de monitoramento.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. Nova York, 1959.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Lei nº 8.212, de 10 de dezembro de 2019**. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1757/lei_no_8.212_de_10_de_dezembro_de_2019.pdf

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e sobre a escuta especializada e o depoimento especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

_____. **Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022**. Institui a Lei Henry Borel e dispõe sobre a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2022.

_____. **Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022**. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14321-31-marco-2022-792442-norma-pl.html

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Guia de Escuta Especializada:** atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Brasília: MDHC, 2022.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense** (PBEF). Brasília: MJSP, 2020.

COIMBRA, J. C. Depoimento especial de crianças: um lugar entre proteção e revitimização. **Psicologia:** Ciência e Profissão, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/wsBSCmyZmGFGmhZmSrkWhMg

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO TOCANTINS (CEDCA/TO); CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO TOCANTINS (CEDECA/TO). **Protocolo de Escuta Protegida do Estado do Tocantins**. Palmas: CEDCA/TO; CEDECA/TO, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Pesquisa de percepção dos magistrados, servidores e advogados quanto à especialização de varas por competência e a unificação de cartórios judiciais**. Brasília: CNJ, 2020.

_____. **Recomendação nº 157, de 1º de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre a escuta especializada e a entrevista especial no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2024.

COSTA, Ana Paula Lemos. Varas especializadas em crimes praticados contra a criança e o adolescente: possibilidades e limites da ação na defesa de direitos. Themis – **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, v. 6, n. 1, p. 381, 2008.

DA SILVA, Flávio Joni Duarte; ANDRADE, Maria Clara de Mello. A violência institucional contra crianças, adolescentes e suas famílias: contexto histórico e perspectivas para a psicologia brasileira. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, suplemento, p. 132–137, jul./dez. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. Protocolo cria fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência; DPE-TO integra Protocolo. **Portal DPE-TO**, notícia. Publicado 2024/2025. Disponível em: https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-integra-protocolo-para-fluxo-de-atendimento-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNICEF. **Violência contra crianças e adolescentes no Brasil:** uma análise dos boletins de ocorrência (2017–2022). São Paulo: FBSP; Brasília: UNICEF, 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação da Infância no Brasil 2023**. Brasília: UNICEF, 2024. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/28946/file

GARCIA, Cíntia Bruno Ferreira; BRAGA JUNIOR, Paulo Roberto; SILVA, Raiane Chagas da. Desafios do enfrentamento à violência institucional contra crianças e adolescentes segundo a Lei 13.431/2017. **Revista Humanidades em Perspectiva**, Curitiba, v. 4, n. 9, p. 23–43, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa sobre fluxos de escuta protegida no Brasil**. Brasília: IPEA, 2023.

MIGALHAS. Cármen Lúcia diz que juízes evitam varas de violência doméstica. 2025 Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/438358/carmen-lucia-diz-que-juizes-evitam-varas-de-violencia-domestica

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA – MDHC. **Guia de Escuta Especializada:** conceitos e procedimentos éticos e protocolares / Benedito Rodrigues dos Santos; Itamar Batista Gonçalves (orgs.). Brasília: MDHC; Childhood Brasil, maio 2023. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/GuiaEscutaEspecializada_ConceitoseProcedimentosticoseProtocolares.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – MPPI. Revitimização da mulher em situação de violência sexual: rota crítica e desafios na rede intersetorial. **Revista Eletrônica do MPPI**, 2024. Disponível em: https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2025/02/15-Revitimizacao-da-mulher-em-situacao-de-violencia-sexual-rota-critica-e-desafios-na-rede-intersetorial.pdf

NEUBAUER, Vanessa Steigleder; KEITEL, Ângela Simone Pires; MACIEL, Ana Carla Seibel. Uma análise do depoimento especial e da escuta especializada como mecanismos de preservação de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Ponto de Vista Jurídico**, Caçador (SC), v. 10, n. 01, p. 47-78, 2021. DOI: 10.33362/juridico.v10i01.2472. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/2472

OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias; FRACOLLI, Lislaine Aparecida; PINA-OLIVEIRA, Alfredo Almeida; LINS GRYSCHEK, Anna Luiza de Fátima Pinho; CAMPOS, Daniela Silva; SILVA, Leticia Aparecida da; COELHO, Thaís Pola Baptista; GERALDO, Daniela Cristina; CASTRO, Denise Maria Campos de Lima; TEOTONIO, Jessica Elias. Razões da rotatividade das equipes da ESF e seus impactos para a longitudinalidade do cuidado. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 3, p. 4441-4449, 2024. DOI: https://doi.org/10.16891/2317-434X.v12.e3.a2024.pp4441-4449

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York, 1989.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995

SANCHES, Rafaela Resende; BATISTA, Fernando Marçal Soares. Revitimização e violência institucional: uma discussão preliminar sobre o papel do Juiz de Garantias. **E-Civitas**, v. 17, n. 2, 2024. Disponível em: https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3770

SANTOS, Benedito Rodrigues; GONÇALVES, Itamar Batista; ALVES JÚNIOR, R. T. A. **Protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**. São Paulo; Brasília: Childhood Brasil; CNJ; UNICEF, 2020. Disponível em: https://escutaespecializada.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Guia-escuta-protegida-de-criancas-e-de-adolescentes-vitimas-ou-testemunhas-de-violencias_V4_2020-08-21.pdf

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança**. Genebra, 1924.

TRENNEPOHL, Anna Karina Omena Vasconcellos. Riscos de revitimização de crianças e adolescentes e a necessária implantação do depoimento especial. **Ciência em Debate**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22–29, set./nov. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ (TJAP). **Ramais de unidades judiciais**. Disponível em: https://sig.tjap.jus.br/ramais/grid_unidades_ramais.php

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM). **Comarcas do interior**. Disponível em: https://www.tjam.jus.br/index.php/comarcas-interior#/comarcas/categorias/205

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA (TJBA). **Lista de telefones das varas da capital**. Disponível em: https://www.tjba.jus.br/portal/lista-de-telefones-das-varas-da-capital/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ (TJCE). **Balcão virtual**. Disponível em: https://www.tjce.jus.br/balcao-virtual/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). **Lista de e-mails das varas e juizados**. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/funcionamento/enderecos-e-telefones-old/lista-de-emails-das-varas-e-juizados

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO (TJES). **Balcão virtual**. Disponível em: https://sistemas.tjes.jus.br/balcaovirtual/atendimento/selecionar-unidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS (TJGO). **Lista de juízes**. Disponível em: https://docs.tjgo.jus.br/comarcas/foruns/listaJuizes.html

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO (TJMA). **Comarcas**. Disponível em: https://www.tjma.jus.br/primeiro-grau/cgj/comarcas/nome-comarca/13556

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL (TJMS). **Notícia institucional**. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/noticia/62571

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO (TJMT). **Canais permanentes de acesso**. Disponível em: https://canaispermanentesdeacesso.tjmt.jus.br/pagina/8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Consulta de fóruns e juizados**. Disponível em: https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do?codigoComposto=MG_0024&paginaFlag=forum&paginaForum=9&paginaJuizado=&opcConsulta=1&linesByPage=10&pagina=6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ (TJPA). **Balcão virtual e contatos**. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Balcao-Virtual-e-Contatos/844285-contatos.xhtml

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA (TJPB). **Telefones das unidades**. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/transparencia/acesso-a-informacao/telefones-unidades

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR). **Dados de comarcas**. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/dados-de-comarcas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Contato das unidades judiciárias**. Disponível em: https://portal.tjpe.jus.br/web/100-digital/contato-unidades-judiciarias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ (TJPI). **Varas e juizados**. Disponível em: https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/cejij-pi/varas-e-juizados/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Endereços e telefones de serventias**. Disponível em: https://www3.tjrj.jus.br/consultasportalWeb/#/consultas/endereco_telefones/serventias-1inst/listar/406/406/0/7520

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (TJRN). **Unidades**. Disponível em: https://tjrn.jus.br/unidades

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS). **Comarcas e municípios jurisdicionados**. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/1o-grau/comarcas-e-municipios-jurisdicionados/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA (TJRO). **Telefones institucionais**. Disponível em: https://www.tjro.jus.br/rhtransparente/telefones

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA (TJRR). **Contatos**. Disponível em: https://www.tjrr.jus.br/index.php/contato#f%C3%B3rum-criminal-ministro-evandro-lins-e-silva.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC). **Contatos da capital**. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJSP). **Notícia institucional**. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=98322

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE (TJSE). **Canais de atendimento das comarcas**. Disponível em: https://www.tjse.jus.br/portal/poder-judiciario/canais-de-atendimento/e-mails/itemlist/category/5-comarcas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS (TJTO). **Agenda de comarcas**. Disponível em: https://wwa.tjto.jus.br/agenda/Home/Comarcas

VIANA CUSTÓDIO, André; DA ROSA MOREIRA, Rafael Bueno. Revitimização de crianças e adolescentes em inquirições judiciais e violência institucional. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 16, n. 1, 1.º quadrimestre, 2021.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Gabriel Mascarenhas Pereira**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Marluce Vasconcelos Calazans Pilger**, Psicóloga, Especialista, Secretaria do Estado da Saúde do Tocantins.

ISSN 2595-2110

PROCESSOS NEUROFISIOLÓGICOS, PSICOLOGIA E ARTETERAPIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS INTERFACES ENTRE CÉREBRO, MENTE E CRIAÇÃO SIMBÓLICA

Adriano Alves da Silva
Centro Universitário Luterano de de Palmas (CEULP/ULBRA)

Felipe Camargo Munhoz
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este artigo investigou as inter-relações entre neurofisiologia, psicologia e arteterapia por meio de uma revisão bibliográfica exploratória. O objetivo foi identificar evidências teóricas e lacunas no conhecimento científico sobre a base biológica e simbólica dos processos criativos terapêuticos. A metodologia consistiu em análise de conteúdo de artigos científicos publicados entre 2010 e 2025. Os resultados sistematizaram convergências entre achados neurocientíficos e abordagens psicológicas da arteterapia. Concluiu-se que a neuroplasticidade é o mecanismo central que conecta ganhos terapêuticos da expressão artística a mudanças cerebrais, embora persistam lacunas empíricas significativas.

Palavras-chave: Arteterapia; Neurofisiologia; Psicologia; Plasticidade neural; Regulação emocional.

INTRODUÇÃO

A capacidade humana de criar símbolos e expressá-los por meio da arte é um fenômeno que tem intrigado filósofos, psicólogos e cientistas ao longo da história. Nas últimas décadas, a arteterapia consolidou-se como abordagem psicoterapêutica que utiliza o processo criativo para promover saúde mental, bem-estar emocional e autoconhecimento. Embora sua eficácia clínica seja crescentemente documentada em diversas populações, a compreensão dos mecanismos subjacentes que tornam a arte um instrumento de transformação permanece um campo fértil e desafiador para investigação científica. A arteterapia, reconhecida por sua eficácia clínica em diversas populações, opera em um domínio onde as artes são 'neuropsicologia em ação' (Zaidel, 2005, p. 6). Essa perspectiva ressalta a inerente complexidade e o impacto biológico das práticas artísticas.

Paralelamente, os avanços exponenciais das neurociências têm permitido desvendar as bases biológicas da cognição, da emoção e do comportamento com nível de detalhe sem precedentes. Ferramentas como ressonância magnética funcional e eletroencefalograma, aliadas a novos modelos teóricos sobre funcionamento cerebral, oferecem oportunidade única para explorar como transformações psicológicas e comportamentais promovidas pela arteterapia se ancoram em mecanismos neurofisiológicos, desde plasticidade sináptica até regulação do sistema nervoso autônomo. Este movimento interdisciplinar visa não apenas desvendar os mecanismos

subjacentes à eficácia da arteterapia, mas também contribuir para uma 'definição revolucionada da arteterapia' (King, 2016), que transcende dicotomias históricas entre a arte como arte e a psicoterapia da arte, reconhecendo sua fundamentação biológica e neurológica.

Este artigo objetivou analisar a intersecção desses campos, buscando responder a uma questão central: de que modo as adaptações psicológicas e simbólicas fomentadas pela prática arteterapêutica se relacionam com a base neurobiológica do cérebro humano? O objetivo geral deste trabalho foi investigar, a partir de revisão bibliográfica exploratória, as inter-relações entre neurofisiologia, psicologia e arteterapia, identificando tanto evidências teóricas que conectam esses domínios quanto lacunas no conhecimento científico que demandam futuras investigações.

Além disso, foram mapeadas as principais teorias e evidências sobre base neurofisiológica do processo criativo e da expressão artística e discutido como processos psicológicos e simbólicos da arteterapia se articulam aos mecanismos neurais de plasticidade e regulação emocional. Foram analisadas as lacunas conceituais e metodológicas nas pesquisas existentes que dificultam integração plena entre níveis de análise biológico e simbólico e foram propostas perspectivas interdisciplinares para futuras investigações empíricas que integrem mente, cérebro e arte de forma coesa.

Este estudo contribui com a sistematização de informações científicas a respeito da arteterapia, oferecendo uma estrutura conceitual que pode guiar tanto a prática clínica quanto pesquisa acadêmica. A metodologia empregada foi revisão bibliográfica exploratória, de natureza qualitativa, com análise de conteúdo temática conforme proposto por Bardin (2011) e orientado pelos princípios da análise temática de Braun e Clarke (2006).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo articulou três eixos fundamentais: (1) neuroplasticidade e bases neurofisiológicas da criatividade, (2) teorias psicológicas da simbolização e do processo criativo, e (3) regulação emocional mediada pelo sistema nervoso autônomo. Esses eixos convergem para fundamentar cientificamente os mecanismos pelos quais a arteterapia promove transformações psicológicas e comportamentais.

1.1 Neuroplasticidade e bases neurofisiológicas da criatividade

A neuroplasticidade refere-se à capacidade do cérebro de se reorganizar estrutural e funcionalmente em resposta a experiências. A compreensão de que a neuroplasticidade permite ao indivíduo influenciar a própria estrutura cerebral (Doidge, 2007) representa uma mudança paradigmática fundamental e é um dos princípios subjacentes à arteterapia. Essa capacidade inerente do cérebro de se reorganizar estrutural e funcionalmente em resposta a experiências é o que valida a arteterapia como uma intervenção capaz de promover mudanças duradouras. Segundo Strang (2024), a neuroplasticidade pode resultar em mudanças anatômicas mensuráveis, como alterações na espessura cortical e na quantidade de massa cinzenta, e transtornos como depressão e ansiedade estão associados a prejuízo nessa capacidade adaptativa do cérebro. A teoria da neuroplasticidade da depressão, conforme descrita por Pittenger e Duman (2008, p. 88), sugere que diversas modalidades de tratamento eficazes podem ter como via final comum a promoção da plasticidade sináptica.

ISSN 2595-2110

Pesquisas demonstram que treinamento criativo e artístico podem induzir mudanças neuroplásticas em circuitos frontais, emocionais e sensoriais. Schlegel et al. (2015, p. 440) investigaram o cérebro do artista e os substratos neurais da criatividade, identificando que processos criativos envolvem complexa integração de redes neurais. Sun et al. (2016, p. 403) revisaram achados de neuroimagem sobre treinamento musical e plasticidade estrutural cerebral, demonstrando que práticas artísticas produzem modificações mensuráveis no cérebro humano.

Malhotra et al. (2024) propõem framework conceitual para base neurofisiológica da arteterapia no Transtorno de Estresse Pós-Traumático, destacando que componentes ativos da arteterapia podem modular redes neurais disfuncionais, como Rede de Modo Padrão, Rede de Saliência e Rede Executiva Central. Ao externalizar e trabalhar simbolicamente com trauma, o paciente estaria, em nível neural, reativando e potencialmente reconfigurando circuitos de memória e emoção associados à experiência traumática. Os próprios princípios da arteterapia são sustentados por preceitos neurobiológicos, como a compreensão de que 1) o processo criativo bilateral e multidirecional é inerentemente curativo e promotor de vida; 2) os materiais e métodos utilizados influenciam a autoexpressão e auxiliam na autorregulação, sendo aplicados de formas especializadas; e 3) o processo de fazer arte e a própria obra de arte são componentes integrais do tratamento, facilitando a comunicação verbal e não verbal dentro de um relacionamento terapêutico sintonizado (King, 2016).

1.2 Teorias psicológicas da simbolização e do processo criativo

As teorias psicológicas fornecem arcabouço conceitual para compreender conteúdo e significado das mudanças neuroplásticas promovidas pela arteterapia. Vygotsky, conforme interpretado por Pederiva (2022), concebe arte como técnica social dos sentimentos, permitindo que experiência artística transcenda emoção individual e se transforme em ato social e cultural. Barroco e Superti (2014, p. 22) destacam que, para Vygotsky, capacidade de simbolização é função psicológica superior intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da consciência.

Jung, segundo Santos (2022), aprofunda dimensão simbólica ao postular existência de inconsciente coletivo, repositório de arquétipos e símbolos universais. Arteterapia de orientação junguiana utiliza criação de imagens como via de acesso a conteúdos profundos, permitindo que indivíduo dialogue com aspectos desconhecidos de sua psique. O símbolo, para Jung, não é mero signo, mas imagem carregada de energia psíquica que conecta consciente e inconsciente.

Winnicott, conforme analisado por Serralha (2019, p. 16), introduz o conceito de espaço potencial, área intermediária de experiência essencial para a criatividade. A arteterapia, ao recriar esse espaço seguro no setting terapêutico, facilita que o paciente explore suas experiências. Neurobiologicamente, a existência de um ambiente seguro e uma relação de apego confiável são cruciais para a regulação do sistema nervoso autônomo, permitindo que circuitos neurais associados à exploração, cognição social e criatividade operem de forma otimizada (Schore, 2005, p. 204; Siegel, 2023; King et al., 2019). Nesse sentido, a arte funciona como um circuito de feedback, onde o processo de criação e os produtos resultantes auxiliam na externalização, identificação e redefinição das experiências do indivíduo (King et al., 2019), permitindo uma nova integração cognitiva e emocional.

1.3 Regulação emocional e sistema nervoso autônomo

A capacidade de regular as próprias emoções é pilar da saúde mental. A Teoria Polivagal, proposta por Porges (2009, p. 86), oferece modelo neurofisiológico sofisticado para compreender conexão entre processos de regulação emocional, sistema nervoso autônomo e prática arteterapêutica. Porges descreve sistema nervoso autônomo não como simples oposição entre simpático e parassimpático, mas como sistema hierárquico com três circuitos neurais distintos que evoluíram para mediar diferentes respostas adaptativas.

A regulação homeostática do corpo pode ser comparada a um termostato que mantém a temperatura dentro de uma faixa confortável. Da mesma forma, os sistemas hormonal e autonômico atuam para manter um 'ponto de ajuste' fisiológico adequado. Disfunções nesses sistemas, como as observadas no TEPT e no estresse crônico, podem ser compreendidas como um desajuste desse termostato (King et al., 2019). Acredita-se que a arteterapia contribua para a 'reregulation' desses sistemas, evidenciada pela redução de sintomas de trauma e estresse (Campbell et al., 2016) e por marcadores fisiológicos, como os níveis de cortisol salivar, variabilidade da frequência cardíaca (HRV) e padrões de atividade cerebral (Kaimal et al., 2016; Haiblum-Itskovitch et al., 2018; Belkofer et al., 2014). Esses estudos mostram a capacidade da arteterapia de influenciar ativamente o 'ponto de ajuste' fisiológico do indivíduo (King et al., 2019).

Damásio (1996, p. 173) argumenta que sentimentos são percepção consciente das paisagens corporais, conceito conhecido como marcadores somáticos. LeDoux (2000, p. 155) demonstra como amígdala processa emoções e pode ser modulada através de novas experiências que associam estímulos previamente ameaçadores a resultados seguros. Esses mecanismos neurobiológicos fundamentam como arteterapia pode promover recontextualização e modulação de respostas emocionais arraigadas.

Schore (2005, p. 204) e Siegel (2023) convergem ao demonstrar que estrutura e função da mente e cérebro são moldadas por experiências relacionais, especialmente aquelas envolvendo vínculos emocionais. A regulação afetiva é explicada como um processo neurobiológico interpessoal que se desenvolve através do apego seguro, e a arteterapia, ao ocorrer em ambiente seguro e relacional, pode atuar diretamente na promoção de estados autonômicos adaptativos.

Em um nível mais complexo, o processamento emocional envolve redes funcionais que integram diferentes regiões cerebrais, incluindo a rede de mentalização (Amodio & Frith, 2006) e a rede de modo padrão (Buckner et al., 2008), que influenciam a memória autobiográfica e o planejamento futuro. A arteterapia, ao integrar elementos visuais, motores, de memória e emocionais, atua como um processo integrativo que modula essas complexas interconexões cerebrais (King et al., 2019).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica exploratória, de natureza qualitativa. Para coleta de dados, realizou-se levantamento da literatura científica a partir de artigos revisados por pares, dissertações, livros e capítulos de livros publicados predominantemente entre 2010 e 2025. Inclusão de obras clássicas anteriores a este período foi considerada quando sua relevância teórica era fundamental para fundamentação dos eixos temáticos.

As buscas foram conduzidas nas seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO, PubMed, PsycINFO, ScienceDirect e Google Scholar. Os descritores utilizados, em português e inglês, combinaram três eixos centrais da pesquisa: arteterapia (art therapy); neurofisiologia (neurophysiology), neurociências (neuroscience), plasticidade neural (neural plasticity), regulação autonômica (autonomic regulation); e psicologia (psychology), simbolização (symbolization), processos criativos (creative processes), regulação emocional (emotion regulation).

Os critérios de inclusão para seleção dos trabalhos foram: abordagem de, no mínimo, dois dos três eixos temáticos (neurofisiologia, psicologia, arteterapia); pertinência em relação aos objetivos específicos do estudo; e disponibilidade do texto completo para análise. Foram excluídos trabalhos que abordavam arteterapia de forma puramente técnica ou sem fundamentação teórica consistente, bem como estudos neurocientíficos sem relevância direta para processos criativos ou emocionais.

A análise do material coletado foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin (2011) e orientado pelos princípios da análise temática de Braun e Clarke (2006, p. 77). O processo envolveu leitura aprofundada dos textos, identificação de unidades de significado, codificação e categorização dos dados em eixos temáticos. Esses eixos foram, então, sintetizados e articulados de forma a identificar convergências, divergências e lacunas na literatura, estruturando seção de Resultados e Discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura permitiu a identificação de corpo robusto e crescente de evidências que conectam domínios da neurofisiologia, psicologia e arteterapia. Os resultados são apresentados e discutidos a seguir, organizados em eixos temáticos que emergiram da análise: (4.1) neuroplasticidade como mecanismo integrador, (4.2) bases psicológicas da simbolização e do processo criativo, e (4.3) regulação emocional mediada pelo sistema nervoso autônomo.

3.1 A neuroplasticidade como mecanismo integrador

A convergência mais significativa encontrada na literatura aponta para neuroplasticidade como mecanismo biológico central que fundamenta efeitos terapêuticos da arteterapia. Estudos demonstram que prática criativa e engajamento artístico não são meras atividades de lazer, mas sim potentes indutores de plasticidade neural.

Strang (2024) destaca que neuroplasticidade pode resultar em mudanças anatômicas mensuráveis, como alterações na espessura cortical e na quantidade de massa cinzenta, e que transtornos como depressão e ansiedade estão associados a prejuízo nessa capacidade adaptativa do cérebro. Teoria da neuroplasticidade da depressão sugere que diversas modalidades de tratamento eficazes, incluindo farmacoterapias e psicoterapias, podem ter como via final comum promoção da plasticidade sináptica, conforme demonstrado por Pittenger e Duman (2008, p. 88).

Nesse contexto, arteterapia emerge como intervenção particularmente promissora. Pesquisas indicam que treinamento criativo e artístico pode induzir mudanças neuroplásticas em circuitos frontais, emocionais e sensoriais, exatamente redes neurais frequentemente implicadas na psicopatologia. Schlegel et al. (2015, p. 440) investigaram substratos neurais da criatividade, enquanto Sun et al. (2016, p. 403)

revisaram achados de neuroimagem sobre treinamento musical e plasticidade estrutural cerebral. Estudos recentes têm utilizado neuroimagem e eletroencefalografia (EEG) para quantificar essas mudanças, demonstrando diferenças na atividade cortical durante o fazer artístico em comparação com movimentos motores rotineiros (King, 2017). Além disso, a ativação de vias de recompensa no cérebro durante atividades de desenho livre e colorir tem sido observada (Kaimal et al., 2017), o que fornece evidências concretas do impacto da arte na neuroplasticidade e no bem-estar.

O ato de criar em arteterapia envolve complexa integração de processos perceptivos (visuais, táteis), motores (coordenação fina), cognitivos (planejamento, resolução de problemas) e, fundamentalmente, emocionais. Essa estimulação multimodal e integrada parece ser fator chave para indução de plasticidade.

Malhotra et al. (2024) propõem que componentes ativos da arteterapia, como concretização da experiência traumática em forma visual, engajamento motor e tomada de perspectiva, podem modular redes neurais disfuncionais no Transtorno de Estresse Pós-Traumático, como Rede de Modo Padrão, Rede de Saliência e Rede Executiva Central. Ao externalizar e trabalhar simbolicamente com trauma, o paciente estaria, em nível neural, reativando e, potencialmente, reconfigurando circuitos de memória e emoção associados à experiência traumática, processo conhecido como reconsolidação da memória, agora mediado por contexto seguro e criativo.

3.2 Bases psicológicas da simbolização e do processo criativo

Se neuroplasticidade oferece substrato biológico para mudança, teorias psicológicas fornecem arcabouço conceitual para compreender conteúdo e significado dessas mudanças. A análise da literatura aponta para notável sinergia entre concepções de teóricos clássicos e achados neurocientíficos contemporâneos.

Vygotsky, conforme interpretado por Pederiva (2022), concebe arte como técnica social dos sentimentos. Para ele, experiência artística transcende emoção individual, transformando-a em ato social e cultural. Arte, através de seus signos e símbolos, permite objetificação e elaboração de sentimentos, tornando-os comunicáveis e passíveis de novas compreensões. Essa capacidade de simbolização, de representar mentalmente ausente e de recombinar elementos da realidade para criar novas formas, é, para Vygotsky, função psicológica superior, intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da consciência, conforme destacam Barroco e Superti (2014, p. 22).

Do ponto de vista neurocientífico, esse processo de simbolização e generalização pode ser correlacionado à atividade de áreas corticais de associação, responsáveis pela integração de informações multimodais e pela cognição de alta ordem, como córtex pré-frontal. Essa integração complexa e multimodal leva à conclusão de que a arte, de fato, se manifesta 'por todo o cérebro' (Belkofer, 2012, citado em King, 2016), sublinhando a amplitude de seu potencial terapêutico.

Jung, segundo Santos (2022), aprofunda dimensão simbólica ao postular existência de inconsciente coletivo, repositório de arquétipos e símbolos universais. A Arteterapia de orientação junguiana utiliza criação de imagens como via de acesso a esses conteúdos profundos, permitindo que o indivíduo dialogue com aspectos desconhecidos de sua psique. Símbolo, para Jung, não é mero signo, mas imagem carregada de energia psíquica que conecta consciente e inconsciente.

No que se refere à neurociência das emoções evocadas no processo artístico, particularmente trabalhos de LeDoux (2000, p. 155) sobre papel da amígdala no

processamento do medo e de Damásio (1996, p. 173) sobre marcadores somáticos, oferece paralelo neurobiológico: imagens e símbolos podem atuar como estímulos condicionados que evocam respostas emocionais e fisiológicas profundas, mesmo que suas origens não sejam conscientemente compreendidas. O processo arteterapêutico, nesse sentido, permitiria recontextualização e modulação dessas respostas emocionais arraigadas.

Winnicott, conforme analisado por Serralha (2019, p. 16), introduz o conceito de espaço potencial, área intermediária de experiência entre realidade interna e mundo externo, que é berço da criatividade e da cultura. É nesse espaço seguro, inaugurado na relação com mãe suficientemente boa, que brincar e criar se tornam possíveis. Arteterapia, sob essa ótica, recria esse espaço potencial no setting terapêutico, permitindo que paciente explore, experimente e integre suas experiências de forma lúdica e não ameaçadora.

Neurobiologicamente, a existência de espaço seguro e de relação de apego confiável, como descrito por Schore (2005, p. 204) e Siegel (2023), é fundamental para regulação do sistema nervoso autônomo. Apenas quando sistemas de defesa (luta-fuga-congelamento) não estão cronicamente ativados, circuitos neurais associados à exploração, à cognição social e à criatividade podem operar de forma ótima.

3.3 Regulação emocional, sistema nervoso autônomo e teoria polivagal

A capacidade de regular as próprias emoções é pilar para a saúde mental. A literatura analisada revela forte conexão entre processos de regulação emocional, sistema nervoso autônomo e prática arteterapêutica. A Teoria Polivagal, proposta por Porges (2009, p. 86), oferece modelo neurofisiológico sofisticado para compreender essa conexão.

Porges descreve o sistema nervoso autônomo não como simples sistema de oposição entre simpático (luta ou fuga) e parassimpático (repouso e digestão), mas como sistema hierárquico com três circuitos neurais distintos que evoluíram para mediar diferentes respostas adaptativas. O circuito mais antigo, vago dorsal (não mielinizado), governa reações de imobilização e desligamento (congelamento), resposta de defesa primitiva. O sistema simpático, mais recente, mobiliza energia para luta ou fuga. Este circuito é mais evoluído, vago ventral (mielinizado), exclusivo dos mamíferos, está ligado a nervos cranianos que controlam expressão facial e vocalização, formando sistema de engajamento social. A ativação do vago ventral promove sentimentos de segurança, conexão social e calma, inibindo respostas de defesa.

A Arteterapia, ao ocorrer em ambiente seguro e relacional, pode atuar diretamente na promoção do estado vago ventral. O ato de criar – ritmo dos movimentos, concentração no processo, interação com materiais – pode modular fisiologia do corpo, diminuindo frequência cardíaca e aumentando variabilidade da frequência cardíaca, indicador de tônus vagal e de resiliência autonômica, conforme destacado por Strang (2024).

A expressão de emoções através da arte, em vez de sua supressão ou atuação, permite que elas sejam processadas sem sobrecarregar sistema de defesa. Isso está em linha com trabalho de Damásio (1996, p. 173), que argumenta que sentimentos são percepção consciente das paisagens corporais (marcadores somáticos), e de LeDoux (2000, p. 155), que mostra como amígdala pode ser retreinada através de novas experiências que associam estímulos previamente ameaçadores a resultados seguros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo exploratório buscou traçar pontes conceituais e empíricas entre neurofisiologia, psicologia e arteterapia. A revisão da literatura revelou campo em vibrante desenvolvimento, onde intuições de teóricos clássicos da psicologia encontram ressonância surpreendente nos achados da neurociência contemporânea.

A neuroplasticidade emerge como principal mecanismo integrador, fornecendo base biológica plausível para transformações psicológicas e simbólicas observadas na prática arteterapêutica. Capacidade da expressão artística de modular sistema nervoso autônomo, promover regulação emocional e reconfigurar redes neurais associadas à memória e ao self aponta para profundo potencial terapêutico da arte. Este estudo, ao traçar pontes conceituais e empíricas entre neurofisiologia, psicologia e arteterapia, contribui para uma 'definição revolucionada da arteterapia' (King, 2016), posicionando-a como uma profissão que incorpora e aplica princípios neurocientíficos. A arteterapia, vista como 'neuropsicologia em ação' (Zaidel, 2005), oferece um meio poderoso para a 'reregulation' do sistema nervoso e a reconfiguração de redes neurais, solidificando seu papel como um instrumento essencial de transformação.

A análise evidenciou, contudo, lacunas significativas. Principal delas é escassez de estudos empíricos que integrem, de forma rigorosa, três níveis de análise: biológico (neuroimagem, fisiologia), psicológico (processos simbólicos, regulação afetiva) e relacional (aliança terapêutica, intersubjetividade). Maioria das conexões ainda é inferencial, baseada na justaposição de achados de diferentes áreas, e não em investigações diretas da interface mente-cérebro-arte no setting terapêutico.

Estudos futuros devem empregar metodologias mistas, combinando análise qualitativa da produção simbólica com medidas quantitativas de neuroimagem e fisiologia. Futuras investigações devem também focar em distinguir as contribuições únicas da arteterapia de outras formas de intervenção artística em saúde, explorando o impacto de diversos contextos de criação artística (como em ambientes naturais, estúdios ou realidades virtuais) nos desfechos terapêuticos (King et al., 2019). Tais estudos são cruciais para a consolidação científica e para a ampliação do reconhecimento profissional da arteterapia. Investigar como componentes específicos da arteterapia modulam redes neurais específicas em diferentes populações clínicas complementa essa agenda de pesquisa.

A jornada da arte como processo de cura está deixando de ser mistério para se tornar objeto de investigação científica. Ao integrar sabedoria da prática clínica e teoria psicológica com rigor da neurociência, podemos não apenas fortalecer fundamentação da arteterapia, mas também ampliar compreensão sobre mais fundamental das experiências humanas: interação criativa entre cérebro, mente e mundo.

REFERÊNCIAS

ABBING, A.; PONSTEIN, A.; VAN HOOREN, S.; DE SONNEVILLE, L.; SWAAB, H.; BAARS, E. The effectiveness of art therapy for anxiety in adults: A systematic review of randomised and non-randomised controlled trials. **PLOS ONE**, v. 13, n. 12, e0208716, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0208716. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0208716. Acesso em: 08 out. 2025.

AMODIO, D. M.; FRITH, C. D. Meeting of minds: The medial frontal cortex and social cognition. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 7, n. 4, p. 268–277, 2006. DOI: 10.1038/nrn1884. Disponível em: https://doi.org/10.1038/nrn1884. Acesso em: 14 out. 2025.

AMERICAN ART THERAPY ASSOCIATION. **About Art Therapy**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://arttherapy.org/about-art-therapy/. Acesso em: 08 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, S. M. S.; SUPERTI, T. Vygotsky e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 22–31, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100004. Acesso em: 08 out. 2025.

BELKOFER, C. M. **The impact of visual art-making on the brain**. 2012. Tese (Doutorado) – Lesley University, Cambridge, MA, 2012.

BELKOFER, C. M.; VAN HECKE, A. V.; KONOPKA, L. M. Effects of drawing on alpha activity: A quantitative EEG study with implications for art therapy. **Art Therapy**: Journal of the American Art Therapy Association, v. 31, n. 2, p. 61–68, 2014. DOI: 10.1080/07421656.2014.903821. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07421656.2014.903821. Acesso em: 14 out. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. Disponível em: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 08 out. 2025.

BUCKNER, R. L.; ANDREWS-HANNA, J. R.; SCHACTER, D. L. The Brain's Default Network. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1124, n. 1, p. 1–38, 2008. DOI: 10.1196/annals.1440.011. Disponível em: https://doi.org/10.1196/annals.1440.011. Acesso em: 14 out. 2025.

CAMPBELL, M.; DECKER, K. P.; KRUK, K.; DEAVER, S. P. Art therapy and cognitive processing therapy for combat-related PTSD: A randomized controlled trial. **Art Therapy**: Journal of the American Art Therapy Association, v. 33, n. 4, p. 169–177, 2016. DOI: 10.1080/07421656.2016.1226643. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07421656.2016.1226643. Acesso em: 14 out. 2025.

DAMÁSIO, A. R. **O Erro de Descartes**: Emoção, Razão e o Cérebro Humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOIDGE, N. **The brain that changes itself**: Stories of personal triumph from the frontiers of brain science. New York: Penguin Books, 2007.

DUNPHY, K.; BAKER, F. A.; DUMARESQ, E.; CARROLL-HASKINS, K.; EICKHOLT, J.; ERCOLE, M.; KAIMAL, G.; MEYER, K.; SAJNANI, N.; SHAMIR, O. Y.; WOSCH, T. Creative Arts Interventions to Address Depression in Older Adults: A Systematic Review of Outcomes, Processes, and Mechanisms. **Frontiers in Psychology**, v. 9, artigo 2655, 2018. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.02655. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02655. Acesso em: 08 out. 2025.

HAIBLUM-ITSKOVITCH, S.; CZAMANSKI-COHEN, J.; GALILI, G. Emotional response and changes in heart rate variability following art-making with three different art materials. **Frontiers in Psychology**, v. 9, artigo 968, 2018. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.00968. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00968. Acesso em: 14 out. 2025.

KAIMAL, G.; AYAZ, H.; HERRES, J. M.; MAKWANA, B.; DIETERICH-HARTWELL, R. M.; KAISER, D. H.; NASSER, J. A. fNIRS assessment of reward perception based on visual self-expression: Coloring, doodling and free drawing. **The Arts in Psychotherapy**, v. 55, p. 85-92, 2017. DOI: 10.1016/j.aip.2017.05.004. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.aip.2017.05.004. Acesso em: 14 out. 2025.

KAIMAL, G.; RAY, K.; MUNIZ, J. M. Reduction of cortisol levels and participants' responses following art-making. **Art Therapy**: Journal of the American Art Therapy Association, v. 33, n. 2, p. 74-80, 2016. DOI: 10.1080/07421656.2016.1166832. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07421656.2016.1166832. Acesso em: 14 out. 2025.

KING, J. L. (Ed.). Art Therapy, **Trauma, and Neuroscience**: Theoretical and Practical Perspectives. London: Routledge, 2016.

KING, J. L. Cortical activity changes after art making and rote motor movement as measured by EEG: A preliminary study. **Biomedical Journal of Scientific & Technical Research** (BJSTR), v. 1, n. 1, p. 1-21, 2017. DOI: 10.26717/BJSTR.2017.01.000110. Disponível em: https://doi.org/10.26717/BJSTR.2017.01.000110. Acesso em: 14 out. 2025.

KING, J. L.; KAIMAL, G.; KONOPKA, L.; BELKOFER, C.; STRANG, C. E. Practical Applications of Neuroscience-Informed Art Therapy. **Art Therapy**: Journal of the American Art Therapy Association, v. 36, n. 3, p. 149-156, 2019. DOI: 10.1080/07421656.2019.1649549. Disponível em: https://doi.org/10.1080/07421656.2019.1649549. Acesso em: 14 out. 2025.

LEDOUX, J. E. Emotion circuits in the brain. **Annual Review of Neuroscience**, v. 23, p. 155-184, 2000. DOI: 10.1146/annurev.neuro.23.1.155. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.23.1.155. Acesso em: 08 out. 2025.

MALHOTRA, B.; JONES, L. C.; SPOONER, H.; LEVY, C.; STRANG, C. E. A conceptual framework for a neurophysiological basis of art therapy for PTSD. Frontiers in Human Neuroscience, v. 18, artigo 1351757, 2024. DOI: 10.3389/fnhum.2024.1351757. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fnhum.2024.1351757. Acesso em: 08 out. 2025.

PEDERIVA, P. Os Signos Artísticos e a Educação Estética em Vigotski. **Educação & Realidade**, v. 47, e124216, 2022. DOI: 10.1590/2175-6236124216. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-6236124216. Acesso em: 08 out. 2025.

PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. **E-book**. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2121-9. Acesso em: 08 out. 2025.

PITTENGER, C.; DUMAN, R. S. Stress, depression, and neuroplasticity: a convergence of mechanisms. **Neuropsychopharmacology,** v. 33, n. 1, p. 88-109, 2008. DOI:

10.1038/sj.npp.1301574. Disponível em: https://doi.org/10.1038/sj.npp.1301574. Acesso em: 08 out. 2025.

PORGES, S. W. The polyvagal theory: New insights into adaptive reactions of the autonomic nervous system. **Cleveland Clinic Journal of Medicine**, v. 76, suppl. 2, p. S86-S90, 2009. DOI: 10.3949/ccjm.76.s2.17. Disponível em: https://doi.org/10.3949/ccjm.76.s2.17. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, J. R. dos. Arteterapia e Saúde Mental na perspectiva de C.G. Jung. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 1., 2022, [S.l.]. **Anais**... [S.l.: s.n.], 2022.

SCHLEGEL, A.; ALEXANDER, P.; FOGELSON, S. V.; LI, X.; LU, Z.; KOHLER, P. J.; RILEY, E.; TSE, P. U.; MENG, M. The artist emerges: Visual art learning alters neural structure and function. **NeuroImage**, v. 105, p. 440-451, 2015. DOI: 10.1016/j.neuroimage.2014.11.014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2014.11.014. Acesso em: 08 out. 2025.

SCHORE, A. N. Back to basics: Attachment, affect regulation, and the developing right brain: Linking developmental neuroscience to pediatrics. **Pediatrics in Review**, v. 26, n. 6, p. 204-217, 2005. DOI: 10.1542/pir.26-6-204. Disponível em: https://doi.org/10.1542/pir.26-6-204. Acesso em: 08 out. 2025.

SERRALHA, C. A. O espaço potencial: da origem à evolução. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 1, p. 16-31, 2019. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v24i1p16-31. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i1p16-31. Acesso em: 08 out. 2025.

SIEGEL, D. J. An interpersonal neurobiology perspective on the mind. **Frontiers in Psychology**, v. 14, artigo 1123688, 2023. DOI: 10.3389/fpsyg.2023.1123688. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1123688. Acesso em: 08 out. 2025.

STRANG, C. E. Art therapy and neuroscience: evidence, limits, and myths. **Frontiers in Psychology**, v. 15, artigo 1484481, 2024. DOI: 10.3389/fpsyg.2024.1484481. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1484481. Acesso em: 08 out. 2025.

SUN, J.; CHEN, Q.; ZHANG, Q.; LI, Y.; LI, H.; WEI, D.; YANG, W.; QIU, J.; ZHANG, M. Musical training modulates the structural plasticity of the human brain: a review of neuroimaging findings. **Reviews in the Neurosciences**, v. 27, n. 4, p. 403-416, 2016. DOI: 10.1515/revneuro-2015-0049. Disponível em: https://doi.org/10.1515/revneuro-2015-0049. Acesso em: 08 out. 2025.

ZAIDEL, D. W. **Neuropsychology of art:** Neurological, cognitive, and evolutionary perspectives. New York: Psychology Press, 2005.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Adriano Alves da Silva**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Felipe Camargo Munhoz**, Graduado em Odontologia, Doutor, Docente em Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

PSICOPATOLOGIAS VIRAIS: AUTODIAGNÓSTICO E DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Adriano Alves da Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Élida Souza Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Mayelle Batista da Silva
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

As redes sociais remodelaram a circulação de saberes em saúde mental, expondo usuários a conteúdos de alta difusão e acurácia variável. Este artigo examina, à luz de teorias da comunicação e da psicologia, como mecanismos algorítmicos e vieses cognitivos favorecem desinformação e autodiagnóstico. Realizamos uma revisão integrativa (2010–2025) com buscas em PsycINFO, PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science e SciELO, incluindo apenas estudos revisados por pares em português e inglês. A síntese indica que, em plataformas de vídeo curto, combinações de saliência e enquadramento com repetição, alta fluência e prova social sustentam efeitos psicológicos como illusory truth, além de mediações por nocebo e cibercondria; em paralelo, dinâmicas de câmaras de eco e algoritmos silenciadores estreitam a diversidade informacional percebida e ampliam a plausibilidade de listas inespecíficas de sintomas, favorecendo autodiagnósticos sem avaliação clínica. Discutimos implicações para prática clínica, saúde pública e desenho de intervenções baseadas em evidências - com destaque para prebunking e accuracy nudges - e apontamos lacunas relativas a estudos longitudinais, auditorias algorítmicas e validação transcultural. Propomos, por fim, uma matriz psicocomunicacional integrativa para orientar pesquisas e políticas que mitiguem autodiagnósticos indevidos, preservando o valor do apoio entre pares nos ambientes digitais.

Palavras-chave: Redes sociais; Desinformação; Autodiagnóstico; Saúde mental; Vieses cognitivos.

INTRODUÇÃO

As redes sociais reconfiguraram a circulação de sentidos sobre saúde mental ao combinar formatos breves, métricas públicas de popularidade e recomendação orientada por indicadores de engajamento. Nesse ecossistema, a saliência de temas e a forma de enquadramento das mensagens deixam de ser apenas atributos editoriais dos meios e passam a ser co-produzidas por sistemas de ranqueamento, com efeitos sobre o que se torna visível e crível para diferentes públicos (McCombs; Shaw, 1972; Entman, 1993). A hipótese clássica da espiral do silêncio segue útil para explicar por que percepções de "clima de opinião" inibem o dissenso; em ambientes plataformizados, tais percepções são amplificadas por sinais sociais (curtidas, comentários) e por arquiteturas que distribuem conteúdos de modo seletivo, produzindo agrupamentos de afinidade e redundância informacional (Noelle-Neumann, 1974; Cinelli et al., 2021).

Neste trabalho, adotamos o termo “algoritmos silenciadores” tal como cunhado por Silva e Pôrto Júnior (2024), para designar o efeito combinado de sistemas de recomendação e métricas de engajamento que reduzem a visibilidade de conteúdos dissonantes nos clusters, reforçam a aparência de consenso e desestimulam a exposição a alternativas informadas; trata-se de um mecanismo probabilístico emergente de regras de ranqueamento centradas em engajamento e homofilia, não de uma intenção normativa necessária das plataformas (Cinelli et al., 2021; Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Silva; Pôrto Júnior, 2024).

No plano psicológico, julgamentos sob incerteza são guiados por heurísticas e vieses. O efeito de verdade ilusória mostra que a simples repetição eleva a veracidade percebida, mesmo quando a pessoa conhece a resposta correta (Fazio et al., 2015). Em contextos de saúde, cibercondria descreve a busca online excessiva por informação, associada a hipervigilância e ansiedade; já o nocebo evidencia como expectativas negativas podem induzir ou intensificar sintomas subjetivos (Starcevic; Berle, 2013; Colloca, 2024). Revisões recentes indicam que crenças desinformativas persistem pela conjunção de fluência, viés de confirmação e prova social (indícios observáveis de aprovação coletiva - p. ex., curtidas, comentários, compartilhamentos - que sinalizam aceitabilidade e orientam julgamento e ação), resistindo a correções pontuais (Ecker et al., 2022). No debate público, a expansão semântica de categorias de dano - concept creep - contribui para a rotulação patologizante de experiências comuns, especialmente quando rótulos funcionam como marcadores identitários em comunidades online (Haslam, 2016; Haslam, 2021). Esses processos são modulados por literacia em saúde e eHealth literacy, que condicionam a capacidade de julgar fontes e aplicar informação qualificada (Nutbeam, 2000; Norman; Skinner, 2006).

Aplicadas ao recorte de saúde mental nas plataformas, tais dinâmicas ajudam a explicar por que conteúdos experienciais e listas “guarda-chuva” de sintomas, embora frequentemente imprecisos, alcançam maior engajamento do que comunicações clínicas mais densas. Em TDAH, análises de vídeos populares apontam proporções elevadas de afirmações enganosas e generalizações, com predomínio de criadores leigos entre os mais influentes (Yeung et al., 2022). Em transtornos alimentares, convivem materiais pró-recuperação e conteúdos potencialmente desencadeantes, com associação entre popularidade e baixa qualidade informacional (Lookingbill; Mohammadi; Cai, 2023). Em depressão/ansiedade, o chamado TherapyTok é dominado por relatos em primeira pessoa e conselhos genéricos, de utilidade percebida, porém com heterogeneidade de acurácia (Samuel; Kuijpers; Bleakley, 2024). À luz do quadro teórico acima, algoritmos silenciadores operam como condição de possibilidade para que a exposição repetida, o enquadramento emotivo e a prova social sustentem crer para ver, favorecendo o autodiagnóstico sem mediação profissional.

Para investigar como mecanismos de saliência, enquadramento e distribuição algorítmica - sintetizados pelo conceito de algoritmos silenciadores - interagem com heurísticas, vieses, cibercondria e expectativas negativas para incrementar a probabilidade de desinformação e estimular autodiagnósticos indevidos, realizamos uma revisão integrativa (2010–2025), com buscas em PsycINFO, PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science e SciELO, incluindo clássicos seminais anteriores quando indispensáveis à fundamentação; consideramos artigos revisados por pares em português e inglês, registrando delineamentos, medidas e desfechos relevantes para o tema.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do autodiagnóstico em saúde mental mediado por redes sociais requer um arcabouço que articule mecanismos comunicacionais de visibilidade e sentido com processos psicológicos de crença e decisão. No plano da comunicação, a função de agenda-setting explica como sistemas midiáticos, hoje plataformizados, modulam a saliência do que entra em pauta pública (McCombs; Shaw, 1972), enquanto o framing mostra que enquadramentos (metáforas causais, ênfases, soluções) orientam inferências e preferências do público (Entman, 1993). A hipótese da espiral do silêncio acrescenta que percepções de clima de opinião tendem a inibir dissensos (Noelle-Neumann, 1974). Em ecossistemas regidos por ranqueamento algorítmico e métricas de engajamento, tais processos se combinam com homofilia e câmaras de eco, produzindo exposição redundante a conteúdos congruentes e reforçando crenças (Cinelli et al., 2021). Nesse contexto, adotamos o conceito analítico de "algoritmos silenciadores" (Silva; Pôrto Júnior, 2024) para designar o efeito probabilístico pelo qual sistemas de recomendação e sinais de engajamento reduzem a visibilidade de conteúdos dissonantes em clusters, reforçando aparência de consenso e desestimulando a busca ativa por contrapontos, o que se configura como uma dinâmica compatível com achados sobre a vantagem difusiva de mensagens novas e emocionais (Vosoughi; Roy; Aral, 2018).

Entendemos "algoritmos silenciadores" como rótulo heurístico para a convergência entre (i) objetivos de maximização de engajamento (tempo de visualização, compartilhamentos), (ii) feedbacks de prova social (curtidas, comentários), (iii) homofilia estrutural da rede e (iv) personalização de recomendações. Essa convergência prioriza conteúdos de alta fluência e apelo identitário e subprioriza comunicações técnicas com maior custo cognitivo, estreitando a variedade informacional em cada bolha. Em saúde mental, isso eleva a probabilidade de que listas "guarda-chuva" e testemunhos emocionais ganhem espaço frente a mensagens clínicas mais nuançadas (Cinelli et al., 2021; Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Silva; Pôrto Júnior, 2024).

A literatura distingue misinformation (informação enganosa compartilhada sem intenção de enganar), disinformation (enganosa com intenção) e malinformation (verdadeiro fora de contexto, gerando dano) (Ecker et al., 2022). No domínio da saúde mental, as três formas aparecem em checklists inespecíficas, conselhos não validados e narrativas que extrapolam casos individuais. Essa taxonomia orienta a análise de acurácia e potencial de dano, sobretudo quando rótulos diagnósticos são expandidos para abranger experiências cotidianas (Haslam, 2016; Haslam, 2021).

Sob incerteza e sobrecarga informacional, julgamentos dependem de heurísticas que economizam esforço ao custo de vieses (Ecker et al., 2022). O efeito de verdade ilusória demonstra que a repetição aumenta a veracidade percebida mesmo quando o indivíduo conhece a resposta correta, explicando porque slogans e "listas virais" parecem confiáveis após múltiplas exposições (Fazio et al., 2015). Em saúde, cibercondria descreve busca online excessiva associada a hipervigilância e ansiedade, favorecendo interpretações patologizantes de sinais inespecíficos (Starcevic; Berle, 2013). O nocebo mostra que expectativas negativas podem induzir ou intensificar experiências subjetivas (Colloca, 2024). Esses mecanismos se acoplam às dinâmicas comunicacionais: algoritmos silenciadores aumentam exposição seletiva e repetição, framing emotivo e prova social elevam fluência, e o conjunto sustenta crenças imprecisas resistentes a correções (Ecker et al., 2022).

A noção de concept creep argumenta que conceitos de dano e patologia tendem a expandir suas fronteiras semânticas, deslocando limites entre normalidade e transtorno (Haslam, 2016; Haslam, 2021). Em ambientes de rede, rótulos diagnósticos podem funcionar como marcadores identitários ("neuroidentidades" - que pode ser interpretado como rótulos identitários baseados em categorias clínicas - p. ex., TDAH, TEA - adotados por usuários para fins de pertencimento e auto-descrição), estabilizados por recompensas sociais (pertencimento, reconhecimento). A aprendizagem social e a modelagem por figuras de referência, inclusive influenciadores, contribuem para a observação imitativa e para a legitimação de atribuições diagnósticas em primeira pessoa (Bandura, 2001). Sob a lente de uses & gratifications, parte do público busca informação, afiliação e confirmação identitária, o que ajuda a compreender a vantagem atencional de narrativas pessoais frente a conteúdos técnico-científicos (Ruggiero, 2000).

Formatos como TikTok/Reels/Shorts combinam tempo reduzido, edição veloz, música de fundo e legendas imperativas que funcionam como andaimes atencionais. Em termos cognitivos, aumentam fluência e recordação; socialmente, acoplam-se a prova social visível; comunicacionalmente, favorecem enquadramentos simplificadores. Esse triplo acoplamento explica por que conteúdos experienciais e checklists, frequentemente imprecisos, podem superar mensagens clínicas em engajamento e alcance, como mostram estudos em TDAH, transtornos alimentares e ansiedade/depressão (Yeung et al., 2022; Lookingbill; Mohammadi; Cai, 2023; Samuel; Kuijpers; Bleakley, 2024).

A literacia em saúde (competências funcional, interativa e crítica) e a eHealth literacy (mensurável, por exemplo, via eHEALS) moderam a suscetibilidade a desinformação e a propensão ao autodiagnóstico: níveis mais altos associam-se a melhor triagem de fontes e menor adesão a conteúdos de baixa qualidade (Nutbeam, 2000; Norman; Skinner, 2006). Idade e fase do desenvolvimento também importam: adolescentes e jovens adultos, em processo de formação identitária, tendem a valorizar pares e influenciadores, o que pode potencializar os efeitos de algoritmos silenciadores sobre a percepção de consenso e sobre a aceitação de rótulos diagnósticos.

A inoculation theory sugere que prebunking, isto é, expor preventivamente o público a técnicas retóricas enganosas, uma estratégia de inoculação que antecipa técnicas comuns de manipulação, fortalecendo a resistência cognitiva antes da exposição ao conteúdo enganoso , pode fortalecer "anticorpos cognitivos" (van der Linden; Lewandowsky; Ecker, 2017). Nudges de acurácia, de modo a tornar saliente o critério de veracidade no momento da avaliação/compartilhamento, apresentam efeitos replicáveis em reduzir intenção de compartilhar informações falsas (Pennycook; Rand, 2021; 2022). Integrando o quadro, derivam-se hipóteses: (H1) exposição seletiva e repetição mediadas por algoritmos silenciadores aumentam crenças imprecisas; (H2) framing emotivo e prova social elevam fluência e veracidade percebida; (H3) literacia e eHealth literacy atenuam esses efeitos, ao passo que busca identitária e afinidade com influenciadores os amplificam.

Em síntese, o modelo psicocomunicacional que orienta este estudo postula um encadeamento: plataforma/algoritmo → ecologia informacional (saliência, enquadramentos, redundância/eco) → processamento (heurísticas, illusory truth, cibercondria, nocebo) → desfechos (crença, autodiagnóstico), moderados por literacia, idade e identidade. O conceito de algoritmos silenciadores ajuda a nominar a engrenagem que estreita a diversidade informacional e eleva a plausibilidade de autodiagnósticos quando listas inespecíficas e narrativas emocionais dominam o fluxo,

cenário em que mitigações baseadas em evidência tornam-se componentes críticos de governança informacional em saúde mental (Cinelli et al., 2021; Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Ecker et al., 2022).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo configura-se como revisão integrativa da literatura, concebida para sintetizar e articular evidências de psicologia (julgamento/decisão; psicologia da saúde/mental) e comunicação (teorias clássicas e comunicação digital) a fim de explicar como as redes sociais contribuem para a desinformação em saúde mental e de que modo essa dinâmica estimula autodiagnósticos sem avaliação profissional. A opção por revisão integrativa favorece a incorporação de delineamentos heterogêneos (análises de conteúdo, estudos observacionais e experimentais, revisões sistemáticas/metanálises) e a construção de uma síntese explicativa (Baethge; Goldbeck-Wood; Mertens, 2019).

Para atender a um recorte temporal e linguístico, buscou-se literatura publicada entre 2010 e 2025, em português e inglês. Clássicos anteriores foram incluídos apenas quando seminais à fundamentação teórica (p. ex., agenda-setting e framing). O escopo empírico contemplou plataformas com feed algorítmico e vídeo curto (TikTok, Instagram Reels, YouTube/Shorts) e, quando pertinente, X/Twitter, Reddit e Facebook.

Para assegurar transparência e reprodutibilidade das buscas, realizaram-se consultas nas bases PsycINFO, PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science e SciELO, utilizando combinações de descritores em português e inglês com operadores booleanos e, quando aplicável, termos controlados (MeSH/DeCS). As cadeias nucleares integraram três eixos semânticos: contexto/plataforma ("social media", TikTok, Instagram, YouTube, Twitter/X, Reddit, "redes sociais"), fenômeno informacional (misinformation, disinformation, "desinformação", "conteúdo enganoso") e constructos clínico-psicológicos ("mental health"/"saúde mental", "self-diagnos"/autodiagnóstico, cyberchondria/cibercondria, "illusory truth", nocebo). Exemplos de consultas foram: ("social media" AND misinformation AND "mental health"); (autodiagnóstico AND "redes sociais"); (cyberchondria AND "social media"); ("illusory truth" AND framing); e (accuracy nudges AND misinformation AND "mental health"). Por "Accuracy nudges", entende-se a sinalização de se tornar necessária a verificação de veracidade no momento de avaliar/compartilhar conteúdo, deslocando a atenção para a acurácia. As estratégias foram pilotadas e refinadas por dois avaliadores, visando equilíbrio entre sensibilidade (recuperação ampla do tema) e especificidade (redução de ruído).

Para estabelecer elegibilidade, incluíram-se estudos revisados por pares que abordassem redes sociais e ao menos um dos eixos: desinformação em saúde/saúde mental, autodiagnóstico (self-diagnosis) ou constructos psicológicos associados (p. ex., cibercondria, nocebo, illusory truth, literacia em saúde) no contexto de redes; aceitaram-se estudos empíricos (observacionais/experimentais) e revisões (sistemáticas/narrativas/metanálises) com método declarado, em PT/EN, publicados entre 2010–2025. Excluíram-se preprints, editoriais, cartas sem dados, relatórios não revisados, livros/capítulos sem peer review, teses/dissertações e estudos cujo "autodiagnóstico" não se relacionasse à saúde mental ou ao uso de redes.

Para reduzir o viés de seleção, a triagem ocorreu em duas etapas independentes (títulos/resumos → texto completo) conduzidas por dois avaliadores; divergências foram resolvidas por consenso e, quando necessário, por terceiro avaliador. O relato do fluxo de seleção e os motivos de exclusão no texto integral seguiram recomendações

de transparência do PRISMA 2020, reconhecendo-se o caráter integrativo (não sistemático) da revisão (Page et al., 2021). Foram incluídos 13 estudos publicados entre 2010 e 2025, com foco em TikTok, Instagram Reels, YouTube/Shorts e Twitter/X. A amostra compreendeu 23% análises de conteúdo, 15% estudos observacionais e 31% experimentos, além de 31% revisões (sistemáticas/narrativas).

Para garantir consistência conceitual, elaborou-se um codebook prévio que operacionalizou os constructos: desinformação como guarda-chuva para misinformation (sem intenção), disinformation (com intenção) e malinformation (verdadeira fora de contexto); autodiagnóstico como atribuição de rótulo clínico sem avaliação profissional baseada em conteúdo consumido em redes; "algoritmos silenciadores" como categoria analítica (Silva; Pôrto Júnior, 2024) que codifica redução de visibilidade de conteúdos dissonantes por ranqueamento personalizável e sinais de engajamento — com proxies observáveis como exposição seletiva, redundância em clusters, homofilia e vantagem difusiva de conteúdos emotivos/identitários; mecanismos psicológicos (p. ex., illusory truth, cibercondria, nocebo, vieses/heurísticas); e moderadores (literacia em saúde/eHealth -instrumentos como eHEALS, quando reportados - , idade/grupo etário, tipo de fonte e formato de mensagem). Como indicadores de qualidade informacional e potencial de dano, quando disponíveis nos estudos incluídos, foram observadas métricas como DISCERN, JAMA benchmark e PEMAT, bem como a presença de "checklists guarda-chuva" e desfechos de crença, intenção de autodiagnóstico e busca de cuidado.

Para apreciação crítica da robustez metodológica, empregaram-se instrumentos adequados ao delineamento: MMAT 2018 para métodos mistos/qualitativos/quantitativos (Hong et al., 2018), checklists JBI para observacionais (Aromataris; Munn, 2020) e AMSTAR 2 para revisões sistemáticas (Shea et al., 2017). A força inferencial foi ponderada por uma hierarquia analítica (metanálises/revisões sistemáticas > experimentos/ensaios > coortes > transversais > análises de conteúdo), utilizada apenas para calibrar a discussão (não como critério de exclusão). Como verificação de confiabilidade, calculou-se coeficiente Kappa em aproximadamente 30% da amostra (meta ≥ 0,70).

Para conduzir a síntese, adotou-se abordagem narrativa com análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2006), organizando os achados em eixos: qualidade/acurácia informacional, padrões de engajamento e linguagem do vídeo curto, mecanismos psicológicos de crença e decisão, arquiteturas sociotécnicas/"algoritmos silenciadores" e estratégias de mitigação. A interpretação buscou encadear níveis (mensagem–usuário–plataforma) e explicitar a força da evidência (associativa vs. experimental), em consonância com boas práticas de relato (Page et al., 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A síntese integrativa do corpus (2010–2025) evidenciou padrões consistentes entre plataformas com feed algorítmico e forte presença de vídeo curto (TikTok, Instagram Reels, YouTube/Shorts), convergindo para dois achados gerais: (i) acurácia informacional variável, com vantagem de alcance para conteúdos experienciais e "listas guarda-chuva" de sintomas; e (ii) mecanismos psicocomunicacionais que explicam a adesão e a persistência de crenças imprecisas, com ênfase no papel de arquiteturas de recomendação que estreitam a diversidade informacional percebida. Esses resultados dialogam diretamente com os objetivos de compreender como as redes contribuem

para a desinformação em saúde mental e de que modo essa dinâmica estimula autodiagnósticos sem avaliação profissional.

No eixo da acurácia informacional, análises de conteúdo em TDAH, transtornos alimentares e ansiedade/depressão mostram proporções relevantes de informações enganosas ou descontextualizadas, acompanhadas de maior engajamento de narrativas pessoais e conselhos genéricos quando comparadas a comunicações clínicas (Yeung et al., 2022; Lookingbill; Mohammadi; Cai, 2023; Samuel; Kuijpers; Bleakley, 2024). O padrão é ambivalente: comunidades online oferecem apoio entre pares e redução de estigma, mas esse mesmo ambiente favorece a circulação de rótulos diagnósticos amplos e de checklists inespecíficas, condições que podem induzir autoatribuições precipitadas. A ambivalência sugere que engajamento não é proxy de qualidade, o que tem implicações tanto para avaliação crítica por parte dos usuários quanto para diretrizes de ranking e rotulagem informacional.

A linguagem do vídeo curto emerge como elemento estruturante desses efeitos. Formatos breves com edição veloz, trilha sonora e legendas imperativas funcionam como andaimes atencionais que aumentam fluência de processamento (grau de facilidade com que uma mensagem é processada; maior fluência tende a elevar familiaridade e veracidade percebida) e recordação; associados à prova social visível (curtidas, comentários), elevam a veracidade percebida de mensagens simples e fortemente afetivas (Fazio et al., 2015). Em termos comunicacionais, enquadramentos (framing) que oferecem explicações unívocas e soluções rápidas tendem a competir com mensagens técnicas com maior nuance (Entman, 1993). Em termos psicológicos, a combinação entre repetição, viés de confirmação e fluência responde pela resistência à correção que a literatura vem documentando (Ecker et al., 2022). O resultado prático é a maior plausibilidade subjetiva de listas "guarda-chuva" e testemunhos emocionais, sobretudo quando funcionam como sinais identitários dentro das comunidades.

As arquiteturas sociotécnicas ajudam a explicar a escala e a persistência desses fenômenos. Em ambientes de rede, homofilia e câmaras de eco organizam audiências em clusters de afinidade, com exposição redundante a conteúdos congruentes (Cinelli et al., 2021). Em paralelo, estudos de difusão em larga escala mostram que conteúdos novos e emocionais tendem a se propagar mais rápido e mais longe do que conteúdos precisos, mas menos excitantes (Vosoughi; Roy; Aral, 2018). À luz desses achados, adotamos o conceito analítico de algoritmos silenciadores para nomear o efeito probabilístico pelo qual recomendação personalizada e sinais de engajamento reduzem a visibilidade de conteúdos dissonantes dentro de clusters, reforçando aparência de consenso e desestimulando o contato com contrapontos informados (Silva; Pôrto Júnior, 2024). Importa sublinhar que o termo descreve mecanismo emergente de regras de ranqueamento e não pressupõe intencionalidade normativa das plataformas; ainda assim, seus efeitos combinam-se com agenda-setting (saliência) e framing (Enquadramento) para estreitar as possibilidades de interpretação pública (McCombs; Shaw, 1972; Entman, 1993).

No plano psicológico-clínico, o conjunto de evidências sustenta que cibercondria e efeitos nocebo são vias plausíveis de mediação entre consumo digital e autopercepção sintomática. A busca ansiosa por informação em saúde aumenta a vigilância a sinais inespecíficos e favorece interpretações patologizantes, enquanto expectativas negativas podem induzir ou intensificar experiências subjetivas (Starcevic; Berle, 2013; Colloca, 2024). Esses processos, quando acoplados a exposição seletiva, repetição e prova social, ajudam a explicar por que indivíduos passam a reconhecer-se em descrições vagas e a adotar rótulos sem avaliação clínica. Do ponto de vista

sociocultural, a expansão semântica de categorias de dano - concept creep - oferece uma lente para compreender a psiquiatrização do cotidiano em arenas públicas, nas quais rótulos funcionam também como marcadores de pertencimento (Haslam, 2016; Haslam, 2021).

A análise indica ainda moderadores individuais e contextuais. Literacia em saúde e eHealth literacy atuam como amortecedores: níveis mais altos associam-se a melhor triagem de fontes e menor adesão a conteúdos de baixa qualidade (Nutbeam, 2000; Norman; Skinner, 2006). Idade e fase do desenvolvimento importam, pois adolescentes e jovens adultos tendem a valorizar pares e influenciadores, intensificando a percepção de consenso local e, por consequência, a plausibilidade de autodiagnósticos identitários. Fonte (profissional vs. leigo) e formato (vídeo curto vs. texto longo) também modulam efeitos; no corpus analisado, conteúdos de profissionais aparecem menos e, quando presentes, concorrem em desvantagem atencional, o que reforça a necessidade de adaptação retórica sem perda de rigor.

Quanto às estratégias de mitigação, duas famílias de intervenções apresentam evidência replicável: inoculação (prebunking) - que treina o reconhecimento de técnicas retóricas enganosas antes da exposição - e nudges de acurácia - que tornam saliente o critério de veracidade no momento de avaliar/compartilhar (van der Linden; Lewandowsky; Ecker, 2017; Pennycook; Rand, 2021; 2022). Esses resultados sustentam que ajustes leves no ambiente decisório podem reduzir intenção de compartilhar e melhorar julgamentos de veracidade. Persistem, entretanto, desafios de transferência para vídeos ultracurtos e públicos adolescentes, bem como questões de contexto cultural que exigem adaptações locais. À medida que se reconhece a operação de algoritmos silenciadores, emerge a necessidade de testar intervenções in-feed que conciliem fricções ao compartilhamento de alegações médicas com vias de referência a fontes de alta qualidade, sem produzir efeitos adversos de reatância.

Em síntese interpretativa, os objetivos propostos foram contemplados: a revisão mostrou como mecanismos de saliência, enquadramento e distribuição algorítmica se articulam a heurísticas, efeitos de repetição, cibercondria e expectativas negativas para aumentar a probabilidade de desinformação e estimular autodiagnósticos. O conceito de algoritmos silenciadores funcionou como peça de ligação entre os níveis comunicacional e psicológico, iluminando a estreita janela de conteúdos que muitos usuários efetivamente experimentam. À luz da força da evidência (predominantemente associativa, com suporte experimental para mecanismos cognitivos e para algumas intervenções), as implicações práticas envolvem triagem clínica de autodiagnóstico e exposição digital, educação midiática situada e testes A/B de prebunking e accuracy prompts em formatos compatíveis com vídeo curto. Esses passos, ancorados nos resultados, apontam caminhos realistas para mitigar autodiagnósticos indevidos sem suprimir o valor do apoio entre pares no ecossistema informacional contemporâneo (McCombs; Shaw, 1972; Entman, 1993; Noelle-Neumann, 1974; Cinelli et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi explicar como mecanismos comunicacionais e psicológicos - mediados por arquiteturas de recomendação - contribuem para a desinformação em saúde mental e de que modo essa dinâmica estimula autodiagnósticos sem avaliação profissional. À luz dos resultados, esse objetivo foi alcançado ao demonstrar que a articulação entre saliência temática (associável ao agenda-setting), enquadramentos persuasivos (relacionados ao framing), repetição

com elevada fluência e estreitamento da diversidade informacional por algoritmos silenciadores aumenta a plausibilidade subjetiva de listas inespecíficas de sintomas e de narrativas experienciais, favorecendo a autoatribuição diagnóstica. Em termos interpretativos, trata-se de efeitos probabilísticos: ecologias de feed personalizadas, combinadas a prova social visível e formatos de vídeo ultracurto, elevam a chance de que sinais vagos sejam reinterpretados como patologia, especialmente em contextos de baixa literacia em saúde.

Os achados também permitem delimitar implicações práticas coerentes com a força da evidência. No plano clínico-assistencial, recomenda-se incluir na anamnese perguntas sobre exposição digital e autodiagnóstico, oferecendo orientações claras de quando e por que buscar avaliação profissional. No desenho de plataformas, os resultados apoiam o teste de intervenções leves no fluxo , por exemplo, prebunking e accuracy nudges/accuracy prompts, que aumentem a saliência do critério de veracidade antes do compartilhamento, ao mesmo tempo em que criam vias de referência a fontes qualificadas sem produzir reatância. No campo educacional, programas de literacia (incluindo eHealth) dirigidos a adolescentes, responsáveis e educadores podem reduzir a vulnerabilidade a conteúdos de baixa qualidade e mitigar trajetórias de autodiagnóstico.

Reconhecemos limitações que condicionam o alcance das conclusões: trata-se de revisão narrativa integrativa, com heterogeneidade de delineamentos e métricas; prevalece evidência associativa para vários desfechos; há viés linguístico para publicações em inglês; e a volatilidade de políticas e algoritmos dificulta a generalização temporal. Portanto, as inferências devem ser lidas como convergências robustas e não como demonstrações causais. Ainda assim, a consistência entre diferentes métodos, análises de conteúdo, estudos observacionais e experimentais sobre mecanismos cognitivos, sustenta o encadeamento proposto entre enquadramentos, repetição, prova social e algoritmos silenciadores.

Como agenda específica de aprofundamento, destacamos seis lacunas prioritárias: (i) harmonização de medidas para avaliação de acurácia em saúde mental, com um núcleo mínimo comparável entre estudos (p. ex., convergência entre DISCERN, JAMA benchmark e PEMAT, acrescida de itens específicos para vídeo curto); (ii) desfechos clínicos downstream, testando se a exposição repetida a conteúdos de baixa qualidade se associa a autodiagnóstico confirmado (ou não) em entrevistas estruturadas e à trajetória de busca/adesão ao cuidado; (iii) ensaios in-feed, isto é, intervenções testadas dentro do próprio fluxo de uso (short-form), com monitoramento de impacto em intenção de compartilhamento e veracidade percebida; (iv) replicações em português (Brasil e demais contextos lusófonos), reduzindo o viés anglófono e verificando validade transcultural dos efeitos e das intervenções; (v) transparência algorítmica por meio de auditorias com pré-registro e telemetria ética, capazes de estimar a contribuição efetiva da recomendação personalizada para o estreitamento informacional; e (vi) trilhas de literacia, inclusive eHealth, com módulos breves e mensuráveis para adolescentes, responsáveis e educadores, visando ganhos verificáveis de checagem de veracidade e redução de autodiagnósticos indevidos.

Em síntese, os resultados confrontados com os objetivos indicam que algoritmos silenciadores operam como peça de ligação entre dinâmicas de visibilidade e processos de crença, estreitando a janela informacional de muitos usuários e aumentando a probabilidade de autodiagnósticos indevidos. Mitigar esse risco exige combinar ação clínica, educação midiática e ajustes de arquitetura informacional,

ancorados em evidência e sensíveis às especificidades dos ambientes digitais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (eds.). **JBI Manual for Evidence Synthesis**. Adelaide: JBI, 2020. DOI: 10.46658/JBIMES-20-01. Link: https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01

BANDURA, A. Social cognitive theory of mass communication. **Media Psychology**, v. 3, n. 3, p. 265–299, 2001. DOI: 10.1207/S1532785XMEP0303_03. Link: https://doi.org/10.1207/S1532785XMEP0303_03

BAETHGE, C.; GOLDBECK-WOOD, S.; MERTENS, S. SANRA: a scale for the quality assessment of narrative review articles. **Research Integrity and Peer Review**, v. 4, 5, 2019. DOI: 10.1186/s41073-019-0064-8. Link: https://doi.org/10.1186/s41073-019-0064-8

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. Link: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

CINELLI, M. et al. The echo chamber effect on social media. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 9, e2023301118, 2021.

DOI: 10.1073/pnas.2023301118. Link: https://doi.org/10.1073/pnas.2023301118

COLLOCA, L. The nocebo effect. **Annual Review of Pharmacology and Toxicology**, v. 64, p. 171–190, 2024. DOI: 10.1146/annurev-pharmtox-022723-112425. Link: https://doi.org/10.1146/annurev-pharmtox-022723-112425

SILVA, Adriano Alves da; PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Algoritmos silenciadores: desinformação e espiral do silêncio na era da inteligência artificial. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 147–158, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.221079. Disponível em: https://revistas.usp.br/organicom/article/view/221079. Acesso em: 10 jun. 2025.

ECKER, U. K. H. et al. The psychological drivers of misinformation belief and its resistance to correction. **Nature Reviews Psychology**, v. 1, p. 13–29, 2022. DOI: 10.1038/s44159-021-00006-y. Link: https://doi.org/10.1038/s44159-021-00006-y

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x. Link: https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x

FAZIO, L. K. et al. Knowledge does not protect against illusory truth. **Journal of Experimental Psychology**: General, v. 144, n. 5, p. 993–1002, 2015. DOI: 10.1037/xge0000098. Link: https://doi.org/10.1037/xge0000098

HASLAM, N. Concept creep: Psychology's expanding concepts of harm and pathology. **Psychological Inquiry**, v. 27, n. 1, p. 1–17, 2016. DOI: 10.1080/1047840X.2016.1082418. Link: https://doi.org/10.1080/1047840X.2016.1082418

HASLAM, N. Concept creep and psychiatrization. **Frontiers in Sociology**, v. 6, 806147, 2021. DOI: 10.3389/fsoc.2021.806147. Link: https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.806147

HONG, Q. N. et al. The Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT) version 2018 for information professionals and researchers. **Education for Information**, v. 34, n. 4, p. 285–291, 2018. DOI: 10.3233/EFI-180221. Link: https://doi.org/10.3233/EFI-180221

LOOKINGBILL, V.; MOHAMMADI, E.; CAI, Y. Assessment of accuracy, user engagement, and themes of eating disorder content in social media short videos. **JAMA Network Open**, v. 6, n. 4, e238897, 2023. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2023.8897. Link: https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2023.8897

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972. DOI: 10.1086/267990. Link: https://doi.org/10.1086/267990

NOELLE-NEUMANN, E. The spiral of silence: A theory of public opinion. **Journal of Communication**, v. 24, n. 2, p. 43–51, 1974. DOI:10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x. Link: https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x

NORMAN, C. D.; SKINNER, H. A. eHEALS: The eHealth Literacy Scale. **Journal of Medical Internet Research**, v. 8, n. 4, e27, 2006. DOI: 10.2196/jmir.8.4.e27. Link: https://doi.org/10.2196/jmir.8.4.e27

NUTBEAM, D. Health literacy as a public health goal: a challenge for contemporary health education and communication strategies in the 21st century. **Health Promotion International**, v. 15, n. 3, p. 259–267, 2000. DOI: 10.1093/heapro/15.3.259. Link: https://doi.org/10.1093/heapro/15.3.259

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71. Link: https://doi.org/10.1136/bmj.n71

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. **Nature**, v. 592, p. 590–595, 2021. DOI: 10.1038/s41586-021-03344-2. Link: https://doi.org/10.1038/s41586-021-03344-2

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Accuracy prompts are a replicable and generalizable approach for reducing the spread of misinformation. **Nature Communications**, v. 13, 2333, 2022. DOI: 10.1038/s41467-022-30073-5. Link: https://doi.org/10.1038/s41467-022-30073-5

SHEA, B. J. et al. AMSTAR 2: A critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. **BMJ**, v. 358, j4008, 2017. DOI: 10.1136/bmj.j4008. Link: https://doi.org/10.1136/bmj.j4008

STARCEVIC, V.; BERLE, D. Cyberchondria: Towards a better understanding of excessive health-related Internet searching. **Expert Review of Neurotherapeutics**, v. 13, n. 2, p. 205–213, 2013. DOI: 10.1586/ern.12.162. Link: https://doi.org/10.1586/ern.12.162

VAN DER LINDEN, S.; LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H. Inoculating the public against misinformation. **Global Challenges**, v. 1, n. 2, 1600008, 2017. DOI: 10.1002/gch2.201600008. Link: https://doi.org/10.1002/gch2.201600008

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. DOI: 10.1126/science.aap9559. Link: https://doi.org/10.1126/science.aap9559

YEUNG, A. et al. TikTok and attention-deficit/hyperactivity disorder: A cross-sectional study of social media content quality. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v. 67, n. 12, p. 899–906, 2022. DOI: 10.1177/07067437221082854. Link: https://doi.org/10.1177/07067437221082854

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Adriano Alves da Silva**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Élida Souza Silva**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Mayelle Batista da Silva**, Psicóloga, Especialista, Docente em Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

UMA PONTE ENTRE MUNDOS: UMA ANÁLISE DO FILME CODA, NO RITMO DO CORAÇÃO

Anne Karolline Linhares de Araujo
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Beatriz Barbosa Cordeiro
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Amanda Franceschini Aguiar
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Bárbara Silveira Ventura
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

O presente ensaio analisa o filme CODA: No Ritmo do Coração (2021) sob a ótica da Psicologia Escolar, buscando compreender de que forma a escola pode atuar na inclusão ou exclusão de estudantes inseridos em contextos culturais e linguísticos diversos. A narrativa de Ruby Rossi, filha ouvinte de pais surdos (CODA – Children of Deaf Adults), é utilizada como disparadora de reflexões acerca da identidade bilíngue e bicultural, das relações de pertencimento e das sobrecargas emocionais decorrentes da mediação linguística precoce. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico e documental, evidencia que a ausência de estratégias bilíngues, o preconceito e o bullying reforçam a invisibilidade social dos CODAs, impactando sua saúde mental e o desenvolvimento escolar. Nesse sentido, destaca-se o papel da Psicologia Escolar na promoção de práticas inclusivas, na mediação entre escola e famílias surdas e na construção de um ambiente acolhedor que reconheça a diversidade como valor e não como barreira.

Palavras-chave: CODA; Identidade cultural; Bullying. Inclusão Escolar; Psicologia Escolar.

INTRODUÇÃO

O espaço escolar, concebido como instância de realização do direito à educação previsto na Constituição Federal, fundamenta-se no compromisso de assegurar o desenvolvimento pleno dos sujeitos que o compõem. Nesse sentido, a inclusão escolar desponta como um dos principais desafios da educação contemporânea, uma vez que demanda práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a multiplicidade e a diversidade de cada indivíduo (Silva, 2025).

Esse compromisso torna-se ainda mais relevante quando se trata do acolhimento de estudantes que transitam entre diferentes culturas, línguas e modos de ser, como é o caso dos estudantes CODA (Children of Deaf Adults), expressão que, traduzida para o português, significa “filhos de pais surdos”. Esses indivíduos crescem

em contextos bilíngues e biculturais, desempenhando, desde cedo, a função de mediadores linguísticos e culturais. Tal condição, ao mesmo tempo em que amplia suas competências comunicacionais, impõe sobrecargas emocionais e desafios identitários que, muitas vezes, não encontram reconhecimento ou suporte nas instituições escolares (Alberton; Antunes, 2024).

O filme CODA: No Ritmo do Coração (2021) oferece uma narrativa sensível sobre essa vivência ao retratar a trajetória de Ruby Rossi, uma jovem que atua como mediadora entre sua família surda e o mundo ouvinte. Essa posição, embora permeada por afeto e responsabilidade, impõe à protagonista uma sobrecarga emocional e uma constante busca por pertencimento. A partir dessa representação, é possível refletir sobre o papel da escola na formação integral desses sujeitos e sobre como práticas pedagógicas pouco inclusivas podem reforçar processos de exclusão e sofrimento psíquico.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da Psicologia Escolar, de que modo a narrativa do filme CODA: No Ritmo do Coração suscita discussões sobre inclusão, identidade bilíngue e o papel mediador do psicólogo escolar na promoção de ambientes educativos mais acolhedores e sensíveis à diversidade humana. Para tanto, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, com enfoque ensaístico e interpretativo, tomando o filme como disparador de reflexão teórica.

A análise será conduzida a partir de três eixos principais: (i) identidade bilíngue e bicultural de filhos ouvintes de pais surdos; (ii) impactos do preconceito e do bullying na construção subjetiva; e (iii) o papel da Psicologia Escolar na mediação entre escola, família e comunidade surda. Mais do que oferecer respostas definitivas, este estudo busca suscitar questionamentos e contribuir para o debate sobre práticas educativas mais sensíveis à diversidade cultural e linguística.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Identidade Cultural e Linguística de CODA

1.1.1 Definição de CODA

O termo CODA (Children of Deaf Adults) é internacionalmente utilizado para se referir a filhos ouvintes de pais surdos. Esses apresentam caráter bilíngue, pois ao mesmo tempo em que convivem em casa com pais surdos e se comunicam pela Língua de Sinais (Libras) que é sua língua materna, em contextos sociais mais amplos, como nas interações escolares, comunitárias e interpessoais, necessitam recorrer à língua oral, sendo sua segunda lingua (Bezerra; Mateus, 2017). No caso dos Codas é comum estarem inseridos na cultura surda mesmo não sendo, devido ao contato com a família e comunidade surda (Oliveira, 2014).

Quadros (2017) afirma que é comum que o Coda exerça a função de mediador entre os pais surdos e a comunidade/cultura ouvinte uma vez que, muitas vezes, atua como intérprete em diferentes contextos sociais, como consultas médicas, negociações de trabalho e até situações burocráticas. Esse papel, que deveria ser ocupado por profissionais, é frequentemente delegado ao filho ouvinte, o que pode gerar sobrecarga emocional e amadurecimento acelerado.

No filme CODA: No Ritmo do Coração, a personagem Ruby Rossi ilustra esse conceito de forma clara. Como a única ouvinte em uma família de surdos, Ruby é

responsável por traduzir o mundo sonoro para seus pais e, ao mesmo tempo, representar os pais diante da comunidade ouvinte. Essa dupla responsabilidade a coloca em um lugar ambivalente: por um lado, desenvolve habilidades de comunicação, sensibilidade e maturidade; por outro, enfrenta o peso de decisões e pressões que não condizem com sua idade. Assim, Ruby representa o perfil característico dos CODAs, que crescem em meio a uma realidade marcada pela mediação constante entre culturas distintas.

1.1.2 A experiência bilíngue e bicultural

É recorrente que o CODA desempenhe a função de mediador entre a comunidade surda e a sociedade ouvinte. Nessa condição, encontra-se inserido em dois contextos culturais distintos, marcados por normas, valores e sistemas linguísticos próprios. O bilinguismo, nesse caso, transcende a dimensão meramente linguística, configurando-se também como um fenômeno cultural, que atribui ao sujeito uma identidade bicultural pois embora não possua formação técnica ou habilitação profissional como intérprete, o CODA frequentemente assume esse papel no âmbito familiar, atuando não apenas na tradução da língua, mas também na interpretação e explicitação de aspectos culturais para viabilizar a comunicação entre seus pais surdos e o meio social (Quadros, 2017).

> A grande maioria desses surdos tiveram contato com a língua de sinais e a utilizaram em associações de surdos e outras organizações. Dentro desses espaços, os CODAs, que são trazidos geralmente, pelos pais e familiares, crescem juntos com outras crianças e até adultos surdos, exercitando, assim, a língua e sua cultura (Quadros; Massutti, 2007, p. 245).

A vivência bilíngue de Ruby é retratada em diferentes contextos do cotidiano. No consultório médico, ela traduz para os pais, transitando entre a linguagem de sinais e a língua oral para garantir a comunicação; no trabalho da família, atua como intérprete nas negociações de venda de peixes, demonstrando fluência em ambas as línguas; e, no ambiente escolar e coral, utiliza predominantemente a língua oral, enquanto em casa se comunica por meio da língua de sinais. Esses exemplos evidenciam como a condição de CODA implica o uso constante e simultâneo de dois sistemas linguísticos. Nesse ponto, o filme evidencia o dilema vivido por muitos CODAs: a necessidade de equilibrar o compromisso com a família surda e o desejo de construir uma trajetória individual no mundo ouvinte.

A experiência bicultural de Ruby evidencia-se em diferentes situações do enredo. Sua paixão pela música, como expressão de pertencimento ao mundo ouvinte, entra em conflito com a surdez da família, que inicialmente não compreende o valor dessa vivência sonora. Esse distanciamento torna-se ainda mais visível no recital, quando os pais não captam o sentido da apresentação, mas buscam sentir a vibração da música, revelando, ao mesmo tempo, o choque e a possibilidade de conexão entre os dois universos. Além disso, a jovem transita entre a vida familiar, marcada pela identidade surda e pelo uso da língua de sinais, e a vida social, na qual precisa se ajustar às normas da sociedade ouvinte, muitas vezes inviabilizando sua condição de CODA.

1.1.3 Desafios na construção da identidade: conflitos de pertencimento e dupla identidade cultural

Durante a narrativa do filme, percebe-se na personagem Ruby, o complexo processo de construção da sua identidade cultural, em constante negociação entre dois mundos, surdo e ouvinte. Sobre este processo, Quadros e Massutti (2007, p.246) destacam:

> A experiência de nascer, viver e crescer em meio a uma família de pais surdos faz com que a percepção das representações culturais, sociais, políticas e linguísticas sejam atravessadas por substratos filosóficos, éticos e estéticos marcados por tensões em zonas fronteiriças de contato.

Os CODAs vivem, diariamente, entre fronteiras da língua, do idioma e da cultura. Desta forma, constituem sua subjetividade mesclando e interagindo entre as realidades surda e ouvinte (Quadros; Massutti, 2007). Na trama, nota-se que a dupla identidade cultural vivenciada por Ruby extrapola a simples condição de intérprete familiar, configurando-se como uma experiência de fronteira. Seu papel de mediadora linguística e cultural a coloca numa posição singular de reflexão e ressignificação identitária, onde ser "entre-lugares" representa simultaneamente uma condição de vulnerabilidade e potência criativa.

Segundo Quadros e Massutti (2007), outro aspecto intrigante experienciado pelos CODAs, é que nem sempre a equivalência linguística se faz possível, existindo formas únicas de se expressar nas duas línguas, sem que haja, necessariamente, correspondência na outra; o que reforça o abismo entre dois mundos tão diferentes. Em uma das cenas do filme, o professor de música pede para a protagonista explicar como ela se sentia cantando e, literalmente, lhe faltaram palavras. Ruby recorreu a Língua de Sinais para conseguir expressar o significado da música para ela, se fazendo entender pelo sentimento transmitido em cada sinal.

O movimento dialético entre esses dois contextos configura-se como um desafio permanente de pertencimento, onde Ruby precisa constantemente equilibrar expectativas familiares e individuais. No filme, pode-se observar tanto momentos em que a personagem não se sente pertencente à família, que deposita grandes cobranças e responsabilidades nela e não aprova - a princípio - o seu talento musical; quanto a falta de pertencimento aos seus pares no ambiente escolar, por questões de preconceito.

Neste sentido, Bezerra e Mateus (2017, p. 454) afirmam que o hibridismo cultural da pessoa Coda, ou seja, seu pertencimento tanto à cultura surda quanto à cultura ouvinte, é "marcado por tensões e estranhamentos sociais, sobretudo por parte daqueles que, sendo ouvintes e membros de famílias ouvintes, não partilham do universo surdo".

1.1.4 O papel da família e da comunidade surda: influência na formação da identidade e no senso de pertencimento

A família configura-se como nosso primeiro grupo social. O convívio familiar propicia as primeiras experiências de relacionamentos, a aquisição de informações sobre a língua, o conhecimento e as trocas afetivas. Através da família, apreende-se também as regras e as normas sociais. É, portanto, neste núcleo social que os indivíduos iniciam suas relações interpessoais, que aprendem "a construir e a dividir

experiências de vida, de afetos, de valores, de conhecimentos, de identidades, de culturas, das linguagens e línguas" (Sander, 2016, p.51).

Neste sentido, os CODAs, usualmente, iniciam suas interações em família através da Língua de Sinais. O uso da língua visual, apresenta uma cultura distinta e uma visão de mundo particular, marcando uma expressiva diferença entre crianças CODAs e ouvintes (Sander, 2016).

Corroborando com a discussão, Bezerra e Mateus (2017, p. 455) apontam que a criança CODA, tendo como primeiro contato a língua dos pais, "adquire um modelo de espaço visual muito mais aguçado, buscando detalhes pequenos em todos os objetos e, com isso, adquire características dos surdos no seu desenvolvimento psicossocial e perceptivo".

Quadros e Massutti (2007, p.262) afirmam que as referências visuais de um CODA, configuram-se como uma espécie de estatuto do olhar. "A profundidade da experiência visual marca sua subjetividade, e as impressões que os pais transmitem acerca da importância do olhar produzir significados em suas vidas".

No filme, a família surda de Ruby estabelece uma dinâmica comunicativa totalmente estruturada pela língua de sinais. Essa configuração familiar evidencia como a identidade surda se constrói não como limitação, mas como uma experiência linguística e cultural singular, onde a comunicação ultrapassa barreiras auditivas tradicionais, tendo demonstrações e significações próprias.

Além da convivência familiar, é comum que, desde cedo, os CODAs vivenciem a cultura surda através do contato com a comunidade surda. Em associações ou outras organizações de surdos, as crianças CODAs crescem junto com outras crianças e adultos surdos, exercitando a língua e experienciando sua cultura (Bezerra; Mateus, 2017; Quadros; Massutti, 2007). "Os CODAs encontram na comunidade surda o espaço de segurança, o porto seguro para viver a intensidade de uma língua constituída no corpo e na forma de olhar" (Quadros; Massutti, 2007, p.263).

Quanto à comunidade surda, no contexto local da família de Ruby, existia pouca convivência com outros surdos. Em um momento de desentendimento com a mãe, a personagem destaca que os amigos surdos da família se encontram apenas uma vez por mês. Desta forma, o núcleo familiar da adolescente encontra-se ilhado, com laços fortes entre si, mas com a filha ouvinte como única ponte com o restante da sociedade.

No que tange o papel do CODA como intérprete da família surda, Sander (2016) descreve-o como uma singularidade do ser CODA, que coloca-o desde muito cedo, a receber responsabilidades dos pais surdos, e intermediar diversas situações com pessoas ouvintes, às vezes, sem compreendê-las ou mesmo sem condições para tal. Esta função atribui uma maturidade precoce para estes indivíduos.

O filme problematiza justamente os desafios de construção identitária em um contexto de interseccionalidade cultural, onde Ruby transita entre ser intérprete familiar, filha, aluna, artista musical e, por último, uma simples adolescente, com sonhos, desejos e paixões. As tensões familiares, os conflitos, as escolhas e renúncias demonstram como a identidade se constrói mediante constantes movimentos de negociação, onde família, sociedade e indivíduo se entrelaçam de forma complexa e dinâmica.

"A negociação é um espaço de tensão constante na vida do CODA nas relações com os outros surdos e outros ouvintes" (Quadros; Massutti, 2007, p.264).

1.2 Bullyng e Vulnerabilidade Social dos CODAS

1.2.1 Bullying escolar: conceito e impactos psicológicos

O filme CODA: No Ritmo do Coração oferece uma perspectiva comovente e realista sobre o bullying escolar, ilustrando como a protagonista Ruby Rossi, por ser a única ouvinte em sua família surda, se torna um alvo constante de violência psicológica. O bullying não se restringe apenas às agressões físicas, mas manifesta-se de diversas formas. No caso de Ruby, a violência ocorre principalmente através do bullying verbal, com a zombaria sobre a deficiência de sua família, e do bullying social que a isola de seus colegas e a faz sentir-se uma estranha em seu próprio ambiente escolar.

A experiência de ser alvo de bullying afeta diretamente a saúde mental, podendo levar a quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima. Como o psicólogo Dan Olweus, um dos pioneiros no estudo do tema, descreve, o bullying é "um comportamento agressivo e intencional, que ocorre dentro de uma relação caracterizada por um desequilíbrio de poder e que se repete ao longo do tempo" (Olweus, 1993, p. 9). É a partir dessa definição que se pode compreender a dinâmica da violência vivenciada por personagens como Ruby Rossi, cujas experiências servem de exemplo para analisar os profundos impactos psicológicos desse fenômeno.

Essa dinâmica de poder desigual, vivenciada por Ruby, mina a autoconfiança e a identidade da vítima. A narrativa mostra como essa violência sutil tem o poder de minar a autoconfiança e a identidade de uma pessoa, levando ao isolamento e a à dificuldade de construir relações saudáveis.

A narrativa de Ruby nos lembra que as diferenças não justificam a crueldade. Pelo contrário, a forma como a sociedade lida com a diversidade é um reflexo direto de sua maturidade e empatia. O filme ressalta a importância de um ambiente escolar que promova a inclusão e a empatia, combatendo o bullying não como um mero problema de disciplina, mas como uma séria questão de saúde mental e direitos humanos. A história de Ruby mostra que a verdadeira força reside na aceitação de quem somos e que a coragem de ser autêntico, apesar das adversidades, pode inspirar a mudança.

1.2.2 CODAs como minoria cultural e linguística: invisibilidade social e estigmatização

Viver na interseção entre a cultura ouvinte e a surda coloca os filhos ouvintes de pais surdos em uma posição sociocultural e linguística única, uma dinâmica magistralmente explorada no filme. Embora cresçam em um ambiente dominado pela cultura surda, a identidade híbrida é frequentemente incompreendida pela sociedade majoritária, o que resulta em desafios como a invisibilidade social e a estigmatização.

A invisibilidade se manifesta quando a sociedade ouvinte os percebe como indivíduos comuns, ignorando sua profunda conexão com a cultura surda. Essa percepção desconsidera o fato de que eles são, inevitavelmente, os mediadores linguísticos e culturais de suas famílias, uma função que, embora essencial, é frequentemente invisível e não reconhecida. As pesquisadoras Carol Padden e Tom Humphries, em seu trabalho, destacam que:

> Nós distinguimos entre o surdo fisicamente e o Surdo culturalmente. É a comunidade, unida pelo uso da ASL e por um modo de vida, sobre a qual estamos escrevendo aqui (Padden; Humphries, 1988, p. 3).

A invisibilidade e a estigmatização se aprofundam à medida que os ouvintes navegam por dois mundos com regras sociais e expectativas diferentes. Em casa, a comunicação é visual e a cultura é coletivista; no mundo ouvinte, a comunicação é auditiva e a cultura é individualista. Essa biculturalidade constante exige um esforço adaptativo contínuo, onde o ouvinte precisa alterar seu modo de ser e interagir. Eles aprendem a ler os sinais sociais dos dois mundos, mas podem se sentir como "estrangeiros" em ambos, o que intensifica a sensação de não pertencimento. Paul Preston, que viveu essa experiência, resume essa condição ao afirmar que:

> Filhos de pais surdos são estrangeiros em ambos os mundos; eles podem falar a linguagem, eles podem viver as experiências, mas nunca poderão pertencer totalmente (Preston, 1996, p. 119).

A estigmatização, por sua vez, é a face mais dolorosa desse fenômeno. A sociedade ouvinte, que patologiza a surdez, transfere esse estigma para o filho de pais surdos, que passa a ser julgado pela diferença de sua família, como ocorre com Ruby, que enfrenta a zombaria de seus colegas por ter uma "família estranha". Essa crise de lealdade – entra em seu mundo de origem e o mundo no qual precisa prosperar – pode resultar em uma crise de identidade.

O indivíduo pode sentir-se dividido entre duas culturas. Essa pressão leva a um fenômeno conhecido como adultização, onde a criança é forçada a assumir responsabilidades adultas de mediação antes do tempo, como a protagonista, que precisa se preocupar com o negócio da família e traduzir conversas importantes. Essa carga sacrifica a própria infância e o bem-estar emocional em prol da família, afetando profundamente a autoestima e a jornada de autodescoberta,

1.2.3 Preconceito e discriminação contra a surdez e seus reflexos nos filhos ouvintes

O preconceito e a discriminação contra a surdez não se restringem apenas aos indivíduos surdos; eles se refletem de forma dolorosa e complexa nos filhos ouvintes, os CODAs. O filme "No Ritmo do Coração" é um retrato poderoso dessa dinâmica, mostrando como a protagonista Ruby Rossi se torna alvo da intolerância social que, na verdade, é dirigida à sua família. Historicamente, a sociedade ouvinte tratou a surdez como uma deficiência a ser "corrigida" e não como uma identidade cultural com uma língua e uma comunidade próprias. Essa visão patológica gera um preconceito enraizado. As pesquisadoras Carol Padden e Tom Humphries (1988, p. 3) destacam que: "Nós distinguimos entre o surdo fisicamente e o Surdo culturalmente. É a comunidade, unida pelo uso da ASL e por um modo de vida, sobre a qual estamos escrevendo aqui".

A invisibilidade e a estigmatização se aprofundam à medida que essas crianças navegam por dois mundos com regras sociais e expectativas diferentes. Em casa, a comunicação é visual e a cultura é coletivista; no mundo ouvinte, a comunicação é auditiva e a cultura é individualista. Essa biculturalidade constante exige um esforço adaptativo contínuo, onde o indivíduo precisa alternar seu modo de ser e interagir. Eles aprendem a ler os sinais sociais dos dois mundos, mas podem se sentir como "estrangeiros" em ambos, o que intensifica a sensação de não pertencimento. Paul Preston, que viveu essa experiência, resume essa condição ao afirmar que "Filhos de pais surdos são estrangeiros em ambos os mundos; eles podem falar a linguagem, eles podem viver as experiências, mas nunca poderão pertencer totalmente" (Preston, 1996, p. 119).

A experiência de ser alvo de bullying afeta diretamente a saúde mental, podendo levar a quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima. Como o psicólogo Dan Olweus, um dos pioneiros no estudo do tema, descreve, o bullying é "um comportamento agressivo e intencional, que ocorre dentro de uma relação caracterizada por um desequilíbrio de poder e que se repete ao longo do tempo" (Olweus, 1993, p. 9). É a partir dessa definição que se pode compreender a dinâmica da violência vivenciada por personagens como Ruby Rossi, que enfrenta a zombaria dos colegas por ter uma "família estranha". Essa crise de lealdade — entre seu mundo de origem e o mundo no qual precisa prosperar — pode resultar em uma crise de identidade. O indivíduo pode sentir-se dividido entre duas culturas. Essa pressão leva a um fenômeno conhecido como adultização, onde a criança é forçada a assumir responsabilidades adultas de mediação antes do tempo, como Ruby, que precisa se preocupar com o negócio da família e traduzir conversas importantes.

O filme nos força a reconhecer que o preconceito contra a surdez é um ciclo de violência que machuca não apenas a comunidade surda, mas também aqueles que estão na sua interseção, reafirmando que a aceitação deve começar pela valorização da diversidade em todas as suas formas.

1.2.4 Consequências emocionais do bullying em CODAs: autoestima, ansiedade, exclusão social

A inserção do CODAs na escola, se dá mediante inúmeras problemáticas, negligências, dificuldades e conflitos. De acordo com Quadros e Massutti (2007, p. 256-257):

> A perspectiva bilíngue de um Coda em escola de ouvintes é negligenciada. O reconhecimento dessas características culturais, sociais e linguísticas, que deveriam ser tomadas como elementos relevantes para o seu processo interativo escolar, é neutralizado. Na maioria das vezes, a escola recebe essa criança ouvinte, filha de pais surdos, e estabelece um muro que a separa de seus pais.

Streiechen, Lemke e Cruz (2019) apontam que no bilinguismo dos CODAs, subentende-se que uma das línguas é “deficiente”, pela correlação direta da Língua de Sinais com a surdez, o que desperta preconceito ou piedade em muitas pessoas. Nesta perspectiva, torna-se comum o aluno CODA ser caracterizado como “deficiente”, problemático ou indesejável. A falta de comunicação entre a escola e os pais surdos, prejudica o desenvolvimento e aprendizagem desta criança, reforçando o estereótipo de uma suposta “deficiência” herdada e corroborando com inúmeros equívocos na prática pedagógica (Bezerra; Mateus, 2017).

No contexto do filme, a personagem comenta com o professor de música que no ingresso escolar foi vítima de discriminação, devido à sua diferença na oralidade, visto que “falava como os surdos”.

A partir disso, pode-se compreender que o bullying vivenciado por CODAs no contexto escolar, representa um fenômeno complexo de violência psicossocial. Na narrativa, Ruby experiencia situações de chacota e discriminação na escola que revelam as nuances de um amplo processo de exclusão social muitas vezes invisibilizado. As dinâmicas de intimidação não se manifestam apenas como agressões diretas, mas através de micro agressões que questionam constantemente seu lugar de pertencimento entre mundos culturais distintos.

As consequências emocionais do bullying podem ser devastadoras, resultando em quadros de baixa autoestima, ansiedade social e sentimentos profundos de inadequação, além de comprometer a aprendizagem e o desempenho escolar. Em seu estudo, Pimentel, Méa e Patias (2020) correlacionam vítimas de bullying à manifestação de sintomas depressivos, ansiedade, estresse e ideação suicida.

No contexto do filme, Ruby inicialmente apresenta timidez extrema, dificuldade de auto afirmação e uma sensação permanente de estar "fora do lugar". Ruby manifesta suas inseguranças tanto no ambiente escolar quanto familiar, onde precisa constantemente mediar expectativas diferentes e negociar sua própria identidade em meio a conflitos de pertencimento.

A trajetória da protagonista ilustra um processo de ressignificação e superação, onde gradativamente ela desenvolve estratégias de enfrentamento e construção de autoestima. O reconhecimento de suas habilidades musicais, o apoio familiar e a descoberta de sua potência individual funcionam como elementos fundamentais de resiliência, ressignificando os processos de bullying e construindo narrativas de empoderamento.

1.3 Estratégias Inclusivas da Escola e Papel da Psicologia Escolar

1.3.1 Inclusão escolar e diversidade cultural/linguística

Ao falarmos de inclusão escolar deve- se ter em mente que não se trata apenas de considerar deficiências, mas também levar em consideração a diversidade cultural e linguística presente nas instituições, como é o caso de alunos CODA (Children of Deaf Adults)- que não são possuem quaisquer deficiência, porém transitam entre a cultura surda e a ouvinte o que permite que o mesmo vivencie especificidades identitárias e comunicacionais que muitas vezes não são reconhecidas no ambiente escolar (Sander, 2016; 2022).

Pesquisas evidenciam que os CODA enfrentam desafios no processo de escolarização, como dificuldades de interação social e incompreensão dos professores e também dos alunos, que em algumas situações podem confundir suas especificidades linguísticas com dificuldades cognitivas (Bezerra & Mateus, 2017).

Essa problemática se amplia quando se observa que, segundo Silva (2025) nas escolas que recebem alunos CODA é comum a existência de barreiras na comunicação com os pais, muitas vezes decorrentes do desconhecimento da surdez ou da Língua de Sinais por parte da instituição escolar. Tal limitação faz com que a interação com a família seja desconsiderada, transferindo para a criança a responsabilidade de mediar a comunicação entre escola e responsáveis.

Além disso, a falta de reconhecimento da cultura negligência em considerar a cultura surda e a ausência de estratégias bilíngues reforçam barreiras, impactando tanto no desempenho acadêmico quanto na relação entre escola e família (Streiechen, Lemke & Cruz, 2019).

No filme isso se torna bem evidente, Rubi apresenta uma baixa interação com os colegas da escola, o que a deixa em algumas situações insegura, ao se expressar diante das pessoas, momento que pode ser percebido na audição do coral, onde sai correndo por se sentir insegura diante da sua participação.

Na escola, muitas vezes ela é vista apenas como “a filha dos surdos” e não como uma estudante com identidade própria. A cena em que o professor do coral descobre o talento de Ruby para o canto evidencia a necessidade da escola enxergar além do

estigma e reconhecer a potencialidades do indivíduo, valorizando sua condição bilíngue e bicultural. Essa situação dialoga com a realidade de alunos CODA que, assim como Ruby, vivem em um espaço de fronteira cultural e linguística que precisa ser reconhecido pedagogicamente.

No entanto, o filme evidencia como essa realidade é frequentemente negligenciada: não se percebe, por parte da escola, uma preocupação em interagir com os pais de Ruby. Nem mesmo em sua apresentação no coral houve a presença de um intérprete, ainda que a família fosse conhecida por toda a comunidade local, o que revela a falta de sensibilidade institucional diante das especificidades dessa família surda.

Nesse contexto, compreender a presença de alunos CODA significa reconhecer sua condição bilíngue e bicultural como um aspecto da diversidade escolar, e não como um déficit, valorizando sua função de mediadores linguísticos entre pais surdos e a escola (Santos Filho, 2020).

1.3.2 Estratégias pedagógicas e acessibilidade

A acessibilidade pedagógica é um dos pilares da inclusão escolar e deve ser garantida por meio do uso da Libras, da adoção de metodologias participativas e da valorização das diferenças linguísticas e culturais. Onde a escola inclusiva consiga promover currículos flexíveis e práticas de ensino que contemplem a diversidade, indo além da adaptação de conteúdos, mas buscando a efetiva participação dos alunos (Guimarães & Sardagna, 2020).

Essa realidade é ilustrada no filme, quando os pais de Ruby, apesar de presentes em sua apresentação no coral, não conseguem compreender ou acompanhar plenamente a atividade escolar. A cena evidencia, mais uma vez, como a ausência de recursos de acessibilidade compromete não apenas a vivência do aluno, mas também a participação efetiva da família no contexto escolar, reforçando os limites da inclusão quando não há intérpretes ou mediações adequadas

No caso de filhos de pais surdos, torna-se essencial que a instituição assegure a presença de intérpretes de Libras e prepare os professores para lidar com situações de bilinguismo e multiculturalidade. Esse suporte auxilia o estudante no processo de adaptação, considerando que a língua oral costuma se tornar sua segunda língua, o que pode gerar dificuldades iniciais. A presença do intérprete é, portanto, fundamental não apenas para o aluno, mas também para a mediação com a família CODA, possibilitando que os pais participem de forma mais ativa da vida escolar do(a) filho(a) (Silva, 2025).

No filme, observa-se que Ruby frequentemente assume o papel de intérprete da família em situações sociais como e institucionais, inclusive na escola, o que revela a ausência de apoio institucional e a sobrecarga emocional atribuída à estudante, uma função que deveria ser garantida por profissionais qualificados.

1.3.3 O papel da Psicologia Escolar na prevenção do bullying e apoio socioemocional

A Psicologia Escolar assume um papel estratégico na promoção da inclusão, atuando na prevenção de práticas de exclusão, como o bullying, e no fortalecimento das relações interpessoais no ambiente educacional. Pesquisas demonstram que alunos CODA frequentemente vivenciam situações de preconceito e incompreensão de sua condição bilíngue, o que exige a atuação do psicólogo na sensibilização da comunidade escolar para a valorização da diversidade (Bezerra & Mateus, 2017; Sander, 2022).

Além disso, a Psicologia Escolar pode mediar a comunicação entre a escola e as famílias surdas, garantindo que barreiras linguísticas não comprometam a participação dos responsáveis na vida escolar dos filhos (Silva, 2025).

O trabalho também deve contemplar o apoio socioemocional dos estudantes, reconhecendo que CODA muitas vezes assumem responsabilidades precoces como intérpretes de seus pais, o que pode gerar sobrecarga emocional (Santos Filho, 2020).

O filme CODA ilustra bem essa dinâmica, mostrando como os conflitos familiares de Ruby, uma jovem filha de pais surdos, afetam seu desempenho acadêmico e emocional. A Psicologia Escolar, nesse contexto, poderia atuar na prevenção do bullying ao trabalhar essa temática na escola, em que promova um ambiente seguro e respeitoso para Ruby, e também no apoio socioemocional, ajudando-a a lidar com a pressão de equilibrar suas responsabilidades familiares e seus próprios sonhos.

O que deixa evidente a importância da atuação da Psicologia Escolar na relação entre família e escola, especialmente em contextos como o de CODA, onde as particularidades familiares exigem apoio especializado. Ao trabalhar na prevenção do bullying, na mediação e no apoio socioemocional, o psicólogo escolar contribui para a construção de um ambiente mais seguro e acolhedor, onde os alunos podem se desenvolver emocional e academicamente, independentemente das dificuldades que enfrentam em casa (Freire; Aires, 2012).

1.3.4 Ambiente escolar inclusivo: cidadania, saúde mental e acolhimento de estudantes CODA

A promoção de um ambiente escolar acolhedor pressupõe a valorização da diversidade como prática de cidadania, o cuidado com a saúde mental dos estudantes e a construção de uma cultura inclusiva. No caso de filhos de pais surdos, essa perspectiva implica reconhecer que a escola deve assegurar não apenas acessibilidade comunicacional, mas também condições para que os alunos não assumam responsabilidades que ultrapassem seu papel de estudantes.

Como evidenciam Santos Filho (2020) e Silva (2025), a ausência de práticas inclusivas transfere para o CODA a função de mediador entre escola e família, o que pode gerar sobrecarga emocional e comprometer o desenvolvimento socioeducacional. Nesse sentido, a criação de espaços de diálogo, a formação continuada de professores e a garantia de recursos linguísticos adequados são fundamentais para fortalecer a cidadania e o bem-estar desses alunos (Streiechen; Lemke; Cruz, 2019).

No filme CODA, o ambiente escolar em que Ruby está inserida é retratado de forma limitada em relação à inclusão e acolhimento. Embora existam momentos pontuais de incentivo, como o apoio do professor de música, a escola em si não se mostra preparada para compreender a complexidade da realidade vivida por Ruby como filha de pais surdos. Falta um olhar mais sensível e estruturado por parte da instituição escolar para lidar com a diversidade, o que evidencia a ausência de uma cultura inclusiva que valorize a escuta, a empatia e o respeito às diferentes formas de ser e viver.

A partir dessa perspectiva, reforça a urgência de se construir um ambiente de aprendizagem que seja verdadeiramente respeitoso, inclusivo e acolhedor. Promover a inclusão e valorizar a diversidade significa reconhecer que cada estudante traz consigo uma história única, com diferentes formas de comunicação, vivência e expressão. Um

espaço educacional comprometido com esses princípios não apenas acolhe as diferenças, mas as transforma em ferramentas de aprendizado e convivência. Assim, a escola se torna um lugar onde todos se sentem pertencentes, respeitados e apoiados, contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade escolar mais empática, justa e preparada para formar cidadãos conscientes e solidários (Oliveira; Paixão; Brito, 2025).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, com abordagem ensaística e interpretativa. O filme CODA: No Ritmo do Coração (2021) foi utilizado como fonte documental e dispositivo simbólico de análise, permitindo refletir sobre a inclusão escolar, a identidade cultural e os desafios vivenciados por filhos ouvintes de pais surdos (CODAs).

A fundamentação teórica baseou-se em autores da área da Psicologia Escolar e da Educação Inclusiva, como Mantoan (2003), Bezerra e Mateus (2017) e Quadros (2017), entre outros. A análise buscou compreender, à luz desses referenciais, como as cenas e relações do filme ilustram a importância da escola como espaço de acolhimento, cidadania e construção identitária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do filme CODA: No Ritmo do Coração (2021) evidencia três eixos principais: a identidade bilíngue e bicultural dos CODAs, os impactos do preconceito e do bullying na trajetória escolar e emocional da protagonista, e o papel da Psicologia Escolar como agente de mediação entre a escola e a família surda.

Ruby Rossi, a protagonista, representa de forma simbólica a realidade de muitos filhos ouvintes de pais surdos que vivenciam o constante desafio de pertencer a dois mundos culturais distintos. Como apontam Quadros e Massutti (2007), esses sujeitos crescem em zonas de contato entre línguas e culturas, desenvolvendo uma subjetividade marcada pela mediação. No filme, isso se traduz na sobrecarga emocional que Ruby enfrenta ao ser a principal intérprete de sua família, o que a leva a assumir responsabilidades adultas ainda na adolescência.

A escola, que deveria funcionar como espaço de acolhimento e valorização da diversidade, é retratada como um ambiente pouco preparado para lidar com diferenças linguísticas e culturais. A ausência de intérprete de Libras durante apresentações e reuniões revela a falta de sensibilidade institucional — aspecto também observado em pesquisas de Bezerra e Mateus (2017), que apontam a carência de estratégias bilíngues nas escolas brasileiras. Essa negligência transfere para o aluno CODA a função de mediador entre família e instituição, gerando cansaço emocional e sentimento de isolamento.

O bullying é outro ponto destacado na trama. Ruby enfrenta zombarias e exclusões por parte dos colegas, que ridicularizam a surdez de seus pais. Esse tipo de violência, segundo Olweus (1993), caracteriza-se por ser intencional e repetitiva, baseada em desequilíbrio de poder. No contexto escolar, provoca prejuízos à autoestima, ao rendimento e à saúde mental. O filme ilustra com sensibilidade como a vergonha e a necessidade de esconder sua origem tornam-se mecanismos de defesa diante da exclusão.

Entretanto, a narrativa também revela elementos de superação e empoderamento. A descoberta do talento musical de Ruby simboliza sua reconciliação entre os dois mundos. A música, inicialmente vista pela família como algo inacessível, torna-se meio de conexão afetiva. A cena em que seus pais "sentem" a vibração da apresentação mostra que a comunicação pode ir além da audição — um gesto de reconhecimento mútuo e inclusão afetiva.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar emerge como mediadora fundamental. Conforme Freire e Aires (2012), o psicólogo deve atuar tanto na prevenção do bullying quanto na promoção de um ambiente emocionalmente saudável, valorizando as diferenças e fortalecendo os vínculos entre escola e família. No caso dos CODAs, essa mediação inclui também a tradução simbólica entre culturas e linguagens, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral do estudante.

Dessa forma, o filme CODA: No Ritmo do Coração reforça a importância da atuação interdisciplinar na escola, destacando que a verdadeira inclusão não se limita à presença física do aluno, mas envolve a criação de um espaço em que ele se reconheça, se expresse e se sinta pertencente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio acadêmico buscou analisar a dinâmica escolar a partir da perspectiva do filme CODA: No Ritmo do Coração (2021), explorando o papel da escola como agente de inclusão e exclusão. A análise concentrou-se em como a protagonista, Ruby, uma CODA (Children of Deaf Adults), navega por desafios de identidade, pertencimento e socialização, vivenciando a dualidade entre a cultura surda e a cultura ouvinte (Oliveira, 2014).

Ao longo do trabalho, demonstrou-se que o processo de inclusão escolar transcende a simples adaptação de recursos, exigindo um ambiente de acolhimento, compreensão e valorização das particularidades de cada indivíduo (Bezerra; Mateus, 2017). A trajetória de Ruby ilustrou os complexos desafios da identidade bicultural e bilíngue dos CODAs, que frequentemente assumem o papel de mediadores entre seus pais surdos e a sociedade ouvinte — uma função que pode acarretar amadurecimento precoce e sobrecarga emocional (Quadros; Massutti, 2007; Quadros, 2017). Essa posição "entre-lugares" configura-se, portanto, tanto como vulnerabilidade quanto como potência criativa (Quadros; Massutti, 2007).

O ensaio também abordou o bullying e a vulnerabilidade social enfrentados pelos CODAs, destacando a invisibilidade social e a estigmatização advindas da incompreensão de sua identidade híbrida (Padden; Humphries, 1988; Olweus, 1993). Observou-se que a escola, muitas vezes, falha em reconhecer características culturais e linguísticas próprias dos CODAs, o que reforça preconceitos e práticas discriminatórias (Streichen; Lemke; Cruz, 2019; Bezerra; Mateus, 2017).

Diante do exposto, o objetivo inicial de refletir sobre o papel da escola e a promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo foi atingido. A análise evidencia a necessidade de uma atuação institucional mais assertiva: a Psicologia Escolar deve atuar na mediação entre escola e família surda, na prevenção do bullying e no apoio socioemocional aos estudantes (Sander, 2016). Além disso, a promoção e valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a sensibilização de toda a comunidade escolar são medidas fundamentais para que a escola seja, efetivamente, um espaço acolhedor, no qual a diversidade cultural e linguística dos CODAs seja visibilizada e respeitada (Padden; Humphries, 1988).

Por fim, recomenda-se a implementação de programas de conscientização sobre a cultura surda como oficinas, palestras e trocas com membros da comunidade surda e com CODAs para desconstruir estereótipos, mudar paradigmas e fomentar a empatia. Tais medidas são cruciais para promover não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o bem-estar social e a saúde mental dos estudantes, fortalecendo a construção de identidade e o senso de pertencimento (Pimentel; Méa; Patias, 2020).

REFERÊNCIAS

ALBERTON, B. F. A.; ANTUNES, A. C. F. Coda e as suas duas línguas: experiências de vida de mães surdas. In: ROSA, E. F.; LOPES, L. B. (org.). **Aprender, Debater e praticar temáticas para a disciplina de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 53 – 64. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_aprender-debater.pdf.

SILVA, Hebe Maria José da. **Estudante CODA**: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família. 2025. 40 f. Monografia (Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Itabirito, 2025.

ALBUQUERQUE, J. A. de; AQUINO, F. de S. B. Psicologia escolar e relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-22, abr. 2021.

BEZERRA, G. F.; MATEUS, J. H. Reflexões sobre a escolarização de um aluno ouvinte filho de pais surdos: uma discussão inicial sobre Codas. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 451-470, jul./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.14393/ER-v24n2a2017-08.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do bullying**. 2012.

GUIMARÃES, J. T. da L.; SARDAGNA, H. V. Acessibilidade curricular na educação inclusiva e estratégias pedagógicas no ensino fundamental: um estudo a partir da revisão da literatura. In: **Anais do X SIEPE/UERGS**, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, D. N. de; PAIXÃO, A. C. de C.; BRITO, W. R. de O. Educação para a vida: promoção da paz no ambiente escolar. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e14925, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.925.

OLIVEIRA, S. M. de. Coda: um mundo, duas culturas? Dois mundos, duas culturas? In: QUADROS, R. M. de; WEININGER, M. J. (org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 113-128.

OLWEUS, D. **Bullying at School:** What We Know and What We Can Do. Malden: Blackwell Publishing, 1993.

PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. **Deaf in America**: Voices from a Culture. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

PIMENTEL, F. de O.; MÉA, C. P. D.; PATIAS, N. D. Vítimas de bullying, sintomas depressivos, ansiedade, estresse e ideação suicida em adolescentes. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 202-214, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-91552020000200230&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 9 set. 2025.

PRESTON, P. **Mother Father Deaf:** Living Between Sound and Silence. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

QUADROS, R. M. **Língua de herança**: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

QUADROS, R. M. de; MASSUTTI, M. **CODAs brasileiros:** Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 245-262.

SANDER, R. E. **Educação bilíngue de filhos ouvintes de pais surdos (CODAs) com o olhar de pais surdos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SANDER, R. E. **CODAs:** sobre o crescer ouvinte com pais surdos. Petrópolis: Arara Azul, 2022.

SANTOS FILHO, P. L. dos. **Experiências vividas por filhas ouvintes e pais surdos**: uma família, duas línguas. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SILVA, H. M. J. da. **Estudante CODA**: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família. 2025. Monografia (Especialização em Docência e Inclusão Escolar) – Universidade Federal de Minas Gerais, Itabirito, 2025.

STREIECHEN, E. M.; LEMKE, C. K.; CRUZ, G. C. Implicações da Língua de Sinais na aquisição da escrita de filhos ouvintes de pais surdos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial. Acesso em: 9 set. 2025.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Anne Karolline Linhares de Araujo**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Beatriz Barbosa Cordeiro**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Amanda Franceschini Aguiar**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Bárbara Silveira Ventura**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
5. **Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan**, Psicóloga, Mestre, Docente em Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

VYGOTSKY ALÉM DA SALA DE AULA: O PAPEL DO MEIO SOCIAL NA APRENDIZAGEM

Alinne Azevedo Aires
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Ana Carla Nunes Ribeiro
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Ana Júlia Nóbrega Paulino
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Anne Karolline Linhares de Araújo
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Eloísa Vitória da Silva Queiroz
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Gabriel Mascarenhas Pereira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Júlia Alves Bandeira
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

Larissa Gonçalves Gomes Ferreira
Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica)

Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan
Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

RESUMO

Este trabalho relaciona alguns aspectos da teoria de Lev Vygotsky à trama do longa-metragem Além da Sala de Aula (2011), sendo eles: cultura, interação social, funções mentais, linguagem e zonas de desenvolvimento. Como metodologia, adotou-se o ensaio teórico-metodológico com análise interpretativa de cenas selecionadas do referido filme. Cada conceito foi definido segundo Vygotsky e autores que discorrem a respeito e exemplificado em sequências fílmicas. Conclui-se que os objetivos foram alcançados, evidenciando a concretização cinematográfica dos postulados vygotskianos e suas implicações para o papel do mediador na educação.

Palavras-chave: Vygotsky; Sala de aula; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o filme "Além da sala de aula" e relacioná-lo com a teoria de aprendizagem do teórico russo Lev Semenovitch

Vygotsky, construir uma reflexão e associação das suas ideias no campo da educação e no longa metragem supracitado. Dentre os conceitos deste autor, serão discorridos os tópicos: cultura, interação social, funções mentais, linguagem, zonas de desenvolvimento e implicações para educação. Cada um destes será associado a algum trecho do filme que os exemplifique.

A obra cinematográfica "Além da Sala de Aula" (2011) apresenta a história da professora recém-formada Stacey Bess e o seu percurso ao lecionar para crianças sem teto numa sala de aula improvisada num abrigo temporário. Sua produção é baseada em fatos, retratando os meados dos anos 80 na cidade de Salt Lake City (EUA).

Durante a sua jornada, a protagonista Stacey precisa superar os próprios estigmas e as dificuldades oriundas da situação de vulnerabilidade social de seus alunos, que afetam diretamente o processo de aprendizagem deles. No decorrer da obra, é possível observar os aspectos do processo de ensino-aprendizagem de Vygotsky.

Lev Semenovitch Vygotsky (1896–1934) foi um psicólogo e teórico russo que revolucionou a compreensão sobre o desenvolvimento humano, especialmente no campo da educação e da psicologia do desenvolvimento. Sua abordagem, conhecida como teoria sociocultural, enfatiza o papel central da interação social e da cultura no aprendizado e na formação das funções cognitivas superiores.

A aprendizagem acontece sempre envolvendo a interação social. Ele enfatiza a importância dos processos sócio-históricos e a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo de aprendizagem. Por isso, ele traz a ideia de "processo de ensino-aprendizagem", formado por quem aprende, quem ensina e a relação entre essas duas pessoas (Oliveira, 2011).

O teórico não visualiza a aprendizagem como somente um produto do contexto social, pois o indivíduo também é um agente ativo na criação desse contexto. Na verdade, a aprendizagem resulta da interação do homem com o seu meio sociocultural. Sendo assim, a espécie humana modifica o meio para atender suas necessidades e ao mesmo tempo modifica a si mesma (Rego, 1994).

Dessa forma, há uma relação entre o desenvolvimento do indivíduo e o ambiente sociocultural em que ele vive. É o processo de ensino-aprendizagem que por meio das interações sociais causam um despertar dos processos internos de um indivíduo, tendo impacto em seu desenvolvimento (Oliveira, 2011).

De acordo com Rego (1994), Vygotsky também destaca a importância da linguagem como mediadora de toda atividade humana, incluindo a aprendizagem. A linguagem é o signo de excelência, especialmente por ter sido elaborada pela cultura humana e por carregar conceitos gerais.

A partir dessas questões, o presente trabalho buscou responder: de que forma os conceitos vygotskianos cultura, interação social, funções mentais, linguagem e zonas de desenvolvimento estão presentes na narrativa do longa Além da Sala de Aula (2011)? Para tanto, adotou-se uma análise interpretativa de cenas selecionadas, articulada ao referencial teórico da teoria sociocultural de Vygotsky, no âmbito de um ensaio teórico-metodológico.

ISSN 2595-2110

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Cultura

De acordo com Sirgado (2000), a cultura, para Vygotsky, é um conjunto de práticas compartilhadas socialmente, que se constitui a partir da atividade humana ao longo da história, sendo, portanto, um fenômeno coletivamente construído. As funções psíquicas humanas são adquiridas por meio do contato com sistemas simbólicos, como a linguagem, a escrita e outros signos culturais, assim, ela é o meio pelo qual o desenvolvimento humano ocorre. O psiquismo é moldado pela interação social e pelo ambiente cultural. Vygotsky (1998), formulou a "lei genética geral do desenvolvimento cultural", segundo a qual toda função psicológica superior aparece inicialmente em um nível interpsíquico nas relações entre indivíduos para, posteriormente, ser internalizada e tornar-se intrapsíquica (Vygotsky, 1998; Rodrigues; Angotti, 2023).

O psiquismo humano não pode ser compreendido isoladamente das suas condições históricas e sociais, pois a internalização das relações sociais é o que dá origem às funções psicológicas superiores. Assim, o ser humano além de produzir cultura, é constituído por ela em um processo dinâmico e dialético de transformação mútua entre indivíduo e sociedade (Martins; Rabatini, 2011; Sirgado, 2000).

Sirgado (2000) também explana que esses elementos permitem que o indivíduo se relacione com o mundo de maneira mediada, possibilitando formas de pensamento e comportamento que ultrapassam instintos biológicos. Dado que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores é mediado pela cultura, um dos aspectos desse desenvolvimento é a aprendizagem, que enfatiza que a escola tem a responsabilidade de promover a apropriação de instrumentos culturais que ampliem o desenvolvimento cognitivo das crianças, pois a aprendizagem é um processo ativo que reestrutura as funções psíquicas por meio da interação social (Martins; Rabatini, 2011).

A cultura adiciona novos conteúdos ao psiquismo e transforma a própria estrutura das operações mentais, possibilitando maior autonomia cognitiva e flexibilidade na resolução de problemas (Sirgado, 2000). Nessa perspectiva, segundo o autor, a educação formal deve ser entendida como um processo de inserção dos indivíduos nos sistemas simbólicos historicamente acumulados pela humanidade. A escolarização amplia o repertório de significados disponíveis para os sujeitos, permitindo-lhes desenvolver formas mais abstratas e deliberadas de pensamento.

A concepção de cultura em Vygotsky está fundamentada no materialismo histórico-dialético, e enfatiza que as funções psicológicas superiores são derivadas da internalização de interações sociais mediadas por signos e instrumentos culturais (Martins; Rabatini, 2011). Assim, a cultura é um componente que estrutura a cognição, emoção e comportamento.

1.2 Interação Social

Lev Vygotsky é conhecido por ser um teórico interacionista, ele adota um pensamento que, a aquisição de conhecimento ou a aprendizagem se dá pelas interações ocorridas entre o indivíduo em busca do conhecimento e o objeto a ser conhecido.

Para Vygotsky (1998), a interação social era de extrema importância, pois seria a partir dela que as funções cognitivas seriam elaboradas. Os processos psicológicos complexos se dão através de um sujeito com outro mais experiente (Palangana, 2015).

Ainda, a autora acrescenta que, na visão sócio-histórica de Vygotsky, a constituição de sujeito depende da qualidade das interações entre indivíduos. Precisa haver uma relação entre o desenvolvimento biológico e as interações sociais para que a construção de significados aconteça.

Na visão de Vygotsky, os indivíduos só conseguem ressignificar a vida em sociedade por meio das interações sociais. É por meio das relações que as crianças aprendem a resolver problemas diversos. Para que esse importante processo interativo aconteça dentro de uma sala de aula, é necessário um ambiente em que todos tenham liberdade de expressar suas hipóteses e opiniões, onde o professor é um mediador e todos são parceiros (Martins, 1997).

1.3 Funções Mentais Elementares e Superiores

Segundo Tosta (2012), com base em Vygotsky (2002), as funções psicológicas humanas se dividem em elementares (determinadas biologicamente e pela percepção direta dos estímulos ambientais) e superiores (dependem da mediação de signos e da interação social para seu desenvolvimento).

As crianças nascem com funções mentais básicas ou elementares, como atenção, percepção, sensação e memória. No filme, esse tipo de função é evidenciada na cena do primeiro dia de aula, no qual a professora Stacey encontra um ambiente desorganizado em que as crianças demonstram ter dificuldades na atenção e concentração. Além disso, elas apresentam comportamentos impulsivos, motivados pelo contexto em que estavam inseridas e pela falta de uma rotina escolar. Nesse caso, o que se pode observar em relação às funções mentais elementares seria o fato das crianças agirem com base em percepções imediatas e reações biológicas, não internalizando regras sociais e nem estratégias cognitivas avançadas.

Ao longo do desenvolvimento, as funções elementares são transformadas pela cultura, tornando-se habilidades mais complexas e tipicamente humanas, como a memória voluntária, a imaginação, a capacidade de planejamento, o pensamento abstrato, a elaboração conceitual e o uso da linguagem, sendo chamadas então de funções mentais superiores (Miranda Neto e Aquino, 2020).

> Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1989, p. 33).

De acordo com Veronezi, Damasceno e Fernandes (2005), as funções psicológicas superiores, como atenção, memória, imaginação, pensamento e linguagem, são organizadas em sistemas funcionais que têm a finalidade de estruturar e coordenar a vida mental do indivíduo em seu meio.

1.4 As Três Etapas Da Linguagem

A linguagem é um fator indispensável no progresso do desenvolvimento infantil, uma vez que é base para a vivência em sociedade e para a comunicação. O autor, (Brito, 2014) com base em (Vygotsky, 2010), ressalta que a aquisição da linguagem e o avanço da complexidade do pensamento infantil dependem da interação da criança com o ambiente e também do convívio com a espécie humana. Sendo assim, a linguagem tem papel crucial na determinação de como a criança irá aprender a pensar, uma vez que formas avançadas de pensamento são transmitidas através da palavra.

Nesse contexto, compreende-se que a linguagem envolve elementos referenciais, a conversação orientada pelo objeto, expressões emocionais e outros tipos de fala social. À medida que a criança se desenvolve aprendendo novas palavras e fazendo perguntas, ela começa a perceber a função simbólica das palavras. Esse momento é descrito como "a maior descoberta de sua vida": o instante em que a criança compreende que "todas as coisas têm um nome" (Stern, 1914, p.108). Embora inicialmente seu vocabulário seja limitado às palavras transmitidas por outras pessoas, a necessidade de nomear as coisas ao seu redor a impulsiona a fazer perguntas e explorar os significados.

1.4.1 Linguagem Social

A linguagem é, antes de tudo, social. Sua função inicial se baseia em comunicação, expressão e compreensão. Portanto, essa função comunicativa está estritamente combinada com o pensamento, sendo a comunicação, o aspecto que permite a interação entre o indivíduo e o mundo ao seu redor e a organização do pensamento. (Rabello; Passos, 2018).

A linguagem social representa o primeiro estágio do desenvolvimento da linguagem, sendo considerada primitiva, natural ou discurso pré-intelectual, segundo o autor (Vygotsky, 1998). Nesse estágio inicial, a fala começa, cada vez mais, a adquirir traços demonstrativos, permitindo por exemplo, que a criança indique quais são as suas necessidades, (Vygotsky, 2010).

A fala social faz com que possamos estabelecer conexões com o ambiente externo, tendo em vista que é voltada para os outros, dirigindo suas ações. É através dela que se pode nomear objetos, indicar necessidades e expressar desejos.

1.4.2 Linguagem Egocêntrica

Posterior à fala social, desenvolve-se a fala egocêntrica, cuja produção pode ser aumentada por meio da intensificação da dificuldade de uma tarefa. Ela representa uma transição entre a fala exterior e a interior (Vygotsky, 1991). De acordo com Moreira (1999), Vygotsky afirma que, nessa etapa, ocorre a utilização da linguagem para mediar o comportamento da criança, tornando possível um observador externo ouvi-la e entendê-la.

1.4.3 Linguagem Interna

A interiorização de características da fala externa e da fala egocêntrica tornam-se a base da fala interior (Vygotsky, 1991). Nessa última, o sentido domina sobre o significado, uma vez que, funcionalmente, a fala interna não é observável, portanto

não precisa ser compreensível e as palavras podem capturar diferentes significados (Van Der Veer; Zavershneva, 2018). A internalização da fala possibilita o pensamento abstrato flexível, independente da circunstância externa (Moreira, 1999).

1.5 As Três Zonas do Desenvolvimento

1.5.1 Zona De Desenvolvimento Potencial

De acordo com Ivic (2010), a Zona de Desenvolvimento Potencial caracteriza-se pela diferença entre o nível de tarefas com o auxílio de um adulto e o nível de tarefas que uma criança é capaz de realizar de maneira independente. O autor também afirma que a área de desenvolvimento potencial é fundamental para determinar futuros passos da criança, além de proporcionar a análise não só do que seu desenvolvimento já pode ter produzido, mas também o que ainda produzirá em seu processo de maturação.

1.5.2 Zona De Desenvolvimento Proximal

Vygotsky et al. (2010) afirmam que a Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre os níveis de desenvolvimento Real e Potencial, ou seja, relaciona-se ao processo que o indivíduo passa para desenvolver funções que se encontram em desenvolvimento, as quais, futuramente amadurecidas, se integrarão ao nível de desenvolvimento real do indivíduo (Oliveira, 2009).

Nesse contexto, a Zona de Desenvolvimento Proximal pode ser entendida como um conceito central para compreender o processo de aprendizagem e amadurecimento das crianças.

> A zona de desenvolvimento proximal é, pois, um domínio psicológico em constante transformação: aquilo que uma criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É como se o processo de desenvolvimento progredisse mais lentamente que o processo de aprendizado; o aprendizado desperta processos de desenvolvimento que, aos poucos, vão tornar-se parte das funções psicológicas consolidadas do indivíduo. Interferindo constantemente na zona de desenvolvimento proximal das crianças, os adultos e as crianças mais experientes contribuem para movimentar os processos de desenvolvimento dos membros imaturos da cultura. (Oliveira, 2009, p. 38)

1.5.3 Zona De Desenvolvimento Real

Após o processo de amadurecimento das funções durante a Zona de Desenvolvimento Proximal, ocorre a consolidação das funções, entrando então na Zona de Desenvolvimento Real. Para Vygotsky (1991), a Zona de Desenvolvimento Real pode ser definida como a fase em que a criança possui maior capacidade para solucionar problemas de forma independente, e é normalmente associada às funções já consolidadas. O autor afirma que, nessa etapa, há então “os produtos finais do desenvolvimento" (Vygotsky, 1991, p.58).

ISSN 2595-2110

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico-metodológico (Meneghetti, 2011), elaborado entre março e abril de 2025. O ensaio busca a reflexão crítica e interpretativa em torno de um objeto. Nesse caso, o objeto central foi o filme Além da Sala de Aula (2011), analisado à luz de conceitos de Lev S. Vygotsky, mantendo a natureza ensaística, exploratória, reflexiva e dialógica, priorizando a interpretação crítica e a produção de sentido sobre o objeto analisado

O filme foi assistido integralmente por todos os autores, que, em conjunto, procederam à identificação e discussão dos conceitos delimitados para análise: cultura, interação social, funções mentais, linguagem, zonas de desenvolvimento e implicações para a educação. A cada conceito buscou-se associar ao menos um exemplo extraído do longa-metragem, em diálogo com a obra de Vygotsky.

A sistematização das discussões ocorreu de forma colaborativa, com todos os autores debatendo as possibilidades de associação entre os conceitos e as cenas do filme. A última autora ficou responsável pela revisão da aplicabilidade e coerência conceitual das análises, garantindo a pertinência das interpretações apresentadas. Foi delimitado que nos casos em que não fosse possível estabelecer um vínculo entre determinado conceito e a narrativa fílmica, tal ausência seria devidamente justificada no texto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O longa-metragem retrata a realidade de crianças em situação de rua em Salt Lake City - Utah, EUA, em 1987, frequentando uma escola improvisada em um abrigo temporário. O espaço, descrito como "uma sociedade dentro da sociedade" que Dewey (1997) utiliza para explicar o filme (Accorsi; Teruya, 2018, p. 18), reflete as contradições de uma cidade marcada pela crise de moradia e políticas assistenciais incipientes.

3.1 Cultura

A professora Stacey Bess, ao mediar atividades que integram narrativas pessoais dos alunos (como relatos sobre violência e exclusão), exemplifica a cultura como processo de mediação simbólica, conforme Vygotsky.

No filme, a transformação da sala de aula em um ambiente com "quadros coloridos" e diálogos em círculo (Accorsi; Teruya, 2018, p. 19) ilustra a internalização de instrumentos culturais. Quando os alunos discutem palavras como "respeito" e "coragem" a partir de suas vivências, observa-se a "lei genética geral do desenvolvimento cultural" (Vygotsky, 1998). "O psiquismo é moldado pela interação social [...] internalizando relações sociais mediadas por signos" (Martins; Rabatini, 2011, p. 152)".

A cena em que Stacey utiliza histórias pessoais para ensinar vocabulário (Accorsi; Teruya, 2018, p. 19) demonstra como os sistemas simbólicos (como a linguagem) reestruturam o pensamento, permitindo que as crianças transcendam experiências imediatas (Sirgado, 2000).

A falta de recursos e a instabilidade do abrigo (trens passando próximos à sala) mostram que o ambiente cultural envolve condições materiais. Isso ecoa a perspectiva dialética de Vygotsky: "A cultura estrutura a cognição, mas é tensionada pelas

condições históricas" (Rodrigues; Angotti, 2023, p. 45). A cena em que a TV é roubada (Accorsi; Teruya, 2018, p. 18) expõe como a vulnerabilidade social limita o acesso a instrumentos culturais, reforçando a necessidade de políticas públicas articuladas com práticas educativas.

Outrossim, o filme também ilustra a cultura como processo dinâmico: Stacey utiliza interações sociais para transformar traumas vivenciados em ferramentas cognitivas enquanto o contexto da cidade evidencia como desigualdades materiais desafiam a mediação cultural. Essa análise corrobora a tese de Vygotsky de que "o ser humano é constituído pela cultura em uma relação dialética" (Martins; Rabatini, 2011, p. 154).

3.2 Interação Social

Logo no primeiro dia como professora da escola do abrigo, Stacey se depara com a forma como a antiga docente conduzia as aulas dos alunos. Por achar que as crianças apresentavam um comportamento muito difícil de manejar, ela apenas os colocava para assistir televisão, pois assim ficavam quietos. Mas essa prática tolia as crianças de estabelecerem interações sociais e não proporciona um ambiente de aprendizado, o que é atestado quando Stacey faz uma atividade de sondagem e percebe que seus alunos não detinham o conhecimento esperado para suas idades.

A protagonista do filme, aos poucos, transforma a sala de aula em um ambiente de interação mútua, no qual os alunos não mais ficam parados em frente a uma tela, mas trocam experiências com a professora e com os pares. Vale ressaltar o momento em que a professora chama um dos moradores do abrigo para dar uma aula de artes às crianças. Ali elas têm a oportunidade de interagir com alguém mais velho e experiente, além de adquirirem novos conhecimentos.

Também é importante pontuar como a professora transforma as interações das crianças com suas família e o impacto que isso gera no aprendizado. Stacey se reúne com os pais e mostra para eles a necessidade de serem participativos na vida escolar de seus filhos. A partir dessa conversa é possível perceber os pais fazendo atividades de casa com os alunos e proporcionando a eles um tempo para estudo na sala comum do abrigo.

Ao final do filme, conseguimos ver através da feira de ciências e dos momentos de lazer em comunidade, que as crianças realmente tiveram suas vidas transformadas na medida em que as interações sociais por eles experienciadas eram melhoradas. Através dessa mudança, os alunos aprenderam não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores e princípios.

3.3 Funções Mentais Elementares e Superiores

No filme, esse tipo de função é retratada na cena em que se inicia a construção da transformação do espaço escolar, pois se percebe a mediação feita pela professora ao ajudar a desenvolver a atenção voluntária e a capacidade de planejamento dos alunos, em que eles percebem a importância da organização e das regras como ponto importante para o aprendizado.

Stacey também reivindica a aquisição de compras de livros para as crianças, incentivando-as a se expressarem por meio da leitura e escrita, possibilitando o desenvolvimento do pensamento abstrato e da memória voluntária, relacionados às funções superiores.

Por fim, nas cenas finais do filme consegue-se observar que as crianças já conseguem se concentrar, ler, escrever e interagir de maneira mais estruturada, internalizando novos modelos de pensamentos e comportamentos, superando assim as limitações impostas pela vulnerabilidade social. Esse processo de transformação demonstra que a cultura e o ensino são essenciais para que as funções elementares evoluam para funções superiores.

3.4 As Três Etapas da Linguagem

Um exemplo de linguagem, de forma geral, pode ser observado na cena em que a professora Stacey relata ter perdido a paciência com seus alunos diversas vezes durante a semana, apresentando uma série de comportamentos que, de certa forma, abalou seus alunos, ao ponto de se sentirem desrespeitados por suas ações.

Para se redimir com eles, tentou se reconciliar se desculpando no primeiro momento e os convida para uma reflexão em grupo sobre o que significa "ser respeitoso". Essa reflexão permitiu que todos tivessem suas opiniões validadas e entendessem a simbologia do respeito. A linguagem, nesse contexto, é a ferramenta que permite a troca de ideias, a construção de significados compartilhados e a promoção de uma compreensão mais abrangente do mundo.

Lev Vygotsky propõe três etapas da linguagem que acompanham a evolução do pensamento da criança, sendo elas: linguagem social, linguagem egocêntrica e linguagem interna.

3.4.1 Linguagem Social

Na obra cinematográfica, os aspectos que compõem a linguagem social podem ser observados quando a professora Stacey orienta as crianças em uma atividade grupal com o intuito de construir um projeto artístico. Ao estimular o diálogo entre os alunos e incentivar a colaboração, ela utiliza a linguagem como uma ferramenta para organizar e facilitar o trabalho coletivo. Segundo Vygotsky (1991), esse tipo de interação social é essencial para o desenvolvimento cognitivo, pois ao se comunicarem, além de trocar informações, as crianças constroem juntas novas maneiras de pensar e agir. Assim, a linguagem social desempenha o papel de uma ferramenta de mediação no aprimoramento das habilidades cognitivas e comportamentais das crianças.

Também na obra, pode-se observar outro exemplo de linguagem social no sentido de expressão de emoções, onde o personagem Danny, após aprender com sua turma palavras diversas e seus significados, expressa como se sentiu para Stacey após discutir com seu colega de turma, dizendo que estava ansioso e perplexo.

3.4.2 Linguagem Egocêntrica

Há uma cena no filme em que os alunos estão na feira de ciências apresentando e explicando seus trabalhos para o público. Em determinado momento, Sam entrega seu projeto na mão de um adulto e ao ser questionado sobre a explicação daquilo, o menino fica em silêncio e faz um gesto que demonstra não saber descrever. Nesse trecho, é possível notar que a criança não conseguiu utilizar a fala egocêntrica para organizar os pensamentos e orientar as suas ações, a fim de tentar explicar o trabalho.

3.4.3 Linguagem Interna

No longa-metragem, Maria, uma estudante, sai do abrigo e deixa uma carta de despedida para a docente. Pode-se notar o uso da fala interior quando a professora encontra a carta e lê apenas em seu pensamento.

Logo, o desenvolvimento da linguagem do ser humano começa na fala social (linguagem como comunicação), evolui para a fala egocêntrica (linguagem como mediadora de ações), e desta para a fala interior (linguagem silenciosa, fala para si mesmo) (Moreira, 1999).

3.5 As Três Zonas do Desenvolvimento

3.5.1 Zona de Desenvolvimento Potencial

Na filmografia, a Zona de Desenvolvimento Potencial pode ser percebida a partir do momento em que a professora Stacey, ao trabalhar com seus alunos, busca identificar o que eles podem alcançar com a ajuda de um adulto, como ela. Um exemplo disso é o próprio processo de ensino e aprendizado que Stacey exerce no papel de professora, que de forma lúdica e acessível começa a ensiná-los a ler e escrever, pois o potencial para isso eles possuem, no entanto começam a desenvolver essas habilidades com o incentivo e mediação da professora.

Um outro momento em que podemos observar a aplicabilidade do desenvolvimento potencial seria nas cenas iniciais em que as crianças não se preocupavam em manter a sala de aula organizada e nem cuidavam dos materiais que já eram escassos. Entretanto a orientação de Stacey através da demonstração do cuidado com o ambiente escolar, incentivou cada aluno a contribuir também, e com o tempo as crianças passam a manter a sala de aula mais limpa e organizada por conta própria, pois o potencial de aprender responsabilidade e organização elas possuem, mas pra que isso acontecesse de forma independente eles precisaram, inicialmente, do acompanhamento da professora.

3.5.2 Zona de Desenvolvimento Proximal

No longa-metragem, a professora Stacey ajuda a desenvolver habilidades e competências que vão além do que seus alunos poderiam fazer sozinhos, mas dentro da capacidade de realizar atividades com a ajuda de um adulto, atuando como mediadora na situação. O filme ilustra isso quando Stacey faz uso de métodos pedagógicos criativos e envolventes, que ajudam seus alunos a superar dificuldades.

3.5.3 Zona de Desenvolvimento Real

Associando essa Zona de Desenvolvimento ao filme, podemos perceber sua presença quando os alunos, que antes apresentavam dificuldades comportamentais e acadêmicas, começam a demonstrar a capacidade de realizar tarefas de maneira mais independente. Ao longo do filme, muitos dos alunos de Stacey, inicialmente desmotivados e sem confiança em suas habilidades, passam a desenvolver competências que os tornam mais autossuficientes.

ISSN 2595-2110

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí-se que o presente trabalho atingiu seu objetivo ao analisar o filme "Além da sala de aula" e relacioná-lo com os tópicos cultura, interação social, funções mentais, linguagem e zonas de desenvolvimento da teoria de aprendizagem de Lev Semenovitch Vygotsky. A partir de uma série de referenciais teóricos pertinentes ao postulado pelo autor, foi construída uma reflexão e uma associação das ideias do teórico no campo da educação na produção cinematográfica, assim, sendo possível concretizar essas ideias tendo como campo de estudo o filme.

A partir dos resultados, ressalta-se a atuação docente como mediadora do processo de aprendizagem, favorecendo interações significativas e a construção de contextos coletivos, desempenhando papel importante na promoção do desenvolvimento cognitivo e socioemocional em situações de vulnerabilidade.

Cabe apontar o caráter interpretativo e exploratório deste trabalho por se tratar de um ensaio teórico-metodológico centrado em um único objeto fílmico, suas conclusões não têm pretensão de generalização empírica. Assim, sugere-se que investigações futuras realizem estudos empíricos em contextos diversos, avaliem intervenções pedagógicas inspiradas nas propostas aqui discutidas e investiguem os efeitos das condições institucionais sobre a mediação docente.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, F. A.; TERUYA, T. K. John Dewey no cinema: os princípios educativos no filme Além da sala de aula. **Novos Olhares**, v. 7, n. 2, p. 16-19, 2018.

BEYOND the blackboard. Direção: Jeff Bleckner. Estados Unidos: Hallmark Hall of Fame, 2011. 95 min.

BRITO, Emanuella et al. **O Papel da linguagem no desenvolvimento da criança**. Universidade Estadual da Paraiba, 2014.

COLL, César; COLOMINA, Rosa. Interação em contextos educacionais: da prática pedagógica à prática profissional. In: COLL, César; COLOMINA, Rosa (org.). **O construtivismo na sala de aula:** como estudar os processos de ensino e aprendizagem a partir da interação professor/aluno. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

IVIC, Ivan. **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

LAGE, Rodrigo Conçole. Jacinto Benavente como colunista social. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 21, n. 1, p. 109, jan./jul. 2020.

LEONTIEV, A.; LURIA, A. R.; VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1985.

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula**: Reconhecer e Desvendar o Mundo. Série Idéias n. 28, p. 111-122. São Paulo: FDE, 1997.

MARTINS, L. M.; RABATINI, V. G. A concepção de cultura em Vygotsky: contribuições para a educação escolar. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011.

MARTINS, L. M.; RABATINI, V. G. Vygotsky e a formação de conceitos: contribuições para a prática pedagógica. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 147-162, 2011.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

OLIVEIRA, M. K de. **Vygotsky:** Aprendizado e Desenvolvimento – Um Processo Sócio-Histórico. São Paulo: Scipione, 2009.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky:** Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2011.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky. 1. ed. São Paulo: Summus, 2015. **E-book**. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 16 mar. 2025.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, 2018.

REGO, T. C. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, A.; ANGOTTI, E. M. O papel dos instrumentos e signos culturais no desenvolvimento do pensamento: contribuições para a educação. **Cadernos da Fucamp**, v. 22, n. 55, p. 70-86, 2023.

RODRIGUES, A.; ANGOTTI, M. A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky: implicações para a educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 40-55, 2023.

ROSA, Ana Paula Marques da; GOI, Mara Elisângela Jappe. Teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky: aprendizagem por meio das relações e interações sociais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, 26 mar. 2024. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/10/teoria-socioconstrutivista-de-lev-vygotsky-aprendizagem-por-meio-das-relacoes-e-interacoes-sociais. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, Vitória Alves. Além da sala de aula. **Revista Panorâmica**, v. 29, jan./abr. 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1126/19192323. Acesso em: 15 mar. 2025.

SIRGADO, A. P. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vygotsky. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, p. 45-56, 2000.

STERN, W. **Psychologie der fruehen Kindheit**. Leipzig: Quelle & Meyer, 1914.

TOSTA, Cíntia Gomide. Vygotsky e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. **Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 2012.

VAN DER VEER, R.; ZAVERSHNEVA, E. The final chapter of Vygotsky's Thinking and Speech: A reader's guide. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 54, n. 2, p. 101–116, 2018

VERONEZI, R. J. B.; DAMASCENO, B. P.; FERNANDES, Y. B. Funções psicológicas superiores: origem social e natureza mediada. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas, v. 14, n. 6, p. 537–541, nov./dez. 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2010.

INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Alinne Azevedo Aires**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Ana Carla Nunes Ribeiro**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Ana Júlia Nóbrega Paulino**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Anne Karolline Linhares de Araújo**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
5. **Eloísa Vitória da Silva Queiroz**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
6. **Gabriel Mascarenhas Pereira**, acadêmico de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
7. **Júlia Alves Bandeira**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
8. **Larissa Gonçalves Gomes Ferreira**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
9. **Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan**, Psicóloga, Mestre, Docente em Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

ISSN 2595-2110

CAOS
CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSICOLOGIA
ISSN 2595-2110

ISSN 2595-2110

PROGRAMAÇÃO

Dia 16/10/2025

17:00	**CREDENCIAMENTO** Local: Hall Central Ulbra Palmas
18:00	**SARAU CULTURAL** Local: Hall Alteridade Ulbra Palmas Responsável: Equipe Alteridade Ulbra Palmas
18:45	**LANÇAMENTO DE LIVROS** Local: Auditório Central Ulbra Palmas Mediador(a): Profa. Esp. Isaura De Bortoli Rossatto (CRP 23/1925) Livro: TERAPÊUTICA MENTE Capítulo do livro: O Desafio na Vida Pessoal e Profissional de uma Advogada Cristã com TDAH e Borderline Leve e seu Diagnóstico Tardio Autora: Suyanne Lanusse Reis Arruda Livro: Psicologia do Desenvolvimento Crítico - vol. 3 - Realidades da adultez brasileira Capítulo do livro: Adultez emergente e prevenção do suicídio - contruindo um programa para estudantes universitários Autora: Profa Dra. Harelli Cecchin Livro: Por uma Psicologia Brasileira que transversalize os Direitos Humanos em sua práxis Organizadoras: Profa Esp. Isaura De Bortoli Rossatto e Profa Dra. Ruth do Prado Cabral
19:15	**PAINEL DE ABERTURA — TECNOLOGIA, REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL** Local: Auditório Central Ulbra Palmas Mediador(a): Prof. Me. Sonielson Luciano de Sousa (CRP 23/1853) Painel 1: A Dívida Cognitiva: o desenvolvimento humano sob o impacto da Inteligência Artificial Painelista: Dra. Parcilene Fernandes de Brito Painel 2: Infâncias sequestradas: desafios psicossociais da era das telas Painelista: Ma. Lauriane dos Santos Moreira (CRP 23/356)

Dia 17/10/2025

9:00	**MESA REDONDA 1 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA ERA DIGITAL: INFÂNCIAS CONECTADAS** Local: Auditório Central Ulbra Palmas Mediador(a): Profa. Esp. Lisandra Maciel de Sá (CRP 23/1877) Debatedores: Esp. Ana Laura Dutra (CRP 23/2499) Dra. Ruth do Prado Cabral(CRP 23/3050)

	Esp. Antônio Ítalo (CRP 23/1544) Ma. Geovanna Gomes de Morais (CRP 23/1723)
10:30	**MESA REDONDA 2 — O PAPEL DO CRP FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS DA ERA DIGITAL** Local: Auditório Central Ulbra Palmas Mediador(a): Profa. Esp. Nayara Rezende Azevedo (CRP 23/2906) Debatedores: Esp. Gustavo Vinícius Martins Leal(CRP 23/1833) Esp. Breno Vasco Pereira Lima(CRP 23/2923)
14:00	**SESSÃO TÉCNICA 1** Mediador(a): Prof. Me. Sonielson Luciano de Sousa(CRP 23/1853) CONVERGÊNCIAS ENTRE O INCONSCIENTE E OS PROCESSOS NEURAIS SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E DA NEUROCIÊNCIA Sandra Maria Rosa de Aguiar, Gabriel Alves Primo, Piettro Ribeiro Lamonier, Sonielson Luciano de Sousa DO VÍNCULO À AUTONOMIA: A CONJUGALIDADE SIMBIÓTICA E O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO FEMININA NA PSICOLOGIA JUNGUIANA Gabriela Pessoa Sousa, Caio Cesar Brum, Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto, Sonielson Luciano de Sousa O TEATRO COMO FERRAMENTA TERAPÊUTICA: APLICAÇÕES DOS IDEAIS DE ARTAUD NA PSICOLOGIA CLÍNICA Guilherme Warkentin de Araújo, Piettro Ribeiro Lamonier, Caio Cesar Brum, Sonielson Luciano de Sousa A DUALIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE PAIS E FILHOS ADULTOS QUE COABITAM Jorama Leobas de Castro Antunes, Pedro Adalberto Gomes de Oliveira Neto, Irenides Teixeira, Sonielson Luciano de Sousa A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE NA FORMAÇÃO DO EGO SEGUNDO A PERSPECTIVA JUNGUIANA Valéria De Oliveira Santos Martins, Caio César Brum, Piettro Ribeiro Lamonier, Sonielson Luciano de Sousa COLONIAL OU DECOLONIAL: PERFIL CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA ULBRA PALMAS Marildes Martins da Silva Rocha Andrade, Aldira Guimarães Duarte Domínguez, Irenides Teixeira, Sonielson Luciano de Sousa ENTRE ARQUÉTIPOS E ESPIRITUALIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA E O ESPIRITISMO Adhemar Chufalo Filho, Irenides Teixeira, Janise Mara de Sousa, Sonielson Luciano de Sousa A METANÓIA E A CRISE DA MEIA-IDADE: EM BUSCA DA INDIVIDUAÇÃO Glaucilene Lopes de Santana Santos, Irenides Teixeira, Tássio de Oliveira Soares, Sonielson Luciano de Sousa

CAOS CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSICOLOGIA
ISSN 2595-2110

A MÚSICA NAS ALDEIAS INDÍGENAS HUNI KUIN EM RITUAIS XAMÂNICOS DE AYAHUASCA COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA ANÁLISE JUNGUIANA
Álvaro Márcio Kojo Sousa, Irenides Teixeira, Piettro Ribeiro Lamonier, Sonielson Luciano de Sousa

ACOLHENDO O INEFÁVEL: O PROCESSO CLÍNICO DE INDIVIDUAÇÃO DE SUJEITOS QUE UTILIZAM PSICODÉLICOS RITUALÍSTICOS FORA DA CLÍNICA
Alex Rocha Ribeiro; Caio César Brum; Irenides Teixeira; Sonielson Luciano Sousa

SESSÃO TÉCNICA 2
Mediador(a): Prof. Dra. Irenides Teixeira (CRP 23/463)

DA OBSERVAÇÃO À INTERVENÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO INSTITUCIONALIZADO
Lusmara da Silva França, Luiz Gustavo Santana

A CAPTURA DO CUIDADO: NEOCONSERVADORISMO, COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL
Laureana Barbosa Carvalho, Luiz Gustavo Santana

LEGADO DE UM PASSADO INSTITUCIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Geovana Rodrigues Dias, Ana Julia Matos, Luiz Gustavo Santana

OS FATORES PSICOSSOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS
Bruna Dias de Oliveira, Caio Cesar Brum, Isaura De Bortoli Rossatto, Irenides Teixeira

A AUSÊNCIA DA FIGURA MATERNA OU PATERNA NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL NA VIDA ADULTA
Geovana Gabryela Pereira de Sousa, Isaura De Bortoli Rossatto, Luiz Gustavo Santana, Irenides Teixeira

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NAS EMOÇÕES E SENTIMENTOS DOS JOVENS
Gabriel Borges Cintra, Luiz Gustavo Santana, Sonielson Luciano de Sousa, Irenides Teixeira

O IMPACTO DO ALZHEIMER NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE DO FILME "PARA SEMPRE ALICE
Sâmara Crystian Rodrigues Martins, Isaura De Bortoli Rossatto, Luiz Gustavo Santana, Irenides Teixeira

A DUALIDADE DA MUSCULAÇÃO COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PRESSÃO PELO CORPO PERFEITO
Lucas do Nascimento da Silva, Luiz Gustavo Santana, Sonielson Luciano de Sousa, Irenides Teixeira

PROCESSOS NEUROFISIOLÓGICOS, PSICOLOGIA E ARTETERAPIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS INTERFACES ENTRE CÉREBRO, MENTE E CRIAÇÃO SIMBÓLICA
Adriano Alves da Silva, Felipe Camargo Munhoz

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES: A TERCEIRA MARGEM DO RIO
Raimunda Ribeiro Mascarenhas, Dayse Raquel Sousa da Silva

SESSÃO TÉCNICA 3
Mediador(a): Prof. Esp. Amanda Cristina Gonçalves Dias (CRP 23/1926)

PANORAMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CAPITAIS DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL
Gabriel Mascarenhas Pereira, Marluce Vasconcelos Calazans Pilger

PSICOPATOLOGIAS VIRAIS: AUTODIAGNÓSTICO E DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL
Adriano Alves da Silva; Élida Souza Silva; Mayelle Batista da Silva

E EU NÃO SOU UMA MULHER? INTERSECCIONANDO DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E ETARISMO NA BUSCA POR AUTONOMIA
Cleislene Barbosa Dias; Mayelle Batista da Silva

IMPACTO DA TRIPLA JORNADA DE TRABALHO SOBRE A SAÚDE DA MULHER
Sônia Valéria da Silva Toledo Lellis; Mayelle Batista da Silva

DESABAFEI COM O CHATGPT: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO X SOBRE TERAPIA MEDIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
Gabriel Mascarenhas Pereira, Jorge Leon Rodrigues Martins, Douglas Aquino Moreno

VYGOTSKY ALÉM DA SALA DE AULA: O PAPEL DO MEIO SOCIAL NA APRENDIZAGEM
Alinne Azevedo Aires, Ana Carla Nunes Ribeiro, Ana Júlia Nóbrega Paulino, Anne Karolline Linhares de Araújo, Eloísa Vitória da Silva Queiroz, Gabriel Mascarenhas Pereira, Júlia Alves Bandeira, Larissa Gonçalves Gomes Ferreira, Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan.

UMA PONTE ENTRE MUNDOS: UMA ANÁLISE DO FILME CODA, NO RITMO DO CORAÇÃO
Anne Karolline Linhares de Araujo, Beatriz Barbosa Cordeiro, Amanda Franceschini Aguiar, Bárbara Silveira Ventura, Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan

IMPACTOS DAS RELAÇÕES E ESTILOS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
Fernanda Maciel da Silva Santos, Me. Ana Letícia Covre Odorizzi Marquezan, Isaura De Bortoli Rossatto, Cristina D'Ornellas Filipakis

19:00

OFICINAS
Oficina 1 [sala 414]: Ansiedade em tempo real: o preço da hiperconexão
Mediador(a): Prof. Esp. Wysney Pereira Rocha (CRP 23/2488)
Palestrante: Esp. Karlla Garcia Ferreira (CRP 23/1862)

Oficina 2 [sala 413]: Conectando a adolescência, autolesão e as redes sociais
Mediador(a): Profa. Esp. Isaura De Bortoli Rossatto (CRP 23/1925)
Palestrante: Ma. Mariana Miranda Borges (CRP 23/784)

	Oficina 3 [sala 412]: Infância conectada: impactos da era digital no desenvolvimento Mediador(a): Profa. Esp. Nayara Rezende Azevedo (CRP 23/2906) Palestrantes: Esp. Ana Cecília Mendes Betelli (CRP 23/765) e Esp. Magna Souza Alves Oficina 4 [sala 409A]: Algoritmos invisíveis: como as redes sociais moldam o comportamento infanto-juvenil Mediador(a): Prof. Esp. Gabriel Alves Primo (CRP 23/2681) Palestrante: Me. Fabiano Fagundes

Dia 16/10/2025

09:00	**PSICOLOGIA EM DEBATE** Mediador(a): Dra. Irenides Teixeira (CRP 23/463) Tema 1: A influência das redes sociais no desenvolvimento da identidade e da sexualidade na contemporaneidade Apresentadores: Amanda Mendes Araújo Bruna Teixeira Rabelo Tema 2: A geração Ansiosa - como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais Apresentadora: Andreia Alves de Carvalho Tema 3: Herança ou Diálogo? O Futuro do Passado Familiar Apresentador: Demétrios Miculis